



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

ANO LXXI SUP. "E" AO Nº 32 QUINTA-FEIRA, 22 DE DEZEMBRO DE 2016

SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA

ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PDT-MG)
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª Secretária

Senadora Ângela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Renan Calheiros (PMDB-AL)
Presidente

Senador Jorge Viana (PT-AC)
1º Vice-Presidente

Senador Romero Jucá (PMDB-RR)
2º Vice-Presidente

Senador Vicentinho Alves (PR-TO)
1º Secretário

Senador Zeze Perrella (PTB-MG)
2º Secretário

Senador Gladson Cameli (PP-AC)
3º Secretário

Senadora Angela Portela (PT-RR)
4ª Secretária

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
2º - Senador João Alberto Souza (PMDB-MA)
3º - Senador Elmano Férrer (PTB-PI)
4º - Vago

COMPOSIÇÃO DA MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS

Deputado Rodrigo Maia (DEM-RJ)
Presidente

Deputado Waldir Maranhão (PP-MA)
1º Vice-Presidente

Deputado Giacobbo (PR-PR)
2º Vice-Presidente

Deputado Beto Mansur (PRB-SP)
1º Secretário

Deputado Felipe Bornier (PROS-RJ)
2º Secretário

Deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP)
3ª Secretária

Deputado Alex Canziani (PTB-PR)
4º Secretário

SUPLENTE DE SECRETÁRIO
1º - Deputado Mandetta (DEM-MS)
2º - Deputado Gilberto Nascimento (PSC-SP)
3º - Deputada Luiza Erundina (PSOL-SP)
4º - Deputado Ricardo Izar (PP-SP)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Rogério de Castro Pastori
Diretor da Secretaria de Atas e Diários

Roberta Lys de Moura Rochaël
Coordenadora de Elaboração de Diários

Deraldo Ruas Guimarães
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

(Vago)
Diretor da Secretaria de Editoração e Publicações

Hélio Lopes de Azevedo
Coordenador Industrial

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES TEMPORÁRIAS DO CONGRESSO NACIONAL

1.1 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 741/2016	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 8 de novembro de 2016	4
1.2 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 744/2016	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2016.....	13
Ata da 3ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2016.....	19
Ata da 4ª Reunião, realizada em 29 de novembro de 2016.....	52
Ata da 5ª Reunião, realizada em 6 de dezembro de 2016.....	85
Ata da 6ª Reunião, realizada em 8 de dezembro de 2016.....	101
1.3 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 745/2016	
Ata da 2ª Reunião, realizada em 22 e 23 de novembro de 2016	117
1.4 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746/2016	
Ata da 5ª Reunião, realizada em 9 de novembro de 2016	126
Ata da 6ª Reunião, realizada em 16 de novembro de 2016.....	168
Ata da 7ª Reunião, realizada em 22 de novembro de 2016.....	190
Ata da 8ª Reunião, realizada em 23 de novembro de 2016.....	224
Ata da 9ª Reunião, realizada em 24 de novembro de 2016.....	269
Ata da 10ª Reunião, realizada em 28 de novembro de 2016	294
Ata da 11ª Reunião, realizada em 28 de novembro de 2016	307
Ata da 12ª Reunião, realizada em 29 e 30 de novembro de 2016.....	327
1.5 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 751/2016	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2016	374
1.6 – COMISSÃO MISTA DESTINADA A PROFERIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 752/2016	
Ata da 1ª Reunião, realizada em 13 de dezembro de 2016	376



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 741, DE 2016, PUBLICADA EM 15 DE JULHO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI NO 10.260, DE 12 DE JULHO DE 2001, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE FINANCIAMENTO AO ESTUDANTE DO ENSINO SUPERIOR”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 08 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às onze horas e cinquenta e três minutos do dia oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número dezenove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Fábio Ramalho, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 741, de 2016, com a presença dos Senadores Dário Berger, Valdir Raupp, Rose de Freitas, Ataídes Oliveira, Roberto Muniz, Ana Amélia, Elmano Férrer, Paulo Bauer, Telmário Mota, Sérgio Petecão e Eduardo Amorim; e dos Deputados Pedro Fernandes, Jones Martins, Pedro Uczai, Aelton Freitas, Expedito Netto, Átila Lira, Augusto Coutinho, Wilson Filho, Leonardo Quintão, Paulo Azi e Vinicius Carvalho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Relator, Senador Ataídes Oliveira, que procede à leitura do Relatório. Usa da palavra o Deputado Expedito Netto. Às doze horas e onze minutos a reunião é suspensa. Às doze horas e catorze minutos reinicia-se a reunião. A Reunião é novamente suspensa às doze horas e quinze minutos e reaberta às doze horas e vinte e oito minutos. O Deputado Expedito Netto faz uso da palavra para discutir a matéria. O Senador Ataídes Oliveira acata as alterações sugeridas pelos parlamentares. É encerrada a discussão da matéria. Colocado em votação, o Relatório do Senador Ataídes Oliveira é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 741, de 2016, bem assim pela boa técnica legislativa e pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária; no mérito, pela aprovação da MPV, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 5, 6, 7, 9, 11, 14, 16, 22, 24, 32 e 34, e pela rejeição das demais emendas, nos termos do Projeto de Lei de Conversão apresentado. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Pedro Uczai, Senador Valdir Raupp, Senadora Rose de Freitas, Deputado Átila Lira e Deputado Pedro Fernandes. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e quarenta e sete minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Fábio Ramalho, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado FÁBIO RAMALHO
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 741.

Obrigado pela presença de todos.

Passo a palavra ao Relator, Senador Ataídes Oliveira, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Vamos direto à análise, não é, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS. *Fora do microfone.*) – Adorei.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Porque ele é realmente um pouco extenso, mas eu vou tentar ser o mais breve possível.

Parecer da Comissão Mista da Medida Provisória nº 741, de 2016, sobre a Medida Provisória nº 741, de 14 de julho de 2016, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

Nós vamos fazer o seguinte: vamos deixar o relatório e vamos, então, para a análise.

Análise.

A Medida Provisória nº 741, de 2016, veicula matéria atinente à competência legislativa da União, não arrolada entre aquelas sobre as quais incidem as restrições impostas pelo art. 62 da Constituição Federal de 1988. Dessa forma, não há qualquer óbice à sua regular tramitação no que tange à análise de constitucionalidade. Ademais, a MPV foi editada pelo Presidente da República com observância dos requisitos formais e materiais constantes do art. 62 da mesma Carta.



O exame de juridicidade evidencia o atendimento dos requisitos atinentes: à adequação do meio eleito para o alcance dos objetivos pretendidos, dado que a lei ordinária pode ser modificada pela normatização veiculada em MPV, com força de lei; à presunção de inovação do ordenamento jurídico vigente; à caracterização do atributo de generalidade na medida adotada; e, por fim, à compatibilização e harmonização da norma com o ordenamento legal vigente e com os princípios gerais do Direito.

De mais a mais, restam respeitados os comandos da Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, mormente no que se refere...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Obrigado, Sr. Presidente.

Prossigo: mormente no que se refere ao §1º do art. 2º. Observa-se que a norma foi encaminhada ao Congresso Nacional no dia de sua publicação, acompanhada da Mensagem Presidencial e da Exposição de Motivos, com informações para a formação de juízo quanto às razões, relevância, urgência e mérito da matéria.

No que tange à análise da adequação orçamentária e financeira da medida, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle do Senado Federal, por meio da Nota Técnica nº 40, de 2016...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – ... de julho de 2016, é taxativa em afirmar que a expectativa de diminuição de despesa gerada permite concluir pela inocorrência de impacto negativo na execução orçamentária deste e dos próximos exercícios, tampouco na meta de resultado primário estabelecida na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2016.

Passando ao mérito, é de se destacar que o objetivo primordial do Fies é financiar estudos de graduação em cursos superiores não gratuitos que tenham avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Contudo, a depender da disponibilidade de recursos...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – ... o programa pode financiar estudos de pós-graduação *stricto sensu* e de educação profissional e tecnológica em instituições igualmente bem avaliadas.

A remuneração das instituições de ensino participantes do Fies é feita, em parcelas periódicas ao longo de cada ano de realização dos cursos, através da emissão de Certificados Financeiros do Tesouro (CFT) – Série E, títulos que só podem ser utilizados para a quitação de obrigações junto ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Durante os estudos, os estudantes beneficiários do programa...

(Soa a campainha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – ... ficam obrigados ao pagamento de valor mensal fixo de R\$50,00. Após a formação e um período de carência posterior, hoje estipulado em 18 meses, é que eles começam a amortizar a dívida, sobre a qual incidem juros à taxa de 6,5% ao ano.

Do ponto de vista dos benefícios, o Fies tem potencial para contribuir com a meta de matrícula na educação superior estabelecida no âmbito do Plano Nacional de Educação (PNE). Aprovado pela Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, esse plano, em sua meta 12, busca elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos até 2024. Cabe lembrar que, em 2014, a taxa bruta de matrícula na educação superior era de 34,2%, e a taxa líquida, de 17,7%.

Portanto, além do interesse público consistente na ampliação do capital humano do País, o Fies é visto, pelos estudantes, como um instrumento de financiamento seguro de sua formação, adequado à sua realidade e necessidades e comprometido com o seu bom desempenho acadêmico. Para as instituições de educação superior participantes, o programa configura mecanismo de fortalecimento da sua sustentabilidade financeira.

No conjunto das políticas públicas de educação, o Fies tem assumido grande relevância pelo número de atendimentos alcançado e pela sua expressão no âmbito do Orçamento da União. De 2010 a 2014, o número de novos contratos do programa elevou-se quase dez vezes, passando de 76,2 mil para 731,3 mil alunos. Já o investimento no programa foi de R\$1,7 bilhão para R\$13,8 bilhões no mesmo período. Desse modo, excluídos os gastos com pessoal, o Fies já se afigura como item de maior desembolso federal em educação, perfazendo 15% de toda a despesa da União na área da educação.

Como o retorno dos capitais emprestados demora, a expansão em tais moldes exigiu dotações orçamentárias ordinárias crescentes, as quais se mostraram repetidamente insuficientes. Isso tem levado o Executivo a recorrer a créditos extraordinários...



(Soa a campanha.)

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – ... aprovados por intermédio de medidas provisórias. Chegando a 17,8 bilhões em 2015, o orçamento do Fies para este ano é de cerca de 18,7 bilhões para a manutenção de contratos antigos e a abertura de novos financiamentos, estes últimos em número bastante inferior ao disponível no último exercício fechado.

Num cenário de reiteradas quedas das receitas alocadas ao programa para novos contratos, a inovação sob exame, qual seja, a transferência da remuneração dos agentes financeiros no percentual de 2% para as instituições de educação superior (IES) contratantes, pode, de fato, contribuir para o aprimoramento de sua gestão. Isso ocorre porque a remuneração desses agentes, até maio de 2016, realizada pelo Tesouro Nacional, à conta do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), era contabilizada como investimento na área educacional. Dessa forma, com a mudança, estima-se, a partir do ano de 2017, mantido o atual número de contratos, uma economia anual da ordem de R\$ 400 milhões para os cofres públicos, a qual pode ser revertida em favor da própria educação – vejam a importância desta medida provisória!

É importante pontuar que a nova sistemática impõe às instituições de ensino uma redução de 13,25% nos seus créditos recebíveis em títulos da dívida pública, uma vez que atualmente elas já são oneradas com desconto obrigatório de 11,25% – 5% para o aluno e 6,25% para a constituição do Fundo de Garantia de Operações de Crédito Educativo (FGEDUC). Nada obstante, no atual cenário de crise econômica, com a visível redução da capacidade de investimento do Estado, o próprio setor educacional pondera ser importante assegurar a continuidade do programa e a sustentabilidade financeira das instituições de ensino. Daí a recente manifestação da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES) nesse sentido.

Representante de mais de 1.200 instituições de ensino, (...) a ABMES ressalta a importância da manutenção do programa nesse momento de crise econômica pela qual passa o País, acreditando que todas as partes envolvidas devem zelar pela continuidade do FIES. Para isso, a Associação se coloca à disposição para colaborar com o Governo Federal no sentido de minimizar os prejuízos e buscar novas soluções que não inviabilizem o FIES e aumentem ainda mais o custo de tão importante programa. A percepção dessa entidade acerca da perspectiva de aumento de vagas do programa com a reformulação é fortalecida com o fato de que, malgrado a atual conjuntura macroeconômica adversa, notadamente pela dimensão do esforço fiscal sem precedentes, a ser feito para o controle das contas públicas, o governo anunciou em meados de junho a abertura de 75 mil vagas no Fies, condicionando a sua oferta à adoção da sistemática adotada pela medida provisória.

Desse modo, entendemos que a medida em implantação é meritória, especialmente por contribuir para o aperfeiçoamento da gestão do Fundo e para a sua continuidade. De fato, ela seria oportuna mesmo num cenário em que não estivéssemos enfrentando a atual crise. A corroborar essa compreensão, destacamos a preocupação dos Parlamentares de ambas as Casas Legislativas do Congresso Nacional em parte significativa das emendas oferecidas à matéria.

A propósito, passando à análise dessas emendas, cumpre ressaltar que, das 34 proposições apresentadas à MPV, 13, pelo menos, são destinadas a assegurar que a taxa de remuneração impelida às IES não seja, por nenhum meio ou subterfúgio, repassada aos alunos. Para tanto, a maioria dessas proposições prevê penalidade para as instituições de ensino que, de algum modo, descumpram tal determinação. Trata-se das Emendas nºs 3, do Deputado Paulo Folleto; 5, do Deputado Heitor Schuch; 6, do Deputado Danilo Cabral; 7, do Deputado João Fernando Coutinho; 9, do Senador Cristovam Buarque; 11, do Deputado Severino Ninho; 14, do Senador José Pimentel; 16, do Deputado André Figueiredo; 22, do Senador Romário; 24, do Senador Paulo Paim; 31, do Deputado Zé Carlos; 32, do Deputado Alfredo Kaefer; e 34, das Senadoras Angela Portela e Fátima Bezerra.

Vamos para o voto.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e juridicidade da Medida Provisória nº 741, de 2016, bem assim pela boa técnica legislativa e pelo atendimento dos pressupostos de relevância, urgência e adequação financeira e orçamentária. No mérito, votamos pela aprovação da MPV, pelo acolhimento parcial das Emendas nºs 3, 5, 6, 7, 9, 11, 14, 16, 22, 24, 32 e 34, e pela rejeição das demais emendas, nos termos do presente parecer.

Esse é o meu voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Em discussão a matéria.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente, peço vista.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO) – Retiro a inscrição com a solicitação de vista...



O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – O pedido, eu não vou mudar. Eu posso fazê-lo agora ou mais tarde, só isso.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Eu vou suspender por um minuto.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é suspensa às 12 horas e 11 minutos.)

(Continua suspensa a reunião.)

(Suspensa às 12 horas e 11 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Às 14h30, então?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Ele retirou o pedido de vista e passou para as 14h30min.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – O Pedro quer falar.

Deputado Pedro com a palavra.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente...

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO) – Vamos suspender a discussão até 14h30min. Se o meu pedido de vista não vai ser... Eu estou abrindo mão do meu pedido de vista, então vamos suspender a sessão até as 14h30min. Se for dar continuidade à sessão, eu vou continuar na sessão. Eu não tenho como sair daqui e ver, realmente, a importância disso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Pedro, me ajude aí. Eu sei que você é compreensivo. *(Risos.)*

Pedro, me ajude aí. Eu estou pedindo toda compreensão...

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, se transferir para as 14h30min eu estou impossibilitado, porque nós estamos com o projeto dos auditores e analistas, dos auditores fiscais, na comissão especial, e começam a partir das 14h as votações lá. Se eu conseguir um suplente, tudo bem.

Mas eu queria fazer duas ou três ponderações. O Átila me conhece da Comissão de Educação, a Senadora Rose também me conhece...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Pedro, então eu vou suspender. Eu já tinha falado que estava suspensa, com todo o respeito a você, até as 14h30min. Com todo respeito...

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO) – Presidente, não pode antecipar um pouco não? Porque, se começar a Ordem do Dia, vai...

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – O.k. Suspende até as 14h30 e eu peço vista às 14h30, não tem problema.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – O.k. Às 14h30 a gente...

Só para me ajudar: você quer que seja mais cedo um pouquinho? Eu convoco para as 14h. Pedro, se ele falou que tem um... Eu convoco para as 14h para a gente ficar, para atender a todo mundo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Às 14h dá para você? Pedro, 14h dá para você? Pedro, 13h30min dá?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Às 13h30min dá?

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, pela ordem – Senador Raupp.

Eu queria fazer um apelo ao Pedro Uczai e ao Deputado Expedito Netto para suspendermos por 15 minutos, aí sentamos e conversamos aqui com a nossa Liderança. Às 14h vai ser difícil nos reunirmos aqui, vocês sabem disso. A tarde avança, daqui a pouco vai todo mundo almoçar...

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO) – Mas a matéria é importante, Senador.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Eu sei que a matéria é importante, por isso é que teria de ser apro-



vada agora!

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO) – Todos os Senadores e Deputados sabem da importância dessa matéria.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Exatamente.

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO) – Podendo cair, então... Acho que, se for às 14h30min, 15h30min, seria importante. Acho que a Base do Governo deveria estar aqui. Então, o Governo é que tem de ter essa forma de trabalhar e colocar todo mundo presente.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Vamos conversar aqui. Está suspensa a reunião por 30 minutos.

(Suspensa às 12 horas e 17 minutos, a reunião é reaberta às 12 horas e 28 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – A gente teve uma conversa com o Deputado Expedito, a quem quero agradecer.

Só para vocês entenderem: a gente tem uma relação de amizade, mas de respeito também. Eu coloquei para ele vários temas. Este é um tema importantíssimo para o Brasil; ele entendeu isso. Ele colocou que a situação dele é de oposição ao Governo – ele tem todo o direito –, mas ele compreendeu a questão brasileira. Eu quero deixar isso bem claro aqui, para que as pessoas não interpretem mal. Eu jamais na minha vida faço qualquer tipo de coisa que não seja conversar, dialogar e ouvir. Estávamos lá eu, o Senador Ataídes e a Senadora Rose. Eu quero agradecer de público ao Expedito. Ele falou que não precisava ninguém ligar para ele. Eu conversei com ele como uma pessoa... Expliquei para ele várias coisas até, e uma delas foi que estou na Casa há dez anos e é a primeira vez que sou Presidente da Comissão. E também falei da importância que tem essa medida provisória, que é para o Brasil – ouviu, Pedro? Então, Paulo, eu quero deixar aqui...

Expedito, eu quero agradecer a você de público a sua compreensão neste momento e quero passar a palavra para você.

O SR. EXPEDITO NETTO (PSD - RO) – Muito obrigado, Fabinho.

Eu gostaria de agradecer aos nobres companheiros, aos nobres Senadores e aos nobres Deputados e dizer que, se for importante para o Brasil, é importante para mim.

Tenho um pé atrás em relação ao PMDB, porque muito se diz sobre o PT, mas se esquecem que o maior parceiro do PT foi o PMDB. E, se nós temos uma crise política e uma crise econômica hoje, um dos culpados se chama PMDB. E grande parcela dessas votações relacionadas à educação, infelizmente, dentro desta Casa estão sendo tratadas de maneira rápida demais ou escondida demais, e nós queremos uma transparência maior no que tange à pasta da educação.

Diferentemente do que alguns companheiros falaram aqui, não espero ligação, não espero amizade do Governo, não espero nenhum laço com o Governo que aí está, mas, se a matéria é importante para o Brasil, pode ter certeza, Fabinho, de que estarei aqui para atender o seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Em discussão a matéria. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Passamos à votação da matéria.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – O relatório alterou o §7º do art. 2º.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – V. Exª me permite? Só para ler essa alteração.

O §7º diz que é vedada a inclusão da remuneração de que trata o §3º na planilha de custo prevista no §3º do art. 1º da Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

Só isso, Sr. Presidente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Votação.

Os Srs. Parlamentares que concordam...

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Os Srs. Parlamentares que concordam permanecem como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.



Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da presente ata.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro...

Antes, passo a palavra à Senadora Rose.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Sr. Presidente, eu não queria interrompê-lo porque sei do seu compromisso, mas o Deputado Pedro Uczai fez duas propostas de alteração e entendo que seria importante que fossem consideradas pelo Relator para que, ainda nesse texto, elas fossem incluídas, em respeito, inclusive...

Ele saiu, expôs a sua saída e pediu a nossa compreensão.

Eu queria agradecer e dar uma explicação a V. Exª.

Todas as comissões trabalharam no seu tempo, e esta é a última Comissão, é a última MP, que não obedeceu ao seu tempo e seu critério porque o Relator adoeceu. E o Relator não entregou o relatório nem sua assessoria o disponibilizou. Portanto, o nosso Relator, que agora está de volta, está fazendo às pressas, correndo, mas estudiosamente, a matéria que estamos apresentando e que tem grande importância para a votação. O Relator deveria atender as considerações do Deputado Pedro Uczai.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Deputado Pedro, vai acatar aqui o que conversou com você, está bem?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Acatando a proposta do Deputado Pedro no art. 2º, §6º: “A remuneração de que trata o §3º será parcialmente custeada (...)”.

Estamos, Deputado, tirando, excluindo a palavra “parcialmente”. Fica, então, o seguinte: “A remuneração de que trata o §3º será custeada pelas instituições de ensino e corresponderá à remuneração de dois por cento sobre o valor dos encargos educacionais liberados, a qual...”

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – ... após recolhida, será repassada diretamente aos agentes financeiros, nos termos...

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Presidente, já não foi aprovado o relatório?

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – Isso, mas é que estamos fazendo essa correção que V. Exª...

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Não tem mais reforma no relatório. Agora, só em plenário, Presidente.

O SR. ATAÍDES OLIVEIRA (Bloco/PSDB - TO) – ... solicitou.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Só em plenário. Não tem mais... Vamos botar ordem aqui na coisa, não é? O senhor deu como aprovado o relatório. Acabou! Agora só em plenário. Eu não aceito acordo.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente, eu queria me manifestar.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – Meu Deus!

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Senadora Rose, não se pode fazer isto numa comissão, aprovar um relatório e depois voltar atrás.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – É que, na verdade...

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Isso é um precedente... Não pode ser isso! Não pode ser isso!

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente, eu queria fazer uso da palavra.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Vamos fazer as coisas corretamente. Vamos colocar em plenário.

A SRª ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Ele havia... Desculpe. Com todo o respeito que eu tenho por V. Exª: ele havia se retirado e, para nós...

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Vamos na gravação. O Presidente Fabinho aprovou o relatório. A senhora levantou depois, minha Líder. Não pode.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Nós precisamos colocar as coisas em ordem, senão vira bagunça. Aliás, o Congresso Nacional já é uma bagunça. Se a gente começar a trazer isso para a Comissão Mista... Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – É só o art. 7º, §2º, que eu falei, Pedro. Está na gravação, eu li antes.



O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – V. Ex^a aprovou. O que foi aprovado, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Não, é isso aí.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Mas o que a Senadora Rose colocou foi depois.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Não, porque eu já tinha feito, já tinha aprovado.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Já estava na mão do Relator. O Relator já tinha concordado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Eu já tinha aprovado com o art. 7º, §2º.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Já tinha concordado.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – É isso, só que foi ler para ele a alteração. Mas já estava aprovado com a alteração.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Mas ele leu, Presidente!

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Ele não leu.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Leu, leu.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Ele leu o texto dele e depois iria ler com alterações.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Ele leu o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Leu.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – O relatório não foi discutido. O Deputado Pedro Uczai até pediu para discutir, pediu vista até. Mas ele saiu, tudo bem. Aí, nós aprovamos o relatório.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Inacreditável!

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – O que o Relator poderia ter dito? “Não, Senadora, eu já contemplei o pedido”. Mas ele não fez isso.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Eu falei que estava aprovado com o art. 7º, §2º. O senhor pode ver nas notas taquigráficas.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Na gravação.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Tudo bem, mas fica aqui o meu registro, que quero que conste em ata, de que eu protestei contra esse procedimento. Espero que isso não vire norma nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Você tem toda a razão, Pedro.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Na realidade, se o Relator já tinha colocado, foi lido, então não caberia mais nada a não ser agradecimento por reconhecimento. Mas o que a Senadora Rose colocou é que ela tinha acertado com o Relator e queria que fosse retirado. Fica ruim para a gente fazer lei desse jeito no País. Fica o meu protesto aqui.

A SR^a ROSE DE FREITAS (PMDB - ES) – Eu aceito o protesto de V. Ex^a, registrando que, em todas as comissões de que V. Ex^a participou, nunca houve um momento em que nós tivéssemos, na undécima hora...

Na verdade, o Relator até pediu a palavra para ele ler, e o Presidente explicou: “Já está incluído aqui no texto.” E ele concordou. Sem a concordância dele, não seria possível votar. Não estou vendo aqui nada, apenas um atabalhoamento nesta votação.

Eu peço perdão a V. Ex^a, mas o Relator adoeceu – vou repetir –, não entregou o relatório, e nós tivemos que nomear um Relator, que prontamente estudou a matéria e veio para cá. Não tiramos a razão do Deputado Expedito, mas peço a compreensão de V. Ex^a.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Eu quero só que se registre em ata este meu protesto, para que essas coisas não possam acontecer aqui.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Presidente, eu queria me manifestar.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Se a Resolução nº 01 está muito apertada, vamos mudar a resolução, vamos dar prazo, vamos voltar ao que era antes, já que esta Comissão Mista não está dando o resultado que deveria dar. Volta à Comissão na Câmara, volta à Comissão no Senado, mas vamos fazer as coisas certas. Aliás, a medida provisória já é uma maneira ruim de se legislar neste País.

Eu concordo plenamente com toda a reforma da educação; não concordo que seja por uma medida provisória. Nós temos um projeto de lei, inclusive discutido na Casa. Bastava pedir urgência para aquele projeto e apresentar um substitutivo em plenário, ficaria muito melhor.

Agora, se a gente pega as medidas provisórias e começa a fazer a isso, fica muito ruim, Presidente, principalmente sendo a sua primeira comissão em dez anos, como V. Ex^a registrou.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Sr. Presidente, eu queria me manifestar.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Agradeço os seus conselhos.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Eu queria manifestar algo a V. Ex^a e aos colegas.

Acho que há um aprendizado aqui. Quando o Parlamentar Expedito pediu vista, eu ia acompanhar, ia pedir vista também, pelo prazo regimental que se permite a qualquer Parlamentar desta Casa. Pelo menos



espero que a gente tenha direito de ler e votar no que a gente possa ler.

Em segundo lugar, fui condescendente e solidário, na medida em que negociamos a possibilidade de suspender por um período de 20 a 30 minutos – o que não aconteceu, retornaram mais cedo.

Conversei com as Lideranças da Base do Governo, não parlamentar, que eu iria até a Bancada porque tinha que fazer um encaminhamento, inclusive, se se estendesse aqui por duas horas... Nós temos que fechar questão sobre os auditores. Voltei correndo, porque estava no meio do caminho. E V. Ex^{as}, que têm maioria, votam o que quiserem aqui, e votaram o relatório.

Eu quero dizer que, a partir desta experiência que estou construindo aqui, desta minha generosidade – eu poderia ter pedido vista e teriam que conceder vista –, eu vou mudar a minha postura aqui, vou fazer com que o Regimento seja cumprido em todas as medidas provisórias. Até para que V. Ex^a, como Presidente, não corra mais nenhum risco de ser exposto aqui diante dos colegas, como aconteceu com o questionamento do colega Deputado Pedro Fernandes.

O Governo tem maioria para votar o que quiser. Eu fui generoso aqui porque defendo o Fies, fui autor do Proies, que tem hoje 25 mil alunos estudando gratuitamente neste País. Sou professor de uma universidade de caráter privado, mesmo comunitária, há mais de 20 anos, e não tinha dificuldade. Por isso é que fiz, com a Base do Governo, a tentativa de negociação e aperfeiçoamento.

Se tivesse sido cumprido o Regimento, eu teria pedido vista também, e quem sabe caducaria essa medida provisória. Os Deputados sabem disso – sabem disso! Não haveria a possibilidade de, em 24 horas, vocês votarem nesta semana. E assistir a esse espetáculo do desrespeito para com um Deputado de minoria aqui me traz uma nova experiência nas medidas provisórias.

A Senadora Rose de Freitas sabe do trato que tenho tido nas matérias que achamos importantes aqui. Então, a partir de hoje, sim, Deputado Pedro Fernandes, vou acolher o seu conselho e vou adotar o Regimento Interno em todas as medidas provisórias, vou fazer com que o Governo ponha a maioria aqui e vote as medidas que entender importantes aqui.

É lamentável o ocorrido. A gente discutiu, de forma generosa, três pontos aqui... Quanto ao art. 4º, b, a questão do Cadin, que são pontos acrescentados e que não são de mérito, não são centrais, pedimos para que fossem também apresentados em forma de destaque aqui para não precisarmos polemizar lá no Plenário. Agora nós vamos polemizar lá no Plenário. Nós vamos apresentar no Plenário e vamos fazer o *kit* obstrução lá para ver se o Governo nos respeita. Mesmo tendo maioria, que a minoria seja respeitada.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Eu só quero esclarecer ao Deputado Pedro Uczai que não tenho nada contra a medida dele. O que estou dizendo é que o Presidente aprovou o relatório e, depois que aprovou o relatório, a Senadora levantou um acordo que fez com V. Ex^a. Aí é que eu não concordo.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Eu não fiz acordo.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Não, ela colocou aí que tinha aceitado as suas reivindicações. Aí é que não aceito: depois que a gente aprova um relatório...

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – V. Ex^a está correto nesse sentido do ritual.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PTB - MA) – Depois que a gente aprova o relatório, não concordo que se mexa nele.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Está correto, Deputado Pedro, já até foi feito...

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – O que surpreende é que, na ausência aqui do Deputado Pedro Uczai, que saiu...

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – A palavra está com o Deputado Átila agora.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – ... fazem uma votação relâmpago, tornado. Como na minha região há muito tornado, digo que foi uma votação tornado aqui, desrespeitando o processo de diálogo que nós estávamos fazendo. Então, não há diálogo, a gente cumpre o Regimento.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, caro Deputado Pedro Uczai, Sr^a Líder do Governo aqui, Sr^{as} e Srs. Deputados, essa medida provisória está relacionada com um setor de economia social que está caminhando para a questão de formação de oligopólios. Mais uma vez a gente aprova uma lei relacionada com o Fies sem levar em consideração que esse é um setor que tem aproximadamente 2,3 mil unidades escolares. Dessas 2,3 mil unidades, duas mil são pequenas escolas, que têm menos de cinco mil alunos, e o Governo já deveria ter uma política de preferência, de proteção a essas instituições menores. O setor está se “oligopolizando”, está caminhando para grandes grupos, e essas pequenas escolas não têm sido objeto de uma política de proteção por parte do Governo.

Eu já falei com o Ministro. Nesse projeto, eu sugeri que se pudesse, no Fundo, destinar um recurso muito maior para essas pequenas escolas. E, mais uma vez, estamos tomando uma decisão, aprovando um relatório,



e essa questão não tem o mínimo de encaminhamento.

Então, eu acho que este Governo deveria olhar uma matéria como esta, que não é só uma matéria social, é uma matéria econômica, porque essas pequenas escolas caminham para serem incorporadas ou extintas.

Era isso o que eu queria colocar para os companheiros Deputados e Senadores.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Presidente, peço 30 segundos aqui.

Deputado Átila, é o risco que se corre se a gente não cuidar, e estão avançando ainda as benesses para as grandes mantenedoras. De cada R\$100 do Fies, R\$40 irão só para quatro instituições privadas do País. Quatro instituições privadas, de cada R\$100, vão comer R\$40. Mas, como estão se abrindo brechas, vão ampliar, porque elas estão se fundindo e comprando todas as pequenas do País.

Então, o Fies vai ser o grande financiador da concentração do setor privado, do ensino privado no País, com a diminuição, inclusive, da qualidade e do comprometimento.

Na minha região, os donos das faculdades privadas têm compromisso com a região, reinvestem na região, têm nome, têm história e têm sobrenome. Esses outros grandes grupos não têm nome, não têm sobrenome, têm ações nas Bolsas de Valores.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Um minuto para encerrar, Deputado.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Consequentemente, estamos no atropelamento aqui. E nós, Deputados e Senadores, vamos, aos poucos, concentrando. E logo à frente, se aquela faculdade não tiver interesse no seu Município ou na sua região, ela fechará e irá embora, porque essa é a lógica. Mas o dono lá que tem a família, o filho que continua – e há centenas no Brasil inteiro, o Deputado Átila sabe –, estamos correndo o risco de fragilizá-lo quando atendemos o grande grupo empresarial para a concentração do Fies no País. De cada R\$100, R\$40 vão para eles; não para os pequenos, mas para quatro grandes empresas.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Para encerrar.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC) – Por isso é que se precisaria, Deputado Pedro Fernandes, de um pouco mais de debate quanto ao mérito. Não tive nem o direito de discutir o mérito aqui.

Se quisermos dar o direito a todos os Estados da Federação... Nobre Senador, V. Ex^a vai ter a compreensão do que vai significar se não cuidarmos de colocar algumas travas nessa construção. O que se faz, ao contrário, é abrir a porteira para algumas questões, como a do Cadin e assim por diante, para os grandes grupos fazerem concentração de dinheiro público.

O SR. PRESIDENTE (Fábio Ramalho. Bloco/PMDB - MG) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado, gente.

(Iniciada às 11 horas e 53 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 47 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 744, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008, QUE INSTITUI OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DOS SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA EXPLORADOS PELO PODER EXECUTIVO OU OUTORGADOS A ENTIDADES DE SUA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTITUIR A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às catorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Ságuas Moraes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 744, de 2016, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Deca, Ronaldo Caiado, Paulo Rocha, Lasier Martins, Wilder Moraes, Elmano Férrer, Romero Jucá, Telmário Mota, Antonio Carlos Valadares e Gladson Cameli; e dos Deputados Leonardo Quintão, Sandro Alex, Carmen Zanotto, Pedro Fernandes, André Amaral, Izalci Lucas, José Rocha e Paulo Magalhães. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião e passa a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, que procede à leitura do Plano de Trabalho (Requerimento nº 10). Fazem uso da palavra para discutir os seguintes Parlamentares: Deputado José Rocha e Senador Paulo Rocha. Colocado em votação, o Requerimento nº 10 é aprovado. A Presidência comunica que há sobre a mesa os Requerimentos nºs 1 a 9, de audiência pública. Colocados em votação, em globo, os requerimentos são rejeitados. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e dezenove minutos, lavrando eu, Rodrigo Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Ságuas Moraes, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado SÁGUAS MORAES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 744, de 2016.

A presente reunião destina-se à apreciação do Plano de Trabalho.

Passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Obrigado, Presidente.

Srs. membros da Comissão, nós estamos propondo o início efetivo das audiências públicas para depois de amanhã, quinta-feira; terça-feira da semana que vem; e quarta-feira da semana que vem – portanto, três audiências públicas. Teremos cinco convidados para quinta, cinco para terça que vem e estamos propondo, Presidente, para o dia 30, isoladamente, o Ministro da Casa Civil, Eliseu Padilha.

Os convidados que participariam a partir de quinta-feira seriam o Sr. Márcio Freitas, Presidente do Conselho de Administração da EBC; o Sr. Ricardo Melo, ex-Presidente da EBC; a Srª Rita Freire, jornalista e ex-Presidente do Conselho Curador da EBC; a Srª Akemi Nitahara, jornalista representante dos trabalhadores, no lugar do outro servidor, Pedro; Srª Renata Miele, jornalista e Coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, no lugar de Lalo; o Sr. Laerte Rímoli, Presidente da EBC; a Srª Tereza Cruvinel, jornalista e ex-Presidente da EBC; o Sr. Venício Lima, jornalista, sociólogo e professor titular de Ciência Política e Comunicação da UnB; o Sr. Ângelo Cançado, Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional; e a Srª Deborah Duprat, Procuradora Federal.

Então, nós passaríamos a formular os convites para aqueles que puderem vir, procurando aproveitar o máximo de presenças. O ideal seriam cinco nesta quinta-feira e cinco na terça-feira que vem. No entanto, se tivermos dificuldade, vamos trabalhar conforme as possibilidades, já que o que nos preocupa, Presidente, é o aperto do prazo. No dia 9 de fevereiro, falece a medida. Portanto, nós temos que andar rápido.

E aí o roteiro seria o seguinte: realização da primeira audiência pública depois de amanhã, dia 24. Por ser uma quinta-feira, a nossa proposta é que seja às 9h. Depois, a segunda audiência pública seria na terça-feira que vem, às 14h30. A terceira e última audiência pública, então, com o Ministro, no dia 30, que é uma quarta-feira, também às 14h30. A discussão e votação, na Comissão Mista, seria no dia 6. Se houver pedido de vista, ficará então a votação para o dia 7 de dezembro. Depois, a nossa expectativa é que vá para a Câmara no dia 13, para discussão e votação. E ficaria para a primeira semana de fevereiro a votação no Senado Federal,



considerando que no dia 9 expira o prazo.

Essa é a proposta de roteiro, de programa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Sr. Presidente, Deputado Ságuas Moraes, Sr. Relator, Senador Lasier Martins, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, não vejo aí nessa relação nenhum representante da radiodifusão. Talvez fosse interessante colocar aí a Abert nessa relação de audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – O Deputado André Amaral solicitou a palavra?

Na verdade, Deputado José Rocha, recebemos várias solicitações, vários requerimentos. Vieram para cá nove requerimentos com uma série de nomes, 38, e tentamos aqui, juntamente com o Senador Lasier, colocar os nomes que tinham sido indicados nesses requerimentos, que foram acatados parcialmente.

O senhor sugere então que a gente coloque um representante da Abert?

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – A radiodifusão aí participando.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vou passar para o Relator.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Se for o único acréscimo, considerando ser uma única pessoa, eu concordaria. Colocaríamos, então, quem sabe, lá já na primeira audiência.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Está bem. Eu só quero indagar algo ao Senador Paulo Rocha.

No dia 30, Senador, eu vou estar em viagem, porque sou do Parlamento do Mercosul. E eu já tinha entrado em contato com o gabinete de V. Ex^a, que é Vice-Presidente da Comissão, para que o senhor presida esta audiência pública do dia 30, que será quarta-feira às 14h30.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Sr. Presidente, Sr. Relator, colega Lasier, eu também sou um dos autores do requerimento de audiência pública e, naturalmente, pela experiência que a gente já tem no Parlamento, o tipo de medida provisória é iniciativa do Poder Executivo, já que a Constituição assegura ao Executivo a iniciativa de legislar, mas com as regras claras de passar pelo debate aqui, no Parlamento.

Acho que a melhor forma de dialogar com os interesses da sociedade são as audiências públicas. Naturalmente, como o nosso Parlamento é uma Casa de representação e também é uma Casa de interesses da sociedade brasileira, o que está em jogo aqui na medida provisória é a interrupção do que já se conquistou, através da democracia, da questão da comunicação pública, etc.

Nesse sentido, eu acho que é democrático receber todas as sugestões, dados os interesses que estão colocados aqui. Eu concordo com o Plano de Trabalho. Acho que atende – digamos assim – os passos para aprofundar a discussão e dialogar com a sociedade brasileira.

O Rocha, aqui, disse que é meu primo, mas não tenho muita relação lá pela Bahia. Ele está propondo a Abert. Naturalmente, a Abert, através da sua associação, representa os interesses dos representantes privados, da comunicação privada, que naturalmente têm interesse no debate. Se for atendida a questão da Abert, eu acho que é correto colocar também a representação da comunicação pública, que tem também uma organização. Então, eu ponho para a Mesa analisar, uma vez que eu não sou contra a Abert participar, mas desde que haja paridade das organizações da comunicação pública, que também existe e que está organizada.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Pela ordem, Presidente! Presidente, pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Presidente, queria me dirigir ao Relator Lasier Martins, no sentido de que há uma preocupação em relação à primeira semana de trabalhos do próximo ano, sendo que a validade dessa medida provisória termina em 9 de fevereiro. Nós podemos correr o risco de não ter quórum nessa primeira semana de fevereiro, e se pudéssemos antecipar em uma semana, talvez fosse mais seguro, para que nós pudéssemos ter certa segurança em relação ao término da validade da medida provisória, mesmo que possam ser sacrificadas as audiências públicas. Não tenho nenhuma...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Deputado José Rocha, enquanto o nosso Senador vai pensando aqui...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Precisariamos de um calendário.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Na verdade, tivemos essa preocupação, tanto é que eu acho muito difícil, Senador, a primeira semana de fevereiro não dar quórum, porque é o retorno do recesso. Eu acredito que nós deixamos o prazo de uma semana para votar na Câmara agora, porque vamos fazer as audiências públicas que...

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Presidente, permita-me.

É eleição da Mesa, que se faz em dois dias: eleição da Mesa lá da Câmara e aqui do Senado. Eu tenho a impressão de que sempre tem acontecido de, no Senado, ser depois da Câmara. E nós podemos estarmos comprometidos nessa primeira semana. É bom avaliar. Lógico que ninguém tem interesse que ela caia. Nós



temos interesse de que seja votada. É só para que possa estudar esse calendário, em função até da própria eleição da Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – A partir da aprovação do relatório aqui, nós teremos uma semana que deixamos para a Câmara, agora. Depois entra o recesso, e a votação, no início de fevereiro, já vai com a aprovação da Câmara, Deputado José Rocha. A expectativa é de que a votação da Câmara aconteça ainda este ano.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Mas, no Senado, nós vamos ter uma semana só. E, nessa semana, há a eleição da Mesa. Talvez seja uma semana meio curta para que possamos votar. É bom dar uma estudada com calma.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Senador Paulo Rocha, o senhor já tem o nome da pessoa para indicar?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – O Relator e os companheiros concordam com acrescentar os dois?

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Com o Relator, da minha parte, tudo bem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Senador Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Ele está vendo aqui o calendário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Não, estou falando dos dois só.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Nós estamos muito apertados com relação à votação, no Senado, ainda neste ano. É o drama que estamos enfrentando.

Sim, meu prezado Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – O senhor concorda, então, com a representação dos dois nomes das associações aqui propostas tanto por mim...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Sim, os dois.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Eu queria lembrar que há o representante dos funcionários que, a rigor, é da comunicação pública. Eu tenho impressão de que já está...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Desculpe, mas aí é questão de representação. Se há representação da empresa, há representação do empregado.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – É o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, a Srª Renata Miele.

Tenho impressão de que ela já preenche a sua proposta.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – São representações diferentes. É a questão da posição de discussão privada e pública. Se ele propõe... Concordo, há interesses aí postos, nós colocamos a representação da organização pública. Não vejo por que não. É para se fazer o debate do contraditório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Está bom. Agora vamos combinar o seguinte: fechamos a lista aqui. Espero que as senhoras e os senhores concordem.

Então temos seis para cada audiência ou então temos doze. É possível que alguém não compareça.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – O nosso Relator, naturalmente, vai formar a sua opinião a partir das audiências públicas. Então organize quem deve estar numa audiência ou na outra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – No primeiro momento, estamos na dependência de quem estará disponível para depois de amanhã, porque está muito em cima. A nossa assessoria vai fazer contatos. Independentemente da posição na lista, os seis que puderem comparecer amanhã, nós já vamos aceitar de braços abertos.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Tranquilo.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Porque ganhamos tempo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Concordo.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Então, está de acordo assim, já foram acatados os dois nomes.

Os Srs. Parlamentares que concordam com o Plano de Trabalho apresentado pelo Relator, Senador Lasier Martins, permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Foram apresentados os Requerimentos nºs 1 a 9, solicitando a realização de audiência pública.

Em votação.



Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Os Requerimentos nºs 1 a 9 foram rejeitados.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da Ata da presente reunião.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Antes da ata, Presidente, nós ainda estamos preocupados com esse risco de não podermos votar por falta de quórum no Senado em fevereiro do ano que vem.

Eu queria cogitar, queria especular se ainda teríamos possibilidade de votar agora, no mês de dezembro.

Foi feita uma proposta pela assessoria de que, se votarmos no dia 6, se não houver pedido de vista, aí quem sabe poderíamos votar na Câmara no dia 7 e levar para a Câmara no dia 13 e no dia 15 para o Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vai depender dos Presidentes das Casas. Creio que na Câmara dos Deputados não haveria problema, porque o Deputado José Rocha está aqui e vai pedir para acelerar lá. Ele já fez isso com *A Voz do Brasil*, mas não deu certo no Senado. Uma vez aprovado lá, quando chegar ao Senado caberá ao senhor, como Relator...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Eu proponho que a gente vá matando um leão de cada vez. A gente não sabe qual é a polarização que vai se estabelecer a partir das audiências públicas. Eu sei que há questionamento muito forte sobre essa questão. Então, vamos realizar as audiências e depois estabelecer um calendário da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Prazo há. Vai depender dos Presidentes das Casas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – O nosso prazo é o do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vamos cumprir com o nosso prazo, vamos cumprir com as audiências no nosso prazo.

Tudo bem, Senador Lasier?

Na verdade, a gente vai terminar em tempo de ser votado na Câmara e no Senado. Então, eu acho que está bem encaminhado. Eu acho que essa...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Outra hipótese, para terminar essa questão, seria fazer duas audiências no mesmo dia. Por exemplo, na terça-feira que vem fazemos a última parte do grupo de seis e também o ministro.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Só que o problema é o tempo, Senador. Nós vamos atropelar as audiências. Suponhamos que numa audiência com seis componentes na Mesa falte um, vão cinco. Você tem que dar o mínimo de tempo para que cada um possa expor suas ideias, para abrimos o debate com os membros. Eu acho que, talvez, vamos tentar atropelar as audiências, e o Presidente da Casa não vai ter o interesse de colocar a votação no prazo. Mas, da forma que está no calendário, acredito que nós temos prazo suficiente para votar nas duas Casas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Sr. Presidente, eu estou observando que há três vagas para suplentes no PMDB. Nós poderíamos suprir essas três vagas, e é uma alternativa maior para termos quórum no ano que vem.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Sim, mas eles estando aqui conosco, pelo menos teríamos a garantia de gente que participou.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Solicitar lá, para poder colocar na pauta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Exatamente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Só tem uma vaga? Sim, há uma vaga para titular.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Se é providência da Mesa chamar a atenção dos partidos, que indique os seus representantes.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Sim. Está faltando só um do PMDB, um suplente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – A nossa preocupação, Senador Paulo Rocha, é que, depois de todo esse esforço que vamos dispendendo fazendo extensas audiências, corremos o risco de não conseguir votar no Senado, essa é a nossa preocupação. Nós teremos uma semana só, em fevereiro.

Eu tenho a impressão de que...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Chegou o Senador Jucá, que pode ajudar o senhor nessa missão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Pergunto, Senador Jucá: o senhor, que acho que é o mais



antigo aqui de todos nós, acha que teremos quórum no Senado para votar na primeira semana de fevereiro, uma vez votado na Câmara, agora, no dia 13 de dezembro? Ficaria tudo pronto para encerrar no Senado na primeira semana de fevereiro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Veja bem, nós temos eleição da Mesa no dia 1º – eu não sei que dia cai da semana.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Quarta-feira. Então, no dia 1º, dia de eleição, não há sessão. Que dia cai a medida provisória?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Dia 9. O ideal é que pudesse ser votada antes, na Câmara, e no Senado ainda em dezembro, mas que chegasse ao Senado ainda em dezembro, porque, como nós temos um entendimento de que é preciso um certo prazo, no Senado, de sete dias para chegar a medida, dois dias úteis para discutir, em tese, se a gente chega muito perto, às vezes impossibilita.

Apesar de que um dos meus temas na discussão da Liderança do Governo no Congresso é depois conversar com o Presente Rodrigo Maia e com os Líderes da Câmara, para que a gente possa aprovar a PEC que regulamenta prazos de medida provisória, exatamente para que o Senado possa ter trinta dias de discussão e debate de medidas provisórias, até podendo emendá-las e devolver à Câmara. Porque hoje, infelizmente, na maioria das situações, o Senador Paulo Rocha sabe disso e é um dos que bate muito nessa tecla também, é que nós chegamos e ficamos até impossibilitados de fazer qualquer tipo de mudança por conta de prazos de perda de validade.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Fica um órgão homologatório do que a Câmara decide.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Do que a Câmara faz.

Então, eu acho que nós estamos em uma transição. É importante que a gente faça isso. Agora, eu pediria que nós pudéssemos votar ainda em dezembro, pelo menos na Câmara dos Deputados, e aí virá...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – A ideia, Senador Jucá, é a gente estar pronto, tendo aprovado aqui na Comissão, no máximo dia 7 de dezembro agora, e já encaminhar para a Câmara. E aí, a Câmara terá uma semana inteira para votar. E aí, votado na Câmara, acho que ele fica pronto para votar no Senado. Dia 1º é quarta-feira, mas nós teremos a outra semana inteira antes de ela cair.

Então, eu acredito que nós temos...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu acho que a Câmara, fazendo a parte dela e mandando para o Senado, aí nós vamos aqui efetivamente colocar o Senador Lasier como Relator. Ele é uma garantia de que o Senado terá toda a atenção para com a matéria.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Com a ajuda de V. Ex^a, senão ficaremos em uma tensão muito grande porque a única alternativa que nos restaria, a não ser isso, seria fazer duas audiências agora, na quinta-feira ou na terça-feira que vem.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Líder Jucá, você foi um dos comandantes da última reunião do Colégio de Líderes. O Senado organizou uma pauta intensa de aprovações de matérias importantes até o dia 13. Não é só a PEC nº 55, mas é um conjunto de autoridade, reforma política, securitização, repatriação. Então, já há uma pauta intensa para o nosso Senado aqui debater todas as matérias importantes e tal.

Então, eu acho que, se cumprir essa aqui até o final do ano, a Câmara cumpra, dá para nós o Senado, regimentalmente, discutir e aprovar a medida provisória na semana de fevereiro.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Líder, a preocupação é que na primeira semana de fevereiro nós temos aí a eleição da Mesa do Senado – dia 1º, quarta. Nós temos aí sexta, sábado e domingo, menos três dias, menos um, quatro dias. Dia 9 ela perde a validade.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Mas dia 9 é quinta-feira da outra semana.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Ela perde a validade. Então, corremos o risco de não conseguir no Senado concluir essa votação na primeira semana de fevereiro. Talvez, nós pudéssemos tentar votar no Senado na última semana de dezembro.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sim, mas aí é preciso sair da comissão e votar na Câmara. Na Câmara e na comissão, a gente não tem a controle. Então, eu acho que...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – O que tem que assegurar, Rocha, dado o interesse do Governo, o interesse... Todos os governos foram assim. Mas o que o Senado não pode é chegar no dia sem... Às vezes, a gente passa por cima até regimentalmente da questão e não dá um prazo para o processo de discussão e de aprovação, que geralmente tem sido assim. Por isso, a ideia é dar uma semana, que é mais ou menos o que os



Senadores têm estabelecido nesse processo, para que o Senado também faça uma aprovação tranquila.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Mas não teremos uma semana.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Teremos.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Não. Dia 1º é quarta. Nós temos sexta, sábado, domingo e segunda, quatro dias em que não há sessão no Senado. Vamos ficar só no...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Aí tem terça e quarta.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Sete e oito, os dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – É por isso que é preciso chegar aqui antes, para que possamos ler e ter o prazo contando já de dezembro. Podemos até votar no início de fevereiro, mas é importante que a matéria chegue aqui, ao Senado, até....

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Que chegue, para no dia 13, por exemplo, ser lida para entrar em pauta. É isso.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os senhores Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 19 minutos.)



ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 744, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008, QUE INSTITUI OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DOS SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA EXPLORADOS PELO PODER EXECUTIVO OU OUTORGADOS A ENTIDADES DE SUA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTITUIR A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Ságuas Moraes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 744, de 2016, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, José Medeiros, Ronaldo Caiado, Paulo Rocha, Lasier Martins, Vanessa Grazziotin, Ana Amélia e Romero Jucá; e dos Deputados Ságuas Moraes, Angela Albino e Carmen Zanotto. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à Mesa os seguintes participantes: Laerte Rímoli – Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC; e Ricardo Melo – Jornalista e Ex-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação S/A – EBC. A Presidência passa a palavra aos expositores. Em seguida, o Relator, Senador Lasier Martins, interpela os expositores. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Paulo Rocha, Deputada Angela Albino, Senador José Medeiros, Senador Valdir Raupp, Senadora Ana Amélia e Senadora Vanessa Grazziotin. Às onze horas e cinquenta e quatro minutos assume a presidência o Vice-Presidente Senador Paulo Rocha. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às doze horas e trinta e um minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Ságuas Moraes, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado SÁGUAS MORAES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 744, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para o assento à mesa os seguintes convidados: Laerte Rímoli, Presidente da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), e o Sr. Ricardo Melo, jornalista e ex-Presidente da Empresa Brasil de Comunicações (EBC). Parece que ainda não chegou, mas assim que ele chegar, vamos convidá-lo para compor a Mesa.

Havia mais quatro convidados, dois nos ligaram dizendo da dificuldade de estarem presentes hoje, foram autorizados para a audiência de terça-feira, e dois não confirmaram a presença. Portanto, nós teremos hoje só os Srs. Laerte Rímoli e Ricardo Melo.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo www.senado.leg.br/ecidada-nia ou pelo 0800-612211.

De acordo com o art. 94, §§2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado com o art. 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará sua exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpeção pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida pela ordem de inscrição.

Como o Sr. Laerte Rímoli já se encontra, vamos conceder ao senhor 20 minutos. Obviamente, se o senhor precisar de um pouquinho mais, nós não seremos tão rígidos assim.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Bom dia a todos. Eu agradeço esse convite feito.

Como todos sabem, entramos na EBC dia 20 de maio e desde lá passamos por um período muito turbulento. Eu queria começar mostrando para os senhores como fui recebido na EBC pelo Conselho Curador. Paulo, é um filminho de dois minutos e meio.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – No dia 31 de maio – eu tinha chegado à EBC no dia 20 de maio –, naquele momento em que o Conselho Curador se reuniu e permitiu esse tipo de manifestação, que era tipo “Fora, Temer” e “Fora, Rímoli”, discutíamos que tínhamos recebido o Conselho de Administração (Consad) da EBC com o



registro de um déficit na empresa de R\$94,8 milhões para 2016, déficit esse agravado por contratos esquisitos, com jornalistas completamente alinhados ao governo que estava no poder. Então, a primeira decisão que tomamos foi cancelar sete contratos abusivos: contratos dos jornalistas Luis Nassif, Paulo Moreira Leite, Emir Sader, que, juntos, representaram uma economia de mais de R\$3 milhões naquele momento. Fiquei lá 12 dias e, nesse tempo, consegui cortar R\$9 milhões desse déficit previsto, de R\$94,8 milhões. Esse número é o que está registrado pelo Conselho de Administração.

Depois de começar a fazer esse tipo de corte, partimos para contratos administrativos. Conseguimos cortar alguns contratos, 25%, e nomeei, pela primeira vez desde que a empresa foi criada, três diretores da Casa, que estão aqui: Lourival Macedo, no jornalismo; José Arimateia, para operações; e o Luiz Antônio como diretor administrativo e financeiro. Nessa empresa, que ficou 13 anos sob o comando do PT, jamais algum trabalhador da empresa tinha chegado à direção.

Sentimos também, nessa chegada nossa, nesse período em que assumimos, que, se alguém precisa de um exemplo de aparelhamento, de uso político, a EBC é o maior exemplo. Ela nunca fez comunicação pública; pelo contrário, atendeu aos interesses de um partido político. Os exemplos são gritantes e claros. Naquele período pré-impeachment, ela foi utilizada, por exemplo, para mostrar a manifestação na Candelária, onde havia artistas, o ex-presidente Lula, defendendo a Presidente Dilma.

Dez dias antes do *impeachment*, com cargo vago de diretor-presidente, foi nomeado o jornalista Ricardo Melo. Antes disso, por três meses e meio, a empresa ficou sem comando porque o jornalista Américo Martins, que tinha sido indicado presidente, pediu demissão, sumiu da empresa porque não concordava com um contrato que considerava suspeito, de transmissão de futebol. Era o maior contrato da empresa, um contrato de R\$18 milhões, que foi rapidamente empenhado. A área técnica da empresa reclamou daquele empenho, já que a empresa tinha o déficit de R\$94 milhões previsto, mas isso não foi levado em conta. Hoje, esse contrato é objeto de auditoria interna, que já deve estar sendo concluída, para que mandemos para o TCU.

Além desse contrato de futebol, que é esquisito, um dos diretores que o ex-Ministro Edinho Silva colocou lá, Pedro Varoni, depois desse contrato grande, ainda acrescentou um outro contrato de R\$2,8 milhões para passar o campeonato de futebol da Série A3 feminina de São Paulo. Essas coisas foram de tal forma amarradas que só nesse contrato nós conseguimos atuar e conseguimos tirar R\$1,5 milhão daqueles R\$2,8 milhões previstos. Esse Sr. Pedro Varoni ficou lá por 40 dias, fez apenas esse contrato, saiu e, depois, conseguiu uma quarentena. Ele está recebendo uma quarentena, ou seja, ele recebe salários por seis meses depois de ter colocado a empresa nessa dificuldade.

Desde o princípio, o que nos norteou foi o seguinte: nós não fomos lá para fazer militância política. Nós não somos donos da empresa. Eu tenho, na melhor das hipóteses, um mandato que vai até o final de 2018 e quero dizer que os diretores que eu coloquei são todos jornalistas. Aquela é uma empresa de comunicação. Lá os senhores não encontrarão chefes de gabinetes de políticos, diretores de estatais que tenham compromisso político. Nós estamos lá como jornalistas.

Esse esforço, desde quando eu voltei para a empresa, no dia 15 de setembro, fez com que a gente baixasse para R\$38 milhões aquele déficit previsto de R\$94 milhões. Então, os senhores notem que eu aqui estou falando de gestão de empresa, porque a coisa estava de tal forma perdida, sem nenhum respeito ao orçamento e a nada, que nós tivemos que partir para cima dessa questão salarial.

Uma coisa que nos impressionou foi que o Conselho Curador interferia na administração da empresa. Mesmo com um déficit de R\$94 milhões previsto, os programas que o Conselho Curador abençoou para fazerem parte da grade significavam R\$26 milhões a mais de despesas para a empresa. Então, era um Conselho Curador que interferia na administração e que não cuidava da programação.

A EBC é uma empresa pública que tem uma dependência quase que total do Tesouro Nacional. Ela tem, em termos de recursos próprios, apenas R\$80 milhões, de um volume total de R\$600 milhões. Desse total, R\$390 milhões são destinados a pagamento de pessoal; o resto é custeio e investimento.

Há cinco anos essa empresa não tem um tostão de investimento numa área nevrálgica, a área de operações. O Ari, que está ali, sofre com isso. E as pessoas reclamam: “Quando eu viajo para Pirenópolis, já chegando na Ceilândia, o som da rádio é inaudível”. As pessoas reclamam da imagem da televisão. E isso se dá porque nós temos um equipamento que está completamente defasado.

Foi feito um concurso público no ano de 2011. A área finalística foi totalmente relegada. Essa questão das operações é criminoso. O Rio de Janeiro tem uma sede que está caindo aos pedaços. Os estúdios têm cheiro de mofo. Nós herdamos, então, uma empresa completamente caquética e nós estamos tentando colocá-la nos trilhos.

Ao dizer isso, não estou conduzindo a conversa para o fim. O País tem um parque de comunicações ali



de sete emissoras de rádio, duas emissoras de televisão, uma agência de notícias, a Agência Brasil, que é uma referência neste País. Temos a Rádio Nacional, que é emblemática. Então, nós temos um parque de comunicações ali que foi totalmente sucateado. A questão ali era a de realmente fazer... Foram três superposições. Havia a Empresa Brasileira de Notícias, veio a Radiobrás e, depois, a EBC.

Então, nós herdamos uma empresa que não tem plano de cargos e salários. Agora, finalmente, com a nossa chegada, estamos fazendo um PDV para a empresa. Imaginamos que um terço dos 2,1 mil funcionários possa aderir a esse plano. Além do PDV, estamos com um plano de cargos e remuneração. E, se for preciso – em algumas áreas, quando se faz o PDV, perdem-se profissionais quase de toda a área –, poderá haver um concurso localizado.

Então, a nossa preocupação hoje com essa empresa é referente a esse rombo de R\$38 milhões, ao uso que foi feito dela, à manipulação interna. Outro dia, um editor de televisão pediu que tirasse o nome dele dos créditos. Ele disse que não concordava com a forma com que estávamos tratando, dando muita economia e nada de social naquele jornal. Alguém que não entende que o social e a economia andam juntos, realmente, não pode ser um editor. Essa petulância estamos encontrando lá o tempo inteiro.

Nós temos uma resistência imensa a mudanças, mas não temos o menor temor em fazer lá o que não foi feito pela administração anterior. Há uma regrinha básica de jornalismo – aqui há muitos jornalistas –, que é ouvir os dois lados. Isso não aconteceu na EBC. Dos sete contratos que nós cortamos, alguns eram completamente leoninos, como o do jornalista Luis Nassif, que chegava a R\$750 mil por ano, ou como o contrato de Paulo Moreira Leite, que era de R\$700 mil por ano. Se os senhores pegarem os programas deles, os senhores verão que não havia ali esse famoso “ouvir os dois lados”, que era só um lado. Houve um momento em que estava programada uma entrevista com a Senadora Vanessa Grazziotin para tratar de *impeachment*, e, quando a diretora-geral perguntou quem iria debater com ela, disseram: “Não, não, só vem ela, porque ninguém quis vir mais.”

Então, a situação estava assim. A EBC estava entregue para um grupo político, para atender a um interesse político, e a nossa missão, ao chegar lá agora, foi realmente a de devolver a EBC ao seu principal cliente, que é o telespectador, que é o brasileiro, que é o cidadão comum.

Nós estamos nessa batalha pela organização dela. Assusta este número: além dos 2.150 cidadãos que têm concurso, lá há 420 de livre provimento. Desses 420, 70% são gratificações que são dadas a funcionários da casa. Apenas 120 são realmente distribuídos para Rio, São Paulo, Brasília e São Luís, no Maranhão.

Então, o que eu queria deixar aqui para a análise dos senhores é que nós pegamos uma empresa completamente distorcida. No dia 27 de junho, o Lourival Macêdo, que tem 38 anos de casa e que é nosso Diretor de Jornalismo, fez um artigo para a *Folha de S. Paulo* em que fala sobre “O sequestro da EBC”. Ele relatou o seu espanto diante da grande ênfase daqueles que vociferavam contra o golpismo e que hoje defendem com indignação um pluralismo que não praticaram na EBC. Eu cito o Lourival porque o Lourival é funcionário de carreira lá, hoje é o nosso Diretor de Jornalismo e está empenhadíssimo em devolver à EBC o *status* que ela sempre teria que ter, que é o de empresa de comunicação pública.

Outra coisa que nós percebemos destrozada ao chegar lá foi a rede pública. Como a TV Cultura de São Paulo estava na mão do PSDB, como a TV Educativa do Paraná também estava na mão do Richa, do PSDB, simplesmente os acordos de cooperação foram desconhecidos, e essa rede foi esfacelada. Há uma troca hoje de programação que é uma troca pífia, sem o menor controle. Nós temos que retomar esse controle sobre a rede pública, e sem essa preocupação política – fulano é de um partido, fulano é de outro partido. Nós temos que retomar isso, porque são 48 empresas de comunicação pública que estão aí sem acordos de cooperação numa época em que é muito complicado produzir – ninguém tem muito dinheiro, inclusive as empresas privadas. Só a cooperação pode ajudar neste momento.

Eu acho que, *grosso modo*, é isso o que posso dizer neste momento.

Estou aqui à disposição dos senhores para esclarecimentos.

Agradeço mesmo a nossa presença aqui. Obrigada.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT) – Agradeço a fala do Sr. Laerte Rímoli, que é o Presidente da Empresa Brasil de Comunicação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT) – Já convido o Sr. Ricardo Melo, que é jornalista e ex-Presidente da Empresa Brasil de Comunicação, a se manifestar.

O senhor terá um prazo de 20 minutos,...

O SR. RICARDO MELO (Fora do microfone.) – Só?

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – ... que poderá ser estendido um pouco mais. O senhor



pode iniciar sua fala a partir de agora.

O SR. RICARDO MELO – Está bem, Deputado, obrigado.

Vocês me desculpem o atraso, mas é que não conheço muito bem Brasília, nem o taxista, e a gente meio que se perdeu no caminho.

Eu não ouvi as palavras do Laerte, mas o que eu queria falar é o seguinte: acho que estamos vivendo um momento muito delicado em termos de comunicação pública no País. A primeira coisa a se dizer é que a comunicação pública é algo previsto na Constituição (art. 223), que previu três níveis de comunicação no País: a comunicação privada, a comunicação governamental oficial e a comunicação pública, comunicação pública essa que fundamentalmente deveria ser exercida e administrada pela sociedade, por representantes da sociedade, não por representantes do Governo, não por representantes oficiais. E foi essa natureza, com alguns anos de atraso, porque isso está na Constituição de 1988, que presidiu a fundação da EBC, em 2007 e 2008, graças – e eu sempre relembro isso – ao esforço quase individual da jornalista Tereza Cruvinel, que não sei se está aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO MELO – Ela veio na terça-feira. Visava dar um espaço para a sociedade diferente do espaço que existe na mídia brasileira, que tem uma especificidade muito grande. A mídia brasileira – e não é uma crítica, é uma constatação – é oligopolizada em termos de produção, são seis ou sete famílias que dominam a mídia no Brasil, e praticamente monopolizada em termos de opinião, com raríssimas exceções, raríssimas.

Eu posso citar inclusive uma. Toda a minha carreira como jornalista, antes de eu vir para a EBC, foi feita na iniciativa privada. Eu trabalhei, citando os principais, na *Folha*, no *Estado*, na Rede Globo de Televisão, na Rede Bandeirantes, no *Valor Econômico*, no *Diário de São Paulo*, na época em que pertencia às Organizações Globo, e no SBT. É a minha primeira experiência numa empresa pública em comunicação pública na minha trajetória profissional.

Digo mais: eu não voto desde 1989. Não voto. Não voto porque, como jornalista, sinto-me mais à vontade para exercer a minha função, a minha missão, sendo completamente independente de qualquer partido ou de qualquer agremiação política. Não só não voto como também não milito em nenhum partido, desde 1985. Ou seja, já se vai muito tempo. Então, eu acho que essas credenciais é que me trouxeram para a presidência da EBC.

Eu fui indicado pela ex-Presidenta Dilma Rousseff. Se vocês me perguntarem, por exemplo, se eu conheço a Dilma, nunca vi mais gorda. Nem antes nem depois da dieta Ravenna. Se eu conhecia o Edinho Silva, eu conheci quando ele me empossou. Então, essas credenciais é que me trouxeram para cá.

Agora, o que está acontecendo hoje. Não quero satanizar nem fulanizar. Conheci o Laerte acho que há uns trinta anos – ele não vai lembrar disso –, com a Terezoca, a Maria Thereza Pinheiro. A gente se encontrou por acaso no Rubaiyat, que é um restaurante de São Paulo, e nunca mais o vi.

Tudo isso que me trouxe à EBC, que era uma experiência inédita na minha carreira, era a sensação de que, realmente, a gente poderia fazer alguma coisa que existe nos países mais avançados e de democracias consolidadas, como a BBC, a NHK, no Japão, a RTP, a RAI e outras empresas de comunicação que, realmente, estão vinculadas mais ao interesse público, à gestão pública, do que a interesses de famílias e de setores da iniciativa privada, e que não são excludentes. As duas coisas podem conviver tranquilamente.

Ocorre que, com a ascensão do Governo Michel Temer, o que está se fazendo é destruir a EBC. Isso nós temos que falar muito claro. E não estou dizendo que é uma obra do Laerte, eu não estou dizendo que é uma obra de fulano, de sicrano, de não sei o quê, mas, a partir do momento em que você exclui, elimina, desmantela o Conselho Curador, que é aquele organismo que deveria, em nome da sociedade, zelar pelos princípios da comunicação pública, independente, plural, diversa, com amplitude regional, que não seja uma comunicação pública simplesmente centrada no Rio e em São Paulo, a partir do momento em que você faz isso, está destruindo um alicerce fundamental de uma empresa que se pretende de comunicação pública. Isso é uma coisa.

A segunda coisa: o mandato do presidente foi concebido para ser um mandato que não coincidissem com o mandato dos Presidentes da República, e quando você dá poder ao Presidente da República de destituir, a qualquer momento e por qualquer motivo, se o Michelzinho achar que aquele desenho animado não está legal – “Ah, pai! Tira esse desenho do ar” –, ele vai lá e tira do ar; se a Marcela não gostar do Lourival, nosso diretor de jornalismo, a quem eu cumprimento e considero um amigo pessoal – “Ah, não gostei do Lourival” –, vamos tirar o Lourival. Porque tudo isso passou a ser uma função discricionária do Presidente da República. Antes da medida provisória, para você tirar o Lourival, tinha que passar por um conselho curador, tinha que ter dois votos de desconfiança, e assim por diante. Atualmente, não. Então, recomendo que você não brigue nem com a Marcela nem com o Michelzinho.



Então, acabou o caráter independente da EBC. Acabou. Mesmo o Laerte, amanhã: “Ah, não sei, o Temer não gostou do Laerte. Ele acha que o penteado dele não ficou bom hoje.” E se ele apareceu na televisão e falou alguma coisa que eu não gostei: “Tchau, Laerte.” Então, aquele controle social simplesmente foi desmantelado. E a EBC, como empresa pública de comunicação, a partir da medida provisória, deixou de existir. Ela é uma empresa governamental. Ela é uma empresa que professa os interesses do Palácio do Planalto, que professa os interesses da Casa Civil, que professa os interesses da Secretaria de Governo, cujo titular a gente sabe quem é: o que está em voga hoje no noticiário.

Então, é essa questão que eu acho que precisa ser discutida. Essa medida provisória precisa ser discutida nessa amplitude e sob esse aspecto, ou seja, não sob o aspecto pessoal.

Eu não estou aqui defendendo o mandato do Ricardo Melo. Eu tenho minha carreira, eu tenho meu emprego, eu posso trabalhar onde eu quiser, ganhando menos ou mais, coisa e tal. Durante certo tempo ficou muito centralizado: “Não, porque o Ricardo Melo quer voltar, por isso ou por aquilo.” Não tenho esse tipo de interesse. Aliás, o meu patrimônio é este aqui: eu tenho um celular que eu comprei, porque o da EBC eu tive que devolver. Aliás, estou, há dois meses, para receber o Fundo de Garantia – há dois meses! Não recebi meu Fundo de Garantia até hoje, há dois meses. Então, eu não tenho esse tipo de interesse material, embora ache que ter interesse material é um direito, é um dever e uma necessidade de todo mundo.

Acho que o escopo da discussão, nesta audiência pública, da medida provisória, das emendas que estão sendo apresentadas tem que ser este: ou vamos construir uma empresa de comunicação realmente pública, que tenha um conselho que represente a sociedade, que tenha organismos, como ela tem, que funcionem de fato, ouvidoria, gerência de não sei o quê – nossa, a quantidade de mecanismos que há na EBC é uma maluquice! –, ou vira uma agência, uma NBR.

Para concluir, queria dizer o seguinte: tudo isso que eu falei não implica que eu ache que a EBC não tem problemas para serem resolvidos. Eu acho que ela teve funcionário demais. Eu acho que ela foi constituída mais à semelhança de um Ministério do que de uma empresa de comunicação, porque uma empresa de comunicação tem necessidades, tem especificidades completamente diferentes das de um Ministério. Eu acho que tem muita coisa a ser feita lá em termos operacionais – e o Ari está aqui para comprovar –, pelo sucateamento de equipamentos e tudo mais, assim por diante. Ou seja, uma série de coisas têm de ser mudadas lá, inclusive, administrativas.

Eu trabalhava, por exemplo... Sempre trabalhei na iniciativa privada e sempre trabalhei em baia, sentado em uma baia. Fui diretor de redação, secretário de redação. Quando eu cheguei à EBC, me falaram: “Você vai ter direito a um chefe de gabinete e três assessores.” Aí eu falei: mas, esperem aí, eu vou fazer o quê? Se eu vou ter três assessores e um chefe de gabinete, não precisam de mim, porque é tanta gente! E três secretárias, quando o Laerte, que já trabalhou na iniciativa privada também, na CBN, provavelmente tinha uma secretária que dividia com cinco, seis diretores. Atualmente nós temos seis secretárias para cada diretor. Então, tudo isso precisa ser remexido lá dentro, tudo isso precisa ser mexido.

Na minha gestão, antes de ela ser concluída, a gente começou a fazer uma série de modificações em termos orçamentários, em termos de pessoal, em termos de redesenho de diretorias e assim por diante, trabalho esse que continua sendo feito, até onde eu sei, embora, obviamente, eu não esteja acompanhando tão de perto o que acontece na empresa.

Para fechar, e obrigado pela compreensão do Presidente e do Relator, é uma farsa dizer que EBC é deficitária. A EBC foi criada com base em um fundo, que a Cris conhece – tudo bom, Cris! –, em um fundo que não foi um novo imposto, foi simplesmente uma parcela do Fistel, que previa o financiamento da empresa, de forma que ela tivesse independência em relação ao Governo, porque atualmente a EBC vive uma situação muito complicada, vive do pinga-pinga do Governo. Esse fundo, no entanto, foi contestado pelas operadoras, mas ele já monta, em depósitos judiciais, a casa de dois bilhões e alguma coisa, que estão retidos porque estão sendo contestados na Justiça. Fora esses R\$2 bilhões, existem cerca de R\$800 milhões que foram recolhidos pelo Tesouro, por intermédio de operadoras que não contestaram a criação da contribuição para a comunicação pública, mas que estão retidos pelo Governo para fazer superávit primário, e não pelo Governo Temer só, atenção!, pelo governo Lula, pelo governo Dilma e agora pelo Governo Temer.

Então, a EBC não é deficitária. Pelo contrário, tem dinheiro, só que o dinheiro está retido, ou indevidamente, através de pedaladas – isso sim é uma pedalada, pegar o dinheiro da EBC e colocar no superávit primário –, ou, então, através de recursos judiciais que têm o seu trâmite... Bom, a gente não pode discutir, porque faz parte do processo judicial brasileiro aquela lentidão que todo mundo conhece, embora nas duas primeiras votações, nas duas primeiras instâncias, a EBC tenha sido vitoriosa, mas isso, provavelmente, vai se arrastar até o Supremo Tribunal Federal e, se cair no colo de Gilmar Mendes, vai durar anos, anos, anos, nove anos, mais ou menos o mesmo prazo que durou até o Renan ser julgado agora pelo dinheiro que dava para a Mônica Veloso.



Então, é esse o quadro. É essa a discussão que eu acho que tem que ser feita. Enfim, espero que a gente consiga avançar nisso e com as contribuições que certamente vocês vão ter para melhorar e restituir à EBC o seu caráter realmente de empresa de comunicação pública, e não, simplesmente, de uma agência governamental.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Sr. Ricardo Melo.

Eu passo, agora, ao Relator, para proferir algumas observações. Depois, passaremos para os Parlamentares inscritos e, depois, para o público.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Ságuas; Sr. Vice-Presidente, Senador Paulo Rocha; Sr^a Relatora revisora, Deputada Angela Albino; senhores convidados, assessorias, imprensa.

Desnecessário dizer que nós temos como muito importantes esses depoimentos que estamos tomando a partir de hoje, a fim de formularmos um bom relatório sobre a criação desta MP 744.

Sr. Presidente, eu pretendo, primeiro, perguntar para o Sr. Laerte Rímoli; na sequência, fazer perguntas ao Sr. Ricardo Melo; depois, pelo critério de V. Ex^a, ouvir os demais questionamentos dos integrantes da Comissão.

Minha primeira pergunta, Sr. Laerte Rímoli, é sobre o seu retrospecto, sobre a sua experiência em comunicação social.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Eu estou há 40 anos na vida jornalística. Eu comecei na TV Anhanguera, de Goiânia; depois, vim para a TV Globo aqui de Brasília; redação do jornal *O Globo*, sucursal de Brasília; sucursal do Estado de São Paulo; sucursal da *Veja*; depois, sucursal da TV Bandeirantes; depois, fui assessor de comunicação do governo Moreira Franco, no Rio de Janeiro; depois, assessor de imprensa do Ministério das Comunicações; fui diretor de jornalismo da TV Globo no Rio... É tanta coisa! Curiosamente, eu e o Ricardo passamos pelos mesmos ambientes: *Folha de S. Paulo*, *Estado de São Paulo*, TV Bandeirantes, então, a minha vida é mesclada.

Quando eu entrei na EBC, disseram que eu era um cara só do serviço público – isso não é verdade. Minha história, história que me orgulha muito, é ter criado a CBN, essa rádio que toca notícia, que criei junto com Jorge Guilherme, que é um baita jornalista e radialista. Eu diria até que foi a experiência profissional da qual mais me orgulho. Em linhas gerais, é minha vida profissional.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Pois não. Como esta nossa audiência pública tem acompanhamento do público brasileiro, é interessante esclarecermos alguns dados elementares, mas que são interessantes para ajuizamento do nosso público. Por exemplo, embora já tenha dito de passagem, como é a composição do grupo de comunicação? Sabemos que tem uma ou mais emissoras de televisão, tem várias rádios, tem uma agência de notícias, tem a NBR. O nosso convidado Ricardo já fez referência de passagem, repito, mas seria bom especificarmos como é a composição do grupo.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Há duas televisões: a NBR é uma televisão que atende ao Executivo, ela presta serviços ao Governo Federal, a Secom compõe os atos do Presidente e dos Ministros, essa é a NBR; e tem a TV Brasil, que é a TV concebida para ser TV pública, aquela que não faz o que as TVs comerciais fazem.

Além disso, temos sete emissoras de rádio, uma delas até muito legal, que é a Rádio da Amazônia. Como nós sabemos, na Amazônia há rincões completamente isolados. Eu estive em São Gabriel da Cachoeira, e é comovente ver a relação que aquela gente de lá tem com os nossos comunicadores. Então, são sete emissoras: Rádio Nacional AM e FM – a Rádio Nacional é aquela velha Rádio Nacional do Rio de Janeiro, que ficava na Praça Mauá –; a agência de notícias, Agência Brasil, que é uma agência que é referência para o Brasil inteiro, porque os pequenos jornais e as pequenas rádios do interior se valem muito do nosso noticiário para compor suas grades, sua programação. Então, é um complexo de comunicação muito bem montado. Um problema que temos ali é que hoje nós estamos num espaço pelo qual a gente paga R\$1 milhão por mês. Uma empresa que não tem dinheiro para investimento gasta R\$12 milhões alugando um prédio do Venâncio 2000.

Em que ano ele foi alugado, Luiz?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – Faz sete anos que a gente está ali.

Ao lado desse prédio alugado, nós temos uma sede, que a gente chama de Ranac, de Rádio Nacional. Essa sede seria, em tese, o local onde a gente iria construir a nova EBC. Houve um momento, quando o jornalista Eugênio Bucci estava lá na Presidência da EBC, em que havia dinheiro em caixa, naquele primeiro momento de criação da EBC, em 2009, mas ele optou por não fazer essa sede. Hoje, nós estamos pagando caro por uma decisão dessas. Nós precisaríamos nos livrar de um aluguel de R\$12 milhões por ano que a EBC tem lá.

O Ricardo fala que é uma falácia essa questão de orçamento. Não é! O Ricardo esteve lá e sabe disto: nós



não temos dinheiro para produção, nós não temos dinheiro para reformar o prédio do Rio de Janeiro. Então, a administração anterior não tinha esse tipo de preocupação com orçamento, com dinheiro público; a atual, tem. Eu não farei nada lá que possa aumentar esse rombo que nós estamos administrando. Eu administro um rombo na EBC, eu não administro um orçamento.

Então, é um complexo de comunicação muito bem montado. Ali há profissionais de qualidade.

Outra coisa que disseram quando nós assumimos – eu estou lá há dois meses – é que nós iríamos acabar com a EBC. Não acabamos com a EBC; nós acabamos com o Conselho Curador, que estava completamente deturpado. Ele não agia como conselho curador. Isso não quer dizer que não possa surgir agora um conselho curador – eu imagino que possa surgir do relatório do Senador – que realmente cuide de programação, não de invadir a administração e não de ajudar a aumentar o rombo da empresa, que já é grande. Então, o que nós temos aí...

A EBC fica no Rio, em São Paulo, em Brasília e no Maranhão. A unidade do Maranhão é pequena. Os funcionários de lá são regidos pelo Regime Jurídico Único. A produção do Maranhão é pífia, eles participam dos nossos jornais com pouca coisa. E essa situação de excesso de funcionários, que qualquer um reconhece, nós tentaremos melhorar com o PDV que estamos preparando agora.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Qual é, hoje, o número de funcionários de todo o grupo?

O SR. LAERTE RÍMOLI – São 2.150 funcionários concursados, portanto, inamovíveis, e 420 de livre provimento. Desses 420 de livre provimento, 290 cargos são para funcionários da empresa. No período em que ficou lá, esses três meses, o Ricardo começou a perseguir essa meta de 70%, e nós estamos, por obrigação, a secretaria das estatais determina que essa distribuição de cargos seja feita dessa forma. Agora, uma coisa que é angustiante ali naquela empresa é que a área fim, que é o jornalismo, foi muito mal pensada e desenhada e hoje temos sérias dificuldades para profissionais para essa missão final que é a principal, de comunicação.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Desde logo eu lhe pergunto: como gestor, o senhor acha que a empresa precisava de tantos funcionários: 2.150 concursados e mais quatrocentos e poucos de nomeação?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Sem dúvida houve um inchaço, Senador, daquela empresa lá. Hoje nós temos, só para citar um exemplo, de lembrar um dado: o *site*, hoje, mais acessado de comunicação no País é feito por três indivíduos, que é O Antagonista. E nós temos ali esse monte de gente. Nesses 13 anos em que o PT ficou no comando, não há um programa, não há nada que seja emblemático da TV pública brasileira. Há programas bons ali, como Caminhos da Reportagem, Samba na Gamboa, programas bem feitos e tudo, mas, com todo esse dinheiro investido, o resultado final...

Outra coisa que me chamou a atenção, que o Ricardo falou também, é essa questão do fundo. Esse fundo, durante 13 anos, o PT não mexeu nele – não é, Ricardo? –, nós herdamos isso. Essa é uma empresa que tem dinheiro, mas não tem. Agora, eu vivo a realidade. A realidade dela é dura: é essa de inchaço de funcionários. As pessoas que têm mais de 30 anos lá têm pedido muito esse PDV. É o que a gente tentará fazer. Já estamos avançados nisso aí e imagino que, com menos 600 funcionários, se a adesão for essa que a gente pensa que pode acontecer, ela já entrará num trilho mais razoável, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sr. Rímoli, nós sabemos que uma empresa de comunicação, para conquistar audiência, precisa de talentos. A empresa possui, pergunto, um bom número de produtores criativos, de apresentadores, de redatores em medida suficiente?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Houve uma inibição dessa massa trabalhadora da EBC na medida em que gente de fora ganhando R\$750 mil foi colocada lá. Em vez de prestigiar a produção interna, a EBC gastou muito dinheiro com profissionais escolhidos no mercado, e escolhidos porque tinham uma afinidade muito grande com o governo do PT, e a produção interna foi colocada em segundo plano.

Nós temos lá um Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), que é um lugar que tem dinheiro hoje, no Brasil, para produção independente. Esse fundo setorial tem R\$60 milhões para produzir 750 horas. E a EBC não escolhe o produto que é feito. Essa produção vem por meio de uma OS chamada Acerp, que é a antiga Roquette Pinto, e a EBC é uma barriga de aluguel dessa produção. Essa produção feita por esse fundo setorial chega à EBC como pacote pronto para ser usado. Nós não temos ingerência sobre a qualidade do que está sendo feito. E essa Acerp, que administra essas 750 horas, que são distribuídas para todas as TVs públicas, está nos dando muito trabalho. A gente não consegue ali comprovação, notas fiscais do que fizeram. Então nós temos um problema muito grave, que é essa alimentação da grade por esse material, um material sobre o qual nós não temos controle, que está completamente irregular e está sendo objeto de auditoria nossa lá, interna.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sr. Rímoli, nesse complexo todo de comunicação, escuta-se que o órgão principal seria a TV Brasil. Qual é o peso, tanto na folha de pagamento, quanto na importância do grupo, da TV Brasil?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Olha, a televisão, nas empresas de comunicação, é sempre mais vistosa. Ela



tem abrangência maior. Qualquer pessoa que aparece um dia em alguma telinha, os parentes, no lugar mais distante, vão lembrar que esse indivíduo esteve ali. E a TV Brasil foi concebida para fugir da TV comercial.

Não sei se o Luiz consegue me ajudar a saber o peso da TV Brasil no nosso orçamento lá. Você tem ideia, Luiz?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – De 25 a 30%, não é? Pois é. Então a TV Brasil agora é uma televisão...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E quantos funcionários tem a TV Brasil?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – Dessa massa toda, 350 funcionários. São 350 funcionários para a TV Brasil, dedicados à TV Brasil. E ela está no Rio, em São Paulo e em Brasília. A produção da TV Brasil está nesses três lugares.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Com relação à programação, tanto a programação que lhe antecedeu quanto a que o senhor instituiu ao assumir, que programa, por exemplo, tem maior expressão, tem maior receptividade, tanto antes como agora?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Olha, uma coisa que a gente percebeu, e acho que é pela relação que o brasileiro tem com esse esporte, é que acaba sendo o futebol. As séries B e C tiveram uma audiência maior. E eu citei dois programas aqui, são os que eu consigo citar: Caminhos da Reportagem e Samba na Gamboa, que são programas bem feitos. Senador, eu confesso que não... E há séries, essas séries que são passadas, que vêm do audiovisual. Há uma série sobre religião, que é muito bem feita, muito isenta, trata de todas as religiões, e trata com respeito. Há programas sobre diversidade... Como chama o programa, você lembra?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – É, isso.

Então eu acho que ela tateou nesses anos todos – viu, Senador? –, buscando um caminho que não foi encontrado.

O PT diz que a televisão tem de ser pública, mas não exerceu esses princípios da tevê pública quando teve oportunidade, porque o que nós vimos ali foi o uso dos meios para fins políticos. Então, é um risco muito grande. Tem de se ter cuidado, para não deixar que uma televisão dessas se desvirtue.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – A propósito desse item, o senhor disse na sua primeira fala que a EBC estava entregue a um grupo político-partidário. O senhor pode assegurar aqui que agora, sob sua gestão, não mudaria de lado, isto é, a empresa estaria trabalhando, dando relevância a outro grupo político-partidário?

O SR. LAERTE RÍMOLI – A nossa grande preocupação lá tem sido essa, porque os exemplos de uso da EBC foram tão flagrantes, tão notórios que não posso correr esse risco. Eu peço até que as pessoas aqui, se puderem apontar um uso político que fizemos, como foi feito recentemente, até ajuda no meu raciocínio, porque, desde que estou lá, estamos buscando essa pluralidade, buscando fazer mais jornalismo do que era feito lá.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor consegue atuar, gerenciar com completa independência?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Consigo.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Muito bem.

Sr. Rímoli, com relação ao Conselho Curador, tão discutido, ele era composto por quantas pessoas?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Ele era composto por 22 pessoas, por chamada pública...

Como se chama, Luiz, aquela convocação?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – Assim: 15 representantes da sociedade, por chamamento público, e 7 outros, por ministérios. Esse Conselho, da forma como estava colocado, com 22 pessoas, representava um gasto médio anual para a empresa de R\$1 milhão.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Por quê? Como se destinava esse valor?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Tem o jeton das reuniões...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – De quanto era o jeton em cada reunião?

O SR. LAERTE RÍMOLI – De R\$3.300,00 para cada reunião.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E quantas reuniões por mês?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Uma obrigatória, mas aconteceram mais de uma nesse período. Ordinária, uma. Mas elas podiam ser realizadas de forma extraordinária. Uma coisa que nos assusta quando pegamos os



dados do descalabro financeiro este ano é que, por exemplo, a Presidente do Conselho, a jornalista Rita Freire, gastou R\$43.000,00 em viagens somente no período de janeiro a maio. É muita coisa! Eram viagens onde eles se reuniam para fazer o “Fora Temer”. Isso está comprovado. A situação chegou a tal ponto que a representante do Senado, a jornalista Ana Fleck, entregou o posto, porque achou que estava havendo um uso indevido de um instrumento que nós reconhecemos como importante.

O Ricardo falou muito bem: a sociedade tem de estar representada. Agora, a sociedade tem de estar representada de uma forma que não interfira na administração, que não vire uma ação entre amigos.

Se vocês pegarem os 22 membros que existiam, vocês não verão diversidade política nenhuma. Eram pessoas que professavam a mesma fé política.

Então compete a nós agora, nesta reformulação, nesta MP, fazer um novo conselho, um conselho que realmente nos ajude na programação.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Pois não. Mas antes de discutir essa hipótese de uma alternativa, já que é um dos pontos cruciais deste debate o Conselho Curador, eu lhe pergunto: as pessoas que integravam esse Conselho eram pessoas que tinham conhecimento, tinham vivência em comunicação? Segundo: qual era a finalidade real desse Conselho? Terceiro: esse Conselho cumpria a finalidade?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Olha, um conselho que, ao constatar que a empresa tinha um rombo de R\$94 milhões, aprova uma programação que acrescentaria R\$26 milhões às despesas da EBC, eu acho que perdeu o seu propósito. Olhando pelos currículos das pessoas ali, tem gente qualificada, tem gente que realmente é de comunicação e tem gente que não é.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Mas a maioria é do ramo ou não é?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Você lembra? Vocês têm a lista aí?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – Exatamente. Eu acho que daqueles 22 ali talvez 10 fossem realmente especialistas em comunicação.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E o Conselho cumpria as suas finalidades?

O SR. LAERTE RÍMOLI – O Conselho se desvirtuou, Senador. A partir do momento em que o Conselho passou a servir a uma causa política, ele se desvirtuou. O Ricardo teve muita dificuldade, no momento final da gestão dele, de montar uma grade, porque o Conselho interferia de maneira abusiva. A informação que me dão.... Nas atas de reuniões anteriores, a gente vê o desespero da Tereza Cruvinel, que foi a jornalista que criou, com a interferência do Conselho. O jornalista que sucedeu a Tereza, o Nelson Breve, deu mais espaço para esse Conselho. O Ricardo teve muito pouco tempo de convivência com esse Conselho, mas sentiu na pele a dificuldade que era fazer uma programação tendo ali aquelas várias interferências.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Então a produção da programação dependia mais do Conselho Curador do que propriamente dos jornalistas contratados?

O SR. LAERTE RÍMOLI – É. Pela lei ali, a grade de programação dessa TV Brasil, que é o carro-chefe da EBC, só poderia rodar se aprovada pelo Conselho. O Conselho tinha muito poder ali para decidir sobre programação. O programador anterior que esteve ali também é um jornalista muito respeitado, que conhece do ofício, que é o Albino Castro Filho. Ele ficou, nesse ato final, numa disputa imensa – não é, Ricardo? O Albino teve muita dificuldade de lidar com aquelas pessoas, porque eles se instalaram dentro da empresa, tinham uma sala, e a eles foi dado esse livre acesso, que era exagerado. Então, uma ideia boa, sem dúvida, de uma empresa pública tendo representantes da sociedade, mas que foi completamente desvirtuada pelo momento político que o Brasil viveu. Neste ano especialmente, neste ano de 2016, o Conselho acabou perdendo sua razão de ser.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E o senhor vê...

O SR. LAERTE RÍMOLI – Vou só ler aqui, como o senhor fez uma pergunta específica, os membros do Conselho: Ana Maria da Conceição Veloso, PT/CNBB; Heloisa Maria Murgel Starling, PT; Irma Célia Guimarães, substituta do companheiro Belluzzo, que está muito ocupado; Joel Zito Araújo, cineasta; Mário Augusto Jacobskind, PT; Paulo Ramos Derengoski, PT – eu não estou dizendo que eles são PT porque eu acho; eles se apresentavam assim –; Isaias Dias, da CUT; Rosane Bertotti, da CUT; Takashi Tome, da CUT; Venício Arthur de Lima, do PT; Wagner Tiso, que sempre teve uma simpatia manifesta pelo PT; Akemi Nitahara, que é uma jornalista, acho que do Rio, que também se apresenta como petista, Akemi é representante dos empregados. Então, os senhores veem que o conselho de notáveis da EBC para orientar a comunicação pública tinha uma orientação que era uma orientação de partido único. Não há aqui diversidade de opiniões.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – Fraudulento.



O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor disse que chegou lá e encontrou um déficit de R\$94 milhões. Hoje qual é o déficit?

O SR. LAERTE RÍMOLI – O déficit estava em R\$38 milhões e, por ações nossas, administrativas, esse déficit está em R\$19 milhões. Eu tenho que.... Meu desespero hoje é zerar isso, porque um déficit de R\$19 milhões hoje vai respingar no ano que vem. E isso é uma coisa real. Nós não estamos falando de algo etéreo, que está na nuvem, mas de déficit. A empresa está devendo R\$19 milhões para fornecedores, Senador. Eu não acrescentei, eu não tenho um contrato novo assinado pela atual gestão, nós. Então, é um déficit real hoje.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Hoje, qual é a audiência da TV Brasil, que, como o senhor disse, é o carro-chefe do grupo?

O SR. LAERTE RÍMOLI – No momento da criação da TV Brasil, era interessante ver a animação das pessoas, que diziam o seguinte: “Quinze por cento vai ficar com a TV pública”, era o que se destinava. Tradicionalmente, a melhor TV pública do mundo, todo mundo sabe que é a BBC, ela nunca chega a 5%. A nossa meta era chegar a 2%. A gente não chega a 2%.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Não chega a 2%?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Não chega a 2%.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Qual é o órgão de comunicação mais eficiente de todo o grupo na sua opinião e, agora, vivendo a administração?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Olha, deixa eu pensar, para não ser injusto. Eu identifiquei uma desorganização total em todos os ambientes de comunicação ali. Havia um superdimensionamento, por exemplo, do pessoal de *web*, que era uma... E as coisas eram estanques, Senador. O pessoal da televisão pública não falava com o pessoal da NBR. Havia uma equipe da NBR no Palácio, portanto, a gente precisava de uma outra equipe, e não podia pegar a da TV pública. Quer dizer, são elementos, são indivíduos pagos pelo mesmo ente, pela mesma EBC, mas, na hora de produzir, foram criadas baias, foram criados segmentos e esses segmentos não conversavam. Então, a primeira providência que nós estamos tomando é criar uma pauta única de comunicação em que se possa otimizar os custos e pessoal.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sr. Rímoli, o senhor falou que havia salários muito altos nesses programas onde estavam os principais talentos da empresa. Qual era a frequência com que participavam da programação e qual era a remuneração deles?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Deixe-me dar uma olhadinha aqui na papelada. *(Pausa.)*

O papel foge sempre que a gente precisa, não é? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Enquanto ele procura, queremos agradecer a presença do Senador Paulo Rocha, que é o Vice-Presidente desta Comissão Mista; da Deputada Angela Albino, que é a Relatora revisora; quero saudar aqui, também, a Deputada Carmen Zanotto; a Senadora Ana Amélia, do PP, do Rio Grande do Sul; o Senador José Medeiros, que estava aqui, eu o vi agora há pouco.

Então, o senhor pode continuar.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Esses contratos eram contratos de pessoas jurídicas. O do Sidney Rezende, por exemplo, que foi assinado, acho, no dia 1º de maio, chegava a R\$1,1 milhão, porque...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Por ano?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Por ano, R\$1,1 milhão.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Isso dá o quê por mês: R\$70 mil, R\$80 mil por mês, mais ou menos?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Isso. Para ele, eram R\$507 mil. Agora, foram contratados três profissionais da EBC, e ele usava os estúdios da EBC. Então, esses três profissionais, somando os salários dos três, que eram de R\$30 mil por mês, e dobrando por causa dos encargos trabalhistas, somavam R\$1 milhão.

O Paulo Moreira Leite, o contrato dele era de R\$312 mil, mas a produtora dele ganhava R\$289 mil, o que dava mais de R\$550 mil.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Então, trazia uma produtora que era remunerada?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Que era remunerada.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Mesmo tendo produtores na empresa?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Isso. O Paulo Markun tinha um contrato de R\$575 mil, que se somava a um de R\$182 mil da Tereza, e isso dava R\$700 mil, um programa de uma vez por semana.

Eu quero até, aqui, fazer uma ressalva, porque a Tereza é uma jornalista que nós respeitamos, e esse contrato de R\$182 mil não é um absurdo, pela qualidade dela, pela competência dela. Agora, uma vez por semana, a Tereza sentava numa bancada com o Paulo Markun para fazer uma entrevista. Então, R\$182 mil mais o do Paulo Markun, com R\$576 mil.

Além de tudo, o Governo descobriu, por exemplo, que o Luis Nassif, que é o mais notório deles aqui, recebia mais de R\$1 milhão da Caixa Econômica para o blogue dele.



Então, quando o Ricardo falou da mídia monopolizada, o contraponto que o PT encontrou para combater a mídia monopolizada foi criar uma mídia particular, muito específica: o *site* 247, o Luis Nassif, o Paulo Moreira Leite estavam a serviço de uma única causa, o Emir Sader também. Isso aqui um negócio é emblemático, é desonesto com a TV pública brasileira. Eram programas cujos contratos eram feitos por inexigibilidade – essa palavra é chata. Então, só eles sabiam fazer.

Senador, isto nos chama a atenção: com tanta jornalista lá dentro! E muitos deles, menos conhecidos e com menos mercado do que esses! Foram considerados incompetentes para fazer esse tipo de programa, e a esses foi pago esse dinheiro todo. É muita coisa, é muito dinheiro.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E como se explica o orçamento da empresa? O que vinha da verba pública, o que vinha de extra ao público? Quais os valores? *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – O Sr. Paulo Henrique Amorim estava nessa lista também?

O SR. LAERTE RÍMOLI – O Paulo Henrique, não. Na EBC, ele não estava; estava na Caixa Econômica Federal.

As fontes de renda da EBC são as seguintes: contribuição para fomento da radiodifusão pública, cerca de 80 milhões...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Contribuição de quem?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Contribuição das... De que é essa contribuição?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – Essa é a do Fistel. Esses 80 milhões são apenas o rendimento, porque ela fica entesourada para dar superávit primário. Do contrato com a Secom, a gente recebe cerca de 50 milhões. A NBR, que é a TV dedicada ao Executivo, recebe 50 milhões. A publicidade legal, 20 milhões. A publicidade institucional, 10 milhões. E a EBC tem um conjunto que dá 600 milhões. Agora, todo o aporte é do Tesouro Nacional, o grosso do aporte. De receita própria, então, nós temos 80 milhões.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Então, seriam, no total, 600 ou 680?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Seiscentos.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Seiscentos milhões?

O SR. LAERTE RÍMOLI – O senhor veja: aquela concepção que era romântica, romantizada, da TV pública, tal qual existe a EBC, ela não se concretizou na prática. Até há uma discussão agora na BBC, porque lá na Inglaterra, quando o indivíduo paga a conta de luz, de energia, tira uma pequena percentagem, e os cidadãos ingleses já não estão querendo isso. A BBC começa a tremer também. Então...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – A Deutsche Welle é assim também.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Sim, a Deutsche Welle também é assim.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E qual é o percentual da folha nesses 600 milhões?

O SR. LAERTE RÍMOLI – De 600 para 468, acho que é isso?

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Quanto? Quase 70%?

O SR. LAERTE RÍMOLI – É quase 70%.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – É quase 75%... Perdão, 65%.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sessenta e cinco por cento com a folha?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Temos de lembrar, Senador, que nós somos uma empresa de comunicação, e o profissional de comunicação é o insumo dessa empresa. Então, embora seja uma percentagem alta, acho que.... De qualquer forma, há um desvio aí, mas também não é de todo assustador.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sr. Rímoli, e o Conselho de Administração? Qual era o desempenho desse conselho? Como ele fazia? Qual era a composição?

O SR. LAERTE RÍMOLI – O Conselho de Administração anterior era formado pelo Presidente da Secom, pelo Presidente da EBC e por quatro Ministérios: Ministério do Planejamento, Ministério das Comunicações, Ciência e Tecnologia.... Eram apenas cinco membros, Senador, um representante do Ministério do Planejamento, um do Ministério das Comunicações e um do Ministério da Ciência e Tecnologia. A MP ampliou isso...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LAERTE RÍMOLI – Sim, Coae e o representante dos empregados. Então, Coae, do Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Telecomunicações, Ministério do Planejamento e o Secretário da Secom. A MP agora acrescentou a esse grupo um representante da Cultura e um da Educação. Então, ele passa a ter sete membros. Esse é o órgão diretivo da empresa. É a ele que nós devemos prestar contas dos nossos atos e...



O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O Conselho Curador foi extinto. Hoje, o que substitui o Conselho Curador?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Em nenhum momento o Governo achou que a extinção do Conselho Curador deveria ser definitiva e imaginou o que está acontecendo aqui agora. Que, a partir dessa discussão, surja um conselho consultivo de programação mais consequente, que não seja um grupo, o coletivo de pessoas que tinha um pensamento único.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor acha que é necessário um outro conselho com menos gente?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Com menos gente, até pela situação da empresa, que é dramática. Um conselho que gasta R\$1 milhão por ano acaba acrescentando esse rombo e deixa... Mais uma vez quero citar o Ari, de operações. Nós estamos massacrando o Ari para melhorar as condições técnicas. Então, é aquela coisa de remendo, é uma história de remendo a que se vive hoje.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor tem quantas secretárias?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Eu tenho três secretárias.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Precisa?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Elas se revezam em três turnos porque a demanda não é só minha. O diretor de programação não tem secretária, o diretor de rede não tem secretária. Elas acabam atendendo a diretoria com um todo.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O que o senhor acha de o Presidente da EBC ser submetido a sabinagem no Senado, como acontece com outros importantes cargos da Administração Pública Federal?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Acho muito razoável. Uma coisa que me chamou a atenção nesse episódio todo, doloroso para a EBC e para os funcionários, é que, quando o Presidente Temer assumiu, o Presidente da Itaipu Binacional, Jorge Samek, que é da nomenclatura petista, rapidamente foi ao Presidente da República e entregou o cargo. E, na EBC, o que ocorreu foi que o governo decidiu que a EBC seria ponta de lança na disputa política. Aí, o Ricardo passou por essas dificuldades todas. Ele é um sujeito com experiência, vacinado, que escolhe o caminho dele. Do fundo da alma, Ricardo, eu não questiono a sua opção e tudo. Mas eu fiquei impressionado de ver isso. Um Presidente da República ter uma empresa estatal para a qual ele não pode nomear o Presidente é um negócio um pouco esquisito. Depois, se a empresa estatal presta serviço ao Executivo, e o presidente de plantão não é recebido em Palácio, gera distorções.

Então, os modelos criados, até com a melhor das intenções, acredito, na prática, podem resultar em monstros. O que vimos lá foi um monstro, quer dizer, a situação doída por que eu passei, e imagino que o Ricardo também – o Ricardo era o jornalista do PT que estava lá e não queria sair do cargo, e eu era o jornalista bonzinho do PMDB, que queria entrar naquilo –, quer dizer, essa situação merece uma análise de nós todos, dos senhores que têm tanta responsabilidade com o País, que é a seguinte: há distorções. A gente faz as leis ou as regras com a melhor boa vontade, e elas, na prática, resultam nisso.

A EBC foi um caso típico disto, de uma sucessão de erros: a história de ela ser concebida para ser pública e não ter tido o aporte necessário para ter independência; o tal do Fistel, que está entesourado, e não está entesourado pelo Governo que entrou agora, foi pelo governo Dilma e pelo governo Lula. Esse dinheiro não saiu dali daquele lugar para produzir superávit primário.

Então, eu, que estou neste momento difícil, vejo aqui dois companheiros de TV pública, Sérgio Kobayashi e o Marco Mendonça, que têm muito mais experiência do que eu, e nós estamos num momento de agonia absoluta, em que não temos capacidade de produção, não temos capacidade para renovar a nossa grade. Nós temos um problema grave na nossa grade de programação, que tem um nível de repetição de programa de 60%. Isso é um absurdo.

Nós temos que ter uma relação melhor com esses produtores independentes, com esse fundo setorial do audiovisual, que é onde há dinheiro neste País hoje, para que essa produção chegue à EBC ou para que a EBC se transforme também numa empresa que produza. E ela não produz porque não tem dinheiro.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – As perguntas que eu tinha acho que estão concluídas. Depois, os demais integrantes da Comissão terão oportunidade também de fazer questionamentos.

O Presidente Ságuas está me sugerindo que se façam as principais perguntas ao Sr. Ricardo Melo e o deixe falar, considerando que o questionamento ao Sr. Rímoli foi bastante extenso.

Então, Sr. Ricardo, temos bastantes elementos para conversar depois do depoimento do atual presidente. No essencial, o que ouvimos é que a EBC estava muito aparelhada pelo partido do governo, que tinha um custo muito alto, que fez concursos desnecessários, que pagava altos salários sem correspondente audiência e que o carro-chefe é a TV Brasil. Então, na sua fala, se for necessário, eu vou tomar a liberdade de fazer perguntas, mas, depois de todo o extenso depoimento do Sr. Rímoli, nós podemos falar daquilo que eventualmente



o senhor tiver contestação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Presidente, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Sim, Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – O Dr. Ricardo já não havia falado?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Não! E, se falou, foi durante 20 minutos.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – As perguntas não foram feitas.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – É isso. Ia falar que cada um fez a sua apresentação e agora o Relator está fazendo os questionamentos.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Saúdo também a chegada do Senador Valdir Raupp. Não sei se há mais Deputados da Comissão que tenham chegado nesse momento. Ainda não.

Sr. Ricardo Melo, o senhor tem a palavra.

O SR. RICARDO MELO – Vou me referir a algumas questões que o Laerte colocou, começando por onde terminei a minha fala inicial.

A EBC tem oito anos; a BBC, por exemplo, acho que 94 anos. É óbvio que, em uma empresa e em um país com as características do Brasil – cuja tradição democrática é recente, incipiente, instável, com uma mídia, como eu disse, oligopolizada –, há uma série de defeitos e necessidade de correção de rumo, que tem que ser feita.

Com várias coisas que o Laerte colocou, por exemplo, estou de acordo, mas não estou de acordo, por exemplo, com o fato de dizer que a empresa era simplesmente um aparelho do governo. Quando a EBC foi criada, 50% dos funcionários eram concursados e outros 50% não eram concursados. Hoje, 95% dos funcionários são concursados. Então, para aparelhar uma empresa em que 95% dos funcionários são concursados, ou você fez um concurso que era uma fraude, para que só entrassem aquelas pessoas que concordassem com um determinado pensamento único e oficial e assim por diante, ou então é muito difícil conseguir aparelhar uma empresa com tal quantidade de funcionários que são fruto... Agora, o comando só pode ser exercido se ele contar... E, numa empresa como a EBC, como você já teve oportunidade de conhecer ou está conhecendo, há um corpo de funcionários extremamente combativo, aguerrido, presente e participativo. Quer dizer, a presença dos funcionários – e, na minha gestão, por exemplo, fiz questão de fortalecer isso – sempre foi um dos elementos determinantes da história da EBC. Então, aparelhar uma empresa em que 95% dos funcionários são concursados, onde se tem uma presença de funcionários qualificados atuante, com voz no conselho, com voz no Conselho Curador, com comissão de funcionários e assim por diante, é uma coisa extremamente difícil, extremamente difícil.

Fui acusado de transformar a EBC, na época do *impeachment*, em porta-voz dos interesses do governo Dilma. Por quê? Porque simplesmente, naquela época, diferentemente do que acontecia e acontece na mídia oficial, a gente, várias vezes, foi ouvir setores da sociedade que não têm voz e não têm vez na mídia monopolizada que existe no Brasil. Eu cobri uma manifestação de sem-teto, eu cobri uma manifestação de indígenas, eu cobri uma manifestação de sem-terra. Eu dava voz a todo o mundo, sem que, em nenhum momento, a gente tenha se furtado a ouvir, a perseguir e a ir atrás de todas as vozes que, naquele momento, estavam em contenda.

E eu dou vários exemplos. Nós convidamos o Senador Aécio Neves, nós convidamos o Senador Tasso Jereissati, que, na última hora, desmarcou a presença dele no Palavras Cruzadas, criando até um problema de programação para nós. Nós convidamos o Senador Aloysio Nunes Ferreira, que compareceu ao Espaço Público; nós convidamos o então Vice-Presidente Michel Temer. Ou seja, nós convidamos todo o leque político e ideológico existente no País.

Agora, por que essas pessoas nunca aceitaram o convite? Eu acho que nunca aceitaram o convite para não legitimar a existência da TV Brasil como emissora pública que abria espaço para a diversidade, para a pluralidade e as mais diferentes correntes ideológicas do País, justamente para fazer com que se reforçasse essa ideia de que só houve gente do governo petista, quando todos eles foram convocados para falar, e insistentemente, publicamente e mais de uma vez. Mais de uma vez.

Outra coisa: a questão do déficit de 94 milhões. Isso aí, gente, é uma falácia. Isso é uma falácia.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO MELO – Não, não, não.

O SR. LAERTE RÍMOLI *(Fora do microfone.)* – Isso não é por mim. Eu não inventei isso.

O SR. RICARDO MELO – Eu posso falar?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Desculpe.



O SR. RICARDO MELO – Não, não. Fique à vontade, Laerte.

Esses 94 milhões eram uma projeção feita no início do ano daquilo que seria o ideal que a gente tivesse para desenvolver a programação, para renovar os equipamentos, para investir em novos talentos, para fazer formação de pessoal e tudo o mais. Isso nunca existiu. E o Luiz Antônio está aqui de prova. Quer dizer, o setor financeiro, acima de qualquer suspeita e com o qual tive a honra de trabalhar, pelo profissionalismo, senso de responsabilidade e apego à EBC como empresa, como organização.... Você faz um planejamento, mas, depois, vai ver quanto vai receber. À medida que você não vai receber aqueles 94 milhões, você simplesmente corta aquilo: “Ah, não; então, não vamos fazer isso, não vamos fazer aquilo...”. Quando eu deixei a empresa, quando eu fui afastado da empresa, esse tal de déficit já estava na casa dos 35 ou 36, se não me engano. Era o que a gente estava prevendo. E já estava prevendo uma suplementação ou um pedido de suplementação, de forma que a empresa simplesmente não parasse, porque, se a gente não tivesse, se não houvesse esse dinheiro, a empresa pararia. Simplesmente para, sai do ar, põe lá *color bar*, não sei o quê, um selo, alguma coisa, programação do Temer falando, assim por diante.

Então, eu acho que as coisas precisam ser colocadas no lugar. Isso não quer dizer que eu ache que a gente não tem gastos que poderiam ser tranquilamente cortados.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor ficou na presidência por quantos meses?

O SR. RICARDO MELO – Olha, eu nem sei. A minha carteira de trabalho é uma bagunça, porque eu fui indicado no dia 3 de maio, acho que foi uma coisa assim. Aí, quando o Vice-Presidente em exercício, depois Presidente, Michel Temer, assumiu, eu fui afastado. Fiquei 15 dias afastado. Entrei como Diretor de Jornalismo.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Não como Presidente?

O SR. RICARDO MELO – Não. Entrei como Diretor de Jornalismo em agosto do ano passado. Em maio, fui nomeado Presidente. Aí, com o Temer, eu fui afastado uma primeira vez. Aí, o Ministro Toffoli me reconduziu ao cargo. Eu voltei ao cargo, fui afastado de novo. No mesmo dia, fui reconduzido, numa edição extra do *Diário Oficial*. De manhã, eu fui afastado; à tarde, eu fui reconduzido. A secretária me ligou: “O senhor não vem trabalhar?” Eu falei: não, eu fui afastado. Mas, à tarde, eu fui reconduzido por uma edição extra do *Diário Oficial*. Finalmente, no dia – se não me falha a memória – 6 de outubro, eu acho, o Ministro Toffoli resolveu voltar atrás, em função da medida provisória, alegando a perda de objeto, coisa e tal, tal e coisa. Então, eu fiquei cinco meses como Presidente, mas, na empresa mesmo, eu fiquei um ano, como Diretor de Jornalismo e, depois, como Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor acha, Sr. Ricardo, que a TV Brasil, principalmente, vinha cumprindo as finalidades para as quais foi criada?

O SR. RICARDO MELO – Eu acho o seguinte, Senador: primeiro, a gente não pode medir os critérios de audiência da TV Brasil comparando com os critérios de audiência da TV comercial – inclusive, eu tive a oportunidade de falar isso naquela conversa preliminar que a gente teve. Por quê? O Ibope, que é o principal medidor de audiência, foi criado com um objetivo. O objetivo era orientar o mercado publicitário a investir nisso ou naquilo.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Esse é o conceito que o senhor faz das agências de pesquisa. Mas generaliza? Seriam todas?

O SR. RICARDO MELO – Não. Falo do Ibope especificamente. Ele foi criado pelas empresas de comunicação para medir uma audiência voltada a financiamento e obtenção de recursos. Então, ele tem ponderações, ele tem uma área de abrangência, ele tem um sistema de medição voltado para o mercado publicitário. Ao Ibope, por exemplo, não interessa – e isso não é uma crítica ao Ibope – medir com o mesmo peso a classe E e a classe A, porque o grosso do consumo é a classe A, e as televisões estão interessadas no consumo, estão interessadas naquele cara que pode dar o dinheiro para financiar a iniciativa privada. Isso é uma coisa.

Segundo: foi feita uma pesquisa, há três ou quatro anos, na época do Franklin Martins e da Tereza Cruvinel, que contratou uma universidade ou um instituto – eu não lembro exatamente quem – que foi medir a audiência da TV Brasil naqueles lugares onde o Ibope não chega: parábólica, grotões, interior, Nordeste. E a média de audiência da TV Brasil era de cerca de 3 a 4 pontos.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Hoje o alcance da TV Brasil é em todo o País?

O SR. RICARDO MELO – Praticamente em todo o País – salvo engano meu, não sei se o Ari pode me esclarecer, mas ela praticamente...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E o senhor acha que a imagem da TV Brasil é boa?

O SR. RICARDO MELO – Eu acho que ela é boa onde ela consegue chegar com sinal de qualidade. Um dos grandes problemas que a TV Brasil tem hoje: primeiro ela foi colocada pelas operadoras de TV a cabo em canais completamente...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Secundários?



O SR. RICARDO MELO – ... secundários, aqueles canais difíceis, que o cara não sabe qual é, você entende? Não é o canal 5, o canal não sei o quê, é o 68, é o não sei o quê. Em São Paulo, por exemplo, eu nunca assisti à TV Brasil e confesso para o senhor: antes de ser contratado pela TV Brasil eu não assistia porque eu não sabia sintonizar a TV Brasil. E nós temos um problema de sinal muito grave: no Rio de Janeiro, algumas operadoras, como a Sky, não colocam a TV Brasil no ar.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E no seu tempo de presidência, Sr. Ricardo, qual era o programa de melhor audiência?

O SR. RICARDO MELO – A gente... Ó, os programas de melhor audiência o Laerte já citou: futebol...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Mas futebol era a terceira divisão.

O SR. RICARDO MELO – Não, tem a Série B, Série C...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – A Série B também.

O SR. RICARDO MELO – A Série B e C, porque a Série A é inviável para a gente contratar, porque...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sim, é muito caro.

O SR. RICARDO MELO – ... você sabe a cifra que envolve.

O Festival Mazzaroppi, desenhos animados.... Por quê? Esses eram os programas – o Samba na Gamboa! – que tinham mais audiência, e alguns programas de debate. Por exemplo, houve um programa com o Ciro Gomes que alcançou dois pontos de audiência, mas, enfim, dependendo do convidado, você... E ele é uma pessoa que a gente sabe que tem um certo carisma, e tudo o mais.

Agora, há um problema grave na TV Brasil, grave, e que eu acho que é um problema do nascimento dela, e é uma coisa que eu sempre defendi desde que eu estou lá, que é a junção da NBR com a TV Brasil. Isso é um problema, porque a NBR está voltada a fazer propaganda oficial.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Ela é do Governo?

O SR. RICARDO MELO – Ela é do governo, mas ela está no guarda-chuva da EBC.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sim.

O SR. RICARDO MELO – Você entende? Mas ela é voltada a fazer comunicação dos atos do Governo.

O que não é nenhum problema. O Governo deve ter os seus meios de comunicação e os seus meios de chegar até a população para informar o que é que ele está fazendo. E a TV Brasil, a concepção dela, a ideia dela, era ser uma TV pública independente do Governo, de se se ela vai falar mal do Governo ou bem. Mas ela não tem que ter nenhuma ligação orgânica com...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sim, mas independente do Governo. Mas, ao se criar uma empresa que tem um custo grande para as finanças públicas.... Para que finalidade mesmo foi criada a TV Brasil?

O SR. RICARDO MELO – Não, ela foi criada com base no art. 223 da Constituição, que previa comunicação privada, comunicação estatal e comunicação pública. Foi criada com o objetivo de ser uma alternativa às TVs comerciais.

Agora, quando o senhor fala que ela custa muito, a gente precisa lembrar que ela foi criada para ser lastreada por um fundo, que hoje tem 2 bilhões parados por força de ação judicial. Fora esses 2 bilhões, há os 800 milhões, usados tanto pelo governo Lula como pelo governo Dilma e pelo Governo Temer.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Do superávit primário.

O SR. RICARDO MELO – Do superávit primário. Então, eu digo que o custo da TV Brasil tem que ser relativizado, porque, na verdade, nós temos R\$2,8 bilhões.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Vamos avançar para outro lado, Sr. Ricardo.

O Conselho Curador funcionava? Era satisfatório? Cumpria as finalidades?

O SR. RICARDO MELO – Eu acho, primeiro, que o Conselho Curador é essencial, quando se quer ter uma TV pública.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Mas o que estava ali funcionava bem?

O SR. RICARDO MELO – Funcionava. A minha convivência com o Conselho Curador foi de cerca de um ano. Eu acho que ele funcionava dentro dos seus limites para funcionar.

Por exemplo, eu acho que a eleição das pessoas para o Conselho Curador nunca foi uma coisa muito clara – nós não sabíamos bem como funcionava. Ao mesmo tempo em que havia pessoas de representatividade inquestionável, havia outras com qualidade inquestionável também, mas cuja representatividade não se sabia exatamente de onde vinha. Então, não havia critérios claros para a eleição de seus membros.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Qual era o critério?

O SR. RICARDO MELO – Organizações e entidades se juntavam e indicavam uma lista, que era enviada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO MELO – Coletiva, não sei o quê.



O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E a Presidência da empresa tinha que se subordinar muito ao que propunha o Conselho?

O SR. RICARDO MELO – Não. O papel fundamental do Conselho Curador era zelar pela qualidade da programação. Ele não tinha nenhuma função e, quando tentava extrapolar isso, era devidamente advertido a respeito da gestão.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Em que medida esse Conselho propunha a programação?

O SR. RICARDO MELO – Uma grade de programação era proposta e colocada em discussão no Conselho, que dava suas opiniões a respeito. “Ah, eu acho que esse desenho animado é um programa agressivo, porque ele inspira o racismo.” Estou dando exemplos fortuitos, hipotéticos. O Conselho votava, e nós nos submetíamos a isso.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor acha que...

O SR. RICARDO MELO – Agora, a gestão, propriamente dita, não é papel do Conselho Curador – não é papel dele. Então, horário de programa, não sei o quê... Ele fixa as linhas gerais.

Hoje, a TV Brasil é a maior exibidora de programação infantil no País, assim como é a maior exibidora de filmes nacionais. Isso é uma coisa intangível. Isso dá audiência? Não dá a mesma audiência de A Lei do Amor, de A Regra do Jogo, do jogo entre Corinthians e Flamengo.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sim.

O SR. RICARDO MELO – Mas é uma coisa necessária.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor sabe que os equipamentos, os aparelhos de televisão evoluem rapidamente.

O SR. RICARDO MELO – Isso.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Hoje em dia, a competição é muito grande nesse terreno, também pela qualidade dos equipamentos. A TV Brasil conseguia renovar esses equipamentos? Consequia acompanhar as demais empresas que, afinal, disputam audiência?

O SR. RICARDO MELO – Não.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Não conseguia?

O SR. RICARDO MELO – Não conseguia, porque ela sempre viveu esse dilema financeiro.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Perfeito.

O SR. RICARDO MELO – Ela foi criada com base numa previsão de receita, só que essa receita acabou bloqueada tanto pelo recurso judicial como por essa “pedalada” – entre aspas – do superávit primário.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Deixe-me fazer-lhe uma pergunta que se ouve muito por aí. A pergunta não é minha, a pergunta é de um certo consenso. Considerando essas dificuldades para manter a TV Brasil... Há uma parcela, inclusive no Governo, que acha que uma alternativa seria fechar a TV Brasil. Pergunta: o senhor acha que não devemos chegar a esse extremo, que há alternativas para reabilitar a TV Brasil? Assim sendo, por que meio reabilitar a TV Brasil?

O SR. RICARDO MELO – Eu acho que têm de ser feitas duas coisas, ou três. Primeiro, o Conselho Curador, que precisa ser....

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor é pela volta do Conselho Curador?

O SR. RICARDO MELO – Sou absolutamente pela volta.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Com o mesmo número, com a mesma finalidade?

O SR. RICARDO MELO – Não. Isso tudo pode ser discutido. Mas se você não tem um órgão representante da sociedade que lhe dê as diretivas gerais, ela passa a responder aos governos de plantão, passa a responder aos governos de plantão. Isso é um fato. Não é nem questão de vontade. Isso é um fato. Nenhum governo vai manter uma televisão, se ele tem o último poder de decisão sobre ela, que fique falando uma coisa que o governo não quer que fale. Ou então o governo é doido, suicida. Não vai fazer isso. Então, tem de ter o Conselho Curador.

Eu acho que a história de o Presidente ser sabatinado pelo Senado, pelo Congresso, é uma coisa a ser discutida.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor é pelo Presidente fixo ou disponível?

O SR. RICARDO MELO – Acho que ele tem de manter mandato fixo, independentemente do governo de plantão. Acho essa proposta de ele ser sabatinado, como é o Presidente da Anatel, como é o Presidente do Banco Central, do BNDES, uma ótima proposta, porque dá mais legitimidade e independência para ele exercer o cargo.

E, depois, eu acho que nós temos de resolver o problema de recursos. Por exemplo, falei que a TV Brasil é a maior exibidora de desenhos animados. As TVs comerciais não exibem mais desenho animado. Por quê? Porque as restrições à propaganda para as crianças são tão grandes e justas – foram aprovadas pelo Congres-



so – que não interessa às TVs comerciais colocarem no ar uma coisa que não tem retorno publicitário. Agora, se o senhor me disser que, para as crianças, terem uma programação como essa não é importante, aí a gente vai discordar.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – O senhor disse lá no começo que o déficit, no seu tempo, não era de 92 milhões. De quanto era?

O SR. RICARDO MELO – Não. Isso era a previsão. Aí a gente começou a animar. O Luiz está aqui de prova, ele é a prova viva disso aí. Aliás, isso começou a ser feito na gestão anterior, pelo Marcos Isidoro. Começamos a nos animar porque se estava prevendo gastar aquilo aqui, mas esse dinheiro não existe.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E o senhor não acha que os talentos que lá estavam, com altos salários e pouca participação na programação, isso não era um pouco disparatado para a situação que se vive no País e para a própria TV.

O SR. RICARDO MELO – Digo o seguinte: fiquei um ano na EBC, algumas coisas me assustaram, alguns contratos me assustaram. Por exemplo, a minha primeira diretiva, como Presidente e como Diretor de Jornalismo, foi renovar os contratos todos com um mínimo de 15% de abatimento, sendo que alguns contratos reduzi em 50%. Agora, eram contratos errados, de gestões anteriores, que estavam em vigor, vigentes. Eu não podia simplesmente chegar lá e limá-los e podá-los.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Pois não.

O SR. RICARDO MELO – Agora, outra coisa: eu sempre defendi, dentro da EBC, que houvesse uma mescla, porque o mercado de comunicação é muito específico. Você tem pessoas.... Eu sempre cito o exemplo do Caco Barcellos. Se eu trouxer Caco Barcellos para a TV pública, será um ganho para a TV pública, desde que ele se adapte às nossas restrições, realidade orçamentária e tudo mais.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E ao salário que a TV pública disponibiliza.

O SR. RICARDO MELO – Isso, à nossa realidade orçamentária. Mas isso é um ganho para a TV pública.

Agora, você tem uma série de profissionais em formação dentro da TV Brasil, e essa mescla vai ajudar esse pessoal a se desenvolver. Então, você não precisa ter 90% de não concursados e 10% de concursados. Podem ser 90% concursados e 10% não. Mas, quanto mais profissionais de gabarito você conseguir atrair para TV pública, é um ganho que você vai ter.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Quando da sua visita ao meu gabinete, Sr. Ricardo, que muito me honrou, a certa altura da nossa conversa, eu lhe perguntei se não era da TV Brasil realizar, por exemplo, debates sobre os grandes temas nacionais, até mesmo sobre a crise que nós vivemos.

O senhor me respondeu: “Olha, eu acho que poderíamos ter feito.” E eu lhe perguntei: “Mas nós temos hoje na TV Brasil um apresentador apto a desempenhar um bom papel?” E o senhor me disse que achava que não havia.

Então, foi isto que causou certo impacto: nós temos uma empresa numerosíssima, de alto custo, e não temos um apresentador de um programa de debates?

O SR. RICARDO MELO – Por quê? Justamente por aquilo que a gente conversou, que eu falei para o senhor: eu acho que seria totalmente irresponsável, por exemplo, você pegar uma pessoa recém-concursada – e o quadro da EBC é muito jovem – e colocar essa pessoa frente a frente a um político experiente, a um político como o senhor ou a um especialista médico ou, enfim, uma pessoa que tenha uma formação e tenha um repertório muito maior do que essa pessoa que está entrevistando.

Isso aqui seria injusto com a pessoa que você estaria colocando para entrevistar.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Pois não.

O SR. RICARDO MELO – Seria injusto.

Por isso que a gente sempre tentou mesclar. Por isso, a gente tentou levar Paulo Markun – levamos, mas depois foi cortado –, Paulo Moreira Leite.

O Paulo Moreira Leite é aquela história: “não, ele é petista.” O Paulo Moreira Leite trabalhou na *Veja*, trabalhou na *Gazeta Mercantil*, trabalhou no *Estado de S. Paulo* e, de repente, quando foi para a TV Brasil, virou petista.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E quanto tempo ele ficou na TV Brasil?

O SR. RICARDO MELO – Acho que dois anos, sei lá.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E qual é o programa que ele apresentava?

O SR. RICARDO MELO – Ele apresentava o Espaço Público, que era um programa de debates.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E tinha boa audiência?

O SR. RICARDO MELO – Não, tinha uma audiência média da TV Brasil.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E quanto é que ele ganhava por mês?

O SR. RICARDO MELO – Ele ganhava cerca de R\$22 mil, antes do corte de 15% que eu fiz.



O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – E quantas vezes o programa era apresentado por semana?

O SR. RICARDO MELO – O programa dele, uma vez por semana.

Agora, eu queria esclarecer uma coisa, porque talvez o Laerte não tenha acompanhado isso. Tanto a Tereza quanto o Paulo, além do programa semanal, eram também comentaristas permanentes...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Em outros horários?

O SR. RICARDO MELO – ... do telejornal.

Então, eles simplesmente tinham um programa semanal? Não.

A Tereza ia por volta de duas, três vezes por semana, fora do Palavras Cruzadas, fazer comentários.

O Paulo Moreira Leite também.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sr. Ricardo, o Presidente Ságuas está me dizendo que os nossos demais integrantes da Comissão pretendem perguntar. Então, o senhor continuará sendo questionado e devolve a palavra ao Presidente.

(Manifestação da plateia.)

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Nós vamos ter representantes. Veja bem, nós temos uma ordem de inscrição. Em primeiro lugar, a gente passa a palavra aos Parlamentares e, se nós tivermos um tempo depois, como de hábito nessas audiências, passaremos ao público.

Quero dizer para o senhor também que, na terça-feira, teremos nova audiência pública e que está convidada a ex-Presidente do Conselho Curador. Então, ela terá toda a oportunidade de falar em nome Conselho Curador. E virão outros membros que compuseram a EBC também na terça-feira que, com certeza, vão estar defendendo a proposta do Conselho Curador.

Vamos passar a palavra, por ordem de inscrição...

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, questão de ordem.

Só para sugerir a V. Ex^a que pudesse fazer em bloco de quatro ou cinco.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Sim, nós vamos fazer em bloco.

Estamos aqui em cinco Parlamentares, a Senadora Ana Amélia saiu, mas se ela retornar, mas nós ouviremos todos os Parlamentares aqui.

Então, peço tanto para o Sr. Ricardo Melo quanto para Laerte Rímoli, que vão anotando os questionamentos dos Parlamentares, que ora serão dirigidos a um, ora serão dirigidos a outro ou aos dois, para que, ao final da intervenção dos Parlamentares, os senhores possam responder os questionamentos.

Passo a palavra ao primeiro inscrito, que é o Senador Paulo Rocha.

Vamos combinar três minutos mais dois? Acho que está bom.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Queria saudar a todas e a todos, aos convidados e aos presentes, Senadores, Senadoras, Deputadas.

Primeiro, acho que temos que chamar o feito à ordem. Aqui é uma Comissão de uma medida provisória em que temos que discutir quais os efeitos da medida provisória sobre a lei anterior. Estou falando isso para aqueles que estão nos assistindo via TV Senado, para não confundir o que foi feito até agora.

Aqui não é uma sala de CPI, muito menos uma comissão de fiscalização. Fiscalização e controle é uma outra comissão. Então, aqui nós estamos discutindo o quê? Havia um esforço muito grande de consolidar uma TV pública, porque faz parte dos avanços quando se conquista democracia em um país.

A TV pública é exatamente para criar as condições da chamada opinião pública, porque, às vezes, ou na maioria das vezes, a informação é monopolizada por grupos que têm interesses econômicos, interesses outros, que não levam democraticamente as informações para o público adequadamente.

Então, uma TV pública, uma comunicação pública é para exatamente assegurar o processo democrático conquistado em um país. É esse o objetivo, esse esforço que está se fazendo...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... na questão da comunicação pública deste País. É fundamental trazer o feito à ordem porque é esse o debate.

Há uma medida provisória feita por um governo que assumiu recentemente. Não vou entrar aqui no mérito da questão de como ele assumiu. E vem com uma outra concepção, uma outra concepção sobre TV pública. Tanto é assim que acaba com o mandato do Presidente, ou seja, o Presidente agora fica feito à vontade do governo de plantão.

Acaba com o Conselho Curador. O Conselho Curador, botaram tanto defeito no Conselho Curador, mas



foi aprovado por nós, é uma lei. Aí, deram a cara de petista aqui: são quatro ministros, um representante do Senado, um representante da Câmara Federal, um representante dos funcionários e quinze representantes da sociedade civil organizada, estão lá no Conselho, deve estar lá quem são esses órgãos da sociedade civil, que indicam. E há toda uma regra de funcionamento aqui, grande. Acabaram com isso.

Inclusive, diz qual é o papel do Conselho, etc., etc. Aplica até pena o Conselho. Aqueles que não apareçam nas sessões por três vezes são tirados fora do Conselho. Tem um conjunto de regras, entendeu? O que está colocado aqui é que...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... as mudanças que a medida provisória faz, ela coloca por terra a ideia do esforço de construir uma TV pública, uma comunicação pública. Ou, pela visão que veio da comissão pública, a nosso ver, ela transforma esse esforço de fazer uma comunicação pública em uma TV estatal, uma TV de Governo.

É isso. Quando nós convidamos, e eu fui um dos que fiz o relatório, um Presidente atual e outro presidente, para poder discutir essas concepções. Desculpa, Laerte, mas acho que você confundiu o Ságua com o Moro porque, quando você chegou aqui, você chegou com mais cara de delator do que – desculpa, com todo o respeito – como um presidente do que está sendo colocado aqui através de uma legislação que chama...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... o Senado para cumprir o papel de discutir essa legislação.

Você veio aqui muito mais com uma situação acusatória. Aqui não é uma delegacia, aqui não é um fórum de uma CPI. Aqui é um fórum do Congresso Nacional que chama aqui os Senadores e respeitosos Deputados para discutir uma concepção através de uma legislação que está sendo mudada pelo atual Governo.

Aí, veio aqui com cara de técnico. Eu não sou político, eu sou técnico. Mas sabia tudo sobre o PT, mas não sabia nada sobre o funcionamento da EBC, que você preside. Toda hora estava chamando, perguntando para A, para B como é isso. Os detalhes, o número de funcionários, o salário do funcionário, não sabia nada, mas o salário do contratado, que, por ventura...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ... deve ser um petista, aí sabia tudo.

Isso é posição política. Você não é um técnico somente. E toda a sua fala foi “o governo do PT”, “o petista”, e não sei o que mais, e tal, e com acusações. Você usou a velha cartilha, que está hoje contra o processo para justificar o golpe: acusação, o caos. Essa é a velha cartilha da elite, que quis tirar do poder: o caos na economia, o caos no mundo, não sei o quê, o caos nas entidades, o caos nos ministérios. E criminalizando.

Você usou a palavra várias vezes: “crime”. “É um crime!” “E não sei o que mais é um crime.” Isso aí, sabe qual é o seu papel? Você tem que fazer uma auditoria, tem que denunciar ao TCU, tem que denunciar ao Ministério Público. Não é aqui! Aqui não é uma delegacia! Aqui nós somos chamados a fazer uma audiência pública para discutir concepção através de uma legislação que está sendo mandada pelo atual Governo.

Vamos fazer uma CPI. Sabe o que está colocado aqui? À medida que reduz o tamanho da TV pública, é para voltar a dar espaço para os setores privados e monopolistas, porque há certos governos que não precisam pagar para os monopolistas dos setores da grande mídia para falar bem do Governo. Ele paga sabe como? E nem contratar especialistas para fazer um bom debate político. Ele aumenta a publicidade e reduz.... Por que o Governo só dá 50 milhões – vamos investigar isso – para a TV pública? Porque a NBR, Relator, é contratada do Governo para prestar serviço ao Governo. Ela não é empresa do Governo, ela é contratada. Vamos fazer essa discussão e essa investigação, vamos fazer uma CPI para ver quanto aumentaram agora as publicidades do atual Governo para o setor privado e por que querem fazer o desmonte da TV pública.

Esse é o debate da concepção do que é uma TV pública e o que é agora, que está sendo modificada.

O SR. PRESIDENTE (Ságua Moraes. PT - MT) – Senador, eu...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Aí coloca a criminalização, “petizaram”, etc.

O SR. PRESIDENTE (Ságua Moraes. PT - MT) – O tempo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O problema todo do País hoje é o PT, é demonizar o PT!

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – E é verdade, é problema.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Estamos acostumados com isso já.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Presidente, permite-me?

O SR. PRESIDENTE (Ságua Moraes. PT - MT) – Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Eu não tenho perguntas, mas eu chamo à ordem o feito dos dois Presi-



dentes, que têm a colaborar com a gente, no sentido de discutir a concepção de uma TV pública e a concepção do que está sendo proposto através da medida provisória. À medida que acaba com o mandato do Presidente e tira o Conselho Curador, isso muda a concepção de uma TV pública e a transforma em uma TV estatal sem independência.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Senador, o tempo.

O Senador Paulo Rocha utilizou oito minutos. Vamos tentar dentro dos três mais dois.

Os convidados da Mesa terão oportunidade, ao final da intervenção de todos os Parlamentares, de também fazer uso da fala...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Bem sucintamente, Presidente, apenas para dizer ao prezado Vice-Presidente da Comissão, eminente Senador Paulo Rocha – a quem já disse várias vezes que eu tenho muita admiração por ele, que é um Senador muito íntegro, muito aplicado e muito destacado –, exatamente o que nós estamos pretendendo nesta Comissão: é avaliar se a concepção desta TV pública está no caminho certo, porque vem sendo uma empresa cara, uma empresa com altíssimo número de funcionários e com o seu carro-chefe tendo uma audiência que é traço, ou tem uma audiência mínima.

Então, considerando que houve aí uma medida provisória propondo alterações para ver se nós conseguiremos chegar às finalidades dessa emissora, qual é o caminho? E é isso que nós estamos investigando.

Então, não há nenhuma tentativa de partidização de outras concepções se não tentar recuperar essa empresa que ainda não está atingindo todos os seus objetos, ao menos num dos seus órgãos, que é a TV Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Está bem, obrigado, Senador Lasier.

Queremos agradecer também a presença da Senadora Gleisi Hoffmann.

Vamos passar agora para a Deputada Angela Albino, e, então, Deputada, a senhora, como Relatora revisora, disse que tinha alguns questionamentos. Tudo bem, nós vamos abrir o espaço, a senhora vai fazer os questionamentos, mas, então, os convidados respondem ao final. Está bem?

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – O.k. Sem problemas, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Então, com a palavra V. Exª.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Presidente, eu primeiro quero fazer coro com o Relator, o Senador Lasier, para dizer que, se a gente for querer fazer concurso de simpatia por partido A ou B, fecha a Comissão, porque não é para isso que nós viemos aqui. Há uma divergência de concepção, que nós precisamos tratar, mas nós temos que tratar a medida provisória sobre isso.

Eu considero a EBC e a comunicação pública como um todo uma ferramenta democratizante por excelência e que, portanto, precisa ter o zelo de todos que defendem a democracia, porque é assim nas experiências bem-sucedidas de comunicação pública.

E eu lembro de um documentário de 2003, de um pessoal acho que do País de Gales, que estavam no Palácio de Miraflores na Venezuela, no dia que estourou o golpe militar lá, e eles conseguiram produzir um documentário fantástico, que é A Revolução não será televisionada. E fantástico por um ponto muito particular: eles filmam o Chávez assistindo, dentro do Palácio de Miraflores, o Palácio do Governo, que o golpe tinha sido dado por notícia da CNN, porque eles haviam tomado a TV estatal.

Vocês vejam que a comunicação pública e as comunicações estatais têm tanta relevância numa sociedade de espetáculo, como é a nossa hoje, que um golpe de Estado, como esse característico militar em 2013 na Venezuela, deu-se na TV pública antes de se dar propriamente no Palácio do Governo, dizendo que o então Presidente Chávez tinha sido deposto.

Mas eu percebo aqui, e também concordo com a fala anterior, dizendo que eu acho muito ruim que se citem nomes, Sr. Laerte, de pessoas que não estão aqui, e dizendo a sua filiação partidária, e virou simpatizante do PT, eu acho muito ruim...

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – ... para o que nós precisamos fazer aqui. E considero que uma fala sua diz com clareza o que está em debate, que é o centro, Relator, na minha opinião, desta Comissão.

O Sr. Laerte falou que o Governo não nomear presidente de uma empresa pública é muito estranho. É este o centro da divergência de concepção, porque há comunicação estatal e há comunicação pública. E, por definição, uma comunicação pública tem que ter um conselho curador que brigue, sim, com o presidente. Isso é a forma de mostrar a independência do conselho. Eu fui Secretária de Estado e, pela característica que tenho de diálogo, todos os conselhos ficavam na minha secretaria, e era pau o tempo todo. É da natureza do conselho. Conselho não é para ser... Menos os conselhos consultivos, que são meramente para receber jêtons. Os conselhos deliberativos que têm papel, é da natureza deles que haja conflito.



Quando dizemos que o Presidente não pode nomear uma empresa pública de comunicação pública é porque não pode, porque não pode estar submisso a ele. O senhor, por mais desejo que tenha de expressar – e tenho certeza que tem um caráter técnico –, mas o senhor só está lá pelas suas relações com o Governo Temer. É uma obviedade que está colocada para todos nós.

O que defendemos, o que eu defendo, é que tenhamos uma comunicação estatal, que é importante que o Governo desenvolva as suas ações perante o público, que o público o conheça, mas que tenhamos uma comunicação pública que dialogue para além, de um lado, dos interesses do lucro que precisa marcar a comunicação privada simples.

Mencionou aqui o Sr. Ricardo Melo a questão dos desenhos animados. Não há mais desenho animado em televisão privada porque não é economicamente interessante. E aí os nossos filhos e filhas, no meu caso um neto, veem um tipo de programação, por exemplo pela manhã, que só dá para deixar ver se for TV fechada.

(Soa a campanha.)

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Não dá para deixar uma criança vendo TV aberta de manhã hoje no Brasil. E por quê? Porque há um interesse econômico.

Então, de um lado, o interesse econômico e, de outro, uma comunicação estatal que tem um caráter e um perfil identificado com o executivo naquele momento posto, e mediando uma e outra, a comunicação pública. Aí precisa, Sr. Presidente, Sr. Relator, ter um conselho curador independente. Agora, se a gente vai buscar a ficha de filiação de cada um, acho que temos que ter mecanismos, de fato, porque a cada governo, não quero eu que sejam todos petistas, nem quero que todos sejam do PSDB ou do PMDB. Mas acho importante que esta Comissão se debruce para tentar entender o que pode fazer um conselho curador independente, completamente independente. E também temos que saber que as pessoas que têm uma trajetória de interesse por essa área, que não necessariamente inclusive são profissionais, tanto é que os indicados pelos Ministérios para compor esse conselho não eram pessoas da área de comunicação, mas elas precisam ter um histórico de defesa da comunicação pública.

Por isso, Sr. Relator, considero que o melhor produto que poderia sair da nossa Comissão é manter o Conselho fazendo os ajustes que podem ser feitos para preservar a sua independência. Porque o que o Sr. Laerte aponta é um diagnóstico correto, segundo a visão dele, ou seja, de que há uma contaminação de um perfil específico partidário no Conselho, mas o que ele propõe é jogar a criança, a bacia e a água tudo fora, portanto não fazer conselho... Mas aí não é mais comunicação pública, aí é comunicação estatal. E se o Presidente pode nomear a seu bel-prazer, ou seja, tira e coloca o presidente, também não é comunicação pública. Porque aí o Presidente da empresa, da EBC, acabaria sendo ficando submetido a isso.

(Soa a campanha.)

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – E quero dizer que, no seu compromisso, Sr. Laerte, que despartiriza, ora, nós vimos o Roda Viva esses dias, com o Presidente Temer, em que a pergunta mais eletrizante era como ele conheceu a Marcela. Não é possível que se chame isso de jornalismo. Não sou o sudário do Direito, mas sou uma apaixonada pela capacidade que o jornalismo de fato tem de ser uma ferramenta de democracia. Mas aquilo ali não é isso, pelo amor de Deus.

Eu queria pontuar duas questões, portanto, que são para mim estruturais. A primeira delas – aos dois, queria que o Relator também, obviamente, ponderasse – é se compreendem que há diferença entre comunicação pública e comunicação estatal e se compreendem que é possível fazer uma comunicação pública abolindo a nomeação desencontrada, melhor dizendo, a nomeação do Presidente por mandato e sem Conselho Curador. É uma pergunta que quero deixar aos dois.

O segundo questionamento, em que se bateu muito aqui, é a questão do financiamento. Primeiro que o maior patrimônio de uma empresa jornalista são as pessoas, são as cabeças pensantes. Então, dizer que a folha é grande.... Eu acho lastimoso que, em uma empresa pública, a gente diga que se gasta demais com funcionário. Se disser que ter três secretárias é ruim, pode dispensar as duas, não tem problema nenhum para mim, mas eu acho que o maior patrimônio de uma empresa que quer produzir comunicação pública são as pessoas, portanto, é natural que a folha de pagamento seja seu maior custo. Ainda assim, eu queria que os dois pudessem dar um panorama para nós de, desse conjunto de um pouco mais de 2,5 mil pessoas que atuam na empresa, o que é atividade-fim, o que é atividade-meio também, para a gente ter um pouco de noção disso.

E também queria que os dois dialogassem com esta Comissão sobre o Fistel, porque nós falamos aqui várias vezes aqui das dificuldades econômicas, do que tem sido retido, mas também há a discussão ainda de o Fistel poder dar um fôlego econômico definitivo, que é a contribuição para fomento da comunicação pública.... Desculpe, pode dar uma contribuição definitiva para sanear as condições econômicas da EBC.



É isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Deputada Angela Albino.

Ao final os convidados terão oportunidade de responder os questionamentos.

Passo agora para o Senador José Medeiros, de Mato Grosso, meu Estado, meu conterrâneo. E o senhor também tem três minutos mais dois e, depois, se precisar, terá um pouquinho mais.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Relator, convidados, Deputados, Senadores, dou boas-vindas a todos os presentes e cumprimento todos que estão nos acompanhando.

Eu também concordo com o Senador Paulo Rocha que realmente nós estamos aqui buscando discutir uma medida provisória, justamente o futuro da EBC. Agora também não deixo de fazer o contraponto aqui à fala do Deputado Paulo Rocha...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Senador. Eu passei a vida inteira o vendo como Deputado, ficou grudado na cabeça. Eu falo para ele que tenho divergências, mas que sou fã dele.

Mas o que acontece? Eu sinto que se deu uma aparência à EBC de empresa estatal, mas aparência no papel, porque, pela impressão que eu tinha... E, aliás, eu nunca chamava a EBC de EBC, eu sempre chamava de ECPT, Empresa de Comunicação do Partido dos Trabalhadores. Estou vendo aqui que se está tentando dar um ar de que ela era uma empresa “isentona”. Eu vejo muito isso no Twitter: aquele sujeito que é notadamente de uma corrente, mas banca o “isentão”. Eu não vi isenção nenhuma. Aliás, nos últimos dias que antecederam o velório do governo do Partido dos Trabalhadores, eu passei pelo Palácio do Planalto e pensei que estava passando em frente a um DCE, porque tinha placa lá da CUT, do MTST; quanto mais a EBC! Tanto é verdade que poderia haver algumas, como o Dr. Ricardo falou aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Puxa, já acabou?

Tanto é verdade que as entrevistas que houve, a meu ver, serviam mais para legitimar essa tal de isenção, mas a gente via, nitidamente, as perguntas dos repórteres, a quem se dirigiam. E quando se fala que não havia aparelhamento, que essa mídia é oligopolista, essa coisa toda, a grande verdade é que o governo optou por ter um núcleo de comunicação para chamar de seu. Cito, por exemplo, o Brasil 247. Eu peguei uns números aqui: Brasil de Fato, Brasil Econômico, Luis Nassif, Diário do Centro do Mundo, Carta Maior, Paulo Henrique Amorim, Opera Mundi, Fórum, Kennedy Alencar. Isso sem falar de outras tantas – põe aí Dilma Bolada e não sei o quê. Se vocês pegarem os valores – não vou cansá-los com números –, vão notar, por exemplo, que o Brasil 247, que é o maior expoente do alto-falante bolivariano, teve 815 mil visitantes num mês; o UOL teve 39 milhões. Isso aqui é pegando o mês de dezembro de 2014. Então, o UOL teve 39 milhões de acessos, de visitantes; o Brasil 247, 815 mil. Aí vamos lá: o UOL recebeu 1.223.626; o Brasil 247 – isso com 39 milhões – 122.869, a média mensal. Essa é a média mensal.

(Soa a campainha.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Quando foi feito o custo por visitante, deu 0,15 para o Brasil 247 e 0,03 para o UOL. Por quê? Porque era uma mídia aparelhada. Era uma mídia para falar bem. Aí você pega o Paulo Henrique Amorim, o Luis Nassif, e por aí vai. Notadamente, havia um aparelhamento. Esse discurso de isenção não existe, e até acho natural que o governo do PT fizesse isso. Como me disse o Senador Valdir Raupp, não cabe aqui a gente fazer caça às bruxas; mas eu tenho de fazer esse contraponto, já que entrou por esse caminho.

Agora, um Conselho Curador com a CUT, o MST, o MTST, e você dizer que isso aqui não é um apêndice do Partido... na verdade, é um modelo muito similar ao que aconteceu na Argentina, na Venezuela. Lá eles queriam realmente acabar com a chamada mídia oligopolista, queriam acabar com o *Clarín*. Na Venezuela, foram fechados vários jornais.

O que, na verdade, se quer nessa democracia que o Senador Paulo Rocha.... Agora eu posso falar aqui, ele não vai poder pedir a palavra pelo art. 14, porque já saiu. Então, o que acontece? O que se queria era uma mídia para falar só bem do Partido e, se possível, acabar com os outros. Tanto é que rotulam o tempo inteiro. Eu ouvi falarem mal do Ibope aqui, mas o Partido usava direto o Ibope para buscar seus números.

Eu acho que, para a grande discussão, a gente tem que quebrar o retrovisor. Agora, fica uma sugestão. Nós não estávamos pensando nisso, mas, já que o Senador Paulo Rocha sugeriu, acho que podemos começar a pensar numa CPI da EBC. Porque a CPI, sim, é lugar de olhar para o retrovisor, realmente.



No mais, eu queria só fazer uma pergunta ao Dr. Laerte quando ele voltar. O Paulo também está chegando.

O senhor falou de um jabuti que havia numa árvore aí. Dizem que jabuti, quando está numa árvore, ou é encheite, ou é mão de gente. Há quantos anos já essa empresa que manda o conteúdo pronto para a EBC está aí? Não há como se livrar disso? Aí, sim, a empresa poderia começar a fazer sua grade de programação e tudo mais.

No mais, só quero responder também a uma provocação que eu ouvi o Dr. Ricardo falar a respeito de que, se os funcionários são concursados – já estou terminando, Sr. Presidente –, portanto, a empresa não seria aparelhada.

Isso pode parecer uma verdade formal, mas, materialmente, ela não se constata pelo seguinte. O servidor público precisa manter o seu emprego, e não há coisa mais draconiana do que processo administrativo e tudo mais. Então, o servidor público – eu fui por 22 anos – tem um instinto de sobrevivência que é o seguinte: “De que jeito a música está tocando? Então, vamos dançar conforme a música.”

Então, dizer que ele é concursado e não vai ter problema ou não vai ser aparelhado não é bem verdade, porque vai depender de quem está no comando. Quando eu era funcionário público, eu era daqueles que achavam que o cavalo bate os cascos de acordo com quem está na rédea. Esta é que é a verdade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Senador Medeiros.

Passo a palavra agora ao Senador Valdir Raupp também para os seus questionamentos.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Deputado Ságuas, Sr. Relator, Senador Lasier Martins, senhores convidados, Dr. Ricardo Melo, Dr. Laerte Rímoli, eu entendo que, até pouco tempo, nós éramos um governo só, o governo do PT e do PMDB. Para mim, fica extremamente difícil fazer defesa de A ou defesa de B, porque – repito – éramos todos governo, um governo único, até pouco tempo atrás.

Eu acho que o ex-Presidente ficou tão pouco tempo – não acompanhei sua palestra inicial, peço desculpas por isso – na Presidência dessa empresa, a EBC, que acho que não daria muito tempo para fazer muita coisa. Mas, pelo que vi nas respostas aos questionamentos do Senador Lasier, nosso Relator da medida provisória, ele fez o que pôde naquele momento, e deve ter feito na maior das boas intenções. E o Presidente atual, Dr. Laerte Rímoli, também não vai ser diferente. Ele está tentando ajustar, tentando fazer, tentando melhorar a empresa.

Então, como já foi dito, isto aqui não é uma CPI, é uma audiência pública. Mas há audiências públicas que acabam tendo aspecto de interrogatórios, de CPI. Então, não vou fazer pergunta nenhuma, só dizer que o que for melhor para a empresa, se ela realmente for boa para o Brasil e puder ser aperfeiçoada, é o que nós devemos fazer, é o que o Senado Federal deve fazer, o que a Câmara dos Deputados deve fazer, o que a nova direção da empresa deve fazer.

E é muito natural que toda empresa pública, estatal, defenda os interesses do governo que esteja no momento. Assim faz a TV Senado, a Rádio Senado...

(Soa a campainha.)

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – ... a grande maioria da sua programação é composta de pronunciamentos, participações de Senadores, e a TV Câmara também não é diferente. Então, qualquer governo que esteja à frente do Poder, no Palácio do Planalto, vai, dentro do possível, usar essas empresas para divulgar os trabalhos do Governo.

Eu não vou aqui condenar quem estava lá, fazer nenhuma acusação ou questionamento a quem estava lá, porque, repito, o último Presidente tentou, inclusive, ajustar salários, que eram altos, e, se não fez mais, é porque não deu tempo e não pôde.

E eu quero me colocar à disposição do novo Presidente, da nova equipe, para ajudar, para contribuir naquilo que for necessário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Senador Valdir Raupp.

Para finalizar, quero convidar Wilmar Lacerda, que é suplente do Senador Cristovam Buarque. Também por três minutos e mais dois.

O SR. WILMAR LACERDA – Presidente, primeiro, muito obrigado pela concepção da palavra aqui, até porque suplentes não costumam falar em audiências. Mas, no caso de audiências públicas, eu acho que nós podemos falar.

Eu queria, primeiro, falar das preocupações com os chamados PDVs. Os PDVs voltam à tona, com uma concepção de diminuição do tamanho do Estado.



O Banco do Brasil anunciou 18 mil demissões em PDVs. Na Petrobras, há milhares de trabalhadores saindo em PDVs. Agora, o Presidente da EBC está anunciando um PDV para tirar 600 trabalhadores. Aonde nós queremos chegar com o PDV da EBC e para que serviria o PDV na EBC?

Eu estou falando isso, porque fui Presidente do Sindicato dos Empregados da Embrapa, no governo Fernando Henrique, e esse governo fez um PDV na Embrapa e a diminuiu, de 11 mil trabalhadores, para 6,5 mil trabalhadores. E eu sei exatamente as consequências disso para a ciência e tecnologia, para pesquisa e para o avanço da produção e da produtividade nacional, que, naquela ocasião, causou o PDV na Embrapa. Demitiram pesquisadores, operários rurais, técnicos agrícolas, laboratoristas, e nós sabemos o que isso custou para o País. O que vai custar isso para o País, em alguns anos, com o PDV da EBC?

Outra questão que eu falo: lá, na Embrapa, 90% da folha são gastos com servidores, trabalhadores. Porque há desenvolvimento, capacitação, treinamento, desempenho, etc. etc. Essa é a base da EBC. Não muda em absolutamente nada. Talvez até se precise mais de capacitação dos seus trabalhadores, tendo em vista o que o ex-Presidente falou: como colocar um repórter novo para entrevistar um político...

(Soa a campanha.)

O SR. WILMAR LACERDA – ... experiente?

Eu queria, para finalizar, Presidente – até porque o tempo é curto –, fazer alguns questionamentos aqui.

Ao acabar com o Conselho Curador, a medida provisória repassa a responsabilidade pelas diretrizes setoriais ao Conselho de Administração, formado quase integralmente por ministros. Como garantir a independência do Conselho? Se se tira a sociedade civil e se botam ministros, que independência tem um conselho desse?

O Presidente atual reclama do Conselho em dois aspectos: que ele gastaria muito e que ele interferia demais. Sobre os gastos, se retirar os jetons, você concordaria com a manutenção do Conselho? Sobre a interferência, tinha conhecimento de que a aprovação do plano de trabalho foi uma prerrogativa estabelecida em lei, que eram as prerrogativas do Conselho estabelecidas em lei aprovada pelas duas Casas do Congresso Nacional? Você não acha que, se o Conselho tem tensões com a direção, como no caso Cruvinel e Ricardo, é justamente por ser independente? Se o Conselho era petista, os dois Presidentes serão petistas e no Conselho, pelo menos denominado aqui, havia tanta tensão lá com eles, será que não havia algum problema também com eles na programação e na independência do Conselho?

Na contramão de todas as características das empresas públicas de comunicação em países democráticos, como a reconhecida BBC, de Londres, a MP, na verdade, acaba com os mecanismos de autonomia que garantiam, até agora, que seus veículos não se transformassem em canais de propaganda governamental. Tudo ficará a cargo das decisões unilaterais da Presidência. Como, Rímoli, acreditar que a medida provisória impede a consolidação...

(Soa a campanha.)

O SR. WILMAR LACERDA – ... do caráter público de uma empresa governamental com esse novo caráter que se deu aqui nessa concepção?

Eu queria falar dessa independência. Por exemplo, o Conselho Curador existe em todas as TVs públicas do mundo. Por que o senhor é contra? A medida provisória joga as diretrizes editoriais para um conselho de ministros. Como ter independência assim? Por exemplo, o Roda Viva entrevistou o Presidente Temer. Isso não é uso político? Se se tirar o vetor, você, Rímoli, topa o Conselho? Se não topa, por quê? Censura da notícia da exoneração, cortes responsáveis de programas quando assumiu, mudança da grade em um discurso amplo. Por exemplo, para as ocupações das escolas serem noticiadas na EBC, demorou quase três semanas depois que veio à tona que isso estava acontecendo no Brasil. Eu costumo assistir à EBC e não via isso ser colocado.

Eu queria, Presidente, agradecer a oportunidade e dizer que nós temos que manter a empresa pública mesmo fazendo os ajustes nesta medida provisória que veio para o Congresso. Eu acho que essa é a colaboração que a gente pode dar, Presidente, Relator, para que a gente possa manter o Conselho com independência e buscar todos os cuidados necessários para que a gente possa ter e manter no Brasil uma mídia pública, haja vista que o Brasil é dominado quase que exclusivamente por cinco famílias da mídia oficial.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Wilmar.

A Senadora Vanessa Grazziotin chegou agora. A senhora pretende fazer uso da palavra?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu percebi, Presidente... Desculpe-me. Se me permite, eu estava, na CAE, debatendo um projeto de securitização da dívida pública e perdi as exposições, mas eu vi que foram dirigidos alguns questionamentos aos expositores. Se tivesse oportunidade, depois da resposta, de



fazer alguns também, eu agradeceria.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Antes de passar para os expositores responderem aos questionamentos, vou ler a lista das pessoas que foram convidadas para participar das audiências públicas: o Sr. Eliseu Padilha, que está previsto para a audiência do dia 1º.

Nós temos esta audiência hoje e teremos outra terça-feira, às 14h30.

Foram convidados, além do Ministro Eliseu Padilha, que estará numa Mesa no dia 1º, o Sr. Laerte Rímoli, que está aqui neste momento, o Sr. Márcio de Freitas, que é Presidente do Conselho de Administração da EBC; a Srª Tereza Cruvinel, jornalista e ex-Presidente da EBC; o Sr. Ricardo Melo, que também está aqui neste momento, ex-Presidente da EBC; o Sr. Venício Lima, jornalista, sociólogo e Professor de Ciência Política e Comunicação da UnB; o Sr. Miguel Ângelo Cançado, Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional; a Srª Akemi Nitahara, representante dos trabalhadores da EBC; a Srª Renata Mielli, jornalista e coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; a Srª Rita Freire, jornalista e ex-Presidente do Conselho Curador da EBC, por isso falei da contemplação; a Srª Deborah Duprat, Procuradora Federal dos Direitos do Cidadão; um representante da Abert, que seria indicado; e um representante da Abepec, que é a Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais.

Então, eu passo agora a palavra para os expositores.

Podemos começar com o Ricardo, se assim pretender, ou com o Laerte. *(Pausa.)*

Ricardo Melo, então, para responder aos questionamentos dos Parlamentares.

O SR. RICARDO MELO – Na verdade, não tenho muito a acrescentar em relação ao...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vou pedir para o Senador Paulo Rocha ficar aqui na Presidência, porque eu vou ter que votar. Começou a Ordem do Dia lá na Câmara e preciso ir para lá. *(Pausa.)*

O SR. RICARDO MELO – Posso falar, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Tem a palavra V. Sa.

O SR. RICARDO MELO – Obrigado, Senador.

Realmente a gente tem que chamar as coisas pelo nome.

A Medida Provisória nº 744 representa a liquidação da comunicação pública no Brasil. É uma medida provisória de liquidação, porque transfere para o Presidente da República todo e qualquer poder em relação à empresa, dá a ele o direito de demitir *ad nutum* o Presidente da empresa, a diretoria da empresa e qualquer outro representante lá existente, acaba com o mandato do Presidente e fecha o Conselho Curador. Então, a gente tem que chamar as coisas pelo nome. Essa é uma medida provisória de liquidação da comunicação pública no Brasil.

Quer dizer, nós estamos tendo um retrocesso – e esta MP representa um retrocesso – de pelo menos oito anos, para não ir mais longe, porque a comunicação pública foi prevista no art. 223 da Constituição de 1988. Então, é essa a discussão que tem que ser feita.

Uma empresa de comunicação pública que não tem um conselho independente, que não tem um presidente com liberdade de ação e que não tenha um financiamento garantido não é uma empresa pública. Não é. É uma empresa do Governo, é uma empresa estatal, é um ministério. Deveria até mudar-se o nome: Ministério Brasileiro de Comunicação, porque a sociedade perde completamente o controle sobre aquilo que deveria ser um órgão para garantir a diversidade, pluralidade e todos os requisitos que as empresas de comunicação pública pelo mundo afora têm, apresentam e representam.

Sobre a questão da pergunta da Sub-Relatora, que não está aqui, sobre atividade-fim, atividade-meio, foi falado aqui que o jornalismo, a TV Brasil tem cerca de 400 funcionários, e eu acho que ela tem mais do que isso se, na TV Brasil, a gente computar jornalistas, a área de operações e tudo mais, todos que têm que ser incorporados à TV Brasil.

Com relação ao número total de funcionários, é sempre bom lembrar o seguinte: a EBC não é só a TV Brasil; a EBC tem uma cadeia de rádios, a EBC tem uma agência de notícias que serve centenas e centenas de órgãos pelo País; e tem a TV Brasil propriamente dita. Quer dizer, é uma coisa maior do que a TV Brasil.

Não é que a TV Brasil tenha 2,6 mil funcionários. Não! Esses 2,6 mil funcionários atendem a, pelo menos, três plataformas diferentes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Quantas rádios há espalhadas pelo Brasil?

O SR. RICARDO MELO – São oito rádios, fora... Oito rádios próprias, sendo uma delas a Rádio Nacional.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Nacional lá no meu Estado...

(Soa a campanha.)

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – ... há, em Tabatinga, na fronteira, que, aliás, é o único meio de comunicação que temos lá.



O SR. RICARDO MELO – O único meio de comunicação! Nós temos a Rádio Amazônia, cuja maior representante é a Mara Régia, e em vários lugares onde o único meio de comunicação são as rádios da TV Brasil. Porque ninguém tem interesse de ir para Tabatinga, porque não dá dinheiro; ou, então, de ter uma rádio na Amazônia, porque não dá dinheiro.

Agora, não é importante que o povo da Amazônia, o povo de Tabatinga tenha acesso às notícias, à programação cultural e intelectual? Claro que é! E TV pública serve para isso.

É a mesma coisa de você dizer: “Ah! Um posto de saúde está dando prejuízo. Então, vamos fechar o posto de saúde!” Não, não vamos fechar o posto de saúde. Faz parte do dever do Estado financiar o posto de saúde, porque isso é um dever fundamental.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sr. Ricardo, permita-me...

O SR. RICARDO MELO – Sim.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – ... um aparte à sua fala. V. S^a está descrevendo um quadro de extinção da EBC como comunicação pública. Eu quero lhe dizer, como Relator, que nós não estamos aqui numa Comissão para avaliar uma MP e cumprir o que o Governo quer. Não! Nós estamos trabalhando aqui com independência.

Inclusive, quero lhe comunicar que, quando a representante do Governo chegou até mim e me perguntou se eu aceitaria ser o Relator, eu disse: se me conceder total independência, eu aceito; agora, se for para cumprir o que o Governo quer, eu não aceito. Então, não se iluda ou não se precipite: nós vamos fazer um relatório conforme a preponderância da Comissão e com sugestões de melhor solução para que os objetivos sejam atingidos.

Isto é: uma empresa de comunicação que custa caro para as finanças públicas. Não estamos interessados em servir nem o anterior nem o atual Governo, nós estamos interessados em servir o interesse público, com independência. Agora, se vão aceitar o nosso relatório ou não, isso vai depender, depois, da Comissão e do Plenário. Então, não seja tão tético de que nós estamos aqui para, servilmente, cumprir o que o Governo quer. Não é bem assim. E o senhor aguarde o nosso relatório.

Prossiga.

O SR. RICARDO MELO – Só para concluir, Senador, eu acho que fui mal interpretado pelo senhor, porque eu não disse que a Comissão vai chegar a essa conclusão. Eu disse que o texto apresentado na medida provisória é um texto que representa a liquidação da comunicação pública no Brasil. Em nenhum momento, disse...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Estamos avaliando.

O SR. RICARDO MELO – Em nenhum momento, disse que esse vai ser o entendimento da Comissão. Em nenhum momento. Eu disse apenas que, da maneira como está colocado, aquilo que está escrito lá representa o desmonte da comunicação pública. Agora, se a Comissão, se o Relator, se o Presidente vão concluir por a, b ou c, estas audiências públicas é que vão dizer isso. Então, o senhor me desculpe se foi interpretado como: “Ah, não, já existe um parecer pronto, a medida provisória...” Não existe. Tanto que nós estamos aqui, não estamos perdendo tempo. Pelo contrário, o debate está sendo muito produtivo.

Enfim, são essas três coisas que eu acho que são as fundamentais. Se não se recuperar o Conselho Curador, se não se der independência para o mandato de Presidente, se não se ajustar o problema das finanças, eu acho que, dificilmente, vamos conseguir manter a EBC de pé. E eu acho que este é o papel que nós temos que ter daqui por diante: achar a solução para isso, e não simplesmente fazer o que foi feito com a medida provisória, que é simplesmente encerrar os trabalhos, chamar de empresa pública uma coisa que, na verdade, virou uma empresa estatal, a prevalecer o que está escrito na MP.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Eu quero só avisar as duas Senadoras, Senadora Ana Amélia, que já esteve aqui e voltou agora, que nós já estamos nos momentos finais, que são as respostas daqueles que foram inquiridos. No entanto, após essas respostas aos quatro Parlamentares que inquiriram, podemos voltar para vocês, se quiserem inquirir.

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – Eu ia só lhe pedir pela ordem, não vou fazer perguntas. Eu até teria uma pergunta ao Dr. Ricardo Melo sobre a questão do Ibope, porque, quando eu estive aqui – e me baseei no que eu ouvi e não no que me disseram –, a respeito...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – A medição da audiência, não é?

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – O Ibope foi criado pelas empresas de radiodifusão, pelas televisões para medir uma audiência para classificar o consumidor usuário, classe A, B, e medir a publicidade. Eu acho que é simplificar demais. O Ibope hoje é usado para fazer uma aferição, inclusive, das eleições, mesmo que erre, como aconteceu nos Estados Unidos, em que toda a mídia, todos os institutos de pesquisa erraram redondamente, e foi um escândalo. Imaginar que um instituto de pesquisa esteja a serviço de fazer só isso.... Não



podemos simplificar demais para não haver contaminação. Mas eu não defendo o Ibope, estou falando dos institutos. Seria a mesma que coisa que achar que o Datafolha também está no mesmo escopo, no mesmo objetivo.

Mas eu queria apenas, Presidente Paulo Rocha, reafirmar a minha convicção e a minha crença no trabalho da isenção do Senador Lasier Martins. Poderia alguém duvidar sobre a sua imparcialidade, por ter sido ele um profissional da comunicação, como eu fui, de uma empresa privada. Então, poderia levantar-se uma suspeita de que poderia aí haver um zelo de marginalizar a comunicação pública em função ou em benefício do setor privado.

Por conhecê-lo é que eu quero dar um testemunho. Trabalhamos na mesma empresa, mas, tanto ele quanto eu, temos aqui uma responsabilidade muito parecida. Eu sou uma Senadora independente, não tenho nenhum vínculo com o Governo, não tenho nenhum cargo no Governo, estou aqui e digo sempre que eu votei pelo *impeachment* da ex-Presidente não para colocar o Temer na Presidência da República; eu votei pelo *impeachment* pelos erros cometidos pelo Governo. E tudo que for errado do atual Governo terá de mim a crítica com a mesma veemência e do mesmo modo.

Por isso que eu queria fazer essa manifestação em defesa da isenção, da honestidade e da responsabilidade do Senador Lasier Martins na relatoria desta medida provisória.

Muito obrigada.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Com a palavra o jornalista, Presidente Laerte Rímoli.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Senador, eu entendo que a gestão pública, especialmente de uma empresa tão importante como a EBC, tem que ser compartilhada. Eu estou lá há dois meses, e eu recorri ao Luiz, ao Ari, que são os diretores, diretores da casa que eu nomeei, que nunca tinham sido nomeados diretores da casa, porque eu não vou falar aqui de números abstratos, eu quero me ater à realidade lá.

E o que nos encontramos lá foi uma realidade dura, tanto que há auditorias, viu, Senador? Nós temos lá auditorias para a questão do contrato do futebol, para a empresa de *uplink*, que é a Vale, são várias auditorias lá dentro que a gente está tocando.

A Deputada Angela, que não está aqui, falou sobre salários altos. Eu fiz a ressalva de que uma empresa de comunicação tem que gastar mais dinheiro com salários. A minha compreensão é essa, como eu acho que a do Ricardo é. Agora, a proporção é esta: 65% do valor da EBC é gasto em salários.

A questão do audiovisual, que o Senador José Medeiros perguntou: desde 2013 que há esse dinheiro do audiovisual para uma produção de horas, 750 horas divididas em três blocos de séries, programas e produtos. Isso vem desde 2013, e a Lei de Audiovisual que permitiu isso colocou a EBC apenas como barriga de aluguel, como eu gosto de chamar, porque recebemos esse material e sobre ele não opinamos e não participamos dele na sua fase de preparação.

Ao suplente de Senador Wilmar Lacerda: essa adesão que lá nós estamos propondo é voluntária, não é obrigatória. E, depois, há vários setores na empresa... A média de idade daquela empresa é de 57 anos, porque ela foi EBN, Empresa Brasileira de Notícias, depois ela foi Radiobrás, e aí veio a EBC. É uma reivindicação dos trabalhadores da EBC. Entendemos que, se conseguirmos diminuir a partir dessa adesão, será mais razoável trabalhar com... Agora, é um pedido que veio deles.

A Deputada Angela falou de termos colocado o Roda Viva com o Presidente Temer. Eu queria lembrar que nós colocamos o Roda Viva com o Presidente Temer sendo entrevistado por cinco jornalistas independentes, de vários órgãos. Se foram dóceis ou não com o Presidente ali para o Brasil inteiro, é diferente sabem do quê? Daquilo que o Lula fazia de chamar só blogueiro progressista para entrevistá-lo. O Ricardo falou: “Eu dei voz aos desvalidos.” No dia 10 de maio, acho que a Presidenta Dilma já era uma desvalida. Ele a trouxe de Porto Alegre para o Palácio aqui, e uma equipe da EBC foi entrevistá-la. Isso não é televisão pública.

Eu quero dizer que...

O SR. RICARDO MELO – Eu não a trouxe de Porto Alegre para cá. Ela morava no Palácio da Alvorada.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Isso. Ela estava em Porto Alegre e veio ao Palácio da Alvorada para ser entrevistada pelo Luis Nassif.

O SR. RICARDO MELO – Não, mas ela...

O SR. LAERTE RÍMOLI – Esse indivíduo tinha tido o salário cortado naquele dia e foi trazido numa operação via TV Minas, que era do PT também, para entrevistar a Presidente Dilma.

O SR. RICARDO MELO – Mas ela morava no Palácio.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Então, Ricardo, os desvios da comunicação pública se dão também por aí. Eu imagino que eu possa cometer erros e os cometerei porque sou humano.



(*Soa a campanha.*)

O SR. LAERTE RÍMOLI – Eu tenho um caso clássico aqui de uso indevido da TV pública.

O SR. RICARDO MELO – Que você acha que seria esse caso da Dilma.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Eu acho.

O SR. RICARDO MELO – Que era notícia mundial. Todas as televisões do mundo...

O SR. LAERTE RÍMOLI – Acho que pegar a televisão pública.... Por que não entrevistaram o Presidente Michel Temer?

O SR. RICARDO MELO – Ele foi convidado, inclusive através do EBC Informa, divulgado para todos os funcionários.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Outra coisa: eu não disse que eu concordava com o fim do Conselho Curador, e o Senador Lasier sabe disso. Mas um Conselho Curador em que votos de dois membros destituem o Presidente da empresa e destituem os diretores? Os senhores hão de convir comigo que há um pequeno exagero. Dois votos!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. RICARDO MELO – Não. Não, são dois votos de desconfiança pela maioria do Conselho Curador.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Sim, de pessoas que não têm responsabilidade na administração da empresa, cujo CPF não está em jogo. Fica esquisito um negócio desse, Ricardo – a meu ver, a meu ver.

O SR. RICARDO MELO – Nós vamos tratar de uma nova lei, não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – De qualquer maneira, há divergência de concepção. Então, vamos...

O SR. LAERTE RÍMOLI – É isso.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Já concluiu?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Eram essas as observações.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Desculpe, Excelência. Senadora Grazziotin.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Imagine...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – V. Exª pediu a inscrição antes.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Senador, eu não vou fazer questionamento. Na próxima.... Percebi, pela leitura do Presidente, que teve de ir votar na Câmara dos Deputados, que nós teremos inúmeras audiências públicas ainda para tratar da matéria.

Então, vou deixar para fazer questionamentos em outras audiências públicas, mas não posso deixar de, desde já, dar a minha opinião em relação a isso. Não sei se ouvi mal o Sr. Rímoli dizer que não é contra o Conselho Curador. Então, por que extingui-lo? Eu acho que devemos trilhar este caminho: se não há posição contrária, por que extinguir o Conselho Curador?

Eu acho que o que está em jogo aí não é se permanece o Conselho Curador, se se retira o Conselho Curador; o que está em jogo é uma concepção muito maior do que isso. Aí, perdoem-me os senhores, mas eu concordo com o Dr. Ricardo: eu acho que é acabar com a Empresa Pública de Comunicação, acabar. Eu tenho exemplos vivos disso, tanto que falei quando questionei sobre o número de rádios que temos no Brasil.

Eu vivo numa região que é a região mais importante não do Brasil, mas do mundo, mas é a mais desocupada e a mais sensível a tudo, onde a comunicação cumpre um papel fenomenal. Eu ando, até pelo exercício aqui da minha atividade política, muito pelos interiores. Lá, infelizmente, eu não sei por que os senhores dizem que este foi um Governo tão direcionado. Aqui escutamos reclamação do salário de um jornalista de renome nacional, mas não se vê nenhuma crítica a quanto o Estado paga para as grandes empresas de comunicação. Eu também não quero fazer críticas a isso, porque acho que o que temos que defender é a convivência harmônica e pacífica desses dois entes na comunicação: o ente público e o ente privado, porque comunicação, senhores, hoje, tem um papel muito mais importante na formação da cidadania do que a própria educação.

Seria, no meu entendimento, quando se trabalha para destruir a comunicação pública, a mesma coisa que destruir a educação pública. Hoje o cidadão e a cidadã se informam e se formam muito mais pelo que o meio de comunicação diz do que pelo que a professora fala na escola.

Então, eu não estou aqui para falar mal de nenhuma empresa privada de comunicação; pelo contrário: eu acho que quanto mais tivermos e mais fortes elas forem, melhor vai ser. Eu não sei aonde vamos chegar.

Eu pego o exemplo dos meus conhecidos. A juventude de hoje não vê mais canal aberto. A juventude de hoje, pelo menos daqueles que têm a possibilidade de frequentar uma escola melhor, que não é o caso da maioria do povo – e eu vou falar sobre a maioria do povo, porque essa só tem direito a um tipo de informação, não tem direito ao contraditório –, segue para o canal fechado e em língua estrangeira ainda, aquela que tem uma família com mais possibilidade de ter um canal a cabo.



Então, eu não acho que seja saudável o enfraquecimento da TV e da comunicação pública. O exemplo que quero dar do meu Estado é que temos uma região, aliás, muitas regiões sensíveis, porque temos uma área de fronteira muito grande, desocupada e muito problemática. Eu falei aqui de Tabatinga e poderia falar de São Gabriel da Cachoeira, que faz fronteira com a Venezuela, de Benjamin Constant, Municípios do meu Estado que fazem fronteira com Colômbia e com Peru, na área mais crítica em relação ao tráfico de drogas. A Força Nacional chegou lá há três anos e, até hoje, não conseguiu sair, está lá permanentemente.

Antes da política de fortalecimento da Empresa Pública de Comunicação, tínhamos uma Rádio Nacional lá, uma rádio que não funcionava, com aqueles equipamentos gigantesco lá jogados às traças, e o povo sem comunicação nenhuma. Com a política de fortalecimento, tivemos uma TV revitalizada, uma rádio revitalizada, levando a informação, inclusive uma das profissionais que atuava foi morta. Isso gerou uma comoção muito grande. Foi morta violentamente. Ali foi um caso sério de feminicídio, que tem, obviamente, muito a ver com o tráfico de drogas.

Eu estive lá há poucos meses, fui à Rádio Nacional, como todos os Parlamentares do meu Estado vão, todos. Não fui barrada na porta. E qual foi a reclamação que ouvi? Eles estão mantendo a TV com recursos próprios, os profissionais, e lamentando a decadência daquilo lá. Então, sinceramente, acho que nós precisamos utilizar este debate, Senador Lasier, não é para dizer da ganância... Porque ouvi alguém falar aqui – acho que foi o Wilmar – algo que equivaleria a dizer “aquele posto de saúde está dando prejuízo” ou “a escola está dando prejuízo”. A escola não existe para dar lucro, o posto de saúde não existe para dar lucro, mas para atender à população. E por que não na área da comunicação? Porque nós temos regras tão rígidas no País...

Nestes últimos anos – vamos fazer as contas –, criaram-se mais ou fecharam-se mais rádios comunitárias? Na minha região, mais se fechou do que se criou. Na minha região se fecharam mais do que se criaram rádios comunitárias, e ainda tenho que escutar isso aqui? Por que o profissional que ganhava... Quanto ganha um profissional da Rede Globo? Quanto ganha um profissional da SBT? É errado eles ganharem aquilo? Não é errado!

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Senadora Vanessa, só preciso lhe dizer o seguinte. Nós não somos contra a ganância, se tiver que acontecer. Nós somos a favor...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Não, isso não é ganância, isso é investimento. Acho que é preciso usar a palavra certa.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Nós somos a favor de que seja bem aplicada...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Isso não é ganância, isso é investimento.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – ... a verba.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Ganância é o recurso que desviam da Petrobras.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Perfeito.

Os recursos podem ser altos, mas que sejam bem aplicados e tenham retorno, e é por isso que nós estamos discutindo.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu também estou discutindo nessa linha, Senador. Estou citando exemplos concretos sobre...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Nós achamos que não é hora...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Nós estamos falando da empresa pública de comunicação, e eu estou dando exemplos concretos da atuação que acontece na minha Região Amazônica.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Perfeito, mas nós estamos iniciando um trabalho. Nós tivemos apenas uma reunião...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu também, estou fazendo a minha primeira intervenção, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – ... que foi a formação do programa, e hoje...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA. *Fora do microfone.*) – Vamos assegurar a palavra à Senadora...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Perfeito.

Não, mas é para que não se transmita aqui a ideia de que se está encaminhando mal esta Comissão. Não, ela está começando um trabalho de investigação sobre o que fazer e como fazer para melhorar a EBC, cujos resultados são discutidos, e sem nenhum compromisso, nem com o governo anterior nem com o próximo. Volto a dizer: nós temos compromisso público, temos compromisso com a população brasileira, que paga a EBC. É isso.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Senador Lasier, eu estou tendo a oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – V. Exª tem a palavra assegurada.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Obrigada, Senador Paulo.



Eu estou tendo a primeira oportunidade de fazer uma intervenção aqui. Eu só sou membro da Comissão, não sou Relatora, muito menos Presidente...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS. *Fora do microfone.*) – Então nos ajude!

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu estou tentando!

Estou externalizando a minha posição, e de uma forma respeitosa. Eu não vim aqui para dizer que o jornalista A, B ou C ganha demais, muito menos para comparar o salário deles com o salário que as empresas privadas de comunicação pagam. Eu acho que esse é um início equivocados porque, se nós quisermos bons profissionais da área de comunicação numa empresa pública, o mínimo que eles têm que receber são bons salários, e salários compatíveis com o mercado.

Agora, quando eu chego aqui já sendo informada que fui citada, não sei por quê... Poucas vezes, poucasíssimas.... Acho que estive na sede da EBC uma única vez, num dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher, para falar sobre políticas para mulheres, uma única vez – aliás, hoje à tarde estarei no TSE, porque fui convidada pelo Ministro Gilmar Mendes para tratar do tema da mulher na reforma política. Estive lá uma única vez, e fui convidada outra vez para participar de um programa, mas, infelizmente, foi exatamente nessa fase de mudança de direção.

Recebi o convite num dia e, no dia seguinte, recebi um telefonema com a informação de que estava desconvidada – uma Senadora da República! Imediatamente, o que eu fiz? Imediatamente eu fui à tribuna do Senado Federal e comuniquei isso, em forma de denúncia, porque achei isso um desrespeito a uma representante eleita do povo brasileiro. Fui convidada, mas, no dia em que eu iria, recebi um telefonema dizendo: “Não venha porque a senhora está desconvidada para participar do programa.”

Mas, enfim, acho que estamos aqui para discutir o futuro e, para fazer isso, temos que analisar concretamente os benefícios que uma empresa de comunicação pública traz para a sociedade brasileira, inclusive para a comunicação – e me refiro aqui à boa comunicação. Agora, quando se começa um debate e se ouve que isso era um aparelho político – fui informada de que foi isso o que foi dito aqui – de um governo.... Então, em que querem transformá-lo agora? Num aparelho com Conselho Curador, com pessoas independentes, que têm que ter anos e anos de atuação reconhecida no mercado? Ouvi falar de Nassif. Qual é a diferença entre o jornalista Nassif e William Bonner? O que os diferencia? Por que um merece elogios, e o outro, demérito? Por quê? Então, acho que não é por aí.

O SR. LAERTE RÍMOLI (*Fora do microfone.*) – Posso fazer um comentário sobre essa observação?

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Pois não.

O SR. LAERTE RÍMOLI – A questão do desconvite foi o seguinte. O Paulo Moreira Leite disse que iria fazer um debate sobre *impeachment* no auge daquele momento e apresentou para a direção da EBC – eu não estava lá – apenas o nome da senhora. Não era um debate...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Não, não era um debate, era um programa de entrevista. Eu não fui convidada para um debate, eu fui convidada para um programa de entrevista, do qual vários outros já haviam participado. Aliás, nesse processo, eu nunca participei de um programa lá.

O SR. LAERTE RÍMOLI – A sua posição sobre o assunto era notória...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Aliás, um dia desses eu estava com o Alexandre Garcia...

O SR. LAERTE RÍMOLI – ... e o bom jornalismo indica que a gente tem que chamar os dois lados, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – ... no programa da GloboNews. Eu podia ir a um programa da GloboNews, mas não podia ir a um programa da EBC... E querem falar em independência?

O SR. LAERTE RÍMOLI – O critério jornalístico adotado pela EBC foi que o momento era muito acirrado e tinham que estar presentes as duas posições, mas apenas a senhora havia sido convidada. Foi por isso. Não houve um desconvite...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Quando o Presidente Michel Temer, agora.... Infelizmente, eu não vi o Roda Viva.... Aliás, acho que há um grande movimento para mudar o nome do programa, até o autor da música não está aceitando, não é? Eu já ouvi falarem desse grande movimento para mudar o nome do programa Roda Viva.

Será que o que o senhor defende aqui é a mesma pluralidade feita e colocada no programa Roda Viva que entrevistou o Presidente Michel Temer?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Os jornalistas são independentes...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – O senhor tem problema com blogueiros, que são pessoas simples, que com muito sacrifício mantêm seus blogues...

O SR. LAERTE RÍMOLI – Ganham muito dinheiro do Governo, Senadora.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – ... que com muito sacrifício mantêm seus blogues, mas



não tem problema nenhum com a quantidade de recursos públicos canalizados para a grande imprensa, nenhum problema quanto a isso?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Outra coisa, Senadora. A senhora comparou...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – E eu aqui quero dizer que defendo recurso público em empresa privada de comunicação, mas defendo também recurso público em empresa pública de comunicação. E o que fica claro aqui é que os senhores só olham para um lado: recursos públicos só para empresas privadas. Quando é para empresa pública, é ganância; quando é para empresa pública, é ganância.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Como eu citei o Luis Nassif, eu queria lembrar o seguinte. O Luis Nassif tinha um programa...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – O Luis Nassif está aqui ao lado, está acompanhando outro projeto.

O SR. LAERTE RÍMOLI – Ele tinha um programa por semana. O William Bonner, me parece, trabalha cinco dias por semana. O Luis Nassif ganhava muito por um programa por semana, por qualquer comparação.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Como?

O SR. LAERTE RÍMOLI – Qualquer comparação que se faça...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO MELO *(Fora do microfone.)* – Participava como comentarista dos telejornais.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu acho isso uma coisa tão pequena.... É para quem não tem argumento para se posicionar a favor do enfraquecimento de uma empresa pública importante num setor fundamental hoje para a formação da cidadania. Só tem este argumento para apresentar: porque o jornalista ganhava bem demais.

Então, quem sabe, Senador.... Eu dou uma sugestão, V. Exª pode acatá-la ou não: vamos fazer uma tabela de salários para ver quanto é que ganham não as pessoas físicas, mas as pessoas jurídicas que trabalham em outras pessoas jurídicas nos setores privados e nos setores públicos. Vamos fazer a comparação, não há problema nenhum.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Senadora, nós estamos aqui para instruir o relatório dessa medida provisória, para avaliar o que está certo e o que está errado. Se nós falamos aqui em salário foi porque estamos fazendo um levantamento para saber se os salários que eram pagos correspondiam em audiência. Se não estavam correspondendo, o que pode ser feito para que se alcance aquela audiência com esses investimentos pessoais? A senhora citou o caso de um apresentador da Globo. Esse apresentador da Globo domina a audiência nacional.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – A Globo domina a audiência nacional.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Pois é, mas, aí, não temos nada a ver com isso.

Então, vamos procurar fazer com que a TV Brasil alcance uma grande audiência. Se nós alcançarmos uma grande audiência, haverá fundos que vão patrocinar para ajudar, porque o Governo tem poucos recursos. Nós estamos vivendo aqui uma grande discussão sobre os gastos do Governo, que vai ter um déficit muito alto este ano. Então, temos que ver onde dá para fazer economia, onde dá para continuar investindo, mas com retorno. E a nossa audiência de hoje é uma audiência pública para o questionamento de pessoas convocadas. Não é hora, ainda, da discussão. A discussão, nós vamos fazer quando nos reunirmos para discutir o relatório, aí será a hora certa, Sr. Presidente.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Eu quero concluir, Sr. Presidente, se V. Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Conclua, está assegurada a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – A discussão será feita em todas as audiências, absolutamente todas. Eu não estou aqui só para questionar, eu estou aqui para questionar com base nos meus posicionamentos. E volto a dizer: nós também defendemos uma TV forte, pública e com muita audiência. Agora, não é por esse caminho. Esse caminho que está sendo perseguido é para fechar a TV pública, é para destruir a tevê pública. Vejam bem...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Eu acho que há uma precipitação sua.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – ...o mais importante é o serviço que ela presta à sociedade brasileira, da boa informação. E, para ela poder competir com esses grandes canais de comunicação, há de haver, sim, investimentos, há de haver, sim, profissionais bem remunerados...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sr. Presidente, se nós tornarmos as audiências públicas...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Senador Lasier, eu estou concluindo...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Se nós tornarmos as audiências públicas cenário para posicionamentos, nós não vamos terminar nunca, e nós temos...



A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Senador Lasier, infelizmente...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – ... um curtíssimo espaço de tempo.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Relator, só um instante.

Vamos chamar aqui a ordem. É o seguinte: ela se inscreveu e está dando a opinião dela...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Para perguntar!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Não.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Não.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Não, se for para dar opinião, aí...

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – O senhor vai censurar o meu posicionamento?

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – O Relator...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Opinião é na discussão do relatório!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Senador Lasier, o Relator aqui tem que ouvir os posicionamentos dos nossos Parlamentares. Por isto é que eles estão aqui, para tomar posição. Depois, ao final, no seu relatório, V. Exª vai adotar um posicionamento. Agora, todas as vezes que um Senador ou uma Senadora se posicionar e, por causa de sua posição, V. Exª rebater.... Aí não vamos, realmente, chegar a lugar nenhum.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS. *Fora do microfone.*) – Não é hora...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Mas é debate, é audiência pública. É uma audiência pública, e ela está se posicionando para o público.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Claro!

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Vamos lá.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (PCdoB - AM) – Só faltava essa, ser censurada...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Assegurada a palavra a V. Exª.

A SRª VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB - AM) – Então, vejam, se eu, infelizmente, estou levando o debate para esse lado é porque fui informada... E eu ouvi aqui, as justificativas são essas, é a ganância, por isso é que tem que mudar. Só que nós não vemos isso como ganância, mas como investimento.

Enfim, eu quero, Senador Paulo, agradecer a V. Exª e cumprimentar os convidados. Teremos a presença dos senhores outras vezes aqui.

Estamos diante de uma questão muito importante – eu só quero concluir como eu iniciei. Para mim, discutir comunicação pública é tão importante quanto discutir escola pública, porque o papel que a comunicação desempenha na formação da cidadania é fundamental. Então, o caminho que nós temos que trilhar é o caminho do fortalecimento da empresa, que é muito jovem e, para que se torne uma empresa com elevados índices de audiência, ela precisa de investimentos. Quanto menores os investimentos, menor será a audiência. Então, esse esforço que se fez até agora não pode ser jogado na lata do lixo. Nós temos que trabalhar para evoluir, e não para retroceder.

Cumprimento, Senador Paulo, a Comissão. Creio que podemos ter aqui excelentes debates e, quem sabe, fazer mudanças profundas nessa medida provisória tão polêmica. Se fosse uma coisa tão boa assim, não estaria recebendo tantas críticas da sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. PT - PA) – Eu queria, ao encerrar esta audiência, agradecer a todos os que vieram, principalmente aos nossos dois convidados, Laerte Rímoli e Ricardo Melo. Vocês estão vendo que é um debate apaixonante, porque ele tem a ver, exatamente, com a estratégia de uma sociedade democrática. A iniciativa dessa medida provisória provoca este debate aqui, fundamental.

Por isso é que estamos fazendo esta audiência pública aqui: para dialogar também com o público. Não é correto, até mesmo para com os Parlamentares, para com o Relator e para com a Comissão, que nos fechemos aqui, só nós, para buscar solucionar, através de uma legislação, situações como essa.

Como já foi dito pela Senadora Ana Amélia, o Relator é um homem experiente, é da área, é respeitado no setor. No entanto, é fundamental que, mesmo assim, com toda a experiência e com toda a autoridade que tem na área, cumpramos aquilo a que nos propomos: dialogar com a sociedade, a sua representação, através dessas audiências públicas, para, ao final, os Parlamentares – é uma Comissão Mista, dela participam Deputados e Senadores – poderem produzir uma legislação que dê resposta ao debate que está colocado, de comunicação pública *versus* democracia e sociedade brasileira.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS. *Fora do microfone.*) – A próxima será terça-feira, às 14h30.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Rocha. Bloco/PT - PA) – Terça-feira, às 14h30min teremos uma audiência mais extensa, uma vez que teremos sete convidados. Nós vamos concluir, ao final, com uma audiência pública específica com o Ministro da área à qual a EBC está vinculada hoje, a Casa Civil – refiro-me ao Ministro Padilha.

Agradeço a todos e reitero que aceitamos a colaboração, inclusive por escrito, dos vários setores profissionais, inclusive dos funcionários, que viveram o período da implantação e estão vivendo também este



momento.

Muito obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 31 minutos.)



ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 744, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008, QUE INSTITUI OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DOS SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA EXPLORADOS PELO PODER EXECUTIVO OU OUTORGADOS A ENTIDADES DE SUA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTITUIR A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às catorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Ságuas Moraes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 744, de 2016, com a presença dos Senadores Paulo Rocha e Lasier Martins; e dos Deputados Sandro Alex, Carmen Zanotto, Pedro Fernandes, Jean Wyllys e Angela Albino. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida os seguintes palestrantes para comporem a Mesa e realizarem suas exposições: Miguel Ângelo Cançado, Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional; Akemi Nitahara, Representante dos Trabalhadores da EBC; Tereza Cruvinel, Jornalista e ex-Presidente da EBC; Renata Mielli, Coordenadora-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Rita Freire, Jornalista e ex-Presidente do Conselho Curador da EBC; Venício Lima, Jornalista e ex-Membro do Conselho Curador da EBC; e Gilberto Rios, Coordenador-Executivo da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais - ABEPEC. O Presidente passa a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, para suas considerações. Em seguida, fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Paulo Rocha, Deputada Angela Albino e Deputado Jean Wyllys. Os convidados usam da palavra para responder aos questionamentos e fazer suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Ságuas Moraes, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado SÁGUAS MORAES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vamos iniciar os nossos trabalhos, mas antes de iniciarmos a presente sessão, gostaria de solicitar aos Srs. Parlamentares e aos demais presentes um minuto de silêncio em respeito às vítimas do acidente – na verdade, dessa tragédia ocorrida nessa madrugada – com a aeronave que transportava a delegação do time de futebol Chapecoense, bem como diversos profissionais de imprensa.

Então, um minuto de silêncio, de preferência, de pé.

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado.

Havendo número regimental, declaro aberta a 4ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 744, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para assentarem-se à Mesa os seguintes convidados: Sr. Miguel Ângelo Cançado, Presidente do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional; Sr. Gilberto Rios, Coordenador Executivo da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais; Srª Akemi Nitahara, Representante dos Trabalhadores da EBC; Srª Renata Mielli, Coordenadora-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação; Srª Tereza Cruvinel, jornalista e ex-Presidente da EBC; Srª Rita Freire, jornalista e ex-Presidente do Conselho Curador da EBC; e Sr. Venício Lima, jornalista e ex-Membro do Conselho Curador da EBC.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo senado.leg.br/ecidadania ou pelo 0800 612211.

De acordo com o art. 94, §§ 2º e 3º, do Regimento Interno do Senado Federal, a Presidência adotará as seguintes normas: o convidado para a sua exposição por dez minutos e, em seguida, abriremos a fase de



interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos – dez minutos.

Na verdade, esses dez minutos são pouco, sabemos disso, mas é que, na Mesa anterior, nós tínhamos dividido: duas Mesas de seis participantes, com a ausência de um ou outro, ficaríamos com cinco participantes e daríamos aí em torno de 20 minutos. No entanto, esta Mesa tem sete participantes, a Ordem do Dia do Senado começa às 16 horas – pode haver um certo atraso, de repente, e efetivamente começar às 17 horas. Portanto, nós temos um tempo um tanto limitado, porque, uma vez iniciada a Ordem do Dia, o Presidente pede para pararem as audiências públicas e as comissões da Casa. Então, nesse sentido, nós vamos dar os dez minutos, com alguma flexibilidade, com a flexibilização de alguns minutos, para que todos possam fazer a sua exposição. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição, por três minutos, que também poderão ser flexibilizados.

Agradeço aqui a presença do Senador Paulo Rocha, da Deputada Federal Ângela e do nosso Senador Relator Lasier Martins, da nossa queridíssima Deputada Erundina, que com a sua experiência abrilhanta a Câmara – ela sabe do orgulho e da admiração que tenho por ela.

Concedo a palavra ao Sr. Gilberto Rios, Coordenador Executivo da Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais.

Eu só quero verificar se há alguém que precisa sair mais cedo, tem voo, alguma coisa. O Sr. Miguel Ângelo Cançado já disse que não gostaria de ser o primeiro falar e nem o último, por causa da situação dele.

Está tudo o.k. aí? Todo mundo tranquilo?

Então vamos lá, com o Sr. Gilberto Rios, por dez minutos – depois, se necessitar, a gente pode flexibilizar mais um pouquinho.

O SR. GILBERTO RIOS – Prezados Deputado Ságuas Moraes, Senador Lasier e demais Parlamentares aqui presentes, eu quero inicialmente, em nome da Abepec, Associação Brasileira das Emissoras Públicas, Educativas e Culturais, saudar toda a Mesa e os presentes, especialmente a primeira Presidente da EBC, Tereza Cruvinel. Então, em nome da Abepec, Tereza, receba o nosso carinhoso abraço, porque nós acompanhamos de perto a luta pela estruturação da EBC.

Não era para eu estar aqui, nesta Mesa, era para vir um outro diretor, mas, infelizmente, em tempos de vacas magras, pelos quais estamos passando hoje, sobrou essa árdua tarefa de falar. Aí, eu fico dividido entre o cidadão brasileiro, que quer ter uma comunicação pública, uma emissora pública funcionando, como a EBC, e o executivo de uma associação que tem todos os seus associados, inclusive a própria EBC, no bojo da comunicação pública. Mas, enfim, vamos lá.

Como cidadão, eu fiquei me perguntando por que.... Vou pegar o país que nos deu a língua, a Língua Portuguesa. Vou reportar-me a Portugal. Faço um desafio a qualquer parlamentar português, a qualquer cidadão português que ouse acabar com a RTP, mesmo tendo a SIC e a TVI lá. Então, como nós iniciamos a comunicação pela contramão, só tenho uma coisa a dizer: isso é um trabalho muito ardiloso – e eu uso a palavra ardilosa mesmo – da televisão privada. E não duvido que a Abert esteja por trás disso, mas não duvido mesmo do interesse da Abert de acabar com os emissores públicas, educativas e culturais do País para que as emissoras privadas possam deitar e rolar.

Mas o que me chama mais a atenção ainda é o esquecimento da população brasileira e dos Srs. Parlamentares de que a concessão é pública. Mesmo para a emissora privada, a concessão é pública. Onde é que nós queremos chegar? Há uma onda de querer acabar com as emissoras públicas, educativas e culturais de algum Estado pelos senhores governadores, que acham que é mostrengo que se tem em mãos?

Nós criamos vários caminhos para a manutenção da comunicação pública, através do Fistel e de várias outras. Há um bilhão e não sei quantos milhões represados que poderiam, muito bem, estar sendo utilizados pela comunicação pública e, no entanto, nós não fazemos isso.

Aproveito que estou ao lado da Rita Freire. Rita, só tenho uma coisa a dizer: não consigo, na minha cabeça não entra, conceber uma comunicação pública sem um conselho em que a sociedade.... Eu, particularmente, como cidadão, tenho sérias críticas à forma como o Conselho Curador da EBC operou durante esses tempos, mas isso é como cidadão. Mas há uma diferença assombrosa entre o que eu penso, a forma como o próprio Conselho Curador da EBC operou durante esse tempo, e acabar com o Conselho. Não consigo, isso não entra na minha cabeça e na de alguns associados nossos também. Nós somos pela manutenção, sim, Rita, do Conselho Curador. A forma como ele está operando ou não operando é uma outra discussão, não perpassa simplesmente acabar com o Conselho.

Bem, dito isso, volto agora à fala. Não vou nem falar das emissoras públicas da Alemanha, não quero falar da Inglaterra, não quero falar dos Estados Unidos. Eu quero falar, Srs. Parlamentares, de tudo, do jeitinho que a gente tenta fazer.

Eu vou dar o maior exemplo. Eu venho da televisão comunitária. A televisão comunitária – e não vou



perder muito tempo falando sobre a televisão comunitária porque não é a fala – não foi feita para a nossa sociedade assistir, mas para quem tem condições de pagar o cabo.

Então, já que se está falando na reestruturação da EBC, nós não podemos rasgar três coisas durante essa luta da sociedade brasileira. A primeira são os fóruns: o 1º e o 2º Fórum da Televisão Pública. E, por fim, o último congresso que nós fizemos, a Conferência de Comunicação, a 1ª Conferência de Comunicação Pública. A sociedade brasileira discutiu o modelo da EBC. A EBC não surgiu da cabeça de meia dúzia de pensantes, a EBC surgiu do conjunto de discussões da sociedade, que pode ter agradado um ou outro, talvez não ter agradado a outros, mas nós não podemos, simplesmente, rasgar todo aquele processo que ficou lá atrás. Então, se a gente quer repensar a reestruturação da EBC, nada melhor do que voltarmos no tempo e pegarmos tudo aquilo que foi discutido na conferência. E não se vai chegar muito distante do que a EBC estava operando há uns tempos, em que a sociedade discutia a forma como a EBC iria operar, em que a sociedade discutia o conselho curador, a forma como o conselho curador iria existir, em que a sociedade discutia a maneira como a EBC iria ser operacionalizada.

Mas aí eu escuto na imprensa, toda hora, que a EBC dava traço zero. O que é traço zero? Que estupidez é essa de dizer que a EBC dava traço zero? Com quem a EBC dialoga? Sou baiano e estive no Agreste recentemente. É engraçado: a única emissora que pegava lá nos ribeirinhos era a TVE da Bahia, onde estava passando... Se quisessem pegar tinham de colocar uma tal de “paranóica”, uma parabólica, apontada não sei para onde para poder pegar as emissoras. Isso tem um custo muito alto. Fico me perguntando: qual foi o prejuízo que a EBC deu nesses últimos anos? Nenhum. O que faltou, no governo anterior, foi vontade política de resolver várias questões, como o imbróglio do Fistel.

Para encerrar minha fala, Deputado e nobre Senador, eu quero dizer que, se querem reestruturar a EBC, vamos chamar a sociedade para discutir, vamos abrir novamente audiências públicas, vamos chamar a sociedade novamente para rediscutir esse processo.

Eu agradeço.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Sr. Gilberto Rios. O senhor foi rigoroso no tempo – sobram alguns segundos.

Vou passar para a próxima convidada, a Srª Akemi Nitahara, representante dos trabalhadores da EBC, também por dez minutos.

A SRª AKEMI NITAHARA – Eu fiz uma apresentação no PowerPoint. Dá para colocar, por favor? *(Pausa.)*

Há um videozinho também, ele é curtinho, é de um minutinho só, mas ele é bem didático. Ele foi feito por apoiadores da EBC. Eu acho bem interessante passar esse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRª AKEMI NITAHARA – Esse vídeo foi feito por apoiadores, pessoas que acreditam na causa da comunicação pública, ele não é institucional. Fizemos esse vídeo no primeiro semestre ainda, antes da medida provisória, quando se estava discutindo se ia ou não continuar. Afinal, continuamos. Hoje em dia, usamos a #VoltaConselho, que está mais adequada para o momento.

Fazendo um resumo sobre o que é a comunicação pública, ela não é nenhuma novidade, nem uma invenção brasileira – as mais conhecidas são a BBC, de 1922, TVE, da Espanha, PBS, nos Estados Unidos, Deutsche Welle, RTP, que o colega já citou –, e suas funções básicas são construção de cidadania, utilidade pública, interesse público, sustentar a cidadania, promover a educação, estimular a criatividade e a excelência cultural, diminuir a concentração dos veículos – uma das funções muito importantes da comunicação pública também – e aumentar a pluralidade de vozes e opiniões na mídia. Temos um problema sério aqui, no Brasil, de concentração de vozes, e a EBC tinha essa oportunidade.

Não vou me ater muito a essas questões de histórico, mas é bom ressaltar também que, no Brasil, a comunicação nasceu privada. Desde o começo, já temos um modelo de comunicação sempre privado. Então, para começar a discutir a comunicação pública, ainda falta entendimento até na sociedade, neste Parlamento também. Nem todo mundo consegue ter clara a ideia do que é uma comunicação pública.

O histórico da EBC: começou com a Radiobrás, que veio da EBN, criou-se a NBR... De 2003 a 2007, quando o Eugênio Bucci foi presidente da Radiobrás – ainda não era EBC –, ele começou a pensar também na questão da comunicação pública, no foco no cidadão, como era falado à época. Depois disso veio o fórum de 2007, que levou à criação da EBC, como previa a Constituição. Depois, veio a medida provisória, agora em setembro.

Lembro que a EBC não é só TV Brasil. A TV Brasil é uma parte importante da EBC, mas temos a Agência Brasil, onde eu trabalho, a Rádio Agência Nacional, que distribui conteúdo radiofônico para o Brasil todo, e todas estas emissoras de rádio: a Rádio Nacional, a Rádio MEC, no Rio, em Brasília, no Alto Solimões, na Amazônia. A EBC, então, envolve todos esses veículos. Não é só da TV Brasil que estamos falando. E lembro que só



estou falando da parte pública, que é o que a gente está discutindo aqui.

A missão, a visão e os valores da EBC continuam os mesmos; mesmo com a medida provisória, isso não foi modificado: criar e difundir conteúdos que contribuam para a formação crítica das pessoas; ser referência na comunicação pública; cultivar os valores da comunicação, cultivar a criatividade, a inovação. A essa parte de princípios e objetivos, eu também não vou me ater muito. Isso está na lei. Enfim, nós estamos em uma casa de leis, e os Parlamentares entendem disso até melhor do que eu. Continuam, não foram modificadas essas partes dos objetivos e dos princípios da EBC na medida provisória. Não interferiu.

Mas o ponto chave da medida provisória é a questão da autonomia que a EBC tinha enquanto empresa pública, o que foi retirado pela medida provisória – o conselho curador, o mandato e a independência editorial.

Há outros aspectos da autonomia que também foram retirados – a gente tem o problema sério do financiamento. Agora, a meu ver, o que prejudicou ainda mais a autonomia – que a gente já não tinha sendo ligados à Secretaria de Comunicação – foi ligar a EBC diretamente à Casa Civil, o que, no meu ponto de vista, diminui ainda mais a autonomia da empresa para fazer uma comunicação de fato pública, independente. E agora o nosso conselho curador tem mais pessoas ligadas ao Governo ainda do que já tinha.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª AKEMI NITAHARA – O Consad, desculpem, referente à administração. O conselho curador já nem existe mais.

No seminário do modelo institucional, que o conselho curador promoveu no ano passado, em agosto, foram retiradas algumas propostas que eu acho bem pertinente nós ressaltarmos aqui nesta Comissão. Já que estamos discutindo a EBC, a gente tem sugestões, sim, para melhorar. Sabemos que havia problemas na empresa, mas queremos caminhar para ter mais autonomia e fazer, de fato, uma comunicação pública com menos dependência do governo.

Uma das questões centrais é dividir, de fato, a NBR e A Voz do Brasil, que são serviços que a EBC presta para o Governo como comunicação estatal, mas é uma prestação de serviço. Isso não está incluído na comunicação pública. Então, deveria haver uma diferença visual e de estrutura mais forte nisso. Ampliar o debate com a sociedade como um todo – e isso a gente está fazendo aqui – e, ao contrário do que foi colocado pelo presidente da empresa na última audiência, a gente defende que o conselho curador tenha mais participação na escolha do presidente. Talvez não o conselho curador em si, mas, enfim, alguma forma menos política e mais participativa na escolha do presidente da empresa. Agora, então, o Presidente da República pode retirar e colocar o presidente quando ele quiser. Antes, pelo menos, ele tinha um mandato garantido, agora não tem mais isso. Enfim, vivemos realmente o problema de pessoas indo da Secom para a EBC e voltando.

Outra sugestão é a desvinculação da Secretaria de Comunicação, mas não indo para Casa Civil; indo para o Ministério da Cultura ou da Educação, ou até criando uma fundação independente.

Pela questão do financiamento, eu vou passar rapidamente. Aqui, a gente tem um quadro do que foi recebido. O conselho curador: quais eram as funções dele, manter a parte pública... A Rita e o Venício devem entrar mais nisso, mas resalto que isso foi retirado pela medida provisória.

Eu trago sempre essas fotos. São as pessoas que estavam no conselho curador quando ele foi extinto. A gente vê que há uma diversidade, de fato, nas pessoas representadas. Temos a Matsa, que é do Acre, uma representante indígena, do movimento feminista, liderança; o Enderson, também uma liderança jovem da periferia de Salvador; o Takashi, um engenheiro; temos Cláudio Lembo, que com certeza não é petista, como foi dito aqui na última audiência. Enfim, aqui somos as outras representantes: o presidente, eu e as representantes do Senado e da Câmara no momento.

Eu trouxe também algumas ações do conselho curador para rebater as posições que o nosso presidente mencionou, de que éramos um conselho aparelhado e que só estaria a serviço de um partido.

Nessas resoluções, a gente determinou que precisava haver essa separação do Governo, que se precisava impedir os conteúdos político-partidários. Advertimos, inclusive, a direção quanto às alterações que foram feitas sem consultar o conselho, que deveria ter sido consultado antes, e também quanto a novos programas.

Essas são só as resoluções que foram feitas neste ano pelo conselho.

Eu quero destacar também as reuniões que tivemos em fevereiro e em abril deste ano, quando percebemos realmente, quando o conselho percebeu, que estava havendo certa ingerência...

(Soa a campainha.)

A SRª AKEMI NITAHARA – ...um certo exagero de cobertura daquelas manifestações pró-*impeachment* e contra o *impeachment*, a favor e contra. A gente estava percebendo um viés um pouco mais tendencioso, e a



gente alertou a empresa. Com certeza, como funcionários também, a comissão de empregados e o conselho curador alertaram que se estava correndo realmente esse risco.

Tivemos uma reunião muito dura com o Ministro Edinho. Ele não estava comparecendo às reuniões, mas nessa ele foi. A gente conversou bastante com ele, e ele se defendeu. Em abril a gente discutiu toda essa questão política, e o Ricardo Melo, que na época era diretor de jornalismo, afirmou que eles estavam fazendo uma cobertura equilibrada, na medida do possível.

Enfim, lembro o nosso manual de jornalismo, que também continua em vigor. Ele é aberto à participação da sociedade civil e coloca lá como prioridade os direitos humanos e as minorias, mostrando histórias e dando voz a quem não a tem na mídia comercial.

(Soa a campanha.)

A SRª AKEMI NITAHARA – Eu vou encerrar já.

Isso está previsto no nosso manual de jornalismo. Reiterando que o jornalismo não é só a TV Brasil, temos todos os outros veículos.

Lembro os prêmios que a gente ganhou. O Caminhos da Reportagem, que é o nosso carro-chefe do telejornalismo, tem 47 prêmios de jornalismo em seis anos de existência do programa – são prêmios de jornalismo, reconhecidos –, e os outros veículos também ganharam prêmios, como o Allianz e o Abraciclo. A empresa ganhou uma série de prêmios, o que mostra a relevância do trabalho que a gente faz. Isso só no jornalismo, fora as outras partes da empresa, cujo levantamento eu tenho. Como eu sou do jornalismo, eu tenho mais contato com essa parte.

Lembro a relevância diferencial da empresa. Há o portal, com 3 milhões de usuários; a Rádio Agência, que tem 2 mil rádios cadastradas com livre acesso – todas as rádios que quiserem podem utilizar o nosso material, o conteúdo é todo gratuito –; a Agência Brasil, que abastece de matérias e de fotos portais e jornais do mundo inteiro, do Brasil inteiro – a gente já viu fotos nossas reproduzidas no Japão, aparecendo em capas de grandes portais.

Inclusive, eu trouxe essas capas para exemplificar. Essa capa da *Gazeta do Povo* foi eleita, semana passada, a melhor capa do mundo em 2016, e essa foto é do nosso colega Valter Campanato, da EBC. Eu quis ilustrar também que essas capas... Essa outra foto, do Fernando Frazão, é da época das manifestações de 2013. Essa foto do Joaquim Barbosa, feita pelo José Cruz, não chegou a ser capa, mas acho que todo mundo deve ter visto essa foto porque ela circulou muito, foi para a *Veja*, para o UOL, para a *Folha*, *O Globo* a publicou também, os sites de esquerda também, todo mundo deu essa foto. Então, isso ilustra o tamanho da importância do nosso trabalho, e mostra que somos equilibrados, sim. Todos esses...

(Soa a campanha.)

A SRª AKEMI NITAHARA – ...exemplos aí são questões contrárias ao Governo – no caso, do PT. Eu estou falando isso porque fomos acusados de sermos petistas, apesar de fazermos o nosso trabalho de forma isenta dentro da empresa.

Eu trouxe uma pesquisa que eu fiz num MBA que eu fiz, é sobre o aproveitamento das matérias da Agência Brasil por outros veículos. É só para dar uma ideia de como outros portais, outros sites utilizam o nosso material – da Agência Brasil. Todos os sites que eu pesquisei utilizaram pelo menos uma matéria, todos os dias da semana que eu pesquisei nesse levantamento.

Lembro a Rádio Nacional, a Rádio Nacional da Amazônia, do Alto Solimões, que são os únicos veículos que chegam à população ribeirinha lá no interior da Amazônia; a Rádio Nacional do Rio de Janeiro dispensa apresentações; a Rádio MEC, também do Rio de Janeiro, com programação de música clássica – isso só é possível numa empresa pública, porque não tem apelo comercial esse tipo de material.

Outras relevâncias, outros diferenciais que a gente tem na TV. Conteúdo infantil: as TVs abertas hoje em dia, como não há mais propaganda para criança, não transmitem mais desenho infantil. A gente tem uma grade muito grande, de qualidade, para as crianças; novela só com negros; programa LGBT – o primeiro que se viu na TV aberta –; jornal em Libras; música clássica.

Temos esse dado de 32 milhões de telespectadores. Nas regiões que o Ibope mede, ele é colocado como um dado de pessoas que tiveram acesso ao conteúdo pelo menos uma vez no ano, 2015. Então, esse traço de que se fala não é tão traço assim, 32 milhões de pessoas é bastante gente. Isso sem contar o cabo e a parabólica, que não entram na medição – um pouco do alcance da TV.

Eu trouxe aqui uma lista também de órgãos e entidades que se manifestaram contrariamente à MP ou, pelo menos, contrariamente ao fim do conselho curador: a OEA; o Conselho de Comunicação do Congresso também soltou uma nota; essa nota da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão reitera que a medida



provisória é inconstitucional; há uma nota bem incisiva, bem completa, do Conselho Nacional de Direitos Humanos; há também nota dos movimentos sociais de democratização da mídia.

Concluo. A EBC foi criada para cumprir uma cláusula constitucional. A comunicação pública está presente em diversos países. No Brasil, estamos em processo de construção ainda e precisamos fortalecer a independência e essa parte da comunicação pública, e não acabar de vez com a subordinação total ao Governo.

O ataque midiático que a gente estava sofrendo no começo do ano é realmente uma questão de reserva de mercado, de verba publicitária, como foi colocado aqui também.

Enfim, é isso.

Queria só lembrar mais um dado. No próprio Portal da Cidadania do Senado, onde há aquela pesquisa de opinião – eu vi no fim de semana –, constam 42 pessoas favoráveis à MP e 687 contrárias à medida provisória. Então, é um dado que o próprio Senado está levantando.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Akemi...

A SR^a AKEMI NITAHARA – Posso fazer só mais uma colocação? Desculpe, é rapidinho.

Só quero informar que estou aqui hoje graças aos nossos colegas, que bancaram a minha passagem. A gente fez uma vaquinha, mais de setenta colegas se prontificaram a colaborar, a passagem estava muito cara, e conseguimos comprar a minha passagem e a da colega Eliane, que foi a conselheira anterior a mim.

(Palmas.)

Estamos aqui graças à força dos nossos colegas, que quiseram que a gente estivesse aqui hoje.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Quanto a essa questão da passagem, Akemi, a gente verificou aqui: no Senado, só há possibilidade de adquirir passagem para pessoas que têm vínculo. Aí, gostaríamos de saber se os nossos Senadores Paulo Rocha e Lasier poderiam rever essa questão, porque, nas audiências públicas lá na Câmara, há essa possibilidade de adquirir a passagem para os convidados. Que aqui isso também acontecesse, para não prejudicar, porque, de repente, você vai ter alguns convidados que não podem arcar com essa despesa. Acho que é uma decisão que tem de ser tomada aqui para facilitar e evitar situações como essa.

O próximo convidado agora é Miguel Ângelo Cançado.

Aqui, o relógio mostra o seguinte. Quando falta um minuto, ele apita; a gente dá mais um minuto, e ele apita de novo, e assim continua. A Akemi falou quinze minutos, mas tudo bem. Foi interessante, ela teve a oportunidade de fazer a sua explanação completa.

Vou passar agora para Miguel Ângelo Cançado por dez minutos.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Boa tarde, Sr. Presidente. Eu agradeço pelo convite que a mim é feito, e, nas pessoas do Sr. Presidente Deputado Ságuas Moraes e do Senador Lasier Martins, eu cumprimento todos os integrantes da Mesa e todos os Parlamentares.

Eu quero cumprimentar também meus três colegas do Conselho de Comunicação: Nascimento Silva, Patrícia Blanco e Davi Emerich – os dois participantes da Comissão de Relatoria.

O Conselho de Comunicação Social, como o órgão de assessoramento consultivo do Congresso Nacional, das duas Casas, realizou intenso debate, discutiu essa matéria, promovemos um seminário com ampla participação e produzimos esse material com o apoio, naturalmente, da Gráfica do Senado, tratando deste importante tema. E, por isso, eu quero começar aqui a minha breve manifestação, Sr. Presidente – vou procurar me restringir aos dez minutos que me são conferidos –, dizendo que o primeiro ponto de sugestão de interpretação do Conselho de Comunicação Social do Congresso Nacional foi exatamente quanto à inadequação da via eleita pelo Governo Federal nessa questão da EBC, sobretudo no que se refere às mudanças promovidas. Mas vou a esse ponto especificamente.

E a outra interpretação do Conselho de Comunicação – volto a dizer, como órgão de consulta do Parlamento – foi sugerir que se realizassem atos, audiências públicas como esta que é feita aqui hoje sob a condução de V. Ex^{as}, Deputado Ságuas e Senador Lasier Martins.

Vejam um primeiro aspecto. Este tema, será que se enquadra – e já respondo imediatamente ao questionamento que faço eu próprio, porque isso foi debatido... Eu tenho, naturalmente, que me conter aqui nos limites da ampla discussão travada no Conselho de Comunicação Social – na condição de seu presidente, eu estou submetido a isso naturalmente –, mas este é também o meu entendimento, diga-se de passagem: a via eleita pelo Governo Federal para extirpar eventuais distorções – entendeu o Governo instalado, a partir do *impeachment*, que deveria modificar a estrutura de funcionamento da EBC – não é a mais adequada.

O que diz o art. 62 da Constituição Federal? As medidas provisórias pressupõem a existência de relevância e urgência. Não é exatamente o caso da matéria e, lamentavelmente, desde que promulgada a Constitui-



ção Federal de 1988, em 5 de outubro daquele ano, que nós vemos o instituto da medida provisória ser vilipendiado e pulverizado, banalizado cotidianamente – lamentavelmente, eminente jornalista Tereza Cruvinel, e acho que este caso de que tratamos é um caso específico de inadequação.

Vejam o que disse, em recente acórdão, o Supremo Tribunal Federal, nas palavras do Ministro Celso de Mello, o decano da Corte:

O que justifica a edição de medidas provisórias é a existência de um estado de necessidade que impõe ao Poder Executivo a adoção imediata de providências de caráter legislativo, inalcançáveis segundo as regras ordinárias de legiferação, em face do *periculum in mora*, que certamente decorreria do atraso na prestação legislativa.

Ora, essa matéria não se enquadra nessa hipótese entendida pelo Supremo Tribunal Federal, a quem cabe, em última instância, falar sobre o que diz a Constituição Federal. Dizia o Ministro Moreira Alves, saudosa memória no Supremo Tribunal Federal, que a Constituição não diz o que ela diz, ela diz o que o Supremo diz que ela diz. E ela diz que é preciso que haja um estado de necessidade para a edição de medida provisória. De modo que, nesse particular, tenho o que é absolutamente...

(Interrupção do som.)

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – E o Conselho de Comunicação entendeu assim, entendeu que é absolutamente inadequado o caminho escolhido pelo Governo Federal para mudar a estrutura de funcionamento da Empresa Brasil de Comunicação. Esse é o aspecto formal, que, inclusive, foi expressamente abordado nesse parecer da Procuradoria de Defesa do Consumidor da Procuradoria-Geral da República referido pela Akemi na sua exposição há pouco.

Mas vou além. Quanto ao mérito efetivamente das alterações propostas, há, segundo a inteligência do Conselho... E aqui me permitam fazer uma leitura brevíssima de um trecho da conclusão a que chegou o Conselho, porque ele resume bem o entendimento ali adotado, de sugestão a ser encaminhada ao Parlamento brasileiro, a ser encaminhado às Casas Legislativas.

Ao contrário do que estabelece a exposição de motivos da medida provisória encaminhada ao Congresso em seu art. 4º, a extinção do conselho curador não se converterá na vara de condão para agilizar as decisões no âmbito da EBC, em observância ao princípio da eficiência. Não se pode – destaque aqui – falar em eficiência sem o controle social, que bem ou mal o conselho curador vinha exercendo. A comunicação pública dialoga mais com a eficiência social do que com a financeira, embora essa última deva merecer sempre uma grande preocupação de todos nós.

Ou seja, extinguir, em uma só canetada, por uma via legislativa inadequada, o conselho curador e o mandato do presidente da EBC pareceu-nos medida absolutamente intempestiva, inadequada e contrária aos princípios do art. 223 da Constituição Federal, sobretudo o princípio da comunicação pública. Evidentemente, eu não sou especialista na matéria – como eu disse, concentro-me no que foi objeto do debate no Conselho de Comunicação –, mas há aqui uma distorção flagrante do princípio da comunicação pública porque, se não há participação da sociedade, não há que se falar em comunicação pública. Este é um princípio que foi por nós amplamente debatido e que foi captado no parecer emitido pela Comissão de Relatoria, adotado na sessão realizada no último dia 10 de outubro de 2016, quando especialistas da matéria, o Prof. Eugênio Bucci, a própria Akemi Nitahara, a Profª Rita Freire e representantes do próprio Governo estiveram presentes para debater a situação, essa situação inclusive política que acabou se estabelecendo.

Não compete ao Conselho de Comunicação, naturalmente, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, fazer qualquer ingerência, qualquer gestão ou interpretação de um projeto de lei em tramitação sob o aspecto político. Isso não cabe ao Conselho, o Conselho não se presta a fazê-lo, com seus 13 membros, em representação paritária, com representantes da sociedade civil – eu próprio sou um deles –, com representantes das empresas, representantes dos empregados do setor de rádio e da comunicação em geral, jornalistas, mas cabe ao Conselho interpretar os aspectos formais e técnicos do instrumento legal que a ele é submetido



na condição de órgão consultivo.

E concluiu assim, Sr. Presidente: concluiu por entender, a um só tempo, que a via eleita para corrigir.... É certo, e não há que se dizer.... Isso foi também objeto de debates lá, embora possa haver divergência, evidentemente; em um órgão colegiado é pouco provável que haja sempre sintonia e unicidade de opiniões. É certo que podia haver distorções, de natureza política até. Houve quem apontasse, alguns Conselheiros apontaram, que as próprias atas de funcionamento do Conselho indicavam que, especificamente, no recente *impeachment* da ex-Presidente da República, as emissoras, os veículos se conduziam em uma linha de apoio contrária ao *impeachment*. Por isso, discutiu-se muito que havia, sim, distorções, no próprio funcionamento do conselho, mas é evidente que eram distorções que não poderiam ser fio condutor para a extinção daquele órgão, pela própria natureza, pelas características a ele imprimidas pela lei, que é muito anterior, naturalmente, e que agora vem ser alterada em diversos dos seus dispositivos através da Medida Provisória nº 744, em debate nesta assentada.

(Soa a campainha.)

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – De modo que, na condição de Presidente do Conselho de Comunicação Social, eu agradeço e cumprimento o Deputado, a Comissão, por promover este debate.

Penso que a medida provisória, resumindo, merece ser rejeitada, por sua deficiência formal, mas também reparos. Tanto que são dezenas de emendas apresentadas por Parlamentares das duas Casas, exatamente nesse mesmo sentido: de que o que se quis fazer, corrigir... O tiro talvez tenha sido – se me permitem uma expressão pouco técnica e, quem sabe, vulgar, mas acho que adequada – desproporcional para o que se quis acertar, um tiro inadequado. Modificar, com essa dimensão, com um instrumento legislativo, que deveria ser uma pérola... A medida provisória deveria ser uma pérola a ser usada, eminente Deputada Luiza Erundina, em situações de excepcionalidade, como disse o Supremo Tribunal Federal, nas palavras de seu decano, o Ministro Celso de Mello.

Mas não é assim que se têm conduzido os governos no Brasil, e não é de hoje, diga-se de passagem, tanto que estamos, numa medida provisória que tem o número 744, o que é uma gravíssima distorção, o que é uma gravíssima afronta à independência dos Poderes. Ao se ingerir na EBC com essa modificação toda, afronta-se a Constituição nos seus princípios da urgência e da relevância, postos no art. 62, mas há também infringência ao princípio da comunicação pública, posto no art. 223 da Constituição Federal.

Desculpe se me alonguei um pouco, Sr. Presidente.

Mais uma vez, em nome do Conselho de Comunicação Social, eu e meus colegas aqui presentes agradecemos pela oportunidade que nos é dada de nos manifestar aqui. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Agradeço ao Sr. Miguel Ângelo Cançado. O senhor falou por menos de 11 minutos. Então, está dentro do prazo.

Passo agora para a próxima convidada, Renata Mielli, Coordenadora-Geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

A SRª RENATA MIELLI – Boa tarde a todos e todas.

Eu queria agradecer à Comissão, ao Senador Lasier, ao Deputado Ságuas e a todos os que têm acompanhado esse tema aqui, no Congresso Nacional, o convite para participar desta audiência pública, que eu penso ter dois objetivos principais.

O primeiro seria discutir um pouco o que é comunicação pública, por que as democracias precisam de um leque diverso de fontes de informação, ofertados por modelos distintos de prestação do serviço de radiodifusão; o segundo seria discutir um pouco a legitimidade do instrumento medida provisória para alterar a lei que criou a EBC – o Presidente do Conselho de Comunicação Social falou bastante sobre isso –, ou seja, tentarmos avaliar a oportunidade de se utilizar um instrumento discricionário e unilateral para modificar uma lei que foi amplamente debatida pela sociedade brasileira e pelo próprio Congresso. A lei que criou a EBC é fruto de fóruns de comunicação pública que reuniram produtores audiovisuais, entidades de representação de jornalistas, de radialistas, do movimento social brasileiro, e depois passou por um processo intenso de debate entre os Deputados e Senadores, que aprovaram a lei.

Seria importante lembrar que a nossa Constituição dedica um capítulo específico ao tratamento da comunicação social. Nesse capítulo, o art. 223 diz que é preciso haver a complementariedade entre os sistemas público, privado e estatal. Sabemos também que o capítulo da Constituição que trata da comunicação é um capítulo que não foi devidamente regulamentado pelo Congresso Nacional. A maior parte dos seus dispositivos continuam sem leis infraconstitucionais para poder definir de que maneira a sociedade precisa agir para garantir aquelas diretrizes. Mas, fruto da luta e do debate amplo realizado na sociedade brasileira, a lei que criou a EBC é efetivamente um dos poucos instrumentos de regulamentação do art. 223 da Constituição, ga-



rantindo, então, a criação de uma empresa pública de comunicação.

Portanto, nós partimos do pressuposto de que a EBC não é de nenhum partido político, a EBC não é de nenhum governo, a EBC é uma conquista histórica da sociedade brasileira e dos movimentos que sempre lutaram para que nós pudéssemos ter uma comunicação mais plural, mais diversa, em que as vozes que não têm espaço nos meios de comunicação privado e comercial pudessem ter, então, os seus espaços de difusão.

A garantia e a promoção de mais diversidade e pluralidade e a existência de comunicações públicas pujantes e fortalecidas são parâmetros de vários organismos internacionais para medir, inclusive, o nível de democracia não só nas comunicações, mas nos países. Organismos dos quais o Brasil é membro, como a Organização dos Estados Americanos, as Nações Unidas e a Unesco, têm como indicador de boas práticas na comunicação a existência de campos públicos de comunicação fortalecidos.

Quais seriam, então, duas características e duas diferenças entre o sistema público e o sistema estatal?

A primeira é que o sistema público deve ter autonomia perante o governo. Se não tiver autonomia não será público. E autonomia perante o mercado é outro pressuposto que o distingue do sistema privado. Essas características são utilizadas para consolidar emissoras como as que a Akemi trouxe aqui – a Deutsche Welle, PBS, BBC e tantas outras que existem em outros países. Ela é fundamental porque o sistema privado e o sistema estatal sozinhos não são suficientes para garantir a circulação livre de informações, a diversidade e a pluralidade de uma sociedade, uma vez que o sistema privado obedece à lógica do lucro e muitos temas candentes, polêmicos, importantes, que são de interesse público, não têm valor comercial e, portanto, não estão presentes na mídia privada, comercial, e porque os veículos estatais têm como objetivo a divulgação das ações do Poder Executivo ou de poderes aos quais eles estejam vinculados.

Portanto, nós precisamos discutir aqui de que modo essa medida provisória descaracteriza o caráter público da EBC. Ela descaracteriza o caráter público da EBC porque acaba exatamente com os instrumentos de autonomia que a EBC tinha para conduzir o seu trabalho, para desenvolver o seu trabalho de informação jornalística, para estruturar a sua programação.

Quais seriam esses instrumentos? Primeiro, um mandato para o seu diretor-presidente que não seja coincidente com o mandato do Presidente da República, justamente para impedir ingerências e uma captura da empresa pelo Poder Executivo; a existência de um conselho de administração mais equilibrado do ponto de vista da sua composição – a medida provisória alterou a composição do Consad, ampliando muito a presença do Poder Executivo, e, diante da ausência do conselho curador, o Consad passa a ser o único instrumento de gestão da empresa pública. E há extinção do conselho curador, que é o espaço de participação social, de debate público para discutir como essa empresa pública de comunicação precisa se comportar na sociedade.

É claro, companheiros e companheiras aqui presentes, que a construção de um sistema público praticamente do zero encerra enormes desafios. Como o Gilberto falou, nós começamos na contramão. A história do Brasil é contada pelo modelo privado comercial. Então nós temos muitos desafios, desafios de gestão, desafios para definir que tipo de programação precisa ser construída para garantir a relevância de uma emissora pública, definir a sua missão, enfim, é uma série de desafios, há desafios econômicos, de infraestrutura.

A Tereza, que foi a primeira presidente da EBC, sabe muito bem, talvez ela fale aqui, da situação de terra arrasada que existia para construir a EBC do nada – equipamentos completamente sucateados, a infraestrutura de transmissão. Ou seja, são muitos os desafios.

A EBC nem completou dez anos ainda, mas eu acredito que, ao longo desses anos, ela vinha perseguindo e trilhando um caminho para garantir a sua relevância pública, e relevância pública que, sem desprezar a necessidade de atingir a sociedade, não é pautada pela audiência, até porque os critérios de audiência de mercado são pautados pelo mercado. Os instrumentos, hoje, de aferição de audiência no Brasil são completamente questionáveis. Eles alcançam apenas a televisão aberta. A principal audiência da EBC não é pela televisão aberta, e mesmo na televisão aberta apenas em poucas praças. Foi-se constituindo um corpo de funcionários, foi-se construindo um modo, uma política de como os próprios funcionários podem contribuir para o fortalecimento dessa comunicação pública.

Houve erros de gestão? Provavelmente. Nós, do FNDC, fizemos várias críticas, não só à gestão, mas a muitas decisões que não considerávamos corretas. Mas as nossas críticas não vinham no sentido de enfraquecer ou de atacar a comunicação pública. Todas as nossas críticas vinham no sentido de fortalecer a comunicação pública.

Há alguns argumentos que ouvi da última audiência pública. Por exemplo, dos salários milionários de determinados jornalistas. Vejam bem, não se tratava de salários individuais, eram pessoas jurídicas que eram responsáveis por programas mensais, às vezes quatro ou mais programas durante o mês. Então, aquilo não era o salário de uma pessoa. Portanto, há uma série de argumentos sendo utilizados, do ponto de vista da gestão, para atacar a EBC...



(*Soa a campanha.*)

A SRª RENATA MIELLI – ... que, na verdade, estão sendo manipulados.

Além disso, a EBC, como disse a Akemi, tem fortalecido, tem sido uma janela de exibição para produção do audiovisual nacional, tem dado atenção para a parcela da sociedade que é inviabilizada pela mídia privada comercial, a comunidade negra, a comunidade LGBT, mulheres, temas sensíveis, tudo isso, o futebol.... Então, há uma série de coisas que estavam sendo contempladas não só pela TV Brasil, mas por outros veículos da EBC que não eram contemplados.

Por isso, esta medida provisória atenta contra o caráter público da EBC. Não basta dizer que a lei é a Lei da Comunicação Pública se nesta lei não houver a garantia de dispositivos que efetivem o compromisso público dessa lei.

Por fim, a questão da medida provisória, do uso de um instrumento que é chamado de ato normativo excepcional, usado para situações de relevância e urgência. Qual é a situação de relevância e urgência que motivou o Governo instalado a intervir e alterar a Lei da EBC? Parece-me que essa intervenção se deu no mesmo momento em que se faziam todas as substituições políticas no Estado brasileiro. Portanto, eu considero, sim, que esta medida provisória tem um caráter político de intervenção, de capturar uma comunicação que estava se propondo a fazer uma cobertura diferente dos fatos, uma narrativa alternativa, com liberdade de expressão. E veículos livres de comunicação não convivem bem com governos autoritários, com governos que não tenham compromisso democrático aprovado e vocalizado pelas urnas. Portanto, o FNDC é contra essa medida provisória.

Esperamos que o Congresso Nacional se posicione contra essa medida. Querem reformular a EBC, querem discutir a EBC? Não estamos nos colocando contrários ao debate, mas, então, façamos isso através de um projeto de lei, com debate popular, com participação social, como deve ser em toda democracia.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Renata Mielli.

Quero agradecer a presença do Deputado Jean Wyllys, além das de outros Deputados e Senadores já citados.

Passo a palavra para a jornalista Tereza Cruvinel, que é ex-presidente da EBC.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Bom dia, todos e todas. Agradeço ao Presidente da Comissão, Deputado Ságuas Moraes, e o cumprimento, assim como o Relator da MP 744, Senador Lasier Martins, pela oportunidade de participar desta audiência, inclusive me desculpando por não ter podido comparecer na anterior, da qual muito gostaria de ter participado para fazer algumas contraposições ao que ali foi debatido.

Cumprimento todas e todos, demais Parlamentares e membros da Mesa.

Começo recordando que, em 2007, eu já atuava nesta Casa há mais de 25 anos como repórter, como colunista política. Aqui acompanhei, cobri, como repórter, como profissional, os fatos mais importantes da construção da nossa democracia. Aqui estive desde o fim da ditadura, passando pela luta pelas diretas, pela eleição de Tancredo, pela Constituinte. E foi na Constituinte que, inclusive, foi lançado o marco para a futura existência da EBC. Naquele ano, fui convidada pelo então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva para presidir a Empresa Brasil de Comunicação que seria criada. E foi nessa condição, já me afastando das Organizações Globo, onde trabalhava havia muitos anos, que, juntamente com muitas personalidades e entidades da sociedade civil, aqui estive, nesta Casa, já nessa condição de Presidente indicada da EBC, dialogando com todos os partidos e forças políticas, negociando, tanto na Câmara como no Senado, os termos para a aprovação da MP 398, editada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que foi convertida na Lei 11.652/2008, agora alterada por esta medida provisória.

Essa Lei 11.652, que o atual Governo modifica, é produto de um intenso debate nesta Casa e na sociedade civil. Ela é originária da Constituição, como já foi muito demonstrado aqui, como Renata acabou de falar. O art. 223 foi um princípio instituído ali, sobretudo pela articulação de dois saudosos Parlamentares, Cristina Tavares e Arthur da Távola, e essa diferenciação foi aposta pelos Constituintes porque eles entenderam que devemos ter os três sistemas, o público, o estatal e o privado, tal como é observado nas melhores democracias.

Então, essa alteração de uma lei que o próprio Congresso aprovou – e o próprio Presidente Michel Temer votou a favor – representa uma distorção unilateral, desnecessária e inconveniente, ocorre por uma medida provisória que eu espero que venha a ser rejeitada.

A Lei 11.652 é originária da Constituição e da sociedade civil, como também já foi dito aqui, de intensa mobilização – lembro o Fórum de TVs Públicas ocorrido nos anos de 2006/2007 – que traduziu uma antiga aspiração dos brasileiros para que tivéssemos, além daquele sistema privado de radiodifusão, que já durava quase 60 anos, e além dos organismos estatais que vinham surgindo – TV Câmara, TV Senado, tevês legislativas



vas, a do Judiciário, o NBR estava começando a existir, as tevês dos governos estaduais –, além do estatal e do privado, essa instância pública. Esse é um conceito que não vou repetir porque já foi bastante bem explicada aqui a diferença entre público, estatal e privado. Recupero apenas dois aspectos superimportantes: a comunicação pública deve ser independente do mercado e do Estado, vale dizer Governo e Poderes, e ela, voltada para a sociedade, com os seus conteúdos diferenciados, essencialmente de interesse público, deve também contar com a participação dessa sociedade.

Nos 4 anos seguintes à aprovação dessa lei, eu presidi a EBC. Foi um trabalho heroico, não individualmente meu, mas de todos os que lá estiveram. Nesse período, foi-nos dada pela lei a incorporação de uma empresa de comunicação governamental, a Radiobrás, que era uma verdadeira sucata em todos os sentidos. O que nós herdamos foi uma terra arrasada, como já disse a Renata, em matéria de infraestrutura, e tudo foi refeito.

Aproveitamos muito bem os recursos para construir o que hoje é a EBC. A EBC tem uma infraestrutura implantada em vários Estados, utilizamos os recursos, fizemos equipamentos, a implantação física e institucional da empresa, criação do conselho, de ouvidoria, realização de concursos, planos de cargos e salários. Em suma, isso tudo foi erigido em 4 anos e continuado nas gestões seguintes, mas não estava pronto. Claro que não está pronta uma empresa com a dimensão mostrada pela Akemi, que tem tantas rádios, agência, isso e aquilo outro – não vou repetir porque meu tempo está passando.

Esse sistema público de comunicação, que não é uma televisão pública apenas, tem 8 ou 9 anos. As televisões privadas do Brasil têm 50 anos ou mais. Ele tem deficiências. Algumas coisas precisavam ser aprimoradas? Precisavam. A lei contém falhas que precisavam ser modificadas, mas não dessa forma, não com a violência com que o Governo Temer invadiu a EBC, apossou-se da EBC, promovendo caça às bruxas. Eu lá estava como jornalista contratada e sei que vários jornalistas foram tirados do ar de forma violenta e repentina. Depois falaram aí sobre as inverdades sobre a participação dos jornalistas contratados, como eu era nesses últimos tempos.

Dezenas de gestores foram afastados porque eram da antiga gestão, o conselho foi extinto, o mandato do presidente foi extinto, depois daquela rocambolesca história de demitir quem tem mandato. O Supremo conferiu a liminar e, para escapar da liminar, o Governo editou a MP, não apenas para conseguir nomear alguém de sua preferência violando o mandato, mas, como também já foi bastante dito, distorcendo a missão, a natureza, a essência da EBC como empresa gestora do sistema público de comunicação.

Sem o mandato e sem a participação da sociedade através do órgão de controle social, do conselho curador ou que nome tenha, como existe em todos os sistemas públicos do mundo, a EBC não é mais gestora de um sistema público; ela pode ser outra coisa.

Eu espero que a MP seja rejeitada e que aprimoramentos possam ser feitos tanto na lei, que também precisa de mudanças, como na própria EBC, na sua estrutura e gestão, mas não dessa forma.

Eu quero chamar a atenção dos Srs. Parlamentares para as incongruências que existem na essência dessa MP. Eu espero que ela seja rejeitada para que a EBC continue fazendo gestão de comunicação pública, mas, se essa MP foi aprovada tal como está redigida, os senhores nos legarão uma lei ambígua, uma lei que não tem uma lógica intrínseca, haja vista que, por exemplo, fala de comunicação pública, mas a EBC estará transformada em uma agência de comunicação governamental.

Essa pergunta precisa ser feita ao Governo: o Governo quer transformar a EBC numa agência de comunicação governamental, sem participação da sociedade, sem independência editorial, subordinada diretamente ao Palácio do Planalto, como um puxadinho do Palácio do Planalto, para onde o Presidente nomeia todos os diretores? Se sim, o Governo deve assumir isso. E isso tem um ônus. Agora, se é para fazer comunicação pública, é preciso restabelecer a existência do conselho, do mandato, da independência editorial etc.

Quero mostrar aos senhores duas incongruências rapidamente.

Aqui, na tramitação da Lei nº 11.652, construímos com os Parlamentares, especialmente com o Senador licenciado, que era o Relator, Walter Pinheiro, Deputado à época, uma alternativa de receita própria para a EBC, de modo a reduzir a sua dependência financeira dos governos que passassem ao longo da história. Pensa-se muito na BBC, para cuja existência há uma taxa que cada cidadão inglês paga. Contudo, isso seria inviável em um país com muita pobreza, injustiça e desigualdade como o Brasil. Procuramos várias formas e chegamos à contribuição para a comunicação pública, uma fórmula que devemos muito ao Senador Walter Pinheiro. Desvia-se 5% do Fistel, que já existia – ou seja, não se criou tributo novo...

(Soa a campanha.)

A SRª TEREZA CRUVINEL – ... para criar a contribuição à comunicação pública.
Só mais um minuto, Presidente.



Essa contribuição vem sendo paga em juízo, uma das teles, que são as pagantes, pagam diretamente ao Tesouro etc., mas os governos, nem o da Dilma, nem o atual, permitem que a EBC usufrua desses recursos. Mas a MP nº 744 não suprimiu essa contribuição à comunicação pública! Essa contribuição não poderá ser arrecadada pelo Governo com essa MP aprovada, porque ela é para a comunicação pública e não para comunicação governamental. Isso precisa ser examinado pelos senhores.

Existem mais de R\$2 bilhões retidos na Justiça, afora os outros tantos no Tesouro, de que a EBC nunca pôde fazer uso. Agora, vai se continuar cobrando a contribuição à comunicação pública que deixou de ser pública? É uma pergunta para os senhores responderem.

E vejamos que, no conjunto da lei da EBC, a MP não modifica questões importantes. Por exemplo, ela continua dizendo: “Faço saber que a EBC existe para explorar os serviços de radiodifusão pública.”

Em vários pontos da lei, continua-se falando em comunicação pública, mas é a comunicação pública mais *sui generis* do mundo, como acabaram de dizer meus companheiros de Mesa, que não pode ser caracterizada como tal porque não tem controle social, porque não tem nem independência em relação ao Governo. É comunicação governamental. É preciso assumir isso então. É preciso pagar o ônus e ajustar a lei direitinho para fazer essa EBC – claro que não desejo que isso aconteça, desejo que essa MP seja rejeitada.

Por exemplo, vamos ver lá – eu tinha marcado uns pontos – o que se diz: “Constituem objetivos dos serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo [...]” Entre esses elementos, “oferecer mecanismos para o debate público acerca dos temas de relevância nacional e internacional”. Era isto – eu não estive aqui para dizer – que a EBC fazia no pré-*impeachment*: levar gente, especialistas, posicionamentos distintos sobre a questão do *impeachment*. Não houve isso de haver lá um pensamento único. Pensamento único havia na mídia privada. Era obrigação da EBC ter um pensamento pluralista, e isso foi o que foi feito lá.

Chamo a atenção sobretudo para as incongruências dessa medida provisória, que está criando um monstro, um animal estranho, esquisito, que fala de comunicação pública sem ser, apropria-se dos recursos da comunicação pública que estão ali previstos. Essa natureza esdrúxula precisa ser enfrentada pelos Srs. Parlamentares. Ou bem o Governo Temer assume que está destruindo e se apropriando da empresa que construímos com muitas dificuldades para fazer comunicação pública, algo que sociedade reivindicou e conquistou nos governos passados para ser dela, ou o Governo assume que está se apropriando dela para fazer agência de comunicação, divulgação e propaganda do Governo ou os senhores rejeitam essa MP, ou ainda podem até reescrever a lei, mas dentro dos princípios e de uma lógica democrática que tenha sentido.

Cada coisa é uma coisa. A comunicação governamental é legítima. Não estou dizendo que é ilegítima, assim como a dos demais poderes de Estado, agora, cada uma tem sua finalidade e missão. Essa MP está produzindo uma lei estranhíssima, um monstro. Essa questão da sua essência os Srs. Parlamentares precisam enfrentar.

Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, jornalista Tereza Cruvinel.

Vamos passar agora, por dez minutos, à jornalista Rita Freire, ex-Presidente do Conselho Curador da EBC.

A SRª RITA FREIRE – Boa tarde, Presidente Deputado Ságuas. Boa tarde, Sr. Relator, Senador Lasier.

Quero agradecer a oportunidade desta audiência altamente qualificada. Acho que muitas das coisas que eu poderia trazer aqui eu ouvi dos participantes.

Quero dizer que trago aqui também uma representação de um conjunto de conselheiros e conselheiras que não foi embora por causa da MP 744, que continuou se reunindo, continuou debatendo e que se sentiu responsável pelo mandato que lhes foi conferido quando empossados para representar a sociedade civil, para representar o Congresso e para representar os trabalhadores. Então, as reuniões continuaram acontecendo. E eu trago aqui, desses conselheiros e dessas conselheiras, a oferta de toda a ajuda que a Comissão precisar para esclarecer qualquer aspecto relacionado ao funcionamento da EBC, do conselho, das dinâmicas, das rotinas, da sua diversidade e do papel que o conselho tinha ao fazer deliberações para a EBC.

Eu acho que nós tivemos aqui uma primeira audiência. Infelizmente, por conta do problema com as passagens, nós não pudemos ter também um debate sobre as informações que foram trazidas aqui, o que teria sido muito proveitoso para a Comissão, porque nós estamos passando por um momento histórico no Brasil, e a história, ela transforma, ela é transformadora por natureza. E hoje, com a velocidade das comunicações, a velocidade das transformações em direção ao que a sociedade pleiteia também está muito maior. Então, eu imagino que muito rapidamente a sociedade terá que resgatar aqueles seus avanços do ponto em que eles foram interrompidos, e eu gostaria muito que isso estivesse começando agora, já com esta Comissão, que se debruça sobre a medida provisória que interrompeu as atividades e o caráter público da EBC, como já bem explicado.



Na véspera da edição dessa medida provisória – olhem só! –, estava o Conselho reunido com representantes da Abepec, que são emissoras regionais, com representantes de produtoras regionais. E estava ali sendo conduzido pelo cineasta Joel Zito, que é também nosso conselheiro e esteve aqui, mas não pôde falar infelizmente. Ele é um conhecedor da televisão, da relação da televisão brasileira com a população, e do seu distanciamento; ele escreve, ele faz filmes sobre isso, e ele estava aqui também, e não pôde ter a palavra. E eu gostaria muito que ele ainda fosse convidado para trazer aqui a sua visão do que a nossa TV, tanto comercial quanto pública, afasta realmente, o imaginário transmitido por elas, da diversidade que a nossa sociedade tem.

Os conselheiros e conselheiras me pediram para fazer alguns esclarecimentos em relação ao que foi dito na última audiência e também ao que tem sido dito, muitas vezes, pela imprensa, desde que, eu acho que em abril, o então Ministro Geddel Vieira deu uma entrevista pedindo o fechamento da EBC. Ele defende isso muito, e isso causou um impacto muito grande para a vida da EBC, que exigiu uma grande mobilização do conselho curador, até para que não houvesse um problema de governabilidade. Embora o conselho não se meta em assuntos de administração, ele tem a função legal de acompanhar e monitorar o cumprimento do plano de trabalho da EBC. E o conselho esteve fazendo isso nesse período.

Inclusive, eu gostaria de pedir que fosse retificada em uma matéria sobre a última reunião a questão de que o conselho tinha uma reunião mensal, ordinária, com jetom e de que fazia outras extraordinárias. E não é isso. O conselho tinha uma reunião a cada dois meses, ordinária, e, em momentos de crise, tinha que se reunir. E foi isso o que aconteceu. Ele teve uma reunião por mês, trabalhando para salvar e proteger a EBC dos impactos que ela sofreu desde que houve o afastamento da então Presidenta Dilma e que o Vice-Presidente, ao assumir, assina uma exoneração ilegal. Aquilo foi assustador para nós, porque era uma ilegalidade cometida pelo Presidente da República, embora ele estivesse em sua interinidade. Isso levou, então, a mandado de segurança, quando ele exonera e nomeia outro representante para a EBC não olhando para a lei, desconhecendo a lei. E, pelo Supremo, há uma liminar. Com essa liminar, as coisas voltam ao seu curso, mas não mais como estavam antes, porque vários programas, embora estivessem em um plano de trabalho, foram derrubados de um dia para outro. Então, nós tivemos que trabalhar muito para que a EBC não se desmontasse naquele momento.

E, quando há a liminar, o Ministro Dias Toffoli diz uma coisa em que nós acreditamos seriamente. Ele deu a liminar e ele vê uma medida provisória que, então, modifica a lei em que ele se baseou para dar a liminar. Se a lei dizia que não podia haver exoneração e troca de presidente.... Então, essa medida provisória modificou essa situação e ele, então, teve que reconhecer que não havia mais efeito para aquela liminar. E, aí, o que ele diz? “Eu estou dizendo que a liminar perdeu efeito por causa da medida provisória, mas eu não estou dizendo que essa medida provisória é legal. Eu ainda não julguei a legalidade dessa medida provisória.”

Para nós, é muito importante que esta Comissão, que está discutindo, que recebeu no Congresso a medida e a informação do seu impacto, tenha a possibilidade de dar outro rumo para esta história, outro rumo que signifique não precisar que se discuta sequer a constitucionalidade ou não, mas que se dê o tempo que a sociedade precisa para aperfeiçoar o seu projeto de comunicação pública. O conselho curador também concordava com isso. Eu fiquei muito feliz quando eu ouvi o nosso Relator, o Senador Lasier, dizendo que não é assim, que não vamos jogar tudo para o ar, não, que isto aqui é um assunto sério.

O conselho curador fez debates, seminários com a sociedade, com o Governo, com o Congresso e com os trabalhadores para discutir o que era preciso melhorar o projeto da EBC. E nós vamos entregar, inclusive, para o senhor e para o Presidente o resultado desse seminário, com muitas contribuições.

Mas como é que isso vai ser feito numa situação em que o País está enfrentando uma intranquilidade enorme, com uma situação de perda de direitos, com o prazo dado para essa MP? Como é que nós vamos fazer esse debate com mais profundidade? Nós não podemos fazer o debate em cima de algumas informações que são jogadas na imprensa, que foram também trazidas para cá e que não são verdadeiras, não são.

Eu acho que essa ideia de que nós tínhamos um conselho de petistas é um discurso que é batido, rebatido, e ele não tem fundamento na realidade, não é verdadeiro. Houve um vídeo de que nós recebemos...

(Soa a campanha.)

A SRª RITA FREIRE – ... o ocupante da EBC atual, nos manifestando. Não é verdade. Ele escreveu, inclusive, uma mensagem, uma cartinha para mim, dizendo: “Olha, está *sub judice*. Então, eu não vou a essa reunião.” Então, ele não estava lá e, portanto, não foi recebido de uma forma agressiva. O conselho é muito democrático. O conselho esteve, naquele momento, recebendo um grupo de jovens que estava defendendo o Ministério da Cultura e que, quando viu que a EBC estava sob risco também, foi para lá se manifestar. Aquele vídeo era de jovens que estavam defendendo a comunicação e a cultura, e eles têm o direito de fazer isso. Portanto, nós fizemos questão de que eles fossem recebidos.



Eu gostaria muito de responder também à questão de gastos dos conselhos, que foram trazidos aqui. São os gastos com a passagem de conselheiros, para participarem das reuniões e trabalharem ali. Sem o gasto da passagem, nós não poderíamos trazer a líder indígena Matsa Yawanawa, que vem do Acre e demora três dias para chegar. Ai vão dizer: “Mas o que é que ela entende de comunicação?” Ela entende muito! Ela chegou lá para nos dizer que, todo ano, quem aparecia para cobrir os jogos indígenas era a BBC, falando em inglês, e que eles tinham que se entender com a BBC para terem a cobertura dos jogos indígenas. Depois que o conselho curador contou com a presença da Matsa, nós passamos a cobrir. E nós precisamos, inclusive, pedir para a EBC mandar para a Comissão o Caminhos da Reportagem, que mostra os jogos indígenas de modo belíssimo. Trata-se de um trabalho jornalístico belíssimo. Então, pegar o custo da passagem nesses meses em que nós estivemos lá...

Eu assumi a presidência no final do ano, com a EBC passando por dificuldades imensas. Ela exigiu que nós estivéssemos lá, para que o plano de trabalho não fosse esquecido, visto que se trocou a presidência. Há um plano de trabalho aprovado, discutido em audiências, em reuniões. Então, nós passamos.

Nós tínhamos também um grupo que defendia a diversidade, e esse grupo estava lá para garantir a acessibilidade.

Então, nós fizemos, na véspera da MP, essa reunião toda, para fazer uma estratégia, a fim de defender esse conjunto da comunicação pública que é feito nacionalmente. A EBC é importante para os seus veículos, mas ela é importante por qualquer outro veículo que troque conteúdo com ela. E, quanto aos cortes de recursos, um pouquinho de dinheiro que a EBC dava, ali, para as emissoras, para trocar conteúdo, estava sendo cortado nesse processo de transição. Então, o conselho se reuniu com todo mundo.

A ideia era “Vamos fazer uma estratégia, trabalhar conjuntamente, para que a produção regional continue tendo espaço, para que a rede continue ativa”, e, no dia seguinte, o conselho não existia mais. E o conselho era esse canal de interlocução, era o canal que estava ali pensando na comunicação, numa comunicação que significava o direito de a sociedade, nas regiões, nos países, ter a sua cara, além de receber o que recebe da mídia comercial. A mídia comercial tem o seu trabalho, a mídia pública é complementar.

Fora isso, eu acho que é importante registrar que não é justo se falar desse jetom que o conselheiro tinha a cada dois meses ou quando havia uma reunião extraordinária. Não é justo se falar desse jetom, principalmente porque esse conselheiro não trabalhava só nesse dia, ele continua trabalhando até hoje. Ninguém está dando jetom pelo fato de o conselho ter se reunido no Rio de Janeiro, em São Paulo, pelo fato de o Joel Zito ter vindo aqui, por estarmos aqui e por o conselheiro ter estado na audiência ontem em Santa Catarina, discutindo e defendendo a EBC.

Esse jetom representa 10% do salário do presidente da EBC. Então, a cada mês que o conselheiro vai lá, a cada dois meses, recebe esses 10%. Ora, nós soubemos, pela imprensa, que o atual presidente passou meses, depois que o Tribunal Superior o afastou, recebendo como presidente sem ir trabalhar ou, se estava trabalhando, era uma ilegalidade, porque ele não podia assumir. Então, estamos vendo essas coisas.

O conselho precisaria estar lá não para interferir nas questões administrativas, porque não é esse o seu papel. Para ter certeza disso, pedimos à ex-Presidenta Ana Fleck que fizesse uma nota técnica estabelecendo os limites do conselho. Ela fez e vamos entregar ao senhor – fez antes, pedimos antes, porque as coisas ficaram muito difíceis. Até onde o conselho pode ir? Então, pedimos à Ana Fleck, e ela fez: “Olhe, daqui não passa, não vamos mexer com a questão da administração dos recursos, mas podemos lutar pelos recursos que estão sonogados, porque isso é papel da sociedade”.

Também foi dito que ela saiu porque não concordava com o conselho. Então, vou entregar também a carta da ex-presidenta, que saiu aplaudidíssima por nós, que é nossa amiga, nossa companheira, defensora da comunicação pública. Ela nos deixou uma carta de despedida, porque ela se aposentou do Senado.

(Soa a campanha.)

A SRª RITA FREIRE – Ela representava o Senado. Então, a carta está aqui. Ela fala do conselho e também fizemos uma carta para ela.

Então, estamos trabalhando com informações que podem estar nos influenciando para achar que tínhamos um conselho aparelhado. Eu não sei com quem Cláudio Lembo estava aparelhado, eu não sei com quem o representante da Fiesp, José Martins, estava aparelhado. Eu posso fazer uma lista aqui de conselheiros. Tínhamos a indígena do Acre e tínhamos a agricultora familiar do Sul, que entendia de comunicação, porque era agricultora familiar, entendia muito – ela foi eleita antes da Renata Mielli como coordenadora do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, por seu conhecimento em comunicação.

Então, eu só gostaria de dizer que a comunicação não tem um lado só. Quando nos comunicamos, há quem está informando e quem está recebendo a informação.



Então, se nós pensamos em um conselho para a EBC em um projeto de lei.... Não é possível não ter um conselho curador numa mudança da lei da EBC. Não é possível não ter um conselho curador, a não ser que a gente queira ficar como a mídia pública de Tonga. Porque eu fui para Montreal, ao encontro das mídias públicas mundiais, e estava lá o Banco Mundial também, estava lá a BBC, estava lá a mídia pública do Japão, do Canadá, todo mundo para discutir o que estava acontecendo com a EBC no Brasil. Um ano antes, a EBC tinha sido a recepcionista do encontro das mídias públicas mundiais, no Rio de Janeiro, e recebeu cheia de orgulho. E, no ano seguinte, estava equiparada ao Reino de Tonga, que também não tem um conselho curador.

Eu tenho sido muito forte, porque eu sei do meu papel na sociedade. Mas, nesse dia, lá, quando me vi junto com a representante do Reino de Tonga para falar da perda de autonomia da nossa mídia pública, eu não consegui me segurar, não. Eu estava lá e acabei chorando, porque era uma situação orgulhosa que nós tínhamos um pouquinho antes, quando fomos anfitriões nesse encontro.

Então, eu peço aos Parlamentares que pensem com carinho na EBC. Está nas mãos do Congresso discutir. Está nas mãos desta Comissão discutir, e precisamos de um pouco mais de tempo. Um monte de gente quer contribuir. Pode mudar, não precisa ser esse conselho, nós não estamos lutando pelo nosso cargo lá, não, que nem é cargo. Não estamos lutando por isso. Nós estamos lutando pelo direito de a sociedade brasileira de ter uma comunicação pública; pelo direito de a juventude brasileira exercitar e construir a sua comunicação sem submetê-la aos interesses de mercado, que são outros. Estão lá, são outros! E nem ter que receber como pública uma comunicação proselitista, de governo, administrada sem a legitimidade que o cargo, o conselho, a gestão, cada papel dentro da EBC exige de nós.

Então, acho que este é um momento importante. Eu queria agradecer por ter podido me esticar um pouco mais. Este debate é fundamental para a sociedade, para a democracia, para a comunicação brasileira. Nós não podemos tratar este debate como um encontro de pessoas que estão disputando uma cadeira. Ninguém está disputando cadeira. Nós estamos querendo contribuir com tudo que acumulamos nesse período, com uma comunicação pública digna da sociedade brasileira.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Rita.

O Sr. Miguel Ângelo Cançado vai ter que se retirar porque é membro conselheiro, e a passagem dele está no limite do tempo aqui.

O SR. MIGUEL ÂNGELO CANÇADO – Exatamente. Peço desculpas, Sr. Presidente. Muito obrigado, Deputado Ságuas, Senador Lasier. A todos muito obrigado. Desculpem pela grosseria de sair mais cedo, mas é porque recebi passagem com horário de voo às 17h15. Até que chegue ao aeroporto.... Portanto, tenho que sair.

Muito obrigado. O Conselho de Comunicação, mais uma vez, agradece por ter tido esta oportunidade. Fica aí o Conselheiro Nascimento Silva como representante, a partir de agora, do Conselho de Comunicação. Muito obrigado a todos. Bom trabalho!

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Sr. Miguel Ângelo Cançado.

Para encerrar a participação dos convidados, nós convidamos o jornalista Venício Lima, ex-membro do Conselho Curador da EBC, por dez minutos.

O SR. VENÍCIO LIMA – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria agradecer o convite, a oportunidade de estar aqui presente e, claro, vou tentar ser o mais rápido possível, até porque muitas das coisas que eu pretendia falar aqui já foram ditas.

A MP 744 transforma a experiência em andamento, em construção, da comunicação pública no Brasil em comunicação estatal. Então, para além da sua inconstitucionalidade, que já está clara, inclusive num parecer técnico dado pelo Ministério Público Federal, o que de fato a MP faz é destruir a experiência da comunicação pública no Brasil.

E eu queria chamar atenção aqui para o que realmente está em jogo com esse fato. Do meu ponto de vista, está em jogo a formação da opinião pública democrática no País. Por quê? Os teóricos mais conceituados da democracia representativa contemporânea reconhecem o papel fundamental dos meios de comunicação, da sua pluralidade e da sua diversidade para a formação de uma opinião pública independente, autônoma e, portanto, democrática.

Um dos mais conhecidos teóricos dessa democracia liberal, Robert Dahl, que morreu recentemente, fala na necessidade de uma competência cívica e fala especificamente que, para que essa competência cívica exista, é preciso que haja diversidade e pluralidade de fontes de informação.

Um outro teórico da democracia representativa liberal contemporânea, ainda vivo, Giovanni Sartori, vai além e diz que, para a existência de uma opinião pública independente e autônoma, é preciso que haja o que ele chama de uma estrutura policêntrica dos meios de comunicação, que haja competição entre eles e que as



ideias possam funcionar como um mercado de bens e serviços.

Então, há um certo consenso entre os teóricos da democracia representativa contemporânea de que a comunicação exerce um papel fundamental e que é preciso que ela seja plural e diversa. Mas o que acontece no Brasil historicamente? Eu estou diante aqui de um Senador. Eu morei no Rio Grande do Sul quatro anos. Era um dos assistentes dos seus programas. Sei que o senhor passou décadas na comunicação privada e sabe perfeitamente do que eu vou dizer aqui. Eu peço, licença, inclusive, para falar sobre isso.

Mas o que acontece no Brasil? Há pelo menos dois pontos fundamentais da Constituição de 1988, que já foram mencionados aqui, que o Congresso Nacional, infelizmente, nunca regulamentou. Eu me refiro especificamente ao § 5º do art. 220, que fala que os meios de comunicação não podem, direta ou indiretamente, ser objeto de oligopólio ou monopólio.

Quero me referir também ao *caput* do art. 223, que introduziu – e posso também dar um testemunho pessoal, porque trabalhava diretamente com o então Deputado Arthur da Távola, eu era seu assessor na Constituinte, foi da lavra dele que saiu esse princípio – o princípio da complementariedade entre os sistemas público, privado e estatal.

Pois bem, essas duas – estou só citando duas, mas existem outras – normas constitucionais nunca foram regulamentadas e, portanto, não são cumpridas. Há, inclusive, uma ADPF por omissão, no Supremo Tribunal Federal, desde 2010, que pede que o Supremo peça ao Congresso Nacional que regule as normas e princípios que estão na Constituição de 1988, referentes à comunicação social, que não foram regulamentados.

O que acontece com a não regulamentação dessas normas e desses princípios? Nós vivemos, isso não é novidade para ninguém, um virtual monopólio da palavra pública pelo sistema privado de comunicação no Brasil. A ideia do Constituinte, ao inserir o princípio da complementariedade, foi que, a partir da Constituição de 1988, as novas concessões e as renovações buscassem equilibrar o sistema privado e o sistema estatal e o sistema público, criando o sistema público e criando um equilíbrio entre eles, exatamente por reconhecer uma distorção histórica que temos no País, porque, desde a década de 30 do século passado, o Estado brasileiro optou por fazer aqui o contrário do que se fez, por exemplo, na Inglaterra – delegar à iniciativa privada a exploração dos serviços públicos de radiodifusão. Nada errado quanto a isso, desde que houvesse, nos termos da Constituição, um equilíbrio.

Na verdade, quando se fala da sobrevivência da comunicação pública que não é estatal nem é ligada ao mercado, fala-se, na verdade, das condições mínimas, pela situação histórica do País, da formação de uma opinião pública democrática. E aqui queria chamar a atenção – porque, infelizmente, não pude estar aqui na última audiência, mas assisti ao vídeo –, acho que se comete um equívoco grave quando se transfere, para a comunicação pública, a lógica e a régua que avalia a comunicação privada. São coisas completamente distintas.

A comunicação pública não pode ser avaliada em termos de custos e da sua audiência, ela é um serviço público que deve servir ao interesse público, é um complemento ao sistema privado, tem outros objetivos, atende a outros interesses, que são, sobretudo, a questão da diversidade e da pluralidade no espaço público para garantia da formação de uma opinião pública democrática.

Queria encerrar com uma nota pessoal. Tomei conhecimento de que foi dito aqui, na última reunião, que eu era um petista. Eu nunca fui e não sou filiado a qualquer partido político. Então, o senhor que disse isso aqui falou uma mentira, e declaro aqui, publicamente, que não sou nem nunca fui filiado a qualquer partido político.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Sr. Venício Lima.

Passaremos, agora, a palavra para o Relator, Senador Lasier Martins, que irá fazer alguns questionamentos à Mesa, mas vamos, depois, passar aos Parlamentares também para fazerem as suas observações e suas falas. Ao final, os convidados respondem esses questionamentos ou respondem as intervenções dos Srs. Parlamentares.

Então, Senador.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Obrigado, Presidente Ságuas.

Quero começar saudando a nossa Relatora revisora, a Deputada Angela Albino; o meu companheiro de Senado, Senador Paulo Rocha, Vice-Presidente desta Comissão; o Deputado Jean Wyllys, que nos honra aqui hoje com sua presença. Há pouco ainda estava a Deputada Luiza Erundina.

Eu quero propor, Sr. Presidente, objetivar ao máximo, considerando que, daqui a pouco, teremos uma sessão com uma importantíssima Ordem do Dia. E, mesmo considerando que no início haverá debates e talvez possamos ainda permanecer ausentes do plenário por algum tempo, eu queria propor que os nossos ilus-



tres depoentes, que vieram aqui hoje nos ajudar a preparar esse relatório, se possível, anotassem as perguntas, para que eu possa fazer as perguntas corridas para ganhar tempo – uma média de uma ou duas perguntas para cada um dos nossos convidados. Depois, respondam conforme o tempo que V. Ex^a oferecer a esses nossos depoentes aqui nesta reunião.

Eu queria, primeiro, responder ao nosso prezado Gilberto Rios, que apresentou aqui um temor de que houvesse algum intuito de fechar emissora pública. Eu jamais pensaria nisso. Como disse aqui o nosso prezado Venício, eu venho da comunicação social, e eu tenho 52 anos em que não fiz outra coisa a não ser rádio, jornal e televisão nas duas maiores empresas do Rio Grande do Sul: 24 anos e meio na empresa Caldas Júnior, *Correio do Povo*, Rádio Guaíba, TV Guaíba e 27 anos e pouco na RBS, jornal *Zero Hora*, RBS TV e Rádio Gaúcha.

A minha vida foi comunicação social. Saí de lá direto para o Senado, o que muito me honra, trazendo a carga de 2.145.000 votos e de defender aqui os interesses da população gaúcha e os interesses do Brasil.

Eu não quero que paire sobre mim qualquer desconfiança de que esteja aqui para defender governo ou antigoverno. Eu pertenço a um partido que não é nem do ex-governo Dilma, nem do atual Governo Temer. Eu sou do PDT, que é um partido que ora está com um, ora está com outro. Presentemente, acho que não está com ninguém, e eu me intitulo como um Senador independente. Quem tem me acompanhado nos trabalhos de plenário e de comissões tem percebido isso. O meu intuito é que tenhamos uma empresa brasileira, ou uma empresa do Brasil, de comunicação, eficiente, não tão cara como parece que hoje é muito cara sob o ponto de vista econômico-financeiro, e uma empresa respeitada. Esse é o objetivo.

Se nós chegarmos lá, estamos todos satisfeitos. A minha pergunta para o senhor Gilberto Rios da Abepec: qual vinha sendo a efetiva finalidade, questão prática, do Conselho Curador?

É uma pergunta bem simples, mas que eu preciso, ao longo dessas duas reuniões que já realizamos, ter uma consciência de qual era o peso real, a eficiência desse Conselho, se cumpria com seu papel. Se for assim, me ajudará muito nas conclusões do relatório.

Sr^a Akemi Nitahara, tivemos aqui, vários depoimentos, na reunião passada, de que a TV Brasil era e é o carro-chefe do grupo, representando cerca de 30% de todo o grupo de emissoras de rádio e televisão e da Agência Brasil, e quero dizer desde logo que eu tenho muita admiração pela Agência Brasil. Tenho a impressão de que de todo o grupo é quem melhor funciona. Não sei se estou errado.

A SR^a RITA FREIRE – Também.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Também errado? Ou também funciona?

Também funciona. Muito bem.

Bom, então, vi a Sr^a Akemi colocar no painel que a missão é contribuir para a formação crítica das pessoas.

Muito bem.

A SR^a TEREZA CRUVINEL – Está na lei.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Está na lei e eu queria saber se está na prática.

Ampliar o debate da comunicação pública com a sociedade. Muito bem, é missão de uma empresa de comunicação.

Então, Sr^a Akemi, perguntas bem objetivas que a senhora responderá em uma frase, daqui a pouco.

Qual de todos os órgãos da EBC, na sua opinião, se mostra mais bem-sucedido? Qual o órgão mais bem-sucedido de todo o grupo? Que opinião a senhora tem se nós adotamos o critério de sabatar no Senado o futuro Presidente da EBC?

Considerando que nós temos na EBC um Conselho de Administração, que cuida da parte material, da estrutura e da parte financeira, se não é adequado que tenhamos um outro Conselho para cuidar só da editoria e da programação? E se isso não seria racional.

Então, essas seriam as perguntas para a Sr^a Akemi.

O Sr. Ângelo se retirou.

A Sr^a Renata Mielli aqui ao meu lado.

Exatamente, com o sentido desta última pergunta, Sr^a Renata, o que me preocupa, eu tenho ouvido insistentemente o medo de que tenhamos, a partir deste Governo, uma emissora sob as ingerências do atual governo. E aliás foi o que respondi quando me procuraram para assumir a relatoria, esta tarefa de redigir um relatório sobre a MP.

Fui procurado pela Sr^a Rose Freitas, representando a Mesa do Senado, dizendo “Chegaram à conclusão de que o senhor seria a pessoa adequada para este relatório”. Eu disse: “Olha, se não me visitarem para fazer pressão, se me derem total independência, eu aceito”. E ninguém me procurou, até este momento, da parte do Governo. Não diria o mesmo da parte da EBC, porque três representantes da EBC me procuraram, no meu gabinete, por uma hora e meia, respectivamente, o Sr. Edvaldo Cuaio, representante dos empregados no Con-



selho de Administração; Marco Clemente, Presidente do Sindicato dos Radialistas do Distrito Federal; e Jonas Valente, Diretor do Sindicato dos Jornalistas. Fui procurado. Conversamos muito. Não me pediram nada. Então, esses foram os meus contatos até este momento.

Então, Srª Renata, a mesma pergunta, visando à democratização, que, aliás, é o papel que a senhora desempenha como coordenadora do Fórum de Democratização da Comunicação. Se a questão é, e é correto, democratizar, se tivermos um conselho, mas com pessoas que tenham cada uma um particular significado, porque não sei quem compunha o Conselho Curador até agora. Não sei. Até teria interesse de saber de onde vinham, que ideologia representavam. Não sei.

Mas se, por exemplo, tivéssemos um conselho – estou especulando, não quero dizer que vai ser assim –, com um representante da comunidade cultural, um representante dos cursos de Comunicação Social, um representante dos cursos de Educação, um representante da comunidade científica e tecnológica, um representante dos veículos legislativos de comunicação, um do setor audiovisual, independente...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Não. Se é um conselho, estamos conversados. Vamos daqui para diante ver quem...

A SRª RITA FREIRE – É o que existia.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Muito bem. Então, eu não sabia e jamais perguntei.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Então, quem sabe, lá possamos levar adiante. E, quem sabe lá, posamos trocar de nome para evitar mal-entendidos.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não sei se foi uma opinião expressa sua. Só não concordo, porque o critério, mesmo vindo de uma entidade, é pedir a carteirinha ideológica dele. Aí...

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Não faz sentido isso.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Não, não seria eu que iria fazer os convites, naturalmente. Acho que isso deveria ser um consenso. De fato, não sei se é verdade. O que eu mais tenho ouvido é que a atual EBC teria sido aparelhada pelo PT.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Não. Isso não é verdade.

A SRª RITA FREIRE – O senhor precisa apurar isso.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Não é verdade? Bom, melhor.

A SRª RITA FREIRE – O senhor precisa apurar isso.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Pois é. Melhor. Muito bem. Então, para evitar desconfiças, quem sabe, faz-se um novo conselho. Ou é necessário que nós mantenhamos os mesmos conselheiros?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Bom, então, estamos no bom caminho.

Perfeito.

Bom, e assim por diante.

Se o conselho era esse, eu não preciso nem chegar...

Para terem um representante dos empregos da EBC...

Faço uma outra pergunta para a Srª Renata Mielli: o que acha de nós termos um sistema de medição de audiência? Hoje em dia, há meios para isso, e não os adotados pelo Ibope, contra o qual eu tenho restrições – tenho restrições e tenho uma mágoa.

Quando me elegi Senador, estava em Porto Alegre, cercado de uma multidão de amigos e parentes, e, às 5h15 da tarde, entra William Bonner, pela Globo, para todo o Brasil, dizendo: “Atenção! Acabamos de ter o primeiro Senador eleito no País. Conforme a pesquisa de boca de urna do Ibope, o Senador eleito foi o Sr. Olívio Dutra”. E havia sido eu. É claro que isso causou um estado de pânico naquela multidão que estava na minha casa, na expectativa de que eu seria eleito, porque todas as pesquisas, desde o primeiro momento, me apontavam como eleito. Mas, na hora H, deu outro: o meu concorrente, por quem tenho o maior respeito. Com o andar da apuração, jamais estive atrás. Houve um erro mortal do Ibope, que também errou, neste ano, no Rio Grande do Sul, a respeito de quem seria governador, de quem seria prefeito de Caxias do Sul. Quer dizer, o Ibope prima pelo erro. Ponto!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Pois é.



Há mais perguntas para a D. Renata, porque ela tocou em alguns assuntos instigantes.

Por exemplo, Sr^a Renata, como explicar a necessidade de contratar empresas terceirizadas, a altos custos, já que a EBC tem 2,5 mil funcionários? Será que a EBC não é autossuficiente? Não há gente para produzir uma boa programação? Precisa contratar e pagar caro outros profissionais e outra produção?

Passo às perguntas para a Sr^a Tereza Cruvinel, que também me deu a honra de uma visita, junto com o Sr. Ricardo Melo – uma outra visita que eu estava esquecendo. Do outro lado, ninguém me visitou, mas, desse lado, eles me visitaram, porque, é claro, são atuantes, pertencem à empresa e estão defendendo a empresa. Compreendo a procura.

Sr^a Tereza, meus respeitos por sua história de jornalista.

Em sua gestão, o Conselho Curador teve participação em que medida? E quais foram as repercussões de suas sugestões, do Conselho, no aproveitamento efetivo da empresa? Eu estou querendo avaliar a real eficiência desse Conselho Consultor, tão obstinadamente defendido o tempo todo.

Havendo um Conselho de Administração para atuar na orientação das áreas materiais, de estrutura e de financiamento, pergunto: a senhora concorda que haja um conselho específico para cuidar só da editoria e da programação da empresa?

Com que participações – e que não sejam ideias vagas...

Vou retirar essa pergunta, porque ela já foi respondida. Perdoe-me. Não, eu ainda esta pergunta. Faço porque agora eu encontrei, aqui adiante, uma sugestão.

O Edvaldo Cuaio, quando me procurou no gabinete, disse o seguinte: “O Conselho Curador só dava sugestões, no entanto, não tinham efetivação na prática, porque a direção da TV Brasil não concordava”. Declaração que me fez o Sr. Edvaldo Cuaio. Se é assim, então, para que ter conselho?

O SR. EDVALDO APARECIDO CUAIO (*Fora do microfone.*) – Senador, gostaria de – eu estou aqui – explicar.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Pois não.

O SR. EDVALDO APARECIDO CUAIO – O senhor me desculpe, mas o que eu quis dizer foi que o Conselho Curador tinha responsabilidade pela programação. O Conselho Curador sugeria as faixas de programação, seja infantil, seja de reflexão ou faixas de diversidade religiosa.

Essa colocação, se eu me expressei mal, o senhor me desculpe, mas não foi isso o que eu queria colocar.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Anotei na hora. Estou aqui com o papel trazido de lá.

O SR. EDVALDO APARECIDO CUAIO – Eu, como representante do Conselho de Administração, estava colocando ali que o Conselho Curador não era o responsável por aqueles gastos que a empresa estava falando que o Conselho Curador estava pedindo para que se aumentassem os custos. Então, deixe-me explicar...

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Não era na programação?

O SR. EDVALDO APARECIDO CUAIO – Não. Acontece que o Conselho Curador simplesmente dá sugestões da programação. Quem aprova ou não o que se vai gastar é o Conselho de Administração. Eu só queria fazer esse adendo às minhas palavras quando estive com o senhor.

Muito obrigado.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Eu busquei em meus arquivos o papel em que eu anotava no momento das suas visitas.

Sr. Edvaldo Cuaio, coloco aqui, entre aspas: “O Conselho Curador só dava sugestões que não tinham efetivação porque a direção não concordava”. Edvaldo.

Bom, o senhor explicou melhor agora.

Sr^a Rita Freire, ex-Presidente do Conselho Curador.

Qual é o peso que a senhora atribui ao fator audiência em uma emissora de televisão pública? Qual é o significado? Até onde devemos dar importância ao fator audiência?

E gostei da notícia de que os Jogos Indígenas tinham cobertura da TV Brasil. Achei muito interessante porque é realmente algo excelente para cobrir, pelo caráter curioso dos Jogos Indígenas e pelo caráter original, neste Brasil de tantas comunidades indígenas.

A minha pergunta é: simplesmente você ia lá e fazia o que os índios estavam disputando ou havia uma produção por trás para tornar ainda mais interessante e cativar a audiência? Que é o que me parece que cabia.

Ao Sr. Venício Lima eu pergunto: o que acha de termos um presidente sabatinado pela Comissão do Senado? E que avaliação faz sobre a eficiência do Conselho Curador?

Então, são essas as perguntas, Sr. Presidente, Deputado Ságuas.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Senador Lasier Martins.

Vou passar para os Parlamentares inscritos e, na sequência, para a Mesa responder aos questionamentos tanto do Senador Lasier, que é o Relator, quanto dos Parlamentares.



Estão aqui o Senador Paulo Rocha, Vice-Presidente desta Comissão, a Deputada Angela Albino, Relatora revisora, que também está inscrita, e o Deputado Jean Wyllys.

Eu passo, agora, ao Senador Paulo Rocha, por um tempo de três minutos, mais a flexibilização tradicional da Mesa.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Eu só queria chamar a atenção desta audiência pública para fazer uma comparação em relação à outra. O nível do debate que se estabeleceu aqui, na intervenção atual, e o nível do debate principalmente na intervenção do atual Presidente da EBC. Ele baixou o nível. Eu disse isso para ele aqui, na frente dele. Baixou o nível. Desqualificou. Quis transformar inclusive este ambiente numa delegacia, fazendo mil acusações, enfim. Então, é bom registrar isso, por causa do nível do debate que se estabeleceu aqui.

E, ao que me parece, inclusive pela própria representante dos trabalhadores, a intenção de todos.... Ela nem expressou, conforme você falou, o número de funcionários. Ela não está nem defendendo o mercado de trabalho, porque há tantos espaços de emprego; ela está defendendo exatamente, na visão dela, e os democratas defendem isto, a concepção e a ideia de uma comunicação pública.

Eu acho que aqui há que ficar claro que, em um país democrático, a questão da conquista de uma comunicação pública é fundamental e estratégica para o seu próprio povo. A diversidade e o pluralismo na radiodifusão são objetivos fundamentais de uma sociedade democrática, não é?

Além disso, eu acho que o acesso aos meios de comunicação já se tornou um direito humano, conforme a evolução da própria humanidade, da própria sociedade. É um direito humano isso, entendeu?

Segundo o quadro informativo, quem já conquistou a comunicação pública no mundo? O exemplo melhor que me parece aí é a BBC. E não venham me dizer que a Inglaterra é um modelo de país socialista ou comunista. É um país capitalista. Mas é o exercício de uma comunicação pública que o povo conquistou, para ter exatamente o direito à diversidade, à cultura, enfim, a todas as questões que envolvem hoje a sociedade humana. É fundamental processarmos isso.

Depois também, o que caracteriza muito essa questão, a meu ver, é que o direito não é só de quem fala; o direito também é de quem ouve. Essa é uma característica fundamental de uma sociedade democrática, principalmente de quem emite opinião, de quem influencia na opinião. Então, é um direito de quem fala.

No Brasil, em razão do monopólio, e até oligopólio, das comunicações, o papel da comunicação pública é fundamental e estratégico para avançar com a democracia. É claro que houve uma conquista da EBC, como comunicação pública, e havia um esforço muito grande, como já foi dito aqui, para consolidar isso. A nossa democracia ainda está em consolidação. E quantos anos tem a EBC, dez? Os nossos próprios partidos, Senador Lasier, ainda estão em consolidação.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Ainda têm muitos problemas para poderem ser um instrumento da democracia fundamental. Não conseguimos resolver o problema do financiamento de campanha. E aí faz todas as distorções, enfim.

Eu não vou fazer pergunta, mas só queria afirmar algumas questões nisso. Eu também sou do tempo da Tereza por aqui, embora seja mais novo que ela, mas não venham me dizer, como tentou falar o Presidente, que tudo aí é coisa do petista. É claro que o petista foi vendido para a comunicação como o culpado de tudo hoje: é uma organização criminosa, é um bando de corruptos e bandidos que assaltaram o poder, trouxeram o caos do País. Lembro-me de que era exatamente isso que falavam dos comunistas para justificar o golpe de 1964. Comunista era tão perigoso porque comia criança e estuprava freira. Era uma das justificativas para a própria população ter medo desses para poder justificar o golpe. Agora é a mesma coisa, entendeu?

Então, eu queria ser solidário àqueles que foram taxados de petista no momento em que o petista agora é isso, entendeu?

Olha só como cabe na cabeça que – não sei quando, antes até de o PT existir – nós infiltramos a Tereza Cruvinel no grupo Globo para, quando o PT chegasse ao poder, e o Presidente do Brasil fosse o Lula, ela colocar na EBC. Foi isto que passou aqui: uma petista que foi lá colocada. Então – não sei há quanto tempo você foi para a Globo –, nós a infiltramos na Rede Globo para depois...

Bom, queria dizer o quanto é importante esse processo.

Quando eu cheguei aqui, nós do Norte e Nordeste – ainda é um pouco assim – fazíamos uma fila grande ali no chamado Pequeno Expediente. Sabem por quê? Porque o único acesso que tínhamos para falar para o nosso povo era A Voz do Brasil. Ainda hoje é assim. Os que mais ficam na presença ali são aqueles que não têm acesso à comunicação grande para poder falar com seu povo, com sua gente, como no caso lá da Amazônia, aonde grandes monopólios não chegam, mas A Voz do Brasil chega. O que significa dizer isso? Que é



um grupo estatal, mas era a forma de chegar lá, porque havia uma democratização no processo da escolha, porque o cara é obrigado a colocar quem estava inscrito e falava para a A Voz do Brasil. Pois bem. Até querem, se não acabar, começar a contar a flexibilização, que é através da Medida Provisória nº 742. Querem flexibilizar os horários, etc. e tal, quando já se tornou patrimônio do Brasil. Às 19 horas, ouve-se uma voz própria de apresentador: “São 19 horas, está começando A Voz do Brasil”.

Eu acho, viu, Relator, colega Lasier, que você foi escolhido exatamente por conta de toda a sua experiência e vivência no setor de comunicação. Eu acho que, se a gente não tiver a capacidade e a força política de resgatar a característica fundamental da comunicação pública, no caso da EBC, que é o mandato de Presidente e o Conselho Curador, é melhor a gente não aprovar esta medida provisória. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Deputado Paulo Rocha. Senador Pedro Rocha. Desculpe-me. É a força do hábito. É porque sou colega do partido dele e o conheci por 20 anos como Deputado. E, agora, por dois como Senador, ainda estou com hábito de Deputado. Mas acho que ele muito nos honrou como Deputado Federal pelo Partido dos Trabalhadores. Com certeza, honrou o seu Estado, o Pará.

Passo para a Deputada Angela Albino e, depois, para o Deputado Jean Wyllys, para as suas considerações e participação neste momento aqui.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Agradeço, Sr. Presidente.

Antes da minha fala, faço um registro muito doloroso, que vem do meu Estado de Santa Catarina, com a tragédia que foi a queda do avião com os meninos que iam para este feito histórico para o futebol catarinense, disputar a final da sul-americana, uma tragédia. Um amigo muito querido, Presidente da Federação Catarinense de Futebol, Delfim de Pádua Peixoto, que foi um combatente pela democracia deste País, também morreu nesse acidente. Então, compartilho com todos essa dor, que é de Chapecó, que é do povo catarinense e do Brasil todo.

Sr. Presidente, ontem nós tivemos lá em Florianópolis uma rica Mesa, talvez até tão rica como esta de hoje, discutindo, Sr. Relator, este tema. Nós tivemos a presença do Sindicato de Jornalistas, do Departamento de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, da Associação Catarinense de Imprensa e de representantes catarinenses que já estiveram no Conselho Curador. E eu vou formando uma opinião, Sr. Presidente, Sr. Relator, em particular, de que nós temos que entender por que veio esta medida provisória. Foi uma questão de ajuste financeiro, que passou aqui?

Quero aproveitar para prestar a minha solidariedade aos trabalhadores e trabalhadoras da EBC, que eu entendo que foram ofendidos pelo atual Presidente. Não sei como um Presidente consegue presidir uma entidade ofendendo os seus trabalhadores e trabalhadoras à medida que disse que todo mundo era petista. Então, é uma coisa extraordinária do Partido dos Trabalhadores, porque, de 2,5 mil trabalhadores concursados, todos são petistas. É uma coisa fantástica. Tomara que o PCdoB um dia consiga isso também. Mas muito particularmente a Akemi, que foi citada aqui. Como não era filiada, é simpatizante. E eu acho irresponsável esse tipo de postura porque também coloca, na empresa, trabalhador contra trabalhador. Mas fico pensando se se trata de ajuste financeiro...

(Soa a campainha.)

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – E parece que não é o caso, pelo que já se mencionou aqui a participação que a EBC teria no Fistel e, portanto, uma capacidade de investimento que precisa apenas da mobilização do Governo para isso. E não se trata do atual Governo. Também o governo anterior represou esse financiamento.

Ou se é um desejo de reconceituação.

Se é um desejo de reconceituar o que é EBC, parece-me que falta honestidade intelectual, ou desatentos mesmo, porque parte da MP mexe no conceito substancial do que é comunicação pública, particularmente o mandato eleito.

E eu fiquei preocupada quando o atual Presidente da EBC falou aqui para nós: “É muito estranho em uma empresa pública o Presidente da República não nomear”. É porque não entende de fato o caráter do seu cargo, que é para não ser nomeado mesmo, que é para não bater continência para o gestor, porque não é comunicação estatal.

E o que nos é muito caro: o Conselho Curador. O Conselho Curador, senhores, não só pelo que foi mencionado aqui, de Cláudio Lembo, mas Belluzzo, MV Bill, Maria da Penha, Wagner Tiso, Delfim Netto, passaram por esse Conselho, o Boni foi convidado. Ele chegou a ser Conselheiro.

Então, se o Boni virou petista, eu perdi a noção das coisas também. Virou tudo.

Então, parece-me, Sr. Relator, que não se trata nem de uma diferença conceitual e nem de um ajuste financeiro. Trata-se quase de um revanchismo, o que é lamentável na gestão pública, principalmente numa



gestão pública que não está legitimada pelo voto, no sentido de que não foi esse projeto o aprovado em 2014, mas o mais grave de tudo é a ruptura do pacto de 1988, a Constituição de 1988, porque a Medida Provisória, eu entendo as ponderações feitas aqui, todas muito importantes sobre uma eventual inconstitucionalidade pela via que foi usada, mas, mais do que isso, nós estamos desconstitucionalizando a comunicação pública no Brasil. Estamos desnaturando a comunicação pública no Brasil.

E trago aqui uma contribuição que veio, ontem, do seminário de Santa Catarina, que acho muito importante, que diz que uma das condições – a Rita e a Tereza podem me corrigir no que eu estiver equivocada – para se aprovar a EBC foi o Conselho Curador, para não virar TV do Lula, que era essa a simplificação do pensamento. Então, agora, os mesmos que se convenceram de que era preciso ter um Conselho Curador para não virar chapa-branca são os que destroem o Conselho Curador para virar chapa-branca.

Eu entendo que há uma lealdade intelectual que precisamos expressar, Sr. Relator, no relatório, que ou bem não existe mais comunicação pública no Brasil ou bem nós mantemos minimamente o Conselho Curador.

Acho que esse é o limite da flexão que se deve fazer. Até o Presidente acha inadmissível que não seja por mandato, mas o ponto de inflexão completa precisa ser, para estas duas Casas, em defesa da democracia, em defesa da comunicação pública, o Conselho Curador.

Se nós tivemos falhas... Uma das pessoas que trabalhou conosco falou que nós ainda não temos uma comunicação pública no Brasil. Ela está se construindo. O que acontece é que a Medida Provisória destrói o pouco que se construiu ao invés de nós corrigimos.

O que precisar ser corrigido, o que a experiência concreta nos mostre que as ferramentas não foram mais apropriadas, esta Comissão tem que se debruçar e ser corajosa para fazer. Mas o que nós não podemos fazer, e me parece que esse é o tom da Medida Provisória, particularmente na questão do Conselho Curador, é manter um certo charme de chamar de comunicação pública o que de fato vira comunicação estatal.

Esses dois conceitos precisam se encontrar e ter uma definição na relatoria que saia desta Comissão.

É isso, Presidente.

O SR. SÁGUAS MORAES (PT - MT) – Obrigado, Deputada Angela Albino.

Concedo a palavra ao Deputado Jean Wyllys.

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

Boa tarde a todas e a todos. Já aviso e peço desculpas, pois, assim que terminar de falar, vou ter que me retirar porque a audiência se estendeu mais tempo e eu tenho uma outra atividade agora.

Não tenho perguntas concretas. Então, também não há necessidade de que eu fique aqui. Mas, eu gostaria de ouvir depois as respostas que vão ser dadas ao Senador Lasier Martins, porque estou aqui na condição não apenas de um Parlamentar que se interessa pelo assunto da comunicação pública, mas como coordenador da Frente Parlamentar pela Liberdade de Expressão e pelo Direito à Comunicação com Participação Popular.

Sou jornalista, trabalho como tal, continuo trabalhando na comunicação privada, e sou professor de Teoria da Comunicação em cursos de Comunicação no Rio de Janeiro.

Fico feliz de esta audiência ter sido, nas palavras de muitas pessoas aqui, civilizada, se comparada à outra, da qual não participei. Fico feliz porque o papel de uma audiência pública, de qualquer audiência pública, é subsidiar a nós, Parlamentares, para votamos as matérias. Esse é o papel da audiência pública.

Então, um Parlamentar não tem que vir para cá murado, fechado. Ele tem que vir aqui permeável aos argumentos apresentados pelas pessoas convidadas a falarem na mesa. E eu ouvi atentamente todas as falas, todas ricas, muito bem embasadas e todas no sentido da defesa da comunicação pública, sem tirar a importância da comunicação estatal nem da comunicação privada. Claríssimo.

Senador Lasier, entendo que, no meio de tantas falas, é possível que, em algum momento, a atenção se perca, pois temos muita coisa na cabeça. Mas tenho certeza, Senador, de que muitas das perguntas que V. Ex^a fez já foram respondidas pelas falas. Nas falas as respostas já foram dadas, em relação a todas as questões que V. Ex^a levantou.

Então, quero mesmo crer que V. Ex^a, na condição de Relator, e a Deputada Angela Albino, na condição de Relatora revisora, ouvirão de fato os argumentos representados aqui, porque eles me pareceram bastante consistentes.

Como coordenador da Frente Parlamentar – a Frentecom, para não citar o nome, porque é enorme –, eu fiz uma tarefinha e gostaria que V. Ex^a ouvisse as ações que o Conselho Curador da EBC já fez, ao longo desse tempo.

Vou ler aqui para V. Ex^a ouvir.

Criação da Faixa da Diversidade Religiosa da TV Brasil; análises e recomendações para todos os planos



de trabalho da empresa; realização de 62 reuniões ordinárias e 7 extraordinárias, além de 11 audiências e 7 consultas públicas; mais de 45 resoluções e determinações para programação e processos produtivos da EBC; apoio às demandas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho; priorização de temáticas relacionadas à população negra e africana, fazendo com que a empresa fosse a primeira a enviar um repórter para uma cobertura cotidiana no continente africano; solicitação e acompanhamento da elaboração do Manual de Jornalismo da EBC; os planejamentos para a cobertura das eleições de 2010, 2012 e 2014; a política de esportes da EBC; o Plano Editorial da Agência Brasil e o Plano de Cobertura da Copa do Mundo.

Resolução, com advertência à empresa por mudanças arbitrárias no programa da TV Brasil, especialmente com relação à exibição de campeonatos regionais de futebol e retirada da grade de programação da Faixa Reflexiva; recomendação para que a EBC distinguisse a prestação de serviço público da prestação de serviço governamental; realização do seminário Modelo Institucional da Empresa Brasil de Comunicação, que resultou em diversas orientações para a empresa.

Essas são algumas das ações. E vejam a importância de um conselho desse para a democratização da comunicação e para o fortalecimento da comunicação pública, coisa que só os países em que a gente costumava se mirar no passado,...

(Soa a campanha.)

O SR. JEAN WYLLYS (PSOL - RJ) – ... porque hoje a gente se mira nos Estados Unidos, o país do mercado, o país de 2 milhões de encarcerados, o país em que afro-americanos e latino-americanos estão em condição de pobreza, um país que não tem sequer um sistema público de saúde para a grande maioria da população. Infelizmente, a gente se mira hoje nos Estados Unidos, sobretudo a nova hegemonia política do Brasil.

Mas houve um tempo em que a gente se mirava nos países do bem-estar social da Europa. E, nesses países, há uma comunicação pública muito forte, que não se confunde com comunicação estatal ou institucional nem com a comunicação privada. Então, é fundamental que a gente pense nisto.

É importante dizer que esta demonização da EBC está em um conjunto daquilo que a Universidade de Oxford chamou de pós-verdade, ou seja, essa nova maneira de lidar com a realidade, a pós-verdade, que é uma mistura de mentira com preconceitos arraigados historicamente. A pós-verdade criou um clima de violência política no Brasil e de macartismo, de neomacartismo, em que o PT foi transformado no discurso dessa gente, em organização criminosa. E os direitos políticos das pessoas e o direito de associação começou a ser violado inclusive por civis em restaurantes, aeroportos e lugares públicos, onde as pessoas são insultadas.

Eu nunca fui filiado ao PT, não sou petista, sou membro do PSOL, um partido que nasceu de uma ruptura com o PT em 2005 e que sempre fez oposição aos governos petistas. Mas ser oposição aos governos petistas não significa ser imbecil e nem fascista. A gente não pode, portanto, criminalizar um partido dessa maneira e usar esse discurso para desmontar uma empresa como a EBC, que tem oito anos de existência.

Além disso, o atual Presidente da EBC, Laerte Rímoli, agiu aqui nesta Casa, quando nomeado por Eduardo Cunha, que está preso por crime de corrupção, lavagem de dinheiro e evasão de divisas, ele, que foi nomeado por Eduardo Cunha, transformou a comunicação pública da TV Câmara, da Rádio Câmara e dos demais veículos numa comunicação institucional, numa comunicação quase que privada de Eduardo Cunha, eliminando a nossa presença da comunicação pública.

Durante a gestão de Eduardo Cunha, nós do PSOL não tivemos presença em nenhum programa, não fomos mais chamados. Que tipo de democracia é esta? Que democracia é esta de que este Governo está falando? E que moral tem esse senhor e o outro parceiro dele, também indicado pelo Presidente Michel Temer, Presidente que emerge à condição de Presidente depois de um golpe parlamentar contra a nossa democracia, o outro parceiro, Cláudio Lessa, insultava de maneira misógina e machista as Deputadas do PCdoB, sobretudo do PCdoB, e as Deputadas do PT, chamando-as de bruxas em seus perfis nas redes sociais. Essa gente não tem moral para sentar à Mesa e avacalhar uma audiência pública que é fundamental para o País, que está discutindo a comunicação pública e a medida provisória que é, sim, inconstitucional, e uma medida provisória que desmonta aquilo que a Constituição prescreve.

Então, fico feliz de pelo menos nesta audiência, com pouquíssimos Parlamentares, porque me parece que este tema não interessa ou os Deputados já têm sua resolução pronta e não querem ouvir o que a sociedade civil tem a dizer, o Relator, que é V. Ex^a, em quem confio, porque é um homem da comunicação, e a Relatora revisora estejam presentes e tenham ouvido, de maneira atenta, os argumentos apresentados por essas pessoas, que são pessoas sérias, pessoas honradas.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Agradeço ao Deputado Jean Wyllys.

Como já está na hora da Ordem do Dia, vamos tentar comprimir o tempo para que os convidados pos-



sam responder. Eu sei que necessitariam de um tempo bem grande, mas vamos colocar três minutos mais dois.

Vou começar pelo senhor mesmo. Eu vou começar pelo último para que ele não fique sempre por último.

Passo a palavra para o jornalista Venício Lima, que vai responder por três minutos, e mais dois, se necessário.

O SR. VENÍCIO LIMA – Eu vou ser extremamente rápido.

Eu não tenho pessoalmente nada contra a que uma indicação de Presidente da EBC passe pelo crivo do Senado Federal. Eu acho que a questão fundamental não é essa. A questão fundamental é que a pessoa indicada tenha um mandato que não coincida com o mandato do Presidente da República, para não ficar vinculado ao Presidente da República, como era a situação anterior. Que o presidente tenha uma independência seja ele qual for. Então, se o processo passar pelo Senado, processo de sabatina, eu acho que isso aperfeiçoa o processo de indicação. Mas a questão fundamental me parece ser anterior a essa.

Quanto à questão da eficiência do Conselho Curador, Senador, como eu já disse, eu acho que a lógica e a régua que medem o funcionamento da comunicação pública não podem ser, não devem ser a mesma da comunicação privada. Eu estive no Conselho. O meu nome foi indicado, se não me engano, por 54 ou 57 entidades da sociedade civil, e depois o meu nome foi o que teve mais indicações dentro do próprio Conselho, e depois foi referendado pela Presidente da República. Durante o período em que eu estive lá, e que foi um período de um pouco menos que um ano, em torno de um ano, ou igual a um ano, eu acho que a eficiência do Conselho Curador não poderia ter sido melhor. Seria muito interessante que o senhor tivesse contato com a diversidade do Conselho para ver como é que essa diversidade foi não só por recomendações do Conselho, mas foi refletida na programação da EBC. Havia, no período em que estive lá, uma pessoa que representava, por exemplo ...

(Soa a campanha.)

O SR. VENÍCIO LIMA – ... os deficientes físicos, uma questão para a qual a gente não dá muita bola, Libras, acessibilidade à comunicação pública, o que não há na comunicação privada. Havia lá, como já foi mencionado aqui, uma pessoa, o Joel Zito, um cineasta famoso, que era uma voz permanente em relação à representação na programação da etnia negra. Havia lá uma professora da Universidade Federal de Pernambuco, que é responsável, com o conjunto do Conselho, mas foi uma defensora da pluralidade religiosa na programação. Isso é o que estou lembrando agora.

O Deputado Wyllys mencionou ali uma lista, mas eu, por exemplo, o tempo em que estive lá fui membro de uma comissão que se reunia quase que permanentemente, embora as reuniões fossem de dois em dois meses, para acompanhar o cumprimento do plano de trabalho que havia sido aprovado, que havia sido apresentado ao Conselho, que é um plano anual, e que precisava ser acompanhado cotidianamente. Isso dava um trabalho danado porque a gente tinha ou que ver a programação ou acompanhar os relatórios da Ouvidoria para saber o que estava sendo de fato feito. E essa comissão se reunia praticamente de forma permanente, e, nesse acompanhamento, fazia recomendações frequentes à empresa. Acho que a eficiência do Conselho, dentro da lógica e da régua em que deve ser medida, pessoalmente, acho que foi muito boa.

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Prof. Venício Lima.

Passo agora para a Rita Freire. Três minutos, mais dois. É que agora vamos inverter a ordem.

A SRª RITA FREIRE – Está ótimo!

Bom, não quero avançar na resposta que outras e outros expositores da Mesa vão dar, mas vou passar por alguns pontos.

Sobre a efetividade do Conselho, queria dizer uma coisa, alertar muito esta Comissão: se o Conselho não for deliberativo, a EBC não atende às suas recomendações. Nós tivemos experiências, várias vezes, apontando problemas na programação, e esses problemas não eram resolvidos, a não ser no momento em que se dizia: “Bom, então vamos fazer uma deliberação”. Às vezes, não se chegava a fazer, mas com a ameaça, o pedido era atendido.

A TV Brasil é referência em programação infantil e infantojuvenil. No entanto, havia lá programas inadequados para a população brasileira. Havia um programa em que os jovens todos eram surfistas, todos loiros, todos olhos azuis, era de outro mundo aquilo. Era uma coisa de baixar a autoestima da juventude. Nós mexemos com isso.

Tiramos outro programa, Vida de Estagiário, em que o trabalho era alguma coisa que não tinha importância no ambiente, na vida do estagiário. Além disso, o uso da linguagem também era ofensivo à própria



juventude.

Então, isso foi sendo acompanhado, foi modificado, e agora nós íamos deliberar que não podia tirar quatro horas da programação infantil. Isso seria feito não pela nova gestão, mas porque o Conselho de Administração, já sob o novo Governo, cortou recursos. Então, onde vamos cortar? Vamos tirar quatro horas da programação infantojuvenil.

(Soa a campanha.)

A SRª RITA FREIRE – Nós não aceitamos. Não aceitaríamos, e sei, na verdade, que esse corte acabou sendo encaminhado porque o Conselho não estava lá.

Perguntaram-me sobre a audiência. A audiência é muito importante, é uma preocupação, mas tem que saber medir essa audiência. Concordo totalmente. O Conselho brigava com essa história de usar o Ibope como referência. Custa muito caro e mede a EBC em alguns lugares, capitais, sendo que a EBC chega ao interior do Amazonas. Quem é que mede as parabólicas? Quem é que mede o que sai da Agência Brasil e vai para toda a grande mídia, como a Akemi mostrou aqui, com as fotos premiadas? Quem aqui não usou material da Agência Brasil, considerando-o como de credibilidade, de informação confiável?

Há mais uma coisa: a audiência não é só uma coisa numérica, a mídia pública também tem a obrigação de fazer aquela inovação que ainda não está testada no mercado. Nós temos lá o Programa LGBTT, que é um programa de muito sucesso, que está ameaçado hoje. Agora, a fórmula daquele programa está entusiasmando muita gente porque é inovador. Então, quando isso vai se transformar em audiência? Quando as pessoas souberem o que ele está passando. Nós precisamos de um tempo de maturação, mas é a comunicação pública que tem que experimentar, que tem que trazer a inovação. E, depois, todo mundo vai usar. A mídia comercial vai utilizar, como foi feito também com programas infantis lá da TV Cultura, porque nós temos experiências de coisas que influenciam, que são produzidas, porque o mercado não está dando espaço. Hoje o mercado...

(Soa a campanha.)

A SRª RITA FREIRE – Peço desculpas, vou tentar concentrar.

O mercado não estava dando espaço, o espaço medido pelo Ibope, para programas com a cara negra do Brasil, tanto que a EBC teve que comprar na Colômbia um programa em que a família toda é negra, para a criança se ver ali, porque não existe.

Então, se a EBC diz que vai exibir, aí a Ancine vai fazer um edital, aí vai se produzir, e a produção regional vai acontecer. A audiência para nós é uma coisa complexa, que envolve todos os programas que são reproduzidos pelas parceiras. Isso não é medido como audiência da EBC. Nós precisamos disso.

Sobre a comunicação indígena, sobre os jogos indígenas. Caminhos da Reportagem é um dos programas de produção da EBC mais premiados. São dezenas de prêmios pelo trabalho primoroso de produção. Vamos pedir para a EBC mandar para o senhor, assim como outros programas do jornalismo.

A crítica ao jornalismo da EBC. O jornalismo ocupa 6% da programação e a crítica é feita sobre uma parcela dele, de 1%, e o resto é do que significa a produção da EBC nos seus veículos, nos rádios e tudo mais.

Enfim, eu acho que a fala sobre o Conselho, a Constituição está passada, muito bem passada para a Renata Mielli, mas eu só quero dizer que os critérios para a composição do Conselho vão exatamente na direção que o senhor apontou. Por isso eu acho que talvez fosse muito importante que o senhor capitaneasse um projeto de lei. Desmonte essa MP que está fazendo tanto mal à EBC. Desmonte e nós ajudaremos imediatamente, se precisar que esse projeto seja aprovado num tempo menor. Que todos os conselheiros saiam para entrar outros. Nós topamos tudo para salvar a EBC, mas acho que essa medida provisória está ajudando a destroçar, e agora nós não temos nem um Conselho lá para correr e tentar salvar a governabilidade. Nós não temos nenhum instrumento para fazer a defesa da governabilidade da empresa.

Muito obrigada. Eu confio plenamente que daqui nós vamos sair com um caminho para salvar a nossa comunicação pública. Só acho que não é justo com esta Comissão e com os senhores ter que fazer isso em algumas semanas para atender a um prazo de medida provisória, que não é realmente o instrumento adequado para um assunto tão sério para a vida brasileira.

Muito obrigada pelo convite e pela oportunidade de trazer o meu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado Rita Freire.

Vamos passar para a Tereza Cruvinel.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Eu queria pedir licença ao Presidente e ao Relator para, antes de passar à resposta à pergunta feita pelo Senador Relator, abordar uma questão particular.

Primeiro, quero lembrar que depois de amanhã a EBC completará nove anos. Foi criada em 31 de outubro de 2007.



Assim como o Prof. Venício fez um aparte aqui para rebater uma pejorativa intervenção do atual Presidente Interventor da EBC na audiência pública da semana passada, em que ele enumerou várias pessoas como petistas, eu estava em viagem, não pude vir e soube aqui hoje que ele se referiu aos jornalistas que ele tirou do ar e rompeu os contratos, unilateralmente, sem pagar as multas devidas, de forma macartista, persecutória, jornalistas respeitados nacionalmente, como Luis Nassif, Sidney Rezende, Paulo Moreira Leite, o próprio Ziraldo, Emir Sader, todos esses jornalistas foram sumariamente desligados. E ele se referiu a nós como pessoas que ganhavam um monte de dinheiro para pouco trabalhar, e se referiu pessoalmente a mim como pessoa que ganhava muito para ir lá uma vez por semana. Sim, porque eu fiquei afastada da EBC quatro ou cinco anos, depois que encerrei o meu mandato. Eu trabalhava na Rede TV e fui convidada pelo então Presidente da EBC, Américo Martins, para voltar à EBC como jornalista contratada. Lá estava, quando houve essa intervenção do Governo Temer que, como bem disse o Prof. Venício, teve o intuito de externar sua intolerância ao contraditório. E a EBC estava fazendo comunicação que propiciava o contraditório, ou seja, a observância de posições distintas para a formação de uma opinião pública autônoma.

Então esse Sr. Laerte mentiu quando disse isso aqui. Eu fui contratada pela EBC, eu tenho uma longa trajetória, eu trabalhava na Rede TV, fui convidada para ir para a EBC, ganhando até menos do que na Rede TV, eu tenho um contrato, que posso tornar público, de R\$12 mil, para fazer três comentários por semana e um programa semanal. Uma jornalista com a minha trajetória não trabalharia por esse valor, que é muito inferior ao que jornalistas com o meu currículo ganham no setor privado e ao que eu mesma ganhava na Rede TV. Então, eu quero registrar essa mentira do Sr. Laerte, contestá-la. Como isso aqui é um lugar que fica registrado, eu acho importante.

Dizem que ele me acusou aqui de ganhar um monte de dinheiro, não falou o valor, para ir lá uma vez por semana.

Mentira! E eu trabalhava muito mais do que em contrato da EBC, nos últimos tempos. Não importava se eram só três comentários. Se me chamavam eu fazia cinco, seis, vários por semana, porque sempre quis contribuir com o desenvolvimento do jornalismo da EBC. E nos quatro anos em que eu fui Presidente, eu cuidei de pessoal, de compras, de licitação, de infraestrutura, de construir a sede nova, de viajar pelos Estados onde tinha, de buscar canais, porque a EBC surgiu com apenas três canais próprios. Ninguém sabe disso, ninguém se recorda disso. A EBC ganhou do governo Lula três canais: um no Rio, um em Brasília e um no Maranhão. Todo o resto nós fizemos, em alianças, implantando canal próprio, ligando no Ministério para conseguir, etc.

Bom, essa mentira eu queria deixar contestada publicamente aqui.

A pergunta do Senador é se o Conselho Curador teve participação e em que medida suas sugestões foram acolhidas na minha gestão.

Senador, o Conselho Curador é exatamente o que o senhor fala, é um conselho para cuidar apenas de programação e linha editorial. O senhor perguntou se eu achava isso adequado. Acho adequado, e é isso que existia. E é isso que existe nas televisões públicas ou nos sistemas de comunicação pública de todo o mundo. E com poderes efetivos. Não é para conciliar a diretoria executiva, não é apenas para isso.

Um diretor de jornalismo da BBC caiu por deliberação do Conselho, não faz muitos anos, por causa de matéria incorreta. Isso, no tempo da intervenção no Iraque, por causa de uma matéria que até levou ao suicídio de um cientista, uma coisa assim, é muito longa a história. Muitas televisões públicas da Europa e de outros países já derrubaram presidentes ou diretores. Esse poder de emitir voto de censura contra o diretor da empresa de comunicação pública – seja empresa, fundação, esse negócio nem sempre é empresa –, esse poder é importante, porque é o que disse a Rita, se só recomenda, a diretoria executiva não acolhe. Mas não é porque não quer.

Então, o Conselho Curador e a Diretoria Executiva não podem nunca.... Você nunca vai encontrá-los vivendo em harmonia plena, senão não há sentido. Há de haver conflito mesmo. Eu tive muitos conflitos com o Conselho Curador, tive, mas nem por isso achei, em algum momento, que ele tinha que ser extinto. Por que eu tive? Porque o Conselho quer uma coisa que o meu tempo de gestão não permite. Para eu colocar um programa no ar, no meu tempo de gestora, às vezes demora mais. Eu tenho que tomar providências, às vezes tenho que fazer uma licitação, não é? Então, esse conflito é necessário, mas é saudável.

O Conselho cobra, e a diretoria fala assim: “Bom, eu vou dizer para o Conselho que isto aqui vai demorar, vai ter que haver uma licitação, vou ter que contratar esse programa fora, porque não há recursos dentro da casa para fazer”. Bom, aí o Conselho começa a apertar, até que eu falo: “Olha, daqui a pouco eles me inventam uma moção de censura, então eu tenho que dar um jeito de atender”. Esse conflito é necessário, é saudável. Nem por isso o Conselho tem que deixar de existir.

(Soa a campanha.)



A SRª TEREZA CRUVINEL – Eu daria muitos exemplos de sugestões que foram e que não foram acolhidas. Muitas vezes eu disse: “Olha, não dá para atender isso, porque nós não temos recursos para fazer isso agora. Nós não temos condições materiais”. Porque o Conselho não pode interferir na gestão administrativa, não deve. E isso a lei precisa corrigir. Há um ponto na lei que insinua que o Conselho pode participar da gestão. Essa sempre foi uma briga minha. Havia um conselheiro que gostava de perguntar sobre quanto se gastava com pessoal. “Isso eu não respondo para o senhor. Isso é no Consad.” Todo mundo me conhece, é meu jeito assim meio estabanado de ser e tal. Tive conflitos. Outro queria saber a marca dos equipamentos licitados. “Isso não é da sua conta, Conselheiro.” Claro que eles não gostavam, mas é porque é programação, é de conteúdo que deve cuidar o Conselho Curador.

Então, quando o senhor pergunta se devem existir os dois Conselhos, sim, o Consad para cuidar da gestão, do orçamento, dos contratos supervisionar, etc.

(Soa a campanha.)

A SRª TEREZA CRUVINEL – E o Conselho Curador para observar o conteúdo, não só ficar no embate com a Diretoria Executiva, mas para recolher da sociedade, principalmente via Ouvidoria, via audiências públicas com a sociedade, aquilo que ela gostaria de encontrar na televisão pública ou na rádio pública, ou na agência de notícias.

Eu vou dar exemplos para o senhor de coisas que só a televisão pública pode fazer no Brasil. Quem é que vai anunciar num programa para pessoas com deficiência? Eu briguei muito para colocar no ar dois. Não vai haver anunciante na emissora privada. Não é que a emissora privada também seja insensível ao assunto, algumas até fazem, mas ela terá que pagar isso sem o benefício do anunciante, vai ter que tirar do orçamento próprio.

A televisão pública faz isso.

(Soa a campanha.)

A SRª TEREZA CRUVINEL – Vou dar um exemplo diferente: um programa para música erudita. Pediram-nos isso. É elitista? O povão gosta de música erudita? É bastante razoável dizer que não, até porque ele não fruiu dessa informação cultural ao longo da vida. No entanto, há um segmento da sociedade que gosta de música erudita. Ele também tem direito de ser atendido. E nós mantivemos no ar o programa A Grande Música. É um público pequeno, mas porque nenhuma televisão comercial veiculava um programa de música erudita naquela época em que eu era Presidente.

Então, o Consad também supervisiona, interage com a Diretoria Executiva e recolhe e interage com a sociedade. Assim é no mundo todo.

Esse negócio de ficar: eram petistas, eram isso, eram aquilo, ele tem condições de ir renovando o Conselho na medida do tempo. O Conselho vem da sociedade, é algo que não é de cartola do Presidente da República, mas tem uma margem de escolha.

Em suma, ele poderia propor várias outras alternativas, corrigir a composição do Conselho. Então, proponha outra forma de compor o Conselho, mas não o extinguir. O primeiro Conselho foi todo nomeado pelo Presidente Lula, e com uma observância louvável, estrita da diversidade. Mas o Congresso, aqui, na votação da Lei da EBC, acrescentou que o Presidente da República não ia tirar de sua livre escolha.

Essa informação, Senadora, é importante que estou dando. O Congresso modificou a Medida Provisória, porque ainda era MP, que virou lei, e disse que os Conselheiros viriam da sociedade através de consultas públicas. Vocês ouviram o Prof. Venício dizer: “Eu fui indicado por 75 instituições da sociedade civil”. É um mecanismo mais democrático do que o Presidente da República tirar do bolso do colete. Agora, depende do Presidente.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – O próprio Senado aqui põe em votação no Plenário os seus representantes nos vários órgãos.

E no caso da EBC, saiu também do Senado, porque é dessa forma.

A SRª TEREZA CRUVINEL – Vocês escolheram assim, não é?

E também foi o Congresso. Eu fui a negociadora dessa lei. Tenho uma memória perfeita disso. Se o senhor quiser escutar muitas coisas em particular, eu posso rememorar. Eu digo em particular porque o tempo aqui é contado.

Estou acabando.

Foi também o Congresso, Senador, que incluiu a representação do Parlamento. E nós negociamos isso. Várias outras coisas que não estavam na lei, este Congresso aprimorou.

Então, o Sr. Temer se quer o Sr. Laerte lá, isso ele já fez, já derrubou um mandato, já violou a lei, já mudou



a lei para isso, ele não precisava, para ter o Sr. Laerte lá, ter extinguido o Conselho. Ele pode propor, e agora o senhor, com a sua competência e sensibilidade para com o assunto, o fará, Senador, mudanças na concepção do Conselho. Não na sua finalidade. Você pode discutir a forma de compô-lo, várias outras questões, números de representantes. Mas ele tem que existir. E ele tem que ter esse poder efetivo, inclusive do voto de censura. Eu fui gestora, mas defendo voto de censura para o diretor.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente.

O SR. NASCIMENTO SILVA (*Fora do microfone.*) – Só um minutinho, Senador. Meu nome é Nascimento Silva. Sou do Conselho de Comunicação Social também. Estou saindo e quero fazer um convite ao nobre Senador. Nós exaustivamente discutimos a questão da EBC e o definimos como órgão consultivo. Nós lá estamos dizendo que é um absurdo essa Medida 744. Se o senhor relevar tudo aquilo que nós discutimos, ótimo; senão, o senhor é convidado a ir, nesta segunda-feira, para a nossa reunião do Pleno. Eu terei o maior prazer em recebê-lo.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente, quero apenas pedir desculpas ao Gilberto, à Renata e à Akemi, porque já está iniciando a votação do dia. São votações importantes, principalmente a PEC 55, e nós temos que estar atentos.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Sr. Presidente, eu vou pedir também cinco minutos de ausência. Eu já estou sendo orientado do que se trata. Vou ao plenário, voto, e, nesse ínterim, peço ao meu assessor, o Dr. Dario, que, por gentileza, anote as respostas da próxima depoente. Eu espero em cinco minutos estar de volta.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vamos passar a palavra para o Sr. Gilberto Rios.

E vamos tentar abreviar, porque também já começou a sessão na Câmara e o nosso tempo está se esgotando. Vamos ver se conseguimos ficar nos três minutos. Vou marcar cinco aqui, para começar. Mas peço que não ultrapasse.

O SR. GILBERTO RIOS – Acho que a maioria dos colegas aqui na Mesa já respondeu sobre a efetiva praticidade do Conselho Curador.

Eu havia dito, no início da fala, que tenho críticas à forma de escolha dos conselheiros. Críticas mesmo. Já tive muitos embates. Uma coisa é você ter críticas à forma de escolha dos conselheiros, outra é vir com a canetada e extinguir o maior instrumento que a sociedade tem, dentro da EBC, que é o Conselho Curador. A Abepec defende a existência do Conselho Curador.

É uma pena que o Senador teve que se ausentar, mas o assessor dele está aqui. Eu fiquei feliz com a fala dele de que não vai haver a extinção da EBC. Então, que ele se preocupe com o Estado dele, porque o Governador quer acabar com a TV Educativa de lá. Como ele é do Rio Grande do Sul, que comece já a luta política, a partir deste minuto, de hoje, porque o Governador vai, a qualquer momento, com uma caneta, extinguir TV Educativa, todo o patrimônio da sociedade gaúcha, conquistado com muitas lutas, em uma canetada só. Ele que corra com isso.

Outra coisa também, e eu tinha várias respostas para dar para ele aqui, sobre o custo. Eu acho que o que falta sobre o custo é vontade política. Se o Governo soube negociar com as teles a faixa dos 700, por que este Governo, não só o anterior, mas este, ambos estão sendo incompetentes? Para desobrigar, desonerar o Fistel, com R\$2 milhões represados. Entrega R\$2 milhões hoje para a EBC, para a RTP, que eles sabem o que fazer.

E está aí, o dinheiro é justamente da comunicação pública, não só da EBC, mas do conjunto dessas emissoras, inclusive a TVA do Rio Grande do Sul, que o Governador hoje está reclamando que não há recursos.

Ele fez uma pergunta para a Renata se não há profissionais lá. Evidentemente, a EBC, a Tereza deve ter passado por isso, um sufoco danado... uma coisa é você estar numa tevê privada, você está precisando de um engenheiro, vai e contrata um engenheiro. Mas você não pode fazer isso, tem que fazer um concurso público e pegar o engenheiro que vier daquele concurso público, e, de repente, o rapaz nem sabe montar uma antena. Mas ele passou no concurso público.

Sobre a medição de audiência, Deputado, eu acho que as pessoas deveriam sair da zona do conforto, do sofá, ir lá ao ribeirão medir a audiência pública, lá na ponta. Sair do eixo São Paulo, do centro de São Paulo, onde se mede quantos pontos dá cada emissora de televisão. Vai lá para os ribeirinhos. Vamos ver se a Rádio da Amazônia fala com os ribeirinhos, o que é que chega lá. Quem é que chega?

Eu acho também que é muito importante, eu vejo essa fala.... Se perguntar para Abepec sobre quem será o novo Presidente da EBC, ela vai falar: "Que saia então de dentro da Abepec". Se perguntar para o Sindicato de Jornalistas: "Que saia do Sindicato de Jornalistas". É importante que saia da sociedade e que seja, realmente, sabatinado. Eu acho interessante esse processo da sabatina.

E eu acho que tem muita coisa por trás disso tudo, com essa história da EBC, da interatividade, do Gired, que ninguém está discutindo isso.



(*Soa a campanha.*)

O SR. GILBERTO RIOS – E é muito importante. Eu fiz uma fala mais dura no início, em que aponte uma outra associação da qual a EBC também é afiliada. Ela não soltou uma notinha sequer para defender ou para não defender a EBC, mas se fosse outra afiliada, ela estaria aqui defendendo com unhas e dentes, colocando a tropa de choque de Deputados e Senadores dizendo: “Isso é um absurdo!”

E, por fim, para terminar, pegando a fala do Jean Wyllys, que não está aqui, mas eu acho bruxas lindas. As bruxas todas são lindas. Elas não têm verruga na ponta do nariz, elas são lindas.

Então, só para finalizar, a EBC é a maior janela de exibição de um produtor independente. Não existe no Brasil nenhuma janela de exibição como a EBC para os produtores. Então, se querem acabar, justamente, se querem deixar somente a Globo Filmes, que deixem, e assumam que é a Globo filmes que tem que ficar daqui para frente. Agora, vão matar os produtores independentes, sim, neste País.

(*Soa a campanha.*)

O SR. GILBERTO RIOS – Aquele que realmente faz, inclusive com o celular. Consegue fazer com o celular obras magníficas para serem exibidas nas emissoras de televisão.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Sr. Gilberto Rios.

Vou passar a palavra agora para a Akemi Nitahara.

Vamos nos cinco minutos, porque está todo mundo chegando lá.

A SRª AKEMI NITAHARA – Bom, eu queria pontuar algumas coisas.

O Senador perguntou qual seria o veículo mais importante. Eu acho que não cabe responder isso porque não se compara rádio com televisão e com agência. Cada veículo tem a sua importância fundamental dentro do sistema público de comunicação. A TV Brasil realmente recebe mais atenção, porque uma TV tem mais atenção que outros veículos na sociedade brasileira, e como ela e como ela teve que ser construída, teve um processo mais...

A Rádio Nacional já existia e continua existindo. A Agência também já estava bem encaminhada. Agora, a TV precisava realmente de um esforço maior para colocá-la no ar e fazer, de fato, uma televisão pública. Ela tem a importância dela como TV pública, assim como a Agência Brasil tem a sua importância fundamental como veículo público que abastece de notícias milhares de sites e jornais.

Como a Rádio Nacional, e acho que nem cabe aqui discutir a importância da Rádio Nacional como um veículo público. Temos que ressaltar também a importância da Rádio MEC FM, que veicula música clássica, e da Rádio MEC AM, que é um celeiro de inovações, tem programas diferenciados que não existem em nenhum outro lugar. A Rádio Nacional FM, aqui de Brasília, que valoriza a música brasileira. A AM daqui de Brasília também a primeira rádio de Brasília, foi trazida já como comunicação pública para servir de veículo para os candangos que vieram construir a capital.

Então, não há como eu dizer...

A SRª RITA FREIRE (*Fora do microfone.*) – A Rádio Agência.

A SRª AKEMI NITAHARA – A Rádio Agência, claro, sem esquecer a Rádio Agência, que aproveita o material gravado do rádio, as entrevistas e tudo mais, e disponibiliza. São três mil rádios cadastradas no Brasil inteiro que utilizam o nosso material gratuitamente, rádios que não têm como manter um correspondente em Brasília e utilizam o nosso material. Então, não há como eu classificar qual seria a mais importante aqui nesse caso.

Sobre a sabatina no Senado, eu acho que, sim, é viável, é possível, mas é como o Prof. Venício colocou, a questão é anterior a esta, temos que desvincular da Presidência da República. Passar pelo crivo dos Senadores eu acho bastante válido.

Sobre a diversidade do Conselho. Lá no nosso site do Conselho – que ainda está no ar, não sei até quando –, está o currículo de todos os conselheiros, e está expressa toda a diversidade que a gente tinha representada no Conselho, inclusive o edital da renovação que estava em curso, com uma série de critérios que precisavam ser obedecidos para continuar garantindo a diversidade dentro do Conselho. Isso está tudo no nosso site, e dá para pesquisar isso lá mesmo.

A importância de se manter o Conselho. Sofremos um problema sério de interferência política. Se antes havia, de certa forma, agora há muito mais, e não temos mais a quem recorrer para reclamar das interferências políticas que estão ocorrendo dentro da EBC.

Os jornalistas foram chamados de petulantes aqui pelo Presidente Rímoli, e eu afirmo que nós somos petulantes, sim, porque passamos num concurso público, porque estudamos a lei para estar ali dentro. Então, nós entendemos de comunicação pública, não estamos ali porque um concurso e é legal, até porque, se fosse por isso, teríamos feito concurso para um lugar que paga melhor, porque nós temos um dos menores pisos da



administração federal, estamos ali por ideal. Os concursados estão ali para defender a comunicação pública e sabem o estão fazendo. Somos petulantes, sim, por isso. E fazemos um bom trabalho. (*Palmas.*)

Inclusive, alguns colegas têm invocado a cláusula da consciência do Código de Ética dos Jornalistas, para, quando não quiser que seja reconhecido em um texto que mandou para a edição, pedir para retirar o nome. E já foram chamados de petulantes por isso também. Enfim, eu acho que é um direito nosso mandar um texto e, depois da edição, pedir para não assinar aquele texto porque não concorda mais com ele.

(*Soa a campanha.*)

A SRª AKEMI NITAHARA – Com relação ao custo, eu queria fazer só uma comparação de custo da EBC. É muito caro? São R\$500 milhões, R\$600 milhões por ano, para manter uma estrutura de oito rádios, três TVs – tem a TV internacional também pela internet –, a Agência de Notícias, que abastece o Brasil. Isso, por brasileiro, e não vem do bolso direto do brasileiro, porque é pago pelas teles esse imposto, daria R\$2,50 por ano, por brasileiro. Isso é caro para manter um sistema público desse porte e dessa importância?

E não há como medir realmente a audiência lá com o ribeirinho. Perguntem para o ribeirinho qual é o veículo que ele tem lá? Ele não tem outros veículos comerciais porque não há interesse comercial. Como é uma área de baixa densidade, temos a Rádio Nacional da Amazônia e outra, a do Alto Solimões, que chegam nessa população. E é o único veículo que chega a essa população. Então, não há como medir isso apenas com um volume de audiência.

Quero ressaltar também na questão do custo que o custo de EBC foi cinco vezes menor do que o que o Governo gastou com publicidade na mídia privada nesse período. Então, se você pega o custo que foi para a mídia privada e o custo que vem para a EBC, é cinco vezes menor desde que a EBC foi criada. Eu acho que também não dá para fazer uma comparação do custo da empresa nesse sentido.

Eu queria só ressaltar a questão da caça às bruxas, rapidamente, quando mudou a gestão. Houve uma demissão sumária inicial de 50 pessoas no primeiro dia em que a atual presidência chegou, com a exoneração de cargos de confiança de pessoal do quadro. Inclusive muitas mulheres que eram chefes foram tiradas da chefia. Nós lutamos por igualdade de gênero e raça dentro da empresa, e isso está indo por água abaixo. Inclusive, quero agradecer o nosso coletivo de mulheres que teve a iniciativa de fazer a vaquinha para eu estar aqui hoje.

Houve suspensão de contratos da TV e da rádio. Os da TV, alguns eram realmente bem elevados, mas os da rádio não. Todos os contratos da rádio não somavam R\$2 milhões por ano. Foram suspensos, e tinham também a importância de fomentar a produção independente, que está na lei da EBC.

Foram retirados do ar também programas feitos por funcionários da casa para colocar no ar programas feitos por pessoas de fora, inclusive com desvio de função, contratados como assessores da presidência, e estão apresentando programa.

Os comentários, a contextualização dos jornais, que consideramos como uma questão que ajuda na formação crítica das pessoas, não dar a notícia apenas pela notícia, dar uma contextualizada, complementar, isso foi tudo tirado do ar, com todos os comentaristas que foram demitidos, inclusive a Tereza Cruvinel, que eu quero elogiar, que era a mais equilibrada, a mais isenta, reconhecemos isso. Reconhecemos que havia alguns que tinham um claro viés governista, mas não eram todos, e não era sempre.

A grade foi preenchida com reprises, porque os programas foram tirados do ar de um dia para o outro, sem aviso aos telespectadores, a quem ouvia, sem o mínimo respeito.

(*Soa a campanha.*)

A SRª AKEMI NITAHARA – Foi feita a readequação da grade sem pesquisa, sem diálogo, sem conversa com ninguém. O comitê editorial que foi instalado.... Na verdade, o debate é dominado pela diretoria de jornalismo, e as ações não estão sendo efetivadas. Está havendo uma edição cuidados de fotos, de sonoras, muito cuidadosa. Há uma manifestação, e, às vezes, não entra galeria de fotos, não entram faixas que têm algum viés contra o Governo, títulos de matérias estão sendo mudados.

E há falta de diálogo – para finalizar –, falta de diálogo completo com os trabalhadores dessa gestão que tomou conta. Estamos com a negociação de acordo coletivo suspensa. Essa não é uma questão para trazer para cá, mas quero apenas demonstrar a falta de diálogo que está havendo.

Rebatendo também outra questão que o Rímoli trouxe, de que não temos plano de cargos. Nós temos. É muito ruim, mas nós temos.

E também quero ressaltar...

(*Intervenção fora do microfone.*)



A SRª AKEMI NITAHARA – É, graças à Tereza, que implantou o nosso plano.

A SRª TEREZA CRUVINEL (*Fora do microfone.*) – Em relação ao passado da EBC, foi um salto de qualidade enorme.

A SRª AKEMI NITAHARA – Foi. Eu reconheço isso. Como jornalista contratada, eu reconheço.

Só quero também ressaltar que eu não petista, não sou filiada, nunca doe para campanha e nunca fiz campanha para ninguém, ao contrário do nosso atual presidente que está lá.

Obrigada pela oportunidade. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Akemi.

Para finalizar, vamos passar para a Renata Mielli, que é a última convidada a fazer a sua intervenção.

A SRª RENATA MIELLI – Eu agradeço, então, a oportunidade e as perguntas feitas pelo Senador Lasier.

Eu acho que algumas das questões relativas à composição do Conselho Curador já foram apresentadas aqui. A questão do significado que o Senador coloca, será que não seria interesse termos no Conselho alguém da área cultural, representante dos cursos de Comunicação, de Educação, do campo da ciência e tecnologia, dos veículos legislativos, do setor audiovisual? Tudo isso estava presente no Conselho Curador da EBC. E mais, representantes de empresários, já foram citados nomes aqui, representantes da Rede Sarah. Então, era muito plural o Conselho.

Mas eu acho que, para além disso, é importante falar sobre a forma como é composto o Conselho, porque eu acho que isso importa. Eu acho que não é qualquer forma que resolve e que traz as garantias para a comunicação pública.

Veja, a primeira composição do Conselho foi integralmente indicada pelo ex-Presidente Lula, que teve o cuidado de ser pluralista na sua indicação. O Cláudio Lembo nunca foi do PT e foi indicado para o Conselho Curador pelo ex-Presidente Lula. Isso não significa que outros Presidentes, se tiverem a prerrogativa de fazer as indicações, terão o mesmo cuidado. Então, essa é uma questão que precisamos verificar.

Justamente por isso, e por um pedido da Casa, quando estava tramitando a Medida Provisória, foi decidido, então, que o Conselho Curador seria composto a partir de indicações de pessoas representantes da sociedade civil. E é um processo plural, transparente, em que qualquer organização do movimento social, da sociedade civil, empresarial ou não empresarial pode participar, é aberto. Então, eu acho que esse é um mecanismo muito interessante.

E depois desse mecanismo de indicação, o Conselho Curador fazia filtros. A partir das indicações, o Conselho Curador discutia qual era o perfil. Inclusive nós, do FNDC e do movimento social, fomos muitas vezes críticos ao fato de que integrantes do governo que compunham o Conselho Curador, ao fazerem um filtro sobre as indicações da sociedade civil, intervieram na representação da sociedade civil no Conselho Curador.

Então, veja, há contradições. Eu acho que é possível aprimorar. Sempre é possível aprimorar, mas é preciso que existam mecanismos de participação social no processo de indicação do Conselho Curador, caso, e eu espero que sim, o Conselho seja mantido, e ainda que ele seja alterado na forma de ser composto. Ele não pode ser composto de forma discricionária, ele precisa ter algum processo de participação.

Nesse aspecto, eu queria dar um exemplo, que é o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta, que é uma TV que foi, durante muitos anos, referência de comunicação pública. No entanto, o Conselho Curador da Fundação Padre Anchieta é totalmente impermeável à participação social. Não há qualquer possibilidade de participação social no Conselho Curador. Veja, há conselheiros vitalícios no Conselho Curador que não serão substituídos nem se morrerem. E depois de muito diálogo, depois de anos, conseguimos garantir que uma pessoa da sociedade civil fosse indicada e tivesse acesso aos currículos...

(*Soa a campanha.*)

A SRª RENATA MIELLI – ... que eram analisados pelo chá das cinco do Conselho Curador da TV Cultura. Amiga da Profª Ruth Cardoso.

Então, é preciso, de um lado, ter cuidado também para que não se torne um Conselho autocentrado, autorreferenciado e impermeável à participação social. Podemos fazer modificações? Podemos, mas essas modificações têm que, além de garantir que o Conselho seja deliberativo, que seja composto a partir de mecanismos de participação da sociedade.

Sobre a questão da audiência, seria interessante se criar um novo sistema de medição de audiência que não o Ibope? De novo eu penso que o conceito de audiência, conforme estruturado pelo mercado, não serve para a comunicação pública, porque não é a questão quantitativa, quantos lares estão com o televisor ligado na EBC. Isso não é nem de longe suficiente para quantificar e qualificar a relevância, o impacto e a contribuição que a comunicação pública precisa ter para a construção de uma esfera pública democrática. Então, eu acho que, sim.



E acho que seria fundamental ter instrumentos que medissem não a audiência a partir dos critérios do mercado, como é o conceito de audiência com que a gente trabalha, mas acho que seria importante ter mecanismos de aferição de qualidade, de alcance, de impacto, de público, porque é papel da comunicação pública ter espaços para a representação da sociedade brasileira. Como disse a Tereza em relação à música erudita, ou como nós brigamos lá no movimento em defesa da TV Cultura contra o fim do Viola, Minha Viola. Então, são mecanismos que não é para aferição da audiência, mas para compreender como a sociedade está sendo impactada por essa produção, que precisa ser complementar. Portanto, não pode ser igual à da comunicação privada, que precisa ter outros interesses, ou seja, que precisa ser pautado pelo interesse público.

Com relação aos contratos, eu acho, primeiro, que a produção independente é importantíssima para a comunicação pública. Esse é um debate que a comunicação pública sempre fez, porque a comunicação pública não pode ser somente uma produtora de conteúdos; ela tem que ser uma janela de exibição para os conteúdos produzidos na sociedade. Nesse aspecto, essa janela de exibição não é apenas para veicular a produção audiovisual que já foi para o cinema ou filmes, mas também para acolher produtoras independentes que têm propostas de programações. No caso da TV Brasil, por exemplo, você tinha os *pitchings* de produção. Então, eu acho que há mecanismos.

E, no campo do jornalismo, infelizmente,...

(*Soa a campainha.*)

A SRª RENATA MIELLI – ... para você consolidar uma emissora, muitas vezes, num país que tem uma tradição de TV comercial tão larga como a nossa, tão arraigada, tão aprofundada, você precisa trazer nomes que são de conhecimento público para contribuir para alavancar determinados programas. Isso também é fundamental. Então, eu acho que nem de perto essa questão da gestão dos contratados é o motivo que levou à edição dessa medida provisória.

E, para concluir, eu queria apenas fazer um comentário sobre uma pergunta que não foi feita para mim especificamente, sobre essa questão de o presidente ser sabatinado pelo Senado. Como disse o Venício, a questão não é apenas essa. A questão é a garantia da independência, portanto, de um mandato do diretor-presidente da empresa de comunicação, do dispositivo que estava na lei que impedia que ele fosse, ao mesmo tempo, nomeado e exonerado de maneira discricionária pelo Presidente da República.

Bom, mas como garantir que a indicação de um diretor-presidente de uma emissora de comunicação pública não seja feita por afinidades apenas político-ideológicas ou sejam quais forem? Há muitas experiências internacionais interessantes que nós podemos visitar, inclusive que foram alvo de debate no seminário promovido no Conselho Curador da EBC.

Por exemplo, há países que constituem um conselho de especialistas no tema, com um representante do Parlamento, um representante da mídia privada, um representante do setor de audiovisual, e recebem indicações através de currículos, e esses currículos são analisados e são enviados para o Parlamento ouvir aquelas indicações.

Então, você pode até ter, ao final, a nomeação do Presidente da República, mas você tem um outro processo de escolha. Há muitas formas que podem ser utilizadas e que vêm no sentido de aprimorar e de fortalecer o caráter público da empresa de comunicação, nenhuma delas previstas na Medida Provisória nº 744, nenhuma delas adotadas pelo Presidente da República que está hoje no comando do País.

Portanto, eu considero que é essencial o espaço para os Deputados e Senadores poderem ouvir essas opiniões, ouvir e buscar experiências internacionais.

Como diria o Aparício Torelly, o Barão de Itararé – que, inclusive, é a entidade de que tenho origem, o Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé –: “Triste não é mudar de ideias, triste é não ter ideias para mudar”.

Então, eu sinceramente espero que a gente contribua para o fortalecimento da comunicação pública e não para o seu encerramento precoce no País.

Obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Renata Mielli.

A Rita jurou de pé junto que ela precisa de 20 segundos. Vou marcar aqui.

A SRª RITA FREIRE – Só para acrescentar, nesse papel do Conselho de cuidar de conteúdos, de cuidar da programação editorialmente, é muito importante que o Conselho se envolva na aprovação do Plano de Trabalho da EBC, porque ali é que está a grade, ali é que está a quantidade de programa jornalístico, ali é que está garantido o que vai ser oferecido às crianças, e depois, sim, passar a fazer o monitoramento. Porque, se não, nós vamos trabalhar com coisas que o Conselho de Administração pode mudar a seu bel-prazer, e a gente fica discutindo só o conteúdo ali dentro.



Então, era só isso. Não sei quantos segundos deu a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Quase 40 segundos.

Não podemos abrir ao público. É a regra da Casa. Lá na Câmara pode; aqui, não.

Queremos agradecer a presença de todos e de todas, das Sr^{as} e dos Srs. Parlamentares e dos nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 58 minutos.)



ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 744, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008, QUE INSTITUI OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DOS SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA EXPLORADOS PELO PODER EXECUTIVO OU OUTORGADOS A ENTIDADES DE SUA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTITUIR A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 6 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às catorze horas e cinquenta e quatro minutos do dia seis de dezembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Ságuas Moraes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 744, de 2016, com a presença dos Senadores Rose de Freitas, Deca, Paulo Rocha, Lasier Martins, Ana Amélia, Wellington Fagundes, Marta Suplicy, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Telmário Mota, Antonio Carlos Valadares, Roberto Muniz e Eduardo Amorim; e dos Deputados Celso Jacob, Leonardo Quintão, Sandro Alex, Rodrigo Martins, Márcio Marinho, Carmen Zanotto, Pedro Fernandes, Benito Gama, Izalci Lucas, José Rocha e Marcelo Aguiar. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, que procede à leitura do Relatório. Solicitada pelo Senador Paulo Rocha a verificação de presença, nos termos do art. 28, § 2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional. Verifica-se a presença mínima de parlamentares para a manutenção da reunião. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Paulo Rocha, Deputado José Rocha, Deputada Ângela Albino, Deputado Marcelo Aguiar, Senadora Ana Amélia e Deputado Leonardo Quintão. A Presidência concede vista coletiva da matéria. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e cinquenta e oito minutos, lavrando eu, Rodrigo Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Ságuas Moraes, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado SÁGUAS MORAES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 744, de 2016.

Passo a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Obrigado.

Sr. Presidente, Deputado Ságuas, Srs. Deputados, Srs. Senadores, assessores, imprensa, eu quero dizer, antes de mais nada, que nós procuramos ir ao encontro de uma reivindicação dos brasileiros: tornar uma empresa de comunicação uma empresa pública eficiente, mais econômica e que tenha audiência. Tem havido queixas com relação a esses quesitos que não eram cumpridos.

Eu vou abreviar bastante o nosso relatório, indo direto para alguns aspectos da análise e, depois, ao projeto de conversão. Nessa discussão do relatório predominantemente há duas questões: a do mandato e a do conselho. Para o conselho, chamado conselho curador, que foi muito discutido, nós resolvemos fazer uma proposta de um comitê editorial e de programação, porque já tínhamos um conselho de administração, que vai continuar e que vai cuidar da parte material, de estrutura, da parte financeira e da parte administrativa propriamente dita. Um comitê, que fica reduzido de 21 para 11 pessoas, sem vínculo partidário, tratará do editorial e da programação da emissora carro-chefe, que é a TV Brasil, e também das emissoras de rádio. São dois pontos fundamentais. O outro é a questão do mandato.

Então, vou ler uma parte do nosso relatório – a parte mais objetiva – e depois vamos para o projeto de conversão.

Com relação aos órgãos de gestão administrativa da empresa, foi estabelecida uma nova composição para o Conselho de Administração, agregando, além dos membros atualmente previstos, representantes dos Ministérios da Educação e da Cultura, além de um representante dos empregados da empresa. Mantivemos, na proposta do projeto de lei de conversão a ser deliberado, essa mesma estrutura, por entendermos que ela está adequada aos princípios e atribuições da empresa.

Além disso, a composição da Diretoria Executiva é reduzida de seis para quatro membros, e todos os diretores, inclusive o diretor-presidente, passam a ser nomeados e exonerados pelo Presidente da República, com mandato com prazo máximo de quatro anos, vedada a recondução.



Na verdade, a questão do mandato do diretor-presidente é a principal medida proposta pela medida provisória em relação aos órgãos administrativos da EBC. A alteração do art. 19 da lei de criação da empresa, que estabelecia ser o mandato deste dirigente fixo e de quatro anos, tem por objetivo tornar claro que a referida autoridade pode ser exonerada por ato do Presidente da República a qualquer tempo.

A esse respeito, o Poder Executivo se posiciona pela impropriedade da interpretação dada ao termo “mandato” do Diretor-Presidente, contido na redação original da Lei nº 11.652, de 2008, entendendo não haver direito líquido e certo à estabilidade no cargo.

Conforme argumentado na EM nº 00121/2016 MP/C.Civil-PR, “o Diretor-Presidente da EBC é nomeado por livre escolha do Presidente da República, sem qualquer requisito que não sejam os gerais para todas as nomeações em cargos de confiança, não havendo higidez no mandato a que se refere a lei de criação da empresa e o Decreto que a regulamentou”.

Ao passo que estamos de acordo com tal posicionamento, consideramos, no entanto, a adoção de mecanismos destinados a assegurar que as escolhas do dirigente não sejam resultantes unicamente da vontade soberana do governante – e aqui a primeira novidade. Para tanto, propomos que o nome do Diretor Presidente seja aprovado pelo Senado Federal, como já é previsto para cargos como diretores de agências reguladoras, embaixadores e o Presidente do Banco Central. Então, o nome do Presidente será levado à comissão temática correspondente ao assunto. No caso, será a Comissão de Comunicação do Senado Federal. O Presidente será sabatinado.

Também em atendimento a emendas apresentadas, sujeitamos, de forma explícita, a indicação dos membros da Diretoria-Executiva à Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Outro fator que contribuiu sobremaneira para a ineficiência da gestão da EBC foi a falta de uma definição clara entre as atribuições do Conselho Curador e as do Conselho de Administração, o que sempre constituiu foco de tensão interna. Talvez, o mais evidente se relacionava com a competência atribuída ao Conselho Curador de deliberar sobre o plano de trabalho anual da empresa, que estava prevista no art. 31, IV, do Decreto nº 6.689, de 2008, revogado pelo Decreto nº 8.846, de 1º de setembro de 2016.

Na verdade, sem que lhe fosse conferida qualquer competência legal para participar da definição e aprovação de programas anuais ou plurianuais de dispêndios ou execução orçamentária da empresa, o Conselho acabava por se manifestar sobre o Plano Anual da Empresa, contribuindo, mesmo que involuntariamente, muitas vezes, para o déficit apontado pelos recentes dados divulgados pela atual direção da empresa.

De fato, as manifestações dos conselheiros a respeito de custos envolvidos na produção ou compra de programas pareciam significar apenas a preocupação com gastos excessivos em determinada programação que não estivesse em consonância com as prioridades definidas pelo Colegiado.

Na mesma linha, cite-se também como ponto de mal-estar o poder conferido ao Conselho de “deliberar, pela maioria absoluta de seus membros, quanto à imputação de voto de desconfiança aos membros da Diretoria-Executiva”. Lembre-se que, por outro lado, é o Presidente da República quem nomeia o Diretor-Presidente e o Diretor-Geral da empresa.

Retiramos essa prerrogativa das atribuições do Comitê Editorial e de Programação proposto para substituir o Conselho Curador, como detalharemos adiante.

Ademais, outro dispositivo que nunca foi bem digerido pela direção da empresa era o disposto no revogado inciso VIII do art. 8º da lei, que conferia ao Conselho Curador a possibilidade de atribuir outras atividades afins à EBC, em pé de igualdade com a Secom, embora não se possa determinar com precisão o escopo dessa competência. Optamos por também suprimir essa atribuição do novo Comitê Editorial.

Veja-se, portanto, que a mesma legislação que lhe permitia destituir diretores e fiscalizar a EBC, bem como designar novas atividades para a empresa e aprovar o plano anual da empresa, limitava o Conselho Curador a deliberar sobre questões relativas à “linha editorial de produção e programação”.

Se é verdade que a existência dessas duas instâncias, nos moldes concebidos, afetava a eficiência da gestão da empresa, é preciso chamar a atenção para o fato de que a extinção do Colegiado de representação da sociedade civil na empresa, órgão que, por isso mesmo, constituía o traço distintivo da instituição como de comunicação pública, e não de comunicação governamental, põe em risco a própria consolidação da EBC.

Pelo texto proposto na medida, as tarefas do Conselho Curador passam a ser feitas pelo Conselho de Administração, composto por membros indicados pelos ministérios previstos na medida. A consequência inevitável é a contaminação da programação e do jornalismo praticados pela empresa com os traços distintivos da comunicação governamental.

Embora possamos adotar concepções e abordagens conceituais distintas sobre os atributos que defi-



nem um serviço público de rádio e televisão, parece não haver divergência a respeito de que um de seus principais requisitos mínimos é possuir algum mecanismo de controle social, com a participação da sociedade.

Consideramos imprescindível, nesses termos, a existência, no âmbito da EBC, de uma instância que assegure a participação da sociedade na consolidação de um projeto robusto de comunicação pública, em cumprimento aos princípios contidos na Lei nº 11.652, de 2008, especialmente:

- promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes de produção e distribuição do conteúdo;
- produção e programação com finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas;
- promoção da cultura nacional, com estímulo à produção regional e à produção independente;
- autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo; e
- participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

Podemos afirmar, portanto, que o grande diferencial de uma comunicação realmente pública é a produção e veiculação de uma programação plural, diversa, inovadora e com variedade de programas com alto padrão ético e de qualidade, e que, além disso, oportunize espaços para a discussão de temas de interesse universal. Além disso, e talvez mais importante, o jornalismo deve ser imparcial e independente. Em outras palavras, a radiodifusão pública deve possibilitar a geração de programação não pautada pela necessidade do faturamento e das ingerências políticas.

Para que esse fim seja alcançado de fato, temos a convicção de que se faz necessária a instituição, no âmbito da EBC, de um Comitê Editorial e de Programação que garanta uma linha editorial e de conteúdo afinada com esses desideratos. Não se confunde com o Comitê de Programação e Rede existente na estrutura da EBC, com funções gerenciais e composto apenas por dirigentes da empresa.

Com foco exclusivo na avaliação da programação, traço que distingue a comunicação pública da comunicação comercial e da estatal, como visto anteriormente, o Comitê Editorial e de Programação será composto por membros indicados por entidades representativas de diversos setores da sociedade brasileira. De caráter consultivo e deliberativo, a instância terá como competência fundamental assegurar que a programação proposta pela Diretoria da EBC cumpra os princípios e os objetivos da comunicação pública.

Importante notar que, com a proposta de criação do Comitê Editorial e de Programação, acolhemos parcialmente grande parte das emendas apresentadas, que sugeriam o restabelecimento do Conselho Curador nos moldes previstos pela Lei nº 11.652, de 2008.

Cabe ainda alertar para o fato de que a aprovação da medida provisória em sua redação original, ou seja, sem prever qualquer mecanismo que caracterize a EBC como gestora de comunicação pública, *strictu sensu*, pode significar a extinção, por perda de objeto, da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (CFRP), devida pelas prestadoras de serviços de telecomunicações, nos termos da Lei nº 11.652, de 2008. Então, parece altamente improvável que o setor se proponha a continuar esse desembolso no caso da descaracterização da natureza dos serviços prestados pela empresa.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 744, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas, integral ou parcialmente, as Emendas nºs 1, 2, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45, com os devidos ajustes redacionais, rejeitadas as demais, na forma do seguinte projeto de lei de conversão.

Eu vou dar uma lida no projeto de conversão, porque ele vai clarear, agora, na prática, como vai acontecer.

Em primeiro lugar, uma alteração que adicionamos: os princípios, no art. 2º da Lei 11.652. Esses dois itens são os seguintes:

Art. 2º

X – atualização e modernização tecnológica dos equipamentos de produção e transmissão;

Esse item é importante, Srs. Senadores e Deputados. É que, até mesmo na visita que fizemos lá, constatamos que há uma deterioração. Os equipamentos estão ultrapassados. É preciso cuidar disso, para que haja, pelo menos, um pouco mais de competitividade com as demais emissoras de rádio e televisão.

Então, há essa necessidade de modernização tecnológica dos equipamentos.



Outro item:

XI – formação e capacitação continuadas de mão de obra, de forma a garantir a excelência na produção da programação veiculada.

Esse item, Srs. Deputados e Srs. Senadores, nos assustou um pouco. A EBC tem quase 2.500 funcionários. Custa muito caro. Tem uma audiência insignificante e há algumas coisas impressionantes. Em determinado momento, tive oportunidade de perguntar ao último presidente por que não se discutiam as grandes questões nacionais. E ele me disse: “Não temos um mediador para esse trabalho”.

Esse depoimento é assustador. Numa empresa com mais de dois mil funcionários, uma empresa de comunicação, não há talentos suficientes. Houve, lá atrás, alguns, que custavam caríssimo, salário de R\$70 mil a R\$80 mil por mês.

Então, é preciso que a empresa passe a criar talentos, que não se fazem, como se sabe, em um ano ou dois. Produzir um grande talento apresentador, na reportagem, no comentário leva tempo, mas tem que se criar essa capacitação profissional.

Art. 3º

.....

§1º É vedada qualquer forma de proselitismo na programação das emissoras públicas de radiodifusão.

Nós tivemos muito cuidado em propor esta redação, para que não tenhamos nem a EBC do governo anterior nem a EBC do governo atual, para que seja uma empresa transparente, uma empresa que atenda ao interesse público, também que não seja empresa pertencente aos funcionários, que merecem respeito pelo esforço, mas tenhamos uma empresa pública voltada ao interesse público.

§2º Os serviços de radiodifusão pública explorados pelo Poder Executivo ou mediante outorga a entidades de sua administração indireta veicularão informações constantes da base de dados do Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes Desaparecidos de que trata a Lei nº 12.127, de 17 de novembro de 2009, incluindo fotografias de pessoas desaparecidas, diariamente, por no mínimo um minuto, no período compreendido entre dezoito e vinte e duas horas.

.....

Essa aqui foi uma proposta do Senador Cristovam Buarque que nós acolhemos, isto é, colocar por um curto espaço fotografias de pessoas desaparecidas

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Relator, de pessoas ou só de crianças?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – De crianças e adolescentes. Obrigado pela observação.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a criar a empresa pública denominada Empresa Brasil de Comunicação S.A. – EBC, vinculada à Casa Civil da Presidência da República. [Já que não existe mais a Secom.]

Art. 12. A EBC será administrada por um Conselho de Administração [cuida da parte financeira, material, instalações] e por uma Diretoria-Executiva e, em sua composição, contará com um Conselho Fiscal e um Comitê Editorial e de Programação.



Esta é a grande novidade que estamos propondo. Não mais o conselho curador, que, aliás, em uma das prolongadas audiências públicas que tivemos – e é preciso dar essa informação, tivemos duas audiências públicas com mais de quatro horas de duração – ouvimos muita gente para formalizar esse relatório.

Então, o Comitê Editorial e de Programação – mais adiante será descrito – será composto de 11 pessoas que tenham relação com a comunicação social. Composição do comitê:

Art. 13.

I - por um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

Peço a gentileza de pegarem o meu celular. Aqui estamos com o conselho de administração.

Art. 13.

I - por um Presidente, indicado pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República;

II - pelo Diretor-Presidente da Diretoria-Executiva;

III - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Educação;

IV - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Cultura;

V - por um membro indicado pelo Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão;

VI - por um membro indicado pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e

VII - por um membro representante dos empregados da EBC, escolhido na forma estabelecida por esse estatuto.

.....

Art. 15 O Comitê Editorial e de Programação, órgão técnico de participação institucionalizada da sociedade na EBC, terá natureza consultiva e deliberativa, sendo integrado por 11 membros indicados por entidades representativas da sociedade, mediante lista tríplice, e designados pelo Presidente da República.

§ 1º Os titulares do Comitê Editorial e de Programação serão escolhidos entre brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos, de reputação ilibada, reconhecido o espírito público, notório saber na área de comunicação social [vamos levar gente que é do ramo] e sem filiação partidária, da seguinte forma:

I - um representante de emissoras públicas de rádio e de televisão;

II - um representante dos cursos superiores de Comunicação Social;

Sabemos que o Brasil tem incontáveis faculdades de Comunicação Social, mas eles têm uma Associação



das Faculdades de Comunicação. A essa associação nós vamos pedir que indique uma lista tríplice, da qual sairá um representante para o Comitê.

- III - um representante do setor audiovisual independente;
- IV - um representante dos veículos legislativos de comunicação;
- V - um representante da comunidade cultural;
- VI - um representante da comunidade científica e tecnológica;
- VII – um representante de entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes;
- VIII – um representante de entidades de defesa dos direitos humanos e das minorias;
- IX – um representante de entidades da sociedade civil de defesa do direito à comunicação;
- X – um representante dos cursos superiores de educação;
- XI --um representante dos empregados da EBC.

Então, esses constituem os 11 integrantes do Comitê.

§ 2º É vedada a indicação ao Comitê Editorial e de Programação de:

- I – pessoa que tenha vínculo de parentesco até terceiro grau com membro da diretoria executiva [evitar o nepotismo];
- II - agente público detentor de cargo eletivo ou investido exclusivamente em cargo em comissão de livre provimento da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

§3º Cada uma das Regiões do Brasil deverá ser representada por pelo menos um membro do Comitê.

Isso tem o sentido de termos todas as Regiões representadas e que não tenhamos uma concentração de paulistas, cariocas ou gaúchos.

Senadora Marta, nós respeitamos o poder de São Paulo, mas não vamos deixar que um Estado absorva tudo. Vamos repartir um pouco. Por isso haverá o critério de termos todas as Regiões representadas. Haverá um critério de termos todas as regiões representadas. Esse é o objetivo. O nosso sentido sempre é a mais ampla democracia na EBC a partir de agora.–

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Claro. Senadora Marta, nós respeitamos o poder de São Paulo, mas não vamos deixar que um Estado absorva tudo. Vamos repartir um pouco. Por isso haverá o critério de termos todas as Regiões representadas. Esse é o objetivo. O nosso sentido sempre é a mais ampla democracia na EBC a partir de agora.



§4º Os membros do Comitê terão mandato de dois anos, vedada a recondução.

§5º As determinações expedidas pelo Comitê, no exercício de suas atribuições, serão de observância cogente pelos órgãos de administração da empresa.

§6º Em caso de descumprimento, pela Diretoria-Executiva, de suas determinações, o Comitê acionará a Comissão temática pertinente do Senado Federal, que tomará as providências cabíveis.

Por que nós colocamos esse parágrafo? Pelo seguinte: durante as audiências públicas, houve o depoimento de uma importante pessoa, que disse que o Conselho Curador cansava de fazer sugestões, e a Diretoria-Executiva nem bola, não assumia, não ligava. Ora, então, por que esse Conselho Curador tem repercussão na programação – e no caso aqui deverá ter? Nós procedemos da seguinte maneira: se isso acontecer, se a Diretoria-Executiva ao menos não ouvir, não discutir as sugestões do Comitê Editorial, alguém do Comitê Editorial pedirá que se lave uma ata e enviará um relatório para a Comissão temática do Senado Federal, que vai examinar e vai questionar por que isso, no caso a Comissão de Comunicação do Senado Federal. É uma maneira de nós fazermos respeitar o Comitê. Por isso, esse inciso que nós propusemos, aliás, o §6º.

§7º O Comitê deverá se reunir, ordinariamente, a cada mês e, extraordinariamente, sempre que convocado por seu Presidente ou por dois terços de seus membros.

§8º Participarão das reuniões do Comitê, sem direito a voto, o Diretor-Geral e o Ouvidor da EBC.

§9º Os membros do Comitê perderão o mandato [nas seguintes situações]:

I - na hipótese de renúncia;

II - devido a processo judicial com decisão definitiva;

III - por ausência injustificada a três reuniões do Colegiado, durante o período de doze meses;

IV - mediante decisão de três quintos de seus membros [Três quintos dos integrantes poderão alijar um representante.].

§10 Regulamento específico disporá sobre o funcionamento e a indicação dos membros do Comitê Editorial e de Programação. [Portanto, haverá um regimento próprio para isso.]

§11 O Comitê Editorial e de Programação contará com uma Secretaria-Executiva.

Art. 16. A participação dos integrantes do Comitê Editorial e de Programação em suas reuniões não será remunerada, [...]

Esse é um item que nós eliminamos. Não tem mais jetom. Antes, tinha – toda vez que comparecia tinha lá uma remuneração. Agora, o que o Comitê vai responder é pela passagem aérea e pela hospedagem.

[...] cabendo à EBC arcar com as despesas relativas a deslocamento e estadia para o exercício de suas atribuições.

Art. 17. Compete ao Comitê Editorial e de Programação:

I - deliberar sobre os planos editoriais propostos pela Diretoria-Executiva para os veículos da EBC, na perspectiva da observância dos princípios de radiodifusão pública.



II - deliberar sobre alterações na linha editorial da programação veiculada pela EBC;

III - propor a ampliação de espaço, no âmbito da programação, para pautas sobre o papel e a importância da mídia pública no contexto brasileiro;

IV - convocar audiências e consultas públicas que oportunizem a ampla discussão sobre os conteúdos produzidos e que permitam qualificar o desempenho do serviço prestado;

V – formular...

Esse item aqui é importante. Esse aqui é uma novidade. Pesquisa. Hoje tem se dito que a audiência da TV Brasil é traço. Não sei. Tem se dito que os desenhos animados, que ocupam hoje quatro horas da programação, têm uma grande audiência entre as crianças. Muito bem, mas isso é dito de boca. Nós vamos propor aqui pesquisa. É claro que é uma pesquisa diferente porque uma coisa é pesquisar a audiência na capital de São Paulo ou em Brasília ou em Porto Alegre. Outra coisa é consultar a audiência na região amazônica. Haverá critérios diferenciados para essa pesquisa. Então, nossa proposta está escrita nos seguintes termos:

V – formular mecanismo que permita a aferição permanente sobre a tipificação da audiência da EBC, mediante a construção de indicadores e métricas consentâneos com a natureza e os objetivos da radiodifusão pública, considerando as peculiaridades da recepção dos sinais e as diferenças regionais. [Isso será considerado.]

VI – elaborar e aprovar seu regimento interno e eleger seu Presidente.

Art. 18...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Presidente, Presidente.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Pois não, eminente Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Sem atrapalhar o relatório do nosso eminente Senador Relator, mas já atrapalhando...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Fique à vontade.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – ... o que me autoriza o Regimento Interno Comum. O art. 28 diz que as sessões somente serão abertas com a presença de no mínimo um sexto da composição de cada Casa. Iniciou.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Isso o Regimento Interno? O Regimento Interno, Senador Paulo Rocha...

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Só um instante, deixa eu terminar a questão de ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – É que ele vai ser mudado.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Não, estou falando aqui do Regimento da sessão.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Ah, perdão. Eu pensava que era o Regimento Interno da EBC. Ah, perdão. Mil perdões.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – E o Presidente é obrigado a interromper, §2º: “no curso da sessão, verificada a presença de Senadores e de Deputados em número inferior ao mínimo fixado no art. 28, o Presidente encerrará os trabalhos *ex officio* ou por provocação de qualquer Congressista”.

Então, eu requeiro que o Presidente suspenda, interrompa o relatório e chame outra sessão.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Nós temos número legal para a leitura do relatório, não é, Presidente Ságuas?

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Para começar a sessão tinha, mas no curso, como é claro o §2º, tem que interromper porque não tem mais três Senadores.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Pela ordem, Presidente. Para contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Sr. Presidente Ságuas Moraes, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, eu venho aqui



pedir a compreensão do Senador Paulo Rocha no sentido de que possa colaborar com a leitura do relatório iniciada pelo ilustre Senador Lasier Martins, Relator desta MP 744, tendo em vista já se encontrar no seu final e não seria produtivo que nós o interrompêssemos, até por um ato de respeito ao ilustre Relator, para que ele possa concluir a leitura do seu relatório.

É esse apelo que eu faço ao ilustre Senador Paulo Rocha e espero contar com a sua compreensão nesse sentido, porque seria bom para todos nós e para esta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Bom, já que houve...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – A melhor compreensão é fazer a gente cumprir o Regimento, até para não...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Já que houve o questionamento do Senador Paulo Rocha, vou fazer a chamada dos Parlamentares que assinaram a lista.

Rose de Freitas, PMDB. *(Pausa.)*

Valdir Raupp, PMDB. *(Pausa.)*

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Presidente, a Senadora Rose já está voltando aqui e o Senador Valdir Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – José Medeiros, PSD. *(Pausa.)*

Deca, PSDB. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Presidente, pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Ronaldo Caiado, DEM.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Presidente, pela ordem, Presidente.

Pela ordem, Presidente.

Questão de ordem.

Tendo em vista que não vamos ter o número suficiente, eu peço vistas, Sr. Presidente.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Vista em conjunto, Presidente – Deputado Marcelo Aguiar também.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Ele não concluiu a leitura do relatório.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Primeiro tem uma...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Sr. Presidente, os Deputados, e os Senadores também, têm também autorização de sair, de ir ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Tudo bem.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Eu acho que é regimental, mas eu peço a V. Ex^a que tenha paciência, porque alguns Senadores já estão retornando para cá.

Eu acho que é regimental, mas nós temos que ter um pouco de paciência e atenção.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Acho que a vista é o passo seguinte, quando termina a leitura do relatório.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Sim, pois é, tem uma...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Sim, sim. Com certeza.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – ...que precede, não é?

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Então, vamos só esperar, porque os Senadores já estão retornando para cá. Alguns Senadores foram ao gabinete e outros foram ao banheiro.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Paulo Rocha está presente.

Lasier Martins.

Vanessa Grazziotin.

Randolfe Rodrigues.

Senadora Ana Amélia.

Wilder Morais.

Elmano Férrer.

Wellington Fagundes.

Os Suplentes:

Marta Suplicy.

Romero Jucá.

Antonio Anastasia.

José Agripino.

Lindbergh Farias.

Telmário Mota.



Antonio Carlos Valadares.

Cristovam Buarque.

Roberto Muniz.

Gladson Cameli.

Eduardo Amorim.

Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Agora, eu vou para a lista dos Deputados:

Aguinaldo Ribeiro.

Jovair Arantes.

Celso Jacob.

Leonardo Quintão – está presente.

Chico D'Angelo.

Ságuas Moraes – que sou eu, estou presente.

Paulo Martins.

Gorete Pereira.

Sandro Alex.

Rodrigo Martins.

Jorge Tadeu Mudalen.

Márcio Marinho.

Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Está presente.

Pedro Fernandes.

Benito Gama – está presente.

Jones Martins.

Fábio Ramalho.

Jean Wyllys.

Angela Albino - presente.

Izalci Lucas.

José Rocha está presente.

Paulo Magalhães.

Tadeu Alencar.

Marcelo Aguiar.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Presente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vinícius Carvalho.

Arnaldo Jordy. *(Pausa.)*

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Presidente.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – O Senador Raupp já está a caminho. A Senadora Rose também já está a caminho, voltando para aqui.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – A Senadora Ana Amélia também.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – A Câmara.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – A Senadora Ana Amélia também já está retornando.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Pela ordem, o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Presidente, eu insistiria com o ilustre Senador Paulo Rocha no sentido de que pudesse rever essa sua posição, fazer uma reconsideração, tendo em vista que o ilustre Senador Lasier Martins teve aí um esforço muito grande no sentido de cumprir toda a agenda desta Comissão, ao lado do meu ilustre Presidente, Deputado Ságuas Moraes, que tem o privilégio de presidir duas comissões mistas, nesse tempo.

Eu apelaria, Presidente Ságuas, ao mesmo tempo em que o cumprimento por ter a oportunidade de presidir já duas Comissões mistas aqui na Casa, no sentido de que o ilustre Senador Paulo Rocha possa rever essa sua posição em atenção ao nosso ilustre Senador e colega, Lasier Martins, pelo trabalho que vem realizando durante todo esse tempo.

Tivemos aqui diversas audiências públicas que foram solicitadas pelos Parlamentares. O Relator, com toda a sua boa vontade, compatibilizou toda a agenda para que pudessem ser realizadas essas audiências



públicas. Chegamos hoje no dia da leitura...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Já completou o quórum, Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – ...da leitura do relatório e nós pedimos, apelamos ao espírito público do nosso ilustre Senador Paulo Rocha.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Com a chegada do Senador Valadares, meu colega do Mercosul, já temos um sexto dos membros para continuar a reunião. O senhor fez a tarefa de prolongar a reunião. Vamos lá. Prossegue a leitura do relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Obrigado pela preciosa contribuição do Deputado José Rocha porque, Senador Paulo Rocha, estamos lutando com a exiguidade de tempo, estamos correndo contra o tempo, todos nós estamos correndo. Por outro lado, se vai acontecer aqui um pedido de vista.... Já está disponível na internet. As divergências de V. Exª já poderão ser opostas aí. Mas, de um modo geral, tenho curiosidade, até para antecipar qual seria a discordância. É a última lauda a que vou ler agora. Qual é a discordância? O Senador Paulo Rocha foi muito assíduo nas audiências que realizamos. O tempo todo. Onde está o impasse que não agradou o nosso prezado Senador?

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – É que ele não leu o relatório.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Não leu ainda.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Não deu tempo de ler ainda. Vamos lá.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Mas vai ter oportunidade de pedir vista, Paulo.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Não é preciso ler todo o relatório. O que passa na concepção, em algumas linhas só, já vemos. Assim como em uma penada só você eliminou as minhas emendas, eu também achei que, no Regimento, eu poderia interromper e ganhar tempo para poder...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Então, é vingança?

Não, meu prezado, Senador. Eu vou encerrar aqui. É a última lauda.

Art. 18. A condição de membro dos órgãos de administração da EBC e do Comitê Editorial e de Programação, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e de direção da programação veiculada são privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 anos.

Art. 19. A Diretoria-Executiva será composta por um Diretor-Presidente, um Diretor-Geral e quatro diretores.

§1º Os membros da Diretoria-Executiva serão nomeados e exonerados pelo Presidente da República.

§2º O prazo máximo da ocupação de cargo na Diretoria- Executiva é de quatro anos, vedada a recondução.

§ 3º A indicação de membros da Diretoria-Executiva deverá atender aos ditames previstos no art. 17 da Lei nº 13.303, de 2016.

§4º Sem prejuízo ao disposto na legislação os membros da Diretoria -Executiva estão submetidos ao cumprimento das obrigações constantes nos arts. 16 a 22 da Lei nº 13.303, de 2016.

O Diretor-Presidente será nomeado pelo Presidente da República, após aprovação [vejam bem] do Senado Federal, nos termos da alínea “f” do inciso III do art. 52 da Constituição Federal.

Poderá, portanto, o Presidente da República para mandar para cá um nome, o Senado não aceita na Comissão, e o Presidente que mande outro, e vá mandando até que a Comissão aceite.

§6º Os membros da Diretoria-Executiva são responsáveis pelos atos praticados em desconformidade com a legislação, com o estatuto da EBC e com a diretrizes institucionais emanadas pelo Conselho de Administração.



§7º As atribuições dos membros da Diretoria-Executiva serão definidas pelo estatuto.

Art. 20....

III – Elaborar relatórios bimestrais [Isso é importante para ver como é que está andando] sobre a atuação da EBC, a ser encaminhados aos membros do Comitê Editorial e de Programação no prazo de até 5 dias antes das reuniões ordinárias daquele colegiado.

Art. 2º Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º – Fica revogado o inciso VIII do *caput*, do artigo 8º da lei 11.652, de 07 de abril de 2008.

É o relatório, Sr. Presidente, Deputado Ságuas Moraes.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Em primeiro lugar, a Deputada Ângela Albino, que é Relatora Revisora. Depois, a palavra ao Senador Paulo Rocha.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Sr. Presidente, eu queria propor que a gente pudesse, como encaminhamento, primeiro esgotar as questões de esclarecimento, já que, como consta aqui, este relatório foi formalizado às 14h18, obviamente ele é muito denso, há muitas coisas, e queria pedir ao senhor que nós pudessemos primeiro tratar das questões de esclarecimento para depois fazer a formalização de algum debate.

Se V. Exª concordar, eu já queria fazer alguns pedidos de esclarecimento ao Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – O Senador Paulo Rocha pediu a palavra também, vamos ver se ele tem encaminhamento parecido.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Conforme o art. 132, vou pedir vista e requeiro que essa vista seja por cinco dias, conforme o §1º. Então, peço vista.

E aproveitar, já que a palavra está comigo, Senador Lasier, nós temos estabelecido uma relação aqui democrática, de respeito, eu tenho o maior respeito pelo senhor. Não é nada contra as suas posições vistas no relatório, apenas é um direito que eu tenho aqui de, havendo Regimento, e me contrapus. Porque eu concebo que uma lei como essa, que instituiu uma entidade muito importante para tratar da comunicação pública não deveria ser por medida provisória. Então, são questionamentos profundos que tenho, por isso eu usei do Regimento para poder provocar uma discussão maior.

Por isso eu peço vista, com o direito que eu tenho, para a gente, quem sabe, fazer um relatório substitutivo, etc., etc. Então, não é nada pessoalmente contra o Senador Lasier, mas contra os métodos que estão sendo usados, etc. e tal. Como o primeiro voto seu foi pela constitucionalidade, jurisprudência, não sei o que mais e tal, eu acho que... por exemplo, ouvi uma frase, num artigo aí, que você proíbe filiação partidária...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Vínculo partidário.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Não, filiação partidária. Como nós estamos num processo em que estão criminalizando a política, os políticos, não é pecado nenhum cidadão, mesmo com questões ilibadas, como você coloca no mesmo texto – questão ilibada, etc. e tal – proibir filiação partidária, acho que é inconstitucional. Qualquer cidadão pode se filiar, tem o direito de se filiar a um partido, etc., e uma lei nossa não pode proibir o cidadão se vincular a este ou aquele partido.

Portanto, eu tenho divergências profundas e quero pedir vista, por favor.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Permita-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Eu vou conceder...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Ainda com relação ao pronunciamento do Senador Paulo Rocha, em primeiro lugar eu tenho reiterado, Senador Paulo Rocha, da tribuna do Senado, o meu respeito a V. Exª por sua integridade, por sua inteligência e pelo relacionamento bom que nós temos.

Agora, duas coisas. Em primeiro lugar, cinco dias, aí simplesmente desarticula tudo. Não temos condições de levar. Segundo lugar, o prazo é 24 horas.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Eu pediria ao Presidente que concedesse 24 horas.

De outra parte, Senador, eu consultei a minha assessoria – V. Exª disse que estava chateado porque as



suas emendas não foram observadas –, e a minha assessoria informou que V. Exª não apresentou nenhuma emenda.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Então foi o Líder, não o senhor. Bom...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Pela ordem. Mas antes, Deputada Angela, eu vou passar para a senhora. Acatei já a sua solicitação, a senhora quer fazer alguns questionamentos, mas o Senador Valdir Raupp pediu pela ordem também. Vou passar para o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Acho que eu já até fui contemplado na fala do Relator, Senador Lasier. Paulo Rocha, o Regimento diz que é até por cinco dias – até cinco dias –, mas nada impede que possa ser votado no dia seguinte. Eu acho que tem que se entrar em um entendimento, porque, como o prazo expira amanhã, então, que fosse por apenas um dia e pudesse se fazer a votação amanhã.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vou passar para a Deputada Angela, para que ela possa fazer alguns questionamentos. Ela é Relatora revisora e tem, neste momento, a oportunidade de fazer alguns esclarecimentos.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Sr. Presidente, eu pedi para fazer antes as questões de esclarecimento porque, como foi deferida a vista, independente do prazo, da disposição da Presidência de deferir a vista, não caberia iniciarmos o debate hoje, mas em algumas coisas eu queria consultar o Relator. Se o Relator quiser acompanhar os meus questionamentos, o primeiro deles está na p. 19, que está no §10, do art. 15. Diz: “Regulamento específico disporá sobre o funcionamento e a indicação dos membros do comitê editorial e de programação.”

Eu queria só ver se a gente consegue avançar nisso, Relator, porque eu tenho a impressão de que, se nós não cuidarmos, não tivermos zelo sobre a forma de indicação, a sua preocupação de que nós preservássemos a independência do comitê pode ficar bastante prejudicada. Gostaria de fazer essa ponderação com V. Exª.

E, em um outro ponto, que é §10, está folha 19 do que foi protocolado. Então, na folha 19 do protocolado, §10 diz: “Regulamento específico disporá sobre funcionamento e indicação dos membros.”

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Regulamento específico.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Porque essa indicação, Sr. Relator, salvo se o senhor tiver pensado de forma diferente, parece-me que ela é crucial para garantir que, de fato... por exemplo, aqui, o senhor propõe um representante da sociedade civil de defesa e de direito à comunicação. Como é que nós vamos escolher isso?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Mas esse regulamento é que vai decidir.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Exato, mas o que eu queria dialogar com V. Exª é que me parece que deixar isso para um regulamento, sem nenhum horizonte, pode virar qualquer coisa. E quem é que vai fazer esse regulamento? É o próprio comitê? Mas o comitê, o primeiro que elege, como é que vai eleger. Então gostaria, se o senhor concordar, de também dialogar um pouco mais com o senhor sobre isso em particular.

Na página 20, Sr. Senador, o art. 18 – eu estou quase falando em voz alta aqui, pensando em voz alta com o senhor – diz que a condição dos membros é privativa de brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos. Eu tenho a impressão – e vou pedir no prazo da vista para responder com consistência jurídica – de que nós não podemos fazer essa ressalva. As ressalvas de diferenciação de brasileiro nato ou naturalizado só a Constituição pode fazer; ela o faz quando assim deseja fazer, por exemplo, para o cargo de Presidente da República. Então, eu só queria fazer esse apontamento preliminar com V. Exª, porque eu acho que essa diferenciação aqui a nossa Constituição não permite. Mas é mais um diálogo também que eu gostaria, como Relatora revisora, de pontuar com V. Exª, como questões que não dependem do posicionamento que marca as diferentes opiniões de cada um de nós. Mas nesses dois pontos eu gostaria que o senhor desse uma olhada.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – A senhora sabe, Deputada Angela, que, quando se trata de comunicação social, há restrições com relação a intervenções de estrangeiros. Aqui nós procuramos observar isto: o estrangeiro naturalizado tem que ter dez anos dentro desse conceito. É uma empresa brasileira; que seja uma empresa feita por brasileiros.

E essa restrição, lembra-me bem aqui o meu assessor, está na Lei da EBC.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Já está?

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Nós apenas repassamos para cá.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Está bem.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Com relação ao outro item, haverá um regulamento que vai ser proposto pelo comitê. Evidentemente esse comitê vai seguir as mesmas normas gerais de rigor com rela-



ção à composição e ao funcionamento dos membros deste Regimento Interno. Mas agradeço.

Aliás, eu quero dizer aqui que a Deputada Angela Albino teve uma contribuição muito preciosa. Algumas dessas sugestões que nós incutimos aqui no relatório vieram de uma reunião que a Deputada teve comigo lá no meu gabinete. De modo que eu agradeço a sua participação valiosa.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Presidente, Deputado Marcelo Aguiar.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Tudo bem.

Deputado Marcelo Aguiar.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Apenas para corroborar um pouco.

Analizando um pouquinho com a assessoria técnica da Casa, em termos do relatório que foi apresentado hoje, e pela importância do relatório, não sei se 24 horas seria o suficiente apenas. De repente um pouco mais – V. Exª vai tomar essa decisão –, um tempo a mais, para podermos analisar com um pouquinho mais de calma. É um relatório importante. Muitos Deputados e Senadores vêm trabalhando nessa grande expectativa que está sendo apresentada hoje.

Apenas para análise de V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Bem, encerrada a discussão...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Antes só um...

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB - BA) – Vista conjunta, viu, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vista conjunta.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – Agora, por quanto tempo, Presidente? Porque nós olhamos nosso planejamento e, se der cinco dias, mata a MP. E eu não acredito que seja a intenção de S. Exª matar essa medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – É, acho que 48 horas... Daria quinta à tarde. Vamos marcar a sessão para quinta-feira de manhã. Daqui até quinta, Deputado Marcelo, acho que dá para observarmos... Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA. *Fora do microfone.*) – Não, a decisão é sua.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – Vista conjunta. Também peço vista.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vista conjunta, Deputado Marcelo, Deputado Leonardo Quintão, que é o Vice-Líder do Governo, Deputado Benito Gama, Deputada Angela Albino, Senador Paulo Rocha.

Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Eu acho que o Senador Paulo Rocha está fazendo o apelo aqui.... Eu faço um apelo ao Senador Paulo Rocha. Devido aos fatos políticos, eu entendo o encaminhamento de V. Exª, mas o dia adequado de nós votarmos isso seria na quarta. Eu acho que nós poderíamos marcar quarta de manhã, amanhã mesmo. Provavelmente, qualquer movimentação que haja em questões de votação no Supremo...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Deputado Leonardo, deixe-me falar um negócio...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Como nós estamos desde o início nesse processo aqui, muitas pessoas têm procurado.... Você sabe que há pressão de todos os lados, não é? Tanto do Senador Lasier – e ele tem sido bastante parceiro desde o começo do processo... A Deputada Angela Albino tem participado ativamente, inclusive com a secretária dela, a Daniele, secretariando para nós todo esse processo. Então, nós estamos ouvindo todo mundo. Acho que veio bem até agora. Acho que seria adequado a gente... E esse relatório – já vou passar para a senhora, Senadora Ana Amélia – ficou pronto às 14h27. Então, é muito pouco tempo para a gente já colocá-lo em votação. Acho que quinta-feira é um tempo bastante razoável.

Passo a palavra para a Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Em socorro a V. Exª, Presidente, porque nós estamos num Estado de direito extremamente tenso. Há as questões de interferência política, tudo está sendo judicializado, então nós temos de ter um pouco de cautela. Em socorro a V. Exª, que preside esta sessão, no caso de medidas provisórias, aqui é regido pelo Regimento do Senado Federal, porque não é uma questão específica, não é o Congresso Nacional, é o Regimento do Senado Federal. Está claro no Regimento, em socorro ao Presidente desta comissão mista: “§2º Estando a matéria em regime de urgência, a vista somente poderá ser concedida [...]

A urgência aí é explicada, matérias com prazo determinado – e medida provisória é matéria com prazo determinado.

I – por meia hora, no caso do art. 336, I [que não é este caso específico];



II – por vinte e quatro horas, nos casos do art. 336, II e III.

§3º [e aqui está] Quando se tratar de proposição com prazo determinado, a vista, desde que não ultrapasse os últimos dez dias de sua tramitação, poderá ser concedida por vinte e quatro horas.

Então, está muito claro no Regimento aqui, e é por isso que eu trago o Regimento, como base para que façamos de maneira regimental, e não sejamos questionados amanhã ou depois por estarmos praticando ilegalidades na tramitação de uma matéria legislativa com esse grau de relevância.

Muito obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Senadora, eu entendo a preocupação da senhora, só que... E também o Regimento nos dá essa possibilidade, porque essa matéria... Acontece em qualquer governo que vai correndo o prazo das medidas provisórias, e depois da prorrogação é que se começa a trabalhar nas medidas provisórias. Eu acompanho muitas medidas provisórias. Não dá para a gente, na reta final desse processo, de uma matéria tão importante, tentar – já que o relatório ficou pronto hoje às 14h27 – correr muito para dar um problema ali na frente.

Portanto, acho que quinta-feira, às 9h, é um tempo adequado para que todos possam apreciar, debater essa matéria. Uma coisa são as audiências públicas que tivemos aqui, com ampla participação – ninguém pode reclamar de que não teve espaço para participar das audiências públicas –, mas, depois do relatório pronto, a senhora sabe que acabam surgindo algumas questões, e nós vamos garantir... Em vez de encerrar, nós podemos até fazer a suspensão da reunião para garantir o quórum para quinta-feira...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Presidente, eu só lembro que nós ficamos 30 dias sem fazer reuniões da comissão. Trinta dias. Já na mão de relatores, isso já com o processo em andamento.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Não, mas desde que o Senador foi nomeado como Relator e eu como Presidente, nós não paramos nenhum dia de trabalhar e...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – A minha preocupação, Presidente, é se não houver quórum quinta de manhã. Aí, o que é que acontece? Nós não teremos mais prazo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Sr. Presidente, pela ordem também...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – O quórum físico vai ser necessário, Relator.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Eu acho que o dia bom de votar aqui, nós todos sabemos, é quarta-feira. Nós temos aí 24 horas... E é o Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – É, o Regimento também garante de 24 horas a cinco dias. Está escrito aqui no Regimento.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Não em matéria com prazo determinado para votação, Presidente. É nisso que eu estou querendo ajudá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Essa matéria teve quatro meses, Senadora.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Presidente, se é regimental, só cabe a V. Exª, então, colocar em votação essa questão, porque é regimental. A Senadora já leu o artigo ali.

Vou pedir à assessoria para nos ajudar nessa questão regimental.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco/PT - PA) – Convenhamos aqui: o Governo não segura três Senadores, na quinta-feira, para poder votar essa questão? Estão preocupados com quórum?

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Há uma questão de ordem no Congresso que define que o prazo mínimo de vista é de 24 horas.

O SR. MARCELO AGUIAR (DEM - SP) – E o prazo final da Comissão, Presidente, para término é dia 9. Nós temos ainda...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Nove de fevereiro.

Então, eu vou encerrar a reunião, marcando...

Nos termos do art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria, e a próxima reunião será quinta-feira, às 9 horas.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Contra o meu voto.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – ... contra o voto da Senadora Ana Amélia...

O SR. LASIER MARTINS (Bloco/PDT - RS) – E o meu também.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – ... e o do Senador Lasier Martins.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Deputado Quintão também.



O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – O Deputado Quintão também vota contra.

O SR. BENITO GAMA (Bloco/PTB - BA) – Benito Gama também vota contra.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Benito Gama.

(Iniciada às 14 horas e 55 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 58 minutos.)



ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 744, DE 2016, PUBLICADA EM 2 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “ALTERA A LEI Nº 11.652, DE 7 DE ABRIL DE 2008, QUE INSTITUI OS PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DOS SERVIÇOS DE RÁDIO-DIFUSÃO PÚBLICA EXPLORADOS PELO PODER EXECUTIVO OU OUTORGADOS A ENTIDADES DE SUA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA E AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONSTITUIR A EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO - EBC”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 8 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às nove horas e quarenta e um minutos do dia oito de dezembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número nove da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Ságuas Moraes, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 744, de 2016, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Deca, Ronaldo Caiado, Paulo Rocha, Lasier Martins, Ana Amélia, Elmano Férrer, Wellington Fagundes, Marta Suplicy, Romero Jucá, Antonio Anastasia, Telmário Mota, Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Roberto Muniz e Gladson Cameli; e os Deputados Paes Landim, Nelson Marquenezeli, Celso Jacob, Leonardo Quintão, Chico D’Angelo, Ságuas Moraes, Sandro Alex, Rodrigo Martins, Carmen Zanotto, Jones Martins, Fábio Ramalho, Angela Albino, Izalci Lucas, José Rocha e Paulo Magalhães. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Relator, que procede à leitura de Complementação de Voto. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senador Paulo Rocha, Deputado Chico D’Angelo, Senador Ronaldo Caiado, Deputada Angela Albino e Deputado Izalci Lucas. Encerrada a discussão, a Presidência comunica que foram apresentados 22 requerimentos de Destaque (Requerimentos nºs 11 a 32), de autoria do Senador Paulo Rocha. Apresentado o Requerimento nº 33, do Senador Romero Jucá e do Deputado Leonardo Quintão, de votação em globo dos requerimentos de destaque. Apresentado o Requerimento nº 34, do Senador Paulo Rocha, de votação nominal do Requerimento nº 33. Aprovado o Requerimento nº 34. Realizada a votação nominal do Requerimento nº 33: são computados dezoito votos favoráveis e nenhum contrário. São colocados em votação, em globo, os requerimentos de destaque. Rejeitados os Requerimentos nºs 11 a 32. Apresentado o Requerimento nº 35, de autoria do Senador Paulo Rocha, para votação nominal do Relatório. Prejudicado o Requerimento nº 35. Colocado em votação o Relatório. Usam da palavra para encaminhamento o Senador Paulo Rocha e o Deputado Chico D’Angelo. Colocado em votação, é aprovado o Relatório do Senador Lasier Martins, que passa constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 744, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas, integral ou parcialmente, as Emendas nos 1, 2, 4, 6, 8, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 20, 21, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 34, 35, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44 e 45, com os devidos ajustes redacionais, rejeitadas as demais, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. Registram votos contrários o Senador Paulo Rocha e o Deputado Chico D’Angelo. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião e das anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dois minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Ságuas Moraes, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado SÁGUAS MORAES
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 744, de 2016.

A Presidência comunica que, no último dia 6 de dezembro, o Relator, Senador Lasier Martins, procedeu à leitura do relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins, para fazer suas considerações.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Bom dia, Sr. Presidente, Deputado Ságuas!

Srs. Senadores e Senadoras, Srs. Deputados e Deputadas, assessorias, imprensa, TV Senado, Rádio Senado, minha primeira palavra é a de que consigamos chegar a um denominador comum nesta nossa reunião de hoje, para decidirmos aquilo que é o escopo de todos: termos uma EBC de melhores resultados, mais eficiente, menos custosa, com mais audiência.

Eu já disse, em outra reunião, que, quando fui convidado para assumir esta relatoria, uma relatoria ár-



dua, a minha primeira condição foi de não sofrer ingerências no trabalho que pretendia fazer, e acho que consegui chegar a esse objetivo.

Já li o relatório na reunião anterior e hoje vou fazer uma complementação, deixando bem enfatizado que um dos principais objetivos foi separar a gestão dos conteúdos. Por aquilo que vimos ao longo da instrução deste relatório, havia um Conselho Curador que não estava atingindo plenamente seus objetivos e que, muitas vezes, estava se prestando a algumas confusões, a tal ponto que, em determinado momento, ouvindo o presidente anterior da empresa, disse-me ele que o Conselho Curador fazia sugestões e que a Diretoria Executiva nem ligava para as sugestões feitas.

Então, nós condicionamos, a certa altura deste relatório, que, se a Diretoria Executiva não observar as sugestões do novo comitê que se criou – em vez de Conselho Curador, é um Comitê Editorial e de Programação –, poderá haver uma comunicação ao Senado Federal, à sua Comissão temática – no caso, a Comissão de Comunicação, Ciência e Tecnologia do Senado.

Se já temos o Conselho de Administração, que vai cuidar da gerência, da parte material, da parte financeira, da parte estrutural, o que nós precisamos, efetivamente, é de um comitê para cuidar do conteúdo, para cuidar do editorial e da programação.

Então, esse é um objetivo que nós pretendemos alcançar, com o apoio dos senhores e das senhoras que vão votar o relatório daqui a pouco.

Eu recebi, ontem à noite, por parte da Deputada Angela Albino, Relatora revisora, um rol de seis propostas de modificação ao relatório que já havíamos apresentado. Desse rol de propostas, Sr. Presidente e senhores integrantes da Comissão Mista, nós resolvemos acolher dois itens da proposta, que são os itens 3 e 4.

O item 3 da proposta diz o seguinte: “Adaptação do Conselho de Administração às regras trazidas pela Lei nº 13.303, de 2016, o Estatuto Jurídico das Empresas Públicas, com o acréscimo de participantes independentes e a inclusão de representantes dos servidores da empresa.” Esse representante da empresa já estava no nosso relatório de sete integrantes do Conselho de Administração. Então, nós resolvemos acolher mais duas pessoas como integrantes desse conselho, de modo que o art. 13 criou o inciso VIII. Antes se encerrava no inciso VII. Temos, então, o inciso VIII desse art. 13, com esta redação: “Constituição do Conselho por dois membros independentes, indicados na forma do art. 22 da Lei nº 13.303, de 2016.”

Essa é a proposta de acolhimento, então, do que nos encaminhou a Deputada Angela Albino.

Temos ainda a Proposta nº 4, que diz o seguinte, na redação da Deputada: “Vedação à participação na consulta pública, para a formação do comitê de indicações oriundas de partidos políticos em instituições religiosas.”

Esse art. 15 teria, então, um §12, que diria o seguinte: “§12 São vedadas indicações originárias de partidos políticos ou instituições religiosas ou voltadas para a disseminação de credos, cultos, práticas e visões devocionais ou confessionais.” É um acréscimo mais qualificado esse que nos chegou às mãos, razão por que nós o adotamos.

Nós vimos há pouco, aqui no plenário, alguns cartazes, dizendo: “Queremos a independência, a autonomia da EBC.” É exatamente nesse sentido que se dá o proposto neste relatório, que, aliás, recebeu elogios até de alguns companheiros que tinham algumas reservas com relação ao nosso trabalho. O que nós queremos é que, de fato, haja independência, haja autonomia para o trabalho da EBC daqui por diante.

Com relação à rejeição de outras propostas, nós assim fizemos porque essas outras propostas procuram substituir exatamente aquilo que o Conselho Curador tinha e que não dava certo, que eram ingerências na administração. O nosso objetivo principal foi exatamente separar: uma coisa é administração; outra coisa são conteúdos.

Então, Sr. Presidente, foi dessa forma que nós decidimos com relação às propostas que nos trouxeram. Esperamos o desenrolar da reunião, para concluirmos, se possível, ainda hoje, porque estamos correndo contra o tempo. O nosso desejo é que, no dia 13, vá à votação na Câmara, e deixaremos os dois únicos dias úteis que teremos para a votação no Senado, porque se extinguirá essa Medida Provisória no dia 9 de fevereiro. Considerando que, nos dias 1º, 2 e 3 de fevereiro, teremos eleição e composição das comissões do Senado e que, depois, virá o fim de semana, nós teremos o dia 7 ou o dia 8 de fevereiro para votar no Senado, se tudo correr bem, como almejamos.

É isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Em discussão a matéria.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Pela ordem, tem a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente, como Líder do PT, requeiro o meu tempo para fazer uma comunicação inadiável sobre o tema, especificamente sobre a Medida Provisória. Depois, quero que se acres-



cente ao meu tempo como Líder o tempo que eu tenho para discutir a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Então, no total, o senhor terá 20 minutos.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Terá até 20 minutos.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sr. Presidente, nobres colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, quero me referir a uma comunicação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA para a Secretária de Direitos Humanos do Brasil, Sr^a Flávia Piovesan, uma comunicação específica sobre a Medida Provisória nº 744, que é o tema do nosso debate. Vou ler alguns trechos da recomendação da Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão: “Washington, 2 de dezembro de 2016. [...]”

Antes, eu queria dizer aos colegas Parlamentares que a posição do Partido dos Trabalhadores tem como objetivo, nesta discussão, assegurar os avanços que havíamos conquistado com a criação da EBC por uma lei de 2008, que considero avanços importantes no que tange ao processo de democracia do nosso País. É uma conquista da sociedade, uma conquista do Brasil. Mas houve essa Medida Provisória, e questionamos, inclusive, o instrumento das mudanças.

Também reconheço que, na lei anterior e na criação da EBC, havia um esforço muito grande para se construir verdadeiramente uma EBC pública e independente. Havia esse esforço. E precisávamos, sim, melhorar ainda mais o processo. No entanto, foi editada essa Medida Provisória. O instrumento do Governo deveria ter sido uma lei para permitir que o Congresso discutisse mais ainda. A Medida Provisória é uma intervenção muito forte do Executivo no Parlamento, como todos sabem. Então, considero que a Medida Provisória não foi o instrumento adequado para fazer as mudanças que precisavam ser feitas na EBC. Ao contrário, há uma intervenção que coloca em xeque avanços que consideramos importantes na construção da EBC.

Vou ler trechos da carta. Não sei se ela já chegou à Mesa. A Secretária deveria tê-la mandado para o Senado, que daria conhecimento pelo menos a esta Comissão.

Tenho a honra de me dirigir a V. Ex^a na condição de Relator Especial para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no cumprimento das faculdades estabelecidas pelo artigo 41 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, para respeitosamente solicitar as informações que o seu ilustre Estado possa nos fornecer a respeito dos avanços da discussão no Congresso Nacional do Brasil relativos à Medida Provisória nº 744/2016, que altera a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

Do mesmo modo, na presente nota, permito-me trazer à atenção alguns aspectos do marco jurídico interamericano, cuja consideração pelo Governo de V. Ex^a e pelo Congresso Nacional é relevante para o debate a respeito deste assunto. Para tanto, solicito amavelmente que esta nota seja encaminhada ao Senado do Brasil.

A criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) no ano de 2008 representou um importante avanço para o Brasil no sentido de dotar o seu sistema de meios de comunicação com maior diversidade e pluralismo, em linha com os padrões de liberdade de expressão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos. O desenvolvimento de um sistema de meios de comunicação público em nível nacional, com garantias de independência em sua gestão e com mecanismos de participação para a sociedade civil, constitui um esforço positivo para a promoção do pluralismo de vozes nos meios de comunicação do Brasil. O seu Conselho Curador – órgão composto por 22 membros, 15 dos quais representam diferentes setores da sociedade civil, eleitos por meio de amplo processo público –, além de garantir a participação cidadã em um meio de comunicação público, foi estabelecido, entre outros objetivos, com a importante função de zelar pelos princípios e de garantir a autonomia da EBC em relação ao governo.

Porém, apesar dos importantes avanços citados acima, de acordo com as informações recebidas por esta Relatoria Especial, a estrutura da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi reformada pelo atual Poder Executivo por meio da Medida Provisória nº 744/2016, publicada em 2 de setembro de 2016. A EBC, que antes era subordinada à Secretaria de Comunicação da Presidência da República, passou a vincular-se à Casa Civil, órgão diretamente ligado ao chefe do Poder Executivo do Brasil, com a competência, entre outras atribuições, de assistir e assessorar direta e imediatamente o Presidente da República no desempenho de suas atribuições, em especial nos assuntos relacionados com a coordenação, e na integração das ações do Governo.



Considero esse comentário, porque essa é uma mudança profunda, na concepção do nobre Relator. Aliás, Senador Lasier, reconheço seu esforço, sua capacidade. Mudaram algumas coisas que vieram do Governo Federal, reconheço, mas algumas questões foram mantidas. Nós o procuramos para processar um conjunto de mudanças que consideramos necessárias, para não provocar retrocesso no que já foi conquistado. Uma dessas questões é a mudança de tirá-la da Secretaria de Comunicação e de vinculá-la diretamente à Casa Civil, subordinada diretamente ao Presidente da República, com o papel de influenciar mais ainda, porque na Casa Civil está o Ministro, o assessor especial mais diretamente vinculado ao Senhor Presidente.

O Conselho de Administração da EBC também foi reformado pela Medida Provisória, de modo que passou a ser composto por um número maior de representantes do governo, isto é, um Diretor-Presidente [...]; por um membro designado por cada um dos seguintes Ministérios: da Educação; da Cultura; do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; e da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; e por um representante dos funcionários da EBC. De acordo com a normativa original, o Presidente deste Conselho era designado pelo Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República [não só mudou o Conselho, mas também aumentou o número de representantes do governo no Conselho].

A nova medida estabelece que a Diretoria Executiva passa a ser composta por um Diretor-Presidente, por um Diretor-Geral e por quatro Diretores, todos nomeados e passíveis de exoneração pelo Presidente da República. A duração de todos os cargos da Diretoria Executiva é de quatro anos, sem a possibilidade de renovação. De acordo com a lei original anterior, a Diretoria Executiva da EBC era composta por um Diretor-Presidente e por um Diretor-Geral, ambos nomeados pelo Presidente da República, e até por seis Diretores, eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração.

Do mesmo modo, o Conselho Curador da EBC foi extinto pela nova medida, o que, de acordo com as informações recebidas, representa um retrocesso no caráter público da empresa, como foi mencionado acima.

Em junho do presente ano, esta Relatoria, conjuntamente com o Relator Especial da ONU para a Promoção e Proteção do Direito à Liberdade de Opinião e Expressão, David Kaye, expressou suas preocupações em relação à destituição do Diretor da EBC, que havia recentemente iniciado seu mandato de quatro anos; à suposta suspensão de contratos de jornalistas em função de um alegado viés político contra o novo Governo; e ao alegado cancelamento de alguns programas de televisão.

Esta Relatoria Especial também reiterou, em diversas oportunidades, que os meios públicos devem direcionar a sua programação ao interesse público e que um elemento crucial para isso é a existência de mecanismos efetivos capazes de permitir a participação da sociedade na elaboração dos seus projetos comunicacionais. Nesse sentido, esta Relatoria Especial faz um chamado os Poderes Públicos, para que mantenham a existência de um Conselho Curador ou Consultivo com as funções de garantir o acesso às informações relativas à gestão do meio de comunicação público e de facilitar a participação cidadã em aspectos-chave, como a programação e os mecanismos de prestação de contas.

O Sr. Relator, realmente, criou o Conselho Editorial, como o chamou, mas colocou só o viés da área de comunicação, da área técnica, com uma visão técnica, sem que levasse em consideração a função social dos organismos, da representação dos chamados movimentos sociais, da sociedade organizada.

Esta Relatoria Especial também destaca como elemento positivo no sistema de meios públicos brasileiro a existência de uma defensoria da audiência (Ouvidoria), capaz de receber reclamações e demandas por parte do público relativas ao exercício jornalístico, aos conteúdos, ao seu respeito aos direitos humanos e a outros aspectos ligados à programação.

Considerando os parágrafos acima, a Relatoria Especial estima ser conveniente recordar alguns padrões desenvolvidos pelo Sistema Interamericano nesta matéria, à luz da discussão parlamentar



que está ocorrendo atualmente no Poder Legislativo.

I. Padrões de liberdade de expressão relativos à radiodifusão no Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

– Meios Públicos de Comunicação

Como apontou a Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão em seu relatório “Padrões de liberdade de expressão para uma radiodifusão livre e inclusiva”, os meios públicos de comunicação podem e devem desempenhar uma função essencial para assegurar a pluralidade e diversidade de vozes, necessárias em uma sociedade democrática. O papel desses meios é fundamental para o provimento de conteúdos não necessariamente comerciais, de alta qualidade, articulados com as necessidades informativas, educativas e culturais da população. Contudo, para que os meios públicos possam realmente cumprir a sua função, eles devem ser meios públicos independentes do Poder Executivo, verdadeiramente pluralistas, universalmente acessíveis; devem ter financiamento adequado ao mandato previsto por lei; e devem contemplar mecanismos de prestação de contas e a participação da comunidade nas diferentes instâncias de produção, circulação e recepção de conteúdos.

A esse respeito, em sua Declaração Conjunta de 2007, os Relatores Especiais para a Liberdade de Expressão da ONU, da OEA, da OSCE e da Comissão Africana defenderam que “é necessário haver medidas especiais para proteger e preservar o serviço público de radiodifusão. O mandato das emissoras de serviço público deve ser claramente definido por lei e incluir, entre outras coisas, a contribuição para a diversidade, que deve ir além da oferta de diferentes tipos de programações, para incluir a tarefa de dar voz e atender as necessidades de informação de todos os setores da sociedade. Devem-se explorar mecanismos inovadores de financiamento para o serviço público de radiodifusão que sejam suficientes para permitir o cumprimento do seu mandato de serviço público e garantidos de forma antecipada e plurianual, e que contem com ajustes indexados contra a inflação”.

1. Mandato estabelecido por lei

É importante que os Estados regulem a atividade dos meios públicos de comunicação por meio de uma lei. Essa lei deve estabelecer objetivos e mandatos complementares, e não competitivos com os dos meios de comunicação privados – em especial, os comerciais. A lei também deve assegurar: (1) o caráter não governamental ou independente do sistema de meios públicos de comunicação; (2) os aspectos ligados à programação voltada ao interesse público; (3) a gratuidade; (4) a cobertura em todo o território do Estado; e (5) a forma do seu financiamento. Ao mesmo tempo, a existência de diretrizes legais claras fortalece o projeto comunicacional do sistema de meios públicos de comunicação.

2. Independência

Em segundo lugar, reconhecendo-se que a liberdade de expressão exige necessariamente uma ampla pluralidade de informações, é essencial garantir que esses meios públicos sejam independentes do governo. Para a CIDH, a independência dos meios de comunicação públicos também contribui com sua credibilidade e legitimidade. A esse respeito, é importante recordar que, em conformidade com o Princípio 12 da Declaração de Princípios, a existência de monopólios ou oligopólios públicos ou privados constitui um sério obstáculo para a difusão do pensamento independente e também para a recepção de opiniões diferentes. Nas palavras da Relatoria Especial, “tanto a Corte Interamericana como a Comissão Interamericana de Direitos Humanos manifestaram que a liberdade de expressão requer que os meios de comunicação social estejam abertos a todos sem discriminação ou mais exatamente que não haja indivíduos ou grupos excluídos do acesso a tais meios. Exige também certas condições relativas a esses meios, de modo que, na prática, eles sejam verdadeiros



instrumentos de liberdade de expressão.

Nesse sentido, os Estados devem orientar os meios de comunicação públicos para o mandato de pluralidade e diversidade de expressões e informações, o que implica necessariamente que eles não estejam submetidos a ingerências arbitrárias do governo ou de setor privado ligado à radiodifusão. Assim, a rádio e a televisão públicas não podem ser utilizadas como ferramentas de comunicação ou propaganda dos governos e, sim, como espaços informativos e culturais autônomos, atuando a serviço dos interesses da sociedade em seu conjunto. Sua programação [livre] deve: (1) difundir produções artísticas, culturais, científicas, acadêmicas e educativas de interesse geral provenientes dos diversos pontos do País; (2) informar a respeito de questões de interesse público; e (3) refletir a pluralidade política social, geográfica, religiosa, cultural, linguística e étnica da sociedade.

Para que se assegure a autonomia dos meios públicos de comunicação, a independência de sua linha editorial ou informativa deve ser estabelecida por lei. Além disso, apesar da liberdade que cada Estado tem para definir o desenho institucional mais adequado para os seus meios de radiodifusão, é importante que todos os meios geridos pelo Estado sejam supervisionados por uma autoridade independente, cujos membros sejam escolhidos mediante procedimento transparente e competitivo, em função da idoneidade profissional e ética. A legislação deve contemplar um regime severo de incapacidades, incompatibilidades e conflitos de interesse. Os Estados também devem contemplar requisitos e procedimentos de designação e remoção de objetivos e transparentes para os diretores de cada um dos meios públicos de comunicação, e esses diretores não devem ser de livre nomeação e remoção do Poder Executivo nacional.

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Fala também do acesso universal ao financiamento adequado, da transparência e da prestação de contas, do pedido de informação etc...

Então, Sr. Presidente, caros colegas, este é um conjunto de recomendações e de regras que já existe na OEA, através da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que recomenda isso com a experiência de Estados democráticos que fomos construindo, ao longo do tempo, no nosso continente. A posição nossa, do Partido dos Trabalhadores, é a de que essa Medida Provisória contenha mecanismos legais capazes de assegurar os avanços que nós já conquistamos, mas, ao mesmo tempo, melhore ainda mais o esforço que estava sendo feito na EBC.

Nós entendemos que, com a intervenção do atual Governo...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Observe o seu tempo, Senador.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Vou usar até o último segundo.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Não, ele já foi ultrapassado. Eu coloquei um minuto a mais, só para não perder.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Então, vou concluir.

Nesse sentido, nós entendemos que a relatoria do nobre e respeitável Senador Lasier retrocede em algumas coisas fundamentais e coloca em risco o processo da democracia. Agora, ele já mudou a posição, mas ele veio, inclusive, com a posição de proibir vínculo partidário ou filiação partidária daqueles que fossem indicados para o processo. Isso aí é um retrocesso.

Desculpe-me, Senador Lasier, que é um democrata, mas isso era um retrocesso. Felizmente, V. Ex^a já nos atendeu e recuou na sua posição inicial.

Por isso, eu queria chamar a atenção dos nossos Pares, porque aqui há um esforço muito grande para assegurar uma legislação que assegure os avanços, porque isso é muito importante para a democracia do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Senador Paulo Rocha.

Passo a palavra ao Senador Lasier Martins, que pretende fazer uma observação.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – A primeira observação, Sr. Presidente, é a de que o Senador Paulo Rocha lembra que essa MP está tentando alterar a EBC. Mas não podemos esquecer que a EBC foi criada por uma medida provisória. Ora, se uma medida provisória a cria, por que outra medida provisória não pode alterá-la? Esse é o primeiro item.

Por outro lado, nós já cansamos de dizer, ao longo destas nossas reuniões, que tudo isso que o Senador está propondo agora poderia ter acontecido nessas últimas gestões, mas não aconteceu. Nós tivemos até



agora uma empresa de pouquíssimos resultados, uma empresa inflada de funcionários, com quase 2,5 mil funcionários. E, quando precisava de um apresentador, tinha de buscá-lo na comunicação externa, ao peso de R\$70 mil por mês, para apresentar um programa semanal. Isso é um absurdo! É uma empresa custosa, uma empresa inflada e de péssimos resultados. O seu carro-chefe era e é a TV Brasil.

Por outro lado, substituímos, no nosso relatório, o Conselho Curador, que não era ouvido. Isso foi demonstrado nas audiências públicas. Estamos propondo um Comitê Editorial e de Programação, que vai voltar-se exclusivamente para a essência da existência dessa empresa, que é a comunicação social, desvinculada da Administração, que tem sua autonomia na parte material, financeira, enquanto essa outra vai ficar restrita ao que nós não temos hoje na EBC, que é atingir suas finalidades. Esse é outro ponto.

Por outro lado, criamos uma alternativa. Quando o Comitê Editorial e de Programação propõe e quando a Diretoria Executiva não cumpre, criamos a alternativa de esse Conselho queixar-se para o Senado Federal através da Comissão Temática, que é a Comissão de Comunicação. Essa Comissão do Senado pode advertir, pode tomar satisfações: por que o Conselho não está sendo ouvido na programação? Isso faz com que a programação seja independente, autônoma.

Os objetivos principais, que propõe o Senador Paulo Rocha, são de independência, para que consigamos atingir aquilo que não foi atingido até agora, em dez anos. Todos aqui haverão de concordar que os resultados são pífios. A TV é pouco ouvida, as rádios são pouco ouvidas. É um pouco melhor a agência de notícias. Então, dá para melhorar muito. E, para melhorar muito, nós precisamos de um Comitê Editorial e de Programação independente, com gente do ramo, de reconhecida experiência na comunicação social. Isso é fundamental.

São esses os objetivos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Eu vou passar a palavra para o próximo inscrito.

O tempo de inscrição para a discussão é de 1 segundo até 15 minutos. Então, vou marcar 15 minutos.

Quem quiser encerrar antes, fique à vontade para encerrar.

Com a palavra o Deputado Chico D'Ángelo.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT - RJ) – Sr. Presidente, eu queria exemplificar algumas coisas que acho que abrem bastante o debate do ponto de vista até didático, para entendermos o que está acontecendo.

A jornalista Leda Nagle, conhecida de todos aqui, não ligada a partido nenhum, pessoa querida para todos os jornalistas do Brasil, que estava há mais de 20 anos no programa Sem Censura, foi arbitrariamente demitida. As redes sociais todas, de todos os jornalistas, comentaram a arbitrariedade na demissão de uma jornalista com história e com um programa com audiência. Aliás, era um programa com boa audiência. Isso joga por terra essa argumentação de se melhorar a audiência.

A outra coisa é o fato de isso ser feito por medida provisória. A Constituição, em seu art. 62, é clara, e não há urgência e relevância para essa questão ser mandada dessa forma, por medida provisória. Eu queria dizer que a questão da comunicação de caráter público está completamente sendo mudada.

A outra questão é o Comitê Editorial e de Programação passar a não ter o poder de aprovar. Se o texto diz que ele vai deliberar, e não aprovar, ele perde completamente a sua função de deliberar e de aprovar.

Eu queria fazer esses três registros, porque eu acho que mostram os equívocos dessas medidas.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Obrigado, Deputado Chico D'Ángelo.

Passo a palavra ao Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – Sr. Presidente, acho que realmente nós ainda não conseguimos entender a mensagem das milhões de pessoas que foram às ruas.

Ao vermos e ouvirmos o nobre Relator, Senador Lasier – todos nós reconhecemos sua competência e sua vivência, principalmente na área de comunicação; não poderia haver um Relator mais qualificado no Senado Federal do que o Senador Lasier –, vemos que os dados, a radiografia que ele mostra ao Brasil é algo que realmente afronta o cidadão brasileiro. Essa proposta, que veio em forma de medida provisória, já deveria ter sido incluída nas empresas que foram extintas pelo Governo.

A conhecida TV Lula... Quem me antecedeu disse: "Precisamos criar um órgão que amanhã possa proteger outros que foram demitidos." Imagine bem se eu criar um órgão do Governo para os médicos que foram demitidos, para os engenheiros que foram demitidos, para todo operário que foi demitido! São 2,5 mil funcionários, são R\$600 milhões por ano. A audiência da TV Lula é traço, traço!

Nós estamos brincando com a sociedade. A sociedade tem pela frente a reforma da Previdência. Há 12 milhões de desempregados. E, de repente, estamos assistindo aqui ao Estado brasileiro... A população brasileira tem de manter uma empresa com 2,5 mil funcionários. E, no momento em precisa de um apresentador, tem de contratá-lo fora com valores que ultrapassam R\$70 mil para fazer apresentação de um programa.

Quer dizer, acho que isto aqui é uma das aberrações do Estado. Isto aqui eu posso rotular como sendo



exatamente uma monstruosidade criada pelo Estado. Isso é inadmissível.

Vou votar com o Relator pelo respeito que tenho pelo nobre Relator e porque sei das dificuldades que ele teve para chegar a um texto final, mas eu gostaria de pedir aos nobres Pares que nós fôssemos – eu o faço até por sugestão de outros colegas aqui, que são também lideranças do Governo – ao Presidente da República pedir a extinção dessa empresa.

Isto é inaceitável: apresentar a população brasileira um gasto desse no momento em que nós estamos recebendo hoje, no Congresso Nacional, a reforma da Previdência, as limitações do atendimento na área da saúde. Sr. Presidente, isso é gravíssimo.

Essa Medida Provisória terá meu voto em apoio a V. Ex^a pelo respeito que todos nós temos ao Senador Lasier.

Agora, o Executivo brasileiro, com a responsabilidade e o compromisso que fez para extinguir órgãos, para diminuir hoje a carga de tributo sobre o cidadão, com a PEC que nós estamos votando neste momento no Senado Federal, já aprovada na Câmara dos Deputados, que diz do teto de gastos... Qual é a prioridade desse gasto aqui, Sr. Presidente? Qual é a prioridade orçamentária de hoje, com o teto que nós estamos aprovando – será promulgado no dia 15 –, nós determinarmos no Orçamento R\$600 milhões para manter a EBC? Essa finalidade não é de governo. O Governo tem de se ocupar de suas funções próprias, claras, e não se ocupar de ter uma televisão para agradar o Presidente da República, como foi usada durante esses últimos anos. Isso é um absurdo! Essa é uma invasão daquilo que não é prerrogativa de o Estado criar. As funções precípuas do Estado são claras. Nós estamos aqui fazendo um inchaço da máquina pública para arrumar cabides de emprego para a população brasileira ter de pagar com altos salários.

Sr. Presidente, realmente, um fato como esse é algo de que eu não tinha conhecimento. Só depois, pude ouvir o nobre Relator sobre o absurdo, sobre a monstruosidade que foi criada nos ombros da sociedade brasileira.

Meu voto será em respeito ao nobre Relator, mas minha posição será, indiscutivelmente, a partir de hoje, a de que essa empresa seja extinta, para que a sociedade brasileira seja liberada dessa carga onerosa de ter de arcar com uma estrutura muito mais político-partidária e ideológica do que realmente com uma estrutura que atenda à sociedade brasileira e aos interesses de um processo de regime democrático.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era o que eu tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Muito obrigado, Senador Ronaldo Caiado.

Passo a palavra para a Deputada Angela Albino, Relatora revisora desta Medida Provisória.

A SR^a ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Bom dia a todos e a todas!

Sr. Presidente, acho que a gente vai ouvindo as falas, e vão ficando claras duas diferenciações. A primeira é: quem tem vocação para convivência democrática e quem não tem. E a segunda é: quem acompanhou o desenvolvimento desta Comissão e quem não o acompanhou, porque cada um discursa para sua plateia, mas, em momento nenhum aqui, nós discutimos ou pretendemos eliminar os empregos que estavam em discussão. São cargos estáveis. Se o Governo atual quiser, pode demitir todos os cargos comissionados, que são 400, se não me engana a memória dos números que o nosso Relator trouxe.

Fica um discurso para se jogar para a plateia. Há mecanismos de diminuir isso, se quiser. Os cargos efetivos cumprem um trabalho, e aí isso diferencia os que são favoráveis, em uma democracia, a pluralizar o acesso à informação.

Destaco o papel do Relator aqui, de convivência muitíssimo democrática. Ele ouviu atentamente – e, da mesma forma, agiu o nosso Presidente Ságuas –, todas as pessoas que aqui vieram. E ficou claro para a Comissão a distinção conceitual, que alguns não compreendem porque chegaram agora também a esse debate, entre comunicação privada, que faz o que quer – e o Brasil tem visto o atentado à democracia que é uma comunicação que se diz imparcial, mas que responde aos seus interesses econômicos, a tragédia que isso é para a democracia, que não há em país nenhum –, e a comunicação estatal, que são as comunicações dos atos formais. E muitos que aqui disseram que são contra a comunicação pública utilizam a comunicação estatal para fazer a justa propaganda de seus atos, como a lei permite. E nós temos um mediador entre uma posição e outra, que é a comunicação pública, que é exatamente uma comunicação que visa a ter uma expressão plural, não submetida à lógica do lucro nem atrelada a governo. Esse é o espírito da comunicação pública.

Ao longo da construção do trabalho desta Comissão, não se desenvolveu desrespeito a esse formato. Ao contrário, alinhado com o que há em países de democracia consolidada, como é o caso da Inglaterra, com a BBC de Londres, nós temos mecanismos de comunicação pública sólidos, com ampla e plural participação popular, para que, de fato, nós tenhamos espaços diferentes de leitura de mundo. Quem acha que a leitura do mundo é expressa apenas pelos grandes veículos ou pela comunicação estatal desconhece a imensidão que



é o Brasil.

Destaco aqui também uma fala que muito me angustia, quando se fala da audiência da TV. Esse é um tipo... É a mesma coisa que medir a lucratividade do posto de saúde ou medir a lucratividade da escola pública. É outra lógica! Transpor a lógica da comunicação privada para a comunicação pública é algo equivocado, é conceitualmente equivocado. É outra instância de divulgação de informação.

Por exemplo, há lugares da Região Amazônica a que ninguém tem interesse econômico de levar informação, e a única informação disponível é a comunicação pública, exatamente porque não é submetida à lógica do lucro. Se nós compararmos os números da comunicação privada – que no Brasil já existe há décadas – e da recém-criada comunicação pública, é claro que há uma discrepância. A questão é se nós queremos caminhar para a solidificação da democracia – sei que nem todos aqui têm o mesmo apego – ou se nós queremos tirar de algumas regiões do País a sua única capacidade de comunicação com o mundo. A EBC veio discutir isso.

Mencionou-se aqui hoje a demissão da jornalista Leda Nagle. Não é só a demissão da jornalista Leda Nagle. Quem foi chamado para o seu lugar é uma pessoa sem trato nenhum com a comunicação e menos ainda com a comunicação pública – vou até me poupar aqui de trazer o nome –, o que mostra correta a preocupação do Relator de que houvesse uma comunicação pública, porque essa foi a conclusão desta Comissão. Esta Comissão poderia ter feito um relatório propondo a extinção total da comunicação pública no Brasil e não o fez.

Quem estudou a matéria, quem sentou aqui, quem amassou barro e não veio só no dia em que a imprensa está aqui sabe que nós estivemos, ao longo da construção desta Comissão, em defesa da comunicação pública nas suas múltiplas formas. Agora, isso também nunca nos tirou o olhar necessário de que é preciso...

Presidente, eu queria pedir, se pudesse...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Quero só pedir um pouco de silêncio no plenário, porque a Deputada Angela Albino está fazendo a apresentação das suas preocupações com relação à EBC.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Obrigada, Presidente.

Se há uma coisa que gosto no Senado é que um fala, e os outros ouvem, o que é um drama na Câmara, pois todos falam ao mesmo tempo.

Presidente, retomando aqui, a convicção que nós formamos é a de que há a necessidade de aperfeiçoar a EBC. Esse foi o espírito do Relator, que, aliás, é oriundo da comunicação privada e poderia até ter adotado...

O senhor sabe, Relator, que muitos se preocuparam quando viram que era o senhor que ia relatar, pois, talvez, encaminhasse para uma medida mais drástica. E V. Exª teve – sou testemunha disto – grande disposição de acolher quem participou das reuniões e quem, de fato, tinha disposição para debater a matéria. Muitas contribuições o seu relatório acolheu, e a sua proposição final acolheu também. No limite da correlação de forças e do pensamento hoje hegemônico, tenho a convicção de que construímos o avanço possível com seu relatório. Isso se deve à condução serena do nosso Presidente, Deputado Ságuas, e à sua capacidade democrática de absorver divergências. Muito do que se construiu aqui é resultado da pluralidade da composição desta Comissão e de quem, de fato, veio trabalhar nela.

Eu faço um último apontamento, Sr. Relator, sobre o qual nós já dialogamos no seu gabinete e já dialogamos particularmente, que é uma preocupação pontual. E volto a dizer que considero que, no limite do momento que nós vivemos, há avanços importantes. V. Exª manteve o caráter deliberativo do que antes era o Conselho Curador, que passou a se chamar, por decisão do seu relatório, Comitê de Programação. V. Exª manteve o caráter deliberativo e, mais do que isso, avança para que criem, de fato, as decisões do comitê uma vinculação à Diretoria Executiva. Nós ouvimos aqui vários depoimentos de membros, inclusive, do Conselho Curador. Muitas vezes, o Conselho construía uma opinião, e a construção dessa opinião final não era obedecida por Presidente A ou Presidente B. Houve uma preocupação, sim, de despartidarizar de parte a parte a EBC.

Eu me lembro de que as primeiras falas do Relator demonstravam muita preocupação sobre isso. Ao longo do processo, vimos que mudou o comando, mas que também se manteve o cacoete de partidarizar. Quem tinha uma opinião divergente foi afastado da EBC. Também vimos que hoje são censurados programas e que, por exemplo, imagens de manifestações em que pessoas estavam com uma camiseta de “Fora Temer” foram proibidas de serem veiculadas, o que mostra que, de fato, a atual estrutura da EBC é permeável, de parte a parte, de uma forte intervenção de governo.

Tenho a convicção de que seu desejo, Relator, espelha o desejo desta Comissão ou pelo menos de quem atuou nela cotidianamente, o de que avancemos para a construção de um mecanismo que nos permita evitar essa interferência.

Eu não concordo com todo o conjunto do seu relatório, mas me solidarizo com ele, Sr. Relator, porque considero que o senhor teve esse trabalho de mediação e que, portanto, é o melhor que a gente pode fazer.

Reitero a V. Exª, numa reflexão coletiva desta Comissão, uma preocupação com o comitê e, como já



expressei a V. Ex^a – e mantenho minha divergência –, com a formação do comitê. V. Ex^a avançou para incluir, por exemplo, os cursos de Jornalismo. Achei um elemento importante nós trazermos a participação da Academia, que discute o jornalismo para dentro da EBC. No entanto, nós não temos ferramentas claras – e V. Ex^a argumenta sempre comigo que o regulamento assim vai definir – de quem vai dizer quem representa qual setor. Numa hipótese, por exemplo, dos cursos de Jornalismo, todas as faculdades do País são chamadas a apresentar seus nomes, uma lista tríplice que vai para o Presidente da República escolher. Quem define quem serão esses três, havendo mais de três? A proposta que nós apresentamos ao Relator e que reitero perante todos e todas é um chamamento público, que é experiência que já vige hoje na maioria dos conselhos. Dou o exemplo do Conselho Nacional de Saúde, que, há décadas, está em funcionamento. Todos nós que vivemos a saúde nos Municípios, nos Estados e no País sabemos a relevância dos conselhos estaduais e municipais e do Conselho Nacional de Saúde.

Portanto, peço a V. Ex^a que reconsidere isso, e assim há o acordo. Eu tinha trazido um voto em separado, que não vou apresentar, Relator, em homenagem ao seu relatório. Mas poderíamos avançar, para que as representações de segmentos que vão para o Comitê de Programação pudessem ser escolhidas mediante chamamento público e para que tivéssemos, como toda lei que cria uma instância plural, um regulamento específico sobre a composição do primeiro comitê, porque não há ferramenta para dizermos como o primeiro comitê se forma. É a diretoria que chama? É a Presidência da República que chama? V. Ex^a tem argumentado comigo, Relator, que é o regulamento, mas o regulamento quem tem de fazer é o comitê. Quem tem de aprovar o regulamento do comitê é o comitê, porque senão deixa de ser uma instância soberana.

Então, renovo a V. Ex^a meu respeito, minha consideração. Renovo, publicamente, como já lhe falei em privado, a minha consideração pela sua disposição de diálogo, mas também reafirmo minha divergência e o pedido a V. Ex^a que possa considerar a formação dos comitês mediante chamamento público, para que regulamentássemos em lei, nessa lei, a formação do primeiro comitê, para que, em seguida, ele faça o seu regulamento e tenha autonomia.

Finalizando, Sr. Presidente, quero dizer que aprendi muito ao longo desse processo. Acho que a postura da Comissão foi... Cada um de nós chegou com uma ideia cristalizada, quase como medição de forças, e, no curso do processo, fomos todos convencidos de que era preciso trilhar um caminho de consolidação da democracia e da própria EBC e de aperfeiçoamento das suas ferramentas.

Sou grata por ter participado deste momento, deste convívio, com a Presidência serena do Deputado Ságuas e com a postura muitíssimo democrática do Senador Lasier.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Passo a palavra para o Senador Lasier, para ele fazer algumas observações sobre as falas.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Obrigado, Presidente.

Em primeiro lugar, agradeço a preciosa contribuição da Deputada Angela, com quem tivemos reuniões, sempre com muito equilíbrio, com muita ponderação, com muita cultura. Ela deu muitas contribuições preciosas. Inclusive, na discussão sobre influências partidárias, ela deu seu voto e deu uma palavra quase decisiva. Nós viemos a modificar isso depois, nos termos bem aprimorados que a Deputada Angela nos trouxe e que li há pouco.

Com relação ao pronunciamento contundente, como é de praxe, do Senador Caiado, quero dizer que também recebi uma série de mensagens pela internet e telefonemas propondo a extinção, principalmente, da TV Brasil. Eu respondi a todos que isso não seria feito de forma alguma. Nós queremos aprimorar, nós queremos reconstruir, nós queremos tornar eficiente a TV Brasil, que não tem sido assim. Inclusive, inserimos no nosso relatório – é um item que faço questão de relatar aos integrantes da Comissão, para lembrar – que nós queremos pesquisa, de tal modo que, se, por exemplo, daqui a um ano, a TV Brasil continuar não funcionando, eu serei o primeiro a propor: “Olha, acabe com essa TV, porque ela é custosa, cara e sem resultado.”

Por isso, colocamos este item que compete ao comitê, o item 5: “formular mecanismos que permitam a aferição permanente sobre a tipificação da audiência da EBC, mediante a construção de indicadores e métricas consentâneos com a natureza e os objetivos da radiodifusão pública, considerando [este item aqui é muito importante] as peculiaridades da recepção dos sinais e as diferenças regionais.” A pesquisa de São Paulo, de Belo Horizonte e de Brasília não pode ser a mesma pesquisa da Região Amazônica; tem de observar peculiaridades diferentes para o levantamento.

Então, nós queremos ver, daqui a um ano, no máximo, essa pesquisa concretizada. E o comitê tem a obrigação de concretizá-la, para que tenhamos resultados.

Com relação à formação do comitê, esse comitê será formado, como diz o art. 15:



Art. 15. [...]

I – um representante de emissoras públicas de rádio e televisão;

II – um representante dos cursos superiores de Comunicação Social;

III – um representante do setor audiovisual independente;

IV – um representante dos veículos legislativos de comunicação;

V – um representante da comunidade cultural;

VI – um representante da comunidade científica e tecnológica;

VII – um representante de entidades de defesa dos direitos de crianças e adolescentes;

VIII – um representante de entidades de defesa dos direitos humanos e das minorias;

IX – um representante de entidades da sociedade civil de defesa do direito à comunicação;

X – um representante dos cursos superiores de educação; e

XI – um representante dos empregados da EBC.

Com relação, Deputada Angela, ao primeiro comitê, evidentemente ele não será indicado. Com relação ao regulamento, isso será feito pelo Presidente da República, para que tenha início.

Com relação ao chamamento público, isso é de difícil concretização, porque usaria muito a internet, e o resultado da internet é imprevisível. Isso já não deu certo na gestão atual, nos dez anos da empresa. Feito o primeiro regulamento, o comitê entrará em ação e ajudará a melhorar esse regulamento. Mas o primeiro regulamento vai dizer, por exemplo, como serão feitos os cursos de Comunicação Social, que são inumeráveis por esse Brasil. Mas há uma associação das faculdades de Comunicação Social. Esta associação das faculdades vai apontar três nomes, numa lista tríplice, que irá para o Presidente da República, que vai pinçar um nome desses para compor o comitê. É assim que nós podemos dar início. Fora disso, é muito difícil.

Agora, estaremos sempre de olho nos resultados de independência. Esse comitê, com toda essa composição, será visivelmente independente, para que atinjam aquilo que todos querem aqui: que essa empresa funcione, o que tem sido até agora muito discutível, para não dizer pior.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Antes passar a palavra para o Deputado Izalci, quero esclarecer uma pequena questão para quem está nos ouvindo: a EBC é responsável pela TV Brasil, pela TV Brasil Internacional e pelas rádios EBC, que são a Rádio Nacional do Rio de Janeiro AM e FM, a Rádio Nacional de Brasília AM e FM, a Rádio da Amazônia, a Rádio do Alto Solimões, as Rádios MEC AM e FM do Rio de Janeiro, a Rádio MEC AM de Brasília, a Agência Brasil, a Rádio Agência Nacional, o Portal EBC. E presta serviço à Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, produzindo o canal da TV NBR e a programação da Rádio Voz do Brasil. Portanto, não vejo como acabar com a EBC, até porque ela hoje é sucessora da Radiobras. A Rádio Nacional, as rádios nacionais, há muitos anos, prestam serviço de comunicação pública ao povo brasileiro.

Passo agora a palavra para o Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Sr. Presidente, quero, primeiro, cumprimentar o nosso Relator, Senador Lasier, que trouxe para esse relatório o início do profissionalismo, deixando de lado o amadorismo e a confusão que existe hoje entre o público e o privado.

Parabenizo V. Exª pela separação da gestão da empresa, como um ponto importante, e o Conselho Editorial, que fica à parte.

Agora, temos um grande desafio neste País para consertar o desastre que foi a última gestão, para con-



sertar, primeiro, o aparelhamento do Estado. Não só na EBC, mas em todas as instituições, nos Ministérios, nas estatais, temos um aparelhamento incrível, porque o Governo gasta muito e gasta mal. O Governo se especializou em arrecadar. A Receita Federal funciona muito bem e cobra tudo pontualmente, mas o controle de gasto público não existe.

Então, parabeno V. Ex^a por isso, inclusive introduzindo a questão da avaliação. Não faz sentido continuarmos dessa forma, com o serviço público sem ser avaliado, prestigiando apenas a burocracia, e não a avaliação. Na iniciativa privada, a pessoa, se não tem competência, não continua. O serviço tem de ser avaliado. O nosso grande problema é este: para escolher um gerente ou um diretor de empresa, você analisa, pesquisa; para administrar os bens públicos e até mesmo as prefeituras e o próprio Governo, votamos em qualquer um de qualquer jeito, sem observar os requisitos de competência.

Então, nós precisamos começar a profissionalizar a instituição pública. Nós temos mecanismos rigorosos. Eu tenho formação, sou contador e auditor. A partir de 2017, os contadores serão penalizados se não obedecerem às normas internacionais, que são rigorosas. E, no serviço público, não há norma nenhuma de controle.

Então, começou muito bem, inclusive adotando já a Lei nº 13.303, que é a Lei das Estatais. Temos que, de fato, proibir a utilização da máquina com objetivos partidários, políticos. Nós temos de profissionalizar. Isso é o que o Brasil espera.

Eu, que sempre exigi, na minha atividade profissional, que houvesse realmente os pagamentos dos impostos em dia, que se pagassem corretamente os impostos, acho incrível como o Governo gasta o dinheiro público do contribuinte.

Então, parabeno V. Ex^a e voto com o seu relatório.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Presidente, eu queria propor que votássemos, porque alguns integrantes estão se retirando, e, daqui a pouco, não teremos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Nós temos mais dois inscritos.

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Presidente, por que não se abre a votação? Entrementes, os inscritos vão falando.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Nós temos de encerrar a discussão. Quero saber se os dois inscritos, que são a Senadora Marta Suplicy e o Deputado Leonardo Quintão, concordam em abrir mão das suas falas.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Marta, abra mão! Depois, faz uma declaração de voto.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Consulto o Deputado Leonardo Quintão. *(Pausa.)*

A senhora abre mão de discutir também, Senadora Marta Suplicy?

A SR^a MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – Abrimos a votação e fazemos a declaração de voto.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, apresento uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Para uma questão de ordem, tem a palavra o Deputado Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Primeiro...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Paulo, fala.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Convivo com o Senador Paulo Rocha há muitos anos. Ele era Deputado Federal do meu Partido. Então, sempre cometo esse erro. Mas ele é um eterno Deputado Federal.

Com a palavra o Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Presidente, quero falar de duas coisas, para uma questão de ordem. Requeiro a suspensão da reunião, uma vez que já começou a Ordem do Dia no plenário do Senado Federal. Segunda questão...

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – É sessão extraordinária.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – Mas estamos reunidos ainda.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, é uma sessão extraordinária. Não suspende nada.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Isso pode ser motivo de anulação desta reunião.

A segunda questão...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Senador Paulo Rocha, o Regimento da Casa diz que isso se dá nas sessões ordinárias e que, se houver algum acordo, podemos fazê-lo se for sessão extraordinária.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Não fique nervoso, Jucá. Não fique nervoso.

Segundo o art. 49, encerrada a discussão, passar-se-á imediatamente à votação da matéria, podendo encaminhar quatro Senadores e quatro Deputados Federais.



Portanto, requeiro o encaminhamento da votação.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Mas temos de votar os requerimentos ainda.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Então, se não há mais quem queira discutir, a Presidência declara encerrada a discussão.

Passamos à votação dos requerimentos.

A Presidência comunica que foram apresentados 22 requerimentos de destaque. A apreciação dos requerimentos de destaque obedecerá à disposição do Regimento Comum. Por isso, de acordo com o art. 50, os requerimentos de destaque só poderão ser apresentados por Líder ou por Vice-Líder e não serão discutidos nem encaminhados.

A Presidência adotará o seguinte procedimento de votação: colocaremos em votação a admissibilidade dos destaques; depois, será colocado em votação o relatório, ressalvados os destaques, cuja admissibilidade tenha sido aprovada, e, por último, o mérito dos destaques.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, pela ordem! Sr. Presidente, há um requerimento meu para se votar em globo a admissibilidade.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – É exatamente o que vamos fazer agora.

Há sobre a mesa requerimento de votação em globo dos requerimentos de destaque.

Antes, há um requerimento do Senador Paulo Rocha, que apresenta um requerimento de votação nominal em globo dos destaques.

Os que forem favoráveis...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu sou favorável a haver verificação nessa votação do requerimento em globo, Sr. Presidente. Eu concordo com o Senador Paulo Rocha. Nós vamos verificar agora, nessa primeira votação.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Os que forem favoráveis permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado o requerimento.

A votação do requerimento em globo será feita por votação nominal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, a orientação do Governo é votar “sim”, a favor do requerimento que pede o voto em globo da admissibilidade de todos os destaques. O voto é “sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Senadora Rose de Freitas. *(Pausa.)*

Senador Valdir Raupp. *(Pausa.)*

Senador José Medeiros. *(Pausa.)*

Senador Deca.

O SR. DECA (PSDB - PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Senador Ronaldo Caiado.

O SR. RONALDO CAIADO (DEM - GO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Senador Paulo Rocha.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Senador Lasier Martins.

O SR. LASIER MARTINS (PDT - RS) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Senadora Vanessa Grazziotin. *(Pausa.)*

Senador Randolfe Rodrigues. *(Pausa.)*

Senadora Ana Amélia.

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – “Sim”.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, quero só deixar claro que estamos votando agora o meu requerimento de votação em globo. O requerimento do Senador Paulo Rocha foi votado simbolicamente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Isso.

Senador Wilder Moraes. *(Pausa.)*

Senador Elmano Ferrer.

O SR. ELMANO FÉRRER (Bloco/PTB - PI) – “Sim”.



O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Senador Wellington Fagundes. *(Pausa.)*

Agora, vamos aos votos dos suplentes.

Senadora Marta Suplicy.

A SRª MARTA SUPLICY (PMDB - SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Senador Antonio Carlos Valadares. *(Pausa.)*

Senador Cristovam Buarque. *(Pausa.)*

Senador Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Senador Roberto Muniz. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Amorim. *(Pausa.)*

Senador Eduardo Lopes. *(Pausa.)*

Passamos à votação...

O SR. LINDBERGH FARIAS (PT - RJ) – Falta o Senador Raupp.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Eu já havia chamado o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Ele está presente e vota “sim”.

Passaremos agora para a votação nominal dos Deputados Federais titulares.

Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (PTB - PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Deputado Celso Jacob.

O SR. CELSO JACOB (PMDB - RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Deputado Chico D'Angelo.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT - RJ) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

O Deputado Ságuas Moraes não vota.

Deputado Paulo Martins. *(Pausa.)*

Deputada Gorete Pereira. *(Pausa.)*

Deputado Sandro Alex.

O SR. SANDRO ALEX (PSD - PR) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Deputado Rodrigo Martins.

O SR. RODRIGO MARTINS (PSB - PI) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Deputado Jorge Tadeu. *(Pausa.)*

Deputado Márcio Marinho. *(Pausa.)*

Deputada Carmen Zanotto.

A SRª CARMEN ZANOTTO (PPS - SC) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Agora, vamos ao voto dos suplentes.

Jean Wyllys. *(Pausa.)*

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Já completou, não é?

Deputado Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.



Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Vota “sim”.

Deputado Paulo Magalhães. (*Pausa.*)

Deputado Marcelo Aguiar. (*Pausa.*)

Deputado Vinicius Carvalho. (*Pausa.*)

Completada a votação...

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Presidente, não fui chamada.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – É porque a senhora é suplente, e os titulares estavam presentes.

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – Mas, se eu sou Relatora revisora, eu sou titular, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – A senhora é suplente. Os titulares nessa Comissão sou eu e o Deputado Chico D’Angelo. Como o Deputado Chico D’Angelo está presente... Mas o voto da senhora, certamente, será “sim”, não é?

A SRª ANGELA ALBINO (PCdoB - SC) – É.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Para o requerimento de votação em globo, houve 18 votos SIM e nenhum voto NÃO.

Votação em globo dos requerimentos de destaque apresentados.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – A votação “não”, Sr. Presidente, é para rejeitar.

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Voto “sim”, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Registro o voto “sim” do Senador Paulo Rocha e do Deputado Chico D’Angelo; os demais votam “não”.

Portanto, estão rejeitados os requerimentos.

Há mais um requerimento aqui do Senador Paulo Rocha: “Requeiro a V. Exª, nos termos do art. 44 do Regimento Comum do Congresso Nacional, combinado com o art. 294 do Regimento Interno do Senado Federal, que a votação da Medida Provisória nº 744, de 2016, seja feita pelo processo nominal.”

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, nós discordamos do requerimento. O Regimento pede que, de hora em hora, possa se verificar. Acabamos de fazer uma verificação. Portanto, somos contrários à votação nominal, porque ela é despcienda, tendo em vista que acabamos de fazer a verificação.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Fica prejudicado o requerimento.

Em votação o relatório apresentado pelo Senador Lasier Martins.

Os Srs. Parlamentares...

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Peço a palavra para encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Para encaminhamento, podem falar quatro Parlamentares favoráveis e quatro contrários. Dispõe de cinco minutos cada um.

O senhor quer encaminhar?

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – Sim. Nem vou usar os cinco minutos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, nobres colegas, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, é claro que há uma distância muito grande aqui entre a visão de Estado democrático e Estado social como se estava construindo. Pela intervenção do nobre colega Caiado, que já foi embora, fica claro o tamanho da distância entre a visão de um Estado social democrático e o processo de desmonte que está sendo feito no nosso País para se instalar um Estado mínimo, neoliberal etc., etc. Nós não somos a favor de que seja um Estado perdulário, gastador, aparelhista, como nos acusam, e muito menos gerador de desemprego. Nós não somos a favor disso. Somos a favor exatamente do Estado social que se vinha construindo a duras penas, com inclusão social, com oportunidade para todos e com democracia.

A criação da EBC foi um instrumento fundamental para consolidar a democracia e até para se poder fazer chegar à tal da opinião pública, à chamada opinião pública, a diversidade do nosso País, não só a diversidade regional – há diferenças entre o Sul do País, o meu Norte, a Amazônia, o Nordeste etc. –, mas também a pluralidade de raças, a miscigenação de raças que há no nosso País. Só mesmo uma democracia profunda, com um processo de desenvolvimento inclusivo, com distribuição de renda, é capaz de solucionar esses graves problemas que ainda existem no nosso País.

Nós também sabemos o papel que o monopólio da comunicação no Brasil cumpre. Interfere, inclusive, na disputa de poder. Está interferindo claramente no Supremo Tribunal Federal. Isso não é bom para a democracia, não é bom para o nosso País. Pobre do país que precisa de juízes que sejam transformados em *supers-tars* para poderem fazer valer sua posição, sua opinião e suas decisões! Pobre desse país!



Por isso, estamos encaminhando o voto contrário não só à Medida Provisória, mas também ao relatório do nobre Senador Lasier, que, reconheça-se, fez um esforço muito grande, que é preparado para isso, que é do setor. Ele fez um esforço muito grande para avançar, para mudar a Medida Provisória. Ele fez algumas mudanças, mas manteve algumas características fundamentais que, a nosso ver, não resolvem o problema e que colocam por terra alguns avanços que conquistamos. Vincular a nomeação e a EBC diretamente ao Presidente da República coloca em atraso aquilo que nós já havíamos conquistado. Depois, transforma o Conselho Curador em um conselho puramente técnico; essa não é a visão de avanço, de uma concepção de que tem de haver um conselho social para controlar. E conselho social não é vinculado só a entender tecnicamente de editoração etc. O representante dos índios, por exemplo, que a gente poderia considerar o mais atrasado, tem muito a contribuir com a Comunicação Social, para poder fazer chegar a uma empresa como essa também suas opiniões e...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO ROCHA (PT - PA) – ...suas vozes. Ele não é, necessariamente, obrigado a entender de comunicação tecnicamente.

Por isso, com todo o respeito, Senador Lasier, encaminho o voto contrário ao seu relatório e contrário à Medida Provisória.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Deputado Chico D'Angelo, para encaminhamento.

O SR. CHICO D'ANGELO (PT - RJ) – Eu vou, primeiro, cumprimentar o Relator pelo trabalho, que, de uma maneira geral, tem coisas positivas, mas não na questão de fundo – esta é a grande questão que se está debatendo aqui –, que é o papel de uma empresa pública de comunicação. Não é uma empresa estatal. Acho que essa confusão se estabeleceu quando se tiraram todas as prerrogativas. No mundo todo, é assim, como já foi falado aqui. Há a BBC de Londres. Em vários países capitalistas avançados, existem empresas com esse formato. Então, é um equívoco dizer que esse tipo de empresa... Ao contrário, o que se está fazendo aqui é acabar com uma empresa democrática, pública, com caráter público, e ficar com uma empresa estatal. Os critérios que estão sendo estabelecidos aqui, objetivamente, cortam todas as prerrogativas de uma empresa pública.

Por isso, vou votar contra o relatório e a Medida Provisória.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Não há mais nenhum Parlamentar inscrito para a discussão, aliás, para o encaminhamento.

Seguiremos, agora, para a votação do relatório apresentado pelo Senador Lasier Martins.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O Deputado Paulo Rocha vota “não”, ou melhor, o Senador Paulo Rocha. Desculpe-me.

O Deputado Chico D'Angelo também vota “não”.

Os demais Parlamentares são favoráveis.

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão.

Pergunto à Senadora Marta Suplicy se ela ainda deseja fazer uso da palavra.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, há ata para se votar?

A SRª MARTA SUP LIC Y (PMDB - SP) – Não, porque temos de estar no plenário.

O SR. PRESIDENTE (Ságuas Moraes. PT - MT) – Há uma ata a ser votada. É que a Senadora Marta Suplicy havia solicitado a palavra.

A senhora abre mão? *(Pausa.)*

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovadas.

As atas serão encaminhadas para publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 2 minutos.)



ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 745, DE 2016, PUBLICADA EM 16 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “AUTORIZA O BANCO CENTRAL DO BRASIL A ADQUIRIR PAPEL MOEDA E MOEDA METÁLICA FABRICADOS FORA DO PAÍS POR FORNECEDOR ESTRANGEIRO”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NOS DIAS 22 E 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às quatorze horas e quarenta e quatro minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número quinze da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Senador Telmário Mota, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 745, de 2016, com a presença dos Senadores Valdir Raupp, Dário Berger, José Aníbal, Ronaldo Caiado, Antonio Carlos Valadares, Elmano Férrer, Dalirio Beber e Gladson Cameli; e dos Deputados Nelson Markezelli, Leonardo Quintão, Valdir Colatto, Enio Verri, Domingos Sávio, Márcio Marinho, Pedro Fernandes, Deley, José Rocha, Paulo Magalhães e Luciana Santos. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e passa a palavra ao Relator, Deputado Leonardo Quintão, que procede à leitura do Relatório. Fazem uso da palavra os Deputados Enio Verri e Luciana Santos. O Presidente declara prejudicado o Requerimento nº 1, de 2016, de autoria do Deputado Nelson Markezelli, por estar ausente o seu autor, nos termos do artigo 242, do Regimento Interno do Senado Federal. O Requerimento nº 2, de 2016, de autoria do Deputado Enio Verri, é retirado pelo autor. Nos termos do art. 132, § 1º, do Regimento Interno do Senado Federal, fica concedida vista coletiva da matéria. Às quinze horas e dezoito minutos a Reunião é suspensa e sua reabertura é agendada para o dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis. Às quatorze horas e trinta e cinco minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número treze da Ala Senador Alexandre Costa, no Senado Federal, sob a Presidência do Deputado Domingos Sávio, Vice-Presidente, a Reunião é reaberta. O Deputado Leonardo Quintão procede à leitura de Complementação de voto. Fazem uso da palavra os Deputados Deley e Nelson Markezelli. O Deputado Leonardo Quintão retifica trecho da página nove do Relatório anteriormente apresentado. É encerrada a discussão da matéria. Colocado em votação, o Relatório do Deputado Leonardo Quintão é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 745, de 2016, bem como pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 10, 11, 12 e 13, eis que versam sobre matéria de conteúdo temático estranho ao objeto originário da referida Medida Provisória; no mérito, pela aprovação, com as alterações propostas na forma do Projeto de Lei de Conversão apresentado, bem como pela rejeição de todas as demais emendas apresentadas. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Rodrigo Ribeiro Bedritichuk, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Senador Telmário Mota, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado DOMINGOS SÁVIO
Vice-Presidente

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco/PDT - RR) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 745, de 2016.

Passo a palavra ao Relator, nobre Deputado Leonardo Quintão, para que proceda à leitura do relatório.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Presidente, o relatório está pronto aqui. Eu pergunto aos membros da Comissão se eu posso ler o meu voto para adiantar aqui o debate da Comissão, porque eu acho que facilita. Posso?

Então, vamos direto ao voto aqui.

Eu vou ler aqui parte do mérito, porque eu acho que vai nos ajudar a entender aqui algumas modificações, porque o voto é bem curto.

A Medida Provisória nº 745, de 2016, foi editada com o objetivo único de dar uma solução normativa permanente para uma questão extremamente relevante para o País, que é o regular cumprimento numérico para a sociedade brasileira.

A título da contextualização, vale lembrar que no ordenamento jurídico brasileiro a competência para emissão de moeda é da União, sendo exercida com exclusividade pelo Banco Central, nos termos do art. 164,



da Constituição da República.

Uma das atribuições do Banco Central do Brasil é a de “executar os serviços do meio circulante”, conforme estabelecido no art. 10, inciso II, da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964. O “meio circulante” consiste, na verdade, no conjunto de cédulas e moedas metálicas em circulação. Nesse contexto, portanto, os serviços a que se refere a citada lei compreendem todas as atividades necessárias à manutenção de meio circulante à disposição do público, o que abrange: projeto de novas cédulas e moedas; produção, distribuição e troca de numerário; destruição do numerário imprestável para circulação; monitoramento da falsificação do numerário; e fiscalização da custódia do numerário.

Esses serviços tomam por base as diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional, a quem a mesma Lei nº 4.595, de 1964, conferiu competência para “determinar as características gerais das cédulas e das moedas” (art. 4º, inciso IV). Diante da aprovação desses modelos, o Banco Central encomenda a produção de papel moeda e moeda metálica.

Desde os anos 1970, a produção ou fabricação de numerário, em regra, é encomendada pelo Banco Central à Casa da Moeda do Brasil, empresa pública federal. Vale frisar, contudo, que a legislação vigente confere à Casa da Moeda.... Eu vou pulando aqui porque são questões, para os colegas aqui, mais conceituais, mas há algumas questões que quero ler para vocês, que são estatísticas. Vou pular para a próxima página porque acho interessante.

Para garantir que o suprimento de numerário ao público em geral seja bem planejado e contínuo, desde 2002 o Banco Central firma contratos anuais com a Casa da Moeda, nos quais se prevê que produção de cédulas e moedas metálicas deve ser realizada – à p. 7 – em conformidade com um cronograma de entregas previamente acordado. Trata-se do chamado “Programa Anual de Produção, o PAP – isso aqui é importante, porque nas duas emendas de Relator vamos mencionar isso aqui e vai ajudar na maior organização para que a Casa da Moeda possa fornecer esse numerário para o Brasil –, que, de um lado, serve para que a Casa da Moeda possa se preparar adequadamente e, de outro, constitui base fundamental para o planejamento e a efetivação da distribuição de cédulas e moedas metálicas por parte do Departamento do Meio Circulante do Banco Central.

Ocorre que, nos últimos anos, a Casa da Moeda tem enfrentado grande dificuldade para dar conta dos pedidos que lhe são encaminhados, sendo frequentes os atrasos na entrega do numerário necessário ao regular abastecimento da rede bancária. De acordo com dados do Banco Central, as situações mais críticas ocorreram nos anos de 2010, 2011, 2013 e 2015, anos em que o volume total contratado não foi cumprido.

Apenas no ano de 2015, houve um inadimplemento de 150 milhões de cédulas (o que representou 13,6% do total contratado).

O problema, no entanto, não se restringe às cédulas: segundo a Autoridade Monetária, nos anos de 2012 e 2015 a Casa da Moeda também não cumpriu o volume total contratado de moedas metálicas. Apenas no ano de 2015, e empresa deixou de entregar 118,4 milhões de moedas metálicas (o que representava 15,2% do total contratado).

Para melhor visualização da real dimensão do problema, o Banco Central encaminhou a este Relator informações mais detalhadas sobre o atendimento da demanda nos últimos sete anos. Os dados estão consolidados no gráfico abaixo.

Esse gráfico aqui é interessante e eu pedi que fosse encaminhado para que os colegas pudessem ter ciência da demanda e do abastecimento de moedas, de papel e metálicas no País. Esse gráfico ilustra muito bem as dificuldades que vêm ocorrendo com esse fornecimento aqui no Brasil].

Ao que tudo indica, o problema vem se agravando cada dia mais. Em dezembro de 2015, a própria Casa da Moeda, por meio do Ofício DICEM/040/2015, informou ao Banco Central que não seria capaz de entregar 174 milhões de cédulas e 118 milhões de moedas metálicas – eu vou passando para facilitar suas vidas, a do Relator e a do Presidente –, representando 15,5% do PAP. Volto aos colegas que chegaram, que é importante visualizarmos este nome, que é o Programa Anual de Produção.

Em julho de 2016, a Casa da Moeda informou, mais uma vez, que não poderia cumprir com o PAP anual, sob o argumento de que certos equipamentos de impressão estavam inoperantes, por “problema de manutenção”. No mês seguinte, a pedido do Banco Central, a empresa, por meio do Ofício DICEM/065/2016 – todas as cópias dos ofícios estão anexas, senhores colegas –, comunicou formalmente que não conseguiria produzir 280 milhões de cédulas, o que representa 27% do programa anual. A título de compensação, ofereceu-se apenas para entregar ao Banco Central determinada quantidade de moedas. Vou adiantar mais um pouquinho aqui.

A solução trazida pela Medida Provisória nº 745, de 2016 parece-nos por demais acertada e parcimoniosa. Sem sacrificar o caráter de atuação exclusiva da Casa da Moeda no Território nacional, a Medida Provisória se limita a permitir ao Banco Central, sempre que necessário, que adquira numerário junto a fornecedores



estrangeiros. Mantem-se, em regra, a exigência de procedimento licitatório, nos termos já conhecidos na Lei nº 8.666, de 1993. O objetivo precípua dessa regra é claro: criar um “plano B”, permitindo que o suprimento de cédulas e moedas metálicas se dê sempre de forma mais célere e mais vantajosa para o Estado brasileiro.

Parece-nos também bastante adequada a outra inovação legislativa da MP, que caracteriza como situação de emergência a “inviabilidade ou fundada incerteza quanto ao atendimento, pela Casa da Moeda do Brasil, da demanda por meio circulante ou do cronograma para seu abastecimento, em cada exercício financeiro”. A partir dessa caracterização, viabiliza-se, nessas hipóteses, a aquisição de numerário com dispensa de licitação, conferindo ao Banco Central a possibilidade de contar com uma maior agilidade no processo de seleção e de contratação de outros fornecedores quando a Casa da Moeda não tiver condições de fazê-lo.

O acerto dessa solução alternativa já pode ser aferido em pouco tempo: logo após a edição da Medida Provisória nº 745, de 2016, o Banco Central constituiu uma Comissão Especial de Compras e, entre 14 empresas convidadas a participar do processo de contratação, conseguiu selecionar um fornecedor que atendeu a todas as condições exigidas, principalmente no que se refere ao cronograma. Rapidamente, foi possível contratar a produção de 100 milhões de cédulas de R\$2, que serão entregues ainda em 2016, a um preço 14% inferior àquele cobrado pela Casa da Moeda pelo mesmo produto.

Por outro lado, contudo, temos como necessário promover alguns aprimoramentos no texto da MP, a fim de não tornar regra o que, a rigor, deve ser exceção.

Parece-nos que, se há no País uma empresa pública que tem como uma de suas finalidades a produção de papel moeda e moeda metálica e se toda a fundamentação do Poder Executivo está direcionada exclusivamente para viabilizar a contratação de fornecedores estrangeiros com dispensa de licitação apenas quando a Casa da Moeda de fato não consiga atender à demanda de numerário do País, é importante que o texto da MP reflita, de modo preciso e objetivo, as hipóteses ou circunstâncias nas quais isso ocorrerá.

Nesse sentido, propomos a inclusão de dois parágrafos no art. 2º da Medida Provisória, de forma a explicitar as condições nas quais restará efetivamente caracterizada a “inviabilidade ou fundada incerteza quanto ao atendimento, pela Casa da Moeda do Brasil, da demanda por meio circulante ou do cronograma para seu abastecimento, em cada exercício financeiro” de que trata o *caput* do mesmo artigo.

No §1º estamos consignando que essa inviabilidade ou fundada incerteza ficará caracterizada: primeiro, quando houver o atraso acumulado de 15% das quantidades contratadas, por denominação, de papel moeda ou de moeda metálica; ou, segundo, em outras hipóteses de descumprimento de cláusula contratual, devidamente justificadas, que tornem inviável o atendimento da demanda por meio circulante ou do cronograma para seu abastecimento.

Já no §2º estamos propondo que, para fins de caracterização de situação de emergência, o Banco Central do Brasil envie à Casa da Moeda do Brasil, até 31 de julho de cada ano, um plano anual de produção, com a informação sobre as demandas de papel moeda e de moeda metálica para o exercício financeiro seguinte. Como assim? Com isso, queremos dar condições para que a Casa da Moeda se planeje adequadamente para dar conta da demanda, evitando-se, assim, a banalização da possibilidade de contratação de fornecedores estrangeiros com dispensa de licitação.

Então, o voto.

Por tudo quanto exposto, votamos pela admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade e adequação orçamentária e financeira da Medida Provisória nº 745, de 2016, bem como pela inconstitucionalidade das Emendas nºs 10, 11, 12 e 13, eis que versam sobre matéria de conteúdo temático estranho ao objeto originário da referida Medida Provisória.

No mérito, votamos pela sua aprovação, com as alterações propostas na forma de Projeto de Lei de Conversão anexo a este Parecer, bem como pela rejeição de todas as demais emendas.

Eu vou ler aqui as modificações dos dois artigos, porque é importante, Enio, Sr. Presidente, nós debatermos um pouco isso aqui. Isso irá nos ajudar a ter segurança, garantir o serviço para a Casa da Moeda, que é de extrema importância. A Casa da Moeda é uma empresa pública de extrema importância, estratégica para o nosso País. Para tanto, também, mediante a necessidade de segurança nacional, dar esse direito ao Banco Central, no caso de emergência, de fazer essa contratação.

Para isso, nós conversamos com representantes da Casa da Moeda, dos servidores da Casa da Moeda, conversamos com servidores técnicos do Banco Central, ouvindo os dois lados.

E essa matéria, Sr. Presidente, eu vejo que, primeiro, os dois lados têm razão. Os funcionários da Casa da Moeda têm razão quanto aos documentos que foram apresentados nesse relatório. Razão em que sentido? No ano passado o PAP – eu vou ler novamente o que é o PAP aqui, porque senão.... Eu já errei duas vezes o que é o PAP (Programa Anual de Produção) ... O que é isso? É a demanda que o Governo, o Banco Central, tem para a produção do ano subsequente, que deveria ser, sim, apresentada com prazo adequado. Ano passado não foi



apresentada no prazo adequado.

Para tanto, qualquer empresa que venha a produzir tem que ter uma proposta de demanda, e isso prejudicou, sim, a Casa da Moeda, Sr. Presidente. Portanto, nós estamos sugerindo aqui no projeto de lei que haja o gatilho da emergência – a que o Banco Central tem direito –, que seja apresentado em um prazo adequado à demanda para o ano subsequente – deverá ser apresentado até o dia 31 de dezembro do ano anterior.... Até o dia 31 de julho do ano anterior –, dando, assim, à Casa da Moeda uma previsibilidade de demanda para o ano subsequente.

Veja bem: este ano, não foi apresentado. A Casa da Moeda perdeu propostas de outros países para produção de moeda, gerando, assim, um prejuízo ou deixando gerar um faturamento para a Casa da Moeda. Mas o nosso principal fornecedor tem que ser o Governo brasileiro, o Banco Central. Para tanto, o Banco Central tem arguido que as demandas por parte do Banco Central, que foram apresentadas neste gráfico, a Casa da Moeda tem tido dificuldade para suprir. Por isso que o Governo enviou a medida provisória. E tem razão também.

Então, com a medida provisória e as adequações que nós fizemos, nós estamos dando um gatilho, porque, senão, senhores colegas, eu entendo que fica muito genérico o que é essa necessidade emergencial de contratar moeda por outras empresas de fora do País, porque, no Brasil, só a Casa da Moeda pode produzir, Presidente. Então, num caso de emergência, não há como outra empresa nacional fornecer. Tem que ser contratado no exterior. Esse gatilho só irá iniciar quando for comprovado que a Casa da Moeda não tem condição de fornecer, mediante a não entrega, durante um prazo de três meses, de 15%.

Mas nós fomos além no nosso relatório. Estamos dando a previsibilidade para que a Casa da Moeda possa se adequar dentro da demanda. Estamos dando um prazo de seis meses para que a Casa da Moeda possa se adequar, fazer a manutenção nos seus equipamentos e se preparar para fornecer para o Banco Central. Para tanto, senhores colegas, essas duas melhorias vêm ao encontro do que foi apresentado por ambas as partes, que são o Banco Central, que faz a demanda, e o fornecedor aqui, no Brasil, a Casa da Moeda.

Então, vejo que nós melhoramos o relatório. Estamos dando segurança, no caso de emergência, para o Banco Central e segurança também para uma empresa que é de extrema importância e centenária no Brasil, que é a Casa da Moeda, para que ela possa se adequar, se preparar e fornecer e, com isso, também gerar novas receitas podendo fornecer moedas para outros países, porque tem prejudicado a Casa da Moeda essa imprevisibilidade por parte do Banco Central.

Portanto, Sr. Presidente, eu acredito que a gente chega aqui numa adequação que irá melhorar o sistema brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco/PDT - RR) – Agradeço ao Deputado Leonardo Quintão, Relator, que fez um belíssimo comentário.

Antes de entrar na discussão, temos, sobre a mesa, dois requerimentos: um do Deputado Enio, que, gentilmente, já o retirou – ele confirma –, e um do Deputado Nelson Marquzezelli. Ele, no momento...

Nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal, estando ausente o autor, fica prejudicado o requerimento. Portanto, está prejudicado o requerimento do Deputado Nelson.

Agora, coloco a matéria em discussão.

O Deputado Enio é o nosso primeiro da lista de inscrição.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Obrigado, Presidente.

Senador Telmário, Deputado Leonardo Quintão, primeiramente, quero agradecer, nobre Relator, pela atenção que me deu no atendimento ao texto.

Quando eu fui indicado pela minha Liderança para participar do grupo dessa medida provisória, confesso a V. Ex^{as} que fiquei surpreso.

A Casa da Moeda existe há centenas de anos. Passou de cem.

Outra coisa: eu acho absolutamente normal, acharia normal se, pelo menos, tivéssemos uma hiperinflação e tivéssemos que trocar a moeda, o que já vivemos nos anos 80, porque, de fato, de surpresa, a Casa da Moeda não teria condições de fabricar novas cédulas, novas moedas. Mas mesmo com a inflação relativamente alta que estamos vivendo, não entendi, de maneira alguma, não se justifica fazer esse tipo de coisa, que vamos chamar de terceirização do papel da Casa da Moeda. Confesso que fiquei muito surpreso. E fiquei mais surpreso ainda quando, procurado pelo sindicato dos trabalhadores da Casa da Moeda, me mostraram os documentos, inclusive do Presidente da Casa da Moeda, de que V. Ex^a também tomou conhecimento, como está claro aqui.... Não teria porque, de maneira nenhuma, se fazer isso.

Outra questão, nobre Presidente e nobre Relator: se é uma emergência, você não precisa fazer uma lei. A 866 nos dá o direito de, numa emergência, mesmo sem licitação, fazer isso. Quem já trabalhou na gestão



pública sabe que a Casa da Moeda é um caso específico. Mas, se há uma inundação no seu Município ou no seu Estado, ou se acontece um incêndio gigantesco, você não vai seguir as regras da licitação para fazer isso. Você pode fazer uma compra de emergência. Então, hoje nós já temos lei. A 866, em que pese, em alguns aspectos, ela estar ultrapassada, nos dá toda a condição para que, sem a medida provisória, se possa, em caso de emergência, fazer isso.

Em todo caso, surpreende-me também – e aí o mérito do Deputado Leonardo Quintão em esclarecer isso – que seja muito mais ineficiência de gestão do que qualquer outra coisa.

Eu faço parte de uma escola que não acredita que porque é privado é mais competente do que o público. Você é competente ou incompetente sendo privado ou público. Se se conseguiu comprar pagando 18% mais barato, é um problema de gestão da Casa da Moeda, não porque o público é mais caro. É um problema de gestão. Isso prova que temos que ter um olhar muito, muito especial sobre a Casa da Moeda, sobre sua gestão, sobre sua transparência e, principalmente, sobre o papel do Banco Central em preparar isso. Quer dizer, existe o PAP, conforme o nobre Deputado Leonardo Quintão colocou muito bem, mas não funciona. Eu acho que V. Exª foi elegante em não colocar esse termo. Poderia ter colocado de forma explícita. Porque, se funcionasse, não estaria onde está o problema.

Então, parece-me que a essência está muito mais na gestão do que na capacidade da Casa da Moeda. Está provado que a Casa da Moeda tem equipamentos, renovados em 2010, com o apoio do Presidente Lula, e tinha todas as condições de fazer isso.

Acredito, nobre Deputado, que V. Exª melhorou bastante o texto. Eu estou convencido disso.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG. *Fora do microfone.*) – Posso comentar?

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Claro. Pois não.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Eu acho que o Parlamento é o lugar de a gente melhorar as coisas. Então...

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Aliás, esse é o termo.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – ..., quando veio essa matéria, que é uma matéria bastante técnica, certamente, nós não iremos mexer mais nessa matéria nas próximas décadas.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Sim.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – E, realmente, por questão de segurança, no caso de não ter a disponibilidade por parte da Casa da Moeda, eu acho que é pertinente. Mas, por outro lado também, eu acho que nós temos que preservar a Casa da Moeda, que é uma empresa brasileira centenária.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Sem dúvida.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Isso vai dar também à Casa da Moeda a condição de produzir para outros países.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – O que é fundamental.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Esse diálogo entre o Banco Central que nós estamos sugerindo aqui através de lei, dizendo que deve apresentar a demanda até o dia 31 de julho vai dar total condição para a Casa da Moeda saber: “Olha, eu tenho essa demanda. Então, eu tenho meus equipamentos, vou produzir isso, e o que mais eu posso produzir daqui em diante?”

Porque é esse diálogo que a lei vai ajudar a ter dentro de uma regra, que antes passava, poderia chegar.... Por exemplo, no ano passado, as informações que a Casa da Moeda nos deu são de que demorou a chegar a demanda e, obviamente, se a demanda demora a chegar, você não consegue se preparar.

A Casa da Moeda perdeu também serviços que poderia fazer para outros países. A Casa da Moeda é uma empresa de excelência no país. Inclusive, fui convidado para conhecer a Casa da Moeda. Quem sabe a gente possa fazer uma visita, eu já vi na televisão como é feita. Acho que é uma visita importantíssima de ser feita para apoiar uma empresa nacional pública que é de excelência.

Então, vejo que a gente melhorou a medida provisória. Vamos dar condição de segurança nacional para o Banco Central, mas colocando regras, limites, e, nesse caso, para que o Banco Central também possa colocar a sua demanda no prazo adequado.

Então, eu vejo que o Governo acertou com a medida provisória, nós melhoramos a medida provisória. Com isso nós vamos dar condição de, para frente, melhorarmos a qualidade da moeda nacional. Eu estudei isso, Sr. Presidente, a qualidade da nossa moeda. Se você pegar a qualidade do papel do real e a qualidade do euro, podemos melhorar a qualidade da nossa moeda papel no Brasil. Isso certamente vai nos ajudar a melhorar, porque com a qualidade o papel dura mais, duas, três vezes mais. Então, isso vai gerar mercado. No caso de emergência, vamos ver essas moedas que chegaram aqui agora. São moedas com um papel bem melhor do que o usado aqui. Isso vai dar condição de a Casa da Moeda fornecer um produto melhor para nós todos brasileiros.



O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Só para concluir, já que foi um aparte, e quero que desconte do meu tempo, Sr. Presidente. *(Risos.)*

Serei rápido. Para encerrar, é uma pena que na gestão pública, e defendo o modelo de Estado expandido, que tenhamos de criar uma lei para se utilizar regras de administração, porque o mínimo que se espera é que se avise a fábrica, indiferente do que seja o produto, do que você espera produzir. Então, é uma pena que tenham colocado. Não me parece que V. Exª avança nesse sentido. Essas são as observações.

Sobre o encaminhamento, o meu voto ou “não”, vou aguardar, porque tenho impressão de que não temos quórum ainda na Casa suficiente para deliberar. Como não há quórum, vou esperar para depois encaminhar a minha posição sobre isso.

Em todo caso, agradeço a V. Exª e faço um elogio público à iniciativa de melhorar isso, na procura de um acordo com os companheiros do sindicato da Casa da Moeda também.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Vamos saudar. Nós temos representantes do sindicato da Casa da Moeda. Se puderem me passar os nomes, gostaria de saudar V. Sªs, que participaram efetivamente.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Há o Rônei e o Aloísio. Então, quero saudar vocês. Parabéns. Muito obrigado pela participação, que nos ajudou a melhorar uma matéria de extrema importância para a Casa da Moeda, para o Banco Central e para a população brasileira. Que Deus os abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco/PDT - RR) – Eu quero parabenizar o Deputado Quintão por reconhecer o trabalho desses servidores que estão aqui presentes, a Deputada Luciana Santos, que também nos honra. Se assinar a lista nos ajudará no quórum, o que nos deixaria muito honrados. Agradeço ao Senador Valadares, que está presente...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Você não acha que tem como a gente votar?

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Eu até fiz um elogio público, dizendo que vou votar contra, mas, até por respeito a minha assessoria técnica – tenho um grupo de economistas muito competentes, eu sempre gosto de ouvi-los –, eles vão dar uma lida nisso. Amanhã nós discutimos isso. Isso, caso...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Isso que é um bom acordo.

Vai pedir vista.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco/PDT - RR) – Vai haver vista coletiva. Se V. Exª assinar, vai nos honrar.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – É só dar presença. A gente pede vista coletiva e vota amanhã. Não é isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco/PDT - RR) – Deputado Enio, V. Exª confirma a vista?

O SR. ENIO VERRI (PT - PR) – Dado o quórum, eu confirmo a vista, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco/PDT - RR) – Então, como foi pedida a vista, dou vista coletiva, suspendo a presente reunião e fica marcada a reabertura para amanhã, às 23h.

A SRª LUCIANA SANTOS (PCdoB - PE) – Sr. Presidente, uma breve consideração.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco/PDT - RR) – Pois não, Deputada.

A SRª LUCIANA SANTOS (PCdoB - PE) – Cheguei quase agora. Não acompanhei a apresentação do relatório porque estava em outro compromisso.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Eu posso dizer as duas modificações, brevemente, para a Deputada, para que ela entenda, com a sua permissão.

A SRª LUCIANA SANTOS (PCdoB - PE) – Eu posso depois, Deputado Leonardo Quintão, dar uma olhada, inclusive porque há emenda de autoria de Jandira, de Erika Kokay, algumas que eu podia depois olhar se no seu relatório V. Exª levou em consideração.

Mas, de fato, me incomoda porque, pelo que me conste, não há, por parte da Casa da Moeda, dificuldades de prover o Banco Central com as moedas necessárias para circulação nacional. Então, o momento que estamos vivendo na economia brasileira, de uma desnacionalização rápida e brutal no setor elétrico, na construção civil, em aspectos da economia num momento em que o Brasil precisa retomar o crescimento... Mas não basta retomar o crescimento com qualquer tipo de investimento, nós precisamos retomar o crescimento fortalecendo a nossa economia, fortalecendo a economia nacional. Então, inquieta-me que não se ressalve, a não ser que no relatório – e já pedi desculpas por isso – do Deputado Leonardo Quintão já estejam previstas algumas medidas de proteção do interesse nacional.

Sendo assim, pactuando com algumas emendas das Parlamentares que aqui apresentaram, a gente, então, sem dúvida, reposiciona a posição do PCdoB nesta Comissão. Por isso acho importante a iniciativa do



nosso querido Deputado de pedir vistas para que a gente analise essas emendas, porque para nós, o mais estratégico e importante neste momento, é defender o interesse nacional. Por isso, essa nossa inquietação, para saber até que ponto nós vamos proteger esse interesse.

O SR. PRESIDENTE (Telmário Mota. Bloco/PDT - RR) – Declaro suspensão a presente reunião, e fica marcada para amanhã às 14h30.

Muito obrigado.

(Iniciada às 12 horas e 42 minutos e suspensão às 15 horas e 16 minutos do dia 22/11/2016, a reunião é reaberta às 14 horas e 36 minutos do dia 23/11/2016.)

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 745, de 2016.

A Presidência comunica que, no dia 22 de novembro, o Deputado Leonardo Quintão procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se, em seguida, a reunião.

Passo a palavra ao Relator, Leonardo Quintão, para as suas considerações. Na sequência, já está inscrito o Deputado Deley.

Com a palavra o nobre Relator, Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero aqui saudar os colegas. Serei breve, porque nós lemos o relatório ontem. Quero agradecer muito dois Deputados, e aproveitar também o Enio, que está aqui conosco, que participou da elaboração desse relatório. Quero agradecer ao Marquezelli, que foi fundamental no nosso convencimento, e cumprimentar também o nosso amigo Deley, que é do Rio de Janeiro e aqui representa a sede da Casa da Moeda.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Vizinho da Casa da Moeda!

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Vizinho da Casa da Moeda.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Fora do microfone.) – Só uma pergunta informal... (Risos.)

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Sr. Presidente, depois que ele falar, eu quero a palavra.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Só estamos esperando chegarem dois Senadores para que a gente possa votar. Vamos aproveitar esse momento.

Então, Deputado Enio, quero agradecer muito a vocês, porque isso nos ajudou a ter informações claras sobre o processo e a aprimorar a lei de hoje. As adequações foram feitas. Nós criamos aqui o gatilho para que seja considerada questão de emergência, que é a não oferta, por parte do fornecedor, de 15% da demanda mensal. Colocamos também um artigo que garante estabilidade para a Casa da Moeda, que é a proposta da demanda, para que seja apresentada pelo Banco Central no dia 31 de agosto. Com isso, a Casa da Moeda vai poder se preparar e ter o serviço.

Então, quero agradecer a V. Ex^{as} e agradecer ao Senador Raupp também, que nos ajudou para que a gente melhorasse.

A Casa da Moeda é uma empresa pública de extrema importância para o nosso País, uma empresa de extrema importância para a questão de segurança nacional, de excelência de serviço. Então, nós estamos aqui valorizando a Casa da Moeda e dando garantia de segurança nacional para todos nós, brasileiros.

Muito obrigado pelo apoio. Quero agradecer os servidores. Faço uma saudação ao Presidente da Casa da Moeda também, Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Muito obrigado.

Presidente, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Só peço a compreensão do Deputado Nelson Marquezelli, porque o Deputado Deley havia feito a solicitação primeiro. Então, com a palavra o Deputado Deley e, na sequência, o Deputado Nelson Marquezelli.

O SR. DELEY (PTB - RJ) – Presidente, eu queria parabenizar o Deputado Leonardo Quintão, V. Ex^a e todos os membros desta Mesa. Nós tivemos a oportunidade, ontem, de conversar com o Deputado Leonardo.

Eu queria só deixar registrado – o Deputado Marquezelli vai até se aprofundar mais no assunto, nós somos do mesmo Partido, amigos, companheiros – que nós temos a mesma visão. É bom que se deixe claro que essa medida provisória é fruto de um equívoco de governos passados, que realmente não entenderam a sua importância. Eu não acredito que desconheçam, mas precisavam valorizar mais, até pela capacidade instalada



da nossa Casa da Moeda. Não de convir que nós temos um grande patrimônio, uma grande empresa pública. Se ela cometeu algum erro, esse erro aconteceu principalmente pela falta de planejamento do Banco Central. Então, o grande culpado de hoje nós estarmos comprando papel-moeda na emergência chama-se Banco Central. A gente sabe, isso é do mercado: todas as vezes, quem compra na emergência compra mal.

Então, a capacidade instalada da Casa da Moeda pode não só servir ao País, como pode vender serviço a outros países. É aquilo que disse o Deputado Leonardo Quintão: nós estamos falando de questão de segurança nacional. Pouquíssimos países no mundo não são aqueles que produzem a sua moeda. Então, quero deixar esse registro: que o Banco Central tenha juízo, tenha planejamento, porque isso que nós estamos fazendo é prejuízo, principalmente para um País que vive uma crise econômica sem precedentes, e aí, por falta de planejamento dos senhores do Banco Central, vamos ter que aprovar essa medida provisória. Espero que seja a última vez e que ela valorize e respeite a Casa da Moeda e seus funcionários.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Dando sequência à discussão, com a palavra o Deputado Nelson Markezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Obrigado, Presidente.

Eu quero dizer ao meu amigo Quintão que nós vamos votar favoravelmente. A gente precisa tentar corrigir, como você disse no seu relatório, uma falha de atuação, por causa – viu, Presidente? – de uma pecinha que quebrou, que resolveriam facilmente o Presidente do Banco Central, o Ministro da Fazenda e o Presidente da Casa da Moeda. Um único fornecedor de peça vai lá no avião de manhã, traz de noite, volta, coloca a peça, estaria resolvido. Uma diretoria que está sendo mudada, um diretor que está saindo faz um ofício ao Banco Central e leva o Banco Central ao erro de editar uma medida provisória para fazer as compras de moeda no exterior, quando a Casa da Moeda e a nova diretoria que está entrando agora, com um parque espetacular instalado... O parque industrial da Casa da Moeda do Brasil há três anos foi reformulado, inteirinho.

Gastou-se mais de R\$1 bilhão na reforma dele; máquinas espetaculares, porque conheço o setor gráfico do Brasil e dificilmente você vai achar um igual à Casa da Moeda. Foi equipado para fazer não só a moeda do Brasil como da América do Sul inteirinha e até de alguns países da Europa, se quiser. Ele está altamente capacitado.

O que é preciso fazer é a mudança necessária. O Banco Central e o Ministério da Fazenda, que fazem o gerenciamento da Casa da Moeda, que é uma empresa estatal, tem que programar como o senhor colocou no seu relatório, 30 de agosto, um ano antes, para que ela possa fazer as compras de seu material, de suas provisões com antecedência, usando a cotação no mercado, comprando a um preço melhor, num prazo e entrega melhor. Assim mesmo, o Banco Central e o Ministério da Fazenda precisam cumprir também o contrato com ela, fazer os pagamentos na hora certa, para poder cumprir, da melhor maneira possível, porque são eles que escolhem seus diretores, para poder ter um resultado melhor. Tem que fazer o pedido no tempo correto, fazer o orçamento de consumo no tempo certo.

A Casa da Moeda tem o maior parque e tem 2.800 funcionários. Nós vamos comprar lá fora, com essa crise de trabalho no Brasil! Uma Casa da Moeda que foi feita no Império, acho que tem mais idade que o Senado e que a própria Câmara Federal. Vamos fazer o quê? Privatizar, fechar, numa precipitação, por falta de uma peça em uma máquina? A Casa da Moeda do Brasil tem estoque, tem projeção, tem trabalho, tem condições de fazer tudo que é necessário.

Então, o Governo tem que dar condições – e por isso parabenizo o seu relatório – porque você colocou nele a nossa preocupação. Quem toma conta tem que saber dar ordens, tem que saber como tem que ser feito, para gente poder fazer aquilo que é necessário. Nós lá no PTB temos sempre sugerido o Governo, na Casa Civil, no próprio Ministério, fazer uma remodelação funcional, fazer um projeto, um planejamento de redução de número de funcionários, automatizar alguns segmentos, trabalhar para que o Município receba no futuro alguma fábrica privada de fornecimento de papel de moeda, para reduzir frete, para reduzir tudo, investimentos para poder vender serviços e prestação de serviços em Buenos Aires, em Assunção, em Montevidéu, em todas as capitais, em todos os países da América do Sul. Ela tem condições para isso, tem excelentes técnicos, tem uma equipe funcional de primeiro mundo e não pode numa precipitação de um diretor que está saindo e faz uma cartinha para o Ministério da Fazenda dizendo: “Olha, não vou ter condições de entregar isso. Chegou aqui em setembro”. Dez dias depois, a peça chegou e ele fala: “Agora eu tenho condições de atender o pedido”. Aí a medida provisória já tinha saído.

Precipitação também do Banco Central e de quem deu sinal de alarme dentro do Ministério da Fazenda. Seria, no mínimo, convocar o presidente, a nova diretoria e dizer: Recebi esse ofício. Vocês vão trocar isso? Não dá, tem que fazer.

Então, parabéns pelo relatório. A princípio – eu não conhecia o relatório – eu advogava a derrota dessa



medida provisória. Vamos arquivar. Pela primeira vez, no Senado, vamos derrotar uma medida provisória do Governo.

Eu sou Governo e trabalho para o Governo, mas V. Exª foi mais inteligente, fez um relatório e colocou no relatório tudo aquilo que nós queríamos.

Parabéns, voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Com a palavra...

Bom, não havendo mais quem queira se manifestar, encerra-se a discussão.

Em votação o relatório. Os Srs. Deputados, os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o relatório apresentado pelo nobre Deputado Leonardo Quintão, e esse relatório passa a constituir, portanto, o parecer da Comissão.

Parabenizo o Deputado Relator e agradeço a todos os demais colegas.

Para uma última consideração rápida o nobre Deputado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Só uma consideração final. Eu acho que vou, nós vamos aqui ter acesso a um sonho de vida. Eu sempre tive o sonho de conhecer a Casa da Moeda. Então, eu quero aqui fazer o convite, quem sabe na quinta-feira, Marquezelli.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Eu não estou aqui na semana que vem, mas se você quiser mudar para outra, eu vou.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Então, vamos mudar.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Eu também não conheço, eu nunca estive lá.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Então, vamos mudar.

Pois é, porque eu já vi, desde criança, na televisão, no Discovery Channel; já vi. Eu acho que, se puder providenciar Deley, Marquezelli, uma visita nossa, pode ser na outra quinta, então, para os Deputados que quiserem ir, eu acho que vale a pena...

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Quintão!

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – ...a gente conhecer esse patrimônio do Brasil. Vamos fazer isso, Marquezelli? Você coordena, Deley, para a gente aí? Vamos lá, Colatto?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Eu queria ver o relatório, ver o que dá. Se você ainda puder mexer no relatório, só tirar aquela parte lá do relatório, está aqui: “o fato é que, se a Casa da Moeda não consegue dar conta da demanda do numerário que lhe é confiada, é dever do Poder Executivo...” Eu acho que isso aqui, se eu pudesse subtrair isto aqui: “O fato é que a Casa da Moeda não consegue dar conta da demanda de numerário.” Isso poderia ser subtraído.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Isso é na justificativa?

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – É na justificativa. Página 9. Só tirar isto aqui.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Se é na justificativa não há maiores problemas, porque o teor do projeto já acabou de ser anunciado.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Mas ele pode.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Eu posso.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – A justificativa é apenas questão redacional.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Ele pode; na redação ele pode.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Vou pedir para a assessoria acatar aqui a sugestão.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Ele pode começar: “É dever do Poder Executivo, tal, tal tal...”

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Alguém pode cuidar disso para a gente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Apenas uma correção na justificação.

O SR. NELSON MARQUEZELLI (PTB - SP) – Para não deixar patente no relatório dele que a Casa da Moeda não tem; ela tem condições de fazer.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Vamos corrigir isso, então.

O SR. PRESIDENTE (Domingos Sávio. PSDB - MG) – Bom, havendo cumprida a finalidade, nós propomos a aprovação da ata da presente reunião por todos os membros. Os Srs. Parlamentares que concordam com a aprovação da ata permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovada a ata. Será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 14 horas e 44 minutos e suspensão às 15 horas e 16 minutos do dia 22/11/2016, a reunião é reaberta às 14 horas e 36 minutos e encerrada às 14 horas e 49 minutos do dia 23/11/2016.)



ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 9 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às catorze horas e trinta e nove minutos do dia nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, José Medeiros, Elmano Férrer e Pedro Chaves; e dos Deputados Wilson Filho, Celso Jacob, Reginaldo Lopes, Maria do Rosário, Soraya Santos, Thiago Peixoto, Professora Dorinha Seabra Rezende, Josi Nunes, Rogério Marinho e Átila Lira. Registra-se a presença de parlamentares não membros da Comissão, a Senadora Gleisi Hoffmann e o Deputado Sóstenes Cavalcante. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a Reunião. Faz uso da palavra pela ordem a Deputada Maria do Rosário. A Reunião é suspensa às catorze horas e quarenta e quatro minutos. Às quinze horas e dois minutos é reaberta a Reunião. A Presidência convida para assento à mesa os seguintes participantes: Olavo Nogueira Filho, Gerente de Projetos do Movimento Todos pela Educação – TPE; Monica Ribeiro da Silva, Coordenadora do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio; Iria Brzezinski, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação - Anfope; Carina Vitral, Presidente da União Nacional dos Estudantes - UNE; Daniel Tojeira Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; Francisco Jacob Paiva, Primeiro Secretário da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Andes; e Thays de Oliveira Soares, Vice-Presidente Regional da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – Ubes. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra, Deputado Átila Lira, Deputada Maria do Rosário, Senadora Gleisi Hoffmann, Deputado Rogério Marinho, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Celso Jacob, Senador José Medeiros, Deputado Sóstenes Cavalcante e Senador Pedro Chaves. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e quarenta e cinco minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI LUCAS

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 5ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Em virtude da confusão causada pelos estudantes, incluindo o cerco ao anexo...

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Como houve tumulto no anexo II do Senado Federal e agressões a Senadores e funcionários da Casa, as convidadas Camila Lanes, presidente da Ubes, e Carina Vitral, presidente da UNE, não participarão da presente audiência pública, por determinação do Presidente do Senado.

Quero aproveitar esta audiência pública para ler aqui o nosso Regimento Comum, art. 146: “Durante as sessões conjuntas, as galerias serão franqueadas ao público, não se admitindo dos espectadores qualquer manifestação de apoio ou reprovação ao que ocorrer em plenário ou a prática de atos que possam perturbar os trabalhos”.

Eu vou iniciar com os convidados que já chegaram – parece-me que dois ainda não chegaram.

Vou convidar para compor a Mesa o Sr. Olavo Nogueira Filho, Gerente de Projetos do movimento Todos pela Educação (TPE); a Srª Monica Ribeiro da Silva, Coordenadora do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio; e a Srª Iria Brzezinski, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope).



A Presidência adotará as seguintes normas: serão realizadas duas ou uma mesa de debates, dependendo do número de convidados. O convidado fará sua exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente, uma questão de ordem a V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Questão de ordem ou pela ordem?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente, nós temos uma série de convidados. Uma das convidadas – eu acabei de chegar – nos disse que houve uma situação ruim com os estudantes que convidamos para acompanhar esta reunião. V. Exª está informado? Eu gostaria de uma informação mais oficial sobre isso.

Nós queremos fazer um debate, e creio que V. Exª também quer fazer um debate, o Relator também, com a presença dos convidados e, entre eles, estão estudantes. Não temos o que esconder, até porque isso aqui tudo é público, nós estamos num ambiente público. Então, eu pergunto a V. Exª se nós não poderíamos verificar o que está acontecendo antes de começarmos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu iria lá olhar, pelo menos, verificar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª chegou um pouco atrasada...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Isso, dez minutos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu fiz o relato aqui de comunicado da Presidência do Senado. A Senadora Fátima Bezerra presenciou a confusão que houve aqui na Casa, esteve com o Presidente Renan, e essa foi a determinação do Presidente.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Desculpe, mas qual é a determinação do Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Que as convidadas Camila Lanes, da Ubes, e Carina Vitral, presidente da UNE, não participarão da presente audiência.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Mas como, Sr. Presidente? Então nós não vamos fazer audiência, me desculpe o Presidente Renan Calheiros. Então eu peço aos nossos convidados que não façamos a audiência.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Sendo assim, o Andes também não participa.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Mas o que é isso? Eu não posso aceitar que o Presidente do Senado ou quem quer que seja... Isso é uma intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada, Deputada...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Isso é absolutamente rejeitável, Sr. Presidente. Eu convidei as pessoas, foi aprovado um requerimento. Como é que a presidente da UNE e a presidente da Ubes vão ser dispensadas deste debate? Estão dispensando o povo brasileiro do Parlamento, Sr. Presidente? Invoco os demais convidados a não aceitarem este estado de coisas.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Eu me recuso a participar.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Nós, como Parlamentares, somos uma resistência. Se não há outra resistência, eu serei. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Não é possível!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Já foi uma dificuldade entrar neste lugar aqui. É um desrespeito total com os professores, demora mais de dez minutos... Passamos por vários controles para entrar aqui. Somos professores universitários, fomos convidados para participar desta reunião. Exigimos esta audiência e com os estudantes. Sem os estudantes, a gente não participa. (*Palmas.*)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente, não é possível! Eu apelo a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu ouvi V. Exª e gostaria de ser ouvido.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Claro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou suspender por cinco minutos para conversar com V. Exªs, mas há uma determinação do Presidente do Senado. A Senadora Fátima Bezerra esteve já com o Senador, e há uma determinação dele. Cabe recurso lá, a Senadora Fátima está levantando isso. Ela participou, inclusive, da reunião.

Suspendemos por cinco minutos e depois nós retomaremos. É evidente que nós vamos verificar com os convidados quem quer participar. Em cinco minutos, retomaremos os trabalhos para ouvir realmente os convidados.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Não aceito, não aceito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª pode recorrer, Deputada.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Não aceito! Não aceito! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª não pode impor, Deputada. Os convidados...



A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu posso convidar os convidados a não contribuírem com essa situação absurda que é estudantes não poderem participar dos debates das suas vidas.

V. Ex^{as} estão vendo o que acontece com o Parlamento brasileiro? V. Ex^{as} estão se dispondo a serem Parlamentares e autoridades de última categoria, que aceitam que a juventude fique de fora? A quem nós representamos aqui? Este Parlamento tem que ter espinha dorsal, tem que ter altivez, tem que ouvir as pessoas. Não é possível! V. Ex^a vai querer realizar audiência? Vou lhes dizer: eu convidei boa parte dos que aqui estão pelo requerimento que apresentei.

Eu gostaria de pedir a vocês que não falem sem os estudantes.

ORADORA NÃO IDENTIFICADA (*Fora do microfone.*) – Não falaremos.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Porque eu não participarei de uma audiência em que a presidente da UNE foi convocada, veio e não pôde sentar à mesa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. *Fora do microfone.*) – Eu não participarei de uma audiência desse tipo, queira o Senador Renan ou não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Maria do Rosário, por mim não há nenhuma dificuldade, até porque o Relator... Ontem mesmo fizemos aqui uma audiência pública, V. Ex^a participou e viu a disposição do Relator de acolher todas as sugestões. Não há nenhuma dificuldade nossa de fazer o debate, de ouvir sugestões. O próprio Relator sugeriu e já acatou, inclusive, algumas considerações.

Eu tive informações de que a Camila está aqui do lado. Se ela estiver...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Por mim, não há nenhuma dificuldade para ela entrar e fazer o pronunciamento dela.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Então está suspenso por cinco minutos, que é tempo suficiente para verificar se elas estão, a Camila e a Carina... Se elas estiverem, não há nenhuma dificuldade, muito pelo contrário, nós queremos ouvir todo mundo.

Vou suspender por cinco minutinhos só.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Sim, não tenha dúvida, faremos.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é suspensa às 14 horas e 44 minutos.)

(Suspensa às 14 horas e 44 minutos, a reunião é reaberta às 15 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Bem, vamos, então, retomar a nossa reunião, já que a nossa Presidente da União Nacional dos Estudantes, a Carina, já se encontra conosco. Também já determinei que... Assim que a Camila chegar, não haverá nenhuma dificuldade. A Camila não chegou ainda, nós estamos aguardando.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Deputado Izalci, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pois não, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Deputado Izalci, primeiro quero ressaltar a iniciativa da Deputada Maria do Rosário e outros, que agiram no sentido de garantir a presença aqui não apenas da Presidente da UNE, mas dos estudantes, porque, afinal de contas, a Presidente da UNE representa os estudantes de todo o Brasil.

Segundo, Deputado Izalci e Senador Pedro Chaves, que quero cumprimentar, assim como os demais convidados, o dia de hoje está muito tumultuado em função dessa medida inoportuna e autoritária que o Senado tomou no que diz respeito a garantir o acesso dos estudantes ao Congresso Nacional. Isso, para nós, é inaceitável, até porque a agenda de hoje do Congresso Nacional está voltada prioritariamente para o presente e para o futuro da educação brasileira. Ou seja, é a PEC 55 que está em debate na Comissão de Constituição e Justiça, uma PEC que os estudantes – ao contrário do que disse o Presidente, que disse que os estudantes não sabem o que é uma PEC – sabem muito bem o que é, mais ainda a PEC 55, pelo tanto que essa PEC aponta de congelamento, de redução drástica dos recursos e pelo que isso pode prejudicar a educação brasileira, inviabilizando as metas do PNE.

Quero ainda, Deputado Izalci, dizer a V. Ex^a que, na Comissão de Educação, da qual sou Vice-Presidente,



também hoje nós instalamos um debate sobre a MP 746 *versus* o Plano Nacional de Educação. Aliás, muitos dos convidados que estão participando da Comissão de Educação já estão se dirigindo aqui para a Comissão Especial.

Dito isso, quero só deixar o nosso protesto. Eu fui lá, inclusive, falar com o Presidente da Casa, o Senador Renan, que nos ouviu com toda a atenção. Fomos lá para colocar claramente que esta Casa, em momento algum, pode fechar as portas para o povo, muito menos hoje e muito menos para os estudantes, porque hoje a agenda principal do Senado Federal diz respeito, repito, à vida de milhões de jovens, porque diz respeito ao presente e ao futuro da educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Átila.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados presentes, eu queria encaminhar ao Relator, o Senador Pedro Chaves, uma contribuição do Prof. Moaci Alves Carneiro, que foi Consultor da Comissão de Educação nos últimos anos e trabalhou no projeto de reforma do ensino médio que foi aprovado pela Comissão Especial.

Ele apresentou um estudo. Nós pedimos que ele fizesse uma exposição durante os debates, mas estamos encontrando dificuldades pela própria agenda. Nesse sentido, estamos apresentando esse projeto.

Outra coisa, Presidente. Eu participei, nesses dias todos, do debate da 241. Primeiro, eu votei favoravelmente nos dois turnos, trabalho na área de educação e tenho esclarecido sempre: é bom que todos leiam o que é a 241, porque ela é textual. Na questão da educação e da saúde, o Orçamento é aberto para atender justamente aos princípios da Constituição atual e permitir que o Congresso possa alocar mais recursos. Portanto, educação e saúde estão excluídas do processo de racionalização do Orçamento público.

Era isso que eu queria registrar.

Vou passar à Mesa essa contribuição do Prof. Moaci Alves Carneiro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Vamos dar início à nossa audiência de hoje?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Presidente, quero apenas lhe agradecer ter suspenso os trabalhos para que nós buscássemos uma solução. Creio que não foi decisão sua o impedimento da participação de quem quer que seja.

E quero fazer um requerimento em nome do meu mandato: eu gostaria de ter uma cópia desse documento que V. Exª leu no início dos trabalhos, pelo bem da transparência da nossa reunião. Ao mesmo tempo em que o cumprimento por ter acatado a sugestão, eu lhe peço uma cópia.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Atendo o pedido de V. Exª.

Vou passar imediatamente para o primeiro palestrante, o Dr. Olavo Nogueira Filho, que é o Gerente de Projetos do movimento Todos pela Educação.

V. Sª tem até 20 minutos.

O SR. OLAVO NOGUEIRA FILHO – Boa tarde ao, Deputado Izalci, ao Senador Pedro Chaves, à Profª Mônica e à Profª Iria, que compõem a Mesa, a todos os Parlamentares presentes, aos demais convidados que aqui vão expor as suas observações e aos demais participantes desta audiência pública.

A minha intervenção não deve durar 20 minutos. De toda forma, tentarei ser o mais breve possível para privilegiar o tempo dos demais participantes e o do debate.

Meu nome é Olavo Nogueira Filho, sou Gerente de Projetos do movimento Todos pela Educação. Infelizmente, a Priscila Cruz, que é a diretora-presidente do movimento, não pôde estar presente hoje por motivos pessoais, então aqui estou para representá-la.

Antes de iniciar a minha intervenção, peço atenção ao título desse primeiro eslaide, que discorre sobre “contribuições técnicas para o debate sobre a reformulação da estrutura curricular do Ensino Médio”. Temos aqui o termo “reformulação da estrutura curricular do Ensino Médio”, não se remete à “reforma do Ensino Médio”, uma vez que, no nosso entendimento, uma reforma do ensino médio contempla questões que vão além da matéria que está sendo tratada no âmbito da Medida Provisória 746.

Então, faço essa primeira ressalva, que se encaixa como pano de fundo para a fala que eu farei.

As contribuições que gostaria de deixar hoje com todos os senhores e as senhoras são três: primeira, discorrer a respeito do caminho proposto pela Medida Provisória; segunda, sobre a necessidade de esclarecimentos e detalhamentos, e nessa segunda etapa, apresentarei uma sugestão de encaminhamento de fórum para que esses esclarecimentos e detalhamentos sejam realizados; e, por último, ainda que essa matéria não seja objeto central do texto da redação da medida provisória, não poderíamos deixar de fora o elemento que



talvez seja hoje o mais importante no que diz respeito ao desafio da educação brasileira, que é a formação de professores. Então discorrerei sobre esses aspectos no que diz respeito à Medida Provisória 746.

Sobre o caminho proposto pela Medida Provisória 746.

A necessidade de mudança na estrutura curricular do ensino médio é urgente e, de modo geral, o caminho proposto está em linha com as indicações de diversos especialistas. Essa colocação, eu faço não por opinião própria do movimento Todos pela Educação, mas trazendo aqui um *link* dessa publicação, que está presente no próprio material disponível e diz respeito a um trabalho realizado em 2013, que agregou uma série de especialistas no assunto para discutir e debater um modelo de ensino médio. Esse debate gerou uma série de sugestões e recomendações que, como eu coloco ali, de um modo geral apontam no sentido para o qual a MP 746 aponta.

O segundo elemento a respeito do caminho proposto pela medida provisória... E trago aqui resultados preliminares de uma pesquisa que o Todos pela Educação está prestes a concluir, cujos resultados serão divulgados até o final do mês de novembro, a respeito de uma reforma do ensino médio à luz da opinião dos jovens brasileiros em âmbito nacional.

Aqui estão alguns resultados preliminares de uma parte dessa pesquisa que procurou explorar o que os alunos sentem falta no currículo do ensino médio em termos de área de interesse.

Não vou discorrer sobre todos os elementos que figuram nessa imagem, mas é possível observar que há uma demanda latente por um currículo mais prático, com matérias mais voltadas para a vida profissional, como economia, administração e relações financeiras, como se portar em uma entrevista, noções de ética e informações a respeito de informática e testes vocacionais. Essa é uma parte dessa pesquisa que vai ao encontro do que o projeto apresentado pela medida provisória indica. Contudo, é importante que sejam feitas algumas observações sobre a necessidade de esclarecimentos e de detalhamentos, ainda que o movimento, repito, de modo geral, à luz do que especialistas na temática vêm apontando, indica...

Aqui eu trago seis esclarecimentos, detalhamentos que, no entendimento do Todos pela Educação, são imprescindíveis. Eles não representam todos os elementos que precisam ser esclarecidos. Acredito que os companheiros que farão as suas exposições após a minha intervenção discorrerão também sobre esses e outros elementos, mas trago aqui alguns dos principais que, no nosso entendimento, precisam ser urgentemente alvo de maior detalhamento.

O primeiro diz respeito a impactos na contratação de professores, como, por exemplo, se a demanda será maior ou menor e para quais professores.

O segundo elemento diz respeito à definição dos currículos estaduais e ao possível aumento da desigualdade entre eles. A medida provisória aponta, entre outros aspectos, para um alto grau de autonomia no que diz respeito ao poder de decisão dos Estados. É fundamental que sejam mais bem esclarecidas as diretrizes para que, à luz desse alto grau de autonomia, não sejam criadas desigualdades entre os Estados.

O terceiro elemento diz respeito à definição da distribuição da oferta de itinerários diversificados dentro de uma mesma rede ou escola. Discorrerei a respeito disso um pouco mais para frente.

O quarto ponto: diretrizes claras para a contratação por notório saber. Já houve a indicação, por parte do Ministério da Educação, de que isso está circunscrito apenas à educação profissional, mas fica a dúvida sobre como efetivamente esse processo de contratação por notório saber poderá ser feito. Esse é um ponto de preocupação para grande parte da comunidade educacional, considerando que existem riscos no que diz respeito ao avanço de um dispositivo como esse quando se considera a valorização dos profissionais da educação e a qualidade da atuação dos mesmos nas salas de aula.

Um quinto ponto importante, que precisa ser melhor esclarecido, diz respeito às mudanças no Enem à luz da proposta que a medida provisória traz.

E um sexto e último ponto: Base Nacional Comum Curricular e distribuição da carga horária, considerando uma estrutura flexível. Eu vou mostrar exatamente o que isso significa e volto para uma sugestão de encaminhamento a respeito desses esclarecimentos e detalhamentos que aqui coloco como matérias importantes.

A proposta da medida provisória apresenta a possibilidade de flexibilização da grade curricular. Em outras palavras, trago aqui alguns exemplos de como isso poderia ser feito – de novo, à luz das informações que foram apresentadas até o momento.

Então, você tem, do lado esquerdo, como funciona hoje: duas mil e quatrocentas horas, os três anos, com uma base comum. E ali, possibilidades que poderiam ser implementadas – de novo, à luz do avanço dessa nossa grade curricular proposta pelo Ministério da Educação. É possível ver que aqui são três exemplos de possibilidades, considerando o período regular e considerando o período, mais à direita, em tempo integral. São inúmeras as formas de se organizar a distribuição das disciplinas da Base Nacional Comum Curricular e das matérias que seriam do conjunto de disciplinas flexíveis.



Volto aqui agora para fazer uma sugestão no que diz respeito ao encaminhamento desses esclarecimentos que precisam ser feitos e dos detalhamentos que precisam ser feitos.

Então, a sugestão é que o Conselho Nacional de Educação, o CNE, seja o fórum para que esse detalhamento técnico ocorra, até porque a missão e a atribuição desse órgão conversam diretamente com essa recomendação.

A premissa aqui seria a de que a MP 746 deve ser enxergada como uma arquitetura geral de um caminho que, de novo, de modo geral, de acordo com o que parte dos especialistas apontam, aponta no sentido correto. Então, a partir dessa arquitetura geral, os detalhamentos e esclarecimentos que precisariam ser feitos não são poucos e poderiam ser encaminhados ao Conselho Nacional de Educação.

Volto ao exemplo da Base Nacional Comum Curricular e da flexibilização e aos esclarecimentos a respeito das diretrizes que precisariam ser postas para que essa implementação fosse feita de maneira consistente e, de novo, preservando uma coerência entre os diferentes Estados. Apresento aqui algumas das diretrizes, algumas das questões que poderiam ser alvo de debate e definição por meio do CNE.

Uma primeira luz sobre essa possibilidade de flexibilização: quais as diretrizes que devem ser seguidas pelas redes? De novo, considera-se o risco de um aumento da desigualdade no que diz respeito à implementação com um alto poder de decisão por parte dos Estados.

Um segundo ponto refere-se à distribuição dessa oferta dentro de uma mesma rede, entre diferentes escolas. Aqui restam dúvidas e perguntas a respeito do grau de autonomia em nível de escola que, à luz dessa estrutura flexível, em conjunto com uma Base Nacional Comum Curricular, poderia ser realizada.

E outro ponto importante a ser destacado, atrelado à essa sugestão, é que esse debate e essa discussão não precisam esperar o prazo de validade da medida provisória. Essa discussão pode já ser iniciada.

Uma terceira contribuição que gostaria de deixar diz respeito à formação de professores no âmbito dessa reforma. De maneira mais objetiva, minha contribuição é de que a reforma curricular, ou a reformulação da estrutura curricular, do ensino médio não pode desconsiderar a oportunidade de induzir mudanças urgentes na estrutura de formação inicial e continuada de professores.

E sustento esse argumento com três pontos.

O primeiro é que já existem diversas pesquisas que apontam que, uma vez na escola, nenhum outro fator é mais crítico do que a qualidade dos professores. De modo geral, pode-se considerar que – de acordo com a pesquisa nacional e internacional – 70% do impacto na aprendizagem dos alunos vêm dos fatores extraescola: nível de educação dos pais, situação econômica e condições em casa, o acesso a livros. Mas, quando na escola, o fator principal é a qualidade dos professores.

Um segundo elemento que sustenta o argumento de não desconsiderar a formação de professores na medida em que essa proposta avance diz respeito a este dado de 2015 – e trago aqui o histórico desde 2012 – do percentual de professores no ensino médio com formação adequada para todas as disciplinas que lecionam. Em 2015, esse número foi de 53,7%, pouco mais da metade. Isso significa que metade dos professores hoje no ensino médio não têm a formação adequada para atuar na disciplina em que lecionam, e os dados em Física e Sociologia são ainda mais alarmantes. Essa, inclusive, é uma meta do PNE, a Meta 15 do Plano Nacional de Educação, que dispõe que ter todos os professores e professoras com formação específica de nível superior obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam deve ser um objetivo perseguido pelo PNE. Por que não o avanço dessa medida? Trata-se de atuar como indutor para que essa meta seja perseguida com mais afinco e mais velocidade, uma vez que, de novo, esse elemento é o que, de fato, poderá fazer toda a diferença.

Há um terceiro elemento que sustenta esse argumento. Trago aqui uma das lâminas da apresentação realizada pelo representante do Ministério da Educação, no último dia 1º de novembro, em que indicou que o mecanismo da complementação pedagógica, avançando essa medida, será um mecanismo amplamente suscitado ou amplamente utilizado. É fundamental que, caso seja efetivado esse mecanismo como estratégia importante para garantir a formação dos professores nesse novo modelo de ensino médio, que se tenha um olhar atento para a qualidade desse mecanismo.

Resumindo, então, as contribuições: a primeira é que o caminho proposto pela MP 746 aponta, como arquitetura geral, o caminho indicado por diversos especialistas; um segundo ponto: considerando o avanço da MP, detalhamentos técnicos que precisam ser feitos e/ou debatidos, como bem coloquei, devem ser levados para discussão no Conselho Nacional de Educação; e o terceiro e último ponto, ainda que isso não seja matéria específica para uma redação da medida provisória: a reformulação curricular do ensino médio precisa considerar a oportunidade de induzir mudanças urgentes na estrutura de formação de professores.

Afinal, quem faz a educação acontecer são pessoas e, se não atentarmos para os recursos humanos que serão responsáveis pela implementação de um novo modelo, ficaremos bastante aquém do resultado que



todos nós esperamos.

Deixo aqui o meu *e-mail* caso queiram entrar em contato.

Agradeço pelo tempo e pelo convite feito ao Todos pela Educação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço, Sr. Olavo Nogueira, por sua apresentação.

Antes de passar para a próxima palestrante, a Profª Monica Ribeiro da Silva, passo a palavra, pela ordem, à Senadora Gleisi.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Muito obrigada, Presidente Deputado Izalci.

Em primeiro lugar, quero dizer que é um prazer estar aqui nesta audiência pública. Acho que é um tema de grande relevância e merece ser muito debatido. Mas estou aqui trazendo uma preocupação, Presidente.

Nós estamos com grupos de estudantes que foram convidados a participar desta audiência pública da MP, estudantes de ensino médio, inclusive muitos do Paraná, uma grande parte do Paraná. Sabemos que nem todos poderiam entrar aqui no Senado. Estive conversando com o 1º Secretário, não havia lugar para todos. Fizemos um acordo com o Presidente Renan de que 40 estudantes entrariam aqui, representando tanto o Estado do Paraná como o Distrito Federal e outros Estados. Infelizmente, a Polícia do Senado não está permitindo que os 40 estudantes entrem. Estamos muito temerosos, porque o clima está muito ruim e os meninos querem entrar de qualquer jeito. Nós vamos ter um confronto de estudantes, meninos, adolescentes, com a Polícia do Senado.

Eu gostaria muito de pedir a sua intervenção, como Presidente da Comissão Mista, que pudesse solicitar ao Chefe da Segurança do Senado que os 40 estudantes pudessem entrar. Eles já estão identificados, vêm para cá, vão assistir à reunião. Se não puderem ficar aqui, temos condições de acolhê-los ali na outra sala, da CDH – nós vamos encerrar a CCJ –, para que eles possam acompanhar esta audiência.

Eu acho isso de grande relevância, Presidente. Não há por que o Senado da República, o Congresso Nacional, ser notícia de um confronto entre a Polícia Legislativa e os estudantes secundaristas. E eles estão desde cedo esperando essa entrada.

Então, queria fazer um apelo a V. Exª para que pudessem entrar os 40 representantes dos estudantes. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu quero apelar ao bom senso de V. Exª.

Eu já havia, no início da audiência, recebido aqui informações da Presidência da Casa com relação aos palestrantes, que inicialmente estavam impedidos, inclusive, de entrar. A Deputada Maria do Rosário fez um apelo à Mesa, e nós, então, liberamos a entrada da UNE e da Ubes sem nenhuma dificuldade, mas o ambiente não comportaria aqui mais 40 pessoas. Peço a compreensão de V. Exª.

Eu até pediria a V. Exª que pudesse, como Senadora, juntamente com a Senadora Fátima talvez, conversar com o Presidente da Casa e buscar uma solução nas dependências do Senado. Aqui, infelizmente, eu não tenho como fazer. V. Exª pode nos ajudar fazendo esse apelo diretamente ao Presidente da Casa. Se S. Exª abrir algum espaço, não colocarei nenhuma dificuldade. Mas aqui nós garantimos a fala de todos os convidados. Com certeza, a UNE, a Ubes, todos serão ouvidos sem nenhuma discriminação, até porque nós...

Quero reforçar aqui, inclusive, o meu agradecimento ao Relator, que tem sido realmente bastante flexível. Ontem mesmo fizemos aqui uma bela audiência com várias propostas de diversas sugestões de melhoria da medida, e o nosso Relator está disposto a receber contribuições, mesmo que não sejam dos Parlamentares, para que possam ser incorporadas ao texto, para melhorar o texto. Esse é o nosso objetivo.

Então, peço essa compreensão de V. Exª para que V. Exª faça um trabalho junto ao Presidente da Casa.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Presidente, só para encaminhar.

Nós vamos fazer isso. Já há sala reservada. Acho só que seria importante a concordância de V. Exª, isso ajuda muito com relação ao Presidente da Casa.

E queria solicitar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Há uma questão técnica, Senadora, da Polícia Legislativa, e eu pediria a V. Exª, que é da Casa, que visse com o Presidente Renan, juntamente com a Polícia Legislativa da Casa, para que eles possam garantir a segurança de todos sem nenhuma dificuldade.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Pois é. É que já estava acordado que seriam 40 estudantes. Eu vou me dirigir agora lá para baixo para resolver isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – Eu só queria solicitar, Sr. Presidente... Nós temos duas representantes da comitiva que veio do Paraná – e eu falo isso porque o Paraná foi o Estado que teve o maior



número de escolas de segundo grau ocupadas para discutir essa MP –, a Beatriz e a Mariana, que estão aqui.

(*Manifestação da plateia.*)

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – E eu gostaria muito que, além da representação institucional que nós temos dos estudantes – a Carina e a Camila vão falar –, a Mariana pudesse, em nome dos estudantes do Paraná, ler uma carta que trouxe contendo uma fala dos estudantes para esta audiência pública. Os meninos lá tiveram uma grande luta, ainda temos escolas ocupadas, e eles têm sido referência no Brasil inteiro e têm a preocupação de discutir esse tema.

Então, eu queria deixar este registro, esta solicitação a V. Exª, e vou me retirar exatamente para tentar resolver o problema dos demais estudantes.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Mas, antes que V. Exª se retire, eu até quero dizer da minha admiração pela forma como V. Exª sempre se conduziu aqui, inclusive bastante regimentalista. Nós aprovamos aqui, na audiência, todos os requerimentos apresentados. Após a aprovação e início das audiências, foram solicitados à Mesa diversos outros convidados, mas nós, infelizmente, não pudemos concordar com a aprovação de novos palestrantes.

Então, são 53 instituições e pessoas que vão dar suas colaborações aqui na audiência, e eu vou seguir o Regimento. Peço a V. Exª compreensão. Mas o Relator, como disse em todas as reuniões, está disposto a receber qualquer sugestão por escrito...

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – É que não seria palestrante, Presidente. Na realidade, como eles veem em comitiva, eles queriam, no debate...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou seguir o Regimento, Senadora. Peço a compreensão de V. Exª.

A SRª GLEISI HOFFMANN (Bloco/PT - PR) – ... queriam apenas ler, queriam apenas poder se manifestar. E, como é uma audiência pública, eu pediria isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu receberei os documentos sem nenhuma dificuldade.

Passo a palavra à próxima palestrante, Profª Monica Ribeiro da Silva, que é a nossa Coordenadora do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB - PB) – Sr. Presidente, apenas uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Wilson.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB - PB) – Como foi feito nas outras audiências, os palestrantes poderiam colocar à disposição as suas palestras, já iniciando com o Dr. Olavo, para que possamos ler com mais atenção cada uma das palestras posteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Já está disponível no *site* e, da mesma forma, estão já tirando cópias para os nossos Deputados e Senadores.

Profª Monica, 20 minutos para V. Sª.

A SRª MONICA RIBEIRO DA SILVA – Boa tarde.

Quero agradecer a possibilidade de estar aqui e, de início, fazer um registro, não apenas em meu nome, como professora e mãe, mas especialmente como alguém que tem integrado um movimento nacional, que é o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio – daqui a pouco eu falo quem compõe esse movimento.

Quero deixar o meu registro de repúdio ao modo como os estudantes foram tratados nesta Casa na data de hoje. (*Palmas.*)

Nós tivemos estudantes, nós tivemos adolescentes que apanharam da polícia, que levaram *spray* de pimenta. Nós tivemos três estudantes adolescentes que foram atendidas e medicadas, porque foram agredidas ao tentar entrar nesta Casa. Eu quero deixar o meu repúdio pelo fato de o Presidente Renan Calheiros ter aventado a possibilidade de cercear a presença da UNE e da Ubes nesta audiência, para a qual foram convidadas. É absolutamente aviltante termos que assistir a cenas como essa no Congresso Nacional. Então, em primeiro lugar, fica o meu registro, porque nós não podemos permitir que adolescentes, na defesa do seu direito de vir a esta Casa, a fim de acompanhar uma audiência que lhes diz respeito, apanhem na porta do Senado. Nós tivemos estudantes que foram atropelados, que foram jogados ao chão e que apanharam de borracha. Portanto, fica registrado, em primeiro lugar, o meu repúdio a essa conduta. (*Palmas.*)

Vou começar dialogando um pouquinho com a pesquisa que o Olavo trouxe, porque eu também sou professora universitária, com doutorado em Educação, e me ocupo da pesquisa sobre o ensino médio há quase 30 anos. E fiz tanto o meu mestrado quanto o doutorado estudando a relação dos jovens com a escola. E, na pesquisa que desenvolvi recentemente, publicada em livros e, inclusive, disponível no *site* do Observatório, nós encontramos dados que divergem radicalmente daqueles que a pesquisa apresentada pelo Todos pela



Educação trouxe hoje.

A pesquisa apresentada pelo Olavo, pelo Todos pela Educação, diz que os nossos jovens querem, no ensino médio, noções de ética, Office e teste vocacional. A pesquisa que eu desenvolvo há quase seis anos no Observatório do Ensino Médio mostra algo muito diferente disso. Mostra que os jovens querem, sim, um currículo que lhes permita compreender com densidade a sociedade em que vivem e as grandes questões éticas, morais e políticas do tempo em que eles vivem. É um absurdo traduzir isso em noções de ética e conhecimento sobre o Office.

Eles nascem mergulhados no mundo digital! Como é que podemos esperar que, no ensino médio, o que eles precisam sejam noções de Office? Eles querem, sim, conhecer as questões de ciência e tecnologia, para muito mais do que a técnica: para as relações sociais e políticas que comandam as decisões sobre a ciência e a tecnologia. É esse o nível de juventude que nós temos no País, e não isso que está sendo apresentado aqui.

Se nós quisermos saber um pouco mais sobre o que os jovens querem saber na escola, basta olharmos também para as ocupações em curso hoje no Brasil inteiro. Não vamos fingir que nós não temos, hoje, 1.300 prédios públicos ocupados com estudantes. É um absurdo que nós façamos de conta que elas não existem.

O que eles estão pedindo nas ocupações? Eu mesma presenciei algumas dessas oficinas, Srs. Senadores, Sras Deputadas, Srs. Deputados. Eles querem aprender geopolítica, para entender os movimentos de guerra no mundo; eles querem aprender sobre a política nacional e internacional; eles querem aprender sobre as desigualdades sociais; eles querem aprender sobre relações étnico-raciais e relações de gênero. Como é que eu posso reduzir essa complexidade de conhecimento, que muitos de nós às vezes não damos conta de conhecer, em três noções, de ética, Office e teste vocacional? Isso mostra um desconhecimento profundo da juventude da nossa escola.

Sobre os argumentos de quem defende a medida provisória. Não é verdade que o Brasil é o único País do mundo a ter um currículo unitário no ensino médio.

Outra coisa: se é para tomarmos como referência outros países, vamos tomar não apenas a base curricular, vamos tomar também as condições de trabalho, as condições salariais, as condições materiais. (*Palmas.*)

Aí, sim, nós podemos começar a falar sério sobre dizer que o Brasil é o único nisso ou é o único naquilo. É uma farsa dizer que é o único país. Até hoje eu não ouvi alguém que defende que o país é o único que tem um currículo único dizer seriamente que fez uma pesquisa séria em outros países mostrando que lá a diversificação não ocorre porque todo mundo tem tempo integral. Até agora, ninguém conseguiu mostrar que, numa estrutura curricular precária como a nossa, é possível fazer essa diversificação que a medida provisória está propondo.

Treze disciplinas não são o problema. O problema pode ser o modo como elas são dadas. Por isso é que as diretrizes nacionais hoje em vigência falam de uma perspectiva curricular mais integrada. Sim, eu posso integrar química e ética, eu posso integrar física, filosofia, sociologia, geografia e tantas outras coisas para compreender o mundo em que a gente vive. O problema não é o número de disciplinas, é a forma como elas foram sendo historicamente criadas, porque o ensino médio no País, vocês sabem, sempre foi para meia dúzia, para aqueles que iriam para o ensino superior. E, aí sim, fazia algum sentido nós termos um ensino médio voltado para 13 disciplinas fragmentadas, dissociadas, preparatórias para a prova. Não é disso que esses jovens precisam.

Sobre a Base Nacional Comum Curricular. Este é outro engodo para as nossas juventudes. Nós só podemos pensar em uma base nacional curricular comum se nós tivermos minimamente as mesmas condições de ensino, as mesmas condições de oferta. Como eu pego um currículo único, que é esse que o MEC está fazendo em gabinete, e coloco esse currículo, esse padrão curricular, inclusive para servir como forma de avaliar as escolas que estão em desigualdade de condições, seja com relação às condições materiais, à estrutura física, ao número de estudantes por sala ou às condições dos nossos professores? Nós estaremos criando neste País um fosso de desigualdades se aprovarmos uma base nacional comum curricular que tenta padronizar sem levar em conta as condições de oferta em que esse currículo vai, de algum modo, ser executado, ser vivido por estudantes e professores.

Eu entro agora... Desculpem a minha animação, mas eu sou assim mesmo, Presidente. Sou sempre animada para falar, mas falo sempre com muita seriedade também.

Sobre a minha fala com relação à medida provisória. Eu represento aqui um movimento que se chama Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Ele é composto por mais de dez entidades, e eu diria que são as entidades mais relevantes da área de educação no País. Por exemplo, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), que agrega os 180 programas de mestrado e doutorado do País; a Anfope, que também terá assento aqui e também participa do nosso movimento; o Conif (Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica); o Cedes; a Campanha



Nacional pelo Direito à Educação; a Fineduca; e a CNTE (Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação). Então, essas são as entidades que compõem o nosso movimento, além de muitos outros educadores e pesquisadores da área.

Esse movimento foi formado em 2014, após termos tomado, no final de 2013, conhecimento do PL 6.840, de 2013, – a presidência da Comissão foi do Deputado Reginaldo Lopes. Naquele momento, as nossas entidades já sinalizavam para algumas discordâncias em relação ao que o PL propunha.

Nós tivemos, então, a oportunidade de participar – o Deputado Wilson Filho, que era Relator da Comissão, também está aqui – de várias audiências e reuniões da Comissão. Fomos muito bem acolhidos no debate – assim como nós esperamos que possamos ser também nesta Comissão – e conseguimos com isso, na discussão, fazer algumas propostas que, depois, dentre outras, foram acolhidas no substitutivo que hoje estaria em condições de ir ao Plenário.

Só para lembrar que, desde então, o movimento tem se estruturado e acompanhado essa movimentação no Legislativo Federal. Qual não foi a nossa surpresa e, eu diria, indignação quando vimos, por parte do Executivo federal, uma medida provisória sobre tema tão relevante? Qualquer educador, qualquer professor ou qualquer pessoa que tenha alguma vivência de escola sabe muito bem que não se muda educação por decreto. A educação é uma ação que se constrói no dia a dia das escolas e, além disso, é preciso que as pessoas estejam absolutamente convencidas da necessidade das mudanças, sob pena de essas mudanças virarem letra morta tão logo venham a se tornar realidade.

Por isso, nós, do Movimento Nacional, fazemos um apelo ao Senado e à Câmara dos Deputados: pela rejeição da medida provisória. Nós não propusemos emenda. Nós entendemos que, além dos problemas que ela traz – eu vou mencioná-los daqui a pouquinho –, há o fato de se tentar fazer por medida provisória, atropelando, inclusive, um processo que vinha ocorrendo nesta Casa, que ainda não tinha sido tão debatido quanto nós imaginávamos que deveria ser. Nós entendemos que temos, hoje, que trabalhar no sentido da rejeição da medida provisória e da abertura de um diálogo nacional que ouça esses estudantes que aqui estão e tantos outros que estão lá fora; que ouça os nossos professores; que ouça também especialistas, pesquisadores, Senadores, Deputados. O importante é que consigamos fazer um amplo debate nacional. Nós estamos falando, nada mais nada menos, da educação da nossa juventude, do nosso País, do futuro do nosso País. É disso que nós estamos tratando aqui, nada mais nada menos do que isso. O que não dá é para fazer de forma assoberbada, sem debates, ouvindo parcialmente a sociedade.

Eu tomei o cuidado – como alguém que tem interesse no assunto e acompanha essa movimentação – de olhar quais são as composições das Mesas das audiências públicas futuras da MP e, sinceramente, a sociedade brasileira não está ali representada. Este é o único dia em que nós temos uma maior participação da diversidade de pessoas do País. Nas demais, são os representantes do empresariado, são os representantes do Secretário de Educação. Não é possível admitir que, ouvindo somente uma parte da sociedade, nós possamos tomar decisão pelo conjunto da sociedade.

Com relação à medida provisória, eu vou desenvolver um argumento – aqui nós temos que falar correndo pelo pouco tempo que temos. A minha pergunta é: considerando o cenário do ensino médio no Brasil hoje, a oferta do ensino médio, as metas do PNE, a medida provisória resolve os problemas? E eu já antecipo a minha resposta: não, não resolve. Ela poderá criar ainda problemas e distorções mais graves do que aqueles que já temos.

Vejamos.

O ensino médio no Brasil, ao longo do século XX, foi sempre tido como um ensino para poucos. Nós fechamos o século XX com menos de um quarto dos jovens de 15 a 17 anos matriculados – mais de 75% das pessoas entre 15 e 17 anos, faixa etária considerada adequada, não estavam matriculados.

Em 1991, nós tínhamos 3,772 milhões de matrículas no ensino médio. Nós chegamos a 2004 com 9,169 milhões de matrículas. Nós tivemos um crescimento assustador no final do século passado, início deste. Isso, por si só, já coloca a necessidade de nós repensarmos a organização pedagógica curricular, bem como as condições de oferta em que o ensino médio ocorre.

Nós tínhamos, em 1995, uma taxa líquida de matrícula no ensino médio de 23,5%. Em 2014, ela passou para 54%. Houve um crescimento sim, vertiginoso, de 3,7 milhões para 9,169 milhões de matrículas. De lá para cá, esse número tem se reduzido um pouco, oscilou um pouco para mais ou para menos, mas tem se mantido. Ocorre que o Brasil tem aproximadamente 10,5 milhões de jovens entre 15 e 17 anos. Desses, menos da metade está no ensino médio; um número próximo de 3,5 milhões está ainda no ensino fundamental; e quase 2 milhões não possuem qualquer vínculo escolar – não possuem qualquer vínculo, nem com o ensino fundamental, nem com o ensino médio, nem com a educação de jovens e adultos.

Por outro lado, nós temos um Plano Nacional de Educação que coloca, como meta para 2024, universa-



lizar a oferta, entre 15 e 17 anos, em 85%. Obviamente, isso exige mais recursos e não menos recursos. Como é que vamos quase dobrar o acesso, em relação àquilo que o século XX inteiro não conseguiu fazer, reduzindo gastos, reduzindo investimentos em educação? E aqui eu menciono especificamente a PEC 55, que significará, sim, não apenas uma redução da ampliação do acesso, mas um problema seríssimo com a qualidade do acesso que há hoje ao ensino médio, que já conta com escolas precárias – basta nós olharmos os dados do Censo Escolar de Educação Básica: o Brasil tem hoje 44% de escolas de ensino médio sem bibliotecas, 56% sem laboratórios de ciências, 10% sem qualquer tipo de acesso à internet, mais de 30% sem quadra, sem qualquer condição de desenvolver uma atividade esportiva. Essa é a condição da oferta que nós temos hoje. Nós temos, em muitos Estados, mais da metade de professores que atuam no ensino médio sem a formação mínima necessária indicada pela LDB. Nós temos quase a metade de professores, em alguns Estados, que não lecionam nas áreas para as quais foram formados. Isso pela ausência de professores formados para um conjunto de disciplinas.

Como é que nós podemos imaginar que, nesse cenário, uma medida provisória que altera superficialmente o currículo conseguirá dar conta de um ensino médio com maior qualidade para essa juventude? É óbvio que isso é uma falácia, é óbvio que é tapar o sol com a peneira. Nós poderemos começar a falar seriamente em relação a uma mudança para o ensino médio quando começarmos a colocar metas intermediárias de acesso. Nós temos que colocar, no ensino médio, mais de 5 milhões de jovens e, de preferência, em um ensino médio com qualidade, que consiga fazer que eles tenham aquele conhecimento que estão demandando, porque a sociedade assim está pedindo, porque o mundo em que vivem assim está pedindo.

Sobre as condições próprias da medida provisória, as suas propostas. Quais são os problemas que nós vemos na medida provisória? Primeiro, essa proposta de fatiar o currículo em cinco ênfases, considerando a formação básica comum – considerando o curso de três anos, 2.400 horas – apenas em 50%.

Por que somos contrários a esse fatiamento do currículo? Em primeiro lugar, porque ele retrocede, ele destrói aquilo que a LDB conseguiu consagrar após mais de cem anos de existência do ensino médio. A nossa LDB traz o ensino médio como educação básica. O ensino médio não é nem um cursinho preparatório para o ensino superior nem um cursinho preparatório para o mercado de trabalho. Está lá na LDB. Depois de mais de cem anos, nós conseguimos assegurar que o ensino médio seja educação básica, formação básica comum – comum a todos e todas que o frequentarem, de preferência toda a juventude brasileira, como está no Plano Nacional de Educação. Quando eu reduzo a formação básica comum à metade do currículo, eu estou destruindo a ideia de ensino médio como educação básica. Esta é a primeira razão pela qual nós somos contrários: nós estaremos sonegando aos estudantes o acesso ao conhecimento que hoje eles podem ter. Hoje eles podem ter acesso às mais diferentes áreas – aquelas de que a própria medida provisória trata e passa a oferecer um quinto do que eles têm direito hoje. Nós entendemos que é a sonegação do direito à educação aquilo que se está propondo na medida provisória.

Com relação a esse fatiamento do currículo. Também esse quinto itinerário formativo é uma preocupação para nós, do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Educação profissional é coisa séria. Não é possível que se imagine que alguém vá ter um bom curso técnico-profissional com pessoa sem formação. É indecente propor a figura do notório saber. Não basta ter o conhecimento prático para se tornar professor num curso de formação técnico-profissional. Isso é baratear a formação técnica.

Eu vou seguir aqui uma hipótese levantada ontem, em um evento na Ufes, pelo Prof. Luis Antônio Cunha. O Prof. Luis Antônio Cunha, que já foi do Conselho Nacional de Educação, que é um professor de larga respeitabilidade na educação brasileira, aventou a possibilidade – e conseguiu demonstrar – de que essa formação técnico-profissional nos remete a dois outros momentos da história do ensino médio no Brasil. Ela servirá para tentar conter a demanda pelo ensino superior. Na medida em que eu certifico antes, eu tentaria também, mais uma vez, uma medida de contenção ao acesso ao ensino superior. Evidentemente isso também se justifica pela condição que nós temos com relação ao cerceamento de acesso ou à dificuldade de acesso ao ensino superior. Então, nós somos contrários a isso.

Meu tempo está acabando, mas eu quero falar também da proposta de tempo integral. Ninguém pode ser contra a ampliação da jornada escolar. O que nós temos que pensar é o que fazer na jornada ampliada para essa juventude, como de resto para as crianças e para os adolescentes. Não podemos pensar que temos que ampliar a jornada para treiná-los em português e matemática para irem bem nas provas. Isso é uma ofensa aos nossos jovens. Nós podemos pensar em uma jornada ampliada para ensinarmos mais daquilo que não conseguimos ensinar nesse currículo que temos, desde arte, formação ética, esporte etc. – aquilo que eles estão pondo.

No entanto, a Portaria do MEC nº 1.145, publicada logo depois da medida provisória, diz, sim, que esse arremedo de financiamento que o MEC está propondo – porque não atende a 3% da matrícula do ensino mé-



dio durante esses quatro anos – será para fazer com que os estudantes tenham mais carga horária de português e matemática e, com isso, possam ir bem no Ideb – elevariam o Ideb nos seus Estados. É uma indecência imaginar que nós mudaremos a LDB por uma razão tão vil.

Eu paro por aqui e fico à disposição. Há vários textos que nós podemos encaminhar, sim, para subsidiar as decisões da Comissão.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço à Coordenadora Monica e passo a palavra, imediatamente, à Profª Iria, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação.

O SR. OLAVO NOGUEIRA FILHO – Deputado, se me permite – aqui, Olavo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pois não, Olavo.

O SR. OLAVO NOGUEIRA FILHO – V. Exª me permite fazer um pequeno esclarecimento à luz da fala introdutória da Profª Monica?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª terá um tempo ainda...

O SR. OLAVO NOGUEIRA FILHO – Ah, depois teremos? Então está bem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – ... para as considerações.

O SR. OLAVO NOGUEIRA FILHO – Está ótimo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Profª Iria, 20 minutos.

A SRª IRIA BRZEZINSKI – Eu passo a fazer a minha exposição, que intitulei Reforma do Ensino...

(*Interrupção do som.*)

A SRª IRIA BRZEZINSKI – ... e Valorização dos Profissionais da Educação. Há uma razão específica para isso, porque, neste momento, eu estou presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope), sou fundadora dessa associação, e tenho o prazer de estar aqui manifestando-me com as contribuições da nossa associação, que são coletivas.

Quero também, nesta oportunidade, agradecer ao Presidente e ao Relator a possibilidade de nós termos audiências públicas, que são um espaço expressivo da democracia e da liberdade de expressão, e pedir que possamos ter inúmeras audiências públicas tendo como pauta o ensino médio, embora já tenhamos muita produção acadêmica, produção também prática e técnica e praxiológica, sobre a formação de professores para o ensino médio, porque é o objetivo da nossa entidade procurar o aperfeiçoamento e a valorização dos profissionais da educação.

Ao agradecer, quero dizer que a nossa associação é originária do movimento dos educadores e foi instalada na I Conferência Brasileira da Educação, em 1980. Temos uma história construída e um conhecimento acumulado para poder dialogar, como especialistas na área de formação e valorização, a todo instante em que esta Casa Parlamentar e a Câmara dos Deputados nos convidarem.

Nós temos esse trabalho porque também somos professores universitários e temos contribuições na área. Venho, por exemplo, do Estado paranaense, sou paranaense, fui professora da UnB por muitos anos – sempre ingressa por concurso público de provas e títulos – e, atualmente, eu trabalho na PUC Goiás, no mestrado, doutorado e também oriento pós-doutorados na área de políticas educacionais.

Nós somos membro do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. E aqui eu quero também agradecer a possibilidade que nós temos de conviver com a Senadora Fátima lá no fórum, sempre em diálogo, aprendendo sempre, porque a Senadora é uma professora e traz toda a colaboração de políticas.

Quero agradecer, então, a presença lá, também, e cumprimentar todos os Parlamentares, na pessoa da Profª Fátima, e a atitude interessante e reativa de Maria do Rosário diante de um momento de impasse – impasse que foi resolvido com a tradicional elegância que todo Parlamentar deve ter na Mesa, presidindo uma sessão.

Bem, junto ao Fórum, nós trabalhamos articuladamente com as entidades que a Profª Monica... Nossa parceira, comungamos das mesmas ideias, paranaenses... Eu comecei a minha carreira profissional lá na Federal do Paraná, porque eu fui formada por lá. Nós somos signatárias de documentos coletivos. Nós não trabalhamos individualmente e não colocamos uma ideia antes de discuti-la profundamente, para que nós possamos produzir conhecimento que seja reconhecido socialmente.

A Anfope vem a público manifestar-se contra a Medida Provisória nº 746, pelas seguintes razões.

A pretexto de instituir uma política de fomento à implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, aspiração nossa há muito tempo... Os países desenvolvidos, todos, têm escola de tempo integral, mas não só carga horária integral: escola com perfil de tempo integral. Por exemplo, a escola de contraturno jamais foi uma escola integral. Quando se fala em contraturno, você reparte a escola e você não tem tempo integral. Negamos a questão de que a escola de tempo integral seja confundida com escola de contraturno. É proibido



falar em contraturno numa escola real de tempo integral.

Bem, nessas circunstâncias, eu volto a dizer que, instituir uma política dessa forma, mais desorganiza o nível de ensino, que já está caótico. Mais desorganiza, porque nós temos que ter ações que sustentem, por exemplo, a mudança estrutural do ensino médio, mas começando pela mudança estrutural dos lugares que vão acolher a juventude.

Vejam: não há laboratórios. As escolas não têm condição de funcionar. No Estado de Goiás, onde eu moro hoje, nós temos, por exemplo, uma venda da escola pública para as organizações sociais, a pretexto de dizer que a escola pública é ruim. Não é ruim. Ela não pode se tornar boa sem as condições necessárias para que a juventude tenha condição de ter uma formação omnilateral. A formação omnilateral forma o ser humano na sua completude, forma o ser humano para a politecnia, sim. Nós precisamos da politecnia, e muito, mas nós temos que entender que a juventude tem que ser formada para uma condição humana, de convivência com os outros. É dessa forma que nós defendemos uma reforma do ensino médio.

Eu entendo que essa formação omnilateral é indispensável também para os formadores da juventude. Os professores têm de ter uma formação omnilateral. Por quê? O professor tem de ser capaz de ser mediador do conhecimento, da tecnologia, entre os saberes e o ser que aprende. Ele é um mediador. Portanto, ele constrói o conhecimento na sua docência junto – e eu não o chamo de aluno, porque aluno vem do grego, que quer dizer *a lumen*, sem luz; todos nós temos luz, todos nós, como seres humanos – ao aprendente – eu denomino “aprendente”.

Bem, a questão b, por que ela desorganiza – e nós precisamos ter outra reforma. Não somos contra a reforma. Absolutamente, precisamos. A reforma do ensino médio proposta consiste em grave ameaça à qualidade do ensino médio e à formação da juventude brasileira. Olha, eu tenho origem numa formação em que os testes padronizados foram condenados, há 40 anos, 50 anos. A falência do ensino dos Estados Unidos dependeu desses testes. Então, nós não podemos pensar em teste vocacional. Trata-se de algo do positivismo do século XVIII. (*Palmas.*)

Na prática, a reforma do ensino médio configura um retrocesso de décadas: ao instituir, sob o argumento da flexibilização, um aligeiramento e uma precarização desse nível de ensino, descaracterizando a oferta de um ensino médio como educação básica para todos e direito de todos os brasileiros.

Uma reforma imposta por medida provisória, por certo, para nós que trabalhamos com políticas públicas e que somos adeptos do método histórico-dialético, é uma atitude autoritária e inadequada para definir políticas educacionais, pois desconsidera o conhecimento acumulado sobre o ensino médio, impossibilita o diálogo, porque medida provisória é imposição. Eu, por exemplo, sou egressa de um curso de Ciências Sociais, e a minha profissão, por uma ditadura militar, foi cassada. Por isto nós temos aquele resultado de que temos apenas 23% de professores de Sociologia no ensino médio: foi cassada a profissão. E agora nós estamos tentando reconstituí-la. De repente, a Sociologia se torna uma disciplina não obrigatória do ensino médio. Aliás, os militares diziam que se devia tirar filosofia e psicologia, porque a elite pensante estava lá e eles não precisavam de quem pensasse. Quem pensava eram os militares, para impor exatamente o autoritarismo.

A instalação de uma reforma deste vulto deve necessariamente ser antecedida por debates e embates. Eu tenho o contraditório. Eu não posso aceitar que não haja o contraditório. Nesse debate devem-se incluir em especial os profissionais da educação e suas entidades representativas, bem como estudantes sujeitos da educação. Ninguém é indivíduo. Nós somos sujeitos coletivos, e é necessário sermos tratados com a maior dignidade possível.

Em face desse contexto caótico reformista, a Anfope repudia o ataque frontal empreendido à formação e à valorização dos profissionais da educação ao instituir algo que nós negamos na nossa associação há 30 anos. Nós não podemos ter um profissional da educação atuando na educação básica sem ser formado em nível superior e na área específica para qual vai atuar na docência, na escola básica. É impossível aceitar isso.

Por isso é impossível aceitar, senhores, o notório saber atribuído pelo mesmo nível de ensino onde vai atuar, apesar de que seja um profissional, o que é gratificante para todos. Mas não pode, é notório saber. A docência tem que ser exercida por um certificado de proficiência que sempre está acima do nível de ensino em que vai atuar. Notório saber tem que ser concedido por instituições idôneas de ensino superior, e nós não podemos deixar ao nível do sistema de ensino. Isso é contra a lei, fere qualquer lei que já tivemos. Então, somos contra o notório saber. Defendemos um professor com formação específica para que tenhamos um ensino médio de qualidade. E o notório saber não pode ser chamado de trabalhador da educação nesse sentido, ele não é professor. Ele teve uma concessão, e nós precisamos que esse notório saber seja preparado para tal.

Bem, o ataque empreendido à formação dos profissionais da educação tem continuidade com a inserção do §8º do art. 162 da LDB – “Os currículos de curso de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular.” Nós não somos contra a base que dá identidade ao ensino brasileiro. Não somos



contra, mas somos contra essa base emprestada de outros locais.

Nós queremos uma base que nós temos construído há 30 anos na nossa associação, por exemplo, e que se possa chegar a um embate, com todos aqui para ver.

Então, nós temos uma base comum nacional, de exigência da identidade do professor. E, com essa base comum de identidade do professor, nós chegamos a entender o que é a base comum curricular para educação básica.

Destacamos que essas determinações reforçam a desqualificação e desprofissionalização dos professores, com impactos negativos na qualidade do ensino, aviltando, sobretudo, formação, carreira, salário dos professores e de todos os profissionais da educação.

A Anfope repudia ainda a subordinação das normas e regulamentações de uma base comum curricular ainda não aprovada pelo Conselho, local de aprovação de uma base comum nacional. Ela pode ser discutida no Parlamento, e deve, mas a aprovação compete ao Conselho Nacional de Educação. É preciso assegurar também princípios garantidos pela Constituição Federal, pela Lei 9.394 e pelas metas e estratégias do PNE.

Fazemos notar que a medida provisória desconsidera algo que nós temos há muito, desde 2015: as diretrizes curriculares para a formação inicial e continuada de professores da educação básica aprovadas em 2015. Essas diretrizes naturalmente não vão contemplar o notório saber, tampouco que alguém que tenha *expertise* em nível médio possa substituir o professor não formado nas licenciaturas.

Apoiando a manifestação do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, do qual somos integrantes, a Anfope repudia um projeto político-pedagógico e educacional voltado para adolescentes e jovens que exclui a obrigatoriedade da sua formação omnilateral – as artes, a sensibilidade, o pensar a sociedade, o interferir nela para que ela se torne uma sociedade acolhedora do ser humano, a sociologia, a educação física e a filosofia –, negando aos estudantes o direito do conhecimento geral e comprometendo sua formação, a qual deveria ser integral, crítica e cidadã, assegurando-lhes o pleno desenvolvimento intelectual, afetivo, físico, moral e social, com base em princípios éticos e políticos que oportunizem a emancipação do ser humano. Nós vivemos oprimidos, nós precisamos ter o domínio do conhecimento para sermos governados com cidadania e sermos governantes – juventude, sermos também governantes!

A Anfope repudia a proposta de tempo integral apresentada, reduzida a um simples aumento de carga horária de determinadas disciplinas, que não contempla a concepção de educação integral. A fragmentação do ensino médio em itinerários formativos específicos fere o direito ao conhecimento para a ampla maioria dos estudantes que se encontram no ensino médio público, tendo como falsa justificativa um currículo mais flexível e atraente para o aluno e que vai reduzir as taxas de evasão.

Isso, de fato, vai aprofundar a histórica dualidade de ensino. Reconstituímos a dualidade do ensino do começo do século: escola para pobres, para sujar as mãos; escola para ricos, para ir fazer a sua formação em Coimbra. Este é o elemento da história educacional brasileira: a escola dual, sempre para pobres que sujam a mão... Mas são eles que constroem a Nação, junto com os ricos, eles são construtores da Nação.

Reafirmamos que a medida provisória reduz o direito à educação e nega a luta, a mobilização e as conquistas históricas das entidades que defendem a formação do professor da educação básica na universidade. Assim, reivindicamos...

Estou quase finalizando. Estou conseguindo controlar aqui.

(Soa a campanha.)

A SRª IRIA BRZEZINSKI – Tenho um minuto.

Nós reivindicamos a implementação urgente e integral da Lei do Piso, dos planos de carreira que estabeleçam metas para o cumprimento da jornada integral e permanência dos professores na escola de tempo integral, com salários e condições de trabalho compatíveis com as exigências desse nível de ensino dedicado à formação da juventude.

Reivindicamos a organização de um currículo que integre, de forma orgânica e consistente, ciência, tecnologia, cultura e trabalho – trabalho como princípio educativo –, superando as concepções escapistas e profissionalizantes, de caráter reducionista, que pretendem a preparação para o mercado de trabalho exclusiva; uma sólida formação teórica e interdisciplinar dos profissionais da educação em cursos superiores, em contraposição às concepções minimalistas – por exemplo, o notório saber –, que pretendem conformar o currículo da formação das licenciaturas exclusivamente à base nacional curricular.

Por fim, a indignação. E, indignadas as nossas associações, indagamos: seriam essas medidas próprias de um governo republicano, democrático, que se intitula legitimado pelo voto?

Obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço à Profª Iria e desfaço aqui a primeira Mesa, con-



vidando a segunda. Em seguida, os Parlamentares farão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Nas considerações. Eu vou passar depois para os Parlamentares e, no final, todos terão direito às considerações finais.

Convido, então, Carina Vitral, que é da UNE, União Nacional dos Estudantes; Daniel Tojeira Cara, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; e Francisco Jacob Paiva, 1º Secretário da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – A questão da metodologia que V. Exª está adotando: é que vamos escutar a Mesa subsequente para, em seguida, poder formular...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Isso.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – ... algum questionamento, não é?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A lista de inscrição para os Parlamentares que quiseram se inscrever está aberta. Ouviremos os Parlamentares e, em seguida...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Rapidamente, porque falarei depois, só para lembrar aos expositores que o Governo do PT, só em educação, fez 20 medidas provisórias...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente. Sr. Presidente.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Vinte medidas provisórias!

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente, eu tenho uma sugestão à Mesa, não vou tratar do que o Parlamentar que me antecedeu falou. É um pedido para que V. Exª avalie se é possível. Entre os convidados, tínhamos a presença da Ubes, mas ela não está presente. Pergunto a V. Exª, e jamais o faria em caráter de imposição... Enfim, já tivemos, hoje, um dia bastante atribulado. Acho que temos de ter um debate. Mas é que a Senadora Gleisi falou da presença de duas adolescentes, duas jovens, que são alunas do ensino médio do Paraná. Nós não temos nenhum estudante do ensino médio falando hoje, porque a Ubes não está presente. Eu queria perguntar se, no tempo que seria destinado à Ubes – não no tempo total –, V. Exª poderia permitir às alunas fazerem a leitura de sua carta, só a leitura da carta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Maria do Rosário, eu vou pedir a V. Exª compreensão. Eu quero cumprir o Regimento, até porque há outros que aqui estão e que gostariam também de falar, eu não quero abrir precedentes.

Então, eu passo a palavra imediatamente...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Está bem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – ... a Carina Vitral, que é representante da UNE.

A SRª CARINA VITRAL – Boa tarde, Sr. Presidente, Deputado Izalci.

Boa tarde, Relator, Senador Pedro Chaves.

Boa tarde aos meus companheiros palestrantes, representantes da sociedade civil e de entidades educacionais.

E boa tarde, em especial, aos nossos queridos estudantes. *(Palmas.)*

Eu não poderia começar sem repudiar o que aconteceu hoje aqui, no Congresso Nacional. Esta manhã os estudantes secundaristas, vários do Paraná, mas também de outros Estados, que estão em um processo intenso e longo de luta em defesa da educação pública, vieram até aqui, àquela que deveria ser a Casa do Povo, para reivindicar que fossem ouvidos. Vieram aqui para participar. E eu acho isso muito estranho, porque muitos políticos dizem que a juventude não quer participar da política, mas, quando vêm estudantes dos seus Estados, em caravana, para participar de uma audiência pública, que é o instrumento desta Casa para ouvir a sociedade civil, eles os impedem de entrar. E não só são impedidos de entrar: são tratados com truculência – assim eu mesma já fui tratada muitas vezes aqui. Infelizmente, este repúdio não é um repúdio só à violência de hoje, é um repúdio à violência cotidiana que a gente vive nesta Casa.

E, não satisfeitos com a repressão aos estudantes que vieram aqui, eu, que não estava pela manhã... Vim como convidada a esta audiência, e vim convidada pela Casa, pela Comissão Mista, para discutir a MP, fui convidada como palestrante, mas fui informada, depois de ficar meia hora entre o Salão Verde e o Salão Azul, de que, por uma retaliação aos estudantes que pela manhã tentaram entrar na Casa, eu estaria fora da Mesa, ou seja, eu estaria sendo desconvidada. Olha, desconvite eu nunca tinha visto aqui nesta Câmara, nunca tinha visto aqui nesta Casa do Senado, e da Câmara – esta é uma Comissão Mista. Eu nunca tinha visto!

E foi, infelizmente, sob protestos... E aí eu queria agradecer ao Presidente, que entendeu esses protestos. Eu estou aqui falando não em nome de todos os estudantes, pois o movimento estudantil é diverso, ele é in-



dependente. Em cada ocupação de escola, em cada ocupação de universidade, fazem assembleias politizadas, demoradas, de diálogo, para responderem sobre as suas próprias ocupações, sobre suas próprias lutas. O que unifica nacionalmente essas ocupações e essas lutas é a defesa irrestrita da educação pública. E, infelizmente, como eu disse, esse não é um ato isolado, essa retaliação que eu, como representante de uma entidade nacional de estudantes, sofri aqui hoje, no Congresso Nacional.

Nós fomos surpreendidos ontem com a declaração do Ministro da Educação, o Ministro Mendonça Filho, que disse que vai acionar a AGU (Advocacia-Geral da União) para cobrar uma multa da UNE, da Ubes e da UJE, que são entidades nacionais representativas dos estudantes, pelo adiamento do Enem. E eu quero aproveitar esta oportunidade para dizer quem foi que adiou o Enem para parte dos estudantes.

Apesar de diverso o movimento estudantil, apesar de bastante nacionalizado – são mais de mil escolas ocupadas, são mais de 200 universidades –, no segundo turno das eleições municipais nós dialogamos com os TREs e garantimos a realização das votações nas escolas ocupadas. Isolamos as ocupações, colocamos a votação em uma e, em outra em que não foi possível, o TRE mudou de escola, concentrou em outras escolas. Ou seja, o diálogo permitiu a realização com tranquilidade do segundo turno das eleições municipais, mesmo com mil escolas ocupadas e mais de cem universidades ocupadas.

Infelizmente, esse não foi o caminho do Ministério da Educação, que, em nenhum momento, procurou alguma entidade estudantil, ocupação ou representantes, nem localmente a Secretaria de Educação, para dialogar com os estudantes sobre a garantia do Enem. Desde o princípio, o adiamento do Enem foi uma medida para ameaçar as ocupações, culpabilizar os estudantes e, mais, para colocar estudante contra estudante, colocar estudantes contra os estudantes que se organizam e ocupam.

E deixamos isto claro em nota: não há ninguém que queira garantir o Enem mais do que os estudantes secundaristas que ocupam escolas, porque o Enem, Srs. Senadores, Srs. Deputados, às vezes, é a única oportunidade que têm os estudantes de escolas públicas para ingressarem na universidade. E nós, mais do que ninguém... Inclusive, vários dos estudantes secundaristas estavam inscritos no Enem e fizeram suas provas – ou as farão ainda, no caso das que foram adiadas – para entrar na universidade, para entrar por essa porta de ingresso para o ensino superior. E nós, como representantes do movimento estudantil, fizemos todo esforço para garantir o Enem.

E eu queria terminar falando de um exemplo sobre isso. Os estudantes de Minas Gerais dialogaram com o representante do consórcio do Enem, aqueles que fazem a logística do Enem, intermediados pela Defensoria Pública, intermediados por órgãos do Legislativo, do Judiciário e da Secretaria de Educação no Estado de Minas Gerais, e assinaram um termo de compromisso para a garantia do Enem. O Ministério da Educação não aceitou esse termo de compromisso e cancelou, assim mesmo, a realização do Enem nas escolas ocupadas de Minas Gerais. Ou seja, quem deve pagar a conta do adiamento do Enem é o Ministério da Educação, a conta financeira e a conta política de ter tomado uma decisão precipitada, de não ter optado pelo diálogo, mas, sim, pela intransigência.

Eu queria falar um pouco sobre essa dificuldade de ouvir os estudantes. O que a gente faz aqui, vir até a Câmara para ser ouvido, é a mesma coisa que a gente faz nas escolas e nas universidades ocupadas. A gente só quer ser ouvido. Mais uma vez: ninguém é mais interessado em mudar o ensino médio do que os próprios estudantes que passam pelo ensino médio. Somos nós os maiores interessados, os estudantes universitários que já passamos por um ensino médio defasado, que não representa os anseios da nossa juventude, ou os próprios estudantes secundaristas que ainda estão na escola. Nós é que passamos por uma sala de aula precarizada, por uma estrutura escolar na qual o nosso celular tem mais tecnologia do que a nossa escola. O nosso 3G, que às vezes é de crédito pré-pago – estudante é tudo duro –, tem mais tecnologia e mais velocidade do que o oferecido pela escola – quando a escola pública tem rede *wi-fi*. Ou seja, a escola pública, e o ensino médio em especial, pelo seu fator estratégico, precisam estar conectados com as novas tecnologias, conectados com os anseios da juventude, com os anseios de uma juventude que se informa cada vez mais rápido, se informa pela internet. É preciso que a escola seja ampla o suficiente para apresentar uma visão plural das áreas de conhecimento – pluralidade para confrontar ideias, e não pensamento único.

E, aí, eu queria repudiar o debate, que não se faz aqui nessa MP, mas se faz na sociedade – existe movimento organizado defendendo isso –, acerca do projeto Escola Sem Partido, um projeto que visa, na verdade, não acabar com os partidos políticos ou com a influência dos partidos políticos na escola, mas colocar o partido único na escola, a ideologia única na escola, a visão de mundo única, unilateral, subestimando a capacidade dos estudantes de confrontar a pluralidade e as ideias. É por isso que nós repudiamos esse projeto Escola Sem Partido e defendemos uma escola que possa ser plural, ampla, e que consiga lidar com os anseios da sociedade em geral.

São vários os desafios. Nós, estudantes em geral, precisamos discutir, inclusive, qual é a influência dessa



reforma do ensino médio proposta através de uma MP no ensino superior, porque são vários os cursos do ensino superior que perderão relevância. O que um estudante de Ciências Sociais da Universidade de Brasília tem para o seu futuro se desobrigatório se tornar o ensino de sociologia do ensino médio? O que estudantes de Física, estudantes das mais diversas áreas da licenciatura, que – é preciso dizer – são cada vez mais sucateadas, cada vez mais relegadas dentro do espaço universitário... O que será dessas profissões? É preciso dizer que o novo ensino médio, a qualidade da escola pública, passa pela valorização do profissional de educação, passa pela valorização, inclusive, das licenciaturas na universidade, porque a universidade pode, e deve, se engajar para melhorar a qualidade da educação básica.

Para terminar, eu queria falar sobre uma proposta concreta, Sr. Presidente, que a UNE vem trazer aqui, nós temos essa proposta. O Governo Federal chegou com essa proposta de medida provisória. É notório que a Câmara dos Deputados já discutia um PL, um projeto de lei, sobre a reforma do ensino médio que tramita na Casa há mais de três anos. Sobre esse PL, que tem uma Comissão Especial... O Deputado que acabou de sair daqui, o Deputado Reginaldo Lopes, é o presidente dessa Comissão. Inúmeras vezes, os estudantes vieram aqui, dialogaram, participaram de um processo de decisão.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CARINA VITRAL – Wilson é o Relator, e o Reginaldo é o Presidente, correto?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª CARINA VITRAL – Exato.

A nossa proposta, a nossa proposta da União Nacional dos Estudantes, que eu queria aqui formalmente apresentar às duas Casas, é que a gente retome a discussão na Comissão Especial do Projeto de Lei da Reforma do Ensino Médio, porque aquele projeto já vem acumulando um debate naquela Comissão Especial. Que a gente reative a Comissão Especial, que a gente pegue o acúmulo daquela discussão e renove aqui a discussão, convocando mais audiências públicas, e tramitando a votação de um PL. Aquele PL diz respeito a coisas muito mais amplas do que essa MP – até pela natureza da medida provisória, ela foi reduzida. Há vários aspectos do projeto de lei que não constam aqui, relativos a alterações necessárias no ensino médio.

Portanto, nós, estudantes, que só queremos o direito de contribuir com a reforma do ensino médio, que somos os maiores interessados na mudança do ensino médio, queremos a oportunidade de debater o Projeto de Lei da Reforma do Ensino Médio. Essa é a reforma que aponta o Plano Nacional de Educação, essa é a reforma que aponta a juventude brasileira. Eu tenho certeza de que, com participação juvenil, com participação estudantil... Vocês têm o compromisso dos estudantes brasileiros de que a nossa participação vai ser a mais qualificada possível, porque, diferentemente do que pensa o Presidente da República Michel Temer, nós sabemos, sim, o que é PEC; nós sabemos, sim, o que é MP; e nós sabemos, sim, o que queremos para a educação brasileira. *(Palmas.)*

Presidente, eu encerrei a minha fala com cinco minutos para terminar. Eu consulto o Presidente se eu posso conceder os cinco minutos do meu tempo regimental para que as alunas possam ler a sua carta.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou cumprir o Regimento, vou acatar a carta e passar para o Relator. Lamentavelmente, eu não posso fazer isso, senão eu teria que abrir também para outros que querem se manifestar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ainda dou cinco minutos para V. Sª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Carina, sugiro que você leia.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem!

A SRª CARINA VITRAL – Se os estudantes concordarem, eu posso ler.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não há nenhuma dificuldade.

(Manifestação da plateia.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não há nenhuma dificuldade, gente.



A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Peço a carta para que a própria...

(Manifestação da plateia.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, eu queria...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora, eu estou concedendo a palavra à nossa palestrante Carina para que ela possa fazer a leitura da carta, sem nenhuma dificuldade, não há nenhum problema.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Tudo bem...

A SRª CARINA VITRAL – Eu posso...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Só um momentinho, Carina. Eu apenas queria insistir que V. Exª pudesse permitir que um estudante lesse a carta, até porque quero comunicar ao Plenário que finalmente os estudantes foram liberados e estão vindo participar da audiência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora, eu já concedi a possibilidade de a... *(Palmas.)*

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – ... de a presidente fazer a leitura. Por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Outra informação, Sr. Presidente – ouviu, Carina? É que o Presidente Renan, inclusive, vai receber a comissão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ótimo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Então, eu acho que é por demais oportuno... Penso que toda a Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu pediria a compreensão de V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... toda a Comissão concordaria que V. Exª permitisse que um estudante lesse a carta aqui. O próprio Presidente vai receber a Comissão daqui a pouco. É só isso. Fica o apelo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima, a Presidente Carina fará a leitura, e eu vou repor, inclusive, o tempo.

A SRª CARINA VITRAL – Eu queria ler a carta e agradecer aos estudantes que me concederam esta oportunidade.

Agora, como cultura do movimento estudantil, que tem muitas vozes, eu gostaria de convidar os estudantes para a gente ler a carta em jogral.

(Manifestação da plateia.) (Palmas.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – E vamos garantir a palavra aos estudantes! Vamos garantir!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima, eu gostaria que V. Exª...

(Manifestação da plateia.)

A SRª CARINA VITRAL – Jogral!

(Manifestação da plateia.)

A SRª CARINA VITRAL – *(Secundada pelos estudantes da plateia.)*

Nós, estudantes, temos realizado debates, assembleias e ocupações em todo o País para discutir e apresentar a nossa opinião em relação à Medida Provisória nº 746, sobretudo porque nos preocupamos com os jovens e a educação de um futuro próximo, e como a MP pode afetá-la.

Esse movimento dos estudantes chamou a atenção de toda a sociedade, pois é o maior movimento estudantil da história. E por que esse movimento? A resposta é simples: porque a nossa causa é legítima. Nesse sentido, nós, estudantes em todo o País, gostaríamos de apresentar a nossa contrariedade à MP 746. Vale lembrar que as medidas provisórias foram e são muito usadas nos regimes ditatoriais e que, por coincidência, essa medida reduz o ensino e o pensamento crítico, algo também característico dos regimes ditatoriais.

A MP também aumenta a carga horária e coloca o ensino para o meio de produção, sem ao menos as escolas terem estrutura para tal. Muitos usam o argumento de que as escolas que aderirem ao ensino integral receberão dinheiro para ter estrutura, mas a medida só garante dinheiro por quatro anos. E depois disso? As escolas precisam de manutenção. E que dinheiro será esse enviado para as



escolas se, pela PEC 241, ou 55, está sendo votado um corte de investimento por 20 anos?

Os estudantes não são contra uma reforma. O ensino médio precisa, sim, de uma reforma, mas uma reforma que venha de baixo para cima, principalmente e primeiramente dos estudantes. E a reforma não deve ser somente no ensino médio, mas, sim, em todo o ensino. A medida é uma simplificação e precarização do ensino médio, que deveria ser o aprofundamento do ensino fundamental. Mas como?

Por fim, gostaríamos de repudiar a repressão contra os estudantes secundaristas, tanto aqui na Casa quanto nas ocupações. Quem aqui esteve numa ocupação? Todos os dias, nas ocupações, era um 29 de abril. Estudantes ameaçados por todos os lados, inclusive de morte. Várias vezes os estudantes foram questionados: “O que vocês aprontaram para a polícia intervir?” Agora respondemos: “Estávamos, e estamos, lutando pelo Brasil, pela nossa educação.”

É triste ver a polícia militar, ou a polícia legislativa, receber ordem para usar força contra os estudantes, que estão simplesmente lutando contra a retirada de direitos já adquiridos.

Para barrar a precarização, ocupação, ocupação, ocupação!

Para barrar a precarização, ocupação, ocupação, ocupação!

(Manifestação da plateia.)

A SRª CARINA VITRAL – Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ficou melhor do que... Não é? Muito bem, parabéns.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo, cumprimentar a Carina e dizer... Sei lá, eu aqui, como várias outras pessoas, fomos tomados também pela emoção. Nós sentimos a força de vocês, o que vocês querem do Brasil, o que vocês querem da educação.

Muito obrigada. Valeu a pena lutar para você poder falar aqui.

Eu, de forma muito direta, quero dizer: jamais, jamais fechemos as portas de nenhum lugar para a juventude brasileira, porque ela tem o que falar e nós devemos escutar para aprender sobre o Brasil. *(Palmas.)*

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu vou ter que sair.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) – Presidente, por justiça, só por justiça, quero deixar claro...

(Soa a campanha.)

(Manifestação da plateia.)

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) – Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Quero dizer...

Eu gostaria apenas de dar continuidade aos trabalhos.

Quero parabenizar, também fiquei emocionado. Eu acho que todo mundo merece respeito, todo mundo merece realmente a fala.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) – Sr. Presidente, só para deixar registrado, não discordando – até porque sei da importância da luta da Deputada Maria Rosário para que os estudantes estivessem aqui –, que o requerimento para a presença da Carina é da Deputada Dorinha. Só por justiça.

Muito obrigado.

A SRª CARINA VITRAL – Só quero registrar o nosso respeito à Deputada Dorinha, que sempre foi parceira dos estudantes na Comissão de Educação.

Eu queria registrar, inclusive, que essa parceria de partidos diferentes, de pessoas diferentes, só é possível porque a nossa postura, em todas as Comissões de Educação, sempre foi de alto nível no debate, sempre foi de discussão, sempre foi para contribuição. Então, eu tenho certeza de que toda a Comissão de Educação tem um respeito muito grande pela UNE, pela Ubes e pelos estudantes brasileiros.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, eu também quero rapidamente, primeiro, colocar que, assim como a Deputada Dorinha, eu, a Deputada Maria do Rosário e vários também apresentamos



requerimento para que não apenas a UNE, a Ubes e a Campanha, mas a sociedade civil pudesse vir aqui hoje e ter direito a voz. Aliás, queria, inclusive, aqui ressaltar que é importante e necessário que a sociedade civil tenha o direito de vir mais vezes aqui para fazer o debate acerca dessa medida.

Por fim, Carina, quero abraçar você e abraçar os estudantes aqui, quero abraçar os estudantes de todo o Brasil pelas lições que vocês estão dando no dia a dia ao povo brasileiro, as lições de luta, de coragem, inclusive para nós, professores. É impossível não nos emocionarmos, impossível não reconhecermos, repito, essa dedicação, compromisso, seriedade e responsabilidade com que vocês estão fazendo esse movimento em todo o Brasil em nome de uma causa tão nobre, tão importante e tão decisiva para o presente e o futuro do Brasil, que é a causa da educação.

Quero parabenizar vocês, inclusive as famílias de vocês, pelo apoio que esses jovens estão tendo de seus pais, de diversos segmentos da sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senadora.

Passo, então, a palavra ao nosso querido Daniel Cara, Coordenador Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – Boa tarde a todos e todas.

Em primeiro lugar, quero agradecer o convite feito por esta Comissão.

Em nome do Presidente da sessão, Deputado Izalci Lucas, e do Senador Pedro Chaves, que é o Relator da matéria, queria cumprimentar os Parlamentares presentes.

Na pessoa de duas mulheres, a Senadora Fátima Bezerra e a Deputada Dorinha... Aliás, quero fazer um agradecimento a ela, em nome de toda a sociedade civil brasileira, porque, mesmo diante de uma orientação partidária, mesmo diante da orientação do Partido Democratas, que é o Partido que a Deputada compõe, ela votou contra a PEC 241, que hoje, no Senado Federal, é a PEC 55. *(Palmas.)*

Então, é muito importante que os Deputados e Senadores da República sejam coerentes com os seus mandatos. Aqueles que foram eleitos pela educação têm que ser coerentes com o financiamento da educação. Eu quero deixar isso registrado aqui.

Foi muita pressão que a Deputada Dorinha sofreu para não votar pela sua coerência, mas ela enfrentou essa pressão e votou contra a PEC 241. Então, queria deixar isso registrado e agradecer a possibilidade de estar aqui.

É difícil falar depois dos estudantes e de uma carta tão bem redigida, que comprova que o Presidente Michel Temer está completamente equivocado ao dizer que os estudantes não sabem o que é uma proposta de emenda à Constituição e também está completamente equivocado ao dizer que os estudantes não compreendem a medida provisória do ensino médio. Diga-se de passagem, isso está virando moda no Brasil, não foi só o Presidente Michel Temer: também a equipe do Ministério da Educação tem dito que os estudantes não entenderam a medida provisória do ensino médio. Eu acredito que não as ocupações e a carta que foi lida aqui comprovam exatamente o contrário.

Em relação a isso, Deputado Izalci, eu trouxe aqui dez pontos de problemas da medida provisória, que são questões que razoavelmente estão postas no debate público brasileiro e que deixam muito claro o equívoco de tramitar uma matéria dessa envergadura por medida provisória.

O Deputado Rogério Marinho deu uma ótima contribuição quando foi Relator da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, mas eu tenho que discordar aqui do Deputado Rogério Marinho quando diz que o governo anterior trabalhou essencialmente por medida provisória.

Eu quero dizer que nem ele, nem o governo Fernando Henrique, nem o governo Itamar Franco, nem o governo Fernando Collor de Mello, nem o governo Sarney propuseram reforma educacional por medida provisória. Essa é uma novidade. Muitas matérias tramitaram por medida provisória, e eu sempre fui contrário ao instrumento da medida provisória porque ele impede o debate. Todos vocês que acompanharam o trabalho da Campanha Nacional pelo Direito à Educação sabem que nós sempre fomos completamente contrários a qualquer instrumento que reduza o papel do Parlamento brasileiro. Nós consideramos que o Parlamento brasileiro deve ser respeitado, e a sociedade brasileira deve ser respeitada.

Nesse sentido, eu quero reforçar que, nenhuma vez, nenhum governo – aliás, nenhum governo no mundo, diga-se de passagem – utilizou esse tipo de instrumento da medida provisória, que praticamente só existe no Brasil com essa característica, para executar a reforma de uma etapa tão central da educação, que é a etapa do ensino médio. Então, é natural que os estudantes se mobilizem e é natural que os estudantes contrariem essa medida provisória, porque, de fato, ela tem muitos problemas.

Eu vou apresentar dez problemas dessa medida provisória que considero mais graves e que demonstram uma insuficiência do texto para dar conta do direito à educação no ensino médio.

Em primeiro lugar, a redação da medida provisória é falha. Eu quero registrar aqui que na primeira au-



diência pública chamada pelo Deputado Izalci, à época não havia sido constituída esta Comissão Mista, eu trouxe essa questão, e a Maria Helena, Secretária Executiva do MEC, concordou. A redação da medida provisória é falha, tem várias omissões e graves confusões.

Um exemplo claro dessa confusão é a questão do notório saber. Na medida provisória, ela faz uma remissão à educação profissional. De fato, ela faz uma remissão, mas é uma remissão tão frágil e tão mal colocada que isso não fica claro. Aí se gera um debate na sociedade em que parece que para tudo cabe o notório saber.

Eu quero concordar com a Monica Ribeiro, coordenadora do nosso Movimento em Defesa do Ensino Médio, porque ela tem razão: notório saber não deve caber em nada, porque, de fato, é importante valorizar aquilo que é especificidade da educação, que é a questão da didática, a importância da licenciatura como um elemento fundamental na formação dos profissionais da educação, no caso do magistério. Quero aqui também fazer menção à fala da Iria, que deixou isso muito claro.

Agora, a medida provisória é tão mal redigida que gerou um debate completamente equivocado no País, parecendo que notório saber abrangia tudo, a tal ponto que alguns Senadores inclusive elogiaram o fato de que o notório saber cabia para todas as disciplinas da educação obrigatória, o que obviamente seria inaceitável em qualquer contexto de debate educacional.

Então, esse aspecto é importante observar, Senador Pedro Chaves, porque, de fato, a medida provisória precisa de muito tratamento, a tal ponto que eu considero que não dá para tramitar essa matéria em medida provisória, que tem de tramitar em projeto de lei. Essa é a posição que a gente tem trazido.

De qualquer maneira, é importante ressaltar que essa redação falha tem sido uma característica do Governo Temer, que tem enviado uma série de propostas legais, uma série de normativas, e depois volta atrás em relação a essas normativas, exatamente porque faz as coisas de forma açodada. Então, essa é uma característica que tem que mudar. O Governo tem que ser mais cuidadoso, mais caprichoso com o trabalho que realiza.

Outra questão que acho que é o ponto menos debatido no debate público e, na minha opinião, é o mais preocupante. Esta Casa, o Senado Federal, que é a Casa Legislativa correspondente ao Pacto Federativo, mas também a Câmara dos Deputados, que deve se preocupar com o Pacto Federativo, tem que observar o fato de que a medida provisória altera a lei do Fundeb.

Essa alteração, para mim, é especialmente preocupante porque, se for feita uma análise a frio da medida provisória, pode gerar uma concentração de recursos no ensino médio, prejudicando a educação infantil. Ou seja, os Municípios já têm dificuldade de garantir o direito à creche. Quem acompanhou as eleições municipais por todo o Brasil – eu acompanhei a eleição municipal em São Paulo – observou que o grande tema da eleição foi o direito à creche. É contraditório ter uma medida provisória que não coloca recursos da União. A União não participa, de fato, do financiamento desse ensino médio que ela propõe, e, para financiar o ensino médio, faz uma alteração no Fundeb, que, curiosamente, é um fundo que tem prazo de validade, que se encerra em 2020. Ou seja, existe uma questão não debatida aí que trata de financiamento da educação e de financiamento do ensino médio e que precisa ser abordada com profundidade porque pode significar um enorme desequilíbrio federativo, com prejuízo para os Municípios em favor dos Estados. Ao que tudo indica, a mensagem da medida provisória é que o Governo Federal faz cortesia com chapéu alheio. Ele passa para os Estados e Municípios a resolução de um problema de financiamento da educação em que ele não toca de maneira central.

Outra questão da medida provisória é que ela contempla o estímulo à privatização. Nessa alteração do Fundeb, isso está posto de maneira mais clara. Esse é um aspecto que nos preocupa particularmente porque, em nenhum lugar do mundo, a privatização do ensino funcionou. Recentemente, a Suécia teve uma experiência de alta privatização do ensino e agora eles estão voltando atrás em relação à política de privatização do ensino, porque não obtiveram nenhum resultado positivo. Além de o princípio ser equivocado, porque educação tem que ser um direito e, sendo um direito, é um bem público, então, ela tem que ter oferta e controle social do Estado, o estímulo à privatização contratando matrículas no setor privado se comprovou no mundo todo como algo que não funciona em termos educacionais. Então, esse aspecto da medida provisória também precisa ser tratado.

Um quarto aspecto. Este tem sido razoavelmente debatido na agenda pública, e os estudantes trouxeram essa questão de maneira muito clara. Aliás, é curioso observar que em muitos debates públicos as pessoas dizem que os estudantes querem a reforma do ensino médio. Os estudantes querem uma reforma do ensino médio, mas não essa. Esse que é o ponto. O que eles trazem, e acredito que essa é a principal contribuição que a segunda onda do movimento de ocupações de escola – a primeira onda aconteceu a partir de novembro do ano passado, em São Paulo, e se espalhou também por vários Estados do País –, o que eles dizem de maneira mais clara é que a flexibilidade proposta na medida provisória é, na realidade, uma flexibilidade inflexível, porque os estudantes, por volta dos 16 anos, vão ter que escolher entre cinco itinerários formativos, sendo que



eles não vão poder percorrer os itinerários. Então, se ele escolheu ciências da natureza, além de matemática e língua portuguesa, ele vai ter que seguir na linha de ciências da natureza, ao passo que, no resto do mundo, quando houve projetos de flexibilidade, o que se permitia era que os estudantes navegassem nas diferentes possibilidades. Por exemplo, a reforma e a flexibilidade estadunidense: os estudantes podem escolher disciplinas quase como ocorre numa universidade. Essas disciplinas são oferecidas pela escola conforme seu projeto político-pedagógico e conforme a circunscrição de tomada de decisão sobre a gestão da escola. Nos Estados Unidos, funciona de forma diferente, o sistema público de ensino é praticamente único, mas é bastante descentralizado.

O fato é que a argumentação em torno da medida provisória de que os estudantes iam ter uma ótima opção de escolha não se comprova, porque ela está presa em cinco itinerários. Agora, qual é o ponto mais grave, Deputado Izalci? O ponto mais grave é que essa flexibilidade vai ter que ser ofertada pela escola e pelo sistema de ensino.

Pode haver sistema de ensino do Brasil, que, por exemplo, não ofereça um dos itinerários ou, pior, pode haver sistema de ensino que ofereça os cinco, mas no Município em que o cidadão vive... Por exemplo, um estudante que curse o ensino médio, more num pequeno Município do Paraná e queira fazer ciências da natureza, se não houver ciências da natureza, vai ter que andar 100 ou 200 quilômetros para encontrar uma escola com ciências da natureza.

Agora, qual é o ponto mais grave? Por isso eu trouxe o caso do Paraná. O ponto mais grave é que, no Paraná, o Governo estadual, há muitos anos – não é um problema do Governo atual –, passa a conta do transporte escolar, inclusive do ensino médio, para o Município, porque é o Município que atende à necessidade do cidadão. O Governo do Estado está muito distante, está em Curitiba. O cidadão não vai até lá para reclamar. O resultado disso é que a conta anual do prejuízo dos Municípios em relação ao transporte escolar, que deveria ser encargo dos Estados, é de cerca de R\$1,8 bilhão, o que, para um Estado como o Paraná, é um volume de recursos avassalador. E estou falando de um Estado desenvolvido da Federação.

Então, a questão dos itinerários, sinceramente, da maneira como está posta na medida provisória, foi redigida por pessoas que não entendem de Pacto Federativo e não compreendem a dificuldade enorme que existe no Brasil para acordar processos de colaboração entre Estados e Municípios. Essa questão precisa ser debatida em profundidade. Caso contrário, a medida provisória vai ampliar a desigualdade de receita e de investimento na educação brasileira, prejudicando o direito à educação infantil, porque quando o Município destina recursos para transportar o aluno do ensino médio, ele descobre o acesso à creche e à pré-escola, que é também parte do direito à educação.

Esse é o quinto ponto que eu queria trazer para vocês, a problemática dos itinerários.

Outro ponto é a precarização da educação profissional. O Brasil tem uma educação profissional que dá certo. Ele tem uma educação profissional que dá certo e é pública. Dizer que o Brasil não sabe fazer escola pública é um equívoco. O Brasil faz ótimas escolas públicas, mas, para fazer essas ótimas escolas públicas, ele teve uma prática de concentração de recursos.

Quando, no Plano Nacional de Educação, aprovamos o Custo Aluno Qualidade Inicial, com a atuação de todos os Parlamentares que estão aqui inclusive – o Deputado Izalci ajudou muito na aprovação do Custo Aluno Qualidade Inicial, assim como a Senadora Fátima, o Deputado Átila Lira, o Deputado Rogério Marinho e a Deputada Dorinha participaram dessa luta pela inclusão do Custo Aluno Qualidade Inicial –, o que nós queríamos? Que toda escola pública brasileira seguisse o padrão das escolas técnicas federais de educação profissional.

O problema é que, com a medida provisória, se criou um itinerário de educação profissional que em vez de ser a educação profissional de qualidade dos institutos federais, do Centro Paula Souza, de São Paulo, é a educação profissional que corresponde a um Pronatec supervitaminado, o que, sinceramente, eu considero uma política equivocada da Presidenta Dilma, porque não traz os resultados esperados.

A escola do Dieese, que é o Departamento Intersindical, que tem um trabalho excelente em termos de produção do conhecimento, deve divulgar nos próximos dias – eu até sugiro que vocês chamem o Dieese para esta discussão – uma projeção do que significa essa formação em educação profissional proposta na medida provisória do ensino médio. Eles consideram que isso equivale ao Pronatec. E o que é o Pronatec? O Pronatec é uma trajetória em que o aluno se forma, vai para o mercado de trabalho, não consegue se manter no mercado de trabalho e volta para outro curso, porque ele só sabe esse caminho. Ele pensa que fazendo cursos vai obter um lugar ao sol no mercado de trabalho. Não funciona assim, ainda mais num País em depressão econômica, que precisa selecionar muito os trabalhadores, que tem essa possibilidade de selecionar muito os trabalhadores.

Então, a precarização da educação profissional... Eu gosto muito de um vídeo dos estudantes do Paraná



que fazem uma sátira com uma música da Anita.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – Ela está ali? Nossa! Eu adoro o seu vídeo! É excelente. Elas tratam essa questão da educação profissional com precisão. De fato, é uma educação profissional que não vai gerar efetivamente possibilidade de empregabilidade.

A outra questão, a que mais chamou a atenção, mereceu inclusive a atenção do Fausto Silva, o que é curioso, o Fausto Silva fez uma crítica direta a isso, é a exclusão das disciplinas que são mais atrativas para os jovens.

Toda pesquisa ou consulta com os jovens mostra que eles gostam mais exatamente de quatro disciplinas, pela ordem: educação física, artes, sociologia e filosofia.

Quando se analisam as respostas que eles dão nas pesquisas, os motivos são bem simples: a primeira é por uma questão de movimento, a necessidade de exercícios; a segunda é por uma questão de expressão. Artes não significam educação artística como nós tínhamos na escola. Eu estudava educação artística com compasso. Tinha que fazer o risco certinho. Isso era péssimo. São as artes no sentido das oficinas culturais, da possibilidade de se criarem alternativas de expressão, de se escrever poesia, quer dizer, é um caminho que muitas pessoas desconhecem, porque não estão nas escolas, mas em várias escolas há ótimos professores que fazem esse trabalho.

Sociologia e filosofia são uma demanda dos estudantes, por um motivo bastante simples: são duas matérias que estimulam o raciocínio crítico. Os estudantes querem ter a possibilidade de discutir questões que fazem parte da vida deles, e querem fazer essa discussão dentro da escola, mediada por um professor, mas sempre ouvindo a posição deles.

Então, a exclusão dessas disciplinas demonstra a incapacidade da proposição da medida provisória em ouvir os estudantes. Esse foi o caso que ficou mais evidente. Não é o problema maior da medida provisória. É tão importante quanto os outros, mas é um problema que ficou muito estabelecido no debate público brasileiro.

A outra questão é a incompreensão sobre o ensino médio noturno. O ensino noturno, com a medida provisória, fica numa posição escanteada. E o Brasil precisa compreender o que é o ensino médio noturno.

Eu dei aula para o ensino médio no que era o triângulo da morte em São Paulo. Hoje, por sorte, não é mais: Capão Redondo, Jardim Ângela e Jardim São Luís. Nós tentávamos abrir turmas de ensino médio diurno, matutino e vespertino, e a demanda maior era pelo ensino médio noturno. Por quê? Porque elas precisam combinar trabalho com educação. Agora, elas precisam combinar trabalho com educação não numa perspectiva de precarização do trabalho, porque isso elas já têm. Elas não precisam de um sistema de ensino que faça um itinerário de educação profissional para permanecer numa linha de precarização, porque esse já é o fato. É preciso uma educação profissional que de fato qualifique, que de fato dê perspectiva para os jovens. E a medida provisória tenciona com o ensino médio noturno, e tenciona exatamente pelo fato de que não ouve os estudantes.

Eu não estou dizendo que numa reforma educacional – eu sei que é só uma crítica que os Parlamentares fazem – só os estudantes devem ser ouvidos, mas, para que essa reforma dê certo, obrigatoriamente eles têm que ser ouvidos. Não são os únicos atores que participam do processo educacional, mas são os principais. Então, isso precisa ser bem trabalhado.

A questão da educação integral, da forma como é posta pela medida provisória, eu concordo plenamente com a Monica. Se é para fazer mais do mesmo e se o que existe hoje não funciona, não adianta. Se é para fazer só reforço de português e de matemática, há uma visão sobre o cotidiano da escola e sobre a política curricular completamente equivocada. Ou vocês acham que só se trabalha matemática dentro da sala de aula de matemática? Ou vocês acreditam que só se trabalha língua portuguesa dentro da sala de aula de língua portuguesa? Uma boa articulação entre artes e língua portuguesa possibilita um aprendizado incommensurável.

Então, a questão da educação integral da forma como está posta na medida provisória... Eu quero fazer este registro porque tem que ser feita a crítica quando a crítica é merecida. O equívoco começa, sim, com uma fala do ex-Ministro Aloizio Mercadante, que disse que o Mais Educação, que era o programa de educação integral dos governos Lula e Dilma, deveria fazer o reforço de português e matemática. Ele cometeu esse equívoco. Agora, não é porque o Mercadante comete um equívoco que o Governo Temer tem que permanecer nesse equívoco. Quer dizer, é a mesma questão da medida provisória: não é porque o Partido dos Trabalhadores utilizou o instrumento da medida provisória que o Governo Temer também tenha que utilizar o instrumento da medida provisória, que é um instrumento equivocado. Um equívoco não justifica o outro, isso precisa ficar



claro.

E, por último, e talvez o mais polêmico problema, é a fé que existe na argumentação em defesa da medida provisória a uma Base Nacional Comum Curricular que é inexistente. Eu não consigo aceitar, num debate público brasileiro, um país que é a sétima economia do mundo, que vive um processo de depressão econômica – vive –, mas que é a sétima economia do mundo...

Recentemente, estive na Assembleia Geral das Nações Unidas denunciando a PEC 241, agora PEC 55. A comunidade internacional tem um respeito enorme pelo Brasil. E não é possível que um país que alcançou essa envergadura na comunidade internacional faça o debate público de uma reforma do ensino médio, que é uma etapa terminativa da educação básica e, portanto, uma etapa que conclui a educação básica, com a fé de que vai existir uma Base Nacional Comum Curricular que sequer está publicada. Ela não está publicada, E nós já aprendemos, porque aqui ninguém é infantil ou inocente, que não dá para colocar o carro diante dos bois. A Base Nacional Comum Curricular não está publicada, a segunda versão dela recebeu uma série de observações, a sociedade brasileira tem feito vários questionamentos ao processo da Base Nacional Comum Curricular, e existe uma aposta do Governo Federal de dizer que essa Base é o que vai solucionar os elementos faltantes da medida provisória. Não soluciona. Não soluciona. Não soluciona porque o debate curricular inclusive não pode ser feito de maneira aligeirada. E o debate curricular – esse é um equívoco – que acontecia no governo da Presidenta Dilma está um pouco mais grave agora, no Governo do Michel Temer. A Base Nacional Comum Curricular não vai ter qualidade se não envolver os formadores de professores. Se não envolver os formadores de professores, não há Base que funcione. Por quê? Porque são exatamente esses atores da sociedade que têm a atribuição de fazer com que os professores se apropriem do conteúdo da Base, que saibam lidar com a Base e que sejam bons professores com base na Base Nacional Comum Curricular.

O Brasil teve uma experiência que mostra o equívoco dessa trajetória que está sendo construída agora sobre a Base Nacional Comum Curricular. Ele teve a experiência dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Os Parâmetros Curriculares Nacionais até orientam o livro didático – razoavelmente orientam o livro didático –, mas não chegaram às escolas públicas brasileiras.

As Diretrizes Curriculares Nacionais, que eram um caminho um pouco mais promissor do que o que estava sendo estabelecido, já são praticamente inviabilizadas pela discussão da Base. Ou seja, o Brasil é um país que não consegue compreender que currículo se discute com todos, e “todos” tem que envolver alguns atores que são essenciais. Exatamente um conjunto essencial de atores não está sendo chamado para o debate, que são os formadores de professores.

Eu, infelizmente, digo que sou pessimista em relação ao futuro da Base, e não estou dizendo isso por uma posição política da Campanha Nacional pelo Direito à Educação. Eu estou falando como estudante de doutorado da Faculdade de Educação da USP, em que toda a experiência que a gente analisa sobre reformas curriculares que deram certo foram reformas curriculares que tiveram a capacidade de envolver e respeitar os atores.

Não estava acontecendo a contento no governo da Presidenta Dilma – reforço –, e não está acontecendo a contento também agora. Então, eu acredito que precisamos colocar a mão na consciência e pensar fortemente sobre essas questões.

Para finalizar, em termos de encaminhamento, eu concordo com a tese que tem sido aventada na imprensa nacional e que tem vários autores de que seria melhor que a discussão da reforma do ensino médio fosse feita por projeto de lei. E nós inclusive podemos discutir cronograma de discussão, audiência pública, cronograma de votação, tentar fazer um grande consenso na sociedade brasileira para encaminhar essa questão.

O que eu quero reforçar é que, por medida provisória, dificilmente essa proposta de reforma do ensino médio vai sair legitimada para de fato ser implementada nos sistemas públicos de ensino, a tal ponto que três governadores já começam a questionar a implementação da reforma do ensino médio – o Governador do Paraná, o Governador do Ceará e o Governador do Rio de Janeiro. Ou seja, três Estados já apontam que não necessariamente vão implementar a reforma proposta por medida provisória.

Eu acredito que insistir só para ter a chance de dizer que venceu é muito pouco para algumas entidades que apoiam essa medida provisória e para um governo que assumiu recentemente em um processo que, no mínimo, é discutível, que a comunidade internacional considera como um golpe. Então, é preciso ter clareza do momento em que nós estamos hoje no Brasil. Seria muito mais correto saber fazer as discussões com calma e com a profundidade necessária, algo que não está acontecendo com essa medida provisória.

Então, agradeço ao Deputado Izalci Lucas e agradeço ao Senador Pedro Chaves pela oportunidade de trazer a posição da Campanha Nacional pelo Direito à Educação.

Muito obrigado. (Palmas.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Daniel e passo imediatamente ao Francisco Jacob Paiva, que é o Primeiro Secretário da Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior (Andes).

O SR. FRANCISCO JACOB PAIVA – Boa tarde, Deputado Izalci e Senador Pedro Chaves.

Na verdade, a nossa entidade não é mais uma associação. Nós somos o Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes-SN), desde 1989. Agradeço a quem propôs o convite ao nosso sindicato, que hoje representa mais de 70 mil docentes das instituições federais, estaduais e municipais de ensino superior do nosso País.

Primeiramente, queremos aqui apresentar uma calorosa saudação do nosso sindicato aos estudantes do ensino médio e do ensino universitário que estão ocupando as escolas no Brasil, aos que já ocuparam e aos que, porventura, venham a ocupar, porque estão dando uma lição a todos nós da necessidade imperiosa de a sociedade brasileira chamar para si a participação política, a mobilização, para defender não só a educação pública, mas o futuro de um Brasil digno para todas e para todos. Então, a nossa saudação especial aos estudantes e, na pessoa da Camila, aqui, da UNE, queremos estender a saudação a toda a juventude de todos os coletivos estudantis que organizam a luta dos estudantes.

Em nome da professora Eblin Farage, que é a nossa presidente, professora da Universidade Federal Fluminense, que não pôde estar aqui hoje por outros compromissos, nós queremos trazer o posicionamento do nosso sindicato. Queremos aqui, primeiro, registrar também que, neste momento, a educação superior está com indicativo de greve, para ser discutido nacionalmente pelas nossas seções sindicais, em razão da PEC 55 e em razão da Medida Provisória nº 746, da reforma do ensino médio.

Os companheiros da Fasubra, que são técnicos, já estão em greve também, em razão dessa pauta, e os companheiros e companheiras do Sinasef também indicam uma greve neste momento, para barrar o que chamamos de PEC da morte, PEC da maldade, contra o futuro do nosso País, da educação, da saúde pública, dos serviços públicos.

Também queremos registrar a nossa preocupação com a decisão recente do Supremo Tribunal em autorizar o corte de salários, sem sequer julgar as greves, dos servidores públicos, bem como a proposta de PEC que quer incluir a educação em atividades essenciais para efeito de punição do movimento grevista, sendo que, na verdade, este País até hoje não considera a educação como um serviço essencial para a sociedade, notadamente a educação pública, de qualidade socialmente referenciada.

Nós queremos fazer esse debate lembrando em que país nós estamos vivendo, como muitos já colocaram aqui em falas anteriores. Este País, que é a sétima economia do mundo, carrega a pecha de ter uma das piores divisões de renda do mundo. Este País, somente no século XX, na metade do século XX, em 1961, teve a sua primeira lei nacional de diretrizes e bases da educação. Dez anos depois, uma outra lei a emendou, a Lei nº 5.692, de 1971, na qual efetivamente se garantia, pelo menos no direito formal, oito anos de educação para os jovens brasileiros como obrigação do Estado.

É muito recente a nossa experiência de consolidação do direito à educação, porque a história de um país colonizado e escravagista deixou suas marcas profundas no alijamento do direito ao conhecimento, e todos sabemos aqui que conhecimento é poder. Numa sociedade dividida em classes, não só no caso do Brasil, mas em todo o mundo, é evidente que, na luta dos antagonismos das classes que se colocam na sociedade, a possibilidade de negar aos trabalhadores e às trabalhadoras o direito a um conhecimento profundo e integral que lhes permita compreender e atuar no mundo e se colocar como classe dirigente para disputar o projeto de sociedade faz parte da história recente da humanidade.

Há anos, em vários países, mesmo países desenvolvidos, houve a denúncia de que, a despeito de existirem sistemas únicos de educação, na prática, havia uma dualidade no sistema educacional, empurrando os filhos e as filhas dos trabalhadores, das camadas populares, para servirem ao mercado de trabalho com a qualificação extremamente precária e, de outro lado, uma educação voltada para a formação dos filhos das elites para continuar mandando, dominando, explorando e oprimido os filhos dos trabalhadores.

Então, no nosso entendimento, não dá para discutir qualquer reforma da educação se não olharmos esse viés de que tipo de sociedade nós queremos criar para o futuro do nosso País.

O ensino médio do nosso País, desde a origem, foi pensado, como alguns colocaram, para a elite, para que os filhos das elites pudessem chegar ao ensino superior. Por algum tempo, para estudarem no exterior. Depois passamos a ter um sistema universitário nacional. Por isso que existe todo esse atrelamento histórico. E nós, professores da Faculdade de Educação, da História da Educação, do campo de currículo, sabemos o quanto ainda está longe de termos a garantia de uma educação pública de qualidade em todos os níveis.

No nosso entendimento, o atual Plano Nacional de Educação, com vigência para 2014/2024, não garante a efetividade de um Sistema Nacional de Educação articulado em todos os níveis e modalidades, e nós, inclusive, fomos signatário do plebiscito “10% do PIB para a Educação Pública, Já!”, porque desde o outro Plano



Nacional da Educação que a sociedade apresentou ao Congresso, nós já pedimos, naquela época, 10% do PIB para a educação, a partir de um diagnóstico profundo que foi feito pelo Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública com mais de 30 entidades da sociedade civil. E, naquele momento, lamentavelmente, o Congresso também não aprovou, como não aprovou agora, e o plano está projetando uma aplicação progressiva, até o final da vigência do PNE para 2024, de até 10%. No nosso entendimento, esse é mais um equívoco do Congresso Nacional de como realmente lidar com a questão da educação.

A quem favorece a imposição de uma contrarreforma? O nosso sindicato tem chamado todas as últimas alterações do direito dos trabalhadores e das trabalhadoras no campo do direito social trabalhista e no campo da educação de contrarreformas, porque, no nosso entendimento, elas não vêm para aprimorar e aperfeiçoar as deficiências verificadas no caso, aqui, do processo educacional, mas é uma contrarreforma que vai – como alguns já falaram aqui –, tergiversar sobre reais problemas da educação brasileira, e não vai enfrentar a resolução desses problemas.

Nós sabemos – a ANPEd, que é a nossa associação que estuda profundamente os problemas da educação brasileira em todos os grupos de trabalho, do financiamento ao currículo, a gestão – que os graves problemas da educação nacional ainda não foram enfrentados. E aqui vou trazer o pensador, que foi também Parlamentar, Florestan Fernandes, que dizia que as leis da educação deste País mudavam tudo para que tudo permanecesse como está. Ele dizia que a nossa Lei de Diretrizes e Bases da Educação trouxe sempre muitas diretrizes, mas nunca trouxe alteração nas verdadeiras bases que podem mudar a educação. Todos sabem que as escolas brasileiras municipais e estaduais ainda estão longe de serem chamadas de escolas e de verdadeiramente realizarem um trabalho digno na formação das crianças, dos adolescentes e dos jovens deste Brasil.

Todos aqui sabem que um salário de R\$2.135, que é o piso que vários Estados e algumas cidades sequer pagam para um professor que trabalha 40 horas, é uma imoralidade em comparação ao que se paga em outros países.

Qualquer tentativa, qualquer discurso que queira melhorar a educação no nosso País, enfrentando de frente o problema dos baixos salários, da precarização, da intensificação, da ausência de condições efetivas de trabalho nas escolas, bibliotecas, laboratórios, vai ser mero proselitismo, sobretudo a partir de um instrumento antidemocrático, autoritário como uma medida provisória, conforme muitos colocaram aqui.

Então, manifesto o repúdio também do nosso sindicato a esse caminho que foi aqui escolhido para supostamente abrir um debate com a sociedade.

Trata-se, mais uma vez, no nosso entendimento, de uma medida que quer impor algo aos filhos das classes que vivem do trabalho, a partir de uma falsa ideia de garantir uma formação com terminalidade para os nossos estudantes, para se colocarem no mercado de trabalho, esquecendo a origem desses estudantes das periferias, das favelas, das zonas rurais. Essa formação não vai garantir nenhum tipo de sucesso a essa juventude. Na verdade, como alguém já colocou aqui, no nosso entendimento, mais uma vez, tenta-se impedir o acesso dos filhos dos trabalhadores, das trabalhadoras ao ensino superior, como um lugar que pode ampliar muito mais a formação e a consciência em relação à sociedade em que vivemos.

Lembremos aqui que sequer a meta, que já estava posta no PNE anterior, de expandir o ensino superior em 40% no setor público, foi alcançada. Nós continuamos tendo, no caso do ensino superior, a alocação de 75% de todas as matrículas no setor privado.

Aqui nós também queremos lamentar que o alicerce que está posto no atual PNE como saída para a crise da educação brasileira, o que, na verdade, reflete a crise da sociedade brasileira, tenha sido o caminho da parceria público-privada, mudando o significado do que é público.

Considerando vários programas que recebem vultosos recursos públicos para o setor privado, como a aplicação de recursos na educação pública, nós não concordamos, em hipótese alguma, com a utilização de trabalhadores que não sejam docentes formados nas universidades, universidades públicas de qualidade, baseadas no tripé ensino, pesquisa e extensão, para atuar na formação de nossas crianças, de nossos adolescentes, dos nossos jovens. Isso é precarizar, desvalorizar, desprofissionalizar o trabalho dos professores no Brasil, indo na contramão de toda a luta da categoria e dos grandes estudos daqueles que realmente pesquisam e entendem de educação no nosso País.

Se considerarmos o impacto da PEC 55, apesar de muitos dizerem aqui que não vai haver diminuição de recursos para educação e saúde, nós perguntamos: vai haver um piso? Se não melhorarmos a arrecadação deste País, se a crise persistir, nós vamos tirar dinheiro de outras áreas sociais importantes para cobrir a educação pública e a saúde pública? É isso que estão dizendo para a gente? Que área social é menos importante?

De onde a gente vai tirar dinheiro para cobrir os déficits da educação? Porque as metas de expansão do PNE vão requerer mais escolas, mais professores, mais técnicos, mais condições de trabalho. Como é que fica?

Na verdade, estamos entendendo, nosso sindicato já tem posição contra a Base Nacional Comum Cur-



ricular, já temos posição contra essa MP, já temos posição contra a escola sem partido, porque entendemos que são partes de uma engenharia política social que não é só brasileira, é mundial, de submeter a educação aos interesses financeiros dos empresários de continuar querendo domesticar a nossa juventude, e, no caso do Brasil, colocar-nos na posição de um país neocolonizado na nova ordem capitalista mundial, de reprimarização da nossa economia, em que vamos entrar com as *commodities* e uma mão de obra mal qualificada, para ser subserviente aos interesses das grandes potências, das grandes empresas que aqui se instalam. Trazer esse debate para além do debate meramente do campo da educação é o projeto de País que realmente queremos.

Então, queremos, aqui, em nome do nosso sindicato, apelar para os Srs. Senadores e Deputados que rejeitem essa medida provisória, que pleiteiem, junto ao Governo Temer, junto ao Senado, junto à Câmara Federal, a abertura de um amplo processo democrático de efetiva participação da sociedade, chamando todas as entidades que compuseram, e ainda compõem, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública e aquelas entidades que, mesmo não estando mais nesse fórum, têm se reunido. Já tivemos dois encontros nacionais da educação, em 2014 e 2016, em que várias entidades apresentaram um projeto alternativo, inclusive ao PNE que foi aprovado aqui, porque entendemos que ali há muitos problemas, do ponto de vista do nosso sindicato, de outros sindicatos e de parte do movimento estudantil, que não vão resolver as reais situações que engessam a qualidade da aprendizagem dos nossos alunos, a questão da formação dos professores brasileiros, a questão dos salários, a questão da formação inicial e continuada.

Precisamos – acho que é uma responsabilidade muito grande – que o Congresso Nacional abra esse espaço de diálogo, barre essa MP. Nós também conclamamos os Senadores a votarem contra a PEC 55, porque é outro braço do processo de precarização dos serviços públicos e que está indo ao encontro do processo de mercantilização da educação e do conhecimento. É muito claro, inclusive no acordo que está previsto o Brasil assinar, o TISA, que se trata de submeter cada vez mais o campo educacional na perspectiva de mercadoria. E nós entendemos que educação, como bem falaram aqui alguns companheiros e companheiras que me antecederam, é um direito social inalienável do cidadão. Este Estado tem que garantir a todos os brasileiros e brasileiras que nascem, da creche à universidade, a possibilidade de um sistema nacional público articulado, com financiamento do Estado, com salário digno para os professores, com condições de trabalho, com número de alunos adequado em sala de aula, porque ninguém, antes, enfrentou esse debate, e os professores, em todos os níveis, continuam com salas superlotadas.

Em vários países do mundo, mesmo países desenvolvidos, nós que estudamos educação como o nosso ofício, todos aqui sabem que a aprendizagem de todos nós que estamos aqui não foi só o resultado do trabalho dos professores nas escolas. Todos sabemos que quando somos de uma família em que o pai e a mãe leem, em que há livros na casa, se estamos em um bairro em que há uma biblioteca pública, se vamos a um teatro, a um cinema, a um *show*, se viajamos, isso tudo é processo de construção da aprendizagem humana, da formação humana. O problema do nosso País é que nós estamos condenando a juventude da classe trabalhadora, os adolescentes, à violência, ao narcotráfico, encontrando, às vezes, a morte, com os policiais, como resposta, como resposta que o Estado está dando, sobretudo para quem mora em favela, para quem é negro. As mulheres também, com todo o processo, além da questão social, do machismo, da violência que enfrentam no dia a dia.

Então, nós pensamos que para enfrentar...

Vou concluir.

O nosso sindicato ofereceu ao governo Lula uma proposta de melhoria para o ensino superior que incluía as políticas afirmativas, mas que ia para além delas. Porque, no nosso entendimento, nós não vamos resolver a educação se não resolvermos o desemprego, o subemprego, o subsalário, a falta de saúde pública, a falta de acesso à cultura, ao esporte, ao lazer de nossas crianças, a questão de uma moradia digna. É um conjunto de situações. E o Estado brasileiro pode fazer isso porque nós temos dinheiro, somos um país rico, ainda temos bastante matéria-prima. Só o nióbio, todo mundo sabe aqui o que é, se bem explorado, poderia resolver, em grande parte, o problema da arrecadação neste País. Mas se a gente for entregar para o capital estrangeiro fazer o que faz hoje aqui no Brasil, vamos continuar nessa condição.

Nós vamos fazer uma campanha não só na Andes, no Fórum Nacional das Entidades dos Servidores Públicos Federais, para a auditoria da dívida pública já. É inconcebível que quase 50% do Orçamento da União seja para o pagamento de juros e para a rolagem de uma dívida que está sendo, cada vez mais, colocada como um sistema fraudulento, que rouba o dinheiro público. É por isso que estamos com a situação social que este País enfrenta.

Por fim, a Andes aqui reafirma a sua defesa para a educação pública como um direito de todos e dever do Estado,...



(Soa a campanha.)

O SR. FRANCISCO JACOB PAIVA – ... por uma educação pública como prática da liberdade. Pedimos a rejeição da PEC e da MP e que se abra um amplo processo democrático, com a certeza de que o projeto que está em curso não nos levará para um futuro digno, mas para um futuro incerto, de muitos problemas para o nosso País.

Muito obrigado pelo espaço. A Andes se coloca à disposição de todos os movimentos de luta para abraçar essa luta onde for: nas ruas, aqui dentro, nas universidades, nas escolas.

Viva a juventude deste País, que está dando uma aula de cidadania para todos nós!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Prof. Francisco.

Informo que recebemos uma comunicação da Presidente da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas para alterar a sua representação nesta audiência pública. Falará em nome, então, da entidade, a Sr^a Thays de Oliveira Soares, que é Vice-Presidente Regional da Ubes.

A SR^a THAYS DE OLIVEIRA SOARES – Boa tarde!

Só justificando, a Camila não pôde vir. Então, eu vim cumprir esta agenda.

É como a grande maioria falou: a MP é uma perda de direitos, uma forma antidemocrática de se discutir o ensino médio no Brasil. Então, a Ubes, os estudantes secundaristas, e universitários repudiam a MP e pedem a sua retirada, tanto que temos, pelo Brasil, mais de 1,2 mil instituições ocupadas.

Eu falo aqui hoje não só como Ubes, mas como estudante ocupante. Estou ocupando, desde o dia 3, aqui em Brasília. Eu moro aqui em Brasília. Ao contrário do que muitos falam, as ocupações são uma aula de cidadania, porque entendemos – somos estudantes – que a MP, o Escola sem Partido e a PEC, juntos, colaboram para o desmonte da educação pública de qualidade, uma educação pública que seja plural, que seja acessível, inclusive para todos os jovens. Hoje, no ensino médio, nós temos uma grande evasão. A grande juventude não está no ensino médio regular hoje, e a MP não deixa claro para onde vai o jovem trabalhador, que é o jovem que faz EJA.

Então, nós da Ubes acreditamos que essa MP é totalmente antidemocrática e que a educação brasileira precisa, sim, de uma reforma do ensino médio, mas uma reforma que seja discutida com todos os setores da população, com a comunidade escolar, para que quem realmente vai ser atingido, que somos nós estudantes secundaristas, possa opinar e dialogar e ajudar nessa construção.

É isso.

Ocupa tudo! Ocupa e resiste! Estamos muito tristes com a notícia da PEC 55, que foi aprovada aqui na CCJ. Isso vai servir como um gás para os estudantes secundaristas ocuparem mais escolas e mais universidades.

Então, ocupa tudo! Não à MP! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço à Sr^a Thays.

Entraremos agora na lista de inscrição dos Parlamentares. O primeiro inscrito – regimentalmente nós vamos colocar cinco minutos – é o Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. palestrantes que aqui vieram – sejam muito bem-vindos! –, Deputados e Deputadas, eu não vou fazer perguntas, porque o que eu escutei aqui, da maioria dos senhores e das senhoras, foram profissões de fé. São pessoas que têm convicção do que falam, e eu respeito, apesar do equívoco do que dizem aqui. Respeito porque acho que dentro de um processo democrático é importante respeitar o pensamento contrário.

Primeiro, há uma indignação seletiva. E essa indignação seletiva me incomoda, porque o governo que antecedeu, durante 13 anos, o Governo que aqui está, pelo menos na área de educação, editou 20 medidas provisórias. E não achei que foi antidemocrático, porque é um instrumento previsto na Constituição brasileira, a Constituição de 1988, que, inclusive, não foi votada pelo Partido dos Trabalhadores e por seus aliados.

Então, não é de se estranhar que só o que serve em determinado momento é que é ressaltado. Quando incomoda, dizem: “Olha, isso aqui é antidemocrático”.

Escutamos aqui discursos que escutávamos antes da queda do Muro de Berlim. É um retrô, é uma coisa interessante de se escutar. Parece que estamos voltando no tempo, é um discurso interessante.

Por exemplo: auditoria da dívida. Eu tenho escutado muito auditoria da dívida ultimamente. Gente, de 2011 a 2014, no governo da Presidente Dilma, a dívida pública dobrou: passou de 35% da relação dívida/PIB para 70%. Isso é fruto de descalabro administrativo, isso é fruto de má gestão.

E o que tem acontecido no Brasil – e está sendo corrigido com a PEC 55, que está no Senado da República – é que nós vamos ter a possibilidade de fazer escolhas. Está bom de, quando chegar a época de apresentar nossas demandas, que são infinitas – e é natural que sejam, todo mundo quer mais saúde, educação, seguran-



ça –, o Governo dizer: “Eu vou arrecadar 100, e eu tenho 120 de demanda”. Não tem problema. Vamos colocar 120, porque os outros 20 eu vou ao mercado buscar, vou buscar nos bancos, nos rentistas, que é o nome que a esquerda usa para aqueles que emprestam dinheiro.

Então, na hora de emprestar, eles são bem-vindos, na hora de pagar eles são os usuários, aqueles que estão sugando o dinheiro da Nação. É uma coisa tão contraditória e paradoxal que eu peço que vocês reflitam sobre o que estão falando.

Essa questão do ensino médio – vou ler para os senhores alguns números, que certamente devem conhecer – é evidente que é uma discussão que está aqui desde 1998. Em 2007, começou de maneira mais intensa, inclusive com a comissão que já terminou, e aqui está o Deputado Wilson, que foi o Relator. Nós temos um ensino médio que é uma catástrofe, que é um limbo, que é uma faixa do nosso sistema educacional que não empolga os estudantes.

Sinto muito. Eu não sei o que vocês estão enxergando de bom no que aí está. “Vamos trabalhar o pensamento crítico dessas crianças.” Muito bem, ele vai ser crítico, mas não sabe decodificar um texto de dez linhas; ele vai ser crítico, mas não sabe as quatro operações matemáticas; ele vai ser crítico, mas vai chegar à universidade e quase 40% desses estudantes vão precisar fazer um curso de ajuste, de realinhamento, para começar a receber o conhecimento universitário. Nós temos uma taxa de reprovação no nosso Estado, Senadora Fátima, que chega a 30%; nacionalmente é de 18,5%.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Ora, gente, temos que nos indignar com isso!

Não ouvi as entidades que aqui estão, nos últimos 13 anos, irem para as ruas reclamar quando isso acontecia, reclamar de forma calorosa, contundente, porque tinham razão de fazê-lo. A nossa educação realmente está na UTI, e é tarefa de todos procurarmos um caminho.

Ser contra à MP é um direito de cada um de nós. Agora, não apresentar alternativa para o que aí está é omissão. E esse é o pior pecado, porque não podemos continuar da maneira como nos encontramos. Quando se fala que há uma lógica de mercado, quero saber se o estudante que está invadindo escola pública... Porque ocupar é uma coisa e invadir é outra. Quando você atinge o direito da maioria você invade. E quando você o faz, inclusive em desacordo com a legislação, você está ultrapassando a legislação.

(Soa a campainha.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Então, quero saber se eles irão – tenho mais 57 segundos – para o mercado de trabalho ou se continuarão gritando “Fora Temer”, se isso vai alimentá-los, se isso vai prover suas famílias, se isso vai permitir que eles ocupem empregos qualificados. Eu acho que precisamos ter um pouco mais de bom senso e menos doutrinação e ideologia política.

A educação tem pago um preço muito forte pelo excesso de doutrinação, inclusive na formação dos nossos professores. Os nossos professores, alfabetizadores principalmente, do curso de Pedagogia, saem da universidade sabendo quem é Marx, quem é Engels, quem é Emilia Ferreiro, mas não sabem o que metodologia de ensino. E 56% das crianças na ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização) estão no estágio um e dois de proficiência, ou seja, são analfabetos ou analfabetos funcionais.

Esse é o quadro da nossa educação. É com isso que temos que nos indignar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua, por favor.

O MARINHO (PSDB - RN) – Vou concluir, Sr. Presidente, pedindo licença. Eu aqui escutei e agora falei. Eu não vim debater, porque não estou vendo aqui clima de debate, estou vendo aqui afirmações.

Então, eu espero principalmente que o Relator reflita a respeito do tema e que nós possamos chegar a um bom termo para o bem da educação brasileira, sem doutrinação e sem política partidária.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A próxima inscrita é a Deputada Maria do Rosário, que está ausente do plenário; o Deputado Wilson Filho, também ausente; a Senadora Fátima Bezerra, também ausente; o Deputado Reginaldo Lopes, também ausente.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Boa tarde a todos.

Eu quero, primeiro, dizer da importância deste debate. Se não me engano, a Presidente da UNE, a Carina, fez um comentário. Aliás, acho que foi a Monica.

Realmente, eu apresentei o requerimento para a vinda da representação da Ubes. Eu apresentei para a Ubes, a UNE, o Daniel Cara, pela Campanha, a Monica, coordenadora do Movimento. Na época, eu estava apresentando inclusive para a vinda da Anfope e Anped, mas a Monica me disse que seria suficiente a vinda dela representando as demais entidades. E o presidente do Consed e do Conselho Nacional.



Mas queria fazer justiça ao Relator, porque foi mencionado aqui, alguém disse que leu todos os nomes, e a grande maioria é a favor. O Relator foi extremamente democrático, ele abriu para quem quisesse indicar, quem quisesse participar. Ele acolheu acho que quase 50 nomes diferentes, e quem não está aqui é porque não foi lembrado por nenhum Deputado ou Senador. Todos os nomes apresentados, alguns que podemos até imaginar o que essa pessoa tem para contribuir com o tema, está discutindo, não estão, mas foram apresentados e foram acolhidos, e nós estamos fazendo audiência pública às vezes duas por semana.

Quero também lembrar que falo do tema com tranquilidade porque participo do debate do ensino médio há muito tempo.

A Carina fez uma sugestão à comissão. A comissão já foi encerrada, Carina, e pouca gente foi a ela. Os Deputados pouco participaram na Câmara. E ela era muito plural, tinha representação de todos os partidos, fez o seu trabalho, e dela participaram dezenas de entidades, com suas experiências.

E o texto foi finalizado em dezembro de 2014. Então, desde dezembro de 2014, o texto estava pronto para ser votado em plenário. O Deputado Reginaldo e o Deputado Wilson Filho mostraram uma disposição e uma abertura para, mesmo depois do texto fechado em plenário, ouvir o Consed, pois um dos textos diz que o Consed coordena e realiza a educação básica e de ensino médio no Brasil. Eles fizeram todo o trabalho.

Por que eu estou dizendo isso? Porque o texto do projeto de lei estava pronto desde dezembro de 2014. E mesmo assim, em particular, eu já mencionei, mesmo em outro momento, ser contrária à medida provisória. Mas esta não é a primeira. Pode ser a primeira, Daniel, a tratar de uma reforma, mas o governo de 2003 a 2015 usou fartamente medida provisória, e não só para tratar daquilo que está previsto na Constituição, às vezes para regulamentar programas. Para Pronatec, ProUni e programas de outra natureza elas foram utilizadas.

Eu queria, na verdade, aproveitar algumas das questões que foram colocadas e como a gente poderia esclarecer, até porque, em qualquer situação eventual do debate, a votação aqui e a votação em plenário, o que a gente conseguir... Acho que o Relator tem mostrado uma vontade muito grande de construir esse texto de maneira comprometida. O Relator Wilson Filho é o Relator revisor na Câmara.

Eu queria reforçar tudo o que foi colocado aqui. A minha preocupação é com financiamento, sim. Nós vivemos uma luta em relação à questão do financiamento para a educação. Não é novidade para ninguém que nós ainda temos escolas que não poderiam ser chamadas de escolas. Nós vamos trabalhar no CAQ, Daniel, o nosso desafio do que tem que ter uma escola.

Uma coisa que me chamou a atenção é a fala do Chico. Não precisa fazer muito esforço para dizer o que é, o que nós vamos colocar como escola ideal.

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – A escola ideal tem que poder ser chamada de escola, e dos prédios que nós temos hoje a grande maioria não pode nem ser chamada de escola. Então, as condições de trabalho, o piso salarial que, de longe, nós estamos achatando as carreiras, eu concordo com tudo isso, que é o nosso grande desafio de enfrentamento em relação à educação básica.

Eu queria depois – talvez eu não tenha tempo – conversar com o Daniel. Quando ele fala das alterações do Fundeb, eu concordo com o ponto de não pagar de novo para quem já fez o ensino médio, porque já fez e vai fazer só se houver vaga. Mas quem está fazendo, mesmo que seja um ensino que é o que está sendo incluído aqui, a formação técnica e profissional, é jovem de ensino médio que está fazendo pela primeira vez, ele tem direito de ter o seu financiamento. Então, eu não acho que desequilibra o Pacto Federativo. Eu concordo que quem já fez está fazendo novamente porque há vaga. Então, não vai aumentar despesa nenhuma, não tem por que ser contado novamente.

O estímulo à privatização para mim não ficou claro também, por que você coloca isso.

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – E com a questão da flexibilidade dos itinerários eu concordo. A maioria dos nossos Municípios vão correr riscos – ontem discutimos isso aqui – de ter uma única escola, com um único trajeto, que vai ficar, muitas vezes, limitado, pode ficar, ao professor que você tem disponível, ao que você tem em termos de oferta.

Quero dizer para a Profª Iria que concordo plenamente com a preocupação com a questão da formação, mas há o esquecimento e o afastamento da Anfope, da Anped, das entidades de formação na base. Eles começaram desde o início, com o Ministro Janine, com o Ministro Cid e o Ministro Mercadante. O texto foi entregue, embora esteja em debate. Eu acho que a questão da Base Nacional Comum Curricular está em um desenho de formação, e eu acho que os dois temas vão trabalhar juntos. E eu acho que não adianta a gente falar nem em Base, nem em reforma de ensino médio, nem de plano nacional, se a gente não fizer um enfrentamento



com a questão da formação do professor, com a questão das condições de trabalho do professor. O professor horista, que trabalha como louco em três, quatro escolas diferentes, não consegue fazer um trabalho de qualidade, nem com reforma de ensino médio, nem com mágica do ensino médio, sem ter um novo desenho de formação e de valorização.

Então, eu concordo com o fato de que esse desafio permanece. A escola de contraturno está longe de ser educação integral, em tempo integral, mais tempo do mesmo.

E aí tem um ponto da medida provisória que eu também não vou ter tempo de abordar, mas gostaria de deixar a pergunta. Se não me engano, foi a Monica que fez e menção, e o Daniel repete, em relação ao conceito de tempo integral. O desenho que está aqui, embora eu discorde até do percentual, coloca uma parte para a base e a outra parte toda para o desenho que vai ser feito pela escola, pelo sistema.

Então, eu acho que é esse espaço para desenhar, para não entender que precisa haver língua portuguesa para melhorar o desempenho na área de linguagem e de comunicação. Eu não preciso ter mais matemática para desempenhar, para desenvolver o raciocínio matemático e todo o conhecimento. E acho que disso o sistema vai ter que dar conta. A tarefa é como o sistema vai conseguir fazer isso em mais de 3 mil, 4 mil escolas, que, no máximo, tem uma escola de ensino médio.

Essa é a realidade que nós temos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Profª Dorinha.

Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, meu caríssimo Relator, meus caríssimos estudantes, expositores, há coisas que são factuais, e temos que partir para o enfrentamento e buscar solução.

Esta Comissão está reunida justamente para debater o assunto, reformular o projeto, se for necessário, e encaminhar o relatório de conclusão. Então, os expositores têm que ter a consciência de que nós temos que trabalhar no que diz respeito a proposições.

Aqui, ouvi mesmo proposição mais de abordagem do Movimento Todos pela Educação, e o Daniel Cara fez um decálogo, mas não apresentou nenhuma proposta. Admira-me muito, Daniel, você, que já tem um longo trajeto nessa área, não ter uma proposta para ensino médio. Você deve ter participado de todos os debates que nós temos tido na Comissão de Educação. Então, nós temos que caminhar para isso.

Essa questão da formação de professores, é óbvio que um projeto desse, de reforma, necessariamente tem de trabalhar a formação de professores. Em qualquer matriz clássica de insumo e produto você tem que trabalhar a busca da eficácia do sistema como um todo. Isso é uma lógica, e nem é preciso se fazer obviedade.

Esse projeto seria encaminhado pelo governo Dilma ou pelo Governo Temer. O próprio Ministro Cid Gomes à época já tratava disso, e um de seus primeiros discursos foi sobre a flexibilização do currículo para permitir a abordagem distinta na formação do aluno. Portanto, nós temos que caminhar para sugestões práticas.

O Relator está aqui, independentemente de emendas apresentadas, justamente para receber proposições e nós caminharmos para uma solução, porque todos sabem que essa questão do ensino médio não atende mais às necessidades.

Nós vamos enfrentar dificuldades? Vamos. Município pequeno com uma escola. Ensino noturno. Eu não vi nada sobre ensino noturno, que é uma coisa gravíssima, e é excludente o ensino noturno. Ele é tão excludente que às vezes até se esquecem dele em uma proposta de governo.

A Base Curricular Nacional, eu sou Relator de uma proposta para encerrar o que foi discutido e começar tudo de novo. O projeto é de autoria do Deputado Rogério Marinho e eu sou o Relator. Gostei muito de o representante aqui da Andes sugerir o encerramento, assim como você. Ele que não participou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Participou. E agora você vem dizer que não serve mais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Como?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Você diz formadores, são as universidades?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Rapaz, isso foi a coisa mais participativa que eu já vi.

Eu era Secretário de Educação e nós tínhamos uma verba para dar para a universidade federal e para



a estadual, para buscarem todo mundo que eles escolhessem. Eu não tinha o direito de indicar ninguém, eu só tinha o direito de pagar para aquilo acontecer. Então, a coisa mais debatida foi a Base Curricular Nacional, inclusive para o ensino médio.

Depois que terminar a proposta da educação fundamental, usando todos esses estudos, o Conselho Nacional de Educação vai examinar justamente a questão do ensino médio.

Então, são coisas que a gente tem que acordar e buscar o encaminhamento no sentido de dar uma formação.

(Soa a campainha.)

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Nós não estamos aqui só para ouvir essa contestação. Se não apresentarmos proposta, vão ficar sem apresentar as propostas. Essa que é a realidade. O Governo e nós Deputados estamos aqui justamente procurando obter sugestões, propostas de pessoas que já trabalham com a educação há muitos anos. A Dorinha aqui mostrou justamente o projeto que a câmara aprovou, e está aí o Relator, que tem o compromisso conosco de analisar, porque é uma proposta que foi aprovada por todos os partidos, foi debatida por comunidades externas também. Está aí esse projeto. O Relator é o Deputado Wilson Filho, que estava aqui. Já existe um estudo comparativo nesse sentido.

(Soa a campainha.)

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Procurem ver isso, analisar e dar um encaminhamento, sim ou não, e que formação devemos dar. Está certo?

Língua espanhola. É claro que língua espanhola está na base curricular nacional.

Eu sou o autor da lei. Você acha que eu vou deixar um negócio desse fora do contexto? Não vou deixar o monopólio da língua inglesa, de jeito nenhum. Um país como o Brasil, que é líder na América do Sul, precisa se integrar aos países de língua espanhola.

Então, são coisas que vamos procurar superar nesse debate com o Relator. Deixar de dar educação física, línguas, filosofia e sociologia não tem sentido.

Então, é isso.

Vamos dar sugestões.

O nosso representante do sindicato não deu uma sugestão, ele só fez contestar a formação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Muito obrigado Deputado Átila.

Antes de passar para o Deputado Celso, eu vou conceder a palavra para a Senadora Fátima, que estava inscrita. Apesar de tê-lo chamado, peço a compreensão de V. Ex^a, porque ela tem um compromisso.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Obrigada, Deputado Izalci, até porque vou ter que sair. O Presidente Renan vai receber uma comissão dos estudantes.

Em primeiro lugar, quero cumprimentar todos os convidados que participaram do debate na tarde de hoje, pela lucidez, pela clareza, pela seriedade, e dizer mais uma vez, Deputado Izalci e demais convidados, que continuo entendendo que o Governo escolheu o caminho mais inadequado, mais inoportuno, para tratar de um tema tão importante como este, que é a questão do ensino médio, uma das etapas mais importantes da educação básica, uma etapa inclusive com caráter terminativo.

Quero dizer ao Deputado Átila, que está saindo neste exato momento, que os expositores aqui não só trouxeram a sua crítica – viu, Deputado Átila? –, mas também propostas. O Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, associado às demais entidades, fez a crítica e apresenta proposta, que vai inclusive passar a V. Ex^a. É uma proposta que defende uma política, Senador Pedro Chaves, integrada para o ensino médio, e não apenas um arremedo, como é o que o Governo Federal está querendo fazer, através da MP 746, quando foca principalmente na chamada reforma do currículo. Uma reforma do currículo, inclusive, em que o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio, a UNE e a Campanha Nacional têm seus questionamentos, por entender que há uma série de equívocos nessa proposta.

Senão, vejamos, por exemplo, o fatiamento do currículo em cinco ênfases ou itinerário formativo, que implica a negação do direito a uma formação básica comum e resultará no reforço das desigualdades de oportunidades educacionais, já que serão os Estados, as redes de ensino a decidir quais itinerários poderão ser usados.

E aí entra a propaganda bonita, porém enganosa, do MEC, não é, Carina? Porque isso vai ficar a cargo das redes estaduais. Nós sabemos que os Estados, inclusive em função das dificuldades que enfrentam, a grande maioria dos Estados, não vão ter condições, de maneira nenhuma, de assegurar ou ofertar os chamados cinco itinerários. E quem é que vai ser mais prejudicado com isso? Os alunos das classes populares.

Depois, outro aspecto dessa medida provisória que tem sido extremamente questionado: o notório sa-



ber. É claro que o notório saber está sendo aqui apresentado, via medida provisória, para a chamada disciplina do ensino técnico, não é? Mesmo assim, está correto o Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio quando questiona que o reconhecimento de notório saber com a permissão de que professores sem formação específica assumam disciplinas para as quais não foram preparados institucionaliza a precarização da docência e compromete a qualidade do ensino, ainda que isso esteja restrito ao quinto itinerário. Ainda assim, não há que se permitir uma formação técnico-profissional precária.

A Prof. Iria nos deu uma aula sobre o quanto a entidade à qual ela é vinculada... Aliás, o Cedes, a Anped, enfim, todas essas entidades, pelo quanto têm de experiência já desenvolvida, Senador Pedro Chaves, no âmbito das políticas de formação para o magistério.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Ainda há outro aspecto. Por exemplo, a questão das disciplinas. Como, meu Deus, concordar que o MEC retire a obrigatoriedade de disciplinas como artes, como física, como sociologia, como química? E dizem: “Não, eu não estou tirando a obrigatoriedade”. Está, está tirando a obrigatoriedade porque essas disciplinas agora, para fazerem parte do currículo, dependerão da decisão da Base Nacional Curricular Comum em debate com os Estados.

Por considerarmos que essas disciplinas têm um conteúdo programático central para a formação da cidadania, para a formação plena do estudante, é que nós entendemos que é um brutal equívoco, repito, retirar a questão da obrigatoriedade.

A escola em tempo integral. Está lá no PNE! É evidente que 50% das escolas, pelo menos 25% de matrículas dos alunos até 2024.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Entretanto, foi muito bem colocada aqui a pergunta por todos vocês. Não se trata da escola em tempo integral pela escola em tempo integral, não se trata apenas de ampliar a jornada do aluno. É preciso perguntar o que esse aluno vai fazer com essa jornada ampliada, é preciso perguntar se essas escolas estão adequadamente preparadas para desenvolver a educação em tempo integral que todos nós defendemos, tanto é que lutamos para colocá-la no PNE, como uma das metas a ser alcançada, Deputado Izalci.

Por fim, Deputado Izalci, quero insistir: eu acho que o Governo deveria retirar a medida provisória. Hoje foi um dia muito triste para a educação. A CCJ do Senado, a exemplo da Câmara, aprovou a PEC 55, que mata as nossas esperanças no que diz respeito a construir um novo ciclo em prol da educação brasileira, realizando as metas do Plano Nacional de Educação.

Então, feitas essas considerações, quero mais uma vez aqui fazer um apelo aos meus pares para que o Governo Federal retire a medida provisória e nós possamos fazer o debate via projetos de lei, inclusive projetos de lei que tramitam nesta Casa, e que tramitam desde 2013. Porque é falácia, é mentira dizer que o debate está aqui há 10, 20 anos. Mesmo que estivesse, mudanças no campo da educação exigem tempo mesmo, exigem debate para maturar, para ter profundidade, mas lembremos que o debate sobre o ensino médio, o projeto do Deputado Reginaldo data exatamente de 2013.

Eu já disse aqui e volto a dizer...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Fátima, peço a V. Exª que conclua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou concluir, Sr. Presidente. Volto a dizer: por que não foi aprovada até o presente momento? Porque nós demos prioridade à agenda do Plano Nacional de Educação, até porque é agenda global, de caráter estruturante, agenda que inclusive estabelece as diretrizes, nas suas metas 3, 6 e 7, para organizar o debate do ensino médio, Plano Nacional de Educação que traz inclusive a Base Nacional Curricular Comum. É um absurdo, um equívoco enorme. Nós queremos definir a arquitetura do ensino médio sem primeiro definir o seu conteúdo, que é exatamente a Base Nacional Curricular Comum.

Por fim, quero aqui mais uma vez registrar que dizem: “Não, mas várias mudanças foram feitas via medida provisória”. Foram mesmo, como o Brasil Carinhoso, dentre outras, mas nenhuma dessas mudanças feitas via medida provisória tinha o alcance que tem, do ponto de vista de conteúdo, uma mudança no ensino médio como reforma, porque, na verdade, nós estamos tratando aqui é de uma reforma. Reforma. Por isso insisto que o caminho para diminuirmos os dissensos, Deputado Izalci, e construir os consensos, até porque esse debate inclusive está na Câmara dos Deputados, nós estamos trazendo aqui para o âmbito do Senado...

Ainda ontem, estive no Conselho Nacional de Educação...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou concluir.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O Deputado Jacob permitiu que V. Exª falasse primeiro. Acho que V. Exª tem que respeitar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou concluir. Vou concluir, dando apenas esta informação

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Pode esquecer, ela não termina não.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou concluir dando esta informação...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Isso aqui é de praxe.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... dando esta informação do Conselho...

É porque o tema é muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Já proroguei três vezes para V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – O Senador José Medeiros sempre fica muito nervoso quando estou falando, mas tudo bem.

Deixe-me só concluir, para dar uma informação aqui importante, Deputado Izalci.

Ontem, estive no Conselho Nacional de Educação, para acompanhar a apresentação do monitoramento das metas do PNE, e tratei, sim, com o Presidente do Conselho Nacional de Educação e com outros Conselheiros sobre essa proposição, porque eu acho que era o mínimo, o mínimo que o Governo que aí está, com a falta de legitimidade que tem, poderia fazer, que era a retirada da medida provisória, para que fizéssemos o debate através do projeto de lei, Senador Pedro Chaves, diminuindo os dissensos e construindo os consensos.

Agradeço, Deputado Izalci, pela sua paciência e peço licença,...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – E tenho muita, pode ter certeza.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... vou lá, agora, acompanhar a audiência do Presidente Renan com os estudantes.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Ela fala e corre.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Celso Jacob.

O SR. CELSO JACOB (Bloco/PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Deputado Izalci, Senador Pedro Chaves, agradeço a paciência e a competência de V. Exªs.

Senador Pedro Chaves, com quem tenho tido oportunidade de estar convivendo mais nesta Comissão, V. Exª construiu, aceitando, acatando tudo, então, não é justo falar que foram selecionados os convites. Na realidade, os Deputados escolheram os nomes, e V. Exª acatou todos. Então, foi aqui amplamente representado.

Dizer que este assunto é novo, todo mundo que conhece e milita em educação sabe que não, e parece que essa votação vai selar de vez, para sempre, a reforma do ensino médio, que nunca mais vai poder mudar. A educação é evolutiva. Vamos fazer esta e haverá outras, é sempre evolutiva, temos que adaptar. Agora, uma coisa que temos que saber é separar a política da educação. A política tem que servir à educação, tem que ser instrumento de outras discussões. Então, estamos aqui discutindo a reforma do ensino. Temos problema no ensino médio? Claro que temos. Discutimos isso na Câmara exaustivamente, e não foi pouco. Nós conversamos bastante. Sabemos que há problemas no ensino médio, sabemos que a medida que vamos tomar agora não pode ser definitiva, vai ter que ser sempre ampliada, mas parece que o mundo vai acabar. Se votarmos isso hoje, vamos destruir um ensino médio que estava muito bom, e vamos destruir agora. Na realidade, não é assim.

Então, vamos ter paciência, entender o que estamos fazendo. As audiências públicas são justamente para ouvirmos. O Relator não está com a questão fechada. Parece que acabamos com tudo. Não, é o contrário, estamos construindo um projeto e ouvindo todos os lados. Ontem, foi um grupo, hoje, é outro, com outras ideias. O Senador está pacientemente ouvindo, e nossa Comissão é bem madura, de gente que conhece educação e que vai saber separar algumas coisas importantes, não está insensível. Nós não estamos aqui insensíveis à coisa. E fica um movimento de pressão. Nós estamos aqui bem serenos, conhecemos o nosso dever, vamos votar com consciência, não existe um enlatado pronto, tudo prontinho, com rolo compressor. Vamos discutir e, para isso, estamos em audiência.

E quero lamentar. Porque ocupação de escola, sinceramente, não ajuda em nada a educação.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Pior que não é ocupação; é invasão.

O SR. CELSO JACOB (Bloco/PMDB - RJ) – Invasão ou ocupação, isso não ajuda em nada.

Se quisermos fazer realmente movimentos de posicionamento, existem os campos certos, como as audiências. Vamos discutir aqui. Não podemos parar a educação por um mês, dois meses, não terminar o ano letivo. Isso não ajuda a educação em nada.

Tudo é motivo para invadir ou ocupar. Estou usando a palavra “ocupar” para não dizerem que estou sendo contrário a tudo, mas, como educador, sou contrário a parar aula, sim. Depois de uma aula, pode-se ir a uma assembleia para discutir uma série de assuntos. Agora, tudo se resume a parar aula. Será que parar aula ajuda alguém?



Vou contar um exemplo prático. Um aluno que está se formando agora, neste semestre, não vai conseguir se formar, se a aula parar. O que vai acontecer com esse aluno que queria se formar para fazer outra ponte, para fazer o Enem? Não vai poder fazer o Enem? Não vai poder se formar? Como é que ele fica?

Na minha cidade, embora eles tenham tido bom senso de não paralisar as aulas, a universidade também parou. Algumas pessoas não vão poder se formar, nem fazer concurso público, porque não têm diploma. Será que nós estamos construindo uma boa educação fazendo isso? É o caminho? Só há este caminho: paralisar aula? Há o caminho da discussão, e aqui é o ambiente para isso.

Nós estamos fazendo um esforço para realizar tantas audiências quantas forem possíveis – e estamos conseguindo. Então, não há por que agir com radicalismo.

E o que acontece com a paralisação das aulas? Não acontece nada para o Governo, não; acontece para o indivíduo, para aquela pessoa que não está estudando. Isso não é um orgulho. Não está aqui – eu gostaria de falar com ela – a moça que falou da ocupação com orgulho. Nós estamos destruindo o sonho das pessoas.

Fala-se muito que essa medida vai destruir. Será que vai destruir? Nós estamos construindo um projeto, que não vai ser definitivo nunca.

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO JACOB (Bloco/PMDB - RJ) – Ele vai ser sempre evolutivo. Se alguma coisa não ficar a contento – eu tenho consciência de que não vai ficar, porque esse é um assunto complexo –, nós vamos ter que refazer. Não sei se seremos nós, mas outros Deputados, outros Senadores estarão aqui tentando ajustar as coisas que não ficaram completas. Mas radicalismo não vai adiantar nada. Paralisar aula não ajuda a educação. Quem ama a educação não pode paralisar a educação.

Agora, vamos discutir ferrenhamente essa situação, vamos discutir os pontos. Nós sabemos que há pontos ruins, pontos perigosos. Vamos ver os mecanismos. Nós sabemos que o ensino noturno, por exemplo, é um gargalo perigoso. Como conduzir isso? Nós temos consciência disso. Não vai ser essa votação que vai resolver, não. Nós vamos ter que fazer ajustes, porque a educação também depende de o indivíduo querer adquirir conhecimento.

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO JACOB (Bloco/PMDB - RJ) – Não adianta o Governo financiar, colocar mais dinheiro, porque há a situação da família, do indivíduo, do professor, da estrutura educacional. Tudo tem que ser levado em conta.

Agora, tudo é importante, menos paralisar a aula. Quem ama a educação não paralisa a educação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

O próximo inscrito é o Deputado Sóstenes. *(Pausa.)*

Com a palavra o Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Primeiro, agradeço o Deputado Sóstenes pela gentileza e cumprimento todos que estão nos ouvindo.

Este é um debate extremamente importante.

Parabenizo o Deputado pelas palavras, com as quais também concordo. Este é um debate que precisa ser, acima de tudo, desprovido de ódios, de partidarismo qualquer, até porque todos nós, seja de que partido formos, sempre defendemos uma educação melhor, não vejo outra saída para o Brasil. Tanto é verdade, Deputado, que a própria Presidente Dilma, quando estava em campanha, defendia arduamente essa reforma de ensino. Inclusive quero, se me permitir, colocar aqui a opinião dela.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Para não delongar, mas a própria Presidente, nesse vídeo, dizia que não tem nada contra filosofia ou contra sociologia, mas é preciso que o aluno tenha a possibilidade de escolher. É impossível que os alunos continuem com uma gama de matérias tão grande. E por aí vai.

Então, esse assunto vinha sendo debatido, era proposta do próprio Partido dos Trabalhadores, mas agora, obviamente, o que está em jogo aqui não é educação, não é Brasil, não é PEC, não é medida provisória, o que está em jogo neste debate e que estamos vendo muito bem...

Já terminou o tempo?

O que está em jogo aqui, nós notamos, é tentar religar, conseguir o primeiro amor. Sabemos que o Partido dos Trabalhadores havia perdido o primeiro amor. Qual era o primeiro amor do Partido dos Trabalhadores? Eram os professores, os sindicatos, as ruas. Depois que chegou ao poder, passaram a ir para a cama,



não mais com o primeiro amor, mas com amantes. E quem eram essas amantes? Eram as campeãs: Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, JBS e tantas outras. Era a elite, eram os *players* da economia nacional. Esqueceram esse povo, ficaram lá. Tanto é que não se fez um palmo de reforma agrária. No apagar das luzes é que vieram a fazer alguma coisa.

Então, a conversa era com esse povo. Não se falava na pobreza, em pobres. Pelo contrário. No ano passado, fizeram um cavalo de batalha, demonizando os servidores públicos, diziam que iam quebrar o País. Colocaram matérias caríssimas na imprensa toda para dizer que o País quebraria se dessem aumento para os servidores do Judiciário.

(*Soa a campainha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Bloco/PSD - MT) – Já concluo, Sr. Presidente.

Mas agora a conversa mudou. Agora, é pelos pobres, é pela saúde, é pela educação. E torcem os discursos. Agora mesmo, recebi a informação de que a CUT está distribuindo lá no Mato Grosso, junto com o sindicato, para as crianças. Isso é um absurdo! Vamos fazer o debate aqui, vamos colocar as ideias, cada um tem a sua opinião, sem agressão, sem violência. Esse negócio de invadir, de pregar desobediência civil, o que é isso? A Presidente tocou seu governo, ninguém nunca falou em desobediência civil. Discordava-se, mas precisávamos ter um debate mais salutar. Não tenho dúvida: por essa via, o PT não chega mais ao Poder. Essas reformas são necessárias, e não vai ser o PT que voltou agora para um Fusca, que vai impedir. Vamos fazer as reformas debatendo com a população, mas de maneira honesta e da maneira que a população precisa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Deputado Sóstenes.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) – Sr. Presidente, nobres colegas Parlamentares, Senadores, Deputados, ilustre Relator, Senador Pedro Chaves, convidado, inicialmente, quero dizer que fiquei até agora, participei desde o início, logo do início desta audiência pública, por entender a relevância do que é a educação no País; por entender que no meu Partido, o Democratas, nós temos uma lutadora da educação, que é a Deputada Professora Dorinha. Hoje temos o nosso Ministro da Educação, Ministro Mendonça Filho, que está à frente dessa pasta, e por também entender um momento histórico na minha vida, nos anos 90, quando era da Ubes. Fui um cara-pintado, pedi o *impeachment* do ex-Presidente Collor.

O tempo passou, nós vimos as alternâncias no poder, e chegou ao poder o Partido dos Trabalhadores, com a promessa e com a expectativa de todo o Brasil de que finalmente a educação seria uma das prioridades.

Há 15 dias, eu estive no Centro de Pesquisa da UFRJ, com os pesquisadores, professores, homens do mais alto gabarito – não vou citar nomes para não ser injusto com nenhum deles. Trata-se de um centro de pesquisas que tem material de mais de 30 anos, e parte da sua instalação já sofreu com um incêndio. O gerado do centro de pesquisas não pôde ser substituído porque não havia dinheiro para substituir. A empresa prestadora de serviço emprestou um com um terço da capacidade. Ou seja, nós estamos com o risco de perder 30 anos de pesquisas, porque não existe um gerador.

Eu gostaria de contar isso porque me identifiquei, quando vi aqui o convite da minha colega Deputada Dorinha, com os representantes da União dos Estudantes. E gostaria de lamentar porque escutei, desde o início,... O princípio da educação é de que quem fala ouve. Fizeram aqui coros e estardalhaço. Bonito! Nós nos emocionamos porque eu me vi naquele tempo em que eu era um estudante também. Mas, na hora de ouvir, vale mais uma foto com o Presidente do Senado Renan Calheiros, porque isso vai para as redes sociais. E o videozinho da bagunça que fizeram aqui, aquela manifestação democrática? Eu aqui participei. Mas agora, na hora de ouvir, é mais importante uma foto com o Presidente Renan Calheiros do que ouvir a nossa opinião.

Como eu não os tenho aqui para dizer o que gostaria de dizer aos estudantes, vou dizer da experiência que eu vivi na Ubes, da experiência do Senador Lindbergh Farias – que hoje está no PT –, que foi líder da UNE. E nós, caras-pintadas, juntos, para talvez aconselhar. Mas a pior coisa que existe é falar para surdo que ouve. E, lamentavelmente, eu não tenho o que dizer.

Espero que se em algum momento a UNE... Quando me abordaram, várias vezes, no plenário, eu falei: “A UNE estatizou, a UNE não nasceu...”. E a história da UNE e da Ubes não é para ser Estado. A UNE tem que ser crítica inclusive, independentemente da ideologia partidária. Mas, lamentavelmente, não é o que acontece com essas instituições. Estava aqui para falar com eles. Lamentavelmente, preferiram virar as costas.

Espero que algum dia a UNE e a Ubes queiram me ouvir. Eu gostaria de deixar a eles alguns conselhos para que eles possam, realmente, contribuir com a educação.

(*Soa a campainha.*)



O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) – Talvez, o dinheiro da ocupação que estão gastando, se nós todos nos juntássemos, ajudasse a comprar o gerador para evitar que 30 anos de pesquisa da UFRJ sejam jogados na lata do lixo. Acho que, assim, continuaríamos contribuindo com a educação.

Não sou contra nenhum tipo de manifestação, desde que não interfira no direito e no respeito da maioria.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço.

Ao mesmo tempo em que passo imediatamente a palavra ao nosso Relator, quero saudá-lo e cumprimentá-lo, porque o Senador Pedro Chaves realmente tem sido um educador, disposto a aceitar qualquer contribuição que possa melhorar a educação.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Portanto, é uma honra muito grande presidir esse trabalho com V. Ex^a.

O SR. SÓSTENES CAVALCANTE (DEM - RJ) – Presidente, quero só fazer uma correção.

Há um representante da UNE aqui atrás. Por justiça, quero registrar a presença dele, e não a das convidadas. Como eu não o vi antes, não fiz menção. Quero ser justo com a UNE, porque o princípio da justiça é parte da minha vida. Vou tentar alguma interlocução com ele, para ajudar a UNE nesse novo processo, nesse novo tempo de Brasil.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Vou passar a palavra ao Relator.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, convidados, público em geral, é com muita alegria que hoje participei de mais esta rodada de audiência pública, com a presença da Thays Soares, representante da Ubes; da Carina Vitral, da UNE; do Daniel, Coordenador-Geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação; do Francisco Jacob, Primeiro Secretário da Associação Nacional dos Docentes; da Iria, Presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação; da Monica Ribeiro da Silva, Coordenadora do Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio; e do Olavo Nogueira Filho, Gerente de Projetos do Movimento Todos pela Educação.

Eu vou repetir o que já disse em reuniões anteriores: é óbvio que nenhuma reforma deve ser feita por medida provisória. Pelo contrário, eu condeno a medida provisória, porque a considero autoritária. Em princípio, eu acho que é uma intervenção do Executivo no Legislativo. Quem deve legislar é o Legislativo. Entretanto, em casos de emergência excepcional, ocorre a medida provisória, que enseja, na verdade, uma oportunidade. Eu não analiso a medida provisória como um prejuízo para a reforma do ensino médio. Então, devemos aproveitar a oportunidade e fazer dela aquilo que nós desejamos.

Eu procurei – a Deputada Dorinha, que é muito generosa em suas palavras, é testemunha –, desde o início, desde a primeira reunião, solicitar indicações de pessoas para participarem das audiências públicas, para torná-las o mais democráticas possível. Seria muito mais simples eu pegar a medida provisória, fazer o relatório e submetê-lo à Comissão, à votação e ao Senado. Depois, encaminharia à Câmara ou mandaria diretamente para a Câmara dos Deputados. Voltaria para o Senado, votaríamos, seria homologada, e acabou. Mas, não; eu optei realmente por uma solução totalmente fora do modelo normal. Eu fiz questão de ouvir vocês e estou ouvindo, sistematicamente. Isso, para mim, tem sido bom, tem robustecido o documento, que está totalmente diferente do original. Muita gente está pensando coisas que não são reais. Eu realmente me reservo o direito de só revelar na data oportuna.

Ontem, eu esclareci que estou mudando de 800 horas para 1 mil horas/ano, o que significa que, de 2,4 mil horas, vamos para 3 mil horas, tanto no período diurno, como no noturno – isso minimiza um pouco o problema do noturno. Por outro lado, serão 25 horas por semana. Eu pretendo dar 1,8 mil horas para a base nacional e 40% para os itinerários formativos.

Nós estamos com 566 emendas, estou vendo uma por uma. Perco a noite, mas só quero alegria, porque vejo que acrescenta muita coisa ao nosso relatório. Eu prometi ao Wilson, que é Relator do projeto que está na Câmara, pegar o relatório, absorver tudo que é possível e incluí-lo na própria medida provisória. Já está comigo, já estou fazendo esse trabalho.

Quer dizer, é importante, porque não estamos perdidos, não estamos sendo autoritários em nenhum momento. Eu ouvi todos vocês, os depoimentos, aqueles que eram importantes nós vamos absorver todos, mas obviamente o pessoal ideologizou a reunião de hoje. Isso era de se esperar.

Acho que educação também tem muito de ideologia. Então, ela deve levar àquilo que pretendemos, que é a formação integral do homem. Ele tem que ser um agente crítico, ele tem que analisar as coisas de



forma tranquila. Eu fui reitor de universidade por 15 anos, fui diretor de escola de ensino básico. À época, falava-se primeiro em ginásio, em científico, clássico, etc., depois evoluiu para primeiro grau, segundo grau, ensino médio, aí voltou para segundo grau e depois ensino médio. Então, isso foi muito bom, toda experiência é muito importante.

Mais uma vez quero dizer a vocês que todas as informações, todas as contribuições que vocês ofereceram estão incluídas no relatório. Coisas novas apareceram hoje, que serão incluídas também. Eu vou discutir isso também exaustivamente com 52 Parlamentares aqui, porque, na verdade, são 26 titulares e 26 suplentes que estarão presentes. Então, ela será feita coletivamente.

Por outro lado, depois do relatório aprovado pela Comissão, vai ser discutido na Câmara dos Deputados, depois vai ser discutido no Senado Federal. Então, não há esse sentido autoritário que muita gente dá a impressão. Eu quero que vocês saibam que eu pretendo, até o dia 30 de novembro, concluir as audiências públicas, depois submeter à votação da Comissão e encaminhar para a Câmara, para que eles possam realmente analisar, aprofundar, discutir e depois votar, se é aquilo que vai ao encontro da população. Depois vai ser encaminhado para o Senado.

O importante é que a medida provisória é um instrumento importante para a celeridade. Eu sempre pergunto qual a importância da medida provisória. Ela tem começo, meio e fim. Se nós estamos discutindo há dez anos, cinco anos ou três anos, é tempo demais. Nós estamos num dinamismo muito grande. A sociedade não pode esperar e, principalmente, os alunos não podem esperar.

Comigo vocês podem contar à vontade. Eu estou no gabinete, ouço vocês à vontade, estou ouvindo a TV Senado, tenho diversas sugestões muito importantes, mais de 200 estão na minha mesa. Então, nós estamos ouvindo e aperfeiçoando cada vez mais isso.

Eu quero agradecer a paciência de vocês. Se eu tenho paciência, vocês também têm. Vocês estão aqui, estão ouvindo. Isso é muito positivo, isso é muito bom. Eu agradeço a presença e passo a palavra imediatamente ao nosso querido Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Não houve muitas perguntas, mas vou conceder um minuto, é suficiente. O Olavo pediu, logo no início, para fazer uma colocação. Depois eu passo para os demais fazerem as considerações finais e encerrarmos a audiência pública.

O SR. OLAVO NOGUEIRA FILHO – Obrigado, Deputado.

É um esclarecimento rápido, de um minuto mesmo, a respeito de uma observação que a Profª Monica fez na fala dela, citando o meu nome, e uma informação que eu demonstrei a respeito de dados de uma pesquisa. É só para esclarecer, talvez a minha fala não tenha sido clara nesse sentido, ainda que no material isso me parece que estava claro.

Não se trata de dados de pesquisa ou de uma pesquisa em que os jovens apontaram o que eles entendem pelo ensino médio como um todo. Longe disso, seria um absurdo se isso fosse mesmo cenário e se eu trouxesse essa afirmação para cá. O que estava na apresentação, e creio que na minha fala também coloquei isso, é que se tratava de aspectos que a pesquisa indica que os jovens sentem que fazem falta no currículo do ensino médio.

Então, essa foi apenas a observação que foi feita. De modo algum coloquei ali que aqueles seis aspectos que foram apresentados devem representar o ensino médio como um todo. Então, só queria fazer esse esclarecimento para deixar registrado que talvez tenha sido uma falha de comunicação minha.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Olavo.

Profª Monica.

A SRª MONICA RIBEIRO DA SILVA – Obrigada por me conceder novamente a palavra.

Eu vou valorizar, sim, a importância das audiências públicas, o conjunto de audiências. A menção que eu fiz é que, ao olhar os participantes, eu, Professora Dorinha, achei um peso excessivo para os institutos e fundações privados, na minha compreensão.

Sim, apenas registrando que eu considero essa preocupação. Porque nós estamos tratando de ensino médio público, cuja matrícula, 85% dela é pública no País. E essa é a minha preocupação. Que nós ouçamos mais mesmo quem está diretamente envolvido, que é o meu caso, por exemplo, como professora universitária.

Quer fazer um registro também da minha discordância com relação a se ter feito profissão de fé ou ideologizar as questões. A educação não é neutra. Nenhuma ação da sociedade é neutra. Agora, eu considero que o Deputado Rogério Marinho desqualifica a nossa fala quando diz que nós fizemos profissões de fé. Eu sou uma professora, eu sou uma estudiosa, eu dedico a minha vida a fazer pesquisa sobre o ensino médio. O que eu trouxe aqui foram dados de pesquisa. Eu não trouxe aqui uma profissão de fé, eu trouxe uma posição política. E, nesse sentido, assim como os demais, eu penso que precisaria ser respeitado.



Por fim, um esclarecimento. Pena que o Senador José Medeiros não esteja mais aqui, mas há muita diferença entre o PL e a medida provisória. A Deputada Dorinha sabe disso. Há muita diferença. O Projeto de Lei nº 6.840 não trata de financiamento. A medida provisória trata em 60% do financiamento, ela altera a lei do Fundeb. O PL não trata disso.

Há muita diferença inclusive com relação à formação de professores, com relação ao próprio currículo, que se tornou substitutivo. Então, não é verdade que nós éramos a favor e agora somos contra. Quando o projeto de lei tinha uma característica muito semelhante à medida provisória, nós viemos a esta Casa. O Movimento Nacional, as entidades todas, a Campanha veio, os estudantes vieram, para manifestar nossas posições. Então, não é verdade que nós éramos a favor e agora somos contra. Vamos colocar as coisas no seu devido lugar. A história está aí para registrar exatamente como tudo isso aconteceu.

Com relação às propostas, eu entreguei para a Senadora Fátima e para o Deputado Átila Lira, e também está no PowerPoint, as propostas do Movimento Nacional. Porque não é correto dizer que nós não trazemos proposta. Só que a nossa questão, a nossa proposição não é que se altere apenas o currículo. Nós temos que pensar em uma política integrada para o ensino médio, porque, aí sim, nós conseguiremos enfrentar as situações que nós temos hoje.

Nós temos dez propostas para o ensino médio. Algumas passam pela mudança na LDB, outras passam por políticas do Executivo, outras passam, sim, por esta Casa. Eu vou mencionar apenas algumas delas e encerro.

Nós entendemos que a mudança curricular precisa considerar, sim, os interesses dos jovens na sua amplitude, e não apenas em um aspecto ou outro, sem negligenciar o currículo das disciplinas, o conjunto das disciplinas, sejam elas na forma de disciplina – essas que nós temos, inclusive, revisam seu formato –, seja em outra. Mas que a gente pense e assegure no currículo a formação básica comum a todos os jovens.

A Profª Dorinha e o Daniel Cara estão certos quando dizem que os Estados poderão oferecer apenas um itinerário, nas condições efetivas que nós temos.

A medida provisória, diferentemente do que diz a propaganda enganosa do MEC, não permitirá ao estudante escolher. Está escrito na medida provisória, e o Relator sabe disso. É o Estado, é o sistema de ensino que vai definir qual itinerário será formado. É contra a negação ao direito à educação que nós somos.

Nós entendemos também que precisamos repensar as formas de avaliação de Estado. O Enem, a Prova Brasil, o Ideb não dão retorno para escola sobre os seus problemas. Eles são indicadores sintéticos que não dão nada, nenhuma informação sobre a qualidade do ensino. Então, nós também propomos que seja revista a forma de avaliação do Estado.

A construção de novas escolas específicas para o tempo integral. E aqui eu respondo um pouquinho ao que a Profª Dorinha indagou: tempo integral é uma coisa, educação integral é outra. Nós defendemos tempo integral, acompanhado de um fenômeno que seja a formação humana integral, que não seja apenas parcial – aquilo que se está propondo pela medida provisória.

(Soa a campanha.)

A SRª MONICA RIBEIRO DA SILVA – Nós entregamos o conjunto de propostas que nós temos, e eu tenho certeza de que o Relator irá atendê-las.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço, Monica.

Passo...

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Sr. Presidente, só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Dorinha foi citada. Art. 74.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Várias vezes.

Na verdade, eu não perguntei. Eu só afirmei e perguntei para o Daniel sobre a afirmação que ele faz do conceito que é apresentado.

Agora, Monica, acho que seria interessante... Há um quadro aqui que mostra a comparação entre o PL e a medida provisória. Eles têm uma semelhança enorme, mais de 90%. É bastante significativo. O que entra é financiamento, porque nós teríamos um vício de iniciativa, não podíamos mexer com financiamento do Executivo.

Lógico que o que chama atenção é que todo esse alarde feito agora de não poder haver áreas de conhecimento, de a escola não poder ter esse desenho, esse texto estava sendo fechado. Ele foi apresentado pelo Deputado Reginaldo e pelo Deputado Wilson Filho.

O texto final – e talvez você esteja se referindo ao primeiro texto – foi fechado em uma ida do Deputado Reginaldo a uma reunião do Consed, no Amazonas. Fecharam o substitutivo. Esse substitutivo tem uma



proximidade grande com a medida provisória. Eu não estou dizendo que é melhor ou pior. Eu participei da Comissão e apresentei 17 emendas para tentar melhorar o texto. Tenho muitas restrições ainda. Estou só dizendo que existe uma...

A SRª MONICA RIBEIRO DA SILVA – Posso falar de uma diferença, que para mim é fundamental?

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Não, eu não disse que não há. Há diferença.

A SRª MONICA RIBEIRO DA SILVA – Mas a diferença fundamental é que o substitutivo propôs o seguinte: assegurada a formação básica comum, poder-se-ia ter os aprofundamentos. Então, para além da formação básica comum, para além das 2,4 mil horas, poder-se-ia ter o aprofundamento. O que a medida provisória traz é a metade da formação básica comum, e então o aprofundamento.

Essa diferença é crucial. Ninguém é contra aprofundar, em qualquer área. O que defendemos é que se aprofunde, a partir da formação básica comum, em 2,4 mil horas, no mínimo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Profª Monica, só para informá-la: o próprio Relator já disse que vai alterar tudo isso. Então, nós estamos aqui recebendo as contribuições para aperfeiçoar o texto.

Acho que o Brasil precisa realmente avançar, e vamos melhorar cada vez mais. Não vamos atingir a perfeição nesse texto, mas, com certeza, a intenção aqui, acho que de todos, é conseguir melhorar o ensino médio brasileiro.

Daniel Cara, para suas considerações finais.

Depois, o Francisco.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – Sobre as questões, vou tentar respondê-las diretamente.

Primeiro, eu lamento que o Deputado Rogério Marinho tenha saído da sala, porque vários aspectos do que ele colocou geram debate. Um deles é que a questão do pensamento crítico vai além das matérias de sociologia e filosofia – pensamento crítico também se desenvolve na matemática. Acho que falta, muitas vezes, no debate sobre a educação, um conhecimento pedagógico, e esse é um aspecto que tem sido grave no debate público brasileiro.

Em relação à provocação do Deputado Átila Lira, que sempre tem colaborado nos debates sobre educação, os dez problemas que apresentei, Senador Pedro Chaves, apontam um caminho que deve seguir a medida provisória. Por exemplo, eu concordo com a Monica – e aí, Dorinha, eu já respondo a sua questão – que não dá para essa medida provisória alterar o Fundeb, que, inclusive, tem prazo de validade na gravidade com que ele altera. Considerando que o Fundeb vai até 2020, e a medida provisória pretende, por exemplo, uma participação da União, em quatro anos, na política de fomento à educação integral, não faz sentido essa alteração do Fundeb. É na política de fomento e na abrangência que se dá à alteração do procedimento do FNDE na firmamento de convênios que existe um estímulo oculto à privatização. Isso não é a posição da campanha, isso é a análise de vários pesquisadores, inclusive de financiamento da educação. Eu até recomendo que seja feita uma audiência – não sei se isso é possível – sobre a questão do financiamento do ensino médio, porque, de fato...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Dentro da Comissão de Educação? Porque aqui, infelizmente, não há como fazer.

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – ... porque, de fato, está havendo um desequilíbrio, que está sendo posto.

Observando, Dorinha... Vamos pensar em termos de Ciência Política, que é a minha formação inicial. Quando você tem três governadores que dizem que não vão implementar a medida provisória naquilo que se refere à LDB... Todo mundo aqui nesta sala sabe que a doutrina jurídica da LDB é uma doutrina jurídica flexível. Por quê? Porque o objetivo fundamental é o projeto político-pedagógico da escola. Essa é a esfera fundamental de tomada de decisão sobre o projeto pedagógico. Então, os governadores estão muito assertivos em dizer que a parte da LDB eles não querem pegar, mas a parte do Fundeb eles querem. Quer dizer, isso precisa ser analisado com profundidade. Agora, em um minuto, eu não vou conseguir abordar todos os pontos, mas me disponho, inclusive, a mandar um texto e trazer as questões. A Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação, que também participa da direção da Campanha – eu também participo da Fineduca, essa associação –, já tem várias posições sobre isso.

Em termos de proposições muito claras, acho que é preciso repensar fortemente a questão dos itinerários. Eles, de fato, vão limitar o direito à educação. Se se quiser fazer flexibilização – e a flexibilização é um valor de todas as reformas educacionais no mundo todo –, ela não pode ser uma flexibilização canalizada. Ela não pode ser uma flexibilização presa ao itinerário porque, na realidade – não é, Monica? – o objetivo dessa flexibilização é corresponder ao Enem. O Enem – e a Dorinha tem uma militância importante nesse sentido –, o processo de avaliação não pode orientar a política de educação, é exatamente o contrário: a política de edu-



cação tem de ser avaliada e, aí, essa avaliação tem de gerar uma retroalimentação para a melhoria da política de educação.

Então, preocupa-me a questão dos itinerários e acho que eles têm que mudar radicalmente. Se excluir a alteração do Fundeb e se modificar os itinerários, aí sim, eu concordo com a Mônica; aí sim, a medida provisória vai estar próxima do projeto de lei.

Agora, quero deixar claro uma questão: para a Campanha Nacional pelo Direito à Educação – eu sempre falei isso para o Reginaldo –, o texto do projeto de lei não é suficiente para uma reforma do ensino médio, nós tínhamos críticas ao projeto de lei.

Com relação à preocupação do Deputado Celso Jacob, não tenho dúvida de que a educação é evolutiva, de que a educação vive de reformas.

A primeira reforma da educação foi pedida no primeiro momento em que a França estabelece o sistema público de ensino. É natural o processo de reforma. Porém, não temos o direito de errar. Na minha opinião e na opinião de vários pesquisadores, a medida provisória não está indo para um bom caminho, e isso precisa ser alterado. Eu considero, inclusive, que medida provisória – e aí eu falo como cientista político – é um mecanismo que só existe no Brasil na abrangência que tem. O Obama, por exemplo, não sei se os senhores se recordam do quanto ele sofreu para ter um deputado que assumisse o Obamacare, que é o sistema de saúde do Obama, nos Estados Unidos. Ele não conseguia mandar um texto para o Congresso, ainda que ele tenha o direito de fazer discurso do Estado da União, que é o principal discurso e que abre o ano legislativo.

Então, a medida provisória, a minha sensação... Fui aluno e presidente de grêmio e participava da Cipa da minha escola, que é a Comissão de Prevenção de Acidentes.

(Soa a campanha.)

O SR. DANIEL TOJEIRA CARA – E a conclusão a que chegávamos na Cipa era a seguinte: quando existe uma crise, você não pode intensificar a crise; quando há incêndio, você não pode atizar fogo no incêndio. Na minha opinião, a medida provisória atizou fogo na crise do ensino médio. Acho que o mecanismo foi errado, acho que a sociedade brasileira está convencida de que houve um erro nesse mecanismo. Se for para fazer alterações positivas, elas têm que seguir nesta linha: ter clareza dos erros dos itinerários, porque, da maneira como está colocado, há um equívoco enorme, e, principalmente, tem que ter muito cuidado com a questão do financiamento da educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Nosso Relator, para as considerações.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Eu gostaria de dizer o seguinte: a medida provisória foi muito importante porque suscitou toda essa discussão. Caso contrário, acho que passaria em branco.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – O debate do PL faltou. Ninguém se envolveu, a grande maioria não participou.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – A medida provisória mexeu com o Brasil inteiro, todo mundo, todos os segmentos interessados.

Acho que nesse aspecto foi positivo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Estamos em votação nominal. Peço ao nosso convidado para ser o mais objetivo possível nas suas considerações.

O SR. FRANCISCO JACOB PAIVA – Bom, primeiro, quero dizer que nós do Andes nos sentimos muito à vontade, porque é um sindicato que preza pela autonomia perante partidos, governos e religiões.

Então, o nosso posicionamento crítico não é de agora. Nos últimos anos, há 30 anos, estamos defendendo uma linha e continuamos defendendo, fizemos críticas profundas ao Plano Nacional de Educação, continuamos fazendo e vamos continuar lutando para implementar o projeto de educação pública que defendemos, com algumas outras entidades, muitas das quais continuam no Fórum em Defesa da Escola Pública e outras estão conosco na construção do Encontro Nacional de Educação.

Nós reafirmamos aqui que nenhuma medida estanque em relação à educação vai ter sucesso. O processo educacional tem que ser olhado no conjunto da sociedade brasileira com suas características, com o seu corte de exclusão social, com essa pecha da maior desigualdade social para uma economia rica, que é a sétima economia do mundo.

Nós entendemos que se essa medida provisória, ao lado da PEC 55, for aprovada, nós vamos retroceder, nós vamos involuir nas questões de educação pública neste País. Nós temos absoluta convicção disso, porque o nosso sindicato também tem um grupo de trabalho de política educacional que reúne estudiosos da área de educação a partir de um viés de um debate de classe, e nós queríamos fazer esse debate aqui. O que está em debate, na verdade, é que educação se quer dar no mundo todo para a classe trabalhadora e que educação se



quer dar para as elites. Mais uma vez se trata disso.

Com relação à medida provisória, primeiro, nós não concordamos, Senador, que essa é a melhor forma de suscitar o debate. Nós podemos criar um processo verdadeiramente democrático. Vamos lembrar que nós recentemente impusemos os parâmetros curriculares nacionais neste País, no governo de Fernando Henrique, e o que aconteceu? A imensa maioria dos docentes deste País não se apropriou daquele material porque não discutiram o material. Ainda que se tenha alardeado que foi um processo democrático, quando chegou às escolas públicas, a maioria dos professores engavetou, porque não tinha conhecimento de causa sobre que material era aquele, não tinham sido protagonistas do processo da reforma. Todo mundo sabe aqui que, quando uma reforma vem de cima para baixo, a tendência é que ela é rejeitada na prática, seja em currículo, seja em gestão, seja em qualquer perspectiva na educação.

Portanto, vamos pensar muito bem. Nós entendemos que o processo educacional no Brasil, que está eivado hoje pela questão da avaliação, volto a dizer o que o Florestan Fernandes disse: quando vamos mudar a educação, queremos mudar muitas diretrizes, mas não queremos alterar as bases. Nós temos que enfrentar os baixos salários dos professores brasileiros, nós temos que enfrentar a questão da formação dos professores. No nosso entendimento, a expansão via sistema EAD não vai melhorar a formação dos professores brasileiros; ao contrário, vai piorar. Lá no PNE está posta inclusive essa perspectiva e os cursos que estão aderindo à EAD, cursos de formação de professores. Você não vê médicos nem advogados sendo formados, e os professores vão ser empurrados para fazer esse tipo de formação aligeirada e desqualificada.

Portanto, vamos discutir aqui, se formos chamados, vamos estar nas ruas com os trabalhadores e trabalhadoras de educação, vamos estar nas ocupações de estudantes, porque entendemos que é a forma legítima de exercer a cidadania num Estado democrático de direito.

Quero dizer mais uma vez que nós da Andes convocamos aqui a sociedade como um todo a se voltar contra essa medida e contra a PEC 55. Vamos lutar por isso, inclusive há uma perspectiva de greve não só da Andes, mas Sinasefe e Fasubra em relação a esses dois temas.

Muito obrigado pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu agradeço a presença de todos os convidados.

No dia 16 nós retomaremos, com a próxima audiência pública.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado pela presença.

(Iniciada às 14 horas e 39 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 45 minutos.)



ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 16 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às quatorze horas e quarenta minutos do dia dezesseis de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fátima Bezerra e Pedro Chaves; e dos Deputados Wilson Filho, Lelo Coimbra, Reginaldo Lopes, Thiago Peixoto, Danilo Cabral, Professora Dorinha Seabra Rezende, Josi Nunes, Evandro Roman e Átila Lira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para assento à mesa os seguintes participantes: Rodolfo Fiorucci, Diretor Geral do Campus de Jacarezinho do Instituto Federal do Paraná; Rafael Ribas Galvão – Diretor de Ensino do Instituto Federal do Paraná; Ângela Maria Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputado Thiago Peixoto, Deputado Átila Lira, Deputado Reginaldo Lopes, Deputada Josi Nunes, Deputado Danilo Cabral e Senador Pedro Chaves. Às quinze horas e cinquenta e sete minutos, a Professora Dorinha Seabra Rezende assume a Presidência. A Presidência passa a palavra ao Relator para suas considerações finais. A Senadora Fátima Bezerra usa da palavra. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI LUCAS

Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 6ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Chamo para compor a Mesa os seguintes convidados: Srª Ângela Maria Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); Rafael Ribas Galvão, Diretor de Ensino do Instituto Federal do Paraná; Rodolfo Fiorucci, Diretor-Geral do Campus Jacarezinho do Instituto Federal do Paraná.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800-612211.

Aqueles que nos acompanham neste plenário também poderão enviar suas perguntas por escrito. Os questionamentos devem ser entregues à Secretaria da Comissão.

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará uma exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Passo imediatamente a palavra a Rodolfo Fiorucci, Diretor-Geral do Campus Jacarezinho do Instituto Federal do Paraná.

O SR. RODOLFO FIORUCCI – Boa tarde a todos.

Agradeço o convite ao Deputado Izalci para fazer uma exposição sobre o método de ensino do Campus Jacarezinho, do Instituto Federal do Paraná. Esse método acabou chegando ao conhecimento do Alex Canziani, que, pelo que nós sabemos, falou para o Deputado Izalci que existia um modelo inovador de ensino no Campus Jacarezinho. Por essa razão, estamos aqui hoje para apresentar esse modelo de ensino. A minha fala, então, vai-se ater a mostrar como funciona esse modelo de ensino no Campus Jacarezinho e fazer relações com a Medida Provisória nº 746.

Começando, é mais do que óbvio que existe no Brasil uma necessidade de uma reforma educacional. Nossos estudantes, nossos índices, todos os dados a que temos acesso nos mostram que há uma necessidade de reforma na educação, e essa reforma é estrutural. Não é uma reforma de ensino apenas, é uma necessidade



de uma reforma estrutural na educação brasileira. E aqui a gente vai começar a mostrar como chegamos a essa nova metodologia que hoje já está acontecendo no Instituto Federal do Paraná, no Campus Jacarezinho.

Primeiro ponto: a gente optou por fazer um histórico de como chegamos a esse método de ensino, a essa inovação curricular que, claro, como todos sabemos, as pessoas que se preocupam com a educação no País, o problema do ensino médio no Brasil é um problema tradicional e alguns pontos nos causam preocupação há décadas, causavam e causam ainda preocupação, também no Campus Jacarezinho, como aqueles itens que estão colocados ali: desinteresse, evasão, alto índice de reprovação, porque, nos institutos federais, ao contrário de em muitos sistemas de ensino estaduais, existe a reprovação e não a aprovação automática, um sistema de dependências: quando o aluno não passava em algumas disciplinas, ele ficava com aquela pendência e teria que refazer, e aquilo desestimulava ainda mais este estudante. É claro que há o problema, e esse é generalizado, da indisciplina. E muito dessa questão da indisciplina está relacionada à falta de interesse no ensino, naquele sistema tradicional que mais parece uma prisão do que um ambiente de educação.

A gente tem um educador bastante conhecido, português, António Nóvoa, se não me engano, reitor da Universidade de Coimbra, que faz uma brincadeira, dizendo que temos uma estrutura educacional do século XIX – aqueles prédios quadrados, cadeiras enfileiradas, essa coisa tradicional –, professores do século XX, teorias do século XX, com estudantes do século XXI. E é óbvio que uma mistura dessa não daria certo, porque ninguém está falando a mesma língua em um sistema como esse.

Então, ao reconhecer que existe um problema no ensino, os servidores do Instituto Federal do Paraná, do Campus Jacarezinho, decidiram se unir em GTs, vários GTs – grupos de trabalho –, que tratariam de determinados temas. E um desses grupos de trabalho que desenvolvemos no Campus foi relacionado ao currículo, a pensar uma nova metodologia de ensino que seria aplicada no nosso Campus. As discussões, como não poderiam deixar de ser, foram coletivas, porque sem a participação efetiva do coletivo, de quem vai fazer parte da mudança, de quem vivenciará essas novas metodologias, se essas pessoas não participassem da discussão, muito provavelmente não daria certo, porque eles iriam criar algum tipo de resistência por serem surpreendidos por uma metodologia da qual não fizeram parte da montagem.

Por isso, lá no Campus Jacarezinho, a gente decidiu fazer GTs dos quais todos os servidores – tanto docentes quanto técnicos administrativos – participavam. Fazíamos leituras de textos, fazíamos avaliações de como estava ocorrendo o ensino e a metodologia de ensino no *campus*, e a partir daí começamos a construir um novo método, de uma maneira coletiva, com participação de todos, inclusive dos estudantes. E então a gente chegou, depois de muito trabalho, à criação do PPC (Projeto do Plano de Curso) do curso que hoje já roda no Instituto Federal.

Aqui eu apresento para vocês um quadro comparativo de como era antes, o sistema tradicional, que roda muito provavelmente em quase 100% das escolas brasileiras, e o depois, de como nós estamos desenvolvendo o método de ensino dentro do Campus Jacarezinho. Eu vou ler junto com vocês para ir explicando as diferenças e as mudanças.

Antes, tínhamos uma grade curricular fixa, geral. Todos os estudantes entravam e existia sempre a mesma sequência de disciplinas que eles sabiam que teriam que fazer naquele horário, com aquele plano de curso, enfim, tudo igual, engessado, sem ser atrativo, de maneira alguma, e eles não tinham nenhuma possibilidade de escolha. A escolha já era feita previamente pelo sistema de ensino, sendo o aluno um mero coadjuvante nesse processo. Depois que a gente aplicou o método que hoje corre no Campus Jacarezinho, a gente chama essa nova metodologia, na qual o aluno é protagonista, em que ele se forma dentro de um itinerário formativo que é definido por ele mesmo. É o estudante que vai escolher as matérias, as unidades curriculares que mais se adequam ao seu interesse. Por essa razão, a gente já começou a identificar que há uma modificação no interesse do estudante ao cursar determinada disciplina, que não se chama disciplina mais no Campus Jacarezinho, se chama unidade curricular. Ele previamente tem acesso a todas as unidades curriculares, aos planos de ensino dessas unidades, e depois ele participa de algo que a gente chamou de feirão. É muito interessante, para quem tiver a oportunidade de algum dia conhecer esse feirão, presenciar o alvoroço, a ansiedade dos estudantes com vontade de se matricular na unidade que ele escolheu. Formam-se filas dos estudantes atrás da unidade que ele quer fazer. Esse é um primeiro passo para já eliminar o que a gente identificava como desinteresse, porque ele escolheu fazer aquela unidade curricular, é de interesse dele, e ele se sente minimamente comprometido a fazer essa escolha.

Antes nós tínhamos, no currículo básico, que é o que corre até hoje em vários lugares, 12 disciplinas do núcleo comum lá no Campus Jacarezinho. Como nós somos uma escola de ensino técnico integrado ao ensino médio, eles saem com formação do ensino médio junto com uma formação profissional, técnica. Então, lá nós tínhamos também as 12 disciplinas do núcleo básico e as cinco disciplinas, semestralmente, de um curso técnico que ele escolheu. No *campus*, especificamente, nós temos o técnico em informática, em eletromecâ-



nica e em alimentos.

Hoje, como é? São as unidades curriculares que eu citei agora mesmo. Essas unidades não têm mais os nomes tradicionais de disciplinas que até hoje nós encontramos em qualquer currículo. Você não vai encontrar no histórico escolar do estudante – pode encontrar, mas vai ser raro – uma disciplina que se chamava antes, por exemplo, História 1, Física 1, Química 1, Biologia 1, 2, 3, enfim. Isso não existe mais. As unidades são temáticas. Você pode criar uma unidade curricular que, naquele momento, especificamente, foi estimulada por alguma questão nacional, política, ambiental, química, médica, alguma coisa que naquele momento está em voga. Não necessariamente precisa ser esse motivo o desencadeador dessa unidade curricular, mas você pode usar esses temas que estão em voga para discutir e criar uma unidade que não é engessada, não é fixa, e você vai desenvolver um campo do conhecimento ali, ou vários campos do conhecimento, dentro de uma unidade curricular.

Dou um exemplo aqui. Neste semestre mesmo, devido ao contexto político que o País vive, vários estudantes do *campus*, de primeiro e segundo ano – ainda não estão nem perto de chegar a ver Brasil no Século XX, na disciplina de História –, foram pedir para nós, professores de História do *campus*, para criar uma unidade curricular que tratasse especificamente de história política brasileira. Eles foram pedir e estão ansiosamente esperando o dia da matrícula. Eles querem fazer, porque querem entender a política da República brasileira. É um tema que está em voga, todos estão discutindo. Isso causou, na verdade, a curiosidade deles e o pedido para cursar uma unidade curricular que tratasse desse assunto – algo que, obviamente, atendemos. Eles cursarão essa disciplina no primeiro semestre de 2017. Temos também uma de primeira guerra e de segunda guerra, em que se une História, Geografia e Física, para explicar os novos armamentos que surgiram.

Nós podemos ter unidades curriculares nas quais mais de um professor está atuando, porque você tem interdisciplinaridade de fato ocorrendo ali. Então, a gente percebe que o antes não permitia.... Embora exista uma ideia de que hoje se exija uma interdisciplinaridade ou transdisciplinaridade no ensino, na prática, isso não ocorre: o professor de Física entra lá e dá aula de Física; o de Química, de Química; e o de História, de História. Com as unidades curriculares, você é impelido, na verdade, a fazer essa interdisciplinaridade.

O sistema antigo – o antes, portanto – é seriado. Os alunos que entram no primeiro ano do Instituto Federal do Campus Jacarezinho terão aquela turma até o final, durante os quatro anos do ensino médio, portanto. Aqui eu faço um adendo: o Instituto Federal tem quatro anos de ensino médio, porque lá temos também o ensino profissionalizante, como eu disse. Então, a carga horária é maior e eles acabam ficando quatro anos estudando. Mas não é concomitante. É integrado. Não é um ano a mais de ensino técnico. Eles fazem o técnico e todo o núcleo básico desde o começo, desde o primeiro dia até o final. Então, antes era seriado: aluno do primeiro ano com primeiro; do segundo, com segundo; do terceiro, com terceiro; e do quarto, com quarto.

Hoje a gente chama de multitário. Como as unidades não estão fixas – as unidades curriculares não são de uma grade única, elas são lançadas e os alunos se matriculam –, você pode ter aluno do primeiro, do segundo, do terceiro e do quarto fazendo a mesma unidade curricular. É claro que a gente não faz isso de uma maneira aleatória, sem ter preocupação se o aluno já tem uma carga de conhecimento para cursar determinada unidade curricular. Todos os planos de ensino que os professores disponibilizam anteriormente para a direção de ensino vão com uma indicação – “indicado para” –, mas não é proibido. Está lá: indicado para alunos ingressantes em 2015, por exemplo, ou 2016. Não quer dizer que o que entrou em 2017 não possa fazer, mas ele já sabe que não é indicado para ele aquilo. Então, a gente dá uma maior possibilidade para esse estudante ir formando o seu itinerário e construindo a sua formação de acordo com seus interesses.

Aqui entra uma questão importante, que talvez seja um dos pontos a que a gente não se adéqua, ou que não concorda com a MP nº 746, que é a de hierarquizar disciplinas. Embora a gente não tenha mais uma disciplina específica – História, Geografia, etc. –, pois são unidades curriculares, a gente, de maneira alguma, hierarquiza a importância dentro dos campos do conhecimento. Muito pelo contrário: todos os campos de conhecimento dentro do Instituto Federal do Paraná são extremamente importantes: das ciências humanas, das ciências da natureza, biologia, educação física, arte, códigos e linguagens e o ensino técnico. Ali, então, a gente não faz discernimento entre disciplinas, porque sabemos que todos os campos do conhecimento têm uma contribuição gigantesca a dar para esses estudantes que estão ainda se informando. Eles estão ali praticamente crus, uma tábula rasa. Você vai ali, junto com eles, construir o conhecimento, não introduzir conhecimento nesses estudantes, porque isso não funciona. A escola tenta fazer isso desde o século XIX e não funciona. É construir o conhecimento com esses estudantes.

Isso só é possível dentro dos institutos federais porque lá, sim, a gente tem o que podemos chamar, como citei antes, de uma revolução estrutural dentro da educação. Você pode até ter um currículo engessado, desde que você tenha uma estrutura adequada para o ensino e aprendizagem. No Instituto Federal do Paraná, os professores se dedicam integralmente àquela instituição. Eles não precisam e não devem, na verdade,



dar aula em outros lugares. Eles ficam lá. Nos institutos federais em geral, e no do Paraná também, todos os professores têm uma carga horária máxima em sala de aula, porque nós sabemos que o ensino não se dá apenas na sala de aula. O ensino precisa de uma tríade, que é o ensino, a pesquisa e a extensão. Assim se produz conhecimento. É por isso que os professores lá não têm uma carga horária de aula excessiva: porque todos, obrigatoriamente, têm que ter projetos de pesquisa, de extensão ou de inovação.

Vocês vão ver mais à frente, na minha apresentação, como dá um resultado fantástico quando você organiza a estrutura para funcionar, de fato, para se exercer uma educação de qualidade.

Então, a gente passou ali pelo multietário. A carga horária, antes, era definida por disciplina e horários. Hoje o aluno, até o final do quarto ano, tem que formar seu itinerário dentro de alguns padrões – também não é totalmente livre. Ele tem que colocar 810 horas em cada área do conhecimento. Como ele vai fazer isso, ele decide. São 810 horas, então, nas áreas de ciências humanas; 810 horas em ciências da natureza; 810 horas em códigos e linguagens; e 1.200 horas na parte técnica, profissionalizante.

A gente tinha conteúdos lineares – começa em História 1 e termina em História 4. Hoje é baseado em temas/problemas, que é algo muito próximo do que a Finlândia vem fazendo. A gente não teve acesso antes, mas hoje, pesquisando outros métodos, a gente consegue ver que a Finlândia tem um método muito parecido. A Finlândia, se a gente for avaliar e analisar, está sempre nos primeiros lugares do Pisa, que é um índice internacional de ensino.

A gente tem, então, como foco principal nessa nova metodologia de ensino, o protagonismo do estudante. Ele está apto, ele está preparado para escolher? Essa era uma indagação dos estudantes, dos professores, dos pais. Há uma resistência muito grande quando se modifica, quando se propõem mudanças. Sempre vai haver resistência, porque precisamos nos locomover, sair do lugar. Por isso, é importante trazer quem participa do processo para dentro da discussão, para que seja construída coletivamente.

Então, esse estudante, no seu protagonismo, na sua escolha, tem aproximadamente dez unidades curriculares à sua escolha, por horário. Então, você tem o primeiro horário. Ele tem dez unidades curriculares, em média, para escolher naquele primeiro horário. E assim sucessivamente: em cada um dos horários, quando ele vai montar a sua grade da semana, ele vai ter em média dez unidades, por horário, para escolher. Não é engessado. Ele tem um cardápio gigantesco para ir montando o seu horário. E ele pode fazer outras unidades em outro momento, se ele não conseguir naquele que lhe interessava.

(Soa a campanha.)

O SR. RODOLFO FIORUCCI – Posso continuar?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Pode, mais um minuto.

O SR. RODOLFO FIORUCCI – Ele tem que fazer um mínimo de 15 unidades por semana, distribuídas nos cinco dias da semana, em três horários por manhã. Ele tem acesso prévio aos planos de ensino para escolher, estudar o que vai ser trabalhado ali. Junto com os pais, ele, então, decide o que vai fazer.

Aqui a gente tem alguns exemplos de nomes, de títulos de unidades curriculares que já foram ofertadas ou estão sendo ofertadas no Campus Jacarezinho: “Robótica”, “Grupo instrumental e vocal” – porque a arte é muito importante para o desenvolvimento desses estudantes nessa idade, nessa faixa etária, pois desenvolve sensibilidade, domínio corporal, desenvoltura, ética, é muito importante o ensino de arte também, e, às vezes, a gente não dá o valor devido – “Semiótica da comunicação política”, “A ciência por trás do cinema”, “Amém, Saravá, Shalom”...

(Soa a campanha.)

O SR. RODOLFO FIORUCCI – Aliás, nossos estudantes, na prova do Enem, quase criaram lá uma estátua para o professor de Sociologia que deu essa unidade. O tema do Enem deste ano foi a intolerância religiosa. Eles disseram, todos, que foram muito bem. E “Matemática básica”, por exemplo.

Só para dar um exemplo – já vou terminando minha fala aqui –, nesse sistema de ensino, em que a carga horária de ensino do professor não é alta, os salários são dignos, ele pode desenvolver pesquisa, extensão e inovação, e trabalha em um único ambiente, há resultados fenomenais. A gente vê aqueles estudantes.... É importante citar que 80% das vagas do Instituto Federal do Paraná são de cotas, e eles se desenvolvem, em quatro anos, o que provavelmente não se desenvolveriam em trinta. O Instituto Federal do Paraná e todos os institutos do Brasil – acabaram de ser divulgadas as notas do Enem – estão no mesmo patamar das escolas particulares. Nosso *campus*, por exemplo, foi o primeiro lugar da região inteira no ano passado, e segundo lugar neste ano, com uma nota muito próxima da primeira colocada, que é particular – relembrando que nossos estudantes entram por cota, a maioria é cota social.

Aqui eu vou deixar essas partes... Só para citar uma coisa importante, nós tivemos um reconhecimento



internacional desse modelo. O Campus Jacarezinho é um dos colégios ou uma das instituições de ensino entre as 200 reconhecidas no mundo como ensino transformador e inovador. Foi reconhecido pelo MEC e fomos reconhecidos pela Ashoka, que é uma ONG internacional que sai caçando pelo mundo sistemas de ensino que realmente fazem diferença na vida dos estudantes. Se a gente vai ao *site* deles – aqui é o *site* europeu da Ashoka –, você vai encontrar lá a cidade de Jacarezinho, o Campus Jacarezinho do Instituto Federal do Paraná, sendo um dentre as 200 escolas do mundo que realmente fazem a transformação na vida do estudante.

Meu tempo já estourou. Eu paro por aqui.

Agradeço e fico à disposição para qualquer dúvida. Obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Rodolfo.

Passo já, imediatamente, a palavra a Rafael Ribas Galvão, que é o Diretor de Ensino do Instituto Federal do Paraná.

O SR. RAFAEL RIBAS GALVÃO – Boa tarde a todos!

Gostaria de agradecer o convite e dizer que estamos à disposição para ajudar no que for necessário.

Como o Rodolfo já apresentou boa parte do nosso método, eu vou só aproveitar alguns eslaides para que a gente possa esclarecer um pouco melhor algumas vantagens que o método trouxe aos nossos estudantes e ao nosso *campus* em geral.

Fala-se muito na questão do protagonismo do estudante. Então, ouvindo desses estudantes a necessidade deles, mas também sabedores de que as nossas escolhas são de nossa responsabilidade e são importantíssimas para a formação desses alunos, a gente cria unidades curriculares. O tempo dessas unidades curriculares é variável. Eu posso dar uma unidade curricular, por exemplo, como a gente está planejando agora, de história e geografia do Paraná, que é conteúdo obrigatório no nosso Estado. Eu posso fazer isso a partir de uma viagem de uma ponta a outra do Estado com um grupo de alunos, e essa viagem, com um professor de Geografia ou um professor de História, contaria como uma unidade curricular e estaria dentro daquelas 810 horas que o aluno precisa cumprir. Posso fazer unidades curriculares semestrais, posso fazer unidades curriculares anuais. Posso fazer unidades curriculares de uma tarde. Então, o tempo é variável. A gente respeita também o tempo do aluno. Essas unidades são ofertadas, como o Rodolfo falou, em cerca de dez unidades por momento. Esses momentos a gente definiu como três momentos de uma hora e meia, pela manhã. Então, a cada momento você tem dez unidades rolando, e os estudantes que fizeram a matrícula optam por fazer essas unidades durante o semestre todo.

Vantagens do processo para o estudante: além do que o Rodolfo já falou, da dedicação que ele traz para uma unidade curricular, porque é aquilo que ele quer fazer, a gente respeita também, além da escolha, os objetivos dele. Os estudantes não entram no ensino médio todos com o mesmo objetivo. O Rodolfo deu os dados do Enem, mas a nossa instituição não visa somente passar no vestibular, ou somente o Enem. A gente tem que construir um aluno, ou fazer com que ele se forme, de uma forma bastante ampla e diversa, mas quem vai decidir qual é o melhor futuro para ele, em que área ele quer seguir, ou quais disciplinas ele vai fazer porque acha importante para a sua formação é o próprio aluno.

Muitos vão perguntar: “Mas um menino com 14 anos está apto a fazer essas escolhas?” Eu respondo com outra pergunta: como se aprende a escolher? Escolhendo. Ele não vai escolher apenas uma unidade curricular que ele vai fazer naquele momento. Ele estará escolhendo deixar as nove unidades para um outro momento, se ele achar necessário. Então, como já foi mostrado ali, a gente tem unidades curriculares de diversas áreas do conhecimento, mas, dentro de uma mesma área do conhecimento, o aluno tem preferência por alguns conteúdos que, em algum momento, ele vai querer ver, e outros, não. E quem define o que é certo e o que ele precisa saber? Quem define isso? Hoje, muitas vezes, é o livro didático. Infelizmente, alguns professores não param para pensar naquilo que é importante para os seus alunos e acabam seguindo uma ordem do livro didático. Lá, não. Lá os professores da área se reúnem, discutem quais são objetivos. Uma referência são os objetivos do Enem, mais os objetivos que nós colocamos para os nossos estudantes. A gente se reúne na área e, para dar conta daqueles objetivos, pensa em unidades curriculares – como já foi dito – interdisciplinares. Vai ficar a cargo do aluno escolher se, naquele momento, ele quer fazer aquela unidade curricular, se ele vai fazer dali a três ou quatro anos, quando ele estiver se formando, ou se aquele assunto, para ele, ele considera como não sendo importante. Assim, você permite que o aluno faça essas escolhas e tenha itinerários formativos diferentes, respeitando a individualidade de cada um. Então, nós temos uma entrada de 120 alunos. Daqui a quatro anos, nós vamos ter saídas de 120 alunos com históricos escolares diferentes. São 15 opções por semestre, então ele vai ter centenas de opções. É impossível que o aluno saia com um histórico escolar igual ao do colega, porque seus objetivos são diferentes, seus interesses são outros.

Um exemplo na área de Educação Física. Antigamente, se tinha lá – no meu tempo, pelo menos – um esporte por bimestre, e aquele aluno que não gostava de fazer aquele esporte era obrigado a pelo menos ir



para a quadra e fingir que estava gostando daquilo, aprendendo as regras. Hoje a gente tem, dentro da área de códigos e linguagens – que não é mais Educação Física –, uma unidade chamada “Jogos, brinquedos e brincadeiras”. A gente tem uma unidade chamada “Além das quatro linhas”, que são esportes de quadra. A gente tem uma unidade chamada “Jacarezinho avião”, uma referência a nossa cidade, mas que trata de esportes radicais. O aluno não é obrigado a fazer nenhuma delas, mas ele pode fazer todas elas se quiser. Então, essa escolha do aluno é importantíssima, e eles só vão aprender a escolher escolhendo.

A gente tem também uma tutoria. Cada professor tem cerca de dez tutorandos para organizar esse itinerário formativo junto com o aluno e falar: “Olha aqui, você já fez muitas ciências humanas; talvez você precise completar sua carga horária em ciências da natureza.” Então, o professor vai fazer essa tutoria e, antes da matrícula, sempre é explicado e passado o plano de ensino aos pais dos alunos. Acho que a família é fundamental dentro das escolhas dos mesmos. Então, temos a liberdade, mas é liberdade com responsabilidade. E se o aluno quiser fazer só aquelas disciplinas de que gosta, só aquilo que é fácil ou a matéria daquele professor que, de repente, não reprova? Tudo bem. Liberdade com responsabilidade: ele vai ser responsável por isso. Ele está fazendo seu ensino médio.

Para terminar também, eu queria – puxando um pouco para a discussão da MP – dizer que, para nós professores, isso não foi fácil. A nossa formação é disciplinar. Eu sou professor de História, formado em História e, para aplicar outras unidades, que envolvessem outras áreas das ciências humanas, eu tive que me capacitar bastante. Não é um trabalho fácil; é um trabalho árduo criar um plano de ensino e se preparar para dar uma unidade em que você vai trabalhar, além da sua matéria de formação, outras matérias. Mas é gratificante.

Preparar, pensar esses planos de ensino só é possível graças a essa carga horária que o Rodolfo comentou, até porque é preciso um tempo para, por exemplo, dentro da minha área de pesquisa, conseguir trazer temas para dentro das minhas unidades curriculares. Nós dois somos professores de História do *campus*. Ele tinha uma área de interesse mais próxima ao século XX, e minha área de interesse é mais para o passado. E nós éramos obrigados a dar as mesmas disciplinas. Às vezes ele pegava o terceiro ano, eu pegava o segundo, o primeiro, e dava uma disciplina que ele daria muito melhor do que eu. Hoje em dia, ele vai dar essa disciplina, porque ele se sente melhor ali, ele tem mais segurança e ele tem muito mais capacidade em alguns conteúdos do que eu, enquanto eu vou selecionar unidades curriculares que eu domine muito melhor. Aí o aluno vai poder fazer essa opção. Antigamente, nem o aluno tinha opção do conteúdo, nem nós professores podíamos escolher o que íamos trabalhar. Isso também é uma grande vantagem.

Ainda sobre o método, entendemos que isso foi possível pelas escolhas dos alunos, mas também por uma escolha nossa, do *campus*, e também pela estrutura que o *campus* nos dá. Nós temos diversos laboratórios, nós temos uma sala de música, contamos com professor de música com dedicação exclusiva. Então, se o aluno se interessar por música, ele pode fazer várias unidades curriculares nessa área e talvez não faça aquelas outras de educação física que eu citei para os senhores. Então, se o aluno quer sair de lá, de repente, músico.... Talvez ele não saia músico, porque o nosso ensino médio é técnico profissionalizante; ele vai sair de lá com uma formação técnica bastante completa. Mas, se ele quiser optar pela música no ensino médio, eu acho que ali no nosso *campus* ele tem essa opção, e é uma opção que infelizmente muitos de nós não tivemos.

Da minha parte era isso.

Quero lembrar que a estrutura do *campus* permite isso, mas fizemos algumas adaptações de horários, fizemos unidades curriculares, por exemplo, no período da tarde para que, se ele não fosse aprovado pela manhã.... Se ele tivesse um conceito D, seria reprovado em outros sistemas de ensino. Lá ele simplesmente não vai computar aquela carga horária da unidade curricular; ele vai escolher outra e pode fazer, inclusive, no período da tarde. Aí ele não perde tempo. Não existe mais a reprovação.

Então, como os alunos também estão em unidades curriculares nas quais uns foram aprovados e outros não, não existe mais aquela pecha também, aquela marca que fica para os alunos reprovados: “Olha, aquele lá é repetente.” Cada um tem seu tempo, cada um tem seu itinerário formativo. Ninguém sabe do histórico do outro, em quantas foi aprovado, em quantas foi reprovado. Então, a ideia da repetência também não existe mais nesse novo método, porque ele simplesmente deixa de creditar uma carga horária que ele vai poder fazer em um outro momento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Muito bem, Rafael.

Agradeço-lhe e passo imediatamente à Ana Amélia, que é Diretora do...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ângela Maria Paiva, que é Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

A SRª ÂNGELA MARIA PAIVA – Boa tarde a todos.



Eu gostaria de iniciar cumprimentando o Deputado Izalci Lucas, Presidente desta Comissão, agradecendo-lhe e também o parabenizando pela ideia da audiência pública, que é compartilhada com outras pessoas que podem interagir conosco. Quero também ressaltar a atuação do Deputado Izalci nas políticas de educação, ciência e tecnologia, trabalhando muito perto dos nossos pesquisadores, dos nossos conselhos e associações em relação ao marco regulatório da ciência e tecnologia. Cumprimento também o Senador Pedro Chaves e, cumprimentando os dois, deixo aqui os cumprimentos a todos os Parlamentares que participam deste debate. Cumprimento também o Prof. Rodolfo e o Prof. Rafael e todos que nos acompanham presentes e a distância.

Estou aqui, como Presidente da Andifes, para dizer o estado da arte, da discussão sobre a MP 746, que trata da reestruturação do ensino médio.

No mês da sua edição, em setembro, nós tivemos reunião do nosso Conselho Pleno e começamos a fazer uma discussão sobre a proposta em um dia de trabalho, no qual tivemos oportunidade de contar com a presença também da Secretária Executiva do MEC, a Profª Maria Helena, e também do Secretário de Educação Básica, Rossieli. Nós tivemos uma discussão de cerca de duas horas. O primeiro momento, foi sobre um conjunto de observações do que nós entendemos da reestruturação a partir das políticas que nós desenvolvemos nas universidades, que são as políticas de educação superior, mas também preparando os professores da educação básica, do sistema educacional brasileiro, partindo também da nossa concepção de que não cuidamos apenas da educação superior. Nós tratamos da educação como sistema, portanto, é nossa obrigação olharmos, cuidarmos e termos as nossas construções de propostas para todo o sistema educacional.

Naquele momento, nós ouvimos as razões, as justificativas da proposta por parte do MEC, da Secretaria Executiva e da Secretaria de Educação Básica, as análises que foram feitas das virtudes. E nós, naturalmente, reitores naquele momento e alguns pró-reitores que estavam presentes na reunião do pleno de setembro, também fizemos diversas avaliações sobre o trabalho do qual nós temos participado na construção de políticas educacionais, tais como as diretrizes curriculares nacionais não só dos cursos de educação superior, como os cursos de licenciatura, mas também do ensino médio.

Participamos das discussões do Plano Nacional de Educação e da Base Nacional Comum Curricular e fizemos avaliações também de políticas da própria educação superior – de como ela será uma vez implementada uma medida provisória como essa que está proposta – e também dos processos seletivos. Nós temos hoje o processo seletivo principal no Brasil, que promoveu um processo de democratização bastante amplo do acesso à educação superior, que é o Enem. Naturalmente, uma mudança na formação, no ensino médio, levará também a uma possível modificação no formato do Enem.

Como este momento da discussão foi apenas inicial, nós encerramos a discussão com os representantes do MEC, fazendo uma proposição para nós mesmos. Nós encaminhamos diversas ações. Entendemos que é extremamente necessário fazer essa discussão e, por isso, encaminhamos que cada universidade promovesse essa discussão com a comunidade universitária, com a comunidade externa, com a sociedade, com as escolas e com as secretarias de educação estaduais e municipais. Essa é uma incumbência que deixamos realmente para cada universidade.

Também deliberamos, naquele momento, que os diretórios regionais que compõem a Andifes, que são das cinco Regiões geográficas, fizessem colóquios, fizessem seminários sobre a proposta de reestruturação. E, neste momento, três Regiões – Nordeste, Sul e Sudeste – já realizaram seus colóquios e têm as proposições sendo encaminhadas para a Andifes. As outras duas Regiões – Norte e Centro-Oeste – estão com agendas já marcadas para esses colóquios.

O que acontece nesses colóquios? Todas as universidades daquela Região participam, com seus delegados, com suas representações, e fazem a proposta daquelas regionais. Nossa proposição, na sequência da realização desses colóquios, é que, no dia 14 de dezembro, nós faremos um seminário específico na Andifes para discussão da proposta que será realmente aquela que nós chamaremos de “a nossa contribuição sobre reestruturação do ensino médio”, a partir desse documento que está sendo construído coletivamente. A partir dessa construção coletiva, nós teremos, nesse dia 14, uma discussão, um seminário com especialistas, mas também a apresentação de todos esses resultados construídos em cada diretório regional para, a partir disso, termos as condições de elaborar um documento que contenha as propostas da Andifes e que seja representativo das 63 universidades, que estão distribuídas nas regiões mais diversas do País, como todos sabem aqui, não só nas grandes cidades, mas também nas cidades mais remotas e mais distantes e de mais difícil acesso no interior, onde nós temos a qualidade do ensino básico e o ensino médio também oferecido como sendo toda uma base para aqueles que vão ingressar na educação superior. E de cada um, com as suas divergências e semelhanças, certamente nós teremos as contribuições que esses diretórios regionais vão trazer. Nós poderemos, nesse dia 14, ter a nossa proposta ou contraproposta em relação à PEC que está sendo discutida no Brasil.



É importante observarmos que a PEC 746 promoveu, deu início a um debate muito intenso nas universidades, nas escolas. E isso não está sozinho. Não é um debate isolado. Nós temos hoje outros projetos que estão em discussão nas universidades, promovendo talvez um momento de grande reflexão nas universidades federais, e não só nas federais, mas nas escolas públicas e privadas, porque nós temos vários projetos que nos ocupam neste momento. E cito, por exemplo, o projeto da Escola sem Partido e a PEC 241.

Eu não poderia sair desta reunião sem dizer que a Andifes é também portadora dessa informação, porque está ocorrendo nas universidades todo esse momento de discussão e nós queremos, como sempre, participar da construção do futuro no que diz respeito às políticas educacionais.

Quero, portanto, dizer que hoje não tenho nenhuma apresentação para vocês, mas a Andifes fica à disposição para, após esse nosso seminário do dia 14, nós termos proposições para um diálogo efetivo e uma construção para um sistema educacional forte, que seja bastante estimulante para os nossos jovens de ensino médio, muitos deles desinteressados de um modelo educacional.

Em que pese a dependência da nossa posição como Andifes, conjunto de 63 universidades, eu não vou colocar nenhuma posição da reitora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, porque, como na nossa universidade, temos em outras universidades comissões que estão dialogando e os conselhos vão realmente aprovar alguma proposta, então, eu não vou colocar nenhuma posição individual. Traremos para este pleno, para o público e para a sociedade brasileira a proposição do conjunto das universidades, mas devemos ressaltar que é muito importante reestruturar os nossos projetos pedagógicos.

Nós fazemos isso na universidade em relação aos nossos projetos de educação superior, e não é fácil mudar. Todos nós que fazemos parte de universidade sabemos que para mudar um projeto pedagógico de um curso de graduação muitas vezes se passam semestres e alguns anos para se adotar flexibilidade, diminuição do tempo de formação, autonomia dos estudantes para percursos formativos diferenciados em que realmente o aluno tenha possibilidade de escolha. Isso não é fácil na educação superior, até porque esses jovens que saem do ensino médio e entram na educação superior carregam ainda essa não preparação para a escolha. E nossos professores têm dificuldades. Nós todos devemos nos convencer de que mudanças são realmente momentos de reflexão e de inflexão. Então fazem inflexões. Não são momentos fáceis.

Portanto, creio que é um momento bastante interessante na educação brasileira. As universidades federais darão a sua contribuição. Neste momento, a nossa disposição é de dialogar, mas definitivamente nós teremos contrapropostas e avaliações mais objetivas em relação ao que está proposto a partir do dia 14.

Entendemos, portanto – e essa é a premissa básica que trago de todo o conjunto dos dirigentes de universidades federais –, que reestruturar é necessário, embora tenhamos que considerar todo um trabalho baseado no diálogo com os interlocutores, com os conselhos, com os fóruns de educação, com as conferências de educação, com todas as formas de organização da sociedade, para que, como disse Rodolfo, aquela reestruturação, aquela mudança da qual nós não participamos não seja legitimada nem executada lá na frente. Portanto, devemos olhar a Base Nacional Comum, o Plano Nacional de Educação, que foi uma construção coletiva. Assim, essa mudança – ou possíveis mudanças no ensino médio – precisa dessa participação.

É importante frisar que essa discussão é construtiva nas universidades e em fóruns como este, no Senado e na Câmara dos Deputados. Essa é a nossa disposição.

Deixamos aqui a nossa agenda disponível para em outros momentos, após o dia 14 de dezembro, trazeremos e apresentarmos o nosso entendimento sobre a reestruturação do ensino médio.

Agradeço imensamente a oportunidade de discutir com vocês agora e posteriormente.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Muito obrigado, Profª Ângela.

Antes de passar a palavra para o Relator e demais inscritos, Parlamentares, quero dizer que nós recebemos contribuições do e-Cidadania. Foram 43 participações, das quais 19 são perguntas. Então vou fazer algumas perguntas para que os Parlamentares também possam, nos seus comentários, fazer alguma consideração com relação a isso também. Depois passarei para o Relator todos os comentários e as perguntas, para que ele possa também analisá-las durante a elaboração do relatório.

Há vários comentários e a pergunta do Toni Neto: “No que diz respeito à formação para a cidadania – sobretudo, com relação aos direitos civis, políticos e sociais –, qual seria a alternativa em caso de eliminação ou redução da presença das disciplinas Filosofia e Sociologia?” Ele está fazendo essa pergunta.

Leonardo Mendonça de Campos: “A reformulação é ideal se olharmos para os outros países que possuem o mesmo modelo a ser implantado. Mas será mesmo que jovens têm a certeza desde cedo e têm a consciência do caminho profissional que irão trilhar?”

Eddie Henriques: “O professor é pago, portanto, não cabe doutrinar. Ou seja, os grêmios escolares já não são suficientes para oportunizar ao jovem entrada e participação nas questões sociais, políticas, etc., fora da



sala de aula, mas, ainda, dentro da sala, previsão na Lei nº 7.398, de 4/11/1985?”

Samuel Carneiro: “Gostaria que a minha pergunta fosse dirigida ao Prof. Mario Sergio Cortella. Professor, caso essa MP seja implementada, qual é a forma de aguçar o senso crítico social e político de um jovem de uma região carente do suporte educacional promovido pelo Estado sem as disciplinas ceifadas?”

Rodrigo Fernandes: “Com o teto de gastos por vinte anos, como se pretende garantir a educação integral em tempo integral?” Rodrigo Fernandes ainda: “Como fica a qualificação docente com o notório saber? A tendência, com a escolha de áreas pelos estudantes, não é que os mais pobres optem por formações para o trabalho e os demais, pelo prosseguimento dos estudos? Como professores darão conta de outras áreas em que não se formaram?”

Gabbe Martins: “Sempre acreditei inteiramente que um ensino médio como está sendo proposto seria maravilhoso, mas agora vejo pessoas criticando essa forma de ensino, alegando o contrário. Como realmente seria o ensino médio com essa MP? Quais os benefícios e malefícios para nossos adolescentes?”

Tiberio Brito: “Pergunta para Marcos Magalhães. A adolescência é uma fase de descobertas e experiências. Como fazer o jovem se interessar por determinado assunto, criando matérias “optativas” na grade curricular? O que fazer com matérias que não tenham interesse? Investimento ao longo dos anos?”

Jorge Lima: Boa tarde. Gostaria de saber como vai funcionar o Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) caso seja aprovada essa MP, já que somente no primeiro um ano e meio serão obrigatórias as matérias relacionadas diretamente ao Exame.”

Luciene Ortega: “Alemanha, China, Inglaterra, Austrália, Índia e outros países com economia empresarial preparam a sua população desde o fundamental para o mercado de trabalho. Portanto, o Brasil tem que escolher se deseja ser país de mercado empresarial na geração de emprego e renda ou Venezuela no Planeta.”

Rafael Moreira: “Qual será o investimento destinado às redes estaduais e municipais pela União para garantir o cumprimento da jornada integral e a reestruturação da ampla maioria das escolas públicas do ensino médio, considerando a condição precária em que funcionam?”

João Pedro Cararo: “Qual é a necessidade de desencorajar a escolha dos estudantes pelas matérias que desenvolvem o pensamento crítico, social e político? V. S^{as} têm medo de que a população possa pensar e perceber que suas ações vão contra as necessidades do povo, mas sim a favor de seu poder?”

Guilherme Domingos: “As disciplinas com pouca demanda podem ser extintas em uma determinada escola? Qual seria a solução para os alunos que optaram?”

Paulo César Dias Torres: “Que tipo de cidadão vamos estar formando, retirando do ensino médio ou “deixando opcionais” as matérias que poderão levá-los a uma reflexão sobre cidadania, relação e outros assuntos? Qual será o futuro da nossa sociedade?”

Kamylla Pinheiro: “Por que retirar o ensino de Filosofia, Sociologia e História?”

Maria Cristina Loureiro Gomes: “Com a PEC 55 e a maior parte da população perdendo recurso financeiro e poder de compra, não diminui a arrecadação de impostos, também aumentando a recessão?”

E Lucas Lopes: “Minha pergunta é destinada ao Professor Leandro Karnal: “Professor, em sua visão profissional, quais as principais necessidades do estudante brasileiro nas universidades que podem ser desenvolvidas no ensino médio? Como elas são adequadamente inseridas no sistema de ensino?”

Essas são algumas perguntas e há vários comentários que vou passar para o Relator.

Há uma pergunta aqui, de José Ivan Mayer de Aquino, que é da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida, do DF: “A alteração do art. 36 da LDB, entre outros, pela Medida Provisória 746 afetará profundamente a organização do ano letivo de 2017 nos 5.560 Municípios, 27 unidades federativas, em todas as escolas públicas e privadas de educação básica no Brasil, pois ela tem força de lei.” A pergunta que ele faz: “Por que não retirar a Medida 746 e discutir a reforma de ensino médio por comissão especial, a partir da apresentação de um projeto de lei?”

Essas são, então, as perguntas que eu vou passar para o Relator, mas os Deputados que quiseram fazer algum comentário fiquem à vontade.

Então, eu passo, imediatamente, para a lista de inscrição. Na ordem, a primeira inscrita é a Deputada Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Boa tarde a todos, Sr. Presidente, Sr. Relator. Cumprimento os convidados que estão conosco neste processo de debate.

Primeiro, eu não me canso de repetir que, embora tenha sido mencionado por todos, inclusive pela Presidente da Andifes e na fala específica do instituto, que apresentou uma experiência extremamente interessante, só quero lembrar que o debate do ensino médio, dessa mudança, não é recente, não caiu agora aqui na medida provisória. Nós estamos debatendo há muito tempo numa comissão especial. Depois do projeto de lei, inúmeras audiências públicas foram realizadas, seminários estaduais, e houve a comissão. Acho que o Pre-



sidente está aqui, o Deputado Reginaldo, que produziu o material, um livrinho, inclusive, que foi distribuído fartamente aos Estados. E, de repente, eu fico até contente de ver gente que nunca se interessou no debate, porque é muito importante e faz diferença, e há experiências interessantes. Acho que existe um consenso de que é preciso mudar; o modelo que está aí não nos atende. Então, o debate, apesar de estar sendo retomado hoje, dentro de um espaço de uma medida provisória, eu acho que é extremamente interessante.

Eu gostaria de aproveitar, pela interlocução que cada um trouxe aqui dentro do seu olhar específico, no caso da Profª Ângela, para dizer que o meu receio, professora, são os prazos. O Relator apresenta uma proposta de votação de relatório no final de novembro. A Andifes disse que vai apresentar a contribuição em 14 de dezembro. Então, há algum problema cronológico em relação aos nossos prazos como Congresso, os prazos que demandam no próximo ano, inclusive, em relação ao debate com as secretarias estaduais, as universidades. No meu Estado mesmo, a Profª Isabel está organizando já um seminário, com a previsão de acontecer na próxima semana, envolvendo.... Então, acho que há essa preocupação com os prazos que a Andifes coloca em relação a essa questão da contribuição, para que pudessem envolver.

De uma forma muito específica, eu gostaria de fazer uma provocação em relação à formação de professores. Eu sou Presidente de uma comissão e fui autora de um requerimento para tratar da questão da formação e das diretrizes aprovadas e homologadas pelo Conselho, feitas pelo Conselho Nacional e homologadas pelo Ministro Mercadante sobre as diretrizes de formação. E na época a minha pergunta era esta: essas diretrizes dão conta da base nacional? Elas dão conta deste novo momento?

Uma preocupação que eu tenho, enorme, com o processo de formação de professores, em especial, os professores de primeiro ao quinto ano, com relação às disciplinas, às matérias, com o que ele vai trabalhar, é que a gente vê uma distância muito grande entre o currículo que ele tem de formação e o que ele tem que fazer. Na Biologia não é diferente; na História não é diferente; na Química, também não. Há inúmeras pesquisas mostrando essa distância.

Há a chamada autonomia universitária, que é extremamente importante, mas como a gente consegue conciliar isso, esse espaço de autonomia com a tarefa de preparar quem concretamente vai atuar dentro do espaço da sala de aula? Nós sabemos que as universidades federais não são as responsáveis, em sua maioria, pela formação do professor; é feita hoje grandemente pelas instituições privadas, mas as universidades federais fazem pesquisa, investem muito no processo de extensão e formação, e puxam toda a cadeia de formação. Então, é uma provocação nesse sentido.

Em relação ao Instituto Federal do Paraná, de Jacarezinho, eu queria fazer algumas perguntas pontuais. Quanto ao tempo dessa experiência, eu achei extremamente interessante, mas me chama muito a atenção, porque as condições de trabalho são muito diferentes. As condições de trabalho de um instituto federal, a questão da disposição de hora-aula, de tempo de pesquisa, de projeto...

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ... é muito diferente do que a gente tem disponível para a escola pública regular. E eu não estou com isso minimizando em nada a qualidade do trabalho que é realizado. A minha preocupação é sempre com aquilo que eu não tenho condição de replicar ainda para a educação básica como um todo, e me chama muito a atenção. Eu gostaria de ter uma ideia acerca de quantos alunos nós estamos falando, porque, quando há esse cardápio formativo, eu penso que é preciso haver um conjunto de alunos que possa dar corpo a esse processo. Pelo que eu entendi, a escolha é feita com antecipação. Os alunos apresentam as demandas provavelmente para o próximo semestre, para o próximo ciclo, e vocês podem organizar a partir daí os professores que vão organizar, permitam-me chamar assim, um cardápio formativo, no sentido figurado.

Quanto à carga horária e ao número de professores, eu acredito que seja a mesma regra para o Brasil inteiro. Então, com isso, mostra-se o que foi possível construir dentro dos institutos federais.

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Pergunto também, quando vocês mencionam os resultados e esse tempo de escolha, que também é a nossa preocupação quando a gente lida com a educação básica, a oportunidade de oferecer os diferentes cardápios formativos, quer dizer, apesar de vocês colocarem a medida provisória ou o projeto, eu vi o projeto se refletindo numa experiência concreta, construída não a partir de uma lei, mas a partir de uma dada realidade que entendo que está sendo construída ainda pela comunidade escolar, com alunos, pais e professores. É só para conhecer melhor. Acho que é uma experiência.

E parabeno pelo trabalho, que nos parece bastante interessante do ponto de vista de alternativas para



um ensino médio construído para responder a uma dada realidade. Parabéns pelo trabalho a vocês!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Imediatamente, passo a palavra ao próximo inscrito, Deputado Thiago Peixoto.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Presidente, Relator, eu vou ser bastante breve.

Primeiro, queria pontuar algo que eu já disse em outras reuniões, que estou sentindo falta, comentava agora com a Deputada Professora Dorinha, sentindo a ausência do Consed aqui. Eu vejo grande participação das universidades federais, grande participação dos institutos, grande participação, inclusive, da Undime, mas o Consed, que é o órgão responsável, o colegiado responsável, que reúne todos os secretários estaduais que são responsáveis pelo ensino médio no País, não está presente nesta discussão, aqui; não participaram no dia em que foram convidados e não estão mandando representantes também para participar deste debate. Então, queria, Presidente, reforçar aqui a necessidade da presença do Consed nesta discussão.

Eu fui Secretário, a Dorinha foi Secretária, o Danilo foi Secretário, o Átila foi Secretário. Todos nós sabemos que o Consed tem estrutura para isso. Então, acho muito estranho eles não estarem aqui, e queria deixar isso registrado.

Outro ponto, Presidente, é para reforçar o que a Professora Dorinha acabou de dizer aqui quanto a essa combinação de tempo. Eu acho que seria muito importante que a Profª Ângela pudesse voltar aqui para trazer a proposta que está sendo elaborada de forma ampla, de forma bastante discutida. Mas há uma preocupação com relação ao tempo. Será que nós vamos ter, de fato, condições de votar o relatório aqui já, no dia 30, como está programado? Acho que é o momento para uma reflexão nesse sentido.

Outro ponto, Presidente, é com relação ao que o Rodolfo e o Rafael também colocaram aqui. Primeiro, parabéns pela boa experiência que vocês têm lá! É bom a gente ver casos de sucesso acontecendo em alguns lugares. E eu percebi uma similaridade próxima entre o que é feito lá e o que é proposto aqui na medida provisória, em especial com relação ao protagonismo que o aluno passa a ter. Se não me engano, em algum momento, eu percebi que o Rodolfo colocou uma posição divergente à medida provisória, ao projeto. Acho que ele chegou a falar que era contra o projeto, se eu não me engano. Mas, se o projeto espelha muito do que ele faz lá, eu fico curioso para saber exatamente em relação a que ele é contra. Eu tenho certeza de que ele não é contra o tempo integral. Ele já falou aqui que não é contra o protagonismo dos alunos. Então, eu fiquei bastante curioso.

E aí, Rodolfo, vou fazer também uma observação, porque eu achei um pouco perigoso: num dos seus eslaides, você coloca o protagonismo do estudante: “Eles estão preparados para escolher?” Eu acho essa pergunta extremamente perigosa e antidemocrática, porque eu entendo pessoalmente que um jovem do ensino médio tem condições, sim, de exercer a sua escolha. Percebi, em diversos momentos, você concordando com isso, e estranhei aquela frase. Se isso vier para a política, é mais perigoso ainda. Então, é só uma pequena observação.

Presidente, para terminar, ele não pôde vir hoje, mas eu queria que fosse reforçado o convite ao Marcos Magalhães, para que ele pudesse estar aqui conosco. O Danilo sabe melhor do que eu que ele é um pioneiro na discussão do ensino médio em tempo integral, ...

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – ... fez um bom trabalho em diversos Estados. Ele não pôde vir hoje, e acho que deve ser convidado mais uma vez para ter oportunidade de estar aqui conosco.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado Thiago.

Vou passar imediatamente ao Deputado...

Primeiro comunico que, no dia 22, o Presidente do Consed estará presente na audiência, mas, de qualquer forma, é importante que, pela estrutura que tem, participe de todas. Seria o ideal.

Passo, então, a palavra ao Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Queria perguntar sobre o piso salarial à Dorinha, porque ela está bem informada sobre se o piso salarial, depois da 241, vai valer ou não, ela entende.

Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, Sr. Relator, caros companheiros, senhores expositores, todos os presentes, essa questão da presença dos secretários de educação é imprescindível. São os operadores do ensino, e todos sabem que o ensino médio é exclusivamente estadual. Há um DX de menos um, que é o sistema federal, de 90%, porque 10% é privado. Então, a presença desse secretário – não só a do Presidente do Consed, não, mas também de secretários de Estados que tiveram uma boa experiência de ensino médio, por exemplo, o de Pernambuco; o Danilo foi secretário –, mesmo tendo algumas posições divergentes aqui dentro, eu acho que, no campo pedagógico, no campo dos itinerários formativos, nos trará boas contribuições.



Quanto à questão do ensino em tempo integral, o quanto isso custa, o gradualismo de uma implantação, isso foi realizado em alguns Estados do Brasil e, de maneira mais ampla, no Estado de Pernambuco. O maior adversário do tempo integral chama-se a crise que nós estamos enfrentando. Não há como dobrar essa questão de qualquer meta de ensino nesses próximos anos com o orçamento que nós vamos vivenciar. Não é por causa da 241, mas porque não há a receita. O Brasil vai viver a mesma situação da Grécia. Nós vamos caminhar até para uma corrida de bancos e outros problemas, por conta da falência das unidades federadas. Nós só vamos fazer a reforma e várias reformas depois que nós enfrentarmos o caos, inclusive no pagamento de servidores.

Mas, voltando à questão dessa reforma, eu gostei dessa colocação de Jacarezinho. É o ideal do itinerário formativo.

Minha caríssima reitora de Natal, essa questão do debate dos itinerários formativos é a coisa mais antiga que eu já vi. Inclusive, eu sou produto dessa antiguidade. Eu me formei num colégio de aplicação da Universidade Federal de Minas Gerais; não é do Piauí, não; é de Minas Gerais, a segunda ou a terceira universidade federal. Estudei lá. Eu tinha vocação para Economia e Administração. E assim fiz. Fiz Ciências Sociais. Na época, o colégio aplicação direcionava para três áreas: Ciso, Ciências Sociais; Ciex, Ciências Exatas; Cibi, Ciências Biológicas.

Então, esse é um debate, é uma experiência tão antiga que eu, às vezes, fico perplexo de nós não termos os pacotes de coisas discutidas nas teses de mestrado e doutorado sobre o ensino médio. Eu não entendo. Não é possível que uma instituição de ensino superior, uma universidade, não tenha ainda uma visão da realidade e da necessidade de mudança de uma realidade em termos de ensino médio. Eu fico perplexo que a gente tenha que discutir como se fosse um assunto de ontem. Esse é um assunto antiquíssimo.

Portanto, os prazos estão aí. Eu acho que, se nós formos pesquisar junto às 67 universidades, eu creio que umas 40, que são mais antigas, devam ter vários estudos sobre a questão do ensino médio, sobre a educação profissional. Lembre-se de quantas reformas nós tivemos no Brasil. No período militar, umas duas; no período democrático, uma de revisão de tudo o que foi feito; e, de lá para cá, só arremedos. Então, esse é o momento em que nós temos que buscar o melhor encaminhamento. Este debate está sendo oportunizado para todos. O Relator deve se manifestar sobre a questão do primeiro relatório, e vamos caminhar juntos.

Agora, eu gostei dessa história de Jacarezinho. Fiz a mesma coisa que você disse aí. Eu fiz o itinerário formativo, unidades curriculares interdisciplinares. Era um luxo a minha escola. Como eu estudava literatura, gostava de literatura, para cada fase da literatura brasileira, ou portuguesa,...

(Soa a campanha.)

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – ... havia um professor; romantismo, havia um professor; barroco, outro professor; modernismo, outro professor. Aí eu me tornei um estudante relativamente aproveitável.

Eu acho essa experiência aqui muito boa. Agora, essa escola aqui é uma escola daquela época; é uma escola modelo, é uma escola de demonstração. E a gente tem que buscar uma coisa de que os economistas falam – não sou eu, não; os economistas, porque eu não sou mais economista, nem registro tenho mais –: a questão da economia de escala, o atendimento massivo. Nós temos milhões de alunos, são modelos que nós temos que adequar, em função da realidade que temos...

(Soa a campanha.)

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – ... da capacidade de formação de professores, dinheiro para financiar isso, e uma tolerância de flexibilidade.

Defendi o tempo integral lá de Pernambuco, mas vi que os Estados têm muita dificuldade de realizar. Sou muito mais pela ampliação gradual da carga horária, até nós chegarmos à plenitude do atendimento, sem deixar de olhar a questão do ensino fundamental, que é onde a questão da educação em tempo integral é interessante, pela proteção social da mulher pobre, que não tem onde deixar o filho para estudar.

Então, era isso que eu queria colocar.

Agradeço a colaboração da universidade federal, dos professores. Eu estudei dessa forma, só não dessa, com multietário, que agora estou aprendendo; multietário, vou incorporar.

Parabéns!

Muito obrigado.

Fui secretário de educação tecnológica, ajudei na implantação das bases iniciais da expansão, inicialmente, com uma visão muito privada, mas, aí, com o Governo Lula, isso mudou. Fez-se uma expansão admirável reconhecida para todo o Brasil.

Parabéns por vê-los aqui, dirigindo uma escola de boa qualidade em Jacarezinho!



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado Átila.

O último inscrito, Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Vamos colocar o Danilo para falar como foi a experiência dele lá!

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente, de fato, há muita convergência quando a gente vai debater esse tema com olhar prático, vamos dizer assim, porque, quando você tem um olhar meramente teórico, há muitas palavras genéricas no debate. Eu falo isso porque debati quatro anos, debati com quase todas as entidades e, de fato, não há grande divergência no tema da reforma. Mas é verdade que, ao partir para o campo de aplicação, há muitas incertezas, muitas dúvidas sobre como, na prática, integrar. Vou dar um exemplo do que traz dúvidas: o ensino médio. Para a ampla maioria, 98% – não, acho que é menos, 90% é de responsabilidade executada pelos Estados –, como se dará na prática essa integração com a formação técnica profissionalizante? Esse é o primeiro desafio, que traz uma segunda pergunta: ao fazer essa integração com a parte técnica profissionalizante, como dar certeza para a sociedade de que nós não vamos precarizar a formação de conhecimentos gerais? Essa é uma segunda pergunta. Terceiro, é como isso, na prática, será para todos, e não para poucos.

Eu sou amigo dos institutos federais, ajudei no projeto de criação em 2009, militei no ponto de vista da concepção teórica, mas também militei no ponto de vista prático do dia a dia, de colocar recursos. Evidente que a realidade e os resultados do instituto são para poucos. E também, quanto ao nível de investimento nos institutos, lamentavelmente está longe a gente de ter as mesmas condições de investir nas escolas dos Estados.

Então, os desafios estão colocados: como reformar o ensino médio para que realmente seja para todos? É evidente que não dá para a gente concordar com a medida provisória, em especial, do ponto de vista da política do fomento. A política do fomento traz uma total incerteza. No meu Estado, nós temos três mil, trezentas e poucas escolas, e a política de fomento prevista é para 30 escolas. Então, nós temos que dizer com clareza para a sociedade e para os Estados, para os operadores, para os governadores como vamos fazer essa reforma.

Esse tema fez parte do debate da audiência anterior. O próprio Relator, ao final, admitiu a possibilidade de encontrar uma carga horária que pudesse servir de base para uma reforma de curto prazo em todos os Estados brasileiros.

Eu também acho que é um bom caminho nós, de fato, implementarmos um ensino médio imediatamente de 1.000 horas, é lógico que permitindo a excepcionalidade àqueles Estados que têm condição progressivamente de chegar a 1.400 horas. Por que eu trago esse tema aqui? Porque, se não tivermos uma mudança nessa direção, Relator, Senador Pedro Chaves, correremos o risco, na boa intenção, de precarizar a formação de conhecimentos gerais. Por quê? Na prática, se não limitarmos o prazo para que os Estados implementem essa reforma, eles poderão fazer nas atuais 800 horas. Na minha avaliação, ao fazer nas atuais 800 horas e pelo texto da medida provisória, que fala de 1.200 horas da Base Nacional Comum Curricular...

(Soa a campanha.)

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – ... poderíamos estar admitindo aí um ensino de formação de conhecimentos gerais de 400 horas. Então, desde ocorrer na prática a ampliação da carga horária, estaremos reduzindo, na prática, para aquele que fizer opção pela formação técnico-profissionalizante. Aí, sim, concordo com o Rodolfo, com o Rafael, que estaríamos dando uma decisão a jovens, adolescentes ainda, numa fase de incertezas.

Para não precarizarmos a formação de conhecimentos gerais, eu acho que não podemos admitir uma Base Nacional Curricular menor do que 600 horas, por exemplo, por ano, o que daria 1.800 horas. Por outro lado, também é muito difícil garantir uma boa base na formação técnico-profissionalizante com menos de 1.200 horas. Portanto, não temos outro caminho: temos que dizer, então, que o ensino médio, obrigatoriamente, teria que ter 1.000 horas por ano. Esse seria o caminho, porque eu acho que poderíamos estar garantindo, de fato, uma mudança prática, objetiva, mas reconheço também que, nesse desafio – e eu concluo –, teríamos que estabelecer um regime colaborativo para implementar essas 1.000 horas num prazo que eu acho que poderia ser de quatro anos.

A minha sugestão, Professora Dorinha, é que, de 2019 até 2022, com a próxima eleição presidencial e de governadores e o próprio PPAG, é um prazo ideal para que o ensino médio brasileiro passasse para 1.000 horas, no mínimo. Aí, também precisaríamos garantir o regime de colaboração federativa e o regime de parcerias. Na minha opinião, os institutos federais teriam que ocupar e têm um papel importante nessa diversificação e flexibilização do ensino médio no Brasil. Eu acho que cumprem um papel, até porque, com a sua ampliação e a capilaridade que têm no Brasil hoje, poderão ser parceiros muito importantes nessa tarefa de oferecer uma educação realmente de qualidade para todos, e não para poucos.



Então, somando-se, evidente, esforços dos institutos federais conjuntamente nessa tarefa, também permitiríamos, sem nenhum preconceito, a presença do Sistema S e também a presença do setor produtivo em parte da formação, porque, caso contrário, vamos fazer uma legislação que não vai ser aplicada na prática, vamos ter uma política para alguns. No meu Estado, volto a repetir, a partir da política de fomento da medida provisória, vamos atender apenas 1% das escolas de ensino médio do Estado.

Então, é isso que quero deixar aqui como contribuição e dizer que não há divergência acerca da necessidade de reformar. A divergência que está colocada aqui foi no método utilizado, em grande parte, por causa da medida provisória. Não há necessidade – volto a repetir –, até porque acho, Relator, impossível votarmos isso no dia 30 de novembro. Eu acho que poderíamos ganhar um prazo. Volto a repetir: a medida provisória tem validade até março. Poderíamos ter um prazo para a sociedade conhecer o texto, para que a sociedade pudesse opinar, que pudéssemos fazer uma consulta via portal da Câmara e do Senado, para que todos que estamos aqui – militantes, movimentos, entidades – pudéssemos fazer audiências, mandar contribuições. Isso é muito importante, para que possamos unificar o País a partir de um tema tão importante para todos os brasileiros, que é o tema educação. Então, fica também mais esse apelo.

Quanto ao conteúdo, evidentemente vamos acertando as suas divergências. Desde que começamos, a Professora Dorinha Seabra, nobre Presidenta que está dirigindo nosso trabalho, sabe muito bem que, no projeto que saiu da comissão de estudo, havia mais polêmica. Depois, num debate, construímos um substitutivo com mais convergência, estávamos construindo a proposta num substitutivo global, com mais convergência ainda. Eu acho que tudo isso é possível a partir da sensibilidade do nosso Relator, Senador Pedro Chaves, de construir essas convergências.

Então, obrigado pela atenção.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Depois do Deputado Reginaldo, eu passo a palavra para a Deputada Josi Nunes.

A SRª JOSI NUNES (PMDB - TO) – Cumprimento a Presidente que está assumindo aqui esta Comissão, a Professora Dorinha, o Relator, todas as pessoas que fizeram parte dessa Mesa de debates.

A discussão sobre a mudança, a transformação do ensino médio é algo com relação ao qual há um consenso nacional. A forma de implementar essa mudança é que tem gerado muitos questionamentos. Apesar – e estava aqui conservando com o Deputado Reginaldo, que foi Presidente daquela Comissão Especial – de esse trabalho ter sido discutido aqui tanto e tanto tempo e ter sido elaborado um material muito importante depois de tantas e tantas discussões, isso ainda gera muito questionamento, principalmente agora que tudo está sendo feito através de uma medida provisória e as pessoas estão verificando que, de fato, essas alterações já vão acontecer. Estava agora, esta semana, com a Secretária de Educação do Estado do Tocantins, e o Estado tem que fazer a adesão. Há uma preocupação grande com relação a isso.

Então, quando se vê que essas alterações vão realmente acontecer e num espaço já bem delimitado, isso traz muitos questionamentos. Eu estive visitando o Estado do Tocantins esta semana, conversei com muitos jovens. A grande preocupação deles está em algumas das questões que o Presidente Izalci leu. A grande preocupação deles é com relação à avaliação. Como é que vai ser o Enem daqui para a frente? Para aquele que deseja, como é que vai ser feito esse processo? Como é que vai ser feito todo esse processo de transição?

Nós temos esse prazo curto. Eu acho que poderíamos – e a Deputada Dorinha apresentou uma proposta – fazer uma discussão no Estado do Tocantins. Eu sei que o tempo é muito curto, mas, apesar do tempo de discussões que já houve aqui nesta Casa, eu vejo que ainda é importante esclarecer esses fatos naqueles que realmente vão estar trabalhando com todas essas alterações.

Como Deputada do Estado do Tocantins, estou entrando em contato com todas as escolas do Estado para que eles possam apresentar alguma sugestão. Eu sou representante da região sul do Tocantins e estou ali coordenando, com a Diretora regional de ensino do sul do Tocantins, que é a Profª Sônia, um debate para as escolas, tanto do ensino fundamental quanto ensino médio da nossa região. Há muitos questionamentos, muitas dúvidas. Então, é importante – quero aqui verificar com a Presidente se essa discussão no âmbito do Tocantins vai ser possível ser realizada – que possamos trazer esse debate, que é muito salutar, porque vai clareando essas dúvidas e podemos encontrar uma proposta melhor.

Eu estava conversando com o Deputado Reginaldo. Ele está fazendo um material muito importante – eu gostaria de que, se possível, ele apresentasse depois para todos os Parlamentares –, em que faz um quadro comparativo da medida provisória, da proposta da Casa, um substitutivo que ele está elaborando.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Deputada Josi Nunes, o Tocantins tem uma pré-agenda para 21 e 22, dependendo da confirmação do Secretário Rossieli se vai ser realmente só 21 o dia todo ou 22. Creio que hoje isso é finalizado, esse debate promovido pela Universidade Federal do



Tocantins, a Secretaria estadual e outros parceiros, sindicatos e Deputados estaduais.

Inscrito o Deputado Danilo, de Pernambuco.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Presidente Dorinha; Relator, Senador Pedro Chaves; palestrantes, Dra Ângela, Rafael, Rodolfo; colegas Deputados e Deputadas, eu vou falar – como Pernambuco foi muito citado, eu me senti instado a falar –, já dando a informação de que o Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, Frederico Amancio, faz parte também das pessoas que serão objeto de escuta aqui da Comissão, para que Pernambuco possa, assim, relatar a sua experiência – como foi colocada por Átila e outros companheiros daqui – positiva, que transformou – e ouvi na fala de Reginaldo a preocupação dele – aquilo que é um consenso na educação, que é a importância do ensino integral, numa política pública, porque eu acho que é esse o grande desafio que estamos discutindo aqui.

Ninguém discute a importância e os resultados – Pernambuco é um exemplo objetivo disso. Quero destacar a experiência nossa: éramos 21º colocado no resultado do Ideb em 2007 e, no último resultado apresentado agora, este ano, Pernambuco passou a ser o 1º lugar no ensino médio do País, ou seja, num curto espaço de oito anos – e sabemos que, em educação, existe um tempo de maturação entre você fazer o investimento e a resposta chegar –, conseguimos esse grande avanço lá em Pernambuco.

De fato, a grande questão é: como transformar isso numa política pública? Como transformar um desejo e um consenso numa política pública? É isso que, de fato, também encontramos lá. Quando começamos, em 2007, a partir da experiência, como o Thiago colocou aqui, que vinha de uma iniciativa de uma parceria do Governo do Estado com a iniciativa privada – Marcos Magalhães foi um desses colaboradores lá na implantação de 13 escolas, Thiago –, no início, Pernambuco tinha apenas 13 escolas de tempo integral, num universo de 1.000 escolas que temos lá – no ensino médio, perto de 400 escolas que tínhamos. Para transformar isso numa política pública, para que isso pudesse ser implantado, tivemos um planejamento de longo prazo, considerando oito anos, que foi o que, de fato, estabelecemos lá.

Por que realço essa questão da importância do planejamento? Eu volto a afirmar, como já fiz aqui, nesta Comissão, primeiro, a minha discordância. Repito: acho que esse tema está até superado, mas vou deixar o registro aqui do equívoco de fazer, sim, por medida provisória, porque, de fato, poda a oportunidade de aprofundarmos um debate que precisa ser aprofundado, sob pena de, num processo açodado, inviabilizarmos até a própria ideia. Se não fizermos minimamente de forma organizada essa transição – e mesmo aqui estamos falando em fazer uma experiência piloto para o tamanho do ensino médio no Brasil –, se não tivermos a oportunidade de aprofundar esse debate, de fazer essa transição... São muitas dúvidas mesmo. Como disse a Deputada, até isso chegar ao chão da escola, há muitos questionamentos que as pessoas legitimamente se fazem: como é que vai ficar a situação do professor, como fica a questão da estrutura física, da Base Curricular, enfim, há muitas dúvidas que precisam ser esclarecidas, de fato.

Então, é fundamental. Eu queria fazer esse apelo que Thiago fez aqui também de que, já que não foi possível fazermos esse debate via projeto de lei, que, repito, era o mais adequado, a partir até do acúmulo, como colocou Dorinha, como colocou Reginaldo, daquilo que já tínhamos da sequência àquela discussão – através de PL podemos aprofundar mais o debate –, já que não é possível isso, prorrogemos, de fato, o prazo que está posto aí para a conclusão dos trabalhos da Comissão. Eu acho que não há, por tudo que já foi dito aqui, pela quantidade de pessoas que precisam ser escutadas, pelo retorno de setores importantes da sociedade que militam nesse ambiente da educação – como a Ângela falou aqui, com o retorno da própria Andifes, que precisa ser feito ainda em meados de dezembro –, como fecharmos esse debate até o dia 30 de novembro, Dorinha. Temos que fazer essa discussão na Comissão, para que possamos. O prazo de validade da MP foi prorrogado...

(Soa a campainha.)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – ... sabemos que será até março. Precisamos aprofundar a discussão, aproveitar o curto espaço de pouco mais de 60 dias que teríamos pela frente para fazer um processo intenso de escuta da sociedade e coletar o melhor resultado.

Eu acho que o que está colocado são questões superáveis, não há nada intransponível. Aquilo que já foi posto eu não vou fazer indagação. O Deputado Izalci apresentou o que ele coletou de escuta de uma das entidades que mandou um documento e fez um conjunto de questionamentos: aqueles são os questionamentos que estão na consciência de todos nós. O que já veio e o que foi apresentado é, de fato, aquilo a que a Comissão precisa apresentar uma resposta.

Então, estão aí postas as disciplinas. Agora, uma coisa me preocupa de forma efetiva: é a forma do financiamento. Uma coisa é termos fala, outra coisa é termos atitude. Aqui há um consenso: ninguém aqui, nesta Comissão, discorda da importância da implantação do ensino integral; mas isso exige recursos, e eu falo pela



experiência que tivemos também lá em Pernambuco. O custo aluno é o dobro, quase o dobro do que é praticado numa escola de ensino regular.

Existe hoje uma grande discordância, divergência produzida por este próprio Congresso Nacional, em função da questão do financiamento. Foi publicado ontem o primeiro relatório do Plano Nacional de Educação, divulgado pelo Inep: 20 metas, nenhuma cumprida, nenhuma meta cumprida, inclusive aquela que fala da questão do financiamento, que aponta para o horizonte de 10% do PIB, e até hoje estamos estagnados em torno de 6%. É isso que aponta o próprio relatório do Inep.

Eu ressalto essa questão do financiamento porque, como disse o Reginaldo, a questão do Pacto Federativo precisa ser tratada. Estamos transferindo atribuições e responsabilidades para os Estados, colocando a conta para os Estados, que já estão quebrados. A verdade é essa. Peguemos o exemplo, que já está se transformando quase num caso de *bullying*, que é o Rio Grande do Sul e o Rio de Janeiro. Quebrados. O Rio de Janeiro está parcelando em sete vezes o salário dos seus profissionais, dos seus servidores. Como você vai colocar escola em tempo integral, pagar mais professores, se você não está pagando nem os seus salários? Então, temos que fazer esse debate. É fundamental isso.

Temos a PEC 241, que agora é 55, que tira recursos, sim, da educação. Foi importante você falar aqui do Consed, Thiago, porque, dos documentos que chegaram em torno dos impactos da PEC 241, a redução de recursos da educação foi trazida a este debate pelo Consed. O Conselho Nacional de Secretários de Educação entregou ao Ministro Mendonça Filho um documento que aponta a retirada de quase R\$130 bilhões, R\$140 bilhões da educação pública brasileira. Esses mesmos secretários estão recebendo atribuições que vão trazer mais contas ainda para a já combatida educação pública brasileira. E há um PNE, que não é cumprido, que está estagnado em 6% de investimento em torno do PIB brasileiro.

Então, essa equação tem que ser fechada. Enquanto não tivermos a coragem de enfrentar essa questão, Relator, Senador Pedro Chaves, não vamos conseguir avançar: educação é prioridade na fala, mas ela deve ser prioridade na fala e atitude e, para isso, tem que haver dinheiro. Os recursos se encontram concentrados – porque o nosso perverso Pacto Federativo concentrou – na União. A União é que a detentora dos recursos deste País, daquilo que é arrecadado com o suor e sacrifício do povo trabalhador brasileiro, que paga quase 40% de carga tributária. A cada um ano de trabalho são quase cinco meses do povo brasileiro dedicados a pagar imposto. É a União que fica com esse bolo. Ou ela pratica o regime colaborativo, como disse o Reginaldo, ou isso vai virar uma letra morta, como o nosso PNE está virando.

Esta Casa debateu – a Dorinha foi uma grande debatedora do assunto em 2014, o Thiago também – o PNE, que apresentamos como uma grande conquista da sociedade brasileira, mas vemos hoje, pelo relatório apresentado pelo próprio Inep, que é uma letra morta: 20 metas inalcançadas, não batidas, e muito aquém disso.

Então, ou fazemos esse debate com a solidariedade da União ou essa MP vai virar uma letra morta.

É isso.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Muito obrigada, Deputado Danilo.

Eu passo a palavra agora, em seguida, para o Relator, Senador Pedro Chaves, para as suas considerações, e voltamos à Mesa para as considerações finais dos expositores.

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Srª Presidente, Srs. Deputados e convidados, boa tarde.

É com muito prazer que faço uso da palavra para falar rapidamente de alguns pontos que eu acho importantes.

Primeiro, quero falar sobre o Instituto Federal do Paraná. Como os demais institutos, ele é mantido integralmente pelo Governo Federal. Então, as condições realmente oferecidas pelo Instituto e os recursos de que dispõe são bem diferentes daqueles dos Estados. Não pode servir de parâmetro para nós, pois seria até injusto.

Vocês observem que os professores de lá fazem 40 horas, tempo integral, dedicação exclusiva, o número de horas ministradas é pequeno, eles dispõem de bastante tempo para pesquisa, para desenvolvimento de projetos e tudo mais. É estrutura de uma universidade federal. É bastante difícil.

Por outro lado, ele tem grande responsabilidade agora com essa nova lei, com a reforma do ensino médio. Os institutos vão certamente colaborar ativamente com a formação profissional das escolas estaduais, como o sistema S, como as indústrias, como as empresas em geral. Eu acho que é uma forma inteligente, que podemos utilizar, para minimizar o próprio problema dos Estados, que estão exauridos quanto a isso.

A formação profissional é um imperativo que temos no ensino médio. Não tenha dúvida quanto a isso. O ensino bacharelesco, o ensino propedêutico, esse está totalmente condenado, porque está provado, mais de uma vez, que é a falência do ensino médio.

Por outro lado, fala-se muito no Enem. O Enem é um bem e é um mal. O que tem acontecido hoje? O



Enem tem sido o parâmetro para o ensino médio. Na verdade, o ensino médio virou um ensino preparatório para o Enem. Então, o Enem, além de ser um bem, é um mal. Temos que reformulá-lo totalmente. E certamente o Ministro, as Secretarias de Educação e os secretários do ensino superior e tudo mais vão se debruçar sobre esse ponto. É fundamental reformularmos o Enem pela Base Nacional, talvez por todos os pontos que eu acho importante e também pela interveniência que temos nos ensinos estaduais, porque não é possível continuarmos assim. Vocês notaram que, no Enem, tivemos 8,6 milhões de candidatos e temos, nas escolas, pouco mais de 3,5 milhões de alunos matriculados.

O Enem tem servido realmente de parâmetro e, acima de tudo, tem servido também como uma forma ilícita por parte de algumas escolas, que camuflam os dados, colocam dois CNPJs só para camuflar, porque ele é ranqueado. Através do Enem, às vezes, a sociedade é iludida quanto a isso. Então, é necessário debruçar-se quanto a essa avaliação.

Eu gostaria também de dizer que temos que analisar que essa mudança é essencial. Acho que os pontos elencados foram importantes. A nossa proposta é aumentar de 800 horas anuais para 1 mil horas anuais, é um aumento de 25%, que é importante. A proposta do Deputado Reginaldo é de que seja até o ano de 2022. Eu preferiria que fosse antecipado um pouco esse prazo e que fosse a médio prazo, pelo menos, porque acho que o tempo é relativamente longo.

Estamos alinhando. Hoje conversamos com alguns membros da Comissão e temos a convicção de que vamos fazer dessa medida provisória, como eu falei anteriormente, não um defeito, mas uma virtude, uma oportunidade de realizar um trabalho bom.

O aspecto do problema de prorrogação eu vou analisar profundamente, mas estamos alinhados. O importante é que a Comissão ajude a elaborar – principalmente a comissão que participou do projeto que está na Câmara –, a aperfeiçoar, cada vez mais, a medida provisória, para se tornar realmente o projeto que vai ao encontro da sociedade deste País.

Então, eu gostaria de dizer para vocês que estamos fazendo as audiências públicas. Eu farei em Campo Grande – sou de Mato Grosso do Sul –, na sexta-feira, uma audiência, com a participação do Governador, Secretário de Estado, dos Deputados. Quer dizer, todos estão extremamente interessados. Já temos confirmadas 300 pessoas na Assembleia Legislativa. Isso prova o interesse que tem a comunidade pela reforma.

Eu quero mostrar para vocês um ponto importante, que falei na reunião passada. A Medida Provisória despertou a sociedade. Antes, o projeto ficava na Câmara eternamente, podia ser aprovado, depois ia para o Senado, tudo bem, mas como a Medida Provisória suscitou dúvidas, todos despertaram, uns contra, outros a favor. Muito poucos a favor, a maioria contra, mas foi importante para nós. Despertou. Era disso que nós precisávamos. Hoje todo mundo fala em educação, todo mundo já sabe os termos, todo mundo já sabe o que é uma base nacional de educação, a base nacional curricular. Quer dizer, é fundamental isso. Houve uma conscientização do projeto em si e da reforma do ensino médio. Creio que nós todos estamos conscientes.

Eu tenho uma escolinha, pergunto para as crianças, e todas as crianças me perguntam: “Como é a reforma do ensino médio? Como vai acontecer e tal? É verdade que se pode escolher a disciplina? Eu que vou fazer tal curso, Direito, será que não preciso estudar mais Física?”. Isso tudo é importante para nós. É como se diz: do limão temos que fazer a limonada. Na minha terra se fala muito isso.

Vamos ver esse gesto de boa vontade de todos no sentido de fazermos da Medida Provisória um superprojeto, de fazermos realmente um ensino médio que vá ao encontro dos estudantes, que são os maiores interessados, dos pais e da própria sociedade.

Era o registro que eu gostaria de fazer.

Obrigado. (*Palmas.*)

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Obrigada, Sr. Relator.

A pedidos, vou passar a palavra primeiro para a Professora Ângela, Presidente da Andifes, para as suas considerações finais.

Creio que a nossa maior preocupação – o Relator está mostrando – é com a questão do financiamento, com a realização de uma discussão madura que garanta a implementação. Creio que o maior desafio, Secretário e Deputado Danilo, é sair da experiência. Pernambuco fez isso, deu um salto para conseguir a expansão, e ainda está mexendo no desenho para que possa ser expandido.

Nós temos um caso de sucesso excelente. Esse caso consegue ser replicado? Nós vamos dar condição para os professores da educação básica dos nossos Estados? O Deputado Átila estava fazendo uma provocação com o piso, de que o piso é ridículo. Na verdade, o piso é piso e está virando teto. Nós vamos conseguir garantir condições de trabalho? Quais são as condições de financiamento contínuo para um sistema se mexer? Nenhum sistema faz mudança com financiamento temporário de três ou quatro anos. Depois que eu criei uma demanda, não adianta fechar a porta e dizer: “Vá para casa, porque agora eu não tenho mais condição



de continuar”.

Há exemplos que mostram isso. Pernambuco é um caso concreto porque conseguiu ganhar escala com mudanças, com alternativas diferentes da experiência inicial, apoiado pela Fundação Philips, do Marcos Magalhães. Conseguiu, está dando esse salto em escala e mostra que tem resultado. Agora, eu não posso querer comparar um custo aluno de R\$2 mil com um de R\$10 mil e pensar que o de R\$2 mil vai conseguir dar o mesmo resultado que o de R\$10 mil, R\$12 mil. Eu tenho que garantir as condições. O que é necessário para que aconteça? O que é gordura que pode ser cortada, mas qual é o mínimo? E V. Exª tem uma experiência concreta, porque conseguiu sair dos ginásios pernambucanos, de uma experiência pequena, com excelentes resultados, para ganhar o espaço de rede pública, de escola pública, com todos os senões, com salários e condições estruturais.

Creio que V. Exª pode contribuir muito com o nosso Relator, que mostra uma abertura enorme para construir um texto que realmente seja compreendido e abraçado pelas redes públicas, que têm condições muito adversas na verdade.

Profª Ângela.

A SRª ÂNGELA MARIA PAIVA – Eu quero iniciar agradecendo a oportunidade de estar aqui, embora sem as propostas.

Vou sair mais tranquila, Relator, porque vejo que V. Exª tem disposição para encaminhar essa possibilidade de um elastecimento de prazo para a discussão.

A Andifes quer participar. E, aqui provocada pelo Deputado Átila, de fato, as universidades têm muitas propostas para o ensino médio, têm muitas visões, mas somos 63, e nós queremos uma proposição de conjunto madura em todos os seus aspectos.

Vimos discutindo todas as políticas de educação, como a base nacional, fazemos seminários, o ensino médio, a educação superior, nos nossos fóruns de discussão da Andifes. Inclusive com o Deputado Reginaldo, ainda no projeto de lei, nós começamos a discutir ensino médio. Fazemos discussões sobre tudo isso e temos teses e teses e propostas para serem implementadas. Porque são muitas, nós precisamos escolher as melhores. Para isso, a Andifes gostaria de ter, depois de 28 de setembro, um mês depois, uma proposta para discutir nas audiências públicas, mas esse não seria um produto elaborado pelo conjunto de universidades, para ser representativo desse conjunto.

Acreditamos que mais tempo para essa discussão vai dar mais qualidade à proposta e condições para a sua execução no âmbito das nossas escolas de ensino médio.

Então, a nossa proposição, a única que eu trago na verdade, é dizer da nossa construção e da vontade de colaborar com o projeto para termos um ensino médio de qualidade para todos no Brasil, com a nossa participação efetiva.

Ressalto também que essas audiências públicas nos Estados, por parte das Assembleias e dos Parlamentares são muito importantes. Nós fizemos uma na Assembleia do Rio Grande do Norte, na segunda-feira, com a Senadora Fátima Bezerra e o Deputado Mineiro. A Secretária de Educação do Estado estava presente, colocando as suas dificuldades com a implementação de alguns aspectos da Medida Provisória. Ela é uma das pessoas que participam firmemente do Conselho com as suas propostas e demandas.

Evidentemente, se fosse comentar algumas questões, eu teria como me posicionar, mas prefiro – e essa é a nossa decisão – trabalhar com a proposta do coletivo.

Defendemos firmemente que com mais tempo nós poderemos ganhar muito mais qualidade e expansão nessa construção, de modo que essa medida seja aprovada com um grande consenso. Evidentemente, consenso não existe, mas com muito mais adesão e compreensão de que é uma boa proposta de reestruturação do ensino médio.

Muito obrigada, Deputada Dorinha e Senador, todos que nos ouviram.

Nós temos uma agenda na sequência, por isso eu pediria licença a todos para me ausentar desta Mesa. Muito obrigada.

Boa tarde.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Muito obrigada a Ângela Maria Paiva, Presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Agradecemos a sua participação e aguardamos o quanto antes a contribuição formal da instituição.

Passo a palavra para o Prof. Rafael Ribas Galvão, Diretor de Ensino do Instituto Federal do Paraná.

O SR. RAFAEL RIBAS GALVÃO – Gostaria de começar respondendo as suas duas perguntas, Professora. A primeira, em relação ao número de estudantes.

Eu já havia dito que a entrada é de 120 estudantes no nosso ensino médio por ano. Nós estamos no segundo ano desse novo método, estamos atendendo agora a 240 estudantes nesse novo modelo. Nós temos



ainda o outro modelo, com alunos de terceiro e quarto anos. Como implantamos de uma forma gradativa, eles estão ainda com o currículo antigo. E há duas turmas com o modelo novo.

Gostaria também de dizer que o nosso plano de ensino, o pensar desse projeto foi baseado na LDB, que é bastante ampla e permite aos sistemas de ensino fazer as suas flexibilizações e as suas inovações, como aconteceu com sucesso em Pernambuco. Então, com a própria LDB permitindo isso, ao revê-la, ao fazer uma medida provisória para a mudança, devemos saber o que não se pode fazer dentro de uma lei que já existe.

Creio que ficou muito claro na minha fala e na do Rodolfo que o que viemos mostrar é um exemplo. A todo momento nós dizíamos que somos do Instituto Federal e, como muitos Deputados observaram, obviamente é uma exceção.

Deveríamos atingir toda a massa, mas se nada é impossível de se mudar a educação também não é. Então, pegar um exemplo de sucesso e mostrar que com muito investimento, não aqueles 6% que foram apresentados hoje, mas com investimento em pagamento de professores, em laboratórios, em formação docente, em estrutura de ensino, os institutos mostram que com muito investimento é possível, sim, fazer uma educação de qualidade. É claro que, ao repassar essa medida para Estados e Municípios, esse investimento teria que vir – também concordo com o nobre Deputado – da União, para que os Estados e Municípios pudessem dar conta disso.

Foi comentado que o modelo se parece bastante, talvez na questão da escolha, do protagonismo do aluno, mas, uma vez sendo aprovada essa Medida Provisória, nós teremos que nos adaptar, porque algumas questões que nós colocamos no nosso ensino médio vão de encontro com o que está previsto na Medida Provisória.

Da minha parte, creio que era isso.

Agradeço o convite e quero dizer que nós, do Instituto Federal do Paraná, do *Campus* Jacarezinho, estamos à disposição para que todos possam conhecer o nosso método, fazer uma visita e ver a coisa funcionando, porque assim ficaria mais claro.

Muito obrigado a todos.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Parabéns mais uma vez e obrigada.

Passo a palavra para o Professor Rodolfo Fiorucci, Diretor Geral do *Campus* de Jacarezinho, do Instituto Federal do Paraná.

O SR. RODOLFO FIORUCCI – Obrigado.

Também respondendo às indagações, às dúvidas dos Deputados que estão aqui presentes, antes de dar essa resposta, porque já tende a um posicionamento pessoal, uma vez que beira a opinião a análise conjuntural, eu falo agora como Prof. Rodolfo e não pelos meus companheiros do *Campus* Jacarezinho, porque eu nem teria o direito de fazê-lo.

A primeira questão que eu gostaria de colocar neste momento é: que Brasil queremos?

Eu vi vários Deputados aqui preocupados com a questão do financiamento e sempre citando o Instituto Federal e o exemplo que aqui trazemos como não referência. Isso muito me entristece porque trouxemos aqui um modelo que funciona, que dá resultados, e esse resultado é acessível a todos, e várias vezes ouvi dizer que ele não é referência, não de ensino, mas por causa dos custos de um ensino público de qualidade. Isso me incomoda porque ele deveria ser referência. O que se investe no Instituto deveria ser investido em todos os níveis de educação.

Se há um problema econômico, se há problemas de investimento, precisamos, principalmente estas duas Casas, em que há uma comissão mista, discutir que Brasil queremos. Todos os países que são referenciados pela MP – Coreia, Portugal, França e Alemanha –, todos passaram por um investimento brutal em sistemas públicos, especialmente em educação, durante décadas, o que chamamos de Estado de bem-estar social, que durou décadas na Europa. E isso, depois de décadas, deu os resultados que existem hoje e que estamos tomando como referência.

Qual é a minha crítica à MP? A MP não é um problema. A MP pode ser uma solução, na verdade. O Deputado Thiago, que não está presente agora, falou que gostaria de saber por que eu disse que sou contra. Eu não sou contra. Eu me incomodo com a maneira como foi feita, porque estamos fazendo uma reforma do ensino sem mudar nada mais do que o currículo.

Eu sou historiador, dou aula de História da Educação no Brasil, na Licenciatura do meu *campus*, e já houve várias mudanças no currículo educacional brasileiro. Várias, várias mudanças. Quais dessas causaram uma revolução na educação brasileira?

E eu lhes digo porque não causaram. Não adianta mudar o currículo se você não muda a estrutura da educação. Eu dou aula há 14 anos. O Rafael sabe disto, assim como a Profª Dorinha sabe, pois deu aulas. Em



todo último ano do ensino médio você pergunta para a sala: “Que carreira você quer seguir?”. Raramente alguém fala que quer ser professor. Como um país vai se desenvolver dessa maneira? E por que não querem ser professores? Porque não é atraente. Nós não levamos para a educação as melhores cabeças. Só pessoas que não passam para cursos que almejam nos vestibulares acabam indo para a educação e para as licenciaturas, porque foi o que sobrou. Raramente há um número grande de jovens que saem decididos a serem professores porque não é atraente. Isso precisa de investimento, é preciso valorizar a carreira docente.

Podemos fazer o currículo mais bonito do mundo aqui. A aplicabilidade é lá na sala de aula, com aqueles alunos, com aqueles professores que não estão motivados.

Os resultados que trouxemos do Instituto Federal de Provas de Enem, embora não sejam o nosso objetivo, ainda são da estrutura antiga, do currículo engessado, o que mostra que o problema não é o currículo, o problema é a estrutura da educação. O currículo engessado deu resultado, o currículo novo dá resultado também porque ali temos estrutura, temos professores com salários dignos, temos tempo de pesquisa, os alunos se envolvem em extensão, pesquisa e inovação e, por isso, dá resultado.

Então, esta é a pergunta que eu gostaria de deixar aqui, para estas Casas: que Brasil queremos?

Todos os países que são referenciados pela MP investiram muito em educação. E ainda coloco uma questão: que tipo de educação? A Coreia, que está lá referenciada – eu acredito que todos aqui saibam –, está nos primeiros lugares do PISA, que é o índice internacional. Assim como a Finlândia. E eles têm sistemas educacionais completamente diferentes. A Coreia aderiu ao sistema de competição, de nível, de índices, tem que dar índice e resultado. Deu resultado? Deu, ninguém está negando. Só que alguém aqui chegou a ter acesso ao nível de estresse daqueles estudantes? Um em cada quatro estudantes coreanos do ensino médio já tentou suicídio. Na Finlândia isso não acontece, e sempre estão à frente dos índices da Coreia. Lá se valoriza muito todas as áreas do conhecimento, lá se valoriza o professor, a carreira docente é a mais procurada das universidades na Finlândia. Por quê? Porque há estrutura, porque se valoriza. Agora, o currículo, tanto faz. Claro que ele é importante, mas estamos invertendo a ordem. Primeiro, estrutura; depois, inova o currículo. Estamos inovando o currículo numa estrutura antiga.

Eu desejo que não seja assim, mas me parece que vai ser como todas as mudanças que ocorreram na história da educação brasileira: ela vai derrapar e não vai funcionar porque não se mexeu onde se aplica esses sistemas de ensino.

Há semelhanças? Como a Deputada Dorinha falou, há semelhanças com o sistema que o IF coloca no protagonismo do aluno, mas, ainda assim, é um protagonismo diferenciado, porque nossos estudantes não fazem metade do ciclo do ensino médio e, depois, têm que obrigatoriamente escolher uma área e são alijados das restantes. Nós entendemos que todas as áreas nessa faixa etária são muito importantes para o estudante. E as áreas também do ensino propedêutico, do ensino clássico, são importantes. São esses conhecimentos que embasam as inovações. Você não cria tecnologia sem conhecimento básico, você não inova. Você precisa conhecer o básico para aplicar e, aí sim, criar desenvolvimento e inovação, que é o que os institutos fazem.

O ensino básico é desenvolvido, aplica-se no profissionalizante técnico, e se cria protótipos, inovações, transformações, enfim. Nós, portanto, não direcionamos. Todas as áreas do conhecimento são importantes.

Esse ponto realmente me incomoda, porque o estudante chega a um momento da sua formação em que não pode mais ver outras áreas. Se tivéssemos um ensino igual ao da Alemanha, da França, de Portugal, que referenciamos na MP, em que eles já vêm com conhecimento bastante sólido do ensino fundamental, tudo bem. Mas não é o que acontece aqui. Eu vivencio isto diariamente: os estudantes entram no primeiro ano semialfabetizados. E nós vamos podar, na metade do ensino médio deles, grandes áreas do conhecimento. Isso é grave. Então, esse é meu incomodo com a medida provisória. A medida provisória é ótima, está levando à discussão. Muitas pessoas estão envolvidas, na intenção de melhorar o ensino brasileiro, mas se nós não passarmos primeiro pela mudança estrutural, não adianta discutir currículo. Não adianta.

Sobre uma questão que o Deputado colocou, se ele está preparado para escolher. Ele colocou de uma forma que, talvez, nós estejamos contestando isso, e não estamos. Inclusive está entre aspas no eslaide, porque é uma provocação. Nós entendemos que ele está preparado. É escolhendo que se aprende. É ali na experiência que ele vai conseguir entender o que é formar o seu currículo, mas ele tem que fazer 810 horas em todas as áreas do conhecimento.

(Soa a campainha.)

O SR. RODOLFO FIORUCCI – Eu tinha várias coisas para colocar, mas a gente vai se perdendo.

Eu gostaria de citar apenas um ponto, e é claro que a Casa conhece. Existe um estudo, do Senado mesmo, do Núcleo de Estudos e Pesquisas do Senado, da Tatiana de Britto, denominado *O que é que a Finlândia tem?*. Ela fez um estudo demonstrando tudo e o porquê dos mecanismos de sucesso da educação finlandesa.



Não sei se esse trabalho foi estudado para ser colocado na MP.

E, para finalizar, existe um estudo da OCDE que demonstra que se o Brasil investisse pesadamente em educação a partir de hoje, na década de 70 deste século, em 2070, nós teríamos um PIB 70 vezes maior do que se mantivermos o nível de investimento da educação hoje. Educação faz o país desenvolver, é preciso que se invista na educação, e ela é cara. Infelizmente, ela é cara. Educação é cara. Nada que é de qualidade sai de graça. Se queremos um Brasil competitivo, um Brasil com uma população educada, um Brasil que se desenvolva não só científica e economicamente, mas humanamente, precisamos investir em educação.

Então, finalizo minha fala deixando a pergunta inicial no ar: que Brasil queremos? A partir desse Brasil, podemos pensar nas mudanças educacionais.

Obrigado mais uma vez.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Obrigada, Prof. Rodolfo.

Na verdade, eu gostaria de corrigir. Acho que educação não é cara, caro é presídio. Educação é investimento, e a experiência de vocês mostra isso. O que é caro é presídio, que não gostaríamos de ter em nosso País. Educação é investimento, é garantia de cidadania. E aí eu gostaria até de fazer uma correção: acho que em nenhum momento nenhum Deputado disse que vocês não são referência ou um lugar que todos nós queremos.

O que nós dissemos é que a realidade que existe dentro de um Instituto Federal está longe da realidade das escolas estaduais, do investimento por aluno. É possível e acho que há exemplos concretos. Ou seja, não é só dinheiro também, porque nós temos exemplos de investimento semelhante e que não apresenta resultado. É preciso comprometimento, é preciso foco.

E acho que ficou claro também que a fala de vocês em relação ao aluno escolher era uma provocação. Na verdade, vocês mostraram, o tempo todo, que acreditam nesse exercício e na capacidade do aluno de fazer suas escolhas.

Gostaria até de apresentar a sugestão para o Relator: seria muito interessante que recebêssemos de forma um pouco mais detalhada essa escolha, porque ficou claro que vocês, ao mesmo tempo em que não têm cardápio fixo, têm um mínimo e têm a obrigatoriedade de garantir que o aluno tenha um percentual de horas, 810 se não me engano, em cada uma das áreas garantido que ele passe por todos os processos de formação. Então, acho que seria muito interessante.

A questão da carreira docente é óbvia. Existe uma pesquisa que mostra que os filhos de professores são os que menos se dedicam à educação, não querem a profissão justamente por vivenciar toda a situação adversa que a carreira docente apresenta. Acho que se apresenta muito bem essa contribuição.

Nós já encerramos todas as falas, agradecemos a presença de todos os convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro...

A Senadora quer falar?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sim, sim. Eu havia solicitado a palavra.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Senador Pedro, antes de o senhor sair, eu queria dar conhecimento – vou entregar a quem está presidindo a Mesa – da posição que foi tomada na audiência pública que o nosso mandato, através de requerimento aprovado nesta Comissão, realizou na segunda-feira agora, na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte.

Quero dizer a V. Exª e aos demais presentes e convidados que foi reconhecida como uma das maiores audiências realizadas naquela Casa ultimamente, pelo grau de participação, uma participação muito expressiva, e também pela representatividade. Para o senhor ter uma ideia: os reitores todos acolheram o nosso convite: a Profª Ângela inclusive, que esteve aqui hoje, Presidente da Andifes, também lá esteve; a Reitora da nossa universidade federal; o Vice-Reitor da Universidade Federal do Semiárido; a Profª Carla, representando a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte; o Prof. Wyllys, que vem a ser o Reitor do Instituto Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Rio Grande do Norte; toda rede de apoio à luta da criança e do adolescente, que está acompanhando as mobilizações estudantis neste exato momento, lá no Rio Grande do Norte, inclusive a ocupação que os estudantes secundaristas estão fazendo na Secretaria de Educação.

Também lá estiveram presentes a Promotora Arméli Brennand, a Comissão de Advogados pela Democracia, representantes do Conselho Estadual da Criança e do Adolescente, além da representação sindical, os representantes dos professores, dos servidores.

Eu fiquei muito feliz porque o público foi formado majoritariamente pelos estudantes. Prioritariamente pelos estudantes e professores.

A Secretária de Educação também lá esteve, a Profª Cláudia Santa Rosa, e o Deputado Fernando Mineiro, que é da Comissão de Educação da Assembleia. De forma que, o que eu posso aqui adiantar para V. Exª, Sena-



dor Pedro Chaves, é que todos, após fazerem uma reflexão acerca da MP, tanto na forma como no conteúdo, ...

(Soa a campainha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... foram unânimes em que eu aqui trouxesse a seguinte posição: de renovar o apelo para que a medida provisória seja retirada e que o debate seja feito via projeto de lei.

É esse o meu dever. Estou aqui para ser porta-voz do que eles decidiram, por unanimidade – quero dizer isto para o senhor: por unanimidade –, de que a medida provisória fosse retirada e que o debate fosse feito via projeto de lei, à luz de todos aqueles argumentos que não são novidade, que já foram aqui apresentados por vários, não só por mim. Primeiro, pelo caráter restritivo de pouco tempo e, segundo, também pelo conteúdo, Deputada Dorinha.

Eu confesso que fiquei muito atenta quando os estudantes lá olharam para mim e me pediram claramente que eu expusesse, nesta Comissão, aos senhores que, na visão deles, o problema do ensino médio – e há problemas, assim como há em outras etapas da educação básica e na educação como um todo –, Deputado Reginaldo, não se resume à questão curricular. Aliás, eles disseram que se o problema do ensino médio fosse reforma curricular, já era par ter sido resolvido há muito tempo, porque já houve várias reformas.

O que eles colocaram lá claramente é que, para superar os problemas existentes hoje no ensino médio, nós precisamos fundamentalmente, primeiro, de valorização e respeito com o magistério, com carreira, com jornada, com condições de trabalho digno e salário justo. Disseram mais: formação, melhoria física nas escolas, com laboratórios, com biblioteca, com espaços adequados para a atividade de Educação Física e de Educação Artística. Disseram que precisam também de democracia nas escolas, de uma gestão permeável, de diálogo com o conjunto da sociedade como um todo. Disseram claramente, Senador Pedro Chaves, que para fazer essas mudanças que, na visão deles, essas, sim, é que devem ser as mudanças necessárias para melhorar o ensino médio, não precisa de novas legislações. A legislação em vigor já é suficiente, tanto a LDB como o próprio Plano Nacional de Educação, pela forma como tratam dessa etapa, do ensino médio, nas suas metas e estratégias.

Então, esse é o recado, Deputada Dorinha e Senador Pedro Chaves, que trago da comunidade educacional lá do Rio Grande do Norte. E insisto: acho que ainda há tempo de o Governo Federal ter um mínimo de sensatez, um mínimo de sensibilidade, e substituir esse debate. Tirar essa medida provisória e o debate continuar via projeto de lei. Porque o caminho que o Governo Federal – vou concluir – escolheu é um caminho que não está, de maneira nenhuma, colaborando para a busca de consensos. Ao contrário, o que nós temos é dissensos. Basta ver a mobilização estudantil, que continua firme em todo o País, por aquilo que eles acreditam, que é a defesa da educação. E eles têm a avaliação de que essa MP, tanto na forma como no conteúdo, não responde aos problemas que o ensino médio enfrenta.

Como se não bastasse isso, temos ainda a PEC 55, que pretende acabar com a vinculação pelos próximos 20 anos. E isso tem deixado todos nós muito angustiados.

Mas fica aqui o recado que trago da comunidade educacional do Rio Grande do Norte, com o qual concordo, Senadora Dorinha, para que a MP seja transformada, retirada e viesse o projeto de lei.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Trouxe. Trouxe e vou entregar ao senhor.

Era isso.

Obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Muito obrigada, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Só peço para acrescentar que não pude vir antes porque estava em outras atividades aqui na Casa. Hoje nós fizemos uma audiência muito importante sobre o projeto Escola sem Partido, que se estendeu, e também tive que participar de outras atividades, inclusive presidindo reunião. Essa foi a razão pela qual não estive aqui desde o início. Até estive no início, mas não havia quórum ainda. Quando houve quórum, não coincidiu, mas eu aqui vim.

A SRª PRESIDENTE (Professora Dorinha Seabra Rezende. DEM - TO) – Muito obrigada, Senadora Fátima Bezerra.

Agradecemos a presença de todos os convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, informando que a próxima audiência pública será no dia 22/11.

Muito obrigada.

(Iniciada às 14 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 55 minutos.)



ATA DA 7ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 22 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às quatorze horas e quarenta e um minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Elmano Férrer, Ângela Portela e Ana Amélia; e dos Deputados Wilson Filho, Celso Jacob, Lelo Coimbra, Reginaldo Lopes, Maria do Rosário, Thiago Peixoto, Danilo Cabral, Professora Dorinha Seabra Rezende, José Rocha e Átila Lira. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Pedro Fernandes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para fazerem suas apresentações os seguintes convidados: Walter Pinheiro - Secretário de Educação da Bahia; Frederico Amâncio - Secretário de Educação de Pernambuco e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação - CONSED; Claudia Schiedeck - Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul; e Remi Castioni - Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília – UnB. Às quinze horas e trinta e sete minutos, o Deputado Thiago Peixoto assume a Presidência. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra, Deputado Átila Lira e Deputado Danilo Cabral. Às dezessete horas e três minutos, o Deputado Izalci Lucas assume a Presidência. Usam da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado Thiago Peixoto, Deputado Reginaldo Lopes e Deputada Dorinha Seabra Rezende. O Presidente passa a palavra ao Relator para suas considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e cinco minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI LUCAS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 7ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória Nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido, para compor a Mesa, o Sr. Frederico Amâncio, Secretário de Educação do Estado de Pernambuco e Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed). Convido também Claudia Schiedeck, Reitora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Convido também Remi Castioni, Professor da Faculdade de Educação da Universidade de Brasília (UnB).

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse de participar podem enviar comentários pelo senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800 61 2211. Aqueles que nos acompanham neste plenário também poderão enviar as suas perguntas por escrito. Os questionamentos devem ser entregues na Secretaria da Comissão.

A Presidência adotará as seguintes normas: o convidado fará a sua exposição por 20 minutos; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra para os Srs. Parlamentares será concedida por ordem de inscrição.

Concedo logo a palavra...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo a palavra imediatamente à Profª Claudia. Aqui as mulheres têm preferência.

A SRª CLAUDIA SCHIEDECK – Boa tarde a todos.

Boa tarde, Deputado Presidente, boa tarde, nobre Relator. É um prazer muito grande.

Permitam-me os Deputados e as pessoas aqui presentes não nominar todos. Como o nosso tempo é



curto e gostaria muito de atingir todos os objetivos a que me propus, eu me permito saudá-los por intermédio dos meus colegas que compõem a Mesa, o Professor Remi e o Professor Fred.

Gostaria, brevemente, de apresentar a minha trajetória.

Sou docente da rede federal desde 1997, concursada. Fui docente da rede municipal, nas séries finais do ensino fundamental, no Município de Bento Gonçalves, Rio Grande do Sul. Também fui docente da rede privada de ensino médio. Trabalhei durante quinze anos na rede privada. Fui Reitora do Instituto Federal durante oito anos, até março deste ano, e coordenei a Câmara de Relações Internacionais do Conif, o nosso conselho de reitores, durante cinco anos, tendo o privilégio de ser também Vice-Presidente da Federação Mundial de Colleges e Politécnicos, onde atuei durante três anos, podendo conviver com os diferentes sistemas educativos mundiais no que diz respeito à questão do ensino médio, da educação profissional e do ensino superior. A minha área de formação é Português e Inglês. Tenho duas especializações, sendo uma delas em gestão educacional. E atualmente sou doutoranda em Educação pela Unisinos.

Portanto, a minha abordagem com vocês será muito mais uma abordagem do ponto de vista da experiência de quem viveu o ensino médio do que de alguém que traz um arcabouço teórico para a discussão. E eu vou me permitir apresentar um pouco disso.

Nesse eslaide – e vocês depois terão acesso à apresentação – estão algumas das nossas atividades no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul.

Vejam que no primeiro nós temos alunos do ensino médio que foram premiados em uma série de eventos e viajaram para os Estados Unidos inclusive, em intercâmbio internacional, a partir de trabalhos realizados no *Campus* Osório, litoral norte do Rio Grande do Sul, uma região com uma série de vulnerabilidades sociais, como é o interior e o litoral do Brasil, mas que, por ter atualmente um *campus* do Instituto Federal que oferta educação, ensino médio integrado à formação profissional, consegue desenvolver atividades articuladas de ensino, pesquisa e extensão. Isso acaba se repercutindo em todos os 18 *campus* do Instituto Federal no Estado do Rio Grande do Sul, onde há 13 institutos. O instituto do qual eu estive à frente é um deles.

O segundo é justamente uma Olimpíada Internacional de Matemática Sem Fronteiras em que os nossos alunos do *Campus* Canoas do ensino médio também foram premiados. Eles receberam medalhas de ouro, prata e bronze.

E o último salão de ciência e tecnologia, que aconteceu na semana passada, quando tivemos 700 pessoas entre professores, pesquisadores e alunos majoritariamente do ensino médio participando e apresentando trabalhos de pesquisa relativos, de certa forma, aos arranjos produtivos locais que estão vinculados aos seus *campus* de origem.

Aqui vocês vão encontrar um grupo, também do *Campus* Osório, que desenvolveu um aplicativo para celular, também de ensino médio, egressos do ensino médio que têm a ver justamente, se não me engano, com uma área de serviços... Agora eu não vou me lembrar exatamente de qual é o projeto.

Ao lado estão as alunas de ensino médio do curso médio integrado, área de informática, que desenvolveram um aplicativo, também para celular, de ajuda a refugiados que capta todas as informações de empresas e de escolas que oferecem suporte a refugiados no Brasil. Está disponível e é gratuito.

Embaixo, nós temos uma aluna do *Campus* Porto Alegre – aqui é o técnico pós-médio, portanto ele é subsequente, como se chama, após o ensino médio – também premiada pela participação em projetos de pesquisa.

Como nós fazemos isso nos institutos federais? Majoritariamente através de fomento interno em forma de bolsas para alunos de todas as modalidades: ensino médio, superior e pós-graduação, porque alguns de nossos *campus* possuem mestrados profissionais aprovados pela Capes.

Não vou dizer para vocês que existe um consenso na sociedade de que nós temos uma necessidade de reformatação do ensino médio. E falo com a vivência de 20 anos ou mais, quase 25 anos, de docência no ensino médio. É óbvio que nós temos urgência na discussão desse assunto e também há um consenso de que existe uma diversidade muito grande na modalidade de ensino médio no Brasil, com a educação de jovens e adultos, o integrado médio e profissional, o concomitante e o ensino noturno, ensino médio de caráter noturno. São várias possibilidades de ensino médio que ocorrem simultaneamente no Brasil, em diversas cidades.

Quais são os pontos de atenção para os quais eu gostaria de chamar a discussão no que diz respeito à MP 746?

Primeiro, é importante diferenciar turno integral de caráter integrado.

Por que os institutos federais têm de certa forma sido referência no Enem e na maneira como apresentam o ensino médio? Porque o caráter da nossa modalidade é de integração de conteúdos e não necessariamente de manutenção do aluno em turno integral na escola. O caráter integral de o aluno permanecer na escola se dá pelo caráter integrado da modalidade, ou seja, os conteúdos, as disciplinas, os componentes



curriculares, seja qual for o nome teórico que se dê para essa questão, eles acontecem e dialogam entre si, o que acaba, de certa forma, trazendo um vínculo afetivo muito grande do aluno com aquele curso ao qual ele está vinculado.

Eu queria chamar a atenção para isso: o aumento da carga horária como previsto na MP nos traz um grande debate sobre quantidade *versus* qualidade.

Nós temos hoje um ensino médio que de maneira geral não é bom. Não vou dizer ruim. Digo que ele não é bom. Existem ilhas de excelência na questão do ensino médio.

Se nós aumentarmos a carga horária simplesmente, sem levar em consideração o que é preciso para aumentar ou melhorar a qualidade do ensino médio, nós estaremos simplesmente transformando 1.400 horas de uma coisa ruim numa coisa ainda pior. Então, este é um ponto para o qual eu gostaria de pedir uma atenção especial a todos os Parlamentares que vão avaliar a questão do ensino médio.

Segundo, uma questão bastante polêmica, da formação docente e notório saber. Acompanhei algumas das discussões que têm sido feitas aqui nas audiências públicas, e isso nos preocupa muito, primeiro, porque os institutos federais foram para o interior do País com a possibilidade inclusive de fazer formação docente, que é hoje um consenso em todas as agências nacionais e internacionais que discutem a questão da qualidade da educação.

O notório saber nos remete à questão dos práticos. Na década de 40, quando estávamos recém começando a ter a nossa qualidade do ensino superior para a área da Medicina, da Odontologia, nós tínhamos os práticos, principalmente no interior do Estado: os práticos na Odontologia, os práticos na Medicina. O notório saber, embora seja importante o conhecimento e a vivência prática do professor, não dá para nós desvincularmos da necessidade de formação docente. Assim como tenho a certeza de que vocês não deixariam seus filhos aos cuidados de um prático da Odontologia, também nós temos de ter o cuidado para não deixar os nossos filhos aos cuidados de um prático da educação. A prática é importante? É, mas a formação e a qualificação desse docente são fundamentais.

E um outro ponto que eu quero destacar é a questão da superação da dicotomia entre formação geral e formação profissional. Isso também nos remete a quando se começou a discutir a formação profissional para os filhos das classes menos privilegiadas, em 1909, quando nós tínhamos um tipo de formação para essas classes menos favorecidas e o tipo de formação geral e humanística para outras pessoas. Então, nós precisamos superar isso. A superação disso só se dá através de um modelo que integre as duas coisas.

E quero dizer aqui que sou fruto da década de 70. Eu fui uma aluna de ensino médio que terminou seu ensino médio numa escola estadual, em Santa Maria, no Rio Grande do Sul, formada como assistente de técnico em laboratório de análises químicas. Essa é a minha titulação de formação profissional no ensino médio. O que eu tive? Uma carga horária de Química acima da média. No entanto, eu fui ser professora de Português e Inglês. Por quê? Porque a única possibilidade que eu tinha naquelas escolas me remetia a essas áreas. Eu não tinha nenhuma outra possibilidade de formação profissional na área de que realmente eu gostava, que era a área de Inglês, que era a área de Línguas, que era a área de Português.

Então, a questão da escolha está muito vinculada à questão das possibilidades que as escolas vão ofertar aos alunos e, no interior... Eu moro em Garibaldi, numa cidade que fica a 15km do meu *campus*, onde as escolas que há lá de ensino médio não ofertarão mais do que uma ou duas possibilidades. Se chegar a duas, é demais. Então, os alunos daquela cidade do interior... E estou falando do Rio Grande do Sul, que é um Estado altamente desenvolvido na comparação das desigualdades regionais do Brasil com o Norte, por exemplo, onde um professor se desloca muitas vezes oito horas de barco para chegar a uma escola ou para chegar a um Município.

Nós temos que levar isso em consideração quando nós falamos de uma legislação que tende a padronizar ou hegemonizar, de certa forma, a questão do ensino médio no Brasil.

Por último, eu quero salientar o seguinte: os institutos federais têm tido muito sucesso na formação dos seus egressos, de certa forma. Tudo são flores? Não, não são. Nós temos muitos problemas, mas o que nós conseguimos superar, de certa forma, com o investimento que se fez na expansão da rede federal? Principalmente a infraestrutura física em redes técnicas.

O que isso significa dizer? Infraestrutura física. Não se faz formação profissional, nem se faz formação geral sem ótimas bibliotecas, sem ótimos laboratórios, e isso precisa ser ampliado. Na minha cidade, as escolas de ensino fundamental mal... E Garibaldi é uma cidade desenvolvida, a capital do espumante; Bento é a capital do vinho; é uma cidade altamente industrial na Serra Gaúcha do Estado do Rio Grande do Sul. Algumas escolas municipais de ensino fundamental não conseguem sequer ter um acesso decente à internet. Como é que nós vamos propor para essas escolas que elas tenham uma infraestrutura razoável para ofertar uma formação profissional? Ou, então, nós iremos repetir mais do mesmo do que foi a década de 70, em que a minha escola,



grande Escola Estadual Manoel Ribas, tinha ótimos laboratórios de química. Mas eram laboratórios de química simplesmente, e nada mais.

Então, essa questão é fundamental. Quando eu falo em redes técnicas, eu falo de internet, eu falo de estradas, eu falo de *web*, eu falo de tudo o que é possível em termos de logística para poder dar o mínimo de suporte para a questão da formação profissional e mesmo para a área de formação geral. Então, essa é uma questão que merece bastante atenção.

Com isso, gente, eu queria, encerrando e encaminhando... Acho que vou conseguir fazer tudo o que eu me programei a fazer. Se vocês me permitem a trajetória de uma professora que chegou à gestão máxima da sua instituição, permaneceu, foi eleita e reeleita para dois mandatos nessa instituição e abriu 14 novos *campus*, quase todos majoritariamente com educação de nível médio, integrada formação profissional, eu gostaria de pedir e sugerir muita cautela na aprovação da MP 746, justamente porque é preciso que se faça uma discussão em torno dos efeitos práticos e imediatos que ela terá sobre os entes federados e o setor privado. E, quando falo entes federados, falo em secretarias de Estado de educação, eu falo em escolas em Estados que não conseguem manter os seus professores e que terão, de alguma forma, que ampliar o número de professores.

Eu fiz um cálculo simples há pouco e dizia o seguinte: numa escola estadual que tem 800 horas/ano, hoje, de ensino médio, e tem, vamos dizer, 20 professores que trabalham 20 horas ou 40 horas naquela instituição, para nós podermos atingir 1.400 horas, nós teremos que, no mínimo, dobrar. Se não dobrar, pelo menos 30% a mais de professores, para podermos dar conta da demanda de atendimento de alunos. E não estou falando da infraestrutura física necessária para poder dar conta desses alunos que terão de permanecer na escola.

E eu gostaria também de fazer aqui um apelo grande na avaliação da PEC 55, que tramita hoje no Senado. Eu sei que, muitas vezes, o próprio teórico Boaventura de Sousa Santos diz que a gente precisa fazer a tradução das questões, aproximar os saberes diferentes para que a gente possa estabelecer um diálogo.

Eu entendo que tenha que haver algum tipo de contingenciamento de gastos. O que eu não consigo entender é por que esse contingenciamento tem que se dar por 20 anos, quando a gente sabe que o nosso mundo muda pelo menos a cada... Olha, eu vou dizer, assim num ciclo rápido, a cada dois anos, três anos.

Vinte anos é muito para um contingenciamento que precisa ser feito, mas se sabe que o mundo, da forma como está hoje, se reverte rapidamente. Aí nós temos uma Emenda à Constituição.

Então, essa é uma questão que eu queria pontuar, porque na Medida Provisória 746 está prevista a sustentação financeira por quatro anos, mas não se faz uma mudança dessas no ensino médio apenas com um orçamento previsto para quatro anos para todo o Brasil. Não se faz. Então, vejam que é necessário aqui uma preocupação muito grande com o fomento.

Eu assisti à audiência da Professora Mariza Abreu e ela, de certa forma, dava relevo a essa questão do financiamento. Eu também, aqui, faço minhas as palavras dela na audiência da qual ela participou.

Gostaria muito de ver o nosso Parlamento dando visibilidade e valorizando o extraordinário trabalho realizado pelos institutos federais, porque poucos são conhecidos, estão na invisibilidade, de certa forma, das políticas públicas para ensino médio no País, e fizeram, pelo interior do Brasil, uma revolução na educação pública gratuita e de qualidade.

E, por último, gostaria de pedir uma valorização de todas as melhorias que nós conquistamos. Se não é o cenário ideal, é com certeza o que foi possível naquele momento e que hoje permite uma razoável flexibilidade do sistema educacional no ensino médio no País, que é a LDB de 1996 e o Plano Nacional de Educação, que já foi votado também por essas Casas.

Não sei, Presidente, eu tenho um vídeo de três minutos. Eu não sei se posso.

Então, eu gostaria, por favor.

É um vídeo da minha instituição, que fala um pouco sobre a minha instituição e que vai mostrar para vocês um pouco da qualidade da infraestrutura que nós temos no Instituto Federal do Rio Grande do Sul e que se repete em quase todos os *campi* do Brasil.

(*Procede-se à execução de vídeo.*)

A SRª CLAUDIA SCHIEDECK – Eu só queria finalizar dizendo que esse CTA (Centro Tecnológico de Acessibilidade), que é o centro de tecnologias assistivas de acessibilidade, é referência no Brasil e foi o primeiro referencial que se inseriu internacionalmente num colegiado que discute a questão da acessibilidade.

Então, o meu muito obrigada.

Desculpe se falei rápido demais, mas eu queria aproveitar todos os minutos.

Obrigada, Presidente.

Obrigada, Relator.



Obrigada, colegas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço à Professora Claudia e passo, imediatamente, ao Sr. Remi Castioni, que é nosso Professor da Universidade de Brasília.

O SR. REMI CASTIONI – Boa tarde, Senador Pedro Chaves, Deputado Izalci.

Agradeço o convite para estar aqui, nesta tarde, debatendo a questão da Medida Provisória 746.

Bom, em primeiro lugar, eu sou Professor na Universidade de Brasília, da Faculdade de Educação, e, há muito tempo, venho desenvolvendo estudos e trabalhos na intersecção entre transição da escola, mundo do trabalho.

Eu trouxe aqui algumas questões que considero importantes nesse debate e, particularmente, vou me centrar aqui nos temas que dizem respeito a isso de que eu falei, a transição escola, mundo do trabalho, porque a medida provisória dá uma grande atenção a essa dimensão.

Também não vou... Eu já assisti... Esta Comissão aqui já teve a presença de vários outros colegas que deram depoimentos muito importantes. Vou procurar não repetir o que foi dito.

A questão principal é que nós estamos tendo a oportunidade de nos aproximar um pouco daquilo que a média do mundo na área educacional pratica. Então, mais ou menos, o que nós temos em termos educacionais, nos países desenvolvidos, tem certa configuração que não guarda a mesma relação aqui no Brasil.

A medida provisória é fruto de um processo que já vem há muito tempo. Quando a gente discute ensino médio, nós não estamos tratando dos indicadores do ensino médio que foram divulgados há um mês. O resultado desse esforço já tem 20 anos. E eu quero situar aqui que o ensino médio surge depois da Constituição brasileira e, particularmente, é introduzido na estrutura das secretarias de educação, com responsabilidade das secretarias, a partir do Parecer 15, de 1998. E, por sinal, quem produziu esse parecer é o mesmo grupo político que hoje conduz o Ministério da Educação. Foi um parecer da Professora Guiomar Namó de Mello, hoje Conselheira do Conselho Estadual de Educação de São Paulo.

Então, eu acho que nessa trajetória nós tivemos grandes mudanças no cenário educacional brasileiro que se originaram na Constituição de 1988 e, depois, na Lei de Diretrizes e Bases.

Muitas das questões que nós discutimos no âmbito do ensino médio não estão previstas na LDB e estão sendo trazidas agora, aqui, pela medida provisória, o que me faz, com todo apreço que tenho ao Parlamento brasileiro, esperar, sinceramente, que essa seja a última grande mudança discutida no Legislativo.

Eu já venho defendendo isso há muito tempo. Eu acho que o Parlamento brasileiro deveria ser proibido de legislar sobre matéria educacional, a não ser nas grandes questões.

Digo isso porque, por exemplo, quando a gente fala nas áreas do ensino médio, elas não estão previstas na LDB. Estão previstas agora, na medida provisória. No entanto, nós praticamos isso já, desde 1998, com o Parecer 15, de 1998, e com as chamadas áreas do ensino médio, que são as áreas de Linguagem, de Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas. Então, não precisou de uma lei para organizar o ensino médio.

Eu vejo que o esforço produzido no âmbito das estruturas que dão suporte às ações na educação já são suficientes; e vejo, discuto muito com os meus alunos que a área da educação tem que aprender mais com as políticas da área da saúde.

A engenharia social produzida pelos conselhos municipais, conselhos estaduais, Conselho Nacional de Saúde, tem um avanço muito superior ao que se pratica na área de educação; e há um avanço tremendo. Eu digo uma delas até: recentemente, a Presidência do Conselho Nacional de Saúde, que produz as normas e os ordenamentos na área da saúde, foi presidida por um usuário do sistema.

Seria o mesmo que dizer que no Conselho Nacional de Educação nós tivéssemos um pai ou uma mãe ou um aluno presidindo, e isso jamais vai acontecer, infelizmente, na área da educação.

Eu penso que nós precisamos, no campo da educação, aprender um pouco com as experiências exitosas que foram construídas no campo da saúde.

Dito isso, há um consenso geral de que o ensino médio brasileiro tem problemas estruturais. Um dos problemas é essa desconexão com aquilo que se pratica na média dos países desenvolvidos ou até em desenvolvimento. A grosso modo, nós temos mais ou menos a mesma quantidade de anos de escolarização equivalente a nossa educação fundamental, temos uma transição dos chamados nono ano do ensino fundamental para o que se poderia chamar, que se chamou em algum tempo no Brasil, lá na década de 1940, de ensino secundário inicial, e uma fase terminal do ensino secundário, que se inicia a partir dos 15 ou 16 anos.

O Brasil trilhou um caminho muito diferente do que os outros países trilharam. Nós construímos um sistema que é excessivamente acadêmico, que tem uma única opção e conduz os jovens a uma única trajetória. Praticamente nós temos aí, a grosso modo, dez milhões de estudantes, em torno de 9,5 milhões estão matriculados nas redes estaduais, e todos eles têm como objetivo terminar o ensino médio, fazer o Enem e ingressar na universidade. Nem todos vão para a universidade, mesmo nas públicas, também não conseguem



bolsa do Prouni e também muito pouco do FIES. Então, se perdem por aí. Por isso nós temos, inclusive, uma grande concentração de pessoas de 19 a 29 anos em que uma parte não concluiu o ensino médio e uma parte já concluiu o ensino médio e não tem perspectivas de retomar os seus estudos.

Uma coisa que me chamou atenção há muito tempo nas pesquisas... Eu conduzi a última grande pesquisa que foi realizada no âmbito do chamado Plano Nacional de Qualificação Profissional, que sucedeu o plano nacional de educação profissional chamado Planfor, criado no governo Fernando Henrique, e depois esses planos desembocaram no Pronatec. Essa última pesquisa foi feita por nós, na UnB; um grande estudo, em 2010, onde a gente teve resultados, e uma coisa chamava atenção lá naquela época: 65% daqueles que frequentavam cursos dos chamados cursinhos do FAT – em boa medida são esses que estão sendo propostos aqui neste desenho – eram alunos do ensino médio que estavam cursando ensino médio ou em fase conclusiva no ensino médio.

Por que esses alunos frequentavam esses cursos? Primeiro, dado o formato que o Plano Nacional de Qualificação do Ministério do Trabalho tinha – era chamada safra do FAT –, esses cursos só podiam e quase sempre ocorriam no final do segundo semestre, em geral entre a terceira semana de outubro e a véspera do Natal, porque deviam gastar o dinheiro. Então, esses alunos eram os que mais rapidamente se mobilizavam porque tinham informação; e muitos cursos eram realizados na própria escola.

E esses alunos – uma coisa importante das pesquisas de egressos que a gente fazia – estavam dispostos a fazer qualquer curso. Não se interessavam por cursos específicos naquilo que potencialmente poderia ser a área de atuação da região onde eles estavam inseridos.

Isso já demonstrava que esses alunos, ao buscarem uma especialização no ensino médio, estavam buscando alternativas ao que se tornou o ensino médio que todos repetimos. E isso está muito presente no diagnóstico: um ensino médio descontextualizado, um ensino médio que não mobiliza os conhecimentos dos alunos para os seus reais interesses. Então, esses alunos estão dispostos a fazer qualquer coisa.

Nesse particular, eu acho que há um consenso, e eu partilho desse movimento de que é importante enfrentar o problema do ensino médio. É importante também – eu acho fundamental – que o Brasil talvez seja um dos únicos países do mundo que pode aprender com as experiências de outros países. Nós ainda podemos aprender com as outras experiências. Nós precisamos olhar essas transições que foram realizadas por esses sistemas, em geral mais maduros, de educação profissional.

E, nesse particular, eu queria trazer à reflexão questões que a medida provisória introduz, em primeiro lugar, com relação à duração, ao tamanho do ensino médio. Nós estamos falando de uma carga horária de 2400 horas, onde 50% será obrigatória. Entre as obrigatoriedades, estão já definidas as disciplinas de português, matemática e língua moderna, que seria o inglês.

O projeto de lei – inclusive o Deputado Izalci atuou muito nessa comissão – trabalhava à época com uma ideia de flexibilizar essa carga horária, mas não de forma tão ampla. Eu acho que 50% é uma carga horária de uma certa amplitude para se tornar – digamos assim – opção dos sistemas de educação. Então, uma das propostas é que a gente pudesse iniciar com uma flexibilização um pouco menor, que era algo que o PL já trabalhava, em torno de 37,5% ou 40%. Essa é uma primeira questão que eu gostaria de assinalar.

Uma outra questão. Fora essas possibilidades de completar a carga horário de ensino médio, estão sendo oferecidas opções que em tese nós já as praticávamos mas não estão inseridas na lei, que são os chamados itinerários. O art. 36 cria cinco possibilidade de itinerários.

Há muitas dúvidas em relação a como seriam esses itinerários. Por exemplo, algumas das dúvidas: Um itinerário de matemática: concluída a parte fixa, obrigatória, como poderia ser um itinerário de matemática? Seria só matemática? O aluno teria mais 1200 horas apenas em matemática? Mas eu vou deixar isso para o pessoal da matemática.

Eu vou entrar aqui naquilo que o art. 36 introduz no inciso V, que seria a ideia da formação técnico-profissional.

Então, a medida provisória, na realidade, cria uma nova configuração de educação profissional. A formação técnica e profissional não existe na legislação; essa é uma figura nova. Nós temos a lei que atualizou a LDB, a Lei nº 11.741. Ela definiu formação inicial continuada, formação técnica de nível médio e formação de nível tecnológico. São essas as nomenclaturas que nós temos. Então, ao introduzir essa dimensão de formação técnica e profissional, introduz uma série de possibilidade de como é que poderia vir a ser essa formação técnico-profissional.

Nesse particular, há questões muito importantes. Entre elas, as possibilidades, que são introduzidas. Uma delas, a medida provisória aqui, já no §11 do art. 36, abre a possibilidade dos chamados... Da inclusão da experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, estabelecendo parcerias e fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profis-



sional.

Bom, primeira grande questão: a aprendizagem profissional está definida na Consolidação das Leis de Trabalho, mas, na realidade, ela é muito anterior a 1943. Ela é oriunda de uma lei de 1918 que regulou os liceus de artes e ofícios, que derivou de 1909, quando foram criadas aquelas escolas de aprendizes, que a Prof^a Claudia mencionou. Mas ela teve uma grande ênfase nos anos 40, 50, 60 e até os anos 70, caiu em desuso nos anos 90 e foi revitalizada nos anos 2000. Durante o final do governo Fernando Henrique, houve a possibilidade de se criarem outros intermediários.

A aprendizagem profissional basicamente é o seguinte: é uma reprodução do chamado modelo dual alemão. O modelo dual alemão é o melhor modelo de formação profissional do mundo. Todos os países que organizam seus sistemas de educação profissional, organizam-se na seguinte perspectiva: comparável ao modelo alemão, ou diferente do modelo alemão.

Então, o modelo dual alemão prevê um componente no âmbito da escola e experimentação prática nas empresas. Para tanto, no caso brasileiro, foi criada uma figura que intermedeia, essa figura que eram os sistemas de aprendizagem. Então, inclusive, os sistemas, o chamado Sistema S é um Sistema Nacional de Aprendizagem Profissional, um Sistema Nacional de Aprendizagem Comercial. Então, isso está na origem da criação dos sistemas, que vieram para cumprir aquilo que determinam os arts. 428, 429, 432 da CLT: todas as empresas devem ter um percentual de aprendizes.

Aprendizagem é um contrato de trabalho por prazo determinado, é uma figura que nós temos. Um dos poucos contratos que nós temos por prazo determinado no nosso mercado de trabalho é a Lei da Aprendizagem, que só pode ter 24 meses. No ano de 2000, houve um revigoramento da Lei da Aprendizagem e se incluiu a possibilidade de outros intermediários fazerem essa relação. Em 2005, o governo Lula, durante a gestão do Ministro Tarso Genro, criou um programa chamado Projeto Escola de Fábrica, em que se ampliou isso para outros atores realizarem a aprendizagem profissional: além do Sistema S, as escolas técnicas e ONGs.

Então, uma grande questão que surge no âmbito do ensino médio é o que é aprendizagem. Aprendizagem não é um ordenamento previsto no âmbito do Ministério da Educação. Ela é um ordenamento previsto no âmbito do Ministério do Trabalho, cuja função não se vincula à educação. A função do Ministério do Trabalho é apenas verificar se as empresas cumprem a cota de aprendizagem. Então, já na origem, há uma grande dissociação. Esse é um dos grandes problemas por que, mesmo com essas medidas, a Lei da Aprendizagem não deslanchou. A meta da Lei da Aprendizagem era atender, ano passado, 1 milhão de aprendizes, mas só chegamos a 300 mil.

Portanto, acho que uma das questões importantes nesta discussão que estamos tendo aqui sobre essa possibilidade que abre a medida provisória é como transformar essa que é uma medida para a qual vários sistemas educacionais do mundo estão migrando. Por exemplo, a recente reforma do modelo colombiano, em 2013, migrou para isso. Pela reforma recente que tivemos na Espanha, também o modelo dual espanhol se assemelha um pouco com o modelo alemão. Entretanto, no caso brasileiro, isso é de difícil execução, primeiro, porque a política do Ministério do Trabalho é apenas fiscalizatória. O fiscal do trabalho não vai à empresa verificar se aquele aluno matriculado na educação básica está tendo uma assistência do seu tutor na empresa, digamos assim, está fazendo essa junção dos saberes acadêmicos vistos na escola com aquilo que a empresa pode oferecer. Ele vai única e exclusivamente fiscalizar se a empresa está cumprindo a cota.

Então, ao introduzir essa possibilidade, há uma necessidade de rever esse mecanismo, que é um mecanismo extremamente importante e que, digamos assim, permitiria uma aproximação daquilo que os jovens, daquilo que os sistemas reivindicam: esse distanciamento dos conteúdos no campo acadêmico com aquilo que se faz na prática. Agora, primeiro, para fazer isso, nós precisamos mudar o nosso próprio sistema de contratação do trabalho e também permitir que... Por exemplo, não vejo como algo tranquilo uma empresa receber uma turma de vinte alunos para fazer experimentação prática no chão da fábrica.

Não vejo a menor possibilidade se isso não for regulado por mecanismos que impactem, primeiro, na possibilidade da empresa de dispor de um tutor para receber esses alunos. Segundo, na possibilidade de esse tutor, porque é isso que acontece nos países lá fora, dialogar com os professores das escolas, porque essa é a grande inovação do chamado modelo dual.

O modelo dual evidentemente é um contrato de aprendizagem em que ao sujeito, em geral, se paga um salário mínimo profissional daquelas categorias, mas há um intercâmbio muito intenso entre aquilo que se pratica nas empresas e aquilo que se realiza no âmbito das escolas.

Portanto, uma das considerações que eu queria levar ao conhecimento da Comissão é que, sem mexer na Lei da Aprendizagem, sem criar mecanismos que possam dar efetividade a essas experimentações práticas previstas aqui no §11, vejo como muito inócua essa iniciativa. E também há outras questões correlatas a esse aspecto que precisam ser, digamos assim, regulamentadas no âmbito do mercado de trabalho. Em primeiro



lugar, já é possível...

O que talvez aqui tenha sido a intenção é que nós, com o Pronatec, regulamos a formação inicial e continuada. A formação inicial e continuada prevista no Pronatec é de 160 horas. Esse foi um aspecto muito importante. Diferentemente dos cursos de qualificação profissional que havia no Ministério do Trabalho – Planfor, PNQ, Planseq, Planteq –, permitiu-se, com a criação e a inclusão do Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, o Catálogo FIC, fazer com que as instituições se organizassem melhor e o Ministério pudesse cobrar, inclusive, dessas instituições a oferta desses cursos. Infelizmente o Pronatec tem muita dificuldade de fazer estudo, porque a base de dados tem muitos problemas. Inclusive, até hoje nós sabemos o número de alunos, mas não sabemos o perfil desses alunos – as áreas é até possível saber. Uma avaliação está sendo feita pelo Tribunal de Contas da União. Esperamos que possam ter mais resultados consistentes.

Então, a chamada formação inicial não tem certificação. No entanto, a medida provisória abre aqui algumas possibilidades de os sistemas virem a reconhecer esses certificados ou essas ações realizadas no âmbito das empresas. Bom, primeiro, os sistemas somente poderão fazer isso se houver, de fato, um ordenamento no âmbito da estrutura da educação profissional, porque como é que nós poderemos ter, em última instância, sistemas regulando coisas muito semelhantes de forma diferenciada?

Então, esse é um dos grandes problemas que nós temos, porque nós não temos um sistema nacional, por exemplo, de certificação profissional que poderia resolver parte dessas questões. E eu digo isso porque os alunos, tanto no Planfor, no PNQ e mesmo no Pronatec, podem ter feito centenas de cursos de 160 horas, uma pilha de cursos, mas isso não vale nada. Se não houver um espaço, como os outros países têm, para certificar esses conhecimentos e validá-los como um conteúdo constante do itinerário formativo, também nós não vamos ter muita efetividade.

Além disso, o §13 cria uma questão muito inovadora, a meu ver, que é a seguinte: permite que todas as escolas de ensino médio do Brasil emitam diploma. Quem emite diploma são as escolas de educação profissional. As escolas de ensino médio, essas que oferecem 8 milhões de vagas, que são as que estão sendo convidadas a migrar ou a oferecer possibilidades, emitem certificados de conclusão de ensino médio. Quem emite diploma são as escolas de educação profissional, porque o diploma de educação profissional tem uma carga horária definida para ser justificada e poder emitir um certificado. Então, nós poderemos ter, em tese, uma escola de dois mil ou cinco mil alunos, onde há uma classe de 20 alunos fazendo educação profissional, que vai emitir um diploma de uma classe de 20 alunos para o conteúdo dos dois mil, três mil, quatro mil alunos. Então, vejo como muito problemática essa questão aqui. Boa parte – não sei se meu tempo está terminando – das questões que eu destaco têm uma relação muito direta com o mundo do trabalho.

Então, acho que o Parlamento brasileiro, quando tramitou aqui o projeto de lei que deu origem ao Pronatec, fez mudanças muito significativas, aperfeiçoou muito o Pronatec, o que era a intenção original do Ministério da Educação, introduziu a Bolsa Formação, vinculou a exigência de que os beneficiários do programa Seguro Desemprego tivessem de fazer um curso para continuar recebendo benefício.

Da mesma forma, quando nós estamos aqui lidando com essa última etapa da educação básica, exatamente essa transição dos jovens que terminam a sua educação básica e se inserem em um itinerário formativo, sem incluir a dimensão do trabalho, sem incluir as estruturas hoje previstas e que são reguladas pelo Ministério do Trabalho, acho de difícil efetivação. E mais preocupante ainda: por exemplo, a área de formação de aprendizagem profissional hoje, no Ministério do Trabalho, está praticamente desestruturada. O Conselho Nacional de Aprendizagem Profissional já não se reúne há muito tempo, a diretoria que cuidava da educação profissional foi toda, digamos assim, desestruturada.

Então, não é à toa que os resultados, inclusive da própria Lei da Aprendizagem, têm sido tão pífios.

Assim, embora a gente esteja fazendo aqui um apelo muito importante, apresentando uma das grandes possibilidades de inserção dos jovens do ensino médio para a aprendizagem profissional, é necessário regular esses mecanismos, essa interação. Ou seja, como vai ser a interação do Ministério do Trabalho com o Ministério da Educação?

Eu acho que foi um avanço muito importante que o Pronatec tenha retirado do Ministério do Trabalho a qualificação profissional. Deu aos cursos de qualificação profissional um padrão, quer dizer, o grosso dos cursos de educação profissional, que antes eram realizados por ONGs, entidades com muito pouca qualificação, foram realizados, *grosso modo*, pelo Sistema S e pelos institutos federais.

Por fim, eu acho que tudo isso desemboca, e é uma grande discussão que a gente precisa fazer, na educação profissional. Eu advogo a ideia de que nós precisamos ter um sistema de educação profissional mais aberto. Já apresentei, inclusive, essa proposta aqui na Frente Parlamentar Mista da Educação, que é presidida pelo Deputado Canziani, onde nós temos estruturas extremamente importantes, como essa que a Profª Claudia apresentou, que foi construída nos últimos anos, a estrutura do Sistema S, que vem lá dos anos 40, quer



dizer, há uma capilaridade hoje instalada no País que já chega a algo em torno de 15% a 20% dos Municípios brasileiros. Então, é importante que essas estruturas possam se articular com essa dimensão da educação.

Eu acho que nós demos passos extremamente importantes, inclusive, penso que até mais ousados do que os que o mundo estava dando, por exemplo, na expansão dos institutos federais. O mundo todo está migrando para um sistema de parceria público-privada ou complementando ações como essas que eu falei, inspiradas no sistema dual alemão. Nós aqui expandimos uma esfera, uma área dos institutos federais com investimento público, mas é importante dar alguma efetividade a essas ações, inclusive fazer com que mesmo nos institutos federais nós possamos ter essa conexão com o mundo real.

O Brasil sediou, ano passado, a maior conferência, a maior olimpíada de conhecimento, a World Skills, e ganhou todas as medalhas – todas elas foram ganhas pelo Senai. Este ano nós tivemos aqui em Brasília, na semana passada, a Olimpíada do Conhecimento, uma belíssima olimpíada, próximo ao Mané Garrincha, em que, novamente, estava o Senai e, timidamente ainda, os institutos federais, que estão começando a aparecer. Então, essa tradição que o Brasil desenvolveu com o Sistema S e, agora, com os institutos federais precisa se conectar em um feixe de informações e oferecer aos jovens as oportunidades de que eles necessitam.

Além disso, a mudança importante do ensino médio eu acho que traz à tona algumas questões que nós não resolvemos no passado. Só para finalizar, cito como exemplo que, na questão do artigo que trata do chamado notório saber, todos os países têm experiências de profissionais que ministram aulas no sistema profissional. No entanto, é exigido desses profissionais que eles passem por um processo de qualificação, tenham uma licenciatura, um período determinado, como, aliás, nós já temos na nossa legislação. Nós temos um parecer, inclusive, do Conselho Nacional de Educação que define para esses profissionais que não têm a licenciatura adequada uma possibilidade de realizarem uma licenciatura. Então, digo que para o sistema de educação profissional é muito importante contar com alguém que conheça o metiê. No entanto, ele precisa se adequar ao mundo da educação e, nesse particular, acho que é importante fazer com que esses profissionais que estão sendo permitidos pela medida provisória possam ser submetidos a um processo de qualificação para serem equiparados aos professores dos sistemas de ensino.

Bom, é isso.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Prof. Remi e passo imediatamente ao Prof. Frederico Amâncio, que é Secretário de Educação de Pernambuco e também Presidente do Consed.

O SR. FREDERICO AMÂNCIO – Boa tarde a todas e a todos!

Cumprimento o nosso Presidente da Comissão, Deputado Izalci; o Relator, Senador Pedro Chaves; os demais componentes da Mesa: a Secretária de Educação da Bahia; o colega Walter Pinheiro, colega nordestino; o Prof. Remi; a Prof. Claudia. Aproveito para registrar para a Prof. Claudia, com muito orgulho, que fiz ensino médio no IF de Pernambuco, antiga Escola Técnica Federal, então, tenho muito boas recordações do período que estudei no IF, onde tive a oportunidade de fazer meu ensino médio. Enfim, gostaria de agradecer a presença, cumprimentar todos os presentes, representações as mais diversas, de diversas áreas, professores, estudantes, e os demais Parlamentares presentes. Estou vendo, por uma feliz coincidência, dois dos nossos Parlamentares, Deputado Danilo Cabral, do meu Estado, Pernambuco, ex-Secretário de Educação, e também o Deputado Thiago Peixoto, também ex-Secretário de Educação, só que do Estado de Goiás. Então, quero dizer que é uma honra estar aqui, podendo falar um pouco sobre esse trabalho, sobre essa discussão acerca do novo ensino médio.

Hoje venho, Deputado Izalci, praticamente com duas missões: falar em nome do meu próprio Estado, como Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, e, mais recentemente, nas últimas três semanas, assumi a Presidência do Conselho Nacional de Secretários de Educação, então, também trago um pouco da mensagem e da visão do Conselho Nacional de Secretários de Educação. E é por aí que eu começo, falando da visão do Conselho Nacional de Secretários de Educação.

Essa discussão sobre o ensino médio não é uma discussão recente no Brasil. Eu diria que logo após a LDB já existe um debate que vem acontecendo nos últimos anos. Essa é uma discussão que vem associada àquela sobre o ensino médio, que ocorre no mundo todo, e eu diria que foi intensificada fortemente nos últimos dez anos. Não só no Brasil, mas em todos os países do mundo se discute a reforma do ensino médio. Talvez a grande diferença entre o Brasil e os demais países é que os demais já avançaram nesse processo, mas o Brasil não conseguiu avançar.

Temos uma discussão acumulada – inclusive houve avanços importantes do ponto de vista de diálogo – que ocorreu aqui nesta Casa por ocasião dos diversos projetos de lei, mais fortemente do Projeto de Lei 6.840, que já vinha sendo encaminhado aqui dentro. Mas eu gostaria de destacar, talvez, a maior discussão na área de educação que já ocorreu neste País em toda a sua história, que foram as recentes conferências nacionais



de educação. Do conjunto dessas discussões, resultou o maior documento, talvez, já construído neste País, com muita participação, que foi o Plano Nacional de Educação. E eu acho sempre importante, em qualquer discussão que ocorra sobre educação no País, a gente fazer referência às diretrizes, às metas, às estratégias estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação.

Outro aspecto importante a ser destacado é que o Consed não só vem participando dessas discussões ocorridas nos últimos anos, fortemente, inclusive nas discussões que envolvem o Projeto de Lei nº 6.840, em várias oportunidades, não só dentro desta Casa, mas, por exemplo, de discussões com o Deputado Reginaldo Lopes, que é autor da proposta, para a gente avançar, inclusive, na construção de um substitutivo.

Outro aspecto que eu gostaria de destacar em nome do Consed é que essa discussão sobre o novo ensino médio não surgiu nos últimos três meses. Essa linha, que eu costumo dizer que são os eixos estratégicos dessa proposta, vem sendo defendida pelo Consed desde o ano passado, quando o conselho intensificou essa discussão e debateu não só com o atual Governo, mas com o governo anterior os eixos principais dessa proposta. Então, acho que esse é um aspecto importante a ser considerado quando se fala sobre essa matéria. É claro que toda e qualquer discussão na área da educação e que avanços na área da educação, especialmente quando se trata de ofertar mais oportunidades para os nossos estudantes, não podem estar dissociados da discussão sobre financiamento. E este é sempre um ponto muito importante, como foi destacado já pelos demais expositores, quando a gente discute: oferecer novas oportunidades com relação ao ensino médio.

Entrando exatamente nessa discussão, por que é tão importante discutir essa reforma do ensino médio? Primeiro, do ponto de vista de resultados, realmente, quando analisamos os dados, sejam do Enem e, mais recentemente, do Ideb – e podemos falar do Enem e também dos resultados do País no Pisa, o Brasil ocupa sempre as últimas colocações no resultado do Pisa, que é o exame internacional na área de educação –, vemos que o Ideb do País está estagnado desde 2011. De uma forma geral, o Brasil não tem avançado nos resultados do ensino médio. E um ponto de preocupação muito grande em que a gente sabe o quanto precisa avançar é no que diz respeito à educação no nosso País. E estou falando dos mais diferentes aspectos, porque não existe uma solução mágica para a gente resolver, ampliar e melhorar a qualidade da nossa educação. Temos de avançar em diversos aspectos: na melhoria da infraestrutura das nossas escolas, na questão do financiamento da educação, na valorização dos nossos professores, na formação dos nossos professores, mas também a questão do currículo é um aspecto importante.

Todos os países do mundo que deram saltos expressivos de melhoria da educação, especialmente no ensino médio, passaram, sim, por um processo de discussão e de reformulação da estrutura do ensino médio. Até países extremamente tradicionais, como os asiáticos: Japão, China, Coreia – estive recentemente na China conhecendo sistema de diversas províncias da China –, avançaram no sentido de flexibilização do currículo do ensino médio, porque não é apenas o resultado o ponto de preocupação; é que, no olhar da maior parte dos jovens do nosso País, a partir de diversos estudos, de diversas pesquisas, a gente não está conseguindo despertar o interesse dos nossos jovens para o ensino médio. Por isso muitos abandonam o ensino médio.

A taxa de abandono escolar no ensino médio é muito alta no País. Temos dois problemas a serem enfrentados: o abandono escolar e a evasão escolar. Então, há, sim, uma série de aspectos.

Voltando à questão dos resultados, há um ponto extremamente importante: é que não são apenas os resultados das escolas públicas que não têm melhorado, os resultados das escolas particulares também não têm melhorado no País. No meu Estado, inclusive, os resultados das escolas públicas estão até melhorando, mas os resultados das escolas particulares estão piorando. Isso está se refletindo, inclusive, nos resultados do Enem. Enfim, esse é um ponto de grande preocupação.

Eu já falei da questão dos desempenhos que a gente vem observando, que não tem havido grandes avanços nas proficiências, mas acho que o Brasil tem, sim, um ponto importante de avanço nos últimos anos, que é a questão do acesso. A gente tem avançado, sim, do ponto de vista de uma maior oferta de acesso para os nossos estudantes. Entretanto, temos ainda alguns aspectos importantes. Temos 1,7 milhão de jovens que estão em idade de estar no ensino médio, mas que estão fora de sala de aula. Esse é um ponto extremamente importante, e é reflexo também do pouco interesse dos estudantes em seguir adiante no ensino médio. Isso ocorre não só por uma questão de oportunidade, mas também porque muitas vezes eles não sentem o dia a dia da escola conectado com os interesses deles – a questão da atratividade – e com a possibilidade de eles desenvolverem o seu próprio conhecimento. Esse é um ponto extremamente importante que a gente observa conversando com todos os nossos estudantes – eu conversei até com a minha filha, que é estudante do ensino médio.

Apenas 18% dos jovens de 18 a 24 anos ingressam no ensino superior. Esse é um ponto importante a ser considerado quando vamos tratar de outros aspectos relativos ao ensino médio. E o Consed tem uma forte preocupação de centrar a nossa discussão não especificamente, Srs. Parlamentares, apenas na questão da



atual medida provisória, mas nas discussões que temos acumulado nos últimos anos com relação à importância da reformulação do ensino médio. Um ponto importante é que apenas 18% dos nossos jovens ingressam no ensino superior, infelizmente, e menos de 10% têm acesso à formação profissional.

Eu sou de um Estado onde, felizmente, conseguimos ampliar muito a rede de formação profissional. O Estado de Pernambuco é um dos Estados que tem uma das maiores redes de escolas técnicas estaduais, além das unidades federais. Nós temos hoje 35 escolas técnicas estaduais, todas atuando no modelo técnico integrado, para fortalecer o processo de formação do jovem, não só sob o aspecto propedêutico, das disciplinas, dos componentes curriculares tradicionais, mas também sob o aspecto da formação profissional. Mas, na prática, o acesso ainda é muito pequeno – a maior parte dos países do mundo têm números da ordem de 40%, 50% e não são só países ricos. Esse é um ponto importante.

Esse modelo atual, com 13 disciplinas obrigatórias para todos os estudantes, é um modelo que só existe no Brasil. Já está provado – estudos não apenas do Brasil, mas de todo o mundo mostram – que esse modelo com 13 disciplinas, com conteúdo extremamente extenso, faz com que os nossos estudantes, de modo geral, tenham acesso a diversos conteúdos, mas um acesso muito superficial. Então, eles têm acesso a muita informação e conhecem muito pouco.

E o principal motivo disso é tempo, além, claro, das questões que envolvem estrutura, qualidade e tudo mais. Por isso é que me reporto sempre ao fato de que o nosso problema não se resume à escola pública, ele também envolve a escola privada. O tempo não comporta a gente ter um conteúdo tão extenso. Por isso, a maior parte dos países avançaram sob essa visão do aprofundamento do conhecimento, do aprendizado, e também da oferta para fortalecer o interesse dos próprios estudantes – avançando para trajetórias, para ênfases, para matérias eletivas. Praticamente todos os países do mundo têm isso, apenas os nossos jovens do Brasil não têm acesso a essa possibilidade.

E nós acreditamos que os nossos jovens têm, sim, capacidade de fazer opções, de fazer escolhas, de assumir seu próprio protagonismo e tomar as decisões sobre os seus destinos. Se nós acreditamos que os jovens, aos 16 anos, têm condições de escolher o Presidente do nosso País, de se posicionar sobre os mais diversos aspectos em questões políticas, então eles também têm condições de tomar decisões sobre o seu futuro e fazer as suas escolhas para fortalecer, inclusive, o seu próprio interesse. E a gente acredita que, observando isso, pode contribuir fortemente para a redução do abandono escolar.

Então, o modelo do ensino médio precisa mudar. É chegada a hora de a gente iniciar o processo de mudança. Existe fórmula mágica? Não existe fórmula mágica, é o início de um processo, que deve ter, sim – e o Consed defende isso veementemente –, como o centro de todas as discussões, a Base Nacional Comum Curricular, que é a nossa oportunidade de avançar, não só no que diz respeito ao ensino médio – porque essa discussão também é muito importante nas discussões que envolvem o ensino fundamental do País –, mas aos seus mais diversos aspectos, para que a gente possa, efetivamente, dar passos para avançar na melhoria da qualidade da educação.

Mas, voltando à nossa discussão sobre o ensino médio, há um ponto extremamente importante. É que este País, não apenas o Congresso, estabeleceu quais são as suas grandes diretrizes para a área de educação. Essa decisão, a partir de um amplo debate – e não há como questionar que a construção do Plano Nacional de Educação foi o maior debate que já ocorreu neste País na área de educação – traz uma visão de todos os envolvidos, porque veio das conferências municipais, das conferências estaduais, das conferências nacionais e das discussões aqui no Congresso para a construção do Plano Nacional de Educação – a gente sempre gosta de fazer essa grande referência ao Plano Nacional de Educação.

E, na nossa visão, quais são seus grandes eixos? Nós temos – e eu já tive oportunidade de conversar com diversos Deputados sobre isso –, dentro da proposta, itens que entendemos que podem ser aprimorados. Porém, há eixos estratégicos da proposta que são extremamente relevantes e que compõem toda e qualquer discussão que já tenha ocorrido sobre o ensino médio no País até hoje e, coincidentemente, também envolvem discussões que ocorreram em outros países.

Primeiro: flexibilização do currículo – a gente precisa avançar nisso. E gostaria de lembrar que isso não é apenas uma questão de vontade da atual proposta, é meta, é estratégia estabelecida no Plano Nacional de Educação. Então, o Plano Nacional de Educação estabelece que nós devemos, sim, avançar para a flexibilização do currículo. Então, não é uma discussão que está surgindo agora, não é uma discussão que ocorreu apenas nesta Casa, mas uma discussão que ocorreu em todo o País.

Outro aspecto importante: educação integral, com expansão progressiva para o ensino em tempo integral. Vou trazer um pouco da visão do nosso Estado de Pernambuco, já que lá aconteceu a primeira grande experiência do Brasil de educação em tempo integral. Isso nasceu no Estado de Pernambuco, nós fomos o primeiro Estado do Brasil a implantar a educação em tempo integral. A nossa experiência é do ano de 2004,



temos 12 anos de experiência acumulada. Hoje, Deputados, o Estado de Pernambuco tem a maior rede de escolas em tempo integral do Brasil: nós temos 43% das nossas escolas de ensino médio como escolas em tempo integral, estamos em todos os Municípios do Estado de Pernambuco. E hoje o pedido da sociedade é que a gente retome o processo de ampliação – trata-se de ampliar a oferta, não de estabelecer como o único modelo, mas ampliar a oferta.

Na realidade, para o ensino médio – e aí vai um ponto importante –, o que nós temos aqui no Brasil é uma educação parcial.

Em praticamente todos os países do mundo, e não apenas nos países ricos... Se a gente for aqui... Os estudantes de ensino médio em países que são vizinhos nossos, da América Latina, têm mais do que 4 horas, a maior parte deles tem no mínimo 6 ou 7 horas de formação, exatamente para permitir uma formação mais ampla nessa fase. O Brasil é o único país do mundo onde ao estudante do ensino médio só são oferecidas 4 horas de estudo, em sua maioria. Então, a educação em tempo integral é um aspecto importante. Isso ajudou muito o Estado de Pernambuco a avançar na melhoria dos resultados do ensino médio.

O desempenho das nossas escolas em tempo integral é muito superior ao desempenho das nossas escolas regulares. O Estado de Pernambuco tem muito orgulho de ter avançado nesse sentido – e somos um Estado pobre da Região Nordeste! Nós avançamos. Nós éramos, em 2007, o 21º lugar do País nos *ranking* do Ideb para o ensino médio. No Ideb divulgado este ano, relativo a 2015, o Estado de Pernambuco chegou ao 1º lugar no Brasil, empatado com o Estado de São Paulo. Nós somos o único Estado com IDH baixo que tem resultado bom na área da educação, na área do ensino médio. E há o desempenho, que é o melhor desempenho do Brasil. É uma nota 3,9, é um desempenho ruim – a gente precisa deixar bem claro isso, o quanto o Brasil ainda precisa avançar –, mas hoje é o melhor desempenho do Brasil. Mas a nota média de desempenho das nossas escolas em tempo integral – como eu disse, são hoje 335, 43% das escolas – é 4,8. Então, é um desempenho muito superior.

E aqui vou lembrar um ponto de atenção que a Profª Claudia citou. Não se trata apenas de expansão do tempo, trata-se da possibilidade – por isso é que a gente destaca – da oferta de uma formação integral, de a gente ter a possibilidade de, em sala de aula, trabalhar os conteúdos, por exemplo, de Química – a Profª Claudia é da área de Química –, e ter a possibilidade não apenas de fazer um trabalho no laboratório de fortalecimento desse aprendizado, mas também ter um tempo para que os estudantes possam desenvolver projetos, porque isso, sim, começa a conectar o estudante com a realidade e amplia o interesse dos estudantes, algo que é muito importante para seu processo de formação.

Novamente lembro o Plano Nacional de Educação: ampliar a rede de escolas em tempo integral não é apenas uma questão que discutimos agora, dentro de medida provisória aqui no Congresso, mas uma determinação do Plano Nacional de Educação. A Meta 6 estabelece que, até 2024, 50% das escolas deste País têm que ser escolas em tempo integral, e que teremos que ter 25% das matrículas. Então, é hoje algo estabelecido pelo Plano Nacional de Educação.

Outro aspecto importante é uma maior articulação com a educação profissional. Acho que as falas do Prof. Remi e da Profª Claudia foram perfeitas ao ressaltarem a importância de nós avançarmos nesse processo para oferecer mais oportunidades para os nossos estudantes. Se todos atentaram para os números que mencionei no início, lembram que 18% dos estudantes vão ingressar no ensino superior e apenas pouco menos de 10%, cerca de 9%, têm acesso à formação profissional. Como nós estamos preparando, que oportunidades nós estamos dando para mais de 70% dos estudantes? A gente precisa dar estas oportunidades: oportunidade de terem uma formação profissional e oportunidade, sim, de acessarem o ensino superior. Mas, talvez, esse passo, com essa proposta que envolve a formação profissional, seja um passo importante para que a gente possa dar mais oportunidades, não apenas no que diz respeito ao mercado profissional, mas à vida dos nossos estudantes, algo em que os outros países do mundo já avançaram muito.

Novamente, a educação profissional está na Meta 3 e também está na Meta 11. Temos que ampliar a oferta de formação profissional. Teremos que triplicar as matrículas e mais do que dobrar o volume de escolas de formação profissional nos próximos anos – isso também é meta do Plano Nacional de Educação.

Há algo que, na minha opinião, é extremamente importante para obter não só a melhoria da qualidade do aprendizado, mas também para ampliar o interesse dos estudantes, reduzir o abandono escolar e reduzir a evasão escolar no País. Precisamos trabalhar insistentemente para tornar o nosso ensino médio mais atrativo para o estudante. Então, devemos sempre ter o olhar de que o foco deve estar no estudante, porque nós acreditamos na importância do seu protagonismo para construir o seu projeto de vida. Que ele possa construir, dentro da escola, o seu projeto de vida, isso é algo extremamente importante.

E precisamos também fortalecer os sistemas de ensino. Nós somos uma federação. Quem é responsável pelas escolas do fundamental? São Estados e Municípios. Pelo ensino médio, em que pese a rede federal, os



responsáveis são, basicamente, os Estados. Então, na prática, essa discussão tem que estar fortemente centrada na construção dos currículos, inclusive adequados às realidades locais, a partir de seus sistemas de ensino. Acho que a atual discussão sobre o novo ensino médio é importante na construção dos currículos que considerem as características de cada região.

(Soa a campanha.)

O SR. FREDERICO AMÂNCIO – Outro ponto que nós julgamos interessante na proposta: é que nenhuma escola é obrigada a mudar seu currículo integralmente. É importante criarmos um processo de construção fortemente centrado na aprovação, que é o ponto seguinte da Base Nacional Comum Curricular. Nós defendemos que não pode – o texto diz isso hoje, mas fortaleço essa ideia – ter início a implantação de um novo ensino médio sem nós avançarmos a partir da Base Nacional Comum Curricular. E preciso destacar aqui que isso também é meta do Plano Nacional de Educação: está na Meta 3, está na Meta 1, está na Meta 2, está presente praticamente em todas as metas a Base Nacional Comum Curricular. Isso é importante para que possamos partir para desenhos nas redes estaduais. Aí, sim, é superimportante não só neste momento, porque esta é só uma primeira etapa – aprovar no âmbito do Congresso Nacional é uma primeira etapa –, porque o texto estabelece que a construção dos currículos vai se dar no âmbito dos sistemas das redes de ensino estaduais – no caso do ensino médio. Então, a gente precisa, sim, fortalecer e ampliar o diálogo, com consultas à comunidade escolar, discutindo com estudantes, professores e universidades esse processo de implantação. Essa é só a primeira etapa, isso ainda terá desdobramentos ao longo dos próximos anos, mas é importante iniciarmos esse processo de mudança.

Novamente: a Base Nacional precisa ser vista como algo importante. O texto estabelece que a implantação só se vai dar a partir do segundo ano de implantação da Base, porque ela vai dar uma grande diretriz nacional. Este é um problema grave que existe no País: hoje, quem constrói currículo – é o que muitas vezes se diz – são os conselhos estaduais, o Conselho Nacional, é o Congresso. Não é verdade, porque quem está construindo currículo hoje é o Enem. Então, hoje, os nossos estudantes estão sendo preparados não para a sua formação como um todo, eles estão sendo preparados para o Enem. A gente tem que avançar com um sistema em que a Base estabeleça o que é importante do ponto de vista de objetivo de aprendizagem, de habilidades e de competências para os nossos estudantes, e os sistemas de avaliação é que devem se adequar ao que estabelece a Base Nacional. Aí, sim, vamos poder ter avanços importantes.

Por fim, já encerrando – já falei esses detalhes –, há passos importantes que vão além do processo de discussão aqui no Congresso, seja no âmbito da medida provisória, seja no âmbito do projeto de lei. Eu acho que, num caminho ou no outro, é muito importante a gente avançar nas discussões aqui no Congresso Nacional. Esse avanço é rápido e deve ser iniciado de imediato.

Realizar seminários. Devemos, sim, investir nos próximos meses em continuar realizando seminários. Se não mais aqui, no âmbito do Congresso Nacional, no âmbito dos Estados e nas mais diversas esferas, envolvendo gestores, estudantes e professores, porque educação não ocorre apenas por decreto ou por lei, essa é apenas a primeira etapa do processo. Na prática, ela acontece no chão da escola, então a gente vai precisar, sim, ampliar para que a gente alcance os resultados esperados.

A aprovação da Base é uma etapa importante, são importantes as discussões que estão ocorrendo no Conselho Nacional de Educação sobre a Base Nacional. Depois vem a adequação dos currículos, porque, com a aprovação no âmbito do Congresso, a etapa seguinte envolve as discussões que vão ocorrer nos Estados e as aprovações no âmbito dos conselhos estaduais de educação. E, é claro, a gente tem que colocar isso sempre como centro, porque não existe educação sem os professores. A formação dos professores, a preparação dos nossos professores para essa nova etapa do ensino médio, é uma etapa extremamente importante.

Na nossa visão, essa é uma educação importante e precisamos avançar no âmbito do Congresso Nacional, mas ela é uma primeira etapa, que deve ser seguida por um conjunto importante de discussões. Gostaria de dizer que, tanto no âmbito do Plano Nacional quanto no âmbito dessas discussões sobre o ensino médio, ou sobre a implantação de escolas em tempo integral...

Sempre lembrando: as discussões sobre financiamento são muito importantes. A garantia dos entes federativos, especialmente Estados e Municípios, que são os responsáveis pela educação básica do ponto de vista de apoio no que diz respeito a financiamento, é muito importante, sob pena de termos uma lei com pouco conteúdo, com pouco resultado prático. Então, a discussão sobre o financiamento é uma discussão importante e deve permear toda esta matéria, mas, acima de tudo, é importante darmos passos, avançar, e é chegada a hora de efetivamente avançarmos para poder dar a oportunidade aos nossos estudantes de terem um ensino médio de melhor qualidade, sob os seus mais diversos aspectos, com um olhar para fortalecer o processo de aprendizagem e melhorar a educação em nosso País.



Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Peixoto. PSD - GO) – Muito obrigado ao Secretário Frederico.

Agora passo a palavra ao Secretário de Educação da Bahia, o Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO – Primeiro eu quero aqui parabenizar a nossa Comissão Mista – meu caro Senador Pedro Chaves – por conta da disposição de promover este bom debate sobre a educação.

Quero saudar aqui a Profª Claudia, o Prof. Remi, o Sr. Fred.

Até uma diferença, Fred: eu também fui de escola técnica, mas não sou professor. Apesar de ter ganhado a vida dando aulas de Matemática e de Física, não cheguei a obter a licenciatura para tal. Então, a partir não do notório saber, mas da experiência na minha profissão, Matemática e Física compuseram a base essencial para a minha atividade profissional e para a minha formação.

Quero começar tratando dessa questão, meu caro Thiago, chamando atenção para uma coisa que é muito importante. O que significou de mudança? Eu peguei um pouco da fala do Prof. Remi e do Fred quando falaram sobre as escolas técnicas. Na década de 70, Prof. Remi... No meu caso, na Bahia, só havia uma escola técnica. Na época era chamada até “escola do mingau”, porque a gente entrava pela manhã e saía à noite – o pessoal brincava muito com isso. Eu até tive outro fator preponderante: eu terminei casando quando estava no meio da escola técnica, e meu segundo filho nasceu quando eu estava saindo.

Portanto, eu tive que ganhar a vida dentro da escola técnica e viver quase que o dia inteiro dentro da escola. Essa escola, essa oferta de educação profissional... À época, inclusive, o debate estabelecido era sobre a educação profissionalizante. Foi essa, inclusive, a mudança processada a partir da própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação – portanto, se dá outro conceito –, assim como a associação com o sistema nacional de aprendizagem no Brasil.

O Prof. Remi citou aqui a Colômbia. Eu tive oportunidade de conhecer lá o Sena, que tem uma vinculação com os ministérios, diferentemente do caso do Brasil, onde o Sistema S tem uma vinculação com a estrutura governamental a partir do financiamento e não a partir da política efetiva de educação. Essa é, talvez, a maior distorção nessa estrutura.

E aqui deixo claro: sou um árduo defensor da política... Tanto é que fiz um baita convênio com o Sistema S para a Bahia assim que cheguei, entendendo que o Sistema S avançou, e avançou absurdamente do ponto de vista das condições, porque fez um *link* associando o papel da indústria à educação e, principalmente, ao aspecto do desenvolvimento científico e tecnológico.

A gente tem uma grande experiência na Bahia, no Cimatec, que é hoje um dos maiores centros de pesquisas do Brasil. Houve um nível de associação entre o que é adotado nesse centro, o que é dispensado para a sala de aula e o que é colocado em prática no chão de fábrica, o que tem possibilitado o que o Remi chamava na sua fala de possibilidade de estágio, treinamento, visitas ou coisas parecidas, um conjunto de estudantes ir para uma unidade de produção. O Sistema S está fazendo isso de forma extremamente integrada, usando os novos mecanismos de disponibilidades para laboratórios. Diferentemente, Claudia – eu ouvi o Fred falar que você é da área de Química –, dos laboratórios de Química, os laboratórios nas outras áreas... Hoje nós estamos operando com laboratórios virtuais, o que, além de reduzir custos, elimina aquela barreira representada pelo fato de que eu só conseguia ter laboratórios efetivamente numa única sala de um colégio ou em poucos colégios distribuídos no Estado. Portanto, o primeiro desafio que temos trabalhado para vencer nessa área é romper esse paradigma.

Então, eu acho que a discussão na medida provisória tem essa boa prerrogativa, mesmo que partamos do princípio... O que veio antes? O que veio depois? Uma crítica que eu fazia – uma vez até conversei com a Senadora Fátima sobre isso – era a seguinte. Os efeitos da medida provisória, a conclusão da medida provisória... Essas coisas todas precisam se amparar na nossa Base Curricular. Isso é um elemento fundamental, porque a Base Curricular não nasceu a partir só do desejo de flexibilizar currículos nem de ajustar a escola a um novo tempo, mas a partir da coleta, a partir da ausculta, a partir do levantamento do que acontecia em cada canto do País. O que Pernambuco fez não necessariamente, mesmo sendo vizinho, daria tão certo na Bahia. O que a Bahia está fazendo, eu não sei se cabe *ipsis literis*, por exemplo, no Rio Grande do Sul. Boa parte do convênio, Claudia, que eu estou fazendo com o Sistema S... A base de produção desse conteúdo do Sistema S veio lá do Rio Grande do Sul. Uma parte expressiva a gente usa na Bahia, outra parte a gente achou que não dá para usar.

Mas é uma discussão em que você envolveu quem está na ponta, quem está recebendo esse conteúdo e quem está praticando. Então, esse é o primeiro desafio que eu acho que é importante termos em mente para saber como vamos adotar essa questão.

Por exemplo, essa história da linha do tempo determina tudo. Nós não estamos fazendo uma discussão que começou ontem, não começou em setembro, com a Medida Provisória. É uma discussão que tem todo um histórico e todo um acompanhamento dos mais precisos.



O Fred frisou muito bem: todas as metas que nós estamos discutindo agora estão no Plano Nacional de Educação. As diretrizes vieram inclusive da Lei de Diretrizes e Bases. O problema é que nós nos acostumamos a achar – e o defeito aqui agora é para dentro, é óbvio que estou falando comigo mesmo, defeito de Parlamentar, pois fui Deputado por quatro mandatos e Senador – que vamos escrever um Tratado de Tordesilhas, e não um conjunto de diretrizes. Nós nos acostumamos a fazer esse negócio de lei. E lei velha a gente rasga. O que não se rasga é cultura. Essa é a diferença.

Portanto, produzimos uma excelente lei para a educação, mas não conseguimos introduzir aspectos culturais do ponto de vista da absorção de novas técnicas e da necessidade inclusive de romper paradigmas locais e avançar no processo educativo. Então, esse é um outro parâmetro importante.

Esse percurso que o nosso amigo Reginaldo resolveu disparar, na realidade, o Reginaldo não estava inventando a pólvora, estava simplesmente tentando riscar o fósforo para tocar fogo no que não prestava e tentar inclusive voltar a estimular o que o Fred colocou aqui, até como quinto ponto, Fred, mas que eu queria chamar de primeiro ponto. O que nós precisamos fazer é reestimular o ensino médio. Essa que é a questão fundamental.

Como é que você faz isso? Como é que você trabalha isso? Essa é uma questão que a gente precisa tocar de volta.

Deixe-me dar um exemplo bem claro em relação a isso para que vocês entendam melhor. Na minha profissão, existe uma coisa que a gente chama de *middleware*, que é um integrador, um ligador, um processo em que trabalhamos para conseguir transformar algo que tem uma linguagem, Thiago, para dialogar com algo que tem outro tipo de linguagem e que está extremamente mais avançado. Esse comparativo eu faço com a educação. O ensino médio no Brasil é um *middleware* capaz de ligar a educação fundamental com o ensino superior. Essa é a tarefa do ensino médio. Ensino superior ou o mercado de trabalho. Portanto, essa é a grande tarefa do ensino médio. E olhe que tarefa.

Com todo respeito aos nossos prefeitos, Senadora Ana Amélia, mas a educação no ensino fundamental é uma tragédia no Brasil. Por isso temos brigado tanto aqui com o Senador Cristovam no sentido de que quem devia financiar o ensino fundamental era a União, para poder transformar essa questão. O menino chega no ensino médio às vezes combalido, quebrado. É aquela velha história: fraco em Matemática e em línguas. Já chega cambaleando em Língua Portuguesa. Outras línguas, consegue só embolar. E é a fase essencial, é exatamente a fase em que o HD está vazio. Portanto, é capaz de absorver, é capaz de tratar isso como uma outra linguagem, e aprende fácilímo.

Eu tenho seis netos. O mais novo tem dois, a mais velha tem quatro. Esses meninos fazem coisas do arco da velha. Hoje, o de dois com a de quatro conversam numa boa. E ainda vão fazendo coisas, colocando o HD deles para funcionar.

Tudo que chega ali eles repetem, acumulam e fazem avançar. Meu netinho de dois anos, de vez em quando, a mãe pergunta: “Como é isso em inglês?”, ele olha assim e dá uma improvisada. Como ele não sabe essa determinada palavra em inglês, ele mexe no sotaque e faz um “enrolation”.

Portanto, essa criatividade, essa usina na escola a gente está perdendo, porque a escola do ensino fundamental terminou tratando dessas coisas de forma sempre enquadrada.

Aos meninos que conseguem chegar na escola... Meu neto de dois anos está na escola desde fevereiro deste ano. Portanto, é diferente da maioria da população.

O Senador Arns, por exemplo, foi um dos que mais trabalharam na questão da chegada mais cedo à escola, na ampliação desse tempo para você colher, para você oportunizar. Isso tem a ver com toda a transformação para essa base. Agora, é óbvio que para eu conseguir depois recuperar ou aprimorar aquilo que veio do ensino fundamental e jogá-lo para uma etapa superior, tanto na educação profissional, já no mercado, como na universidade, eu preciso mexer, eu preciso sacudir.

Eu dizia aqui ao Fred que a gente tem que fazer uma reviravolta nesse negócio.

Quando o Governador me convidou, eu disse: “Governador, não sou do ramo. Eu não sou da educação. O senhor está me convidando por quê?”. Ele disse: “Eu estou lhe convidando por duas razões: para mexer na gestão, pois essa é a sua praia, e para você usar a outra parte, que é a sua profissão, a parte de ciência, tecnologia e inovação, para você meter isso na escola.” Eu disse: “Então, é preciso nomear um subsecretário que entenda do ramo, e eu vou cuidar de arrumar isso.”

A primeira coisa que temos que fazer é reestimular o ensino médio, tornar a escola algo agradável. Não é apenas o aspecto físico, mas o que a escola oferta.

Essa coisa, Remi, de você quebrar no meio, quebrar no meio no sentido de certificar o aluno, de entregar a ele um certificado em Ciências da Computação ou Artes, com noventa dias...

Nós estamos praticando isso com o Naomar, na Universidade Federal do Sul da Bahia. Um notório saber.



Sabem quem é que está indo para a sala de aula com notório saber na Universidade Federal do Sul da Bahia? O sujeito que fabrica barco lá em Valença, que dá *show* de bola em qualquer sujeito que manja de matemática e faz cálculo estrutural para poder calcular a estrutura de uma embarcação. Esse cara está dando aula aos meninos de Engenharia Naval. E dá aula de cálculo estrutural muito melhor do que eu, dez vezes, porque eu nunca fiz cálculo para barco nenhum.

Portanto, a forma de você mexer com isso tem a ver exatamente com essa mudança.

Vamos lá: flexibilizar o currículo. Nós temos que enxergar isso, meu caro Pedro. Como é que eu vou poder trabalhar isso agora, olhando a Base Nacional, aquilo que foi discutido, o que é que há lá? Como é que eu posso trabalhar com as competências que temos agora? Como é que eu posso mexer nisso?

Olhem o exemplo do K-12. Os Estados Unidos inclusive acabaram de colocar a gamificação como uma coisa quase obrigatória na estrutura.

Recentemente, Claudia, eu visitei uma escola chamada Escola Sadako, que é uma escola como os espanhóis chamam *escuela concertada*. Metade é rede pública, metade é rede privada. A escola é ótima, ótima. Vai do jardim de infância ao ensino médio. Eles usam tecnologia ao extremo. Eu cheguei na Sadako, foram os meninos que me apresentaram a escola, não foi o diretor. Foram os meninos. Em nenhum momento, o diretor me falou qual era o *software* que eles utilizavam nem que tipo de *tablet* nem coisa do gênero.

Isso tem que virar ferramenta na escola, e não diretriz. Diretriz da escola é conteúdo pedagógico. É essa a transformação. O restante você adota. E a escola tem esse tipo de flexibilidade.

Depois eu tive a oportunidade de conhecer outra escola, a Khan Academy. E, de novo, os meninos nos fizeram sentar e disseram: “Sentem-se aí para podermos dizer a vocês como é que estudamos aqui.” A primeira coisa que eles nos entregaram foi um papel com a agenda da semana. Nos espaços vagos nós tínhamos que inserir o que é que nós gostaríamos de fazer. Nos espaços preenchidos, vinham as matérias que nós chamamos de obrigatórias. Nos espaços vagos, portanto, os meninos começam a montar, a partir da sua aptidão, a partir do seu desejo, a partir da sua vocação e a partir das novas competências que podemos ofertar deste chamado século XXI na escola.

Alguém pode dizer: “Ah, mas isso não dá para fazer no Brasil!” Por que não? Qual é o problema? Quem disse que não dá? Dá, sim, para fazer. Nós estamos praticando coisas em escolas na Bahia em que não há acompanhamento da Secretaria nem de ninguém. É a usina de produção de conhecimento que gesta essas coisas.

Portanto, isso é algo fundamental para a gente começar a imaginar essa transformação. Ao invés de ficarmos apegados aqui a uma estrutura completamente fechada, temos que permitir exatamente que esse leque, essa abertura se processe. No tempo pós essa medida e no tempo entre, quando vai chegar a nossa base curricular e o próprio 2024, vamos experimentar, Fred. Vamos experimentar isso em cada canto deste País, para que a escola possa trabalhar essa expansão progressiva do tempo integral com outro conceito. O tempo integral tem que deixar de ser aquele tempo integral exclusivamente para garantir a alimentação de meio-dia para muita gente na escola. Era uma forma de prender. Ninguém prende menino com prego no pé na escola. Esqueça, isso não vai acontecer. Ou há atrativos ou não vamos conseguir fazer isso.

Nós ainda não conseguimos implantar tempo integral em tudo na Bahia. Mas, por exemplo, uma escola que tem as experiências separadas, o nosso Centro Juvenil, o CJCC, oferta, para qualquer menino da rede, coisas como robótica e realidade virtual. Os meninos estão estudando Matemática, Física e Geografia em simulador de voo. Os meninos estão aprendendo Física fabricando instrumento musical com acústica. Até já levaram o Carlinhos Brown para ver os meninos fabricando o atabaque de Carlinhos Brown não com couro de animal, Fátima, mas com saco de cimento. Deram um a Carlinhos Brown, e tem a mesma acústica.

Então, como é que você pega essa escola e permite que o menino circule por esse tempo integral e receba essa informação? Nós estamos introduzindo o audiovisual. Há, por exemplo, o Projeto Cinema na Escola. Nós vamos implantar as chamadas escolas culturais. Agora, o cinema só na escola, para apresentar como cinema, é pouco. O Cinema na Escola tem que ser o instrumento capaz de provocar essa meninada para produzir.

Uma das escolas da Bahia, o Central, uma das primeiras escolas do Brasil, é a escola onde estudou Glauber Rocha. E uma escola onde estudou o Glauber não vai ter um cinema? A escola onde estudou Glauber não vai ter menino produzindo filme?

Hoje, na Secretaria de Educação, todo evento feito por nós... O atual superintendente chegou em um evento nosso lá, com 300 experiências, e disse: “Pinheiro, você nos autoriza a contratar uma empresa para fazer a filmagem do evento?” Eu disse: “Está autorizado.” Ele foi lá, voltou e disse: “Mas você autorizou, me deu um telefone, eu liguei, e não tem nada a ver, não é empresa nenhuma. A gente não pode direcionar. Há três empresas aqui, Pinheiro.” Eu disse: “Eu lhe dei o telefone da escola. Você vai ligar e vai falar com os meninos lá do audiovisual. Essa meninada é que vai fazer o acompanhamento, essa meninada é que vai produzir, essa



meninada é que vai fazer depois todo o material do nosso evento.”

Casa de ferreiro, espeto de pau? Vamos começar por aqui.

E nós estamos incentivando, além disso, nessa mesma escola com audiovisual, com esse tipo de produção, a instalação de *startups*. Essa meninada monta a sua “startupzinha” ali e começa a trabalhar. Dessa experiência têm surgido diversas coisas fantásticas. Por exemplo, a utilização de arduíno para placa. Em uma escola em Salvador, os meninos chegaram à conclusão de que poderiam desenvolver, a partir dessas experiências, aplicativos para medir acidez de solo. Aí, uma menina no interior da Bahia, filha de trabalhadores rurais, não produziu nada para o campo, produziu um baita aplicativo e um *software* para orientar quem chega na sua cidade natal como se mover, como procurar as coisas e como chegar nos pontos turísticos.

Portanto, é essa a forma de mexer no conteúdo, de colocar as pessoas no tempo integral e de fazer o alinhamento de experiências que ocorrem no mundo inteiro.

Eu tive a oportunidade de conhecer agora as experiências na Finlândia, que começaram em 2003. Eles estão agora em um nível muito mais avançado. A Finlândia é deste tamanho, muito menor do que a Bahia, mas dá para a gente fazer as coisas. E é esse processo de início que a gente teria que trabalhar para começar.

Outra questão fundamental, que o Fred colocou muito bem aqui. Na sexta-feira, Fred, eu fui parabenizar uma turma de formandos no nosso Mtech.

(Soa a campainha.)

O SR. WALTER PINHEIRO – Cinco mil meninos formando no Mtech. Desejei a eles boa sorte e peguei todas as boas sortes que haviam sido desejadas no passado, de todos os governadores e secretários, que encerravam e diziam: “Espero que vocês não desistam, sejam persistentes.” Ô, cara pálida, no lugar aonde está chegando o meu Mtech, que é um sistema usando a distância, é porque o pessoal está na área remota. Para chegar ao ensino médio foi um sacrilégio, imagine quando é que esse cara vai ser persistente para chegar no ensino superior.

Aí eu perguntei ao pessoal: “Mas venha cá, eu não estou chegando com um ponto de satélite aí? Tenho todas as condições. Se chega com o Mtech, por que eu não posso chegar com o Unitech? Não falta mais nada.” “Falta o monitor.” O monitor é o mesmo. É a mesma figura. A figura está lá com o monitor, é só ligar, desligar e orientar. O conteúdo vem de outro lugar. Então, parem de desejar boa sorte aos meninos e coloquem boa sorte no caminho dos meninos.

Essa história do tempo do ensino médio é isso. Nós praticamos ensino médio em tempo integral em algumas escolas e na escola que têm ensino médio a gente vai lá e diz: “Não, por enquanto, aqui não dá.” Então, há uma tendência natural, Fred, e a gente está convivendo com isso, em que você chega a uma escola e encontra um menino que é de um bairro extremamente distante que procurou uma escola mais longe, porque nessa escola tem tempo integral, nessa escola tem atividade complementar, e na escola do bairro dele não tem. E eu estou falando de uma cidade como Salvador.

Portanto, se você não cria essa estrutura do ensino médio, Remi, como você colocou aí, ainda que você vá certificando, não vá colocando no tempo integral, mas você vai no passo a passo. Você vai transformando.

Se você vai colocando atividades complementares e vai certificando essa atividade, vai dando ao aluno, mesmo no ensino médio, uma certificação, você tende a ter uma demanda crescente e vai aumentar esse tempo de apresentação das oportunidades. O que você ganhará, em consequência, é a adesão da escola ao modelo e, efetivamente, uma resposta a uma demanda que estava incubada, que estava, eu diria até reprimida. Então, dá para fazer a transformação nesse espaço e nessa forma de trabalhar.

Outra coisa que o Fred abordou bem: são 13 matérias. Vamos trabalhar com esses pontos e ver o que se faz.

Há um professor na Bahia, extremamente revolucionário, chamado Nelson Pretto, da Faculdade de Educação da UFBA. Figuraça. Ele chegou para mim e disse: “Pinheiro, meu menino foi estudar nos Estados Unidos.” Estava preocupado porque o menino foi para uma High School. “Agora que esse moleque vai ficar meio enquadrado.” O menino ligou para ele e disse: “Meu pai, eu fiz uma escolha aqui de um negócio legal.” O Nelson Pretto perguntou: “O que foi?” Ele disse: “Vou fazer violão.” E o Nelson Pretto perguntou: “Na High School?” “Sim, na High School.”

Então, Artes, Educação Física, Sociologia, Filosofia... Eu convidei para ir a uma das grandes escolas de Salvador, um grande instituto, marcado por formar professores, a Orquestra Neojiba. A Orquestra Neojiba surgiu ainda no governo Jaques Wagner. Nós pegamos crianças da periferia, que hoje formam uma grande orquestra. E estou entregando o Iceia para ser a casa da Neojiba, porque o Iceia tem um grande teatro. Em contrapartida, eu quero levar a Neojiba para a sala de aula e também para a rua, para a população, pois nós temos que inserir essa arte.



Outro caso é o de uma escola nossa que fica perto do Teatro Castro Alves. Eu estou tentando convencer a Orquestra Sinfônica da Bahia para fazer de lá a sua casa. O Colégio Estadual Deputado Manoel Novaes, o velho Manoel Novaes. Estou chamando a Orquestra Sinfônica. A escola tem sala de música, fica junto da Escola de Música da UFBA. E não havia nenhuma integração entre a universidade e essas escolas. Nós temos que fazer isto no ensino: usar a música para o ensino da Matemática. Das Artes para o ensino da Matemática.

Há 30 dias, um menino da nossa rede ganhou um prêmio na Olimpíada Brasileira de Matemática. Um menino da educação especial. Ele criou a estória de um escritor que morava no interior de Minas e que viveu 105 anos. Através da produção literária desse escritor, o menino construiu o caminho lógico para ensinar Matemática. Não tem nada de fórmula. Só na base de literatura.

Portanto, é com essas coisas que vamos avançando, que vamos trabalhando.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO – Se essa organização curricular não levar em consideração as transformações do século XXI, nós vamos perder a oportunidade de, com base no que foi a grande discussão deste País, construir habilidades, competência e aprendizagem, que chegou na base curricular. Isso vai nos permitir, efetivamente, dar um salto considerável.

E eu quero trabalhar tanto em relação à educação profissional como em relação à continuidade dos estudos.

Eu fui da Escola Técnica. Eu fui aluno do pai de Raul Seixas. O velho Raul foi meu professor, professor de eletrônica, na década de 70.

O velho Raul era conservador que só, diferentemente do filho, Raul Seixas. Quem dá uma olhadinha nas letras do Raul vê que são todas bem avançadas, mas o velho...

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO – O velho tinha uma coisa muito interessante. Ele dizia: “Em eletrônica, você tem que aprender não pelo caminho do cálculo, mas pelo caminho do funcionamento, a manipulação. E você faz as escolhas, se quer começar pelo osciloscópio ou se quer começar por medidor de nível.” Deixava aberto e dizia: “No semestre, eu tenho que tocar em tudo isso. Cada um escolha, dentro do semestre,” – isso na educação profissional, na década de 70 – “o que se aproxima mais da sua aptidão e comece por isso. Ao final, nós temos que completar todos os itens, mas escolha com o que você se aproxima.”

Com relação à avaliação externa, eu acho que é importante a gente entender os processos seletivos e a própria questão da competência.

Uma preocupação, Fred, só para eu tentar concluir: o Enem. Eu espero que seja o contrário: que o Enem não influencie a Base Nacional Curricular, mas que a Base Nacional possa determinar o nosso Enem.

O reordenamento da nossa oferta eu acho que é fundamental. O notório saber já foi muito bem tratado aqui.

Ao encerrar, eu queria citar algo que tomamos como desafio. O desafio para março de 2017 na Bahia é o seguinte: não haverá uma escola nossa sem coordenador pedagógico. Chega dessa história de diretor de escola. A escola tem que ter um gestor que cuide da parte da escola, que tome conta do banheiro, que resolva as questões estruturais, mas toda escola tem que ter coordenador pedagógico. E esse coordenador pedagógico tem que ser o motivador, tem que ser o estimulador, tem que ser a pessoa de inovação, tem que ser a pessoa da transformação e tem que ser o ponto de encontro para a questão da formação, de que tanto falamos.

Nós estamos mudando a estrutura do nosso IAT (Instituto Anísio Teixeira).

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO – Eu não vou conseguir formar 40 mil professores na Bahia em um e talvez nem em dez anos, se fizermos quatro mil por ano, mas se adotarmos um sistema de formação por cada escola, será mais fácil fazer promover a formação de 70 professores do que de 40 mil. Nós dividimos a Bahia em 27 territórios. São 2,1 mil prédios nos 27 territórios da Bahia. A nossa proposta é mexer com esse inovador, com essa capacidade, ir pegando as transformações que estão apontadas e tentar fazer a revolução a partir da sala de aula, com o envolvimento de estudantes, professores e servidores, obviamente, fazendo esse caldeirão de debate, como o Fred falou aqui, de lá para cá, e não daqui para lá. A esta Casa compete traçar exatamente caminhos e diretrizes. Na ponta é que vamos caminhar com conteúdo e com as soluções para, de uma vez por todas, darmos uma sacudida no ensino médio no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Peixoto. PSD - GO) – Grato, Senador. Obrigado.



Agora nós vamos conceder a palavra aos Deputados aqui inscritos.

Eu queria pedir permissão ao Deputado Átila Lira e ao Deputado Danilo Cabral para conceder a palavra à Senadora Fátima Bezerra, que está participando da discussão da PEC 55 e pediu a preferência.

Então, com a palavra a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Deputado Thiago, quero agradecer ao Deputado Danilo e ao Deputado Átila, cumprimentar o Deputado Reginaldo e cumprimentar aqui os nossos convidados. Fico feliz com a presença de vocês, de Cláudia, de Remi... Aliás, os convidados de hoje foram objeto de requerimento de nossa autoria. Nós entendemos que a presença aqui dos secretários estaduais de educação, claro, é muito importante, assim como a dos demais atores.

Mas, Senador Pedro Chaves, primeiro quero aqui, formalmente, fazer chegar às mãos de V. Exª o relatório da audiência pública que o nosso mandato realizou na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte na última segunda-feira, fruto de requerimento aprovado aqui, na Comissão Especial da MP 746. Eu fiquei muito feliz, Senador Pedro Chaves, porque a audiência, apesar de ter sido realizada numa segunda-feira, às vésperas de um feriado, que era exatamente a terça-feira, 15, foi muito participativa, lotou o plenarinho da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. E foi muito representativa porque compareceram a Secretária de Educação, Profª Cláudia Santa Rosa; os representantes dos professores; Profª Fátima Cardoso, que representa os profissionais da educação básica; o Sinasefe; a associação dos docentes das universidades públicas de lá. Aliás, para o senhor ter uma ideia, todos os reitores de lá compareceram. Houve uma grande participação de estudantes. Aliás, a maior presença na audiência pública foi exatamente dos estudantes, bem como de demais entidades da sociedade civil.

Lá, Senador Pedro, na verdade o que eles colocam claramente, o resumo do debate, diga-se de passagem, por unanimidade, a crítica vai em duas direções. Primeiro, do ponto de vista do método, aquilo que já foi muito objeto de debate entre nós, pelo fato de eles – quando eu digo “eles”, digo todo mundo – entenderem que um tema dessa envergadura não deveria ser objeto de medida provisória, até porque algumas premissas que têm sido colocadas aqui não condizem com a verdade, entendeu, Walter? Por exemplo, dizer que esse debate faz 20 anos não é verdade. E mesmo que o fosse, educação é uma área que exige mesmo muito debate, e é importante e necessário que assim seja.

O próprio Projeto de Lei nº 6.840, de autoria do Deputado Reginaldo, é datado de 2013. Eu sempre gosto de lembrar que esse debate coincidiu também com outro debate muito importante, que foi a Lei nº 13.005, de 2014, que resultou no Plano Nacional de Educação. Foram quatro anos. O debate do PNE envolveu todos nós, até porque é uma agenda de caráter mais estruturante, mais global. Aliás, ela fala exatamente do ensino médio nas suas Metas 3, 6 e 7, inclusive nas suas estratégias. Por isso temos colocado aqui que as mudanças que precisam ser realizadas no ensino médio, antes de mais nada, têm que se ater ao que o Plano Nacional de Educação determina.

Depois, o Walter, Secretário de Educação da Bahia, tem destacado um ponto que nós achamos muito relevante, que é assunto também do PNE: a meta que diz respeito à Base Nacional Comum Curricular, que já deveria ter sido concluída neste ano de 2016. O próprio MEC já anunciou que só terá condições de definir a Base Nacional Comum Curricular em 2017.

Por isso eu volto aqui a repetir e concordo com a posição que foi tirada na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte. Essa MP é extemporânea, é equivocada, na forma e no conteúdo. No conteúdo, ela é equivocada porque, de um lado, há uma Base Nacional Comum Curricular ainda em definição. E por que o MEC, através dessa MP, Fred, se arvora em propor mudança curricular, dizer que a obrigatoriedade de Artes e de Educação Física agora é só do ensino fundamental e não será mais obrigação, por exemplo, do ensino médio?

Quem foi que disse que o problema, realmente, central do ensino médio é currículo, Fred? Quem disse isso? Ora, meus amigos e minhas amigas, se o problema do ensino médio fosse mudança curricular... Ah, se fosse isso! Não é, de maneira nenhuma! O grande problema que o ensino médio vem enfrentando, e não é de hoje, é de caráter estrutural. O que é caráter estrutural de que a gente está falando aqui? Começa na questão da realidade do magistério, que ganha 52% a menos do que os demais profissionais com formação equivalente; quando nós temos ainda, Danilo, 42% desse magistério sem formação adequada; um magistério, por exemplo, que não tem ainda carreira, jornada, política de formação inicial e continuada adequada.

O problema estrutural a que nos referimos, por exemplo, são as escolas. A maioria das escolas das redes estaduais do ensino médio pelo País afora é uma lástima! São poucas as redes estaduais que dispõem de um ambiente educacional adequado, como têm os institutos federais de educação profissional e tecnológica. Que ambiente adequado é esse? É laboratório, é biblioteca, são espaços adequados para desenvolvimento das atividades de educação física, de artes, etc.

Quanto à gestão da escola, o Walter aqui coloca um ponto que eu acho muito importante: não basta



apenas um diretor, é importante haver um coordenador pedagógico dentro dessa escola, para dar mais liga, para estar ali coordenando com os professores, com os demais especialistas da educação e com os estudantes. Essa gestão da escola, vamos aqui reconhecer, carece muito de uma renovação do ponto de vista do seu padrão. Ainda há pouca democracia nas escolas. As escolas precisam se abrir mais, não só para a própria comunidade educacional, lá dentro, mas para a comunidade que está ali, ao redor da escola, até porque a escola não é uma ilha.

Então eu diria, muito rapidamente, Deputado Thiago, que quando a gente diz que a MP tem conteúdo equivocado, um desses conteúdos é exatamente isto: é se arvorar em propor reforma no currículo quando esse currículo ainda está sendo objeto de definição.

E, mais do que isso, eu acho a proposição que o MEC está fazendo é totalmente equivocada, inclusive com essa escola, mais do que nunca, exigida pelo século XXI. É uma proposição totalmente equivocada porque desconstrói toda a concepção de educação que vem desde Anísio Teixeira, passa por Darcy Ribeiro, Paulo Freire e tantos outros. O que é a concepção de educação? A educação com inclusão, a educação democrática, com seu senso crítico, que prepara para o trabalho, mas prepara para o exercício da conquista plena da cidadania. Afinal de contas, é essa educação que é exigida de acordo com a própria Constituição Federal.

E, me desculpem, propor retirada de educação de Artes, Educação Física, Filosofia, Sociologia, isso vai aperfeiçoar o currículo do ensino médio? Não vai.

É bom aproveitar a presença dos secretários estaduais de educação. Vamos falar a verdade. Essa história de passar para os nossos jovens que eles agora terão liberdade de escolher, que o céu é o limite, que nos cinco itinerários formativos que a medida provisória defende os estudantes terão toda a liberdade? Ora, Deputado Átila, V. Ex^a, que foi secretário, inclusive do Nordeste, sabe que isso não será verdade. Tanto é que a própria MP estabelece que a escola terá a obrigatoriedade de oferecer um ou dois itinerários.

Isso também são aspectos que precisam ser evidenciados. Sabem por quê?

(Soa a campanha.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Porque essa MP não pode ser aprovada da maneira como ela está. Da maneira como ela está, eu sinto muito, não virá responder ao cenário de dificuldades que nós temos não só no ensino médio, mas também em outras etapas. Até porque quanto ao ensino médio, de responsabilidade, inclusive dos Estados, o que ficou revelado? Ficou revelada a própria incapacidade dos Estados do ponto de vista orçamentário, de dar conta de uma demanda dessas. Nós temos honrosas exceções. Educação em tempo integral, tudo bem, está no PNE, nós desejamos isso. Mas educação em tempo integral não é só dizer que, ao invés de quatro horas na escola, o menino vai passar sete horas. É preciso levar em consideração todo o contexto que precisa ser criado, as condições que precisam ser dadas, e isso se faz com orçamento.

Para finalizar, Senador Pedro Chaves, a nossa preocupação ainda, como se não bastasse tudo isso, é a PEC 55. Eu disse agora há pouco ali no debate: se é verdade que educação não será prejudicada, por que o Governo não tira a educação da PEC 55? Ora, não tira, porque o fato de o novo ajuste fiscal ter chegado lá via proposta de emenda à Constituição se justifica exatamente porque o alvo é educação e saúde, pelo quanto vai anular pelos próximos vinte anos a vinculação para saúde e educação. As projeções feitas são uma tragédia. Nós vamos, sem um piso mínimo, sair dos 18%, que é o mínimo obrigatório, no caso da União, para 13,1%. Essa história de dizer, Walter: “Não, mas a educação não será prejudicada porque o Fundeb foi excluído, porque o Fies, porque o Prouni...” Primeiro, o Prouni é uma isenção fiscal dada às universidades particulares. Essa PEC não mexe com isenção fiscal, porque a PEC não mexe com despesas financeiras.

O Fies é empréstimo, é crédito – eu vou concluir, Thiago – do sistema financeiro. O Fundeb é um fundo, a política de financiamento formada principalmente pelos Estados e Municípios, é uma repartição tributária.

Aliás, o que o Governo deveria estar fazendo era mandar uma proposta de emenda à Constituição aqui para prorrogar o Fundeb pelos próximos vinte anos, para dar segurança ao Pacto Federativo; mais do que isso, ampliar a participação financeira da União.

Então, meus caros secretários, vejam bem, a PEC 55, ao diminuir o orçamento para a educação drasticamente, como vai diminuir, fica aqui a seguinte reflexão, Fred: e como ficarão as parcerias do Governo Federal com vocês? O Proinfância foi bancado por quem? As creches? Foi dinheiro do Municípios? Não foi. Os Municípios não têm condições disso. Transporte escolar, livro didático, merenda escolar, programas de formação inicial e continuada? Então, este é um debate que nós temos que fazer.

Mas, Thiago, agradeço de coração ao Deputado Átila e ao Deputado Danilo, que me cederam a fala. Entrego o relatório nas mãos do Senador Pedro Chaves. Nesse relatório, Senador Pedro Chaves, também está acoplada uma carta que o Presidente da Associação de Língua Espanhola lá do meu Estado envia ao senhor, fazendo um apelo para que a questão da língua espanhola não seja prejudicada. Por que obrigatório só o in-



glês? Ele faz aqui um arrazoadado, colocando as razões pelas quais ele entende, e nós entendemos também, que a língua espanhola não tenha esse tratamento que está sendo dado, certo?

Peço licença a vocês porque eu vou voltar lá para o debate da PEC.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Peixoto. PSD - GO) – Agora, com a palavra o Deputado Átila Lira.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Sr. Presidente; senhores expositores; Sr. Relator, Senador Walter Pinheiro, agora Secretário de Educação da Bahia; Sr. Frederico Amâncio, Presidente do Consed; Prof. Remi Castioni; Claudia... O seu instituto é o de Pelotas ou é o geral?

A SRª CLAUDIA SCHIEDECK (*Fora do microfone.*) – ... Federal, com sede em Bento Gonçalves.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Três, exato. Privilégio.

Este debate é muito importante. É uma pena que a nossa querida Senadora não possa estar presente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Estou exatamente pedindo a compreensão porque o presente e o futuro da educação estão no plenário neste exato momento, agora, que é a PEC 55.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Mas na PEC não tem uma exceção para a educação, hein, Fátima? A PEC não excepcionaliza educação e saúde?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Infelizmente, não.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Não?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – De jeito nenhum.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Mas, menino! Eu tenho lido, leio e releio e vejo...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, infelizmente, não, Átila. Inclusive, neste debate lá, eu coloquei isso claramente. E veja bem: não há como a educação não ser impactada. As projeções feitas mostram claramente – o piso mínimo, que hoje é 18%, claro que vai ser extinto –, Deputado Danilo, que nós chegaremos a um investimento PIB *versus* educação de 13%. Por favor, o que isso significa na prática? Significa menos recursos, menos orçamento.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Nós estamos aqui para corrigir justamente isso. Aqui nós temos um pesquisador da UnB, uma operadora de escolas especiais e dois secretários. Nós estávamos precisando mesmo da presença dos senhores aqui, tendo em vista essa mudança toda em cima dos Estados, que vocês conhecem tão bem. Gostei de ver o Walter Pinheiro com a mão na massa lá no Estado que parece um país, que é a Bahia. É, a Bahia é um país.

Eu vejo, professor, a comparação com a Finlândia, com a Noruega e mesmo com a Coreia. É claro que um estudo comparativo ajuda para se ter novas ideias, mas não há dimensão de comparação de um país como o Brasil, de uma Bahia, com qualquer desses países. Acho admirável, meu caro Prof. Remi Castioni, estudar a situação desses Estados, sobretudo experiências em Estados como Pernambuco. Eu fui secretário no Piauí e sempre procurava acompanhar o que se estava fazendo em Pernambuco. Pena que o nosso governo foi curto, o deles foi de oito anos e eles conseguiram ter políticas contínuas e, hoje, Pernambuco tem 43% das escolas em tempo integral – e funcionando. Não é coisa para mostrar a visitas ocasionais, são 43% funcionando. É um processo continuado. O governo que assumiu está dando prosseguimento. Então, essa experiência dos Estados é fundamental.

Há um consenso entre todos aqui de que nós precisamos repaginar o ensino médio, porque a flexibilização é um princípio já incorporado em qualquer estudo, hoje, de dar uma nova formatação curricular. Nós temos debates já exaustivos no País. Não é possível que nós, com 60 universidades, não tenhamos na prateleira dessas universidades estudos já realizados sobre essa questão do ensino médio. Está aqui o nosso Presidente, que foi o Presidente da Comissão Especial de Reforma do Ensino Médio, que poderá também dar um depoimento.

Se a lei proposta pelo Governo precisa ser modificada, o nosso papel é esse. Não vamos naquela teoria de achar que nós temos que criar as condições ideais para avançar em mudanças neste País. Não há como. Eu sou produto disto, de um itinerário formativo, de uma experiência de uma universidade federal, ouviu, Remi?

Em 1968, a Universidade Federal de Minas Gerais fez os colégios de aplicação com itinerário formativo, em tempo integral, em três áreas: ciências sociais, ciências biológicas e ciências exatas, que é a matemática. Eu fui dessa época. Sabia que eu fui produto disso? Eu, como tinha vocação social, naquele tempo eu era até comunista, optei para ser economista da área social. Então, não vamos tratar desses estudos de itinerários formativos como se fossem algo desconhecido.

Vi a sua colocação a respeito da questão do notório saber. O notório saber, na área pública, é difícil de ser aplicado. Ele é muito visto preconceituosamente no magistério público. Onde deu certo o notório saber em educação profissional foi só no Sistema S. Nas escolas federais – eu fui secretário, professora, nessa área, no MEC –, não há a menor possibilidade de se trabalhar com notório saber. Mas a lei já está esclarecendo que o notório saber é na área da educação profissional.



Portanto, eu acho que essa é oportunidade que nós temos de reformar o que está escrito no projeto em lei e buscar aquilo que nós temos condições de definir um *time* de implantação. Fui secretário em Pernambuco, e todos nós sabemos que é impossível fazermos uma expansão de tempo integral, num período de crise como esse, com os recursos que o MEC colocou lá na medida provisória. Ninguém vai aderir a um projeto desses para ampliar a crise que os Estados estão enfrentando, bagunçar mais ainda os sistemas estaduais de ensino.

Estamos vivendo um momento em que podemos contribuir, mudar. O Walter Pinheiro é Senador, nós temos o Presidente do Sindicato dos Secretários Estaduais de Educação, tudo isso para, com o Relator, construirmos um projeto adequado para a uma reforma do ensino médio.

Eu sou autor do projeto sobre o ensino do espanhol, mas claro que tudo isso temos que ver. Não vamos estabelecer o inglês como monopólio de língua estrangeira. Essas coisas todas nós vamos discutir aqui. O ministro não tem nem o poder de mudar o que nós pensamos aqui. O que nós decidirmos aqui, no Congresso, é o que vai prevalecer.

O SR. PRESIDENTE (Thiago Peixoto. PSD - GO) – Obrigado, Deputado Átila Lira.

Agora, com a palavra o Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Boa tarde a todos. Quero cumprimentar o Presidente, Deputado Thiago Peixoto; cumprimentar o Senador Pedro Chaves; os palestrantes, Claudia e Remi; o Secretário Walter Pinheiro, o Senador, e o nosso querido amigo, o Secretário de Educação do Estado de Pernambuco, meu conterrâneo Fred Amâncio.

Eu vou ser muito breve, usar o pequeno expediente, Thiago. Quando eu vim para cá, não disseram que a gente tinha que ter o dom da onipresença. Neste exato momento, eu deveria estar na Comissão da Reforma Política, na comissão que trata das medidas anticorrupção. Há outra que está tratando de precatórios e temos que dar uma corrida para a reunião da Bancada do PSB, que vai começar agora às cinco horas; o Prêmio Darcy Ribeiro; sem falar o plenário, que está lá correndo também.

Mas, enfim, eu fiz questão de vir aqui hoje, primeiro em respeito a todos que falaram, em especial também ao nosso querido Secretário Fred Amâncio, para falar da nossa alegria de estar aqui com você hoje duplamente: primeiro, porque a presença de Pernambuco já era demandada aqui em várias reuniões.

Você já teve oportunidade também de participar de outras conversas, de outros diálogos como esse para relatar todo o histórico que Pernambuco teve, sobretudo nos últimos oito anos, de avanços, especialmente no ambiente do ensino médio, mostrando que, de fato, a gente conseguiu, lá, transformar esse que é o grande sonho de consumo da educação pública brasileira, a educação integral, em uma política pública. E os resultados, de fato, chegaram: levaram Pernambuco de 21º lugar no Ideb, em 2007, à condição de 1º lugar no último resultado deste segundo semestre. Então, como pernambucano, é uma satisfação estar aqui vendo Pernambuco apresentar esse trabalho. E também como Presidente do Consed, aproveitando também para, mais uma vez, parabenizá-lo, porque, como diz o Secretário Átila, era outra demanda que nós tínhamos aqui também, até de forma mais permanente, Fred, que o Consed e o próprio Ministério da Educação tivessem um acompanhamento se não de um Secretário, porque a gente sabe das demandas que cada um tem, mas de uma assessoria nesses debates aqui para que possa elevar essas contribuições também para o seio do Consed, porque, de fato, são os secretários de educação os principais demandantes de tudo o que vai acontecer aqui a partir deste debate que estamos fazendo sobre a reformulação do ensino médio. É lá que as coisas terão de acontecer.

Eu vou enxugar a minha fala para poder dar tempo de chegar ao outro lado. E queria começar pelo fim, pegando duas falas: a sua e a do Walter Pinheiro, que fez referência ao próprio PNE como uma excelente lei que esta Casa, de fato, aprovou no ano de 2014, depois do amplo debate que foi feito, envolvendo diversos atores da sociedade, chegando à formulação do PNE. As duas apresentações, tanto a de Fred como a de Walter, quando abordam a questão dos pontos positivos da lei, fiz questão até de anotar e fazer correlação com as metas, principalmente a questão da flexibilização do currículo, a questão da educação integral como política pública, a maior articulação com a educação profissional, o ensino médio atrativo, todas elas fazendo correlação com as metas, as Metas 6 e 3, o ensino médio no conjunto, e a própria definição da BNCC como presente em todas as metas, esse conceito – eu quero valorizar o Plano Nacional de Educação como grande instrumento orientador da política pública.

Acho que, pela primeira vez, a gente conseguiu construir um documento que aponta para um planejamento estratégico de longo prazo para tudo o que nós desejamos para a educação pública brasileira. A minha preocupação, e eu sei que tudo o que estamos discutindo, como foi dito aqui, está nessas metas, é que agora, recentemente – falei isso na última reunião, e o Senador Pedro Chaves estava aqui também –, saiu o relatório de acompanhamento do Plano Nacional de Educação e nenhuma meta do Plano Nacional de Educação foi cumprida, nenhuma.



E aí eu remeto àquilo que é a minha preocupação. O Átila, de vez em quando, me provoca: “Mas o que é que você tem contra a reforma do ensino médio?” Eu falo que não sou contra a reforma. Todos somos favoráveis. Desejamos um ensino médio que, de fato, responda àquilo que é um direito do cidadão, que garanta a qualidade, garanta o acesso, enfim, todos desejamos isso. Mas o fato é que, para que a gente opere essa transformação, se a gente não tiver o que foi previsto na Meta 20 do Plano Nacional de Educação, que diz respeito ao financiamento, repito, nós estaremos, daqui a um tempo, fazendo o mesmo balanço que foi feito no Plano Nacional de Educação e em nada foi cumprido.

Nós estamos aqui falando de um momento difícil do Brasil, quando a gente está transferindo responsabilidade para os entes federados, para os Estados, criando despesa. A União, através dessa proposta, está dizendo: “Só, no máximo, por quatro anos eu vou ajudar você e, depois, eu deixo uma conta com você para que você tome conta dessa iniciativa e a faça proliferar no seu Estado.” Essa é a preocupação. Basicamente – repito isto, tenho sido chato neste debate, mas vou insistir fundamentalmente nisto –, ou fazemos isso ou não vamos fazer absolutamente nada, absolutamente nada. O grande debate é: o financiamento dessas políticas – a Senadora Fátima saiu daqui agora para discutir a PEC 241, agora PEC 55 no Senado.

E queria até falar aqui do documento – aproveito a presença de Fred, Presidente do Consed agora – que relatei quando da discussão da 241, um documento que foi encaminhado pelo próprio Consed. E quando menciono que foi encaminhado pelo próprio Consed é porque eu acho que ele se abstrai de todo esse debate ideológico que muitas vezes existiu em torno das consequências da PEC 241, do que de fato vai acontecer. E algo que todo mundo queria saber era: vai tirar ou não vai tirar dinheiro das políticas públicas, em especial da educação? Havia relatórios e consultorias para todos os gostos, mas o fato é que o Consed – e aí o sindicato, como disse o meu Secretário Átila – fez uma provocação ao Ministério da Educação, formal, que foi encaminhada no dia 5 de outubro ao Ministro Mendonça Filho, mostrando a sua preocupação ao afirmar nesse documento que serão, com base nos relatórios anexados, retirados R\$120 bilhões da educação pública brasileira, e esperou – não sei se houve resposta – uma manifestação do Ministério da Educação sobre a verdade, a procedência ou não desse impacto.

Eu entendo que, de tudo o que tivemos de produção de documentos que circularam nesta Casa na discussão da 241, e certamente também na discussão da 55 no Senado, esse é o documento mais relevante, inclusive levando em consideração o que está sendo discutido aqui. Quando a gente fala em reforma do ensino médio, a gente está falando é que vocês, que vão operar... Eu tive também o orgulho de ser responsável, durante quatro anos, na primeira gestão do Governador Eduardo Campos, por esse ambiente da educação. Por isso, a gente sabe – aí o Secretário Fred Amâncio não falou, talvez, de forma tão explícita, o que seria uma contribuição necessária aqui – da conta que existe para poder transformar uma experiência que a gente tinha lá em Pernambuco, piloto, de apenas 13 escolas em tempo integral, numa política pública, evitando, como a gente constatou quando chegou à rede, que a gente tivesse alunos de primeira e segunda categoria nas redes públicas de ensino. Era esse o grande problema que a gente tinha na rede estadual de Pernambuco quando a gente assumiu a educação: alguns tinham tudo, outros não tinham nada.

Então, essa iniciativa, que é fundamental – nós defendemos essa iniciativa –, tem que ter o horizonte de uma política pública, senão nós estaremos segregando o ambiente da educação. E, para que isso ocorra, tem que ter dinheiro, e o dinheiro se encontra na União. E se encontra na União porque Estados e Municípios já vêm dando sua parcela de contribuição, como disse Fátima aqui, com o Fundeb. O Fundeb é cesta de impostos que saem da conta de Estados e Municípios. Agora, quem tem que complementar – essa é a palavra-chave, como conversamos hoje com o Deputado Reginaldo, que também tem uma proposta muito interessante a ser feita sobre isso –, sem onerar o Fundeb atual, é a União. Colocar na conta do Fundeb e dizer que o Fundeb está fora do teto... Nós vamos cobrir um santo e descobrir o outro! Se você aumentar dinheiro para o ensino médio, você vai ter que tirar de algum canto da cesta do Fundeb, vai ter que tirar do ensino fundamental, da creche, enfim, de algum canto você vai ter que tirar.

Você vai tirar ali ou do ensino fundamental, ou da creche, enfim, de algum canto você vai ter que tirar. Então, ou bota dinheiro novo...

(Soa a campanha.)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – E 1,5 bilhão, aqui está em um horizonte de quatro anos. O que vai acontecer?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – É pouco e nem garante a continuidade dessa política e nem um horizonte dela como uma política para todos. Essa é minha preocupação, e eu vou ficar insistindo aqui nessa



tese, fazendo, infelizmente, esse papel do chato, porque acho que essa é a minha tarefa aqui também. Mas que bom que a gente agora está junto.

Vou pedir licença. De fato, tenho que correr para três comissões ainda em que dar uma passada. Parabenizo todos os palestrantes pelas contribuições que deram a esse debate.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Passo, imediatamente, ao próximo inscrito, Deputado Thiago Peixoto.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Presidente, primeiro, eu queria reforçar o que tenho dito algumas vezes aqui nesta Comissão. De todas as mudanças que ocorrem hoje em nosso País – vivemos um momento de reformas em várias áreas –, não existe reforma mais importante do que essa, uma reforma que, de fato, cuida do nosso futuro.

Estou muito satisfeito, feliz com a participação hoje aqui dos secretários de Estados, do Consed. Cobrei isso aqui muitas vezes, pelo seguinte motivo: como eu fui secretário, sei que, no fim das contas, vai sobrar para os Estados. Vai sobrar a responsabilidade da rotina, do dia a dia e do financiamento, se não for alterado nada, para os Estados. Então, reforçando o que o Danilo disse, o que o Átila disse, é muito importante a participação de vocês hoje aqui conosco.

E queria reforçar somente isso, o que o Átila e o que o Danilo colocaram aqui há pouco. Eu concordo com o mérito da reforma, como eu disse aqui anteriormente, mas tenho muitas dúvidas sobre a capacidade de financiamento dessa mudança. E nós não podemos errar mais uma vez, como, por exemplo, quando esta Casa aprovou o piso nacional dos professores, que foi uma medida correta, mas não aprovou, vinculado a isso, o financiamento do piso nacional dos professores. Nós não podemos aprovar uma reforma do ensino médio sem um financiamento vinculado a isso.

Minha pergunta é simples: eu quero saber se os dois secretários que aqui hoje representam o Consed – há esse debate bastante amplo acontecendo – estão confortáveis com a situação de financiamento proposta pela medida provisória. Vocês acham viável estabelecer essas metas, essas medidas com o financiamento que está colocado à disposição? Só isso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado Thiago.

Próximo, Deputado Wilson Filho. *(Pausa.)*

Deputada Dorinha.

(Intervenção fora do microfone.)

O Deputado Reginaldo está aqui como se tivesse falado, mas, antes, Dorinha.

Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente Izalci, Relator Pedro Chaves, nossos amigos Claudia, Remi, Walter e Frederico, quero ser bem rápido e também bem objetivo.

O grande desafio, de fato, é transformar o ensino médio, porque hoje ele parece ser para todos, mas na prática se torna para poucos. Isso é um debate verdadeiro, tanto dos que defendem a reforma quanto dos que são contrários à reforma. Ele é para todos, na perspectiva de um único modelo, mas, na prática, como ele não encaminha o jovem para além da universidade, apenas só para a universidade, ele se torna para poucos, porque a universidade, infelizmente, no Brasil, tem um percentual de 16,8% dos jovens de 18 a 24 anos, o que é uma estatística de que todos nós brasileiros deveríamos ter vergonha, porque é menor que a dos países mais pobres irmãos nossos da América Latina, que chegam em média a 40%.

Portanto, é um erro a PEC 55, porém, nós precisamos transformar o ensino médio para todos de fato. E, para ele se transformar para todos, nós precisamos fazer a reforma. Não há outro caminho. Agora, a reforma não pode continuar sendo para poucos, e esse texto da medida provisória caminha para ser para poucos, e precarizando ainda para poucos, quando tenta limitar a Base Nacional Curricular em 1,2 mil horas. É evidente que isso é um erro, e eu tenho certeza de que o Senador Pedro Chaves vai corrigi-lo, porque não há a mínima possibilidade de a gente aceitar que o Brasil, então, vai ter um ensino médio de 800 horas, com 400 horas de Base Nacional Curricular. Com todo o respeito, Walter Pinheiro, eu vi aqui o quadro; é muito pouco.

Porque nós temos um ensino fundamental também ainda muito precário. Se nós tivéssemos um ensino fundamental, talvez, de excelência, poderíamos ousar. E por que eu estou sendo duro com a medida provisória nesse aspecto – e eu posso garantir que, na prática, Sr. Presidente, ele vai se tornar de 800 horas? Porque ela não garantiu política de fomento, política de financiamento, como foi colocado muito bem pelo Deputado ex-Secretário de Pernambuco.

Então, é evidente que, tirando a política de financiamento, com um acerto aqui, outro ali, nós vamos fazer convergência. Mas nós não podemos fazer uma reforma e transferi-la, mais uma vez, para os Estados, que estão todos com dificuldade financeira, sem clareza de como nós vamos financiar. Porque, se eu fosse



governador, e todos os governadores vão operar dessa forma, faria por dentro das 800 horas. Então, a lógica e a propaganda da reforma na medida provisória, de ampliar o ensino médio, está só no enunciado da medida provisória. Vamos ser sinceros: o que a mais há no texto? Nada!

Portanto, primeiro, é simples garantir a política de fomento. Eu estive com todos os secretários, com os 27 secretários, por mais de quatro vezes. Fizemos quatro reuniões com o Consed. Eles falavam assim, uma coisa bem simples: “Deputado, não é preciso colocar prazo. Garantam com clareza a política de financiamento, e nós faremos.” É isso!

Então, meu Senador Pedro Chaves, é simples. O senhor mesmo disse que já acatou a sugestão das 3 mil horas. Se nós sairmos desta Comissão com o ensino médio para mil horas – aí, não são 800, progressivamente, até 1,4 mil; são mil, progressivamente, até 1,4 mil –, nós estaremos aumentando em 200 horas. É um ganho extraordinário.

E, na prática, nós dissemos o seguinte: nós vamos fazer uma política de fomento para dez anos, o que eu acho que se encontra com o Plano Nacional da Educação. É um olhar decenal, planejado, e uma política de Estado. Não pode ser do Governo de hoje, que amanhã pode ser aliado, depois volta a ser... Porque a vida é assim: na democracia, não se pode tudo nem por todo o tempo. Há uma alternância. Não se pode estabelecer uma política provisória nesse tema sobre financiamento. Então, uma política de dez anos, porque eu acho que, depois de dez anos, a própria sociedade encontra as formas de financiamento, os Estados.

E aí eu acho que nós temos que garantir um valor *per capita* a partir do tamanho da pressão. Com clareza! Vamos fazer, Dorinha, um repasse a mais, para além. Não pode ser do Fundeb, porque, senão, nós estaremos tomando dinheiro das crianças.

Um repasse de 25% de aumento, para mil horas. E concordo com o texto para quem quiser fazer 1,4 mil, desde que tiremos “no mínimo quatro anos” e se estabeleçam também dez anos.

Então, nós teríamos uma política que custa 1,5 bilhão para fazer uma expansão para 800 mil alunos de tempo integral – 1,4 mil, tudo bem, o Governo acha que é só isso o possível; depois o novo governo, em 2018, decide. Mas vamos estabelecer, então, uma política de fomento, de financiamento e uma obrigação em um prazo. Eu estou propondo, fiz até uma proposta de dois anos, mas vamos fazer de quatro anos, então? Vamos dizer aos governadores eleitos: “A política é a seguinte: são mil horas, de 2019 a 2022 (quatro anos), no PPAG”. Ninguém vai ser pego de surpresa. A política do ensino médio passa a ser de mil horas no Brasil, uma base comum de no mínimo 1,8 mil. Não é preciso dividir nos anos; acho que 600, ou o sistema se organiza da forma que melhor entender. Mas eu acho que sobram 1,2 mil horas para uma boa formação profissionalizante, consistente, de 1,2 mil horas. É o que os institutos fazem na prática.

Nós criamos uma nova formação, que podíamos chamar de articulada, unificada, porque não é integral, para as mil horas, 3 mil horas. E vamos garantir, então, 25% de aumento de incentivo do valor *per capita* que o Fundeb paga para os Estados a partir dos alunos do ensino médio.

Eu sei que é superior. Não é linear assim quando se aumenta a carga horária. Há vários outros impactos na alimentação, vários outros impactos no transporte escolar, porque se desorganiza a rede. O ensino fundamental continua de 800 horas, o ensino médio de mil. Então, se é o Município que busca, o ônibus vai sair mais tarde... Há outros custos, mas, sem essa política, nós não vamos avançar.

Estamos aqui bem intencionados, queremos de fato mudar, melhorar. O exemplo de Pernambuco comprova, e os institutos federais são a prova também de que é possível mudar, fazer um ensino médio para todos. Porém, é evidente que o modelo do instituto não está no horizonte do ponto de vista dos investimentos neste momento. Talvez, o horizonte ideal seja todas as escolas serem do tamanho do instituto, com cem mil metros quadrados, universal, não na forma como é hoje, mas nós não podemos deixar tantas diferenças nas oportunidades para os nossos jovens.

Então, eu acredito que, se dermos conta de garantir isso, juntamos todos os governadores, a sociedade e avançamos nesse sentido. E o restante é fazer alguns acertos pontuais.

Eu quero aqui dizer também que defendo criar uma quinta área do conhecimento, ligada à cultura, à arte, ao esporte. Acho que não há custo, os equipamentos existem, e ela dialoga muito bem com a nossa juventude. Acho que foi mal anunciada a medida provisória. Parece que estão cortando a área – e não é verdade – da Filosofia, da Sociologia e das Artes, e isso cria problemas. Então, talvez, tenhamos que vacinar essa comunicação errada que iniciou a medida provisória, criando uma área – porque é importante criar a área para cima, “cair para cima”, como se diz no interior –, criando essa área da cultura, que é fundamental, é importante. Nós temos centros culturais nas cidades, nós temos estruturas de esporte. Não é caro fazer uma área de concentração ligada à cultura e à arte, e ela dialoga bem com a nossa identidade, reafirma a identidade.

E eu sou daqueles que ainda acha que se deveria separar, e não tratar com ênfase a formação técnica profissionalizante. Deveria haver um artigo próprio sobre isso, resgatando que quem deve definir essas áreas



de formação tecnológica é o catálogo nacional, através do MEC. Acho isso fundamental para ninguém sair inventando profissões de qualquer jeito.

Nós precisamos criar um artigo de colaboração federativa, fundamental, de arranjos regionais e federativos importantes.

Nós temos que trazer os institutos para além dos alunos dela. Por que os institutos não podem fazer a parte tecnológica dos alunos das escolas do Estado? Por que o arranjo não funciona? O cidadão não quer saber se é federal, se é estadual, se é municipal; ele quer saber se a escola é pública.

Nós temos que trazer o Sistema S, porque também é um dinheiro público. Não adianta o Sistema S achar que o dinheiro é privado, porque não é verdade; é o cidadão que paga o imposto. Há muitos recursos do Sistema S.

Temos que trazer as universidades, Remi. Por que as universidades não participam? Por que as universidades não podem abrir laboratórios? Quantos laboratórios custaram milhões de reais, e só o utilizam três, quatro alunos?

Nós podemos trazer o setor produtivo, privado. Qual é o preconceito? Por que não podemos fazer um regime de colaboração e também a parte profissionalizante de alguns pequenos Municípios? E por que não vamos fazer os desenhos territoriais, que funcionam muito bem em Minas...

(Soa a campanha.)

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – ... no sistema de saúde, para garantir que essa tarefa de integrar o ensino médio, diversificar, vai ocorrer na prática, em especial na formação técnica profissionalizante, que é o grande desafio, porque requer laboratórios? Não estou terceirizando a responsabilidade do Estado, não. Nós temos que fazer, na medida provisória, os arranjos, esses desenhos e fortalecer o que está no PNE, no art. 20. Apesar de haver 20 macrometas, as 19 dependem da vigésima, que são novos investimentos, novos recursos, e de um regime de colaboração federativa verdadeiro.

Então, é isso. Acho que, se nós fizermos esses arranjos... Repudio, novamente, o fato de isso ter sido tratado por medida provisória, porque não há tanta necessidade, mas acho que o mais importante é que possamos, de fato, fazer uma mudança verdadeira e consistente nessa direção.

Os dados de Pernambuco comprovam, os dados dos institutos federais comprovam que, na prática, a construção de uma escola integral integrada ou a ampliação da carga horária – lógico, com criatividade, com uma gestão pedagógica, como muito bem colocado pelo Deputado Walter Pinheiro... Porque às vezes eu viajo a algumas cidades e vejo que o diretor está mais preocupado em ser um prefeito da escola do que em ser um gestor do conhecimento.

Não estou aqui... Às vezes, a vida é dura na prática.

O SR. WALTER PINHEIRO *(Fora do microfone.)* – E ele também tem que tocar a escola.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Sim, tem que tocar. Então, essa questão é fundamental.

Então, é isso. Quero aqui dar essas contribuições, e estamos aí para continuar os debates.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Reginaldo.

Passo, imediatamente, a palavra à Deputada Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Boa tarde a todos.

Eu começo pedindo desculpas por não ter conseguido assistir, mas vou ler todo o registro da exposição.

Eu gostaria de começar fazendo talvez uma pergunta em especial para... Acompanhei desde o início o caso de Pernambuco, e há sempre essa preocupação de superar o piloto para ganhar a rede. Porque, quando se trabalha com condições diferentes... Na semana passada, a experiência apresentada aqui pelo Instituto Federal de Jacarezinho mostrou-se belíssima, e tanto o diretor quanto o reitor falaram: “você estão dizendo que a nossa realidade é fora do comum, eu não gostaria...” Ele ficou incomodado. Mas, na verdade, é fora do comum mesmo. É o que nós gostaríamos, mas não é o que nós temos na rede pública. Aliás, no ensino médio, o custo aluno, assim como na educação infantil, de longe não cobre o atendimento. O valor *per capita* é muito baixo.

A minha pergunta – porque Jacarezinho apresentou um desenho diferente, de total flexibilidade, embora eles procurem garantir as áreas do conhecimento – é em relação à questão das pequenas cidades.

A proposta da reforma do ensino médio dá uma ideia de flexibilização e de amplitude de escolha. Ao mesmo tempo em que tem que garantir uma base, um eixo, ela também permite, em tese, a escolha dos alunos. Para que não sejam escolhidos, mas possam escolher, como Pernambuco pensa nisso? Conseguiu se expandir em termos de conjunto. É lógico que os outros também podem contribuir.

O grande desafio nosso é o ensino noturno, para não ampliar as desigualdades, e também as pequenas cidades, o que é a realidade da maioria dos nossos Estados. São as pequenas cidades que às vezes têm uma



única escola do ensino médio. Então, concretamente, como isso tem se desenhado?

Também não poderia deixar de dizer que me preocupa muito a questão do financiamento. Creio que nenhuma rede faz um movimento de mudança nela mesma como um todo se não tiver uma segurança de financiamento, porque daqui a três ou quatro anos não se pode dizer: “Vá para casa, porque eu não quero mais brincar disso.” A rede está estruturada, criou-se uma demanda. Isso é muito importante, essa maturidade MEC, Consed e principalmente secretários estaduais.

Hoje, por exemplo, o ProEMI foi reeditado. Paralelamente, os modelos de financiamento, eu concordo que têm que ser inicialmente fora do Fundeb, enquanto ainda se discute o custo aluno/qualidade, uma série de outros modelos de financiamento, mas o fato é que o ensino médio integral, 30 pontos, 1,30 a mais do que o regular não cobre alimentação mais pessoal. Eu já tive, como Secretária, esse tipo de experiência, não só a parte formal do professor. Você passa a ter aluno no horário em que ele iria para casa. Ele fica uma hora e meia a mais na escola. Então você tem que ter café da manhã, merenda, alimentação. Trinta centavos não compram nem um pãozinho. É o *per capita* da merenda.

Então essa questão do financiamento realmente é preocupante. Logicamente o Estado tem a sua responsabilidade de oferta, mas não podemos nos iludir, porque o grosso do financiamento fica com a União, que tem a responsabilidade de aplicação muito maior para o ensino superior.

Também não poderia deixar de registrar, Fred, a minha posição em relação ao Consed.

Eu penso que o Consed tinha que estar mais presente aqui, não só nas audiências públicas, que têm sido extremamente ricas com situações que estão sendo apresentadas, olhares diferentes que estão ajudando o Relator a construir um texto. É o Consed quem faz ensino médio. Quem faz ensino médio no Brasil, por mais que se respeitem todas as outras experiências, são os secretários estaduais com as suas redes e estruturas.

Então, esse desejo de que vocês estejam mais próximos é importante, porque é muito diferente pensar numa lei seca. Quando se está na ponta, com as dificuldades de cada região – a Região Norte tem uma estrutura totalmente diferenciada –, com a busca de um *per capita* diferenciado para Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com Estados muito pobres, há uma busca pela participação de vocês na contribuição do trabalho de todos nós, mas do Relator em especial para esse desenho.

(Soa a campainha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – E eu queria – não sei também, peço desculpas – a questão da formação de professores, que, de longe, para mim, é o maior desafio.

Nós estamos discutindo a Base, que está sendo feita de maneira bastante ampla. Não estou dizendo que está boa ou ruim, mas está em processo de construção.

A minha preocupação é com a formação de professores porque não adianta termos um novo desenho de ensino médio, uma nova base, e o professor com o mesmo desenho de formação nos seus caixotinhos formados por disciplina. Em muitas das atividades ele nem sequer – isso observo nas áreas da Biologia, da Química, da História, do pedagogo – é preparado para esse desenho que temos hoje nas nossas escolas. Imaginem então em uma ideia de área de conhecimento em que ele vai ter que fazer a ruptura do isolamento das caixinhas de disciplinas.

Então, faço essa provocação para o ensino superior e para todos nós em relação ao Conselho e aos Secretários, porque sei que há uma preocupação permanente. Há um quadro de pessoas efetivas no sistema. Vocês vão ter que ficar com elas. Como vão dar conta de trabalhar com os novos e com os professores que já estão no sistema?

No mais, agradeço muito a disposição de participação de vocês nesse debate.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Professora Dorinha.

Vou passar então a palavra para o Relator.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srs. Deputados e convidados, o nosso boa tarde.

Realmente, hoje foi uma reunião bem diferenciada, com posições bem definidas. Creio que se acrescentou muita coisa ao relatório hoje. E isso, para mim, assim como para todos nós, é muito importante.

Pretendo manter o calendário. Gostaria de convidar os Deputados para a reunião de amanhã. Será às 14h30, na quinta-feira, e a última reunião na segunda-feira, com a presença dos Ministros. Virá o Ministro Mendonça Filho na segunda. À tarde, deverão vir os ex-Ministros Fernando Haddad, Janine e Mercadante.

Na próxima semana, apresentaremos o relatório para a discussão, mas é óbvio que, antes disso, quero me reunir com os nossos Deputados, todos que estão aqui presentes, da Comissão, para discutir pontos que foram extremamente relevantes, principalmente apresentar para o Reginaldo, que considero fundamental.



O problema do financiamento também é a minha preocupação, em que pese o fato de ele estar colocado de forma... Ele fala em quatro anos, no mínimo, mas quer dizer quatro anos... Há alguns pontos que são conflitantes, reconheço. E terei uma reunião amanhã com o Ministro para discutir esse ponto.

Quero dizer para vocês que é definitivo. Eu mudei na medida provisória. Nós temos, na verdade, 1,8 mil horas da Base Nacional Curricular. Isso é o mínimo mesmo que se pode exigir, porque assim se garante uma qualidade mínima. Pelo menos em nível nacional é importante pensar nisso. Mil e duzentas horas para os itinerários formativos serão suficientes para criarmos um curso profissional que possa ir ao encontro do interesse do próprio aluno.

Mantive também alguns itens importantes, outros alterei consoante as audiências públicas, que foram muito importantes. Gostaria que vocês soubessem que todos os depoimentos feitos aqui são extremamente importantes para se agregar à Medida Provisória.

Então vamos apresentá-la. Seria importante talvez uma reunião preliminar com o grupo lá da Câmara, principalmente o Reginaldo, a Dorinha e tal, para discutirmos mais exaustivamente alguns pontos que me parecem fundamentais.

Ouvi atentamente a demonstração da Prof. Claudia sobre os institutos federais, que são *au concour*. Não dá para compararmos na verdade com as nossas escolas estaduais. É a escola do meu sonho

Eu adoraria voltar e estudar nessa escola, como todos aqui, porque ela tem todas as condições para formar profissionais de alto nível, talentosos, competentes; tem todas as condições. Eu me senti, ali, numa escola suíça, de verdade. Eu dou parabéns à Claudia por ter conseguido chegar a esse nível. Parabéns. É verdade, mesmo.

Eu acho que se a gente conseguisse, neste País... Nosso País está passando por uma fase difícilíssima na área econômica, haja vista as restrições quanto a gastos públicos, a PEC 55 – por aí você nota a dificuldade que o País vem passando, com um PIB de -3,8, e previsto já para este ano -3,5. Está-se falando que no ano que vem vai ser +1, mas eu também tenho minhas dúvidas quanto a isso. Então, é uma situação difícil. Temos de lembrar sempre que o País está, quer dizer, as escolas estão num contexto, num País chamado Brasil, não é? Isso é um dado importante.

Por outro lado, não acho muito justo quando a gente critica a qualidade das escolas por não terem biblioteca. A reforma não tem culpa disso – isso já existia, já existe. Com reforma ou não, as escolas são essas que aí estão. Então, temos de fazer a reforma com as condições em que estamos hoje. Quando se fala, é óbvio que vamos atuar naquilo que é possível – ver o que é ideal e o que é possível. Então, nós vamos fazer dentro do que é possível, isso é que é importante. E queremos melhorar o ensino médio. Todos nós temos a opinião unânime de que é preciso mudar o ensino médio. Então, nós estamos, num gesto magnânimo, inclusive, de todas as pessoas... Até a medida provisória foi um ato muito positivo, vantajoso, porque ela mostrou mais uma vez que a mudança é inevitável, é fundamental, mesmo com as condições dos prédios, que não são ideais, as condições de bibliotecas que ainda estão incipientes. Nós temos de melhorar gradativamente, porque construção dá para melhorar, a parte de biblioteca dá para melhorar. Quer dizer, as condições físicas podemos melhorar gradativamente. O importante é, imediatamente, mudarmos a qualidade do ensino que é ministrado.

Eu dei aula, quando comecei minha instituição em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, em prédios extremamente precários. Aluguei umas salas, construí mais salas, aluguei o prédio, com condições difíceis. Eu era professor há muito tempo, utilizando uma ótima didática, em que o aluno era o centro polarizador do regime de ensino e aprendizagem. Nós conseguimos resultados surpreendentes. Saímos de 600 alunos e chegamos a 30 mil; quer dizer, as coisas acontecem naturalmente, se for melhorando, melhorando. Se o pessoal vir as condições da escola agora vai notar que, na verdade, a escola é ideal, é uma escola maravilhosa; uma escola privada, tal. Não é mais de minha propriedade, eu transferei para outro grupo. Mas estou dizendo que as mudanças são gradativas.

O importante é mudar a qualidade do ensino agora e implantar essa reforma, que me parece positiva; levantar, analisar os pontos que foram levantados nas audiências, quando se trata de qualidade; mudar a estrutura curricular totalmente; trabalhar com essas áreas de conhecimento, trabalhar com temas transversais, que são importantes, mas de forma efetiva. Eu acho que é isso que temos de levar em conta. E podem sempre contar com o Relator. Nós vamos fazer essas mudanças e discutir com o grupo esses pontos que eu levantei, que são bem substantivos.

Quero agradecer também ao Fred, do Consed. Conversamos hoje por uma hora, e foi importante porque agregou muita coisa – ouviu, Fred – aquilo que você falou hoje cedo.

Era isso.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senador.



Eu passo para as considerações finais e também para responder alguma questão.

Passo primeiro para o Secretário de Educação da Bahia, nosso Senador Walter Pinheiro.

O SR. WALTER PINHEIRO – Presidente, há uma coisa importante, por isso é fundamental o debate numa Comissão como esta. Eu até já conheço bem essa história da onipresença – aliás, a gente nem pode falar em onipresença; aqui, na verdade, é pluripresença. Na realidade, o Senador e o Deputado estão em 300 comissões, tudo ao mesmo tempo. No Senado é até mais fácil, porque a gente tem um número menor, mas, mesmo assim, é extremamente difícil.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO – Aí, está vendo? O próprio Relator vai ter de votar para depois voltar. Portanto, já pega isso.

Mas, Reginaldo, eu queria levantar algumas coisas em relação ao que você colocou. A primeira grande questão disso é que – eu concordo contigo – deram uma satanizada. A medida provisória foi mal vendida, digamos assim, ou mal divulgada. Mas eu continuo achando que o fato de ser medida provisória nem é só pelo instrumento, mas pela questão do tempo. E eu insisto muito nesse negócio da base curricular. Na realidade, nós estamos falando de algo que vai se processar ainda para o ano. Então, estamos antecipando uma mexida no currículo sem a entrada aquilo que é a essência desse projeto, que poderíamos chamar de reformulação.

Por outro lado, eu sou amplamente favorável a colocarmos na roda esse debate sobre as modificações e as estrutura a gente vai começar a experimentar a partir de fevereiro de 2017, porque senão não vamos botar a mão nessa ferida. Esse é um ponto que eu acho fundamental. Por isso é que eu acho necessário que a medida provisória, talvez, tenha uma espécie de caminho que aponte ou que interligue essa coisa com os passos que serão dados a partir dessa questão da nossa base curricular. Acho que é um negócio...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. WALTER PINHEIRO – Exatamente. Fundamental; tê-la como orientadora. Portanto, você transforma uma medida provisória num elemento capaz, inclusive, de traçar os caminhos para esse segmento. Usar como se fosse um regulamentador, digamos assim, agora feito pelo Congresso; acho que é importante.

O segundo aspecto é a questão do tempo. Aí eu concordo em gênero, número e grau contigo. Nós deveríamos insistir na tese que vem desde a época da LDB, e depois no Plano Decenal. Um prazo de dez anos para a educação não é um prazo longo – não é um prazo longo. Lembre-se de que você insere, obviamente, nesse tempo, dois plurianuais, e ainda dá uma folga, que é exatamente um calendário natural para as dimensões e para as dificuldades orçamentárias que nós temos no Brasil, que é um processo complicado.

A terceira questão é esse debate sobre onde está o peso pesado do financiamento. É obvio que o financiamento é o definidor, mas quero lembrar a vocês que não vamos alterar, por exemplo, a lógica de financiamento. O ensino fundamental continuará sendo responsabilidade dos Municípios. Eu continuo insistindo, assino embaixo na tese do meu amigo Cristovam Buarque. Essa é a questão mais absurda que existe. Efetivamente, não temos condição. Uma coisa é uma cidade que tem uma renda *per capita*, que tem uma atividade econômica; outra coisa é minha Chorrochó, lá na Bahia, que vive exclusivamente do FPM,...

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO – ... ter que, depois, bancar esse negócio da educação do ensino fundamental.

Bem, mas se isso não vai mudar, Reginaldo, se não se vai mexer nessa questão, precisamos pensar exatamente como é que corrigimos isso com a etapa do ensino que tem a tarefa de ligar as pontas.

Então, se é isso, o primeiro passo que acho fundamental, só para levantar uma coisa... A Bahia tem dez instituições que costumamos chamar de instituições de ensino superior: os dois IFs – lá, inclusive, tem um IF Baiano – e o nosso IFBA, que continuo chamando de escola técnica, porque é de onde eu vim. Eu não consigo enxergar, desde a época em que mudaram para Cefet. Eu estudei lá, meu filho estudou lá. Se eu pudesse, eu teria colocado os dois filhos, só que é uma questão vocacional. O mais velho disse: “Não, eu não tenho nada a ver com isso, meu pai. Eu vou para outra área, não quero ir para a escola técnica, não.” E o que foi para a escola técnica fez química, e, hoje, inclusive, é engenheiro químico da Petrobras.

(Soa a campanha.)

O SR. WALTER PINHEIRO – Portanto, a gente precisa definir esse processo. Qual é o papel dessas instituições? Por que em algumas cidades, Reginaldo, tenho a educação profissional nossa, a educação profissional do Sistema S, a educação profissional do IFBA, a educação profissional do IF Baiano? Cada um oferta uma coisa. Em cada sala há dez, doze meninos, e a gente não consegue trabalhar junto nem compartilhar os



laboratórios! Ora, isso é uma maluquice! Em várias cidades! Então, o que eu fiz? Chamei as dez instituições de ensino superior, as nossas quatro estaduais, as seis federais, os dois institutos e disse: “Índio velho, vocês vão ter que vir para dentro de sala de aula, agora. Quero saber quais são as escolas que vocês vão assumir, o que vocês estão estudando, o que está na prateleira, o que há de tese. Então, vamos colocar essa tese na prática. Vocês não estão fazendo um bocado de análises, de estudos sobre robótica, sobre não sei o quê? Coloquem na sala de aula, vamos experimentar. O ensino da matemática, não sei o quê? Vamos colocar para rodar.”

E outra: a partir da *expertise* desse povo, construir a chamada territorialização, com o efeito do que acontece na região. Não adianta eu colocar educação profissional num lugar com um curso que não guarda nenhuma relação com a região, e que não tem nenhuma expectativa de ser aproveitado pela juventude como algo para crescer. Também não dá para condenar quem está na zona rural a ter somente curso de análise da agricultura. Portanto, você pode dar outras oportunidades, mas não pode desprezar exatamente as tendências, as facilidades e, inclusive, a lógica de uma região e o que você oferta. E como você linca isso com os dois passos? Essa é uma coisa importante. Esse passo seguinte que você falou – como é que o menino vai para a universidade? E como é que ele vai para o mercado? A gente não prepara nem para a universidade, nem para o mercado.

Por último, e essa é a questão fundamental, como é que a gente prepara as nossas escolas, Deputada Dorinha? Porque quem vai tocar a escola é alguém que precisa de formação continuada; é esse professor. Ele é fundamental. Então, quando falei esse negócio da gestão, os nossos diretores de escola são verdadeiros heróis. O cara toca uma escola em Cocos, que é mais perto de Brasília do que de Salvador. Cocos está a 1.036km de Salvador; o diretor está tocando, lá. O cara nem sabe que eu existo. O cara está tocando a escola lá com excelência, está lá o dia inteiro, correndo atrás. Se somarmos a evasão com a reprovação, batemos na casa dos 28%. Abandono com reprovação, perdão; 28%. Por que o menino abandona, Remi, no meio do curso? O cara escolhe enfermagem e quando chega no meio do curso descobre que não tem nenhuma vocação para enfermagem. Então, em vez de ele ser reorientado para outra coisa, Claudia, ele vai embora! Por que não permito que esse sujeito seja reorientado? “Você quer sair de enfermagem para robótica? Vamos embora, índio velho! Venha. Deixa eu aproveitar o que você fez até aqui e vou reorientá-lo.”

Por que eu tenho que castigar os meninos com essa história de quatro anos, rapaz? Eu só posso certificar um sujeito com quatro anos. Aí um cara vai, faz o ensino médio e depois ele descobre que não serviu para nada. Ora, quem está na escola pública, majoritariamente, é a nossa turma que precisa trabalhar. Aí o cara faz o ensino médio e, quando ele acaba, vai fazer o profissional. E aí não aproveita nada disso. Como é que eu compatibilizo?

Por isso que é importante, nesse debate, nessa reforma, a gente entender como é essa educação em tempo integral; como é essa educação profissional. Isso pode compor um novo cenário no ensino médio, ofertar a todo mundo tudo. Olha que não dá para fazer de vez. Então, vamos fazendo na medida das coisas como elas podem se processar.

É por isso que é importante essa concertação. É por isso que os espanhóis a chamam de *escuela concertada*. Tentam lá pegar: o que posso casar aqui de orçamento, o que posso casar de dificuldades, o que posso ter da localidade?

Quer ver outro absurdo, Izalci? Estou com o maior drama lá agora. Eu vou pagar agora R\$20 milhões do Pete (Programa Estadual do Transporte Escolar). Isso é dinheiro que não acaba mais para o Estado, mas é uma porcaria se dividido por 417 Municípios – R\$20 milhões. Resultado: quando você vai discutir isso na ponta, não ajuda.

Aí há outro pepino. Sabe qual é o problema que tenho agora? No final do ano, vou ter que contratar transporte extra. Sabe por quê? Porque o meu calendário do Município é diferente do calendário do Estado. Então, o Estado não vai poder cooperar comigo na hora que estou encerrando o meu ano letivo. Isso é um absurdo, rapaz! Está errado!

Nós chegamos a mudar o calendário de um pedaço da Bahia, no extremo sul, para fazer com Minas. Por que não posso mudar o meu ano letivo para ser compatível com cada Município? Isso tem que se processar, entendeu, Fred? Porque isso resolve o problema, você faz a conjunção de esforços.

Que escola boa eu quero ter desse jeito se a educação do Estado está lá num tempo e a educação do ensino fundamental está em outro? Aí o menino sai do ensino fundamental, vem para cá, e eu não tenho nenhuma sintonia. Por mais que a gente tenha feito um pacto pela educação com os Municípios, mas é “pato”, não é pacto.

Portanto, isso tem que ser ajustado no tempo, no orçamento e na pedagogia. Essa é a questão fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senador.



Político gosta de um microfone. Mas vá lá.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Eu vou ter que pedir desculpas porque vou ter que sair também.

Mas eu estava falando com a Professora que eu fiz um cálculo por baixo, junto com o Frederico – vou fazer uma confissão aqui –, num almoço. O Governo pode criar uma política para dez anos, para a gente fazer mil horas, o que é um avanço, se a gente financiar um aumento extra de 25% fora do Fundeb, senão a gente estará tomando dinheiro das crianças. Estou falando de R\$5 bilhões ou R\$6 bilhões. Não é dinheiro. Para este Governo dizer: realmente, queremos melhorar o ensino médio. Fora a ampliação para tempo integral. Estou falando para chegar a mil horas. Seria obrigatório, na minha opinião, haver mil horas. Então, temos que garantir pelo menos dez anos.

Para as metas de escola integral, depende da condição do Governo, do que ele vai assumir de compromisso. Está propondo aqui 800 horas, 500 mil alunos, 800 mil alunos, porque parece que é 1,6. Então, não está falando nada mais que R\$6 bilhões, R\$7 bilhões. É isso. Essa é a conta simples. Eu acho que, com isso, é possível fazer.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Está bem.

Passo imediatamente ao nosso Presidente do Consed, Frederico Amâncio.

O SR. FREDERICO AMÂNCIO – Eu vou tentar, rapidamente, fazer as últimas considerações diante até de alguns questionamentos e provocações que foram feitos pelos nossos Deputados.

Tive oportunidade de conversar com alguns deles, com o Senador Pedro Chaves, com o Deputado Reginaldo, que já vêm conversando com o Consed há tanto tempo, desde o Projeto de Lei nº 6.840, primeiro, com relação à discussão sobre as 1,8 mil horas, as mil horas ou 3 mil horas do ensino médio.

Na prática, na realidade, a discussão que o Consed fez, boa parte da discussão que temos hoje, tanto no Projeto de Lei nº 6.840, que é a mesma discussão – o Deputado Reginaldo Lopes vem acompanhando há um bom tempo as discussões com o Consed –, quanto a linha, o eixo principal da medida provisória, em ambos os casos, o Consed defendia a questão da flexibilização, da centralidade na base nacional, que é um aspecto muito importante do qual vou falar daqui a pouco, e a Deputada Professora Dorinha fez uma boa provocação sobre isso. Mas nós realmente estávamos discutindo 60%, e não 50%. A questão que envolve os 50% envolve 1,2 mil horas da educação profissional. Por isso é que ficou nos 50%.

Então, a gente vê talvez como interessante, realmente, a discussão da ampliação para as mil horas, cinco horas ao dia, para as 3 mil horas, e o crescimento para 1,8 mil, o que dá exatamente 60% e dá uma base mais ampla.

Mas eu destaquei para o Deputado e tenho que destacar para todos que esta ampliação é claro que tem um custo. É um custo que impacta em alimentação. É um custo que impacta em transporte escolar e em custos fixos na escola. E há toda uma discussão sobre a reorganização dos professores, porque também há o tempo do professor. Parece simples, mas a organização da grade dos professores é uma das tarefas mais complexas para um gestor escolar.

Então, é possível, é interessante, vai trazer um resultado positivo, mas tem um impacto financeiro. Por isso, eu sei que o Deputado Reginaldo Lopes está defendendo essa proposta, mas já associada a um financiamento complementar.

A palavra complementar – e eu tenho feito essa conversa – vale, inclusive, para a discussão da proposta de educação em tempo integral. Por isso que o Ministério da Educação fez a proposta da educação em tempo integral associada a um recurso complementar.

Só para deixar claro, muita gente que olha de fora o recurso do Fundeb acha que é basicamente um recurso federal. Não é. O recurso do Fundeb é um recurso de Estados e Municípios. Então, é um recurso que já está esgotado. A maior parte dos Estados e Municípios já está com 100% dos recursos totalmente comprometidos com gastos com pessoal. Então, não adianta a gente colocar nada de novo no Fundeb. O Ministério da Educação sabe disso. Tanto que a proposta de tempo integral vem como complemento. E qualquer outra discussão que envolva, por exemplo, a ampliação para cinco horas diárias, que seriam as mil horas ao ano ou três mil horas ao longo dos três anos, envolve, sim, a necessidade de um financiamento complementar, porque vai ter um impacto financeiro, sim. Então, é interessante, mas a gente precisa enfrentar, sim, essa discussão.

E eu concordo com o Deputado Reginaldo Lopes, é uma discussão possível, que pode ter um impacto estrondoso e que, mesmo no contexto de uma política de fortalecimento e de avanço progressivo para uma educação de tempo integral, também tem um custo, respondendo à pergunta do Deputado Thiago, para ficar registrado, apesar de ele não estar aqui presente.

Nós temos um estudo, que inclusive foi utilizado pelo Ministério da Educação para definição desta política, sobre o impacto para uma escola, feito com base nesse conjunto de 330 escolas do Estado de Pernambuco ao longo dos anos. E o impacto de ampliação dos custos para uma escola de tempo integral é de 60%. Por-



que uma coisa é você oferecer uma merenda durante o dia – e muitas escolas, em muitos Estados, oferecem um lanche –, outra coisa é você oferecer dois lanches e um almoço, que tem uma complexidade muito maior.

Eu sou de um Estado pequeno, a minha área de merenda tem cem nutricionistas. Cem! E eu sou de um Estado pequeno. Porque agora a gente tem que ter todo um cardápio e toda uma estrutura para atender ao almoço. Então, só para dar um exemplo da complexidade, que tem um custo.

A política de fomento é uma política que está sendo proposta para tempo integral. É uma política interessante, que vem associada a um recurso complementar. Mas já tivemos oportunidade de destacar para o Ministério da Educação – vou até deixar registrado aqui – e para o Senador Pedro Chaves – e o Deputado Reginal Lopes também conhece – que, na minha opinião, na opinião do Consed, há uma falha, sim, no texto quando estabelece “até quatro anos”. Não pode ser “até”; tem que ser: “no mínimo, quatro anos”. Porque, minimamente, para tomar uma decisão que tem um impacto financeiro tão relevante, para começar a pensar em haver esse acréscimo, num momento que os Estados estão numa situação difícil, eles precisam ter a segurança de que, no mínimo, por quatro anos vai haver esse complemento. Mas o ideal mesmo – como disse o Deputado, isso tem um impacto grande –, para que os Estados possam dar continuidade a essa política, eu acho que uma sinalização realmente muito positiva seria que não fossem nem quatro, mas dez mesmo, já que as metas do PNE são para dez, e tudo mais.

(Soa a campainha.)

O SR. FREDERICO AMÂNCIO – Então, eu tenho que concordar com algumas observações que foram feitas. E aí vem o que a Deputada Professora Dorinha colocou e que o Deputado Thiago colocou. A gente discutiu aqui as linhas principais, os eixos, por que isso é tão importante, por que a reforma é tão importante. Mas o processo de implementação envolve custo, e a velocidade, o quanto isso vai impactar está diretamente associado às questões de financiamento.

Então, sim, Deputada, realmente, quando a gente for discutir as questões sobre ênfases e sobre a possibilidade de fortalecer cada vez mais atividades na área de educação profissional, inclusive a possibilidade de técnico integrado, como envolve financiamento, quanto mais a gente tiver a oportunidade de fortalecer a questão dos recursos – nesse caso do ensino médio, para Estados –, maior a possibilidade de a gente avançar mais rápido na proposta e da forma mais ampla, cada vez ampliando mais possibilidades. Porque, efetivamente, respondendo diretamente ao que a Deputada Professora Dorinha colocou, numa cidade de maior porte, você pode ter um desenho de rede em que você oferte as ênfase, inclusive a educação profissional, de uma forma ampla.

Mas vou lembrar a história de vida da professora Cláudia, a pergunta da Professora Dorinha. Realmente, num Município pequeno... Nós tivemos, por exemplo, um desafio quando decidimos, em Pernambuco, implantar escolas de tempo integral em todos os Municípios. Eu tenho escola de tempo integral em Município, Deputada, que tem, sim, 15 mil habitantes, em que a única escola é de tempo integral. Nós tivemos que fortalecer o trabalho do ensino noturno para ele poder responder melhor à opção do ensino regular, porque é uma única escola.

E, realmente, quando a gente estiver discutindo ênfases, para poder ofertar mais ênfases numa única escola, o custo, sem dúvida alguma, vai crescer para aquela escola, porque a gente vai ter que ter mais profissionais. Então, existe, sim, uma conta. Por isso essa discussão é tão importante.

E aí eu não posso deixar de sempre lembrar – muitos citaram, mas eu, como Secretário, como Presidente do Consed, não posso deixar de lembrar – o nosso Plano Nacional de Educação, muitos dos avanços do Plano. E essa discussão tem, sim, um forte conteúdo que envolve financiamento.

O Fundeb, da forma como está hoje, já está esgotado. Então, ele já não comporta mais a demanda que existe. Então, realmente, por isso existem discussões que estão no Plano Nacional de Educação – o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) – e que têm inclusive discussões hoje também aqui no âmbito do Congresso Nacional, o que significa, sim, uma ampliação. Ou a gente discutir recursos complementares, especialmente por parte da União, para que a gente possa efetivamente dar passos mais consistentes no processo de implantação.

Isso, de forma alguma, inviabiliza. E é muito importante. A gente não pode dizer assim: já que não é possível fazer rápido, a gente não vai fazer. Não é assim.

Acho que o que vai ser importante vai ser a velocidade de implantação, que, na minha opinião, está diretamente relacionada – assim como o fortalecimento desse processo – às questões sobre financiamento, porque o que a Deputada Dorinha colocou é muito importante. Talvez, pela experiência de quem já foi Secretária, ela sabe: há experiências bonitas na área de educação – eu não tenho nenhuma dúvida ao dizer, hoje, como Presidente do Consed – em todos os Estados do Brasil.



Senador Walter colocou, o nosso Secretário, a Deputada Dorinha tenho certeza que conhece várias em Tocantins, a Profª Cláudia conhece no Rio Grande do Sul, vai ter no Acre, no Amapá... O problema é o desafio de você sair do piloto e universalizar, levar para todos. Realmente, isso tem uma conta e isso é muito importante.

A gente sempre reforça – só para finalizar, desculpe estar estourando um pouquinho a hora – a importância da discussão da base nacional, sim. Toda a estrutura que envolve a discussão da mudança da educação no Brasil como um todo – e eu não mais falando só sobre ensino médio – está hoje centralizada na base. É assim que foi construído, inclusive, o Plano Nacional de Educação, porque a gente tem hoje uma dificuldade de avançar sobre diversos aspectos que envolvem currículo, que envolvem formação inicial, que envolvem formação continuada, que envolvem material didático, que envolvem avaliação. Por quê? Porque você não tem uma consistência de parâmetros curriculares. Então, quando você tem a base como centralidade, você consegue, sim, avançar na discussão. Por isso, essa proposta diz: só pode ter novo ensino médio depois que tiver a base aprovada. E o texto diz isso hoje, e tem que ser assim mesmo. Para discutir uma mudança na formação inicial e não cada universidade pensando como vai fazer diferente, a gente precisa minimamente ter uma discussão de base para partir para o processo, que é uma preocupação muito pertinente da Deputada Dorinha sobre formação inicial. Da mesma forma, nós temos milhões de professores atualmente no quadro. Então, formação continuada também tem a ver com base. Material didático tem a ver com base. Como a gente vai discutir uma mudança no Enem ou em outras avaliações sem ter a base como centralidade? Então, só para encerrar, é sim uma discussão central, que vai impactar em todo o resto. É por isso que a gente faz uma aposta tão grande hoje para que o processo de discussão da base avance não apenas no País, mas especialmente, neste momento, no Conselho Nacional de Educação.

Novamente, obrigado, Deputado Izalci, pelo convite. Aproveito para dizer que o Conselho Estadual de Educação (Consed) está totalmente à disposição não apenas para participação nas audiências, mas sob qualquer momento, como hoje o Deputado Reginaldo queria algumas informações, para todos os Deputados. Por favor, transmita para todos, tanto individualmente como do ponto de vista de audiência, para que a gente possa trazer a nossa contribuição, que é muito mais do que uma contribuição; é uma obrigação do Consed de prestar informações que sejam necessárias e que possam contribuir no processo.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Frederico.

Passo imediatamente à Profª Cláudia, para ela fazer as suas considerações finais.

A SRª CLAUDIA SCHIEDECK – Infelizmente, a Deputada Dorinha – está dando microfonia por causa deste aqui – não pôde estar presente. Eu fui a primeira a falar. O Senador Walter também não estava aí. Mas na realidade a minha área de formação é Português-Inglês. A minha área de ensino profissionalizante no ensino médio é que foi química. É por isso que eu citei exatamente a distorção que muitas vezes pode gerar uma homogeneização do processo, da questão da escolha – digamos assim – do ensino médio. De qualquer forma, eu não abordei a questão da empregabilidade, que foi colocada aqui, a questão da concertação, a necessidade de superar os maniqueísmos e as ideologias que, muitas vezes, são colocadas nos processos de discussão e que impedem realmente de a gente poder sair da caixinha, como disse o Senador, e avançar em algumas questões.

Em hipótese alguma, acho que a gente deva partir desse pressuposto, até porque, se fosse dessa forma, a gente não teria feito a expansão da rede de educação profissional. Fazê-la, a partir de 144 escolas e constituir 644 hoje, no País, num período curto de sete anos aproximadamente, é um desafio que só quem não sabe o tamanho do desafio aceita fazer, porque obviamente isso pressupõe construção de obras, discussão de processos, discussão de fluxos, entre outras coisas.

Eu, para ser bem breve, quero pontuar a questão da Deputada Dorinha, que colocou a questão das cidades pequenas. Eu tenho uma preocupação muito grande. Venho de uma cidade pequena. No processo do ensino fundamental, é dito na lei que as escolas têm que ter um professor com formação docente na sala de aula. O que nós temos hoje são monitores e instrutores que, muitas vezes, não têm nem sequer uma formação antes de atender às crianças, porque eles fazem o concurso, são contratados e entram direto na sala. Eles não sabem nem o que é um ECA, não sabem o que é uma legislação pertinente ao assunto. Então, isso é uma questão séria. Preocupa-me, sim, nas cidades pequenas, que a gente tenha um processo de formação mínimo para que esse professor, para que essa pessoa possa entrar na sala de aula. Obviamente a questão da escolha para o aluno será, com certeza, muito mais restrita.

Eu não tenho dúvida, como Reitora e como gestora que fui durante oito anos, de dizer que a tendência das escolas dos Municípios menores é buscar áreas do senso comum. E, com isso, eu quero dizer que eu estive, por exemplo, implantando um *campus*, em Caxias do Sul – que, se não engano, é a região do Prof. Remi, ele é daquela região também se não me falha a memória –, onde a Secretária Municipal de Caxias, de uma cidade do porte de Caxias, disse-me que a área da educação profissional que ela gostaria de ter era a área de infor-



mática, num Município que tem polo mecânico. Quer dizer, o senso comum tende a dominar essa discussão em alguns momentos. Acho que a gente vai perder essa chance, que é uma chance real, como o Senador colocou, de fazer uma alteração não só no processo, mas também na cabeça das pessoas e abrir a discussão para o mundo.

Eu volto a insistir na questão do aluno trabalhador. Preocupa-me muito o aumento da carga horária para o aluno trabalhador. Nós temos um contingente razoável de alunos do ensino médio que estão no ensino médio de manhã, à tarde ou à noite, mas que trabalham. Esse aluno terá uma dificuldade brutal...

(Soa a campainha.)

A SRª CLAUDIA SCHIEDECK – ... de aumentar a sua carga horária todos os dias, porque ele vai ter que abrir mão de uma coisa ou de outra. E aí ele abre mão da escola. Na crise que nós enfrentamos hoje, em algum momento, se nós não tivermos condições de fazê-lo permanecer na escola, ele abre mão.

Por isso, os institutos federais têm política interna de financiamento de bolsas, de assistência estudantil, de envolvimento do aluno em projetos de pesquisa e extensão, para que ele, no pensar entre o trabalho e a escola, mesmo que ele ganhe menos na escola – uma bolsa na escola é muito menor do que ele poderia, de repente, ganhar no mercado de trabalho –, movido pelo desafio do conhecimento, possa talvez ter a escolha de permanecer na escola. Não é um processo tão simples, é uma coisa bastante complexa.

Então fico por aqui. Quero dizer que também estou à disposição para a discussão e sempre que possível me comprometo a dar contribuições tendo como base a experiência de vida que acumulei ao longo desse tempo.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Professora Claudia.

Passo imediatamente ao Professor Remi.

O SR. REMI CASTIONI – Eu também gostaria de agradecer a oportunidade e de reiterar que o Sr. Walter Pinheiro destacou um aspecto muito importante. Eu frisei isto: na área de educação, temos muita legislação e pouca concertação. E precisamos criar esses mecanismos para concertar em espaços nos quais estruturas que aparentemente são diversas possam convergir. Num Município onde se tem estrutura do Instituto Federal e do Sistema S e uma escola técnica estadual, ninguém conversa com ninguém, não há uma orientação, um mapa das possibilidades que orientem essas ofertas no âmbito dos territórios. Então, nós precisamos criar mecanismos que possibilitem isso.

Eu gostaria de deixar essa mensagem. Nós temos a oportunidade de enfrentar essas questões. E me dediquei a destacar os problemas da aprendizagem nacional. Creio que é possível, a exemplo do que foi feito com o Pronatec, mudar a lei da aprendizagem no âmbito da futura lei que vai regulamentar ou reorientar o ensino médio. Não vejo nenhuma possibilidade de efetivar o inciso V com esses espaços de experimentação se não criarmos outros formatos para isso.

Nesse particular, temos estruturas de educação profissional de grande destaque. A Olimpíada do Conhecimento que tivemos aqui em Brasília, aquilo que foi apresentado lá... Eu visitei na Alemanha, na França e na Espanha coisas muito similares. E as daqui, às vezes, até com melhor qualidade. O Cimatec da Bahia também é uma excelente escola, comparável às melhores escolas de educação profissional do mundo.

Então, temos uma tradição que precisa se aproximar da média das escolas brasileiras. Temos essa possibilidade e, mais uma vez, temos a possibilidade de aprender com os erros dos outros. Talvez o Brasil seja o único País que possa aprender com os erros dos outros. Estamos diante desse desafio.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradecemos então a presença dos nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Obrigado pela presença.

(Iniciada às 14 horas e 41 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 05 minutos.)



ATA DA 8ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 23 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia vinte e três de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Fátima Bezerra, Lídice da Mata e Ângela Portela; e dos Deputados Renzo Braz, Celso Jacob, Reginaldo Lopes, Maria do Rosário, Soraya Santos, Thiago Peixoto, Professora Dorinha Seabra Rezende, Josi Nunes, Luizianne Lins, José Rocha e Átila Lira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para compor a mesa os seguintes participantes: Eduardo Deschamps - Presidente do Conselho Nacional de Educação – CNE; Ricardo Chaves Martins - Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados; João Batista Araújo e Oliveira - Presidente do Instituto Alfa e Beto; Adilson César De Araújo - Pró-reitor de Ensino do Instituto Federal de Brasília – IFB e Membro do Fórum de Ensino do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - CONIF; Moaci Alves Carneiro – Professor e Autor da obra “O nó do Ensino Médio”; Marta Vanelli - Secretária-Geral da Confederação Nacional do Trabalhadores em Educação; e Simon Schwartzman - Pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra, Deputada Maria do Rosário, Deputado Thiago Peixoto, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende e Senadora Lídice da Mata. Os convidados usam da palavra para responder os questionamentos e fazer as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezoito horas e cinquenta minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI LUCAS Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 8ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública par debater a matéria.

Convido para comporem a primeira Mesa os seguintes convidados: Eduardo Deschamps, Presidente do Conselho Nacional de Educação (CNE); João Batista Araujo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto; Adilson César de Araújo, Pró-Reitor de Ensino do Instituto Federal de Brasília – IFB e Membro do Fórum de Ensino do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (CONIF).

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar comentários pelo www.senado.leg.br/ecidada-ania, ou pelo telefone 0800-612211.

Aqueles que nos acompanham neste plenário também poderão enviar suas perguntas por escrito. Os questionamentos devem ser entregues à Secretaria da Comissão.

A Presidência adotará as seguintes normas: serão realizadas duas mesas de debates. O convidado fará sua exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Já passo imediatamente ao nosso primeiro expositor, Presidente do Conselho Nacional de Educação, Dr. Eduardo Deschamps.

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – Muito obrigado, Presidente Deputado Izalci Lucas. Cumprimento o Relator Senador Pedro Chaves e os demais membros daqui da Mesa: Sr. Adilson e Sr. João Batista Oliveira.

Vou falar um pouco aqui sobre as análises que têm sido feitas no âmbito do Conselho Nacional de Edu-



cação, em particular de alguns conselheiros acerca da proposta de reforma do ensino médio. É importante colocar que não foi feita nenhuma reunião ainda do Conselho Nacional de Educação para que tenha sido deliberada uma posição do Conselho Nacional de Educação acerca dos documentos aqui que tramitam de alteração legislativa, mas várias conversas foram realizadas, hoje pela manhã ainda – não é, Senador Pedro Chaves? – houve uma reunião da Comissão de Ensino Médio da Câmara de Educação Básica que conversou com o Senador e com os participantes acerca de alguns tópicos que estavam sendo debatidos no âmbito do Conselho Nacional de Educação.

Uma outra questão inicial e preliminar também que eu queria colocar é que há entendimento do Conselho Nacional de Educação de que aqui se trata de uma discussão de alteração do marco legal, ou seja, da LDB, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, e que as alterações que são feitas ou serão feitas na LDB, de certa forma, remeterão depois a discussões no âmbito do Conselho Nacional de Educação, que é o órgão normativo das legislações que são colocadas naquilo que couber normatização e, na sequência, os debates também que serão feitos no âmbito do Conselhos Estaduais de Educação, a partir das orientações que o CNE vai elaborar.

Eu vou pular a primeira parte aqui das mudanças e justificativas, são vários tópicos que são colocados. É importante salientar que há entendimento, do que nós podemos perceber nos debates do CNE, de que, de fato, o ensino médio brasileiro, por conta dos resultados, aponta a necessidade de uma revisão, de uma reformulação, uma vez que as características do ensino médio brasileiro são típicas do Brasil e não têm dado conta dos diversos desafios e exigências hoje que nós temos no mundo contemporâneo dessa formação.

Não deixando de lembrar que, na verdade, o ensino médio é uma etapa que é posterior ao ensino fundamental e que obviamente os impactos da forma como vem sendo tratado também o ensino, em particular, o ensino fundamental II, acabam chegando ao ensino médio, o que, de certa forma, também leva a dificuldades.

Então colocado que questões relativas, por exemplo, à formação de professores, a questões de currículo, em especial à Base Nacional Comum Curricular, questões de insumo, como infraestrutura e de materiais, e a questão da gestão escolar são quatro itens que perpassam todas as etapas da educação, da educação básica. Ou seja, você precisa fazer também intervenções de cada uma delas para que você possa ter bons resultados educacionais. Mas obviamente que no caso do ensino médio há entendimento também de que para além dessas questões dos professores, de currículo, das questões relativas à gestão e eventualmente a insumos, a própria do ensino médio no formato em que ela está colocada hoje pela legislação brasileira, em particular também pelas normas dali decorrentes, ela precisa passar por algum tipo de revisão, até para você poder trabalhar de forma mais específica os demais itens.

Sob esse aspecto, na análise que a gente faz da nova legislação que está sendo proposta, você identifica pelo menos quatro, para não dizer cinco itens. O primeiro deles é óbvio que está centrado a esse processo todo na flexibilização e diversificação do ensino médio. E aí, você poder dar ao estudante que nessa idade de 15 a 17 anos já começa – e principalmente o estudante agora do século XXI, com as novas tecnologias – a exercer um protagonismo maior, começar a dar para ele algumas alternativas diferenciadas de trajetórias que ele possa fazer no âmbito do ensino médio. Aqui não se trata de diminuir ou de aumentar nenhum lado nem outro, mas apenas de dar oportunidades iguais para todos os estudantes poderem seguir as trajetórias que entenderem mais adequadas para o seu projeto de vida.

Da mesma forma, dentro da lógica da diversificação, uma maior articulação com a educação profissional é importante, porque hoje educação profissional no Brasil ou a formação técnica profissional que você tem que dar no nível médio está atrelada ao aumento de carga horária pura e simplesmente. Não há como você trabalhar dentro das 2,4 mil horas qualquer possibilidade de o aluno escolher uma trajetória diferente que possa incorporar para ele dentro dessa carga horária algum tipo de formação técnica profissional. Não é assim que funciona no mundo. E essa possibilidade de você só conseguir ter formação técnica profissional mediante a obrigatoriedade de ampliação de carga horária leva a alguns problemas, dentre eles, a dissociação que você pode ter entre a forma como ele vai trabalhar formação técnica profissional com a forma que ele vai ter de trabalhar os conteúdos básicos do ensino médio.

Terceiro aspecto é você trabalhar com a chamada formação integral ou educação integral do estudante e começar a trabalhar, principalmente no caso ensino médio, com as chamadas competências socioemocionais ou competências do século XXI, ou seja, não ficar restrito, no âmbito do trabalho que você vai fazer no ensino médio, da formação do ensino médio, às questões cognitivas. É importantíssimo que você possa trabalhar outros aspectos que poderiam ser trabalhados simplesmente nas definições curriculares, não necessariamente do ponto de vista legal.

Já há um dispositivo legal dentro do Plano Nacional de Educação que fala da expansão progressiva para



o tempo integral. Eu colocaria esse tempo integral aqui com uma observação muito particular. Confunde-se muito educação integral com educação em tempo integral e com escola em tempo integral. A minha opinião particular aqui – eu não falo agora em nome do CNE, mas, sim, como conselheiro e como professores gestor da área de educação básica, é que você pode começar com conceber também o ensino médio numa lógica de educação de tempo integral, onde o aluno possa desenvolver competências e habilidades não apenas no ambiente escolar, que ele possa ter esse desenvolvimento em vários pontos, desde que isso esteja alinhado com as competências que ele deve desenvolver.

E obviamente a questão do alinhamento com as melhores experiências internacionais. Não é possível que o Brasil fique na contramão quando o mundo inteiro trabalha com estruturas diferenciadas para o ensino médio, o Brasil continue insistindo no modelo único padrão para todos, que, à guisa de um processo de igualdade, não trata da equidade na educação. É bom lembrar que não adianta a gente tratar de maneira igual os desiguais, a gente precisa tratar de maneira desigual os desiguais à medida da sua desigualdade para que a gente possa ter resultados comuns iguais, que é o caso da definição da equidade no processo.

Algumas inovações estão colocadas nessa legislação. A primeira delas diz respeito a você trazer para o aluno a lógica de que ele vai ser o principal ator determinante da trajetória que ele vai seguir no ensino médio. Óbvio que isso não pode ser realizado – depois eu vou falar dos desafios – apenas sem nenhum tipo de apoio. Que a carga horária máxima da parte comum obrigatória seja de 1,2 mil horas, aqui podemos discutir essa carga horária. Aqui há uma observação importante. A gente tem feito esse debate no âmbito do Conselho Nacional de Educação: não confundir a parte comum obrigatória com a Base Nacional Comum Curricular. No nosso entendimento, são coisas diferentes. E à medida que você limita ou trata na própria legislação a Base Nacional Comum Curricular como parte comum obrigatória, você limita a Base Nacional Comum Curricular. Porque também não dá para a gente imaginar que dando trajetórias diferentes no processo a Base não trate dessas trajetórias também diferenciadas daquilo que eventualmente numa determinada área, ênfase ou itinerário que o aluno vá seguir, que ele também tenha algo que seja comum para ele de norte a sul do Brasil. Não significa dizer que vai ser exatamente igual, mas que possa haver partes comuns também nesse processo.

Aqui há uma outra novidade, que é o aluno poder cursar um outro itinerário formativo até após a conclusão do curso, caso ele entenda que possa ou deva concluir com outros itinerários.

A possibilidade de organização em módulos com sistema de crédito. Fundamental se nós quisermos fazer o processo de diversificação, não adianta fazer um processo totalmente fechado e amarrado.

E algumas questões adicionais, que daqui a pouco aparecem também ali na frente: a possibilidade de reconhecimento de saberes, habilidades e competências, não necessariamente adquiridos dentro do ambiente escolar, mas que possam ser regulamentados.

Os conteúdos cursados no ensino médio poderem ser convalidados para fins de aproveitamento de créditos no ensino superior. Há o entendimento mais particular aqui de que isso pode ser uma inovação interessante. Não significa dizer que você vai retirar do ensino superior a importância que ele tem, mas o aluno que tenha feito algum aprofundamento – e agora a gente fala do ensino médio diversificado e flexível, em que o aluno vai aprofundar em determinados tópicos –, esse aprofundamento possa ser validado também para fins de ensino superior.

A validação da experiência prática de trabalho no setor produtivo, a questão da aprendizagem profissional também é um outro item importante. Que você possa trabalhar em modelos duais, em que o aluno tem atividades na escola, mas também no setor produtivo.

Concessão de certificados intermediários e a questão dos professores, os profissionais com notório saber para formação técnica profissional serem colocados com professores. Essa é uma avaliação de entendimento das inovações.

Na apresentação que foi feita inicialmente pelo Ministério da Educação, houve um gráfico apresentado no dia do lançamento que gerou muita confusão. E eu queria aproveitar aqui também para poder dizer que na interpretação a forma de organização pode ser feita de diversas formas diferentes, sob a orientação inclusive do próprio Conselho Nacional de Educação. Não significa dizer que o aluno vai ter um ano de parte comum obrigatória, mais meio ano, ou seja, o primeiro semestre do segundo ano de parte comum obrigatória, sendo que no segundo semestre ele vai ter a diversificação. Não é o caso.

Aqui a gente pode ter organizações dessa forma, uma base comum, uma parte comum no primeiro ano; segundo ano correndo em paralelo a ênfase a base comum e no terceiro ano a ênfase, como eu posso também fazer isso aqui. A legislação não impede que seja feito. Já no primeiro ano ele possa trabalhar alguma ênfase específica e ir correndo ao longo do tempo com isso, ele poder ter, inclusive, no último ano, uma parte comum obrigatória ou chegar no limite desse modelo.

Outra observação que eu queria fazer aqui, peço licença o Prof. Chico Soares, porque houve muito de-



bate sobre você ter ou não ter, empobrecer ou não empobrecer a questão do ensino médio. Aqui Prof. Chico fez uma apresentação e o Conselheiro Chico fez uma apresentação para nós lá das diferentes opções que o aluno pode ter, como por exemplo a organização da primeira parte ali, que seria a parte relativa àquilo que é obrigatório de Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática, aqui com alguns conceitos diferenciados. Depois você vai ter uma outra parte, que seria do Aprender a Conviver, onde pode ter Humanidades, Ciências Sociais, Ciências da Natureza e Artes. Sendo que o aluno que for aprofundar em Humanidades não terá essa carga horária aqui da parte comum, mas ele vai ter aqui na parte de aprofundamento. A mesma coisa vale aqui para uma parte de ênfase de Ciências, por exemplo. A mesma coisa em relação à parte comum obrigatória (Língua Portuguesa, Língua Inglesa e Matemática). Aqui, em vez de ele ter na parte comum as Ciências da Natureza, ele vai aprofundar Ciências da Natureza no que foi chamado pelo Conselheiro Chico de Aprender a Fazer. Lógico que isso aqui tem uma análise muito mais aprofundada, que pelo tempo nós não vamos ter condições de fazê-la.

Quais são os desafios, então? Aproveitando os últimos oito minutos aqui. Eu procurei colocar os três primeiros, os três atores que participam do processo educacional. O primeiro deles é o estudante. Como é que nós vamos trabalhar a questão do protagonismo ou projeto de vida do estudante? Como é que a gente vai trabalhar questão da escolha que ele vai fazer nos 15 ou 16 anos das ênfases que ele vai seguir.

Aqui, vou pedir licença ao João. Conversando com ele lá em Santa Catarina, em 2011, a gente conversando sobre as organizações que poderiam ser feitas, ele falava e comentava exatamente isto, que eventualmente – depois ele vai dizer se eu entendi corretamente ou não –, lá no nono ano, você já pode fazer algum tipo de acompanhamento com o estudante para tentar identificar no entorno que ele tem das competências e habilidades, dos conhecimentos que ele tem ou dos anseios que ele tem, poder fazer uma orientação para que ele já chegue lá no ensino médio podendo fazer uma escolha da trajetória diversificada ou flexível que ele quer seguir. Então, a escolha do itinerário formativo dele é um ponto importante para ser feita na regulamentação depois que o Conselho Nacional e as redes vão realizar.

E sempre lembrar que há deficiências do fundamental II que vão chegar ao ensino médio. Portanto, não se trata apenas de um olhar sobre o ensino médio, óbvio que se mexe na arquitetura, mas não esquecer que se nós não atuarmos também no ensino fundamental, em particular no ensino fundamental II – e a Base Nacional Comum Curricular deve trazer isso –, nós não vamos resolver algumas deficiências que ao estudante podem chegar que sejam chave para ele nesse processo de trajetória diversificada. Isso permitiria, inclusive, que eventualmente, no primeiro ano, dependendo da extensão de jornada que você tenha, você possa fazer algum tipo de trabalho no ensino médio, até de recuperação desse estudante.

Do ponto de vista do professor, óbvio que a nova arquitetura do ensino médio vai exigir um professor diferente. Não dá para a gente imaginar de um professor totalmente focado numa disciplina só, que não consiga trabalhar de maneira interdisciplinar e que não consiga trabalhar com esse novo formato de atuação aqui. E em especial também quanto a esse professor. Como a gente vai trabalhar agora a questão da formação técnica profissional como uma trajetória possível já dentro do ensino médio? Que tipo de formação a gente vai precisar dar para esses professores nas escolas onde essa formação técnica profissional for ofertada? Porque eu preciso fazer a conjunção dos professores que estiverem nessa ênfase com os professores da parte comum também.

A forma de contratação e remuneração também precisa ser abordada e discutida, porque um dos grandes pontos que vem no bojo do debate que acontece nas redes – agora falo também como Secretário Estadual de Educação – é o fato de que, de certa forma, para o profissional da educação, a sua organização ou remuneração está atrelada à sua carga horária, que, por sua vez, está vinculada ao número de turmas e disciplinas que está credenciado para lecionar.

Ora, se estamos fazendo uma mudança no processo, em que a organização vai ser feita de maneira completamente diferente, inclusive abrindo o processo por áreas, de que maneira vamos precisar modificar essa forma de contratação para evitar prejuízo para o professor e, ao mesmo tempo, problemas de financiamento do sistema? Então, aqui entra também a questão da remuneração.

É óbvio que, na medida do possível – isso não é mandatório –, em um sistema em que se vai trabalhar mais com projeto de vida e desenvolvimento de competências do estudante, pode-se ter um professor que tenha, na medida do possível, dedicação exclusiva à escola e àquele conjunto de estudantes.

Do ponto de vista de currículo, deve-se deixar muito claro o papel da Base Nacional Comum Curricular, que não deve ser, no nosso entendimento, confundida com a parte comum obrigatória. E que se possa ter, principalmente no caso da Base Nacional Comum Curricular do ensino médio, um foco muito maior nas competências a serem desenvolvidas e não em conteúdos a serem trabalhados nas escolas.

É óbvio que a questão da formação integral é ponto chave. Não dá para imaginarmos que o estudante



do ensino médio não vai ter os conteúdos de arte. E aqui, particularmente, quero dizer que há uma confusão: uma coisa é definir obrigatoriedade por lei de um determinado conteúdo ou componente curricular, outra coisa é definir a obrigatoriedade dele dentro do currículo, e a Base pode dar conta disso. Então, Artes, Educação Física, Filosofia, Sociologia e, eventualmente, competências socioemocionais é óbvio que vão estar dentro do currículo com diferentes graus de aprofundamento em que se pode trabalhar.

A organização da oferta e das ênfases precisa ser pensada do ponto de vista do currículo. Obviamente, trata-se a lógica da educação em tempo integral, de como trabalhar isso em um ambiente curricular, porque, senão, só se vai fazer empilhamento de disciplinas.

Do ponto de vista de gestores, há várias perguntas e várias questões a serem tratadas com regulamentação específica. Por exemplo, a organização das próprias escolas em relação às ênfases e diferentes trajetórias. Queremos dar as oportunidades aos estudantes para que ele possa ter essas trajetórias diferenciadas, mas não necessariamente teremos condições de fazê-lo em todas as escolas. Então, como fazer isso? De várias formas relativas à organização de rede, por exemplo. Em Municípios maiores, é óbvio que se tem a possibilidade de haver diferentes tipos de escola, podendo o aluno migrar, se mover entre essas unidades escolares. Em Municípios menores, vai ser necessário trabalhar de diversas maneiras. Uma delas diz respeito à possibilidade de se fazer o transporte dos estudantes; outra é trabalhar com tecnologias e plataformas que auxiliem nesse processo de ofertas de variedades diversificadas. Outra maneira é, em alguns casos particulares, de acordo com distâncias e condições, o Estado, que tem um papel social a cumprir, amparar essas comunidades como já acontece, por exemplo, no caso da educação no campo.

É importante também termos clara a forma pela qual vamos regular a mobilidade estudantil entre as diferentes redes e escolas uma vez que, agora, não vamos ter mais um padrão igual para todos; temos que ter claras também as questões relativas a financiamento e eficiência. Precisamos trabalhar nisso, porque o financiamento vai ser um ponto chave nesse processo de implementação que vamos ter. Primeiro: como vou dar a escala para modelos diversificados dessa natureza? Segundo, é preciso ter em mente que, nos próximos dez anos, certamente teremos uma redução de matrículas no sistema, por conta demográfica, com exceção de algumas regiões.

No ensino médio, ainda vamos ter algum aumento, mas isso vai fazer com que possamos, ao longo do tempo, ter um investimento. Mantido um orçamento básico igual, vamos ter um investimento melhor por aluno, o que pode ajudar no processo de organização das escolas, das unidades escolares, de acordo com as expansões que forem feitas.

Deve ficar claro também a maneira como vamos tratar o ensino médio noturno. Há dados que apontam que o número de alunos de 15 a 17 anos, em idade escolar regular, que estão no ensino médio noturno não são a maioria dos estudantes do ensino médio noturno. A maioria dos estudantes do ensino médio noturno é composta de alunos que já passaram da idade regular, em tese, do ensino médio. Então, essa é uma política a ser tratada de maneira muito específica, mas não dá para imaginarmos que o País vai conseguir se desenvolver, tratando o ensino médio noturno como alternativa para estudantes em idade regular do ensino médio. “Ah, mas temos um problema relacionado à questão...”

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – ...da manutenção desse estudante”. Sim, mas isso é para ser tratado especificamente de acordo com os dados que tivermos.

Bem, rapidamente, temos aqui os insumos. É óbvio que infraestrutura, materiais didáticos e uso de tecnologia passam por esse processo. Temos que equacionar isso no processo de implementação.

Avaliação: se não mexermos no Enem, não vamos conseguir fazer uma mudança efetiva do ensino médio, porque, hoje, o Enem puxa muito a forma como o ensino médio é organizado e como a avaliação do ensino médio propriamente dita é feita.

Na formação técnica profissional: articulação dentro do currículo, ou seja, como integrar as áreas, como uma aula de matemática vai estar vinculada àquilo que o aluno vai ter da sua formação técnica profissional? Temos o Pronatec, como uma ferramenta que pode ser ampliada, organizada ou estendida para essa nova organização. Temos a articulação das redes estaduais com o Sistema S e com os institutos federais de educação onde não há condições de oferta de formação técnica profissional, e temos a articulação com setor produtivo, mudanças na lei de aprendizagem...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – ...e a certificação.

Para finalizar, deixo muito claro que há vários passos a serem seguidos. Esse debate não se encerra aqui,



dentro do Congresso Nacional. Há muita coisa a ser feita. É óbvio que as alterações da LDB pelo Congresso Nacional vão ditar a forma como serão feitas as revisões de várias normativas pelo CNE, como será feita a revisão do Enem pelo MEC, a formação de professores em nível nacional e também em nível estadual, integrando com sistemas estaduais de ensino e educação.

Portanto, esta é a mensagem final que quero deixar aqui: o debate só está começando, não é aqui que se encerra esse debate. Apresentamos hoje para o Senador Pedro Chaves, a tese de que, na medida do possível, daquilo que for polêmico demais o Congresso Nacional possa tratar de conceitos básicos, não definindo especificamente determinados tópicos, porque isso podemos remeter aos sistemas de normatização, tanto ao Conselho Nacional de Educação como aos conselhos estaduais de educação. Aí, podemos fazer um debate um pouco mais aprofundado.

(*Soa a campanha.*)

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – Que a nova legislação traga mais o “poderá” do que o “deverá” e que o CNE possa ser a casa de aprofundamento das definições do novo modelo, com participação de professores, especialistas, estudantes e assim por diante.

Esse é o recado, essa é a mensagem que eu queria trazer a todos.

Muito obrigado mais uma vez. Quem precisar do material é só encaminhar *e-mail* para esse endereço, que mandaremos para todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Prof. Eduardo e passo imediatamente para o Dr. João Batista Araújo e Oliveira, Presidente do Instituto Alfa e Beto.

O SR. JOÃO BATISTA ARAUJO E OLIVEIRA – Sr. Presidente; Senador Relator do projeto, vou me concentrar em três tópicos.

Hoje, publiquei no *Congresso em Foco* alguma coisa sobre ensino médio técnico. A meu ver, só o fato de a lei trazer de volta o ensino médio técnico como uma opção de ensino médio já compensa todos os outros pecados mortais que essa lei possa ter. Esse já será um grande reencontro do Brasil com seu passado, reencontro do Brasil com a sua economia, com a sua população, com a sua juventude. Em que pesem todos os problemas que essa lei pudesse ter, só isso justificaria sua aprovação.

Vou me concentrar em três tópicos aqui: a diversificação do currículo acadêmico, a questão da carga horária e a questão do tempo integral.

Esse quadro que aqui apresento – não sei se dá para ler bem –, continuando, de outra forma, o que o Prof. Deschamps acabou de falar, mostra o que chamamos de Núcleo Comum. A meu ver, não precisaria passar de 800 horas, porque estamos falando de 2,4 mil horas. Está concentrado em: Língua Portuguesa, Matemática e Inglês; um curso, à escolha do aluno, na área de STEM/Biologia (Ciência, Tecnologia e Matemática) e Biologia; um curso na área e Ciências Humanas; um curso na área de Ciências Sociais. Então, teríamos nove dos vinte e um cursos ao longo de três anos, que seria essa parte comum. Na parte comum não significa que todos os alunos têm que fazer tudo igual; significa que todos os alunos têm que passar por alguns conjuntos de conhecimentos que serão objeto de avaliação em algum exame.

Qual é o pano de fundo disso? Primeiro pano de fundo: se o ensino médio acadêmico é propedêutico à universidade, ou seja, se há a ideia de que muitos alunos estarão preparados para a universidade, ele tem que ser fundamentalmente um ensino baseado em disciplinas. O segundo é que quem vai para o ensino médio acadêmico são as pessoas que têm uma distinção acadêmica nos anos anteriores. E o nono ano do ensino fundamental é o ano que coroa a aprendizagem básica daquilo que é comum em qualquer país. Então, acho que cabe às autoridades repensar essa reforma atropelada foi a expansão para nove anos e entender que, na prática, é o primeiro ano do ensino médio e deve carregar consigo muito da responsabilidade daquilo que é base comum. Portanto, isso é, mais ou menos, o que o PISA mede; isso é, mais ou menos, o passaporte que o mundo entende que todo cidadão deve ter para conviver nesse nosso montão de hoje.

Depois, teríamos as opções. E o conceito de opção acho fundamental, quer dizer, só interessa opção no sistema se o aluno puder exercitar. Dar a opção para o Estado regular, para o Município regular, para a escola regular, isso não chega ao aluno. A escola tem que ser montada de uma forma que o aluno tenha acesso a essas opções, e o aluno vai estar em Municípios pequenos, médios e grandes. E não podemos diferenciar alunos. Então, tem que haver uma metodologia, uma tecnologia, um pensamento muito robusto para assegurar que chega lá na ponta a opção, e não fica só na escola de excelência que frequentam os alunos das classes mais elevadas.

Qual é, então, a proposta? Dessas 1,6 mil horas que sobram, o aluno obrigatoriamente teria que fazer oito cursos na sua área de opção: ciência e tecnologia, biologia, ciências humanas etc; e quatro, a critério do aluno, em outros cursos que a escola ofereça. Então, aqui, temos, dentro do espírito da lei, uma primeira



possibilidade de um avanço notável na articulação do ensino médio, que simplifica brutalmente a forma de organização das escolas.

O Quadro II mostra isso de maneira mais simplificada: três disciplinas do Núcleo Comum; as disciplinas de STEM/Biologia; e as duas outras de cada matéria. Então, eles teriam esse conjunto de 12 disciplinas.

Vejam o Quadro III. Como é a repercussão disso em termos de escola? Como seria a organização da escola? Uma escola poderia organizar-se em torno de 12 disciplinas. No caso mais radical, em que se tenha uma escola de 300, 400 alunos, em um Município de 5 ou 8 mil habitantes, com 12 professores e uma capacidade de um ou outro dar duas disciplinas – deveria ser absolutamente possível, em qualquer lugar é – pode-se oferecer ao aluno uma gama de disciplinas: o básico e, no mínimo, duas de cada filão desses. Acerca das outras disciplinas, se a escola não tiver escala, as tecnologias permitem hoje que, em qualquer lugar do Brasil, se tenha acesso ao melhor professor do melhor curso.

E o Ministério da Educação poderia oferecer cursos variados das várias disciplinas, de vários matizes, e que coubessem dentro dessas modalidades. Isso resolve a questão que o Prof. Deschamps levanta da transferência de alunos. Quer dizer, dado que o aluno fez um curso dessa área e desse nível, ele tem o direito de se transferir independentemente de ter feito História do Brasil e Revolução Francesa. Não seria essa a questão, ele fez um curso básico ou fez um curso avançado, e aí tem o direito de transferência. Essa é uma forma, a meu ver – não é única, claro, cada um de nós aqui vai ter a sua forma –, extremamente simples, fácil de explicar e que viabiliza o desiderato maior, de se diversificar esse ensino.

Esse Quadro III mostra que o Brasil – e os Deputados aqui presentes sabem disso melhor do que nós todos – são vários brasis. Temos 2,5 mil Municípios que têm menos de 10 mil habitantes. Quer dizer, o Município que tem 10 mil habitantes tem 150 crianças em cada série escolar. É isso, seria uma escola para 450 alunos. Temos 2,5 mil abaixo disso. Então, temos que pensar que, nesse ramo de 2,5 mil Municípios, possivelmente a solução é muito mais intermunicipal do que municipal: transporte escolar, pensionato etc, para dar a todo aluno educação de qualidade. Fora disso, ficaria difícil.

Quando se chega na faixa de 10 mil a 20 mil, começa-se a ter uma ou duas escolas. Então, coloco aqui, na última coluna, qual o número de escolas de 420 alunos, que é uma escala pequena, mas já é economicamente viável, que precisaria haver no Brasil. É muito menos do que hoje. Pode-se racionalizar. E à qual implicação quero chegar? Pode-se pagar muito melhor o professor se se fizer um sistema racional e pode-se ter um professor muito melhor se ele for mais bem pago. Esse quadro dá uma ideia de como se pode reordenar progressivamente o ensino médio em função do índice de população.

O quadro IV nos mostra a quantidade e custo de escolas. Vamos analisar o pior quadro: vamos supor que todo aluno no Brasil fosse qualificado, estivesse preparado para o ensino médio e optasse pelo ensino médio acadêmico – todos eles, ninguém quer fazer ensino médio profissional no Brasil. Nessa escala, precisaríamos ter 20 mil escolas, 250 mil turmas/professores – muito menos que hoje – e um custo aproximado de R\$51 bilhões.

Para se ter uma ideia do que é isso: se você gastar a metade do dinheiro com professores, você pode pagar R\$100 mil por ano para um professor que trabalhe seis horas por dia. Quer dizer, se a coisa for feita de maneira racional, até diminuiria. Se 75% dos alunos forem para o ensino acadêmico, seriam R\$38 bilhões; se a metade for, o que deve ser o normal em todos os países, a conta seria muito menor. O resto seria, obviamente, gasto com a formação profissional, Sistema S etc. Ou seja. Temos uma equação que pode ser viável se for racional, agora, a racionalidade dela está na definição da questão das disciplinas.

Então, esse é o primeiro ponto, que acho fundamental. Em algum momento, imagino que esta Comissão e os outros fóruns que vão discutir o assunto poderiam se dedicar a analisar as implicações do discurso. Quanto mais simples o discurso, quanto mais objetivo e claro, mais simples e viável será a solução. Obviamente, que há detalhes técnicos em que não vou entrar aqui.

Uma coisa importante é que se o aluno vai fazer só um curso de ciências, que o curso de ciências seja interdisciplinar, como é, por exemplo, no modelo inglês e no modelo de Singapura: vou fazer Física, mas, na disciplina básica de Física, vai haver uma interação com Biologia, interação com Química, interação com modelagem em Matemática etc.

Essas são questões que não são da lei, são da base. Mas são detalhes que fazem parte de um segundo momento.

O segundo ponto que quero abordar mais rapidamente é a questão de aumentar ou não a carga horária.

O que mostra a evidência? O que mostra esse borrão? Esse borrão mostra o seguinte: a partir de 360 horas por semana, não há aumento no rendimento escolar. Ou seja, entre cinco e seis aulas por dia é o máximo que uma pessoa inteligente consegue absorver, usar e melhorar. Mais do que isso você tem retorno negativo em todos os sentidos. E isso coincide muito com o que acontece no resto do mundo. Então, essa ideia de ter



três, quatro, cinco, seis mil horas são ideias de quem tem pouca ideia, de quem não faz ideia das ruas. A evidência mostra isso. Esses são dados do Brasil e que não recomendam muito o aumento de carga horária, nem diária, nem anual – e nós vamos chegar lá.

O quadro seguinte mostra, também, que, se você aumenta mais o tempo que o aluno fica na escola, a aprendizagem dele não vai aumentar com um ensino ruim. Vejam o pouco ganho que há entre o nono e o quinto ano e o mísero ganho que há no Ensino Médio no Brasil. Quer dizer, nem horas, nem anos têm aumentado muito a capacidade cognitiva das pessoas.

Então, a questão, Brasil, não é quantidade. Há 65 anos que o Brasil só fala em quantidade. Desde 1950, é expandir, expandir e expandir, e aqui continua a expandir. Expandir por expandir, sem qualidade, não ajuda as pessoas, mas, sobretudo, não ajuda as pessoas mais pobres. Não ajuda as pessoas que mais precisam da educação.

Então, essa questão da expansão deve ser pensada. Por que expandir? Por que essa fúria em aumentar? Vai se esgarçar os recursos, ter menos dinheiro, pagar menos ao professor, e em nome de quê? Quem ganha com isso?

É óbvio que, como o Prof. Deschamps falou, você pode até manter o aluno na escola ou fora da escola para fazer outras coisas. Há várias formas de você estender o acolhimento e dar a ele atividades, inclusive atividades físicas etc., mas não é preciso ter cargas horárias colossais, porque isso não se justifica.

Vocês veem, por exemplo, no quadro seguinte, o Quadro VII, que, no mundo inteiro, não há nenhum país do mundo que tenha mais de 200 dias letivos por ano. Por acaso só há dois, mas a maioria tem muito menos. Nenhum país tem mais de 850 horas no Ensino Médio. Então, por que nós, no Brasil, vamos querer ter mais? Qual a razão para isso? É preferível ter mais qualidade, uma aula melhor, um professor melhor, com mais qualificação, com mais recursos para os alunos, do que essa fúria de expansão em nome não sei de quê.

Então, eu não vejo nenhuma justificativa racional, científica, histórica ou comparativa para se aumentar o ano letivo; pelo contrário, o dia letivo deveria ser até menor, por causa do Carnaval, dessas coisas do Brasil, do verão. Poderia muito bem ser de 180 dias, com cinco ou seis horas de aula por dia, o que daria muito melhor conta do recado.

Então, aumentar carga horária me parece temerário. Repito: não vejo nenhuma justificativa científica, empírica para isso, e isso deveria merecer, por parte dos Srs. Deputados, que agora estão com essa questão nas mãos, uma reflexão mais profunda.

E a terceira questão, relacionada com essa, é a questão do tempo integral. Na lei, um dos contrabandos dela é essa coisa do tempo integral, mais horas etc. O que acontece no Brasil com as melhores escolas públicas? Sempre que o Brasil tem uma melhor escola pública essa escola pública...

Não, o Quadro VIII, por favor.

Essa escola pública atrai alunos mais ricos. Vejam ali o caso das federais. Você tem médio, médio alto e alto muito maior nas estaduais... Municipal não conta, porque são uma ou duas que há no Brasil.

Então, se vamos fazer só 3%, 5% de escolas de tempo integral, tenham certeza de que os alunos ricos vão sair das escolas privadas e vão ocupar essas escolas.

É para isso que é essa lei? É para ajudar os ricos? Então, se quiserem fazer isso, se houver uma compulsão, ou seja, não se consegue segurar, “nós temos que fazer tempo integral”, então, que faça para os mais pobres. Então, só poderá frequentar a escola de tempo integral o aluno que for de nível socioeconômico médio ou médio baixo. Aí eu quero ver quem vai se interessar em fazer essa escola. Essa é a forma de você promover equidade. Sem isso, a nossa história vai dizer: “vou fazer escola para rico”. Não tem nada de errado em fazer escola para rico. Rico também é filho de Deus; rico também tem de ir para a escola pública. Porém, quando o recurso é escasso, a função da política pública, a função da lei é proteger os mais fracos.

Assim, se queremos fazer escola de tempo integral, não podemos esquecer da pergunta fundamental que toda política deve responder e que todo político deve se fazer: quem ganha com isso? E a única resposta válida tem que ser o aluno que mais depende da política pública para poder exercer os seus direitos.

Então, são essas as três contribuições que eu queria trazer aqui.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Dr. João Batista.

Já passo, imediatamente, a palavra ao próximo expositor, Adilson César de Araújo, Pró-Reitor da IEFB, aqui do Distrito Federal, também representando o Conselho Nacional, o Conif.

O SR. ADILSON CÉSAR DE ARAÚJO – Meus cumprimentos ao Presidente, ao Relator e a toda a Mesa.

Boa tarde a todos e todas!

Estamos aqui falando em nome do Fórum dos Dirigentes de Ensino, que contempla todos os pró-reitores de ensino da Rede Federal; um fórum ligado ao Conselho dos Reitores dos Institutos Federais.



Eu vou tentar dividir a minha fala em dois momentos: o primeiro para ressaltar alguns aspectos positivos de uma experiência de Ensino Médio integrado que tem acontecido na Rede Federal. E, num segundo momento, externar as nossas preocupações em relação a essa MP e como essa MP, da forma como está, pode impactar naquilo que nós estamos hoje realizando.

Antes de tudo, nós concebemos a educação como uma prática social. Como tal, ela deve ser negociada, pactuada e construída ouvindo os sujeitos sociais que fazem a educação. O nosso fórum tem, nos últimos anos, discutido a reforma do Ensino Médio, e há um consenso na Rede de que é necessário reformar o Ensino Médio, mas nós não queremos apenas ser colaboradores nesse processo; nós queremos, de fato, participar da sua concepção, da sua gênese. Nós temos muito o que contribuir com esse debate.

É nesse sentido que nós agradecemos a oportunidade, mas nós queríamos participar da construção, da formulação. E nós temos sido muito pressionados pelos nossos estudantes. A gente fala de projeto de vida dos estudantes, que os estudantes têm que ser considerados e ouvidos, e, nas plenárias, nas discussões que temos feito com os estudantes, eles têm cobrado isso de nós. “Quando nós seremos ouvidos?” Nós, da Rede Federal, não estamos sendo ouvidos nesse processo. Nossas vidas serão alteradas, nosso itinerário formativo vai ser alterado; então, nós queremos ter voz e vez nesse processo. Esse é o clamor dos nossos estudantes e também é o clamor dos profissionais da educação e dos gestores da Rede Federal.

Assim, nós não poderíamos deixar de, aqui, colocar a nossa insatisfação em relação à forma pela qual esse processo está sendo construído, porque entendemos educação como algo que deve ser pactuado, construído a partir de um grande acordo, com a construção de acordos possíveis.

Dito isso, eu acho que outra característica bem marcante na história das reformas educacionais no Brasil é a de que elas têm alguns traços muito semelhantes. Primeiro, costumam desqualificar os profissionais da educação, desqualificar o currículo, desqualificar e olhar com um certo ceticismo o papel da escola. Isso tem sido uma marca muito presente – e alguns estudos revelam isso –, ou seja, querer desqualificar o trabalho que tem sido feito, de não reconhecer a trajetória e as histórias que são construídas.

Nesse sentido, eu quero aqui apresentar alguns pontos que são importantes em relação a essa nova forma de pactuar e de poder construir um Ensino Médio integrado que possa nos servir de parâmetro, de referência para que a gente possa, inclusive, pensar que existem experiências exitosas.

A gente tem ouvido um discurso que denuncia o Ensino Médio como um verdadeiro caos, como uma verdadeira catástrofe, e esse discurso atinge em cheio os profissionais da educação que fazem hoje o Ensino Médio. Então, por mais que nós questionemos o Ensino Médio que aí está, é necessário que a gente também reconheça que existem algumas experiências exitosas, ricas e que merecem ser validadas e não negadas.

Nesse sentido, a Rede Federal de Ensino, com a sua experiência de Ensino Médio integrado – construída, ou ainda, que está em processo de gestação, porque educação, como a gente falou agora há pouco, é construção, e não se muda a cultura de uma hora para a outra, e isso passa por um processo de conquista e de convencimento, em que se tem de negociar o tempo todo com os profissionais da educação, com os professores, com a comunidade escolar –, a nossa experiência de Ensino Médio integrado tem revelado alguns aspectos positivos: primeiro, que ela tenta articular, num mesmo espaço escolar, a formação geral com a formação profissional, sem sonegar o direito à cultura, sem sonegar a arte, sem sonegar a sociologia, sem sonegar a formação ampla.

Nós percebemos em nossos alunos e na comunidade escolar que frequenta a Rede Federal um orgulho de fazer parte da Rede Federal. Eles defendem a Rede Federal. Os resultados que são apresentados no Enem nos colocam nas melhores condições – e olha que nós não vivemos em função do Enem. A gente relativiza o Enem como elemento de detecção de qualidade. A gente relativiza isso, porque a nossa função é outra; é muito maior do que preparar os alunos para o Enem. No entanto, os resultados da Rede no Enem têm nos colocado em uma situação muito favorável. O setor produtivo tem procurado pelos profissionais que são formados na Rede Federal.

A evasão do Ensino Médio integrado, só para vocês terem uma ideia – algumas pesquisas revelam isso –, gira em torno de 5%, 6%, 6,5%. Ou seja, está bem abaixo da evasão que acontece no Ensino Médio regular, que costuma ser o dobro ou até o triplo desse percentual.

Então, nós percebemos que há possibilidade, que há viabilidade de se fazer um Ensino Médio diferenciado, mas esse Ensino Médio diferente passa por uma série de fatores, porque, em educação, resultado e processo caminham juntos. Nós não temos condições de ter bons resultados se nós não tivermos bons processos.

A Rede Federal só tem bons resultados porque nós temos bons processos. Nós temos bons laboratórios, nós temos quadras esportivas cobertas, nós temos uma política de valorização e de formação continuada dos nossos docentes. Grande parte dos nossos profissionais, mesmo em estágio probatório, estão fazendo mestrado, estão fazendo doutorado.



Os nossos planos de curso são feitos a partir de uma ampla pesquisa que envolve as tendências do mundo do trabalho, a pactuação por meio de audiências públicas, enfim, nós construímos – e isso é uma tarefa árdua, e reconhecemos que temos inúmeros problemas, porque somos oriundos de uma formação compartimentalizada, cartesiana, que estabelece uma hierarquia de saberes no interior das nossas escolas, a gente tem um contexto de pedagogia do isolamento, em que a área técnica ainda se separa da área de formação geral –, mas isso é processo.

A gente está construindo formas a partir de uma carga horária que possibilita encontros, planejamento, construção de seminários integradores, de projetos integradores, fazendo valer o que está nas diretrizes curriculares, onde tecnologia, cultura, trabalho e educação são os eixos estruturantes do nosso currículo. Esse é nosso desafio permanente. Ou seja, o nosso Ensino Médio integrado, com todos os seus problemas, é uma experiência que deve ser aprimorada, é uma experiência exitosa. Nossos alunos têm orgulho de pertencer à Rede Federal, nossos resultados são bons.

Portanto, se a gente quer pensar um outro projeto de sociedade, se a gente quer pensar uma sociedade, que forma o estudante para compreender as complexidades do mundo do trabalho, se a gente quer formar um ser humano na sua integridade, um ser humano autônomo, se a gente está, de fato, comprometido com a construção de um novo projeto de civilização, a gente vai ter que investir.

E, aí, entram as nossas preocupações em relação à MP. O Anísio Teixeira dizia que educação de qualidade custa caro, porque caros são os seus propósitos, caros são os seus objetivos. Formar seres humanos no seu sentido integral é tarefa cara, e o Estado brasileiro deve isso à sociedade. Esse projeto civilizatório de se ter um Estado educador ainda é um grande desafio para a sociedade brasileira.

E, aí, a gente acha que quantidade e qualidade não são termos dicotômicos. É possível avançar na expansão oferecendo uma educação de qualidade, com infraestrutura e que garanta bons resultados para os nossos alunos e que essa educação também, de fato, seja de qualidade. Mas isso vai precisar de investimentos, vai precisar de recursos, e, nos Institutos Federais, a meu ver – e a experiência demonstra, e há esse sentimento na Rede –, a sua experiência do Ensino Médio integrado é algo que tem que ser estudado, aprimorado e pode ser uma experiência interessante para pensarmos uma expansão seguindo o Ensino Médio integrado como uma referência, uma referência, inclusive, bastante exitosa.

Colocado isso, quais são as nossas preocupações? As nossas preocupações são, primeiro, a forma que a MP apresenta de alijamento da formação geral, separando-a da formação profissional, o que ameaça aquilo que nós estamos fazendo hoje.

Ela não tem nada de novo; ela volta ao Decreto nº 2.208, de 1997, que proibia a possibilidade da integração, que proibia a articulação entre formação geral e formação profissional. Há um preconceito histórico na sociedade brasileira, diante do seu histórico de colonização, em relação à educação profissional, que sempre foi vista como uma educação de segunda categoria, uma educação para os filhos dos trabalhadores, para os pobres. Nós recusamos essa visão. Nós achamos que o trabalho é um princípio educativo. Nós podemos construir um modelo de educação pelo e para o trabalho, mas não sonhando o acesso à cultura geral, não sonhando a possibilidade das artes, da música, da dança, da vivência, da sociabilidade fazerem parte do mundo juvenil.

Então, nesse sentido, achamos que, com a forma com que a MP se apresenta, ao separar a formação geral da educação profissional, dando ênfase à educação profissional de forma segmentada, ela não avança, ela retrocede e nega o que estamos fazendo como educação de médio integrado. E é isto que está dando certo na rede, o ensino médio integrado, que possibilita essa visão geral dos nossos estudantes, com a possibilidade concreta de trabalho, para compreender os problemas que hoje abatem o mundo do trabalho. Então, para nós isso significa uma ameaça.

Há outro ponto: por que notório saber para a educação profissional? Isso não significa reforçar o histórico de preconceito, de que qualquer um pode ser professor, de que qualquer um pode atuar na rede profissional? Isso não significa negar todo um debate que está acumulado, que vem da LDB, que é reforçado pela LDB? A LDB diz que a tarefa de educar é uma tarefa complexa, que não basta a experiência, que não basta o conhecimento técnico, que é necessário que a dimensão ética esteja presente, que é necessário haver a construção de conhecimento, para se ter noção de Pedagogia, de Didática.

As pesquisas que estão aí mostram que grande parte da evasão e do abandono tem a ver com a falta de um domínio didático e pedagógico em sala de aula, o que reforça a necessidade de a gente aprimorar e reforçar o investimento em formação continuada, e não de negá-lo. Por que banalizar a docência? Por que, para nós da educação profissional, basta que qualquer um tenha experiência para poder atuar? Isso para nós significa banalizar a docência, contribuir para um processo de proletarianização. E há mais: isso não colabora para construirmos uma educação de qualidade. Portanto, isso nos assusta. Educar é mais do que passar co-



nhecimento. A gente acha que, no educar, as dimensões da ética, da estética, do domínio do pedagógico e do domínio da técnica são dimensões imprescindíveis que fazem um educador de qualidade, que contribua para uma formação mais humanizada dos nossos estudantes.

Quanto à questão da educação de tempo integral, grande parte das nossas escolas da rede federal funciona em tempo integral, porque não dá para a gente trabalhar a formação geral com a formação profissional em um turno só. Para isso, é necessário não só que ampliemos a carga horária por si só, mas também que tenhamos projetos integradores. É necessário que venhamos a pensar o tempo e o espaço da escola. Nós não concebemos escola como um depósito de crianças e de adolescentes, com aquele velho chavão: é melhor estar na escola do que estar na rua. Não! Nós concebemos a escola como um espaço de formação, de humanização. Portanto, não basta elevar o número da carga horária, se não repensarmos o projeto de escola que queremos construir, o projeto pedagógico, o papel dos alunos, os projetos integradores, enfim, o tempo e o espaço escolar. Então, essa questão é muito mais complexa do que ampliar o número de carga horária.

Por último, falo de uma preocupação nossa em relação à questão do financiamento, à possibilidade de haver o financiamento público e o privado. Como vai ficar a questão da oferta do ensino técnico? A possibilidade de haver essas Parcerias Público-Privadas vai abrir também o leque para outras experiências. As instituições vão poder também atuar como ofertante do ensino técnico?

Então, isso nos preocupa muito, porque achamos que a educação profissional custa caro. Cada um de nossos institutos, cada um de nossos *campi* em Brasília custou algo em torno de R\$13 milhões, R\$15 milhões. Temos máquinas que custaram muito caro. Isso não se faz no improviso, isso se faz com planejamento e com investimento.

Então, até que ponto o precedente do notório saber e o precedente da ênfase na educação profissional, no formato que está aí colocado, não significam também uma banalização da profissionalização? Isso foi feito em 1971, por meio da Lei nº 5.692, quando se colocou a educação profissional como terminalidade para os pobres, para evitar o *boom* do ensino superior, para evitar que principalmente os filhos dos trabalhadores não chegassem ao ensino superior e se contentassem com o ensino técnico pobre. Nós não queremos uma educação pobre para o pobre. Nós queremos uma educação que garanta as múltiplas dimensões da formação humana.

Essas são preocupações que estão colocadas na rede federal, são questões que ameaçam a nossa existência como rede e ameaçam aquilo que temos de maior valor, que é o ensino médio integrado, que é a integração de saberes, que é a integração de pessoas, que é a integração de cultura. O médio integrado é uma aposta, é um projeto que está em construção e que vem com o objetivo, que é possível, de garantir a formação profissional sem negar principalmente aos filhos dos trabalhadores o direito à cultura, porque isso a educação brasileira já fez ao longo da sua história.

Qualidade em educação para nós pressupõe o tipo de seres humanos que queremos formar, a efetividade social – temos de prestar contas e mostrar resultado à sociedade – e a satisfação dos alunos, dos pais e dos profissionais da educação que fazem a educação no seu dia a dia. No momento, essa satisfação, tanto por parte dos profissionais da educação quanto por parte dos alunos, está ameaçada pela forma com que esse debate foi colocado.

Nós queríamos ser sujeitos desse processo. Tomara que não seja tardia a nossa participação e que ainda tenhamos condições de reverter isso e de construir, de fato, uma perspectiva de educação que nós mereçamos, uma educação integral e integrada, que nos humanize, porque, antes de sermos profissionais, somos cidadãos. É isto que estamos frisando: que projeto de cidadania e que projeto de sociedade nós queremos construir? O ensino médio integrado é uma aposta que vale a pena conhecermos, sobre a qual devemos nos debruçar e que, quem sabe, podemos expandir como referência para a educação brasileira, para um ensino médio integrado consentido, para um ensino médio consentido para a juventude, para um ensino médio que a população reconhece como referência de qualidade.

É isso. (Palmas.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Parabéns!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Sr. Adilson.

Desfazendo a primeira Mesa e agradecendo – nós vamos fazer a inscrição dos Deputados depois –, já convido para a segunda Mesa o Sr. Moaci Alves Carneiro, professor e autor da obra *O Nó do Ensino Médio*; o Prof. Simon, também pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade; O Sr. Ricardo Chaves Martins, consultor nosso da Câmara dos Deputados; e Marta Vanelli, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. (Pausa.)

Já composta a Mesa, passo, imediatamente, a palavra ao Sr. Moaci Alves Carneiro, professor e autor da obra *O Nó do Ensino Médio*, por 20 minutos.



O SR. MOACI ALVES CARNEIRO – Boa tarde a todos!

Saúdo o Presidente da Comissão, o Deputado Izalci Lucas; o Relator, o Senador Pedro Chaves; o Relator revisor, o Deputado Wilson Filho; as Sr^{as} Deputadas e os Srs. Deputados.

Ainda cumprimento os colegas expositores da Mesa.

Agradeço o convite para participar desta agenda de trabalho.

Preparei o roteiro de minha exposição a partir de quatro segmentos: pressupostos, mitos, constatações e sinalizações. Mas, em face da exiguidade do tempo, vou partir diretamente para as constatações, porque acho que elas poderão contribuir de forma mais fecunda e germinadora, para que a gente possa enriquecer o debate.

Entendi que o objetivo de nossa convocação aqui era precisamente o de a gente discutir a conveniência, a adequação e a musculatura da MP 746, e não propriamente o de discutir a forma de se organizar o ensino e a escola, porque essa é uma etapa, no meu modesto entendimento, posterior.

Acho que a Medida Provisória nº 746 apresenta de cara 20 questões, 20 aspectos polêmicos. O primeiro deles diz respeito ao fato de que ela atravessa a LDB. Isso, em si, pode ser preocupante. Por quê? Porque ela promove mudanças no currículo, no financiamento da educação, na carreira docente, que são vigas de sustentação do conjunto equidade, diversidade e qualidade. Assim, a MP 746 termina por produzir um desencaixe das cadeias estruturantes da LDB.

Em segundo lugar, ela malbarata o conceito escola de tempo integral. Levar o aluno por mais tempo para a escola tem sentido se isso significar levar o aluno por mais tempo para dentro do currículo multifocal. Não é só ficar lá por mais tempo. Como fazer isso em uma escola de educação básica, em uma escola de ensino médio totalmente desfigurada por, primeiro, um déficit de professores; segundo, uma formação inadequada de boa parte dos professores; terceiro, salários baixos; quarto, escolas desprovidas de insumos adequados; quinto, alunos com perfil acadêmico descompassado; sexto, alunos desnivelados nas estruturas cognitivas; sétimo, uma agressiva distorção idade-série, que já vem lá do ensino fundamental; oitavo, um aproveitamento inadequado dos resultados das avaliações; e, por fim, uma estrutura escolar sucateada?

Depois, há outra dimensão: a formulação proposta pela medida provisória confunde currículo com escola. É importante fazer essa diferenciação. Não se faz educação escolar adequada sem tempo adequado casado com estruturas adequadas. O tempo, o espaço – que por sinal, foram referenciados pelo expositor anterior – e o acompanhamento são vestimentas da aprendizagem na escola. Por isso, diz-se nos corredores das escolas na Alemanha: “Não olhe para o currículo, olhe para a escola. Se a escola não puder responder, o currículo, simplesmente, fará silêncio.”

Há outra dimensão crítica: a MP antagoniza os passos do processo de mudança do currículo. Como? Cria tempos artificiais, supostos. Como respeitar o tempo de definições da Base Nacional Comum, se as decisões de mudança do currículo do ensino médio aparecem antecipada e extemporaneamente?

Esta é a próxima dimensão: ela biparte o currículo. Uso propositadamente esse verbo pouco coloquial. Ela biparte o currículo. O currículo é uma estrutura integral, o currículo é uma estrutura integrada, em que os seus componentes unitários – que ora podem ser disciplinas; que ora, numa abrangência maior, podem ser áreas; que, numa abrangência maior, podem ser atividades; que, numa abrangência maior, podem ser projetos – interpenetram-se complementarmente. A imposição de dois momentos curriculares, de dois segmentos curriculares, de dois tempos curriculares, um programado pela escola e outro pilotado pelo aluno, sem que se definam previamente parâmetros de condução, pode-se transformar em um mecanismo de aceleração do processo de deserção dos aprendizes, dos alunos.

A próxima dimensão é que a MP amplia o retalhamento da educação básica. A organização da educação escolar no Brasil, por sinal, segue um ritmo sempre entrecortado, soluçante, meio galopante. As divisões e a segmentação são procedimentos preferidos historicamente pela educação formal, que, via de regra, não é trabalhada pelos sistemas de ensino, nem pelas escolas, conseqüentemente, como totalidade. Como a gente sabe, a educação infantil se biparte em creche e em pré-escola. O fundamental se biparte em Fundamental I e em Fundamental II. Agora, vem-nos a ameaça de se bipartir o ensino médio em Médio I e em Médio II, com dois currículos, com dois tempos, com duas circunstâncias organizações, com dois processos de avaliação, com duas formações de professores.

O aspecto seguinte é que a MP rebaixa a visibilidade da educação básica. A educação básica se viabiliza por uma base comum e por uma formação comum, conceitos diferenciados, porém intercomplementares. O afastamento do ensino médio da educação básica é desdobramento de uma calculada ambiguidade estrutural e semântica que a legislação brasileira esconde, presente em toda legislação do ensino. Consiste ela em operar cada conceito legal abstratamente, nebulosamente, distante da realidade e em não viabilizar a concretização dela, legislação, socialmente.



A próxima dimensão é que a MP sombreia o Fundeb. A medida provisória em debate amplia a faixa de nevoeiro sobre o financiamento da educação, como vai ser a dança dos recursos, a movimentação dos recursos da educação básica no País, sobretudo em um país em grave crise fiscal. Vale lembrar aqui o que está ocorrendo hoje com a universalização da educação infantil. O segmento creches está sofrendo uma retração, porque os Municípios estão, por imposição legal e com medo dos tribunais de contas, redirecionando recursos para a pré-escola.

O nono aspecto negativo da MP é que ela reduz a base humanística da formação. Com o anúncio de retirada de disciplinas – e não vamos esconder o sol com a peneira, isso foi dito no lançamento, na informação primeira da medida provisória, depois é que se mudou o sotaque –, com o anúncio da retirada de disciplinas de valor humanístico: sociologia, filosofia, artes, educação física, uma segunda língua estrangeira, há forte risco de esmaecimento do campo de princípios e fins da educação nacional, na conformidade, evidentemente, do que estabelece o art. 2º da LDB, que abre, no campo de suas finalidades, o elemento: “pleno desenvolvimento humano do aluno”.

A próxima dimensão negativa, assombrosa, é que ela inverte a lógica da definição dos constituintes pedagógicos, anuncia a exclusão aleatória de disciplinas como uma forma de balão de ensaio, desrespeitando-se o que está em processo de discussão na construção da base nacional comum e, assim, inverte todo o processo, ou seja, não discute para definir, mas define para se poder discutir.

O próximo aspecto é que ela desequilibra os parâmetros legais das finalidades do ensino. O art. 35 da LDB prescreve as quatro finalidades abrangentes do ensino médio. Na proposta da MP 746, há uma visão claramente hegemônica da pedagogia da competência para responder, privilegiar as exigências produtivas não para formar o cidadão, mas, sim, para formar prioritariamente um trabalhador exigido pelo mercado de trabalho e um consumidor. Podemos, dessa forma, caminhar para a robotização da inteligência, sob a inspiração da pedagogia do clone.

O próximo aspecto é que ela reforça a dicotomia teoria e prática. Ao propor tempo e sequenciais diferenciados para aprender, reforça-se a ideia de que a formação básica para o trabalho é um momento diferenciado, distante, específico de formação, quebrando-se, assim, a ideia de totalidade do currículo e de articulação, de interpenetração, de intercomplementaridade dos conhecimentos e dos saberes. Na sociedade do conhecimento e da economia globalizada, o currículo em ação, não como estrutura legal abstrata, deve associar cinco fundamentos: o físico-ambiental, isso está na própria legislação vigente, o sócio-histórico; o sociocultural, o sociopolítico e o econômico produtivo.

A próxima dimensão é a fragilidade da carreira docente. A prevalecer o esquema organizacional proposto para a formação do currículo do ensino médio, teremos de produzir dois especialistas: o professor, qualificado para acionar a base nacional comum com um enfoque na educação geral, e, o outro – eu confesso a vocês que fico arrepiado com a proposta –, possivelmente com notório saber, para operar a parte diversificada do currículo.

Nos Estados Unidos, todos nós sabemos, a experiência fracassou, basta ler o documento *Uma Nação em Risco*. Imaginem, é de 1983, mas está atualizado como uma fonte de referência para nos secundar a compreensão do futuro que poderá nos advir. Na França, também, hoje, essa discussão é considerada crucial. O professor já não é visto como profissional com especificidade da educação e detentor do domínio de conhecimentos sistematizados para serem trabalhados na sala de aula. Sofre a concorrência do mercado de trabalho precarizado, do desemprego crescente e das redes paralelas de ensino que já começam a colocar a cabeça de fora. Estas com o apoio da cumplicidade contínua e bem articulada de uma máquina publicitária que nós já temos visto na televisão, nos jornais, nas revistas, etc., que põe ênfase no conceito de provisoriedade dos conhecimentos, e aí fica “provisoriamente dos conhecimentos escolares”, quando, na verdade, o provisório incorpora o volume de informações da massa e mídia.

A próxima dimensão é que a MP dilui a profissão docente. Quando não se tem clareza sobre o conhecimento sistematizado a ser trabalhado, a ser ensinado, a ser planejado, organizado e cooperado, operado com os alunos em sala de aula, qualquer um poderá ensinar, porque cada um poderá ser professor ao seu modo.

A próxima dimensão preocupante é que ela exclui os atores centrais do processo de sua formulação. Ao não convocar e incluir o professor como um sujeito coletivo, deixando a discussão para economistas, cientistas políticos e especialistas em tecnocultura, abandona o professor como agente intelectual, mediador qualificado da criação de condições favoráveis e promissoras da aprendizagem.

A próxima dimensão é que ela acena trilhas pedagógicas, o que é positivo, mas acena trilhas pedagógicas difusas, para não dizer confusas. Um dos aspectos mais atrativos da MP é a possibilidade de dar autonomia ao aluno na escolha de seu percurso de formação, mas sob que pilotagem? Com que acompanhamento qualificado? O aluno é de tempo integral. E o professor? Bom, vamos substituir o professor de sempre pelo profes-



sor de notório saber, mas pergunto eu: onde estão eles, porque serão milhares? Onde estão eles? Quem possui notório saber está no mercado de trabalho competitivo, nós sabemos disso, e não vai deixá-lo para ir para a sala de aula. O salário do professor não exerce sobre o professor de notório saber nenhum poder de atração.

Para ser franco, eu desconfio que o lance é outro. É só olhar a meta 17 do PNE: valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente até o final do sexto ano de vigência do PNE. Podem-se imaginar as nossas escolas públicas de ensino médio cheias, povoadas de professores com notório saber. Mas a questão da construção de trilhas pedagógicas é muito mais preocupante. Por quê?

Nos Estados Unidos, por exemplo, se verificou que, na parte pedagógica, a autonomia, a liberdade de os alunos montarem o próprio currículo nas escolas resultou em um elenco de disciplinas tão diluído, tão difuso e tão confuso a ponto de não se ter mais um objetivo central na aprendizagem.

Além disso, a ênfase excessiva no desenvolvimento da personalidade e da individualidade levou à criação de disciplinas que contribuem muito pouco para a formação acadêmica e profissional consistente das individualidades. Por isso, hoje a maioria das empresas, nos Estados Unidos e no Canadá, que utilizam mão de obra egressa diretamente do ensino secundário tem, apontam as estatísticas, aumentado suas despesas com treinamento de modo a suprir deficiências básicas.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACI ALVES CARNEIRO – Um minuto.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MOACI ALVES CARNEIRO – Solução que eles deram: currículo mínimo com carga horária nas disciplinas básicas como inglês, matemática, ciências, introdução à tecnologia, mas também ciências sociais – não se diz em choque: mas também ciências sociais.

Muito bem. A medida provisória confunde programa com política. O Brasil é rico em programas, mas pobre em políticas consistentes na área de educação. Nós contamos, o Instituto Interdisciplinar de Brasília contou, há poucos dias, 72 programas em áreas de educação e áreas conexas e contíguas envolvendo diversos ministérios.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACI ALVES CARNEIRO – Bom, com isto, eu termino. Faltam as outras dimensões que eu poderia, nos debates, acrescentar.

Muito obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo, em seguida, a palavra ao Dr. Ricardo Chaves Martins, que é Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

O SR. RICARDO CHAVES MARTINS – Presidente, Deputado Izalci; Relator, Senador Pedro Chaves; colegas, companheiros desta Mesa, é uma satisfação estar aqui. Agradeço a honra do convite.

Sr^{as} e Srs. Deputados, também gostaria de fazer uma menção especial, porque houve um requerimento do Deputado Thiago Peixoto, nem sabia que ele tinha apresentado, que acreditou que eu tinha alguma contribuição, alguma palavra a dizer com relação a essa matéria. Eu vou procurar ser bastante objetivo nas minhas considerações.

A primeira consideração é que eu queria render uma homenagem a todo o trabalho de reflexão e debate que a Câmara dos Deputados vem realizando sobre essa matéria desde 2012, quando se criou o conjunto da reforma do ensino e discussão do ensino médio, depois o projeto de lei, de que eu mesmo participei – não assessoriei diretamente naquele tempo, mas participei de vários encontros –, houve uma grande manifestação de diferentes setores da sociedade envolvidos, associações profissionais, associações de pesquisa, entidades de estudantes, de gestores públicos, enfim, houve uma grande participação, sobretudo, na primeira etapa até o surgimento do projeto de lei que depois foi discutido na Comissão Especial e o substitutivo estaria pronto para o debate. Mas eu vou me ater ao texto da medida provisória e não vou entrar também na discussão da escolha que o Poder Executivo fez da via legislativa em termos de medida provisória. Eu acho que a homenagem rendida aos Deputados fala por si.

Bom, a primeira coisa é o seguinte: a medida provisória, na minha leitura, tem duas partes que não necessariamente precisariam constar do mesmo diploma legal.

Uma parte se refere à questão do fomento à educação, ou à escola, em tempo integral, e a outra é a parte da reformulação e reorganização acadêmico-curricular do ensino médio.

Na verdade, são duas matérias conexas, porém não seriam necessárias, mesmo porque a introdução de



um programa de fomento, de estímulo, ao ensino médio sequer precisaria ser objeto de lei, poderia ter sido objeto de um programa do próprio Ministério da Educação. Mas, já que está aqui...

Eu gostaria de louvar outra questão. Tem sido uma tradição interessante e positiva ao longo do tempo o Poder Executivo apresentar ao Poder Legislativo vários de seus programas, e isso tem dado estabilidade a esses programas. Esse é o caso do Programa Nacional de Alimentação Escolar, o Programa Dinheiro Direto na Escola, o Programa Universidade para Todos. Enfim, são vários programas que vêm sendo colocados em lei, e isso é bom, porque isso dá estabilidade. A estabilidade não fica ao alvedrio e à discriminação daquele que seja eventualmente detentor do poder em alguém momento, passa pelo crivo do Poder Legislativo. Ressalto esse mérito nessa direção.

A primeira grande mudança nessa primeira parte relativa à escola de tempo integral é a ampliação da jornada para 1,4 mil horas. Esse dispositivo, na verdade, não é imperativo, ele não tem força imperativa, não tem eficácia impositiva, porque ele diz que será feito de forma progressiva e ao sabor, ao desejo, conforme a ordem dos sistemas de ensino, e de acordo com as disposições do Plano Nacional de Educação, que é genérico sobre o tema, não fala especificamente sobre o ensino médio. Então, na verdade, essa disposição da ampliação para 1,4 mil horas fica, como se dizia antigamente, como uma norma programática. Na verdade, ela poderia ser um elemento específico do programa de fomento – quem fizer isso recebe o fomento – não precisaria ser uma norma geral, porque ela não tem eficácia impositiva, não tem prazo, etc.

Na esteira da discussão desse dispositivo tem sido colocada uma coisa interessante e que vale a pena levar adiante: não a jornada de 1,4 mil horas num tempo que ninguém vai saber, mas a jornada de mil horas, como alguma coisa mais precisa e com tempo certo.

Há duas coisas importantes em relação a isso. A primeira delas é que se observa uma diferença, uma diversidade, muito grande entre os Estados. Por exemplo, São Paulo, me lembro aqui, já tem uma jornada anual de mil horas para o ensino médio – aliás, não só para o ensino médio, mas também para o ensino fundamental –, são 1,2 mil horas – hora-aula de 50 minutos. Mas não é o caso do Rio Grande do Sul, onde são 800 horas; nem é o caso de Minas Gerais, onde hoje são 833 e uns quebradinhos – não me lembro dos minutos, me perdoem –; ou do Mato Grosso, onde há uma variação entre 800, mínima, e 880, máxima. Então, há uma distância grande. Há que ver se os Estados, em determinado tempo, têm condições de suportar isso, e em que tempo, sobretudo no cenário em que nós estamos.

A medida provisória, de toda forma, como tem duas partes... Todo o resto, que trata da organização acadêmica, está baseado nas 2,4 mil horas que hoje existem, todo o resto da medida provisória está baseado nisso. As 1,4 mil horas não conversam com o resto que está colocado na medida provisória.

De toda forma, o que é positivo, ela sinaliza com uma política de fomento às escolas em tempo integral. Isso é muito bom. A ideia é interessante, o impacto inicial vai ser bastante modesto, porque são 572 escolas, o percentual de alunos que vai ser atingido com esse programa de incentivo é bastante modesto, serão acrescentados 3,8% de estudantes do ensino médio aos 5,7% existentes – ainda vamos continuar com menos de 10%, ao final de 4 anos, se essas 572 escolas forem instaladas.

Além disso, há a questão, que já foi muito bem colocada, da sustentabilidade em função da periodicidade do apoio. Essa é uma questão não resolvida.

Os demais dispositivos relativos ao programa são os usuais, que o Ministério da Educação vem adotando há anos na forma de distribuição, critérios de distribuição, valor por aluno, matrículas, etc. Não há nada novo em relação a isso.

A segunda parte da medida provisória. Há algumas coisas que são extremamente importantes e outras que são mais superficiais ou que são de tal forma acessórias que sequer precisariam estar ali, no meu modesto entendimento.

A primeira questão que eu gostaria de ressaltar, e que é consistente com todas as discussões a que tenho assistido aqui mesmo, no âmbito do Poder Legislativo, e em outros seminários que eu tenho tido o privilégio de frequentar, de participar, é que a ideia da flexibilização e da diversificação é importante, ela é interessante para aproximar o ensino médio do interesse, da motivação, da capacidade, enfim, do desejo dos estudantes. Essa é uma questão bastante interessante, o que não significa abrir mão da qualidade e sequer abrir mão de algumas questões básicas de formação geral – vamos chegar lá.

As questões acessórias. Por exemplo, há uma mudança de “Brasil” para “República Federativa do Brasil”. Essa é uma questão absolutamente perfunctória, que não precisaria ter mudado, mesmo porque o Brasil não foi só república, também foi monarquia, enfim, há uma série de outras questões. Isso não era necessário.

A questão da retirada da obrigatoriedade das Artes e da Educação Física. Isso foi objeto de um número muito expressivo de emendas aqui dentro. Na verdade, o texto coloca que Artes e Educação Física... O texto da LDB que vigorava antes da medida provisória dizia que eram componentes curriculares obrigatórios, mas



não dizia qual era a carga horária devida, nem por quanto tempo tinham que ser oferecidos, nem que tinham que ser oferecidos todos os anos, etc. e tal. Então, o fato de ficar como estava na LDB anterior não alteraria em nada, digamos, o caráter de flexibilidade que se quer implementar – ou de diversificação no ensino médio. Quer dizer, para mim não há diferença. É claro que é preciso cuidar para não se confundir a expressão “componente curricular”, que tem um conteúdo bastante explícito, um significado bastante explícito, com “disciplina”. São duas coisas diferentes – por isso mesmo, a LDB usou “componente curricular” e não usou “disciplina”.

Agora, uma coisa curiosa. A ideia de que se eliminem as obrigatoriedades, ou se minimizem as obrigatoriedades, no ensino médio a fim de que se possa ter maior diversificação e flexibilidade é uma ideia defensável. Agora, se isso for ponto de polêmica, ponto de discussão, também não vai alterar o objetivo de maneira significativa – se isso for objeto de acordo para fazer caminhar uma ideia que nos parece interessante.

Com relação à Filosofia e à Sociologia, já há uma diversidade, porque o texto da LDB, embora obviamente... Claro que qualquer pessoa que é comprometida com uma educação de qualidade, que está pensando na formação integral do estudante, como os nossos colegas, tem que pensar que essa formação humanística, que envolve não só mas também as Artes, a Educação Física, a Filosofia e a Sociologia, não pode ficar de fora. Isso é impensável, é absolutamente impensável nos tempos modernos isso ficar de fora. Agora, Filosofia e Sociologia, talvez por erro da legislação quando foi implantada, eram os dois únicos componentes curriculares – vejam! –, em toda a LDB, cujo ensino era obrigatório em cada ano do ensino médio.

Era a única particularidade: era no ensino médio. Mas nada disso existe para o ensino fundamental, por exemplo. Então, havia um descompasso nessa questão. Essa parte da obrigatoriedade anual, pelo menos essa parte, tem que ser corrigida. Teria, no mínimo, que ser corrigida, mas não, obviamente... E se garantindo que isso entre na Base Nacional Comum Curricular, no mínimo.

Particularmente, eu sou muito simpático à ideia do Inglês obrigatório a partir do 6º ano e do Inglês obrigatório no ensino médio. Isso porque se trata da língua de comunicação universal, e o Brasil, hoje, faz muito mal, as redes públicas fazem muito mal o ensino de língua estrangeira. Então, ao escolher uma e tentar fazê-la bem, isso está bom, agora ter a obrigatoriedade de mais de uma.... Sem nenhum demérito para o espanhol, mas a obrigatoriedade de mais de uma quando sequer se faz bem uma... Essa é uma questão a ser considerada seriamente.

A inclusão dos temas transversais na Base Nacional Comum Curricular me parece bastante positiva. O Congresso vai pensar, vai avaliar, porque aquela cláusula que restringe a inclusão de novos componentes curriculares no âmbito do Poder Executivo é interessante e é coerente com o que a legislação já vinha fazendo no sentido de delegar as diretrizes curriculares nacionais ao âmbito do Poder Executivo.... Essa questão é interessante. No entanto, todos nós sabemos que há um número bastante elevado de iniciativas parlamentares tentando incluir novos componentes curriculares. Se todos fossem aprovados, seria um currículo absolutamente imanejável. Agora, essa é uma decisão que compete aos Srs. Parlamentares, cabe a eles dizerem que, de fato, querem que essa questão fique no âmbito do Executivo mesmo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RICARDO CHAVES MARTINS – Exatamente, o termo seria quase exatamente este, um termo de delegação.

Com relação à flexibilização. Eu sou favorável, eu sou um entusiasta dessa questão da flexibilização, da questão da diversificação. Sou favorável à ideia de que o ensino técnico seja também um itinerário formativo, o que para mim não significa abrir mão da qualidade da formação geral, ampla, técnica e humanística das pessoas, não significa isso. Eu acho que isso é bastante positivo.

Agora, com relação a essa organização curricular proposta, vejam o seguinte. Primeiro, a LDB, com os efeitos da medida provisória, ou do projeto de lei de conversão, ou do projeto de lei que vier a ser votado – vai haver uma decisão dos Srs. Parlamentares com relação a isso –, não pode ser detalhista. Para o ensino fundamental, por exemplo, o que existe? Existe um artigo lá da LDB que diz que a Base Nacional Comum terá Língua Portuguesa, Ciências da Natureza, Matemática e Realidade Social e Política Brasileira, não há mais nada. Então, nós não devemos também ser muito detalhistas. Acho que a legislação não deve também ser muito detalhista no ensino médio. Não faz sentido ter generalidade para o ensino fundamental e, depois, ter todos os componentes curriculares do ensino médio detalhados na lei. Isso não faz sentido. Agora, aqui há orientações curriculares gerais. Essa é uma decisão a ser tomada.

O conceito e a norma da Base Nacional Comum Curricular já estão consagrados. Quer dizer, é um conceito que é um pouco mais avançado em relação à Base Nacional Comum originalmente na LDB e que está consagrado na discussão do Plano Nacional de Educação. Isso já está consagrado, não se discute.

Que Base será essa? A Base caracterizará apenas uma dualidade? Isso não me parece razoável. Quer



dizer, há uma Base comum, geral, modesta e, depois, itinerários formativos já preestabelecidos, mas cuja escolha ficará a critério das escolas ou das redes de ensino? Ou a base também conterá sinalização para esses itinerários formativos? Eu não sei se estou me fazendo claro...

Há emenda nessa direção. Há emendas que falam em Base Nacional Comum para uma coisa e Base Nacional Comum específica para os itinerários formativos, etc. E há também algumas que dizem que a Base Nacional Comum deverá prever as trajetórias de modo exatamente... A preocupação dessas emendas é exatamente preservar a integração curricular e evitar também os problemas que aconteceram nas *high schools* norte-americanas, alguns que o senhor levantou.

Outra questão. A denominação dos itinerários formativos não me parece a mais feliz, porque ali há denominações de áreas do conhecimento, e áreas do conhecimento não são itinerários formativos. Há emendas com relação a isso, há várias formas de emendas. E há também uma possibilidade. A lei não define os itinerários formativos, ela diz que haverá itinerários formativos, mas que esses itinerários serão definidos na discussão da Base Nacional Comum Curricular. Essa é outra alternativa bastante interessante e que vai permitir, inclusive, aprofundar a discussão do tema.

Há outra questão também com relação à flexibilização. Eu me preocupo muito com a expressão “até”. Diz-se lá que a Base Nacional Comum Curricular terá até 1,2 mil horas. Isso significa que um Estado pode querer fazer.... Vou exagerar, claro que nenhum Estado vai fazer isso... E vejo aqui o nosso Presidente do CNE, Secretário do Estado de Santa Catarina... Nenhum Estado vai fazer, mas a lei poderá permitir, e a lei não pode dar margem a essas coisas. Um Estado poderá resolver fazer 1,2 mil, outro poderá resolver fazer 1,15 mil, outro poderá resolver fazer 400. Isso não é desejável. Essa questão tem que ser corrigida. Tem que ser uma Base comum, para todos. Essa questão tem que ser resolvida.

Outra questão é a seguinte. Se a ideia dos itinerários formativos é garantir ao estudante o direito de escolher um itinerário formativo, é preciso que esse direito lhe seja assegurado. Então, a logística de implantação dessa reforma é extremamente importante, dada a realidade das redes públicas existentes – no caso das escolas particulares isso também existe, mas basicamente no das redes públicas. Como já foi mostrado aqui: nos Municípios pequenos, nas pequenas escolas, como será garantido que o estudante vai ter acesso ao itinerário formativo que ele escolheu? Ou a rede escolar vai escolher por ele o itinerário formativo que pode ser oferecido naquela escola? Essa é uma questão que tem de ser resolvida.

Há formas.... Ouvi ontem, por exemplo, num seminário em São Paulo, o argumento de que a larga maioria dos estudantes de ensino médio está em Municípios maiores. Isso é verdade, mas aqueles que estão nos Municípios menores têm o mesmo direito que têm os que estão nos Municípios maiores. Então, essa questão logística tem que ser tratada, por transporte escolar ou por estratégias intermunicipais. Enfim, isso tem que ser organizado. A lei não vai dizer como, mas, no meu entender, a lei deve dizer que esse direito de acesso ao seu itinerário formativo tem que ser garantido.

E não se trata de dizer a quantidade que cada Município deve oferecer. Não é isso. O direito de o estudante ter acesso ao itinerário formativo tem que ser garantido. Isso me parece uma coisa interessante e importante.

A questão da obrigatoriedade de oferta da Língua Portuguesa e da Matemática me parece uma questão clara, cristalina. Quer dizer, é básico, é uma questão fundamental. E isso, ousar dizer, não é uma tentativa de profecia premonitória, mas poderá ser o embrião do novo Enem. Porque também vai ter que ser mudado. Que o novo Enem venha a ser basicamente essa questão, centrado nestes dois grandes pilares da educação: Língua Portuguesa e Matemática. Depois, o que vier a ser agregado, que seja de acordo com os seus itinerários. Assim eu espero que seja. Não sei se vai ser. Não tenho nenhuma *inside information*, mas, de toda forma, eu assim gostaria que fosse.

A Filosofia e a Sociologia eu já mencionei.

A possibilidade de frequência de uma segunda opção formativa é bastante interessante. Eu tenho minhas dúvidas se tem que se limitar apenas ao ano seguinte. Porque, hoje, a Medida Provisória diz que ele pode voltar para fazer uma segunda opção formativa no ano subsequente ao da conclusão do ensino médio. Eu até agora não consegui encontrar razão por que essa limitação do ano seguinte. Talvez haja e eu é que não consegui alcançar. Quer dizer, deve haver, senão não teriam colocado. Eu que não sei qual é.

Aproveitamento de experiências práticas. Essa ideia, na verdade, não é uma ideia nova. A LDB já permite estas coisas, talvez não com tantos detalhes: aproveitamento, certificação de experiências, etc. No caso do ensino médio, considero bastante interessante a organização por modos e formas. Tudo isso já era permitido pela LDB. Aliás, na verdade, como alguém já disse aqui, a LDB tinha o espírito extremamente flexível. A prática é que levou ao enrijecimento. Esse enrijecimento precisa ser mudado às vezes, digamos, com um golpe de tapete. Esse deve ser o objetivo pedagógico da reforma...



(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. RICARDO CHAVES MARTINS – Está certo. Mas não tinha essa conotação política. Era uma conotação meramente física. Meramente física.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – É porque são os tempos que nós estamos vivendo, Prof. Ricardo, de golpe na democracia.

O SR. RICARDO CHAVES MARTINS – Está certo. Eu entendo, Senadora. Eu retiro a informação.

Bom, o artigo que fala sobre os processos seletivos para ingresso na educação superior para mim é literalmente confuso. Ele não deixa clareza sobre o que vai acontecer. Na minha opinião, eu acho que ele deveria simplesmente ser suprimido dessa questão. Não está claro, pelo menos da forma como está.

A maior polêmica é com relação aos profissionais de notório saber. Compreendo toda a preocupação e compartilho...

(Soa a campanha.)

O SR. RICARDO CHAVES MARTINS – ... da ideia de que o notório saber – estou terminando –, há que se ter a questão da preparação para a docência na forma do que está previsto no art. 62 e no art. 64 da Lei de Diretrizes e Bases. Mas dentro do segmento da formação técnica e profissional eu não vejo por que abrir mão do concurso de profissionais que estão no mercado que possam complementar e trabalhar de forma integrada com os docentes habilitados e formados.

Por outro lado, creio que seria bastante interessante acrescentar duas coisas. Uma certamente: a ideia de que esse profissional que seja trazido para determinada parte específica da formação técnica profissional, como adicional àquela disposição, ele tenha uma complementação pedagógica.

Isso é fundamental porque o ato educativo tem suas especificidades. Então, ele tem que ter uma formação pedagógica no mínimo.

A segunda questão diz respeito à outra disposição de, eventualmente, se não houver – isso já é uma colocação, mas tem que ver se há viabilidade, porque a prática das redes públicas de ensino já é essa – profissionais habilitados nos termos, sobretudo, do inciso I do art. 61 da LDB, que são os profissionais docentes. Essa é uma outra questão.

A questão da formação de professores, obviamente, tem que tomar por referência a Base Nacional Comum Curricular, mas não se restringe a ela. Então, acho que a questão dessa redação tem que ser pensada.

As novas ponderações do Fundeb. Eu tenho minhas dúvidas sinceras porque, primeiro, não se retirou a ponderação relativa ao ensino médio integrado. O novo inciso XIV se sobrepõe ao inciso XIII quando trata da formação técnica e profissional.

O retorno do estudante para a segunda opção formativa – na verdade ele já concluiu o ensino médio – no caso de existência de vagas. Então não sei se seria adequado pensar, porque seria um duplo financiamento para o mesmo estudante que já concluiu o ensino médio.

Os prazos para as alterações teriam que ser ajustados.

Basicamente, eu acho que vou parar por aqui porque a campanha já tocou duas vezes.

Muito obrigado, Senador, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Chaves. PSC - MS) – Quero agradecer a palestra do Prof. Ricardo Chaves Martins, Consultor Legislativo da Câmara dos Deputados.

Agora, com muito prazer, chamo a Marta Vanelli, Secretária-Geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Nesse ato, ela está substituindo o Prof. Roberto Franklin de Leão, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação.

A SRª MARTA VANELLI – Cumprimento todas e todos, os convidados desta Mesa, especialmente o Senador Pedro Chaves, Relator desta medida provisória na Comissão Mista.

Eu queria falar aqui em nome dos profissionais da educação. Vou começar, Senador, fazendo o mesmo apelo que lhe fiz na sexta-feira, na audiência Pública da Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul. Nós temos clareza de que essa medida provisória está dentro do pacote de ajuste fiscal do Governo Federal. Por isso que, dentro desse pacote – depois vou entrar mais detalhadamente em por que nós pensamos nisso –, estamos lutando para que a PEC 55 não seja aprovada por esta Casa, porque ela é uma proposta de emenda à Constituição que vai congelar os recursos da educação por vinte anos. Portanto, ela vai inviabilizar o cumprimento do Plano Nacional de Educação. Nós acreditamos que o Plano Nacional de Educação, que foi construído em uma conferência nacional de educação, com a participação de 6 milhões de pessoas, que tramitou no Parlamento brasileiro por três anos e meio para ser aprovado, esta Casa precisa prezar para que ele seja cumprido.

Ao aprovar a PEC 55, temos certeza de que, ao reduzir os recursos da educação, não vai cumprir as 19



metas e muito menos a Meta 20, quando foram decididos 10% do PIB para a educação.

Então, nós já perdemos o recurso do pré-sal e agora vai congelar mais ainda, portanto, vai impedir que, de novo, a sociedade brasileira tenha um Plano Nacional de Educação de letras mortas, como foi o plano anterior.

Eu acho que no século XXI não podemos mais passar por isso. Acho que a gente precisa prezar, em todos os espaços, para o cumprimento do Plano Nacional de Educação, por isso que, para nós, a PEC 55 não pode ser aprovada.

E esta medida provisória, na verdade, traz, no seu conteúdo essencial, um debate que foi realizado pela sociedade e pelo Parlamento brasileiro na tramitação da LDB de 1996. Um grande debate que a gente fazia, à época, era que tipo de ensino médio seria oferecido para os nossos adolescentes de 15 a 17 anos. Esse foi o debate que a gente travou vinte anos atrás e foi aprovado que o nosso ensino médio seria um ensino médio de formação geral. E tinha toda uma argumentação que vale para hoje, a mesma argumentação. Nós estamos trabalhando ou falando da formação de adolescentes, a grande maioria dos alunos do ensino médio são alunos de 15 a 17 anos em pleno, ainda, momento de formação e que nós precisamos prezar na formação geral e humanística para esses nossos jovens. Não podemos pensar apenas de lhes ensinar uma profissão, mas, sim, formar cidadãos para a sociedade.

Quando foi definido, em 1996 e 1997, o governo Fernando Henrique Cardoso, através de um decreto, extinguiu todos os cursos de formação profissional nas escolas públicas deste nosso País, o Decreto nº 2.208, que o representante da Conif também se referiu. E que nós só conseguimos voltar a discutir, a oferta de cursos técnicos profissionais, em 2003.

Então, hoje, é possível o nosso adolescente frequentar o ensino médio de formação geral e frequentar, ao mesmo tempo, um curso técnico profissional e ele pode ser de três formas. Então, a sociedade brasileira precisa saber disso. Pode ser de três formas que ele curse esse curso técnico profissional ou ele pode fazer pós-médio, portanto, ele pode fazer seu curso médio profissional, depois ele pode procurar um curso técnico profissional, ou ele pode ser concomitante, ele pode frequentar os dois cursos ao mesmo tempo e pode fazer um curso médio integrado ao profissional. Hoje é permitido ao nosso estudante ter formação profissional, dessas três formas.

Qual é o problema nisso e que hoje está colocado? Hoje o problema é que nas escolas estaduais – e eu acho que os institutos federais fazem muito bem esse curso médio integrado ao profissional –, que oferecem o ensino médio integrado ao profissional, não investiram nas escolas, especialmente na questão técnica profissional como deveriam investir. Este foi um dos grandes problemas.

E está lá, não é, Secretário Eduardo Deschamps... Santa Catarina teve alguns cursos técnicos em caráter experimental, trinta, ao mesmo tempo, que, no Conselho Estadual de Educação, autorizamos. As escolas não tiveram o investimento necessário que deveriam ter para dar qualidade a esses cursos técnicos profissionais.

Está lá o Paraná, com grandes cursos médios integrados nas escolas públicas estaduais, e há uma grande evasão de estudantes, porque ele pode ser de duas formas: pode ser ofertado em três anos de curso – portanto com mais horas durante o dia, de forma integral – ou pode ter o quarto ano, fazer o ensino médio em quatro anos. O problema é que, se o estudante que está no curso integral quiser trabalhar, ele precisa migrar para só de formação geral, porque também se permite que ele faça a migração.

Então, tem muita... A informação que eu tenho, que não é de uma pesquisa, mas do nosso sindicato, é que há muita evasão de estudante que está fazendo ensino médio integrado ao profissional em função de ser de mais de quatro horas por dia e de ele precisar trabalhar. Então, ele está migrando do técnico integrado para o de formação geral.

Portanto, nós entendemos que, se tivessem intenção de melhorar o ensino médio brasileiro, primeiro, não se apresentaria uma proposta através de medida provisória. Eu acho que o PL 6.840 poderia ser solicitado para a Câmara dos Deputados e voltar a se fazer o debate do PL 6.840. Já há um projeto de lei sobre esse tema na Casa. Não seria preciso trazer uma nova medida provisória para tratar desse tema. Esse é um problema.

Segundo: essa medida provisória, que é de reforma do ensino médio, vai deformar ou desqualificar mais ainda o ensino médio se for aprovada. Não é possível, não é possível pensar em como melhorar o ensino médio só pensando na mudança curricular. Não é possível! Não há milagre que dê conta de melhorar a educação no ensino médio só mudando a questão curricular, como faz aqui a medida provisória. Por quê? Porque ela não diz como vai melhorar as escolas. Se é verdade que, hoje, o ensino médio tem problemas na sua qualidade, e tem mesmo – nós não estamos aqui afirmando que ela tem qualidade; ela tem mesmo.... Agora, não basta apenas mudar o currículo e dizer que ela vai melhorar. Nós precisamos pensar aqui em como nós vamos melhorar a infraestrutura das escolas. Nós precisamos pensar em como nós vamos valorizar os profissionais da educação, porque poderíamos deixar o ensino médio da forma como está, podemos mudar algumas.... Se 13



disciplinas é demais – eu não acho que é demais, porque ela dá conta de uma certa quantidade de conteúdo para o estudante –, se tem que ser reorganizado de forma diferente, não tem problema. Vamos pensar é em como reorganizar esses conteúdos para os estudantes.

Agora, não é reduzindo pela metade que vai resolver, porque, se o nosso estudante hoje tem 2.400 horas de formação geral, aqui vai ter 1.200. Então, está diminuindo pela metade. Não está dizendo como vai melhorar as escolas, especialmente. Não diz como as escolas serão melhoradas, para poder atender até essas 1.200 horas, ou as 3.000 horas que faltam. Se são 1.200 de formação geral, faltam mais 3.000 horas aí que alguém vai ter de executar.

O que está colocado para nós nessa medida provisória é desresponsabilizar o Estado – viu, Secretário Eduardo Deschamps – na oferta do ensino médio público e gratuito para os nossos adolescentes. Portanto, é a privatização de parte da matriz curricular do ensino médio. Quando você não diz que tipo de escola vai ofertar as 4.200 horas do currículo do ensino médio, quem vai ofertar? A iniciativa privada. É para entregar parte da responsabilidade do currículo para a iniciativa privada. Por isso, é preciso flexibilizar. Aqui, a flexibilização é no sentido da privatização, porque, se fosse para responsabilizar o Estado na oferta das 4.200 horas, tinha que dizer aqui como a escola vai ofertar, especialmente a parte técnica. É aquilo que o representante do Conif: a parte mais cara na oferta da educação é a parte técnica profissional. Os laboratórios da parte técnica são mais caros, muito mais caros. E, quando não diz isso, e a própria medida provisória diz que os governos podem fazer parcerias, então, os governos vão fazer parcerias com a iniciativa privada para a oferta ou parte da matriz curricular, especialmente da parte técnica. Por isso, não podemos concordar com essa proposta colocada dentro dessa medida provisória.

Caso ela seja aprovada e implementada, eu não tenho dúvida de que, daqui a cinco anos, nós teremos muito mais estudantes fora da escola do que temos hoje. Não tenho dúvida, e olhe que uma das metas do Plano Nacional de Educação, neste ano de 2016, era a obrigatoriedade dos 4 aos 17 anos. É a meta do Plano Nacional de Educação, que não foi cumprida. Nós não conseguimos cumprir a obrigatoriedade da matrícula dos 15 aos 17 anos. O Brasil não conseguiu colocar todos os seus adolescentes dentro da escola neste ano de 2016. Então, se ela não conseguiu colocar todos os seus jovens, como vai dizer agora que, de forma integral, mas é integral não só pela oferta do Estado, mas, sim, em oferta pela iniciativa privada, porque não diz aqui que nessa escola integral, o estudante estuda na mesma escola.

Ele será matriculado em uma escola para fazer determinados conteúdos, talvez da Base Nacional Comum, e depois ele vai ter que procurar talvez – não é, secretário? – em outras escolas alguém que esteja ofertando.

Vou dar um exemplo muito claro: eu sou da área de Biologia; eu acho que a área de Ciências da Natureza continua sendo a área em que mais falta profissional de educação, professores, em que mais faltam professores; então isso não significa que se o estudante quiser cursar uma disciplina na Ciência da Natureza, a escola onde ele esteja matriculado, seja ofertada lá essa disciplina. Pode ser ofertada inclusive em outra escola. Ou de Ciências Humanas. Pode ser que a disciplina de Ciências Humanas ele queira fazer, mas a escola onde ele está matriculado não ofereça. Então ele pode ir para outra escola para fazer uma disciplina de Ciências Humanas.

Nós vamos ter um aluno de ensino médio itinerante. Pode cursar duas ou três escolas, ou quatro por semana. E aí envolve toda uma desestruturação familiar, quando um estudante jovem, que muitas vezes vai para a escola e leva o seu irmão mais novo, toda uma desestruturação na vida do nosso estudante, porque ele pode estudar em duas, três ou quatro escolas na mesma semana. Na mesma semana.

Porque como há uma falta muito grande de professores, e como nós sabemos que muitos professores, na grande maioria das redes públicas do País, os professores, 50% dos seus professores têm contrato temporário, e o Estado também pode ter a opção de não ofertar algumas disciplinas de algumas áreas do conhecimento, ele pode dizer: “Não vou contratar professores de Química, de Física e de Biologia. Já está faltando no mercado, então eu não vou ofertar esse conteúdo.” É claro que essa é uma forma simples de resolver o problema de falta de profissionais. Subtrai-se esse conteúdo da formação dos nossos estudantes. Assim a gente resolve o problema de falta de professores das Ciências da Natureza, especialmente, que são as áreas em que mais faltam profissionais hoje. Então esse para nós é um dos problemas, é muito grande.

Nós não temos nenhum problema com escola integral, nenhum problema. Acho que a escola ideal hoje é a escola em tempo integral, desde que a gente tenha o currículo integral, com a escola preparada e organizada para ter o estudante durante sete horas. E lembrando: escola em tempo integral, se o aluno fica sete horas na escola, nós temos que pensar também que espaços físicos nós vamos ter nessa escola, para que esse estudante fique sete horas dentro das escolas.

A outra é em relação aos profissionais da educação. Eu não vou aqui falar de forma corporativa. Agora, depois de anos de luta, nós conseguimos regulamentar o que se entende de profissionais da educação. E ago-



ra, numa medida provisória, de novo, nos tira essa identidade como profissionais da educação.

A nossa formação como professores – eu vou colocar não só profissionais, como professores e professoras –, a nossa formação para ser professor de ensino médio é por disciplina. É por disciplina.

Eu sou professora de Biologia porque sou formada em Ciências Biológicas. Eu não sou professora de Física ou de Química, apesar de ser da mesma área de conhecimento. Então, não me peça para dar aula de Química ou de Física, porque eu tenho formação pedagógica, eu tenho formação didática para lidar com adolescente. Agora, o conteúdo que domino é de Biologia, não é de Física ou de Química. Isso tem de ficar muito claro. E quando a gente diz que basta ter notório saber para ser um professor é voltar ao século passado, é dizer, com todo respeito ao eletricitista...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA VANELLI – Vamos pensar, porque a nossa cabeça não para de pensar em como será o dia a dia dentro da escola ou como que o sistema vai se organizar dentro dessa nova proposta. Agora, quem será esse pessoal de notório saber? Pode ser o eletricitista? Pode. Para mim, o eletricitista é um profissional de notório saber para fazer serviço de eletricidade. Agora, ele não é de notório saber para ser um professor, porque é diferente de dominar a parte técnica. Por isso que, ao estabelecer que pode ser de notório saber, talvez não seja para as redes públicas contratarem esses profissionais, é para as entidades privadas, pois os Governos vão fazer convênios para ofertar a parte técnica, profissional. São eles que vão contratar esses profissionais de notório saber, porque vão ofertar. Por isso que vai...

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA VANELLI – ... privatizar parte do nosso currículo. Por isso que, para concluir, Presidente Izalci, para nós, é pela rejeição dessa medida provisória. Acho que esta Comissão tem uma responsabilidade grande, tem de rejeitar essa medida provisória para a gente estabelecer, de fato, um amplo debate de como vamos melhorar o Ensino Médio no Brasil, porque, para nós, essa medida provisória não dá conta.

Por isso, obrigada pelo espaço de estar aqui contribuindo com esse diálogo sobre o ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Parabéns a V. Exª.

Passo, imediatamente, a palavra ao Dr. Simon, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, conversando aqui com alguns Parlamentares, gostaria de fazer um apelo a V. Exª com relação ao calendário da próxima semana, precisamente o calendário da segunda-feira, um dia em que o debate adquire muita importância também pelo fato de ser o dia destinado a ouvir o Ministro e os ex-Ministros. Considerando que é uma segunda-feira, quando não haverá sessão deliberativa do Congresso Nacional pela importância, repito, que tem o debate com a presença do Ministro e dos ex-Ministros, faço um apelo para que haja um ajuste nesse calendário. Depois que ouvirmos o último convidado, gostaria que tratássemos de assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu já quero, imediatamente, responder a V. Exª.

Esse tema é um tema relevante e urgente. Todos os ministros já confirmaram presença e, na prática, aqueles Senadores e Deputados e Deputadas que acham realmente o tema importante e urgente acho que, em sacrificar uma segunda-feira, não há nenhuma dificuldade.

Nós vamos manter...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Mas não é questão de sacrificar, Sr. Presidente. Pelo contrário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª está perguntando e eu estou respondendo.

Eu gostaria...

Eu gostaria de concluir a minha fala.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não, eu sei que sim, mas nós estamos querendo fazer um debate. Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu gostaria de concluir a minha fala.

Além disso, nós estamos, já, aqui, na Câmara e no Senado, no século XXI.

Nós temos aqui senado.leg.br/ecidadania ou o telefone. Nós estamos, inclusive, interagindo.

Recebemos aqui quase 300 sugestões nas últimas reuniões e estamos passando ao Relator qualquer sugestão.

Então, qualquer Senador que tenha alguma dificuldade, ou Deputado, que ache que o tema não é tão relevante para não estar aqui na segunda, pode participar também através da tecnologia do Senado ou...



A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Deputado Izalci.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, não se trata disso, só para terminar aqui, Deputada Maria do Rosário, primeiro, colocar o seguinte: eu, por exemplo, já vou estar aqui, inclusive no domingo, assim como outros Parlamentares também. O que nós estamos aqui pedindo é uma questão de sensatez – é uma questão de sensatez –, de sensatez, exatamente por considerarmos o tema relevante como ele é, pelo quanto ele diz respeito à vida de milhares de jovens por esse País afora.

Então, nós aqui estamos apelando para a sensatez, a sensibilidade de V. Exª como Presidente. Desculpe-me vir dizer aqui, porque os ministros já confirmaram presença, isso não justifica. Os ministros não vão, de maneira nenhuma, sofrer nenhum incômodo. Pelo contrário, acho até que gostarão, gostarão, sim, de que, ao invés de ser na segunda-feira, essa audiência pública fosse transferida para a quarta-feira, pois, quanto mais audiência, quanto mais participação houver, melhor, melhor para os trabalhos dessa Comissão.

Então, eu quero aqui fazer o apelo, porque, Deputado Izalci, acho que V. Exª responder dessa maneira só faz é corroborar aquilo que a gente tem criticado, que a medida provisória, pelo caráter autoritário que ela tem, não é o instrumento mais recomendável para tratar de um tema tão relevante quanto esse.

E me desculpe, entendeu? Eu espero que V. Exª possa repensar, porque V. Exª, ao adotar essa postura, está enveredando também pelo método autoritário e isso não combina com a boa pedagogia de maneira nenhuma.

Eu insisto aqui, insisto. Eu acho que esse é um dos debates mais importantes, Deputada Dorinha, mais importantes, Senadora Lídice e Deputada Maria do Rosário, e não se trata aqui, por favor, não venha aqui... O senhor desqualifica o debate quando o senhor aqui vem dizer “não, porque aqui tem internet”, “porque tem isso”, “porque tem aquilo”.

Primeiro, nós fomos avisados de essa audiência pública com os ministros seria nessa segunda-feira de última hora. Depois, por que essa pressa? Querem enfiar goela abaixo o relatório dia 30? O que é isso? Como se não bastasse todo o apelo que a gente tem feito aqui de uma medida provisória que tem apenas quatro meses, que não é o tempo suficiente, mais adequado e mais oportuno para tratar de um tema tão relevante quanto esse.

E, além do mais, Deputado, portanto, com essas iniciativas, repito, nós fomos tomados de surpresa. Não é problema a gente estar aqui. Eu e vários outros aqui estaremos também. Nós estamos aqui apelando para a questão de bom senso.

Eu espero que o Governo não tenha perdido o juízo de vez. Uma Medida Provisória que tem quatro meses?

A vigência, portanto, só termina em março, e de repente o Congresso Nacional... Eu acho que o Senador Pedro Chaves não vai se prestar a esse papel, nem V. Exª, se prestar ao papel... Repito, uma medida provisória que tem prazo de quatro meses e querer agora atropelar tudo, enfiar goela abaixo, apresentar relatório dia 30, votar e etc...

Então fica aqui, Deputado Izalci, que V. Exª possa pensar, porque eu não tenho nenhuma dúvida de que os Ministros vão concordar e vão achar muito melhor que esse debate seja transferido para a quarta-feira, para que ele tenha uma maior audiência e uma maior participação ainda.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Deputado Izalci, V. Exª me permite usar da palavra?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Com certeza.

A palavra está com V. Exª.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu pedi primeiro, o senhor não viu?

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Desculpe-me, Sr. Presidente, eu falei antes.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu me dirigi ao senhor e o senhor falou comigo olhando para a Deputada Lídice.

V. Exª está com dificuldade de falar com as pessoas também?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não de forma alguma, com o maior prazer do mundo...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Então por favor.

Posso?

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Com o maior prazer do mundo falar com V. Exª, até porque a gente fala sempre. Estou aqui já há algum...

Essa é a oitava reunião ouvindo V. Exª.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – V. Exª vai passar a palavra à Senadora Lídice ou a mim?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª primeiro.

V. Exª pediu.



A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Se a Senadora quiser...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Tanto faz.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Então eu vou ser breve.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Para mim não tem...

Eu tenho toda a paciência do mundo.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Desculpe-me eu tenho alguma dificuldade com quem fala com uma pessoa mas olha para outra.

Eu sempre olho nos olhos das pessoas, mas isso é uma característica de cada um.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ela estava falando, Deputada Maria do Rosário.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Deputado Izalci, eu fiquei incomodada com o pronunciamento de V. Exª à Senadora Fátima, e quero dizer a V. Exª que se está perdendo muito dentro do Parlamento brasileiro da cordialidade que é necessária aos trabalhos.

E quero dizer que, quando V. Exª disse à Senadora Fátima que os interessados virão, eu sou tão interessada nesse requerimento e a Senadora Fátima também o é, como os demais colegas, mas eu sou tão interessada, assim como a Senadora Fátima, que ambas assinamos os requerimentos. Eu sou autora do requerimento que convida vários dos ex-Ministros: o Ministro Fernando Haddad, o Ministro Mercadante, o Ministro Janine, e acredito, creio inclusive, que o Ministro Mendonça, a quem eu convidei hoje pela manhã e tivemos um bom debate, em que pese eu não concordar com ele, porque ele é um bom Parlamentar.

Agora, V. Exª afirma: “Os interessados virão!” Mas é da boa prática parlamentar que os autores dos requerimentos, pelo menos, sejam consultados, possam ter um diálogo, que os autores possam verificar, não a agenda, porque é claro que esta aqui é a nossa agenda prioritária, nós vamos sair de onde estivermos, mas não estamos pensando em nós, nós pensamos que este debate precisa ir ao cerne da questão, a quem foi gestor da política educacional brasileira ao longo do último período e ao atual Ministro.

E já que V. Exªs decidiram inclusive que não haverá um debate, mas que haverá um momento separado para os projetos do Governo anterior e do atual Governo, e nós aqui não temos nada a opor a essa metodologia —perde-se com isso, porque seria interessante verificarmos um debate entre os titulares das pastas para verificarmos o conhecimento inclusive de cada um sobre o tema da gestão —, mas V. Exªs, coordenando os trabalhos, decidiram diferentemente, decidiram colocar num turno os Ministros do Governo anterior e num outro turno o Ministro Mendonça.

Pois bem, nós estamos fazendo um pedido. É um pedido razoável. Eu encaminho essa solicitação como, autora do requerimento que foi aprovado, ao lado da Senadora Fátima, que também autora, porque eu quero que a sociedade brasileira escute o que os Ministros têm a dizer. Não porque eu não possa estar aqui, mas porque há uma tradição no Parlamento de que na quarta-feira é um dia em que na quarta-feira é um dia em que os olhos se voltam para cá, não na segunda.

Então, por que motivo nós temos que reorganizar toda a vivência parlamentar e não podemos ter a presença mais importante para este debate, em que pesem, me perdoem, os convidados aqui, que estão contribuindo de forma excepcional e eu agradeço a eles, mas nós queremos tirar dúvidas com os gestores, e essas audiências são televisionadas.

Então, é importante para a sociedade.

O que V. Exª teme?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Absolutamente nada, Excelência.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – V. Exª teme que a sociedade brasileira se mobilize mais?

V. Exª teme a democracia?

V. Exª teme atender aos seus colegas Parlamentares, porque a contingência de sentar na Presidência de uma Mesa ou não é absolutamente conjuntural.

Nós nos acostumamos na política com os lugares diferentes. Hoje, sentamos como Presidente ou como relator, amanhã, sentamos aqui, estamos em diferentes lugares e devemos nos comportar com igualdade com base em dois critérios: no Regimento e no bom diálogo.

Aqui, eu penso que o Regimento, em alguma medida, está sendo ferido. Analisarei. Mas se o Regimento estiver sendo cumprido, V. Exª está ferindo um princípio do bom diálogo, que é um princípio parlamentar.

Por isso, como autora do requerimento, se V. Exª não tem condições de dar passos no sentido de procurar ser justo, eu apelo inclusive ao Relator, que parece bastante sensível, para que não tenhamos audiência na segunda com os ministros, Sr. Relator.

É a questão de ordem desse Plenário, feita por mim e pela Senadora Fátima, que seja um dia de sessão normal do Congresso, na quarta, pela manhã e pela tarde, ou na terça e na quarta, como V. Exªs decidirem.

Mas como autora eu me sinto absolutamente prejudicada de não tem sido sequer consultada com um



mero telefonema pelo Assessor do Secretário, sobre a possibilidade dessa reunião ou não, e a escuta de alguma sugestão. É da boa prática.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Bem, eu só quero lembrar a todos, e nós vamos depois ouvir...

Ah, sim, a Senadora.

Pois não.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, na verdade, o meu apelo vem na mesma direção. Eu acho que não está em jogo aqui o interesse de ninguém, até porque, além de autoras, as duas Parlamentares que me antecederam são Parlamentares com larga história na luta pela educação no Brasil, com contribuições efetivas, ambas professoras.

Então, eu acho que não está em jogo aqui nós fazermos a análise do interesse específico de ninguém, mas está, sim, como autoras, o direito de opinarem e combinarem, participarem combinadamente.

Nós, em diversas Comissões, fazemos assim. Eu fui autora de requerimento pedindo a vinda do Ministro da Cultura aqui, à Comissão. Sempre isso é feito em acordo com o Presidente da Comissão, a agenda do Sr. Ministro e aquela pessoa que propôs, que encaminhou pela vinda da personalidade, da autoridade pretendida em ser ouvida.

Além disso, esta não é uma atividade de trabalho secundária. Ela é extremamente importante, como já foi ressaltado, e deve, apesar de nós estarmos nos abrindo cada vez mais à participação da sociedade, e esta deve ser uma prática do Parlamento, essencialmente nós precisamos ter a participação dos Srs. Parlamentares. Não podemos abrir mão da participação dos Srs. Parlamentares.

E a presença dos Srs. Parlamentares convocados para utilizarem da sua posição tanto de ouvir quanto de falar e de se pronunciar através do voto se dá pela convocação do Presidente da Casa ou das Casas a partir da terça-feira.

Eu acho que não tenho.... Eu acho que estamos discutindo uma medida provisória que envolve centenas de vidas, de jovens, de profissionais. Não sou professora, nunca fui professora, mas sei que os professores do Brasil inteiro estão envolvidos nisso. Eu propriamente já tive reunião na Bahia com o reitor do Instituto Federal de Educação (IFBA), com os diretores de todas as instituições. Então, não é uma questão que diz respeito apenas à mobilização dos estudantes, que estão mobilizados, ocupando escolas, uma boa parte tendo essa pauta para discussão, mas uma discussão institucional, que interessa institucionalmente ao Brasil, porque são os secretários de educação.

Ontem, tivemos aqui diversos secretários de educação, são professores que, em última instância, serão aqueles que vão pôr em prática esse projeto. Não será nenhum de nós, nem mesmo o Relator com toda a sua disposição, contribuição e decisão de participação vai pôr em prática esta política. Essa política pública será posta em prática pelos professores, diretores, secretários, governadores em última instância também, e alunos que terão isso como consequência. Então, eu acho que V. Exª deveria, portanto, buscar uma posição de... Paciência, V. Exª já demonstrou que tem, mas mais do que isso, de flexibilidade para entender que este debate não pode abruptamente ser interrompido ou mesmo ser decidido sem a participação de todos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Presidente, só para referendar. Em primeiro lugar, não concordo com alguns argumentos de forma alguma porque, na verdade, não tem mais ou menos importância uma presença, mas há uma questão institucional dos ex-Ministros que começaram.... Na verdade, esta medida provisória, em que pese muita gente estar repetindo o tempo inteiro que é nova, que não teve tempo de debate, isso não é verdade. O tema, a discussão, a legislação está com conhecimento e apoio de Ministros que virão, ex-Ministros que virão aqui. Talvez seja inclusive muito interessante.

E com relação à organização, também não é autoria de uma pessoa. O Presidente, juntamente com o Relator – pelo que eu entendi até agora, as pessoas foram sugeridas –, fez uma montagem para haver um certo peso e equilíbrio. Então, não há autor de uma audiência. Eu mesma sugeri quatro ou cinco nomes que foram distribuídos ao longo de diferentes Mesas.

Mas se for possível fazer essa organização e tentar passar para uma quarta-feira, não vejo problema. Eu vim aqui a uma das audiências em que a Câmara, V. Exª sabe, não havia nem sessão, mas eu vim do meu Estado do Tocantins pela importância e pelo envolvimento com o tema. E hoje inclusive falei na Comissão de Educação que muitos dos Deputados que estão lá dizendo o tempo inteiro que queriam debater, debater, nunca pisaram aqui. Então, esse querer debater tem muito a ver com o olhar e com o envolvimento. Não acho que a sociedade vai acompanhar mais ou menos por ser segunda ou quarta. O desejo é pelo peso institucional.



Se for possível, fazer a audiência da segunda talvez com uma outra representação, mas não sei em virtude do tempo, por já ter sido confirmado.

Mas acredito que, em que pese algumas pessoas terem até mencionado – não hoje – nomes que poderiam estar aqui, acho que a intenção desta Comissão de acolher a todos foi demonstrada de uma forma muito veemente, tanto por V. Ex^a quanto pelo nosso Relator, que todos que foram sugeridos só não falarão se não quiserem, porque estão sendo chamados e todas as vozes estão sendo ouvidas. Não sei se serão escutadas, mas ouvidas estão sendo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Para esclarecer as coisas, nós aprovamos aqui todos os requerimentos de todas as pessoas e instituições que foram indicadas por V. Ex^{as}. E foi feito um plano de trabalho, que não foi decidido por mim, mas pelo Relator.

Então, o Relator disse que no dia 29 ele tem condição de fazer uma leitura do relatório para discutir o relatório, porque há muitas sugestões. Pode haver aqui diversas alterações, e a gente precisa de um tempo exatamente para ver o relatório.

Então, a previsão do Relator era de que pudesse ler isso na terça-feira. E fizemos essa programação lá atrás. Isso não foi inventado por mim.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não foi votada a data de apresentação de relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – É porque é competência do Presidente definir as datas e fazer a programação.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – É competência do Presidente, assim como em nenhum momento foi utilizado dia de segunda-feira para realização de audiência pública aqui. E o apelo é porque se trata da audiência pública que vai ouvir os ministros.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora, deixa eu só concluir.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Deixarei.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Talvez até essa questão da segunda-feira a gente está tão acostumado, porque pelo menos nas últimas seis semanas nós fomos convocados aqui para segunda-feira. Todos os Deputados estão aqui na segunda-feira já há algum tempo, talvez em função disso. Eu não sei o que está acontecendo no Senado, mas já que não é essa tradição...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não é questão de estar acontecendo no Senado. V. Ex^a inclusive mora aqui em Brasília.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deixa eu concluir minha fala pelo menos. Eu ouço V. Ex^a toda vez que V. Ex^a fala...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Realmente essa pressa da Câmara inclusive foi para um golpe na democracia. A pressa foi essa. Esse tema que está sendo discutido aqui via medida provisória deriva exatamente desse ataque à democracia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Toda vez que V. Ex^a fala eu faço questão de ouvir.

Agora eu gostaria que toda vez que eu falasse V. Ex^a ouvisse também.

Estou dizendo que esse foi o trabalho apresentado no início. Houve, pelo Relator, uma proposta, e nós então adequamos essa proposta.

Vamos terminar de ouvir os nossos convidados para concluir esta audiência. Vou conversar com o Relator. Vou ligar para os ministros porque estão confirmados.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Se os ministros disserem: “Olha, terça-feira nós podemos”, nós vamos transferir para terça-feira. Não há nenhuma dificuldade.

A minha sugestão é essa. Nós vamos ouvir, encerrar essa audiência.

Eu estou acertando aqui com o Relator, nós vamos ligar para os ministros – amanhã inclusive há outra audiência – e, se eles não tiverem nenhum problema de transferência, para nós também não há nenhum problema. Nós vamos acertar isso com relação aos ministros para terça-feira, não há nenhuma dificuldade.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – O.k.

O senhor está agora admitindo a proposta que nós apresentamos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Estou admitindo que, após a conversa com o Relator, conversando com os ministros, e eles – evidentemente que têm uma agenda –, se puderem transferir para terça, nós em princípio não temos dificuldade, mas dependemos da confirmação dos ministros.

Casos eles não possam, nós vamos manter essa questão. Mas vamos já contactá-los todos.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pois não.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Como nós estamos fazendo sessões que são às vezes inclusive trans-



mitidas para a sociedade, eu gostaria apenas de esclarecer uma questão. V. Exª se referiu ao funcionamento da Câmara, dizendo que a Câmara tem vindo às segundas-feiras. Com isso, pode parecer que o Senado não costuma trabalhar numa segunda-feira.

Portanto, em defesa do Senado, quero esclarecer que nós temos funcionamentos diferentes. Muitas vezes, a Câmara começa a sua sessão tarde; o Senado começa os seus trabalhos cedo. Em geral, pela manhã, 9h da manhã todas as comissões já estão trabalhando. Nós temos um cronograma de trabalho diferente.

Então, para que não fique nenhuma dúvida a respeito desse assunto, da participação dos Senadores e da forma com que eles costumam trabalhar, eu quero repor essa questão. Acho ótima a parceria com a Câmara, mas vamos respeitar cada um o nosso tipo de funcionamento.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não foi essa a minha intenção com relação ao Senado. Eu só disse que talvez, como estamos acostumados realmente a toda segunda-feira, nós marcamos...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Deputado Izalci...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deixe-me concluir. Eu estou respondendo à Senadora. Espero que eu possa concluir a minha fala.

O que eu quis dizer e talvez tenha me expressado mal é que talvez, na segunda-feira, como nós estamos já há tantas segundas-feiras sendo convocados para votação na Câmara, achei que não havia dificuldades.

Mas como V. Exª disse muito bem, o Senado tem outro sistema e funciona de manhã. Não, há dificuldade.

Então, para encerrarmos e passarmos para o próximo orador, eu estou acertando com o Relator: se os Ministros puderem transferir para terça-feira, nós não temos objeção. Então, nós vamos consultar os Ministros para atender. É óbvio que ninguém quer cercear nada aqui, muito pelo contrário. Ontem, eu falei com o Senador que estou preocupado com S. Exª. Ele está há tanto tempo, pela manhã, à tarde, e de madrugada dedicado a essa questão que eu tenho que agradecer a S. Exª mesmo e parabenizá-lo pela participação...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E eu sou testemunha disso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ele já concordou aqui de passar para terça-feira, caso os Ministros possam transferir para terça-feira.

Então, vamos ouvir o último apresentador, o Dr. Simon, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade.

V. Exª tem até 20 minutos.

O SR. SIMON SCHWARTZMAN – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Pedro Chaves, Deputados, Deputadas e demais presentes, eu acho que essa discussão evidentemente está tendo um papel muito importante, porque ela colocou no centro da discussão nacional a questão da educação média e é uma discussão que precisa ser feita.

Eu acho que não é preciso lembrar aos senhores, mas a situação do Brasil hoje é a seguinte: apesar de a legislação dizer que o ensino médio é obrigatório até os 17 anos de idade, 40% dos nossos jovens não terminam o ensino secundário porque não chegam lá ou porque abandonaram no caminho.

Dos 60% que terminam, cerca de 1/3 vão para as universidades, dos quais uma pequena fração, cerca de 25%, vão para as universidades federais e os demais vão para o setor privado, cuja qualidade é muito variável, para não dizer frequentemente muito ruim.

Esse sistema é assim, apesar de que no Brasil hoje se gasta quatro vezes mais em educação média do que se gastava há cerca de 15 anos. Nós fizemos um enorme esforço no País para tentar ampliar e generalizar o ensino médio, e esse esforço, infelizmente, não resultou.

Os dados de desempenho do ensino médio são muito ruins. As pessoas às vezes protestam pela prestação de contas. Nós trabalhamos tanto e, certamente, há experiências interessantes. Eu gostaria de saber mais sobre o trabalho dos institutos federais. Eu sei que recebem por estudantes várias vezes mais do que uma escola da rede estadual, têm professores em tempo integral e têm condições de fazer um trabalho excelente.

Infelizmente, até agora é um pouco difícil saber, ter informação sobre o que eles estão fazendo. Eu gostaria de saber mais, mas, certamente, assim como há essa experiência, deve haver outras experiências de tempo integral, pequenas escolas no interior do Ceará que têm um resultado excelente.

Então, acho que há muita coisa. Agora, se olhar no global, no agregado, é uma tragédia. A qualidade média da educação brasileira, inclusive no ensino privado, é muito ruim e não tem melhorado nos últimos 15, 20 anos, apesar de que gastamos quatro vezes mais dinheiro. E continua muito excludente.

Eu não acho que essa medida provisória ou essa legislação vai resolver esse problema. Ninguém tem essa ilusão. Acho que ela pode, entretanto, ajudar a eliminar um obstáculo, que eu acho que vem impedindo e tem sido um grande problema, que é uma concepção equivocada do que é o ensino médio, que vai na contramão do que acontece no mundo inteiro.



No mundo inteiro, ninguém pretende que todos os jovens tenham o mesmo sistema de ensino integral para todo mundo, porque não existe conhecimento integral, hoje em dia, o conhecimento é enorme e ninguém é capaz de entender tudo. As pessoas se aprofundam em algumas áreas em função dos seus interesses, das suas motivações, em função também de como elas chegam no ensino médio. Sabemos que a grande maioria dos jovens chega com uma formação muito deficiente. Nós temos que ser capazes de oferecer a esses jovens o melhor que eles podem dar naquilo que eles podem fazer.

Se eu colocar, como nós colocamos no Brasil, que todos têm que se preparar para o Enem – que coloca 8 milhões no Exame Nacional, para selecionar 300 mil para as universidades federais – e todo ensino médio do País inteiro é pautado por esse currículo do Enem, nós estamos criando um enorme desserviço para a sociedade brasileira. E esse sistema não tem como melhorar.

Acho que o mérito dessa discussão é a ideia de que, de novo, no mundo inteiro... O que acontece no mundo inteiro? Outro dia, vi uma apresentação muito interessante de uma autoridade em educação, de Ontário, no Canadá, que disse: “Nós temos quatro tipos de alunos que chegam no ensino médio. Temos aqueles que se preparam para a universidade.” No Canadá, porque o acesso é muito grande, digamos que são 40% ou 30%. “Nós temos os outros 30% que vão para as escolas técnicas pós-secundárias”, que eles chamam lá de *colleges*, que é um curso de dois anos profissional, vocacional, orientado para o mercado de trabalho. “Nós temos outros que vão para o mercado de trabalho, precisam ter uma profissão, trabalhar. E outros que não vão fazer nada, vão parar ali, ou vão se casar. Enfim, têm outro perfil.”

Ele dizem: “Nós atendemos, 90% dos nossos alunos se formam, mas não é todo mundo igual.” E dentro de cada opção, há opções. Se vou fazer uma opção universitária, também vou tomar caminhos diferentes. Nem todo mundo que vai a uma universidade tem que aprender igualmente Física, Sociologia, Química, História, Biologia para fazer a mesma prova no final. Isso é uma aberração nacional.

E o ensino profissional, ele existe no mundo inteiro como uma opção.

Nós vimos também nessa mesma apresentação, num seminário no Rio, uma pessoa da Alemanha descrevendo o sistema de lá. É um sistema que tem um defeito grave, que hoje eles estão tentando resolver, que, desde muito cedo, 11 anos, 12 anos de idade, eles dividem os alunos que vão a uma escola profissional ou que vão a uma escola mais acadêmica. Isso cria e mantém desigualdade. Eles estão preocupados com isso.

Por outro lado, mantém empregabilidade e forma pessoas com diferentes qualificações em todo espectro da sociedade e as pessoas conseguem trabalhar, não há desemprego.

Eles hoje em dia estão preocupados evidentemente com a desigualdade e estão buscando forma de fazer o sistema menos seletivo, dando mais possibilidades de flexibilidade de movimentação, mas não estão abrindo mão, ninguém está abrindo mão da formação técnico-profissional como uma opção para grande parte dos estudantes que não vão para a universidade.

E essa ideia de um sistema tão elitista como o nosso – e a gente pensa num modelo de uma escola muito mais cara e muito mais seletiva do que é a grande massa da população brasileira – acaba sendo um sistema altamente discriminatório. Acho que esse é ponto fundamental.

Agora, a medida provisória, tal como está formulada, responde bem a isso, propõe um caminho adequado, acho que aí podemos discordar de várias coisas. Temos vários pontos de discussão.

Gostaria de mencionar, nesse pouco tempo que tenho, algumas questões que acho que me parecem que precisariam ser mais aprofundadas.

Gostaria de mencionar também que ouvi algumas pessoas dizendo aqui, e me parece interessante, que temos que ter um certo cuidado para não congelar uma solução muito simples, que achamos que faça sentido, e, depois, amanhã, dizermos que na verdade não devia ser bem assim, porque não um pouco diferente.

Acho que a função da legislação é estabelecer um marco geral e dar tempo para Ministério da Educação, para as secretarias, para a comunidade profissional na área de educação, discutindo, aperfeiçoando e inclusive tentando formas diferentes. O Brasil não tem por que ter um modelo único para todo mundo, mas temos que ter um marco suficientemente amplo em que as diferentes experiências possam se manifestar e possam surgir.

Acho que a questão mais geral, que diria conceitual, que está nessa discussão é como é que a gente lida com essa questão da formação geral e da formação especializada.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SIMON SCHWARTZMAN – Desculpa.

Acho que a questão principal e o tema mais central, conceitual, é como a gente...

(Interrupção do som.)

Como a gente lida com a questão da educação, da parte geral e da parte opcional da formação dos



alunos. E temos essa divisão grande que é entre aqueles que vão fazer uma trajetória mais acadêmica, que se destina a um curso superior que, neste momento, são mais ou menos 20% dos jovens – os outros todos não vão fazer isso – e um trajetória que seria mais voltada para o mercado de trabalho, que poderia ser de interesse para uma grande parte da população brasileira.

Como a gente pode fazer isso sem que signifique uma divisão estanque, colocar os ricos de um lado e os pobres de outro, e permitir que a formação seja também boa para aqueles que fazem a opção profissional, que deem a possibilidade um ingresso mais imediato no mercado de trabalho, que as pessoas precisam, mas que depois eles possam continuar, ao longo da vida, estudando, se aperfeiçoando, etc.

E como a gente evita uma formação muito estreita, que é o risco da educação profissional? Treino a pessoa para fazer determinada coisa, ela aprende aquilo e amanhã aquela tecnologia ficou obsoleta, porque tecnologia muda o tempo todo. Como evito isso?

São problemas sérios, são problemas que estão sendo confrontados por todos os sistemas no mundo que lidam com a questão da diversificação da educação.

Acho que na parte, digamos, propedêutica, ou seja, da parte acadêmica, a solução que apareceu na medida provisória, a mim me parece inadequada. Tenho discutido isso frequentemente.

O que diz a medida provisória? Haverá uma Base Comum – vamos falar dela daqui a pouquinho – e as opções seriam: linguagem, Matemática e Ciências Sociais, acho que era isso.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. SIMON SCHWARTZMAN – Ciências Humanas. Essa concepção, acho que é equivocada, primeiro, porque linguagens... O Brasil adotou um conceito de linguagem, não sei muito bem de onde é que vai, pelo qual linguagem é tudo aquilo que é expressão, desde a palavra até a dança, a música e a Educação Física, Artes.

Isso não está errado, mas o mundo do conhecimento, o mundo da educação não se organiza dessa maneira. Quer dizer, o conteúdo intelectual de quem se dedica à literatura, à língua, à linguagem nesse sentido de língua, literatura é muito diferente de quem está fazendo dança ou de quem está fazendo pintura. São coisas completamente diferentes. Acho que deve haver uma opção, que é uma opção de linguagem nesse sentido, digamos, mais tradicional: Português, uma segunda língua, línguas latinas, Literatura, para quem vai se formar na antiga Letras, é disso que estamos falando: de uma tradição humanística, uma tradição em que você trabalha por leitura de textos clássicos, é um tipo de formação que no Brasil há muito pouco, mas a gente tem que criar uma opção. Se eu disser que linguagem é tudo ali, não vai ser nada.

Eu acho que tem que haver uma opção para quem quer fazer isso. Essas pessoas não precisam aprender tanta Matemática nem tanta Física ou Química.

Eu acho que quanto à parte de Ciências, hoje em dia é muito claro que, apesar de tudo ser Ciências, as Ciências Biológicas e as Ciências Físicas são mundos muito distintos. Existe uma coisa que, hoje em dia, se adota no mundo inteiro que se chama, em inglês, de STEM e, em português, chama-se de CTEM, que é Ciência, Tecnologia, Matemática e Engenharia, é a formação técnica que trabalha com objetos, que trabalha com uma formação muito voltada para os objetos físicos muito próximos das profissões que as pessoas podem buscar depois, justamente na área da engenharia, na área da tecnologia industrial. Essa é uma formação diferente do mundo, das pessoas que tratam da vida, que são as Ciências Biológicas que incluem as Ciências Médicas, Veterinária e uma série de outras coisas. Eu acho que vale a pena pensar que a trajetória das Ciências de tecnologia com Matemática é diferente da trajetória de quem vai fazer uma Ciência não opcionária biológica.

Na minha cabeça, se eu tivesse que fazer uma divisão, eu teria uma área que seria uma área de Letras, eu teria uma das Ciências Sociais, aí pensando não em humanidade. Ciências Sociais, o que são? É Economia, Sociologia, Antropologia, Direito e as profissões sociais associadas a isso. Haveria duas áreas de Ciências: uma das Ciências Biológicas e uma das Ciências Físicas e Engenharia. Isso faria muito mais sentido do que a divisão que está sendo proposta pela medida provisória.

O que acontece com a parte geral? O que todo mundo tem que ter? Acho que todos nós concordamos que tem que haver uma parte comum. Agora, que tamanho que tem que ter essa parte comum? Eu acho que a gente tem que ter um certo cuidado para não encher demais essa parte comum a ponto de esvaziar as opções. A questão das opções é muito importante. Vamos falar um pouco disso. Como é que um jovem opta aos 15 anos de idade? Ele tem maturidade para optar? Eu acho que certamente ele precisa ser ajudado. Muitos países na Europa fazem uma avaliação aos 15 anos de idade para saber como é que os alunos estão.

O João Batista mencionou aqui e acho que ele tem toda a razão: se poderia, no último ano do ensino médio, fazer um ano de orientação para ajudar o aluno a fazer essas opções, mas o fato é que, aos 15 anos de idade se ele não optar e tiver que fazer 13, 14, 15 matérias, não vai aprender simplesmente nada – esse que é o ponto fundamental – e se ele optar e vai aprofundar em alguma coisa essa experiência de aprofundamento,



mesmo que ele abandone depois, já deu para ele uma profundidade, uma capacidade de estudar que ele não vai ter se ele tiver que estudar tudo para pagar para o vestibular do Enem.

Eu acho que a se a gente fizer isso não vai resolver o problema de não haver professor, de a escola não tem equipamento.

Enfim, uma série de problemas a educação brasileira não vão se resolver com isso, mas já se abre um espaço, já se faz com que a coisa fique muito mais flexível, com muito mais possibilidades, criando um espaço de formação muito mais interessante do que o atual formato que a gente tem. Eu acho que só se mexer nesse formato é um avanço muito grande.

O que acontece com o ensino profissional? Esse já é um outro capítulo muito complicado e, basicamente, se eu impedir, como se tentou fazer no passado, que todas as escolas de ensino médio deem uma formação profissional, não vão conseguir fazer, vai ser um desastre. A formação profissional tem uma cultura própria, não é só fábrica, não são só os grandes equipamentos e as máquinas.

Se olharmos hoje os dados das matrículas no ensino profissional, a área onde há mais gente é na área da saúde, e a grande maioria está na área de serviços. Quer dizer, a palavra técnico é uma palavra equivocada. Usa-se no Brasil técnico para se referir ao ensino profissional no ensino médio, mas a palavra mais correta seria vocacional, que é a palavra internacional, *vocational*, em inglês, e se usa em geral. É o ensino voltado mais rapidamente para o mercado de trabalho, que em grande parte é serviços.

Vou falar um pouco dessa parte, mas deixa eu voltar primeiro, porque eu me esqueci. Tenho pouco tempo. O que deveria ser o conteúdo da parte geral? Eu acho que, na parte geral, todo mundo concorda que a Língua Portuguesa tem que ser trabalhada, tanto quanto possível, o tempo todo. A Matemática tem que ser trabalhada, tanto quanto possível, mas também o “tanto quanto possível” depende do contexto das áreas de aplicação. Ou seja, se eu vou fazer Ciências Sociais, eu preciso de muita Matemática e de Estatística. Se eu não tiver, não vou fazer boas Ciências Sociais. E eu preciso também de Matemática, porque vou fazer Engenharia. Então, todo mundo tem que ter um pouco de Matemática, mas dentro das áreas eu vou ter que me aprofundar na Matemática específica daquela área.

A gente poderia pensar aqui a parte geral. Eu acho que o Chico Soares foi apresentar uma proposta dele que eu achei interessante. Você tem um componente de Língua Portuguesa, tem um componente de Matemática, tem um componente de Língua Inglesa, que é cada vez mais um instrumento universal de comunicação. E você deveria ter um componente de Ciências Sociais e um componente de Ciências Naturais mais genérico.

Como é que você faz isso? O aluno tem que optar por duas áreas de Ciências Sociais. Eu acho um pouco complicado isso. Eu tenderia a sugerir, por exemplo, uma definição de um currículo de problemas sociais, de questões sociais, estruturado de uma maneira tal que o aluno pudesse percorrer as questões importantes da sociedade brasileira. Como são as instituições? Como é a economia do País? Como é a estrutura social? Como é a questão da desigualdade?

Eu não quero fazer isso e dizer que tem que ser Sociologia, tem que ser Filosofia ou tem que ser Economia. Eu pensaria num currículo com problemas, com questões, e o professor e as escolas teriam que lidar com essas questões, usando o pessoal que eles têm. Se o professor é de Sociologia, ele vai ser chamado a lidar com isso. Se o professor é de Filosofia, talvez não seja a formação dele, mas frequentemente eles também estão interessados em fazer isso. Se quiser trazer gente com formação de Economia, melhor; da área de Direito para explicar melhor a área institucional.

Enfim, eu acho que a Ciência Social se resolveria, eu diria, por um currículo comum, baseado em questões sociais relevantes para toda a sociedade. E eu acho que o currículo de Ciências Naturais poderia também ter um formato análogo. Não é um pouquinho de Química e um pouquinho de Biologia. Quais são as questões importantes da área tecnológica que todo cidadão deveria saber? As questões que têm a ver, por exemplo, com energia, aquecimento solar, mudança climática, os impactos da Medicina em relação à vida... Enfim, eu posso pensar num currículo de temas da área científica e dizer: “Todo mundo tem que passar por isso. Eu vou fazer um currículo assim.” Eu acho que isso dá conta. Depois, eu teria as opções das áreas de aprofundamento.

Onde eu for retomar aprofundando mais, expandindo mais aquilo que é geral, mas que vai ser específico da minha área de opção.

Eu acho que a questão no ensino profissional, ela mereceria toda uma discussão separada – ela merece uma discussão separada. Basicamente o que nós temos hoje: nós temos uma população que já fez o ensino médio e que agora está buscando uma qualificação profissional porque o ensino médio não lhe serviu para nada, é o chamado ensino profissional subsequente, isso vai ter que continuar. É um tipo de... Eu acho que tem um problema no Fundeb, que ele não contempla dinheiro para isso. Nem o Pronatec parece que tentou contemplar, mas eu acho que é um estoque de pessoas que estão aí, entre o ensino médio que não serviu e



o ensino profissional que ele não chegou lá, ao superior, e a qualificação profissional para essa população é muito importante.

A outra coisa é o pessoal que está entrando no ensino médio e tem que ter uma opção do ensino técnico. O modelo que nós temos no Brasil é um modelo completamente absurdo, em que você tem que estudar todo o currículo médio e depois é que se faz o técnico. A gente sabe que no mundo inteiro não é assim, no mundo inteiro o técnico é uma opção dentro do ensino médio.

Essa é uma das grandes contribuições desta proposta: você vai ter que trazer as competências de quem sabe ensinar, de quem sabe fazer isso, por exemplo do Sistema S, dos institutos públicos, que são os institutos federais...

(Soa a campanha.)

O SR. SIMON SCHWARTZMAN – ... que é o Centro Paula Souza, de São Paulo, e outras instituições, e você vai ter que trazer a experiência do setor privado.

O setor privado não é um bicho-papão, não é uma megera. O setor privado é quem produz a riqueza do País, as pessoas querem trabalhar no setor privado, e os sistemas mais bem-sucedidos de formação profissional no mundo são os sistemas onde o setor privado participa diretamente na concepção e na formação do aluno, em parceria com o setor público e em parceria com as associações profissionais e com os sindicatos. É assim na Alemanha, por exemplo.

Quer dizer, as associações profissionais têm que ter uma presença junto com o setor empresarial e junto com as redes educacionais para, juntos, darem ao estudante um conhecimento prático, de vida prática, de vida real, que ele possa ir para o mercado de trabalho, e que, ao mesmo tempo, não seja uma qualificação estreita, mas dê condições de ele continuar mais, ao longo da vida.

Eu queria dizer o seguinte: esse não é um trabalho simples. Quando a gente olha comparativamente os sistemas de ensino médio no mundo inteiro, em todos os países eles são muito complicados. São vários caminhos diferentes, são várias trajetórias, são várias alternativas, e está sendo revisto o tempo todo. Como é que você educa a juventude para um mundo que está se transformando, a gente não sabe aonde é que ele vai chegar, é um problema muito complicado.

Nós estamos muito atrasados, nós temos que começar esse caminho. Eu acho que é um caminho longo. Eu acho que, se essa medida provisória, se a legislação que está sendo proposta conseguir desanuviar um pouco certos equívocos do passado e abrir um leque de possibilidades, isso permite que esse caminho comece a ser percorrido, mas evidentemente nós estamos mal começando. Eu acho que temos um longo caminho pela frente.

Esses são os pontos principais que eu queria trazer para discussão. Muito obrigado pela oportunidade. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Bem, passo imediatamente, então, para a lista de inscrição. O primeiro orador inscrito é o Deputado Thiago Peixoto.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Presidente, Relator, eu primeiro queria parabenizar a todos que participaram dessa audiência aqui hoje, e eu tive o prazer de participar de todas elas, anteriores. E, sem dúvida, essa se destacou pelo debate de qualidade que nós tivemos aqui.

É muito comum virem aqui mostrar exemplos pontuais. Aqui, não: hoje nós conseguimos ter uma visão sistêmica, com pontos de vista diferentes e acho que isso vai contribuir muito para o relatório, para o processo nosso final de decisão.

O primeiro ponto que eu queria destacar aqui é a respeito de uma colocação extremamente pertinente, lúcida, do Prof. João Batista, e eu acho que cabe uma reflexão em cima do que ele disse aqui, que é o debate em torno de quantidade e qualidade.

A medida provisória tem uma visão extremamente quantitativa, que não pode ser descartada, que é importante, mas não tem o mesmo peso de uma visão qualitativa. De fato, o que é que vai avançar? Ele deu aqui, o exemplo das horas-aulas. Aparentemente, você ampliar o número de horas-aulas significa que o aluno vai ter acesso a mais conhecimento. Não necessariamente. Se ele tiver acesso a uma aula que não seja de qualidade ou a um conteúdo que não seja adequado, isso não vai contribuir. Eu acho que essa é uma reflexão importante a ser feita aqui. E isso coloca em discussão quase que um dogma que existe em toda educação que é a escola em tempo integral, que parece ser solução para tudo, mas que, se não bem avaliada, bem colocada, pode não dar os resultados esperados à sociedade e, em especial, ao aluno.

Fiquei feliz aqui também em participar aqui da discussão com o Prof. Eduardo. Eu tive o prazer de ser colega dele como secretário; ele foi presidente do Consed, um grande Presidente, e tenho certeza que vai fazer uma grande gestão no Conselho Nacional. Nós cobramos muito aqui, Eduardo, a presença dos Secretários



de Educação, e ontem nós tivemos a presença de dois Secretários; hoje, você também está aqui conosco. Isso é importante porque, como foi dito aqui, anteriormente já, no final do dia, no final das contas, quem vai pôr a mão na massa são as redes estaduais. Então, a posição e a opinião dos Secretários são muito importantes.

E eu tenho uma pergunta, só uma pergunta, para você: eu tenho uma preocupação muito grande com a questão do financiamento. Como você conhece bem disso, eu quero saber: os Secretários estaduais, os Estados, estão seguros com relação ao financiamento que está proposto na medida provisória? Porque, se não houver o financiamento adequado, nós não vamos conseguir avançar. Depois você vai poder me responder.

Quero parabenizar também a posição do Prof. Adilson aqui. E queria dizer, Adilson, que concordo com muito do que você colocou aqui, mas discordo de alguns pontos. Por exemplo, você mostrou uma preocupação muito grande com a desqualificação da educação atual, real, de hoje; a desqualificação, como você citou aqui, do currículo, até dos professores; e o que eu percebo é que, de fato, nesta Comissão, em nenhum momento, isso foi colocado, mas há uma insatisfação generalizada.

Se você for conversar com qualquer professor de ensino médio, ele vai te falar que o ensino médio atual não funciona. Se você for conversar com qualquer aluno do ensino médio, ele vai falar também que não está satisfeito, ou seja, todos os atores, todos os agentes principais disso se demonstram insatisfeitos.

Outro ponto fundamental é que todos os indicadores apontam para o fracasso total do nosso sistema educacional. Então, você tem uma insatisfação generalizada. Todos os dados indicadores que se destinam a avaliar...

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – ... também apontam para caminhos que mostram que precisamos fazer uma mudança urgente, ou seja, é necessária uma mudança, sim.

Não houve, por parte desta Comissão, em nenhum momento, a desqualificação do ninguém.

Para terminar – meu tempo já está acabando, Presidente –, quero dizer que eu fiquei um pouco preocupado, apesar de concordar com muitos pontos que ela colocou, com a fala da Prof. Marta.

Professora, em nenhum momento, em todo o texto – eu o li várias vezes –, eu percebi este grande viés que a senhora colocou aqui de privatização. Acho que nós temos que tomar muito cuidado com as teorias de conspiração, com os fantasmas, às vezes.

Outra coisa que eu quero salientar é que a gestão moderna, a gestão atual, a gestão que dá resultados é, sim, a do emparceiramento.

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – O papel da iniciativa privada pode ser importante também nessa discussão educacional.

Para terminar, Presidente, um ponto muito discutido aqui também, em que eu percebo um viés corporativista que me preocupa, é a questão do notório saber. Eu acho que deve haver critérios, mas nós não podemos limitar que o conhecimento só possa chegar ao aluno através de um professor que tenha formação x. O mundo, hoje, não é esse. Então, é preciso haver critérios, mas nós não podemos fechar as portas, de forma alguma, para o notório saber, que pode, sim, ser um grande ingrediente e um ponto importante para essa discussão.

Bom, Presidente, meu tempo já acabou, mas eu queria, mais uma vez, parabenizar a Comissão pela qualidade desse debate de hoje.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A próxima inscrita é a Deputada Maria do Rosário.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Presidente, quero registrar a presença dos estudantes Caio César de Gurgel, do Centro de ensino médio do Setor Oeste do Distrito Federal; Juan Freire, do Centro de ensino médio Elefante Branco; e Victor Lucas, do Centro de ensino médio Ave Branca do Distrito Federal.

Quero dizer ao senhor que eles gostariam de fazer uso da palavra. Eles expressam aqui seu descontentamento, porque, ao longo de todo esse período, os estudantes foram ouvidos apenas duas vezes: na vinda da União Nacional dos Estudantes e na vinda da União Brasileira dos Estudantes. Eles consideram pouco o tempo destinado a um debate dessa natureza, que vai afetar principalmente a vida deles, já que eles são os maiores interessados. Por isso, eles me pediram para que eu expressasse aqui esse descontentamento. Eles gostariam de ser mais ouvidos – gostariam, não –; eles acham necessário, porque foram ouvidos aqui, formalmente, apenas duas vezes: quando a UNE e a Ubes foram convocadas, uma única vez cada uma.



Manifesto, portanto, a satisfação de registrar a presença deles e de transmitir o recado para a Presidência, para a Mesa, para os demais colegas Parlamentares e para os convidados.

Era só, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço a presença de todos, em especial dos alunos.

Como V. Exª tem conhecimento, vou adotar o Regimento e, infelizmente, não poderemos dar a palavra a eles hoje.

Deputada Maria do Rosário.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero cumprimentar todos os participantes desta reunião. Todos os que se utilizaram da palavra o fizeram com contribuições muito significativas. Concorro com o colega que me antecedeu sobre a importância da presença de todos e da Professora Marta também.

As minhas perguntas são gerais. Então pediria que V. Sªs escolhessem, talvez, como poderão contribuir com algumas dúvidas que ainda tenho. Até porque num debate como esse não se pode entrar com todas as certezas. Estamos buscando, também, construir. Essa abertura, em termos educacionais, é uma abertura que considero essencial. Esse é o diálogo que nós temos mantido com o senhor Relator.

Uma das questões que preocupam os senhores, pelo que pude perceber, diz respeito à qualidade. Nós sabemos que temos tido muitas dificuldades em avançar na qualidade da educação brasileira, no ensino médio e nas demais etapas também.

Os institutos federais de educação, ciência e tecnologia têm sido uma experiência extremamente positiva, mas uma experiência recente. O Enem....Como instituto, como rede federal de educação, ciência e tecnologia. O Enem também é uma experiência recente.

Nesta audiência, por várias vezes, pude ouvir sobre a possibilidade de mudanças no Enem. É claro, nós já debatíamos, quando formamos o Enem, que ele teria e tem um papel indutor muito importante no tipo de ensino médio que nós pensamos deva ser estruturado no Brasil e na sua qualidade. Agora nós já estamos pensando – inclusive a partir do debate que estamos realizando aqui – na reforma do Enem, na mudança do Enem. Bom, nós não devemos ter políticas públicas mais estruturas e analisadas por um período que nos possibilite uma série histórica para tomarmos decisões educacionais mais adequadas, mais seguras, sobre a vida as pessoas? Pergunto isso porque me preocupa essa instabilidade que penso que estamos vivendo na educação brasileira.

Por exemplo, ao Presidente do Conselho Nacional de Educação. Acredito que é excepcional a sua presença aqui, Professor Eduardo, bem como dos integrantes conselheiros e conselheiras. Como o senhor vê termos alterado essa inicial disposição que tínhamos de avançar na Base Nacional Curricular Comum e agora termos uma certa inversão? Estamos nessa reforma do ensino médio via medida provisória, com uma excessiva pressa, do meu ponto de vista, sem definições seguras sobre a Base Nacional Curricular Comum. Então, como o CNE pensa o ordenamento desse processo? Eu perguntaria até porque nas suas observações percebi e concordo com isso: boa parte desse trabalho depende do CNE e dos conselhos estaduais e municipais também, mas sobretudo da normativa, das regras do Conselho Nacional de Educação.

A questão do notório saber. É claro que há uma diferença quando observarmos, na medida provisória, o tema da educação profissional e tecnológica. Mas a educação profissional e tecnológica não é menos complexa do que a educação em geral, do que a educação que não é vocacionada, que se pode chamar de clássica ou voltada mais a uma cultura geral.

Ela não é menos complexa, ela é, inclusive, de certa forma, mais complexa, justamente pela abordagem de diferentes saberes, em um contexto de um mundo complexo em que nós vivemos.

Então, o que nós estamos questionando aqui sobre o notório saber não é que profissionais de diferentes áreas venham a atuar na educação como professores, é que as regras atuais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação sejam deixadas de lado e os professores, portanto, venham a ser considerados professores sem terem uma formação pedagógica, que hoje, obrigatoriamente, eles têm por norma estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação.

Por isso, nós queremos os profissionais das diferentes áreas com notório saber, mas nós queremos que eles tenham, adicional ao seu notório saber, nas diferentes áreas – na Engenharia, na Eletricidade, na Mecânica, em tudo o que existe, na Química –, formação pedagógica, que é regrada atualmente e é cumprida de acordo com normas do Conselho Nacional de Educação.

Essas normas estão sendo deixadas de lado, elas estão sendo revogadas – ou não? É uma pergunta. Na minha opinião, elas estão sendo revogadas. Mas eu posso estar enganada. Portanto, eu estou fazendo uma pergunta ao Conselho e aos demais.

Outro aspecto, na questão do notório saber: vocês não avaliam que ficam comprometidas as licenciatu-



ras? Vejam bem, ao longo dos últimos anos, os institutos federais de educação, ciência e tecnologia adotaram também como missão...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ... o tema da formação pedagógica e das licenciaturas, em diferentes áreas.

Então, eles abriram áreas para formação de professores, justamente fundamentais no saber tecnológico, técnico e pedagógico. Esse é um esforço do Brasil, esse é um esforço do Estado brasileiro.

Há um plano nacional de educação, de Estado, decenal, sendo cumprido. Então, se nós revogarmos a importância da formação pedagógica, via notório saber, estaremos dispensando os institutos das licenciaturas? Não teremos mais licenciaturas? Bom, é uma pergunta que faço sobre as diferentes áreas.

Eu gostaria, Marta, que você abordasse a questão da 241 ou 55, sobre perdas da educação.

Eu fiquei tremendamente incomodada com o Ministro dizer hoje pela manhã, sublinhar, várias vezes – e eu vou dizer isso, porque ele tem...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ... defensores suficientes aqui também. Eu disse isso a ele lá –, cortes de recursos que a Presidenta Dilma fez: contingenciamento de R\$6 bilhões. Mas ele mesmo apresentou uma tabela do MEC, Senadora Lídice, que mostra que, entre 2003 e 2014, R\$100 bilhões anuais foram colocados a mais na educação.

O orçamento educacional em 2003 era de R\$45 bilhões/ano. E o orçamento da educação em 2014 era de R\$147 bilhões. Nós só temos que ver como gastar bem esses recursos, e não parar com os investimentos porque há defasagens históricas.

Por último, queridos professores, sobretudo o Prof. Ricardo... Prof. Moaci, eu gostei muito da sua abordagem. Eu não tenho tempo de fazer uma avaliação, perdoe-me, mas vou ler seu livro. Quero dizer também ao Dr. Simon que fiquei muito... O conselho que o senhor trouxe... São questões relevantes. Vou assistir novamente à sua apresentação, como a do Presidente do Conselho Nacional de Educação. Eu valorizo todas, mas preciso fazer uma pergunta ao Ricardo.

Ricardo, o ensino de Arte está previsto, hoje, na LDB, no §2º do art. 26, e o ensino de Educação Física, no §3º. E se diz aqui, concretamente, “obrigatório, nos diversos níveis de educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”.

Bom; na medida provisória, fica obrigatória na educação infantil e no ensino fundamental. Por isso, nós estamos dizendo que ele não vai ser mais obrigatório, porque tiraram o obrigatório. Então, não vai ser mais obrigatório.

Igualmente, nós tivemos que fazer uma lei para recuperarmos a Filosofia e Sociologia, porque elas foram cassadas pela ditadura. Então, é por isso que está aqui na LDB incluída a Filosofia e a Sociologia, como disciplinas obrigatórias em todas as séries do ensino médio. Quando tira isso, quando revoga, é claro que deixa de ser obrigatório, deixa de existir.

Eu acho que Brasil é muito grande e muito plural. Concluo, Sr. Presidente, dizendo que eu gosto que tenhamos obrigatoriedade do inglês, em que pese nós tenhamos um problema pedagógico, não só com o inglês como com as demais questões, porque o inglês tem em todos os momentos, só que as crianças e os jovens não aprendem a não ser em cursos privados. Por que não aprendem na escola pública ou na escola privada? Porque nós temos problemas pedagógicos, didáticos que não estão sendo resolvidos aqui. Podem estar sendo aprofundados com essa questão da desvalorização das licenciaturas.

Queria fazer uma reclamação, em nome das fronteiras brasileiras. Nós temos amplas...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Para concluir, Deputada.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Nós temos amplas fronteiras do Brasil que falam espanhol. Para essas fronteiras, é fundamental saber inglês também, mas lá é fundamental também o espanhol.

Então, às vezes, pegamos um Brasil desse tamanho e montamos uma estrutura entre a sala do Ministro e a sala da secretaria executiva. É verdade, Deputada Dorinha, que já vem estudos de outro período, mas eu lhe diria que se no meu governo isso estivesse sendo apresentado por medida provisória, que é diferente de um Prouni ou de um Fies, eu estaria reclamando do mesmo modo, como reclamei muitas vezes, inclusive no corte feito no final do ano passado.

Então, acredito que, na educação estamos livres para defender as ideias. V. Exª já me mostrou muitas vezes que é uma mulher livre...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Maria do Rosário, peço a V. Exª para concluir.



A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ... que defende suas ideias com convicção. Portanto, não faço essa fala para V. Exª, que eu admiro e respeito como uma das maiores conhecedoras da educação deste Parlamento. V. Exª que é do DEM, é para mim muitas vezes uma referência na defesa da educação brasileira.

Então, tenho certeza, que criticar, mesmo sendo do governo, é algo que respeito muito. Criticaria se fosse do meu governo e estou criticando neste governo, até porque acho que ele é fruto de um golpe e por isso não é democrático inclusive nesse debate.

Muito obrigada, Sr. Presidente, pela sua paciência com esta Deputada, a quem o senhor olha nos olhos e debate de forma adequada. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Admiro muito V. Exª.

Deputada Luizianne Lins. *(Pausa.)*

Está ausente do plenário.

Deputada Dorinha, a quem também admiro muito – ouviu, Dorinha? *(Risos.)*

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Muito obrigada.

Bom, na verdade, agradeço os meus admiradores.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Eu quero inclusive falar para os estudantes que a Une e a Ubes estiveram aqui por apresentação minha. Quem pediu e quem apresentou o pedido de audiência pública para a Une e Ubes serem ouvidas fui eu.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Sim; fui eu que apresentei, mas acho que eles têm razão. Outras representações poderiam ter sido apresentadas, porque, por justiça ao nosso Relator, ele acolheu todos os nomes apresentados. Gosto de repetir isso, porque foi extremamente plural. Nós temos vindo a todas as audiências públicas e acho que é pertinente, sim, quanto mais nós pudermos ouvir. E o Relator tem demonstrado isso.

Eu gostaria, na verdade, de agradecer as diferentes falas. Infelizmente, pelo tempo que nós temos, eu não consigo responder a todas as situações. Gostaria de dizer que, em relação aos institutos federais, por toda a admiração e respeito e os resultados são apresentados, eu gosto sempre de destacar. As condições são muito diferentes das escolas públicas regulares.

Instituto federal, primeiro, ele começa selecionando. A maioria dos institutos fazem prova de entrada. O perfil socioeconômico é muito diferente na maioria dos lugares. O custo, o investimento que é realizado é o que nós gostaríamos de ter para todas as escolas públicas estaduais. Então, enquanto nós temos.... É quase cinco vezes o custo que é disponível para o ensino médio.

Por isso, eu não estou dizendo que eles não trabalham bem. Eles trabalham bem. Eu acho que é uma meta que tenho certeza de que todos os secretários estaduais têm para alcançar para sua rede para oferecer e ter condição, inclusive, de ousar como a grande maioria. Nós temos projetos muito diferentes. Eu gostaria aqui de parabenizar, mas longe de menosprezar, não é algo disponível para ganhar escala no Brasil como um todo.

Eu queria, na verdade, colocar para o Eduardo, que aqui representa o Conselho, mas que esteve na presidência do Consed até agora, muito recente. Inclusive, o debate que foi feito com a Comissão Especial, embora reconheça o que a Deputada Maria do Rosário coloca, eu também disse que não gostaria que fosse medida provisória. Mas a gente não pode fazer de conta que não sabe que o texto hoje apresentado foi basicamente o fechado pela comissão, inclusive depois finalizado em uma proposta de substitutivo, com o Consed em Manaus ouvindo a grande proposta dos secretários estaduais e fechando um texto.

Obviamente, a parte de financiamento não estava apresentada porque nós tínhamos... Legalmente a Câmara tem um vício de iniciativa, nós não podemos trabalhar na questão do financiamento. A nossa preocupação com essa questão do financiamento é permanente. Eu já fui presidente do Consed e uma das coisas que nós buscávamos era inclusive um tratamento específico para as duas pontas da Educação Básica. A educação infantil, que não cobre, o Fundeb não cobre, e muito menos o ensino médio, principalmente nesse desenho.

Concordo que a questão não é só mais tempo. O tempo não faz diferença. Mais do mesmo, Prof. Moaci, não significa muita coisa. E um dos exemplos que eu sempre usei foi o Mais Educação. Para mim, era mais de nada, pelo desenho que tinha. Era mais tempo da criança na escola, tirava da rua, mas eu estou falando da questão mesmo pedagógica. É lógico que o tempo integral, por si só, não vai significar mudança nem oportunidade de garantir maior qualidade, embora a gente tenha uma expectativa.

E aí, eu volto a colocar a questão do Conselho, da questão da formação de professores, Eduardo. Existem hoje diretrizes, que foram inclusive homologadas pelo Ministério da Educação recentemente. Mas eu tenho



uma certeza de que, com o novo desenho – não deste, da questão do trabalho e da reforma do ensino médio –, mas a base nacional sendo consolidada, a provocação das instituições formadoras de mudança na formação é uma urgência.

Da mesma forma como eu coloco das questões de relações de trabalho. O instituto federal consegue avançar muito porque tem outro contexto. O professor é com dedicação exclusiva em uma escola, tem tempo para trabalho, para planejamento, para desenvolvimento de projetos. E essa é uma das perspectivas que nós temos que perseguir. Isso custa – custa e custa bastante. Não no sentido de despesa, mas no sentido de investimento.

Nós, hoje, apresentamos ao Ministro essa ideia de avançar nessa questão do financiamento, que seja extra, fora do Fundeb, mas que pudesse apoiar os Estados nesse desenho de um projeto que vá além de ficar mexendo só na estrutura forma, para aumentar horas, que eu acho que os cortes são importantes, mas só isso não vai resolver ou vai mudar a realidade do ensino médio.

Eu sei que não vou ter condição, Prof. Moaci, mas eu gostaria muito de conversar depois, com o tempo. O senhor apresentou alguns pontos que sombreiam o Fundeb. Preocupou-me, mas não consegui entender a clareza disso. Rebaixa a visibilidade da educação básica, fragiliza a carreira docente e dilui o profissional docente. Isso também eu gostaria de ter mais condição de debate. Infelizmente o tempo não foi suficiente, mas queria lembrar que o maior desafio nosso aqui, nesse desenho, nessa estrutura do ensino médio, eu acho que é responder ao trabalho que foi iniciado, sim, pelo Deputado Reginaldo, com bastante tempo de debate, o que não significa que não tenhamos como avançar. E hoje eu disse isso para o ministro.

Eu acredito, Sr. Relator, que esta Comissão vai conseguir avançar enormemente no texto, inclusive tendo a maturidade de alguns pontos não tratar. E um dos pontos com que eu particularmente tenho uma grande preocupação é com a questão do notório saber. Eu acho que existe tanta incompreensão e tanto problema e até risco que talvez não fosse o adequado de se tratar nesse texto, porque a questão de uma contratação emergencial já é possível, o sistema já tem condição de fazer isso.

Mas já existe um avanço. A questão da formação técnica para áreas que não têm profissional de conhecimento, para um curso específico, também já existe essa possibilidade. Concordo e apresentei, inclusive, uma emenda, falando, Ricardo, que, se o notório saber permanece no texto, eu entendo que precisa ter regulamentação das áreas específicas profissionais, do Conselho Nacional, dos Conselhos Estaduais, e sempre com a preocupação. O fato de conhecer muito a profissão e o fazer técnico não significa que seja um bom ensinador, que seja um bom professor. Esse equilíbrio do pedagógico, isso enfrentamos quando trabalhamos com a figura do engenheiro que vai dar aula de Matemática, que vai dar aula de física, que precisa ter uma formação pedagógica. E não são só horas de uma formação pedagógica que existe isso, do profissional que faz a sua formação nas faculdades específicas e vai na faculdade de educação receber a formação, sabemos de longe que isso não é bem resolvido nem nos cursos ditos tradicionais. Então, eu acho que é uma área com que nós vamos precisar ter muito cuidado, e o Relator tem demonstrado essa preocupação, mas, de qualquer forma, o Conselho Nacional, se isso for aprovado... Não é o “isso” no sentido depreciativo, mas se esse ponto permanece no relatório e no projeto de lei, entendo que o Conselho vai ter que se debruçar em relação a essa questão, para garantir essa preocupação que nós temos.

Eu não vejo, em nenhum momento, no texto, uma oportunidade para minimizar ou tirar a importância das licenciaturas. Eu acho que isso está resguardado. A minha preocupação é com o outro olhar, que pode abrir perspectivas e dificuldades em relação à regulamentação desse fazer de um profissional que conhece a área técnica, mas não tem o fazer docente, não tem o conhecimento específico.

Finalizando, eu gostaria também de... Acho que foi o Ricardo que falou que não entende essa questão do ensino médio, de fazer só depois de concluir um determinado itinerário formativo. Eu acho que, quando você diz que por que a permissão de o aluno fazer um outro itinerário só quando ele tiver concluído, eu acho que tem um pouco a ver...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ...sim subsequente, depois que ele concluir – eu entendo que pode ter a ver com o resultado, para que ele não corra o risco de estar fazendo as duas formações e ter uma reprovação. Mas acho que, se ele já concluiu, não tinha que ter novo custo, uma vez que a legislação diz que ele só vai se houver vaga, e, se houver vaga, não vai fazer diferença um aluno ou dois a mais numa determinada turma. Mas eu acho que pode ser pensado em algumas condições em que o aluno pode ganhar tempo.

E volto a reafirmar essa preocupação com a questão do noturno, o Eduardo sabe do grande desafio do sistema. Não é o que nós gostaríamos, mas nós temos sistemas em que o ensino médio é basicamente notur-



no, quer seja por espaço físico,...

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ...quer seja pelas dificuldades dos usuários do sistema.

Então, acho que a questão da possibilidade de cursar em outros horários, créditos, precisa ter um olhar, porque o aluno do noturno já tem uma sobrecarga de ser trabalhador, de ter uma dificuldade em termos de viver o espaço e ter a vivência da escola em outros projetos, em todas atividades, e acho que não pode ser, de novo, penalizado só com uma redução de carga horário.

Acho que esse é um desafio para todo mundo, pensar nos créditos em outros recursos precisa assegurar a questão do ensino noturno e a educação de jovens e adultos, que eu acho que isso a gente não pode fazer de conta que não é importante, porque é significativo no Brasil.

No mais, agradecer a participação de todos, que, a cada audiência, trazem sempre contribuições extremamente importantes para esse texto e para outros que nós estamos em discussão na Câmara.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Professora Dorinha.

A próxima inscrita é a Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Obrigada, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar os nossos convidados hoje, Eduardo Deschamps, Presidente do Conselho Nacional de Educação, o Ricardo, Consultor Legislativo da Câmara, João Batista, Presidente do Instituto Alfa e Beto, Adilson, aqui representando o Conif, o Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, o Prof. Moaci Carneiro, a Profª Marta Vanelli, o Sr. Simon, pesquisador do Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade. Todos, sem dúvida nenhuma, num esforço aqui de contribuir com esse importante debate.

Sr. Presidente, mais uma vez quero aqui reafirmar que eu considero que foi um equívoco muito grande o Governo tratar de um tema deste via Medida Provisória, tanto na forma como no seu conteúdo. Na forma, por tudo aquilo que a gente está assistindo aqui, quatro meses apenas, o que leva à insatisfação, por exemplo, dos estudantes pelo País afora.

Eles têm razão. Eles não estão sendo ouvidos neste debate, porque, com todo o respeito ao Senador Pedro Chaves, que merece todo o nosso respeito, mas dizer que nós fizemos um profundo e amplo debate, onde as entidades que representam milhões de estudantes pelo País afora foram ouvidas apenas uma vez.... Aliás, não só as entidades representativas dos estudantes, como as demais, representativas dos professores, dos especialistas e as demais instituições.

Segundo, a gente tem aqui que lembrar: o Ministro, quando decide enviar medida provisória, ele escutou apenas os secretários estaduais de educação – o Dr. Eduardo está aqui e não me deixa negar. Claro que tem que ouvir os secretários estaduais de educação, sem dúvida nenhuma, mas não somente esse segmento. Aliás, nem no âmbito do colegiado dos secretários estaduais de educação há consenso, porque existem secretários estaduais de educação que têm divergência, desde a política de fomento que está sendo apresentada até à proposta de reforma curricular e de mudanças na questão da carga horária.

Vamos aqui ser claros: a medida foi gestada no gabinete, desprezando inclusive um debate em curso – não concluído, mas em curso – sobre esse tema, debate esse que contou com a participação dos especialistas, da academia – eu estou aqui com a Profª Mônica que faz parte do Movimento Nacional em Defesa do ensino médio. Quando ele resolve mandar essa medida provisória para cá, desprezou todo esse debate em curso e que não havia sido concluído.

Não é verdade que o projeto que o Projeto de Lei nº 6.840, por mais esforço que tenha havido do Deputado Reginaldo e de todos que participaram daquela Comissão, tenha chegado num consenso. Tanto é que não chegou que o projeto não foi concluído. Não adianta aqui dizer que o Projeto de Lei nº 6.840, por ter ouvido o Consed e o Consed ter tomado uma posição – o que é extremamente democrático, sem dúvida nenhuma, e importante –, não basta só a posição do Consed: nós tínhamos que ver as posições das universidades, da academia. E por que eu falo aqui das universidades? Pelo papel estratégico que elas têm como agências formadoras. Nós tínhamos que, por exemplo, construir consensos com a CNTE, que representa 2,5 milhões de trabalhadores em educação por este País afora – são os agentes públicos que vão trabalhar com aquilo que a gente definir sobre as estratégias para melhorar o ensino médio e atender, por fim, claro, aqueles que são os mais interessados, que são, exatamente, os estudantes.

Então, veja, a crítica à MP parte, repito, para um Governo que...

(Soa a campanha.)



A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... talvez, por ter nascido de um golpe parlamentar, por ter nascido deste momento de ruptura democrática, ele adote caminhos como esse que, infelizmente, não colabora para construir consensos.

E, em segundo lugar, quanto ao conteúdo da medida provisória, eu volto a afirmar que, na sua grande maioria, é um conteúdo equivocados. Eu estou aqui ao lado do Presidente, hoje, do Conselho Nacional de Educação: como é que o Conselho Nacional de Educação se sente quando essa medida provisória retira do Conselho Nacional de Educação a prerrogativa – correta do ponto de vista, inclusive, pedagógico – de definição da Base Nacional Comum Curricular? A Base Nacional Comum Curricular está ainda em discussão, era para ter sido definida este ano e não foi. O próprio MEC já anuncia...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... que a definição dela só se dará em 2017.

Pergunto eu, então, por que se arvorar em propor reforma curricular, inclusive de maneira equivocada. “Não, Artes e Educação Física é obrigatoriedade do ensino fundamental, mas das demais, do ensino médio, não será. Filosofia e Sociologia idem”. Que isso? Se formos pensar na escola do século XXI, a escola que precisa preparar para o exercício da cidadania, passando pela capacitação para o trabalho, como é que essa escola do século XXI pode prescindir de disciplinas tão importantes, de caráter estruturante? O debate de línguas: tudo bem, a língua inglesa é importante, mas como se desconsiderar a questão exatamente da língua espanhola?

Presidente, além daquilo que nós tínhamos que dialogar. O problema do ensino médio...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – E eu já vou me organizando aqui para concluir, Deputado Izalci...

O problema do ensino médio não é currículo. Vamos combinar, Prof. Ricardo, que não é. Se o problema do ensino médio fosse curricular, seria muito fácil de resolver. Antes fosse – antes fosse, meu Deus. O problema da falta de atratividade do ensino médio é não disporem da realidade que a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica oferece a todo País, a começar pelo ambiente, pelos espaços de Educação Física, educação artística, bibliotecas, laboratórios, até o corpo docente e de servidores técnico-administrativos valorizados, com incentivo.

É disto que precisam os Estados: os Estados precisam de orçamento, para que nós tenhamos ambientes educacionais adequados, professor valorizado, estimulado. E não o Ministro inventar uma categoria de notório saber, sem ter o devido cuidado de que não basta o notório saber. Nós não podemos abrir mão nunca do preparo, da formação no campo da didática, da pedagogia. Isso só vem a precarizar.

Aliás, Senador Pedro Chaves, para contratar notório saber não precisa de medida provisória, não. A própria LDB hoje admite a contratação, inclusive, de professores temporários. Ao trazer isso para uma medida provisória, ele está simplesmente, infelizmente, desestimulando todo esforço que vem sendo feito, com diretrizes gerais de carreira, pareceres já do Conselho Nacional de Educação, para avançarmos na política de formação do magistério brasileiro.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Assim, Deputado Izalci, eu acho – e repito – que essa proposta da reforma curricular que eles apresentam, tanto do ponto de vista da organização e distribuição de carga horária, como do ponto de vista do conteúdo em si, ela não vem para melhorar. Ela só faz é empobrecer mais ainda o currículo.

E, por fim, para terminar mesmo, a política de fomento, a educação em tempo integral. Claro que está no PNE, todos nós trabalhamos intensamente; agenda superimportante. O PNE fala de 50% da educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas e 25% dos alunos, num período de dez anos. Dois anos já se passaram, só faltam oito anos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Para concluir, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Vou concluir.

Agora, não é simplesmente com uma proposta tímida como essa, de fomento, R\$1,5 bilhão, quatro anos apenas, o que vai significar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Até quatro anos e dependendo de disponibilidade orçamentária. Vou repetir qual é a política de fomento do MEC: até quatro anos, vai destinar, de acordo com a disponibilidade orçamentária, R\$1,5 bilhão; o que vai contemplar, Senadora Lídice, apenas 500 mil de um universo de mais



de oito milhões de jovens...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A Senadora Lídice é a próxima inscrita, Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – É; estou dialogando com ela. Vou concluir.

Um universo de mais de oito milhões de jovens que estão na escola. Então, sinceramente, isso é um engodo. Não dá para tratar educação dessa maneira, de forma alguma. Sem contar a PEC 55, pela redução drástica que trará...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... para áreas essenciais como educação, inclusive acabando com a vinculação constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Então, por tudo isso, concluo esperando, realmente, que jamais o Governo cometa esse suicídio pedagógico, um desrespeito aos milhões de estudantes...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... da sociedade brasileira, que é aprovar esse relatório agora, dia 30 e até dezembro. Pelo amor de Deus, que isso não aconteça!

Terminei, Deputado Izalci!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Muito obrigado. *(Risos.)*

É sempre um prazer muito grande ouvir V. Exª, mas eu passo para a Senadora Lídice da Mata, por quem também tenho um respeito e uma admiração muito grandes.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Igualmente, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Muito obrigado.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu gostaria de também tratar de alguns aspectos dos que já foram aqui apresentados, mas queria também destacar o conteúdo de todos os que eu pude ouvir aqui, que trouxeram grandes contribuições à discussão, ao debate sobre a organização do ensino médio no Brasil.

Se nós estamos com esse debate todo é porque – o professor Moaci já disse ali – há o nó do ensino médio. Na educação infantil nós pegamos as crianças com todas as suas potencialidades e desejos de conhecimento. No ensino médio nós pegamos pessoas que já passaram dessa fase do desejo do conhecimento pela sua própria, digamos, pela própria descoberta da vida e do mundo para um outro nível de necessidade, carregado pelas angústias da realidade em que vivem.

Nós vamos discutir e estamos querendo apresentar uma medida provisória – e eu contesto a medida provisória muitas vezes pela forma como ela se apresenta. Apresentar qualquer proposta como a salvação, ou a resolução, ou a solução de um problema com a complexidade que é o ensino médio no nosso País é um erro; é um erro profundo. As nossas escolas não podem ser comparadas nem com os institutos federais de educação, nem muito menos com os colégios militares. A escola pública é obrigada a acolher todos aqueles que, em idade escolar, têm direito à escola pública. Então, o desafio é imenso, é extraordinário. Não é a primeira vez, devo ressaltar, que se vai tentar o caminho do ensino profissionalizante ou técnico no ensino médio no Brasil.

Também quero dizer que o colégio de tempo integral, como o Deputado falou aqui muito bem, não é a solução de todos os problemas, nem nunca foi colocado como tal pelos seus principais pensadores. Eu ouço falar de escola de tempo integral no Brasil, mais recentemente, como uma solução para tirar os jovens da rua, e uma solução de questões de segurança pública.

Ora, Anísio Teixeira, quando falou, pensou num colégio de tempo integral, ele o fez não pensando em questão de segurança pública, que, aliás, não era realidade no seu tempo. Ele pensou como estímulo, como prazer da educação integral, como um modelo que pudesse desenvolver em cada jovem o prazer do aprendizado, trazendo, no contexto dos conteúdos, não apenas os conteúdos profissionalizantes, que existiam no seu colégio de tempo integral, o tecnológico, mas também o desejo da arte, o desejo das artes cênicas, como despertar no jovem adolescente o desejo pelo saber.

Então, o colégio de tempo integral está dissociado de uma ideia meramente tecnológica. E, ao dizer meramente, não estou reduzindo, porque respeito muito o ensino tecnológico. E acho que um dos desafios da nossa escola de ensino médio que não está respondido na PEC é o acesso às tecnologias, às novas tecnologias de informação. Não é por outro caminho que nós vamos atrair o estudante, o jovem para dentro da escola senão pelas técnicas que ele próprio já tem acesso ou busca ter acesso na sociedade.

Nós estamos discutindo uma medida provisória que não leva em conta a realidade de onde a escola está, que é outro desafio do Brasil. Onde é que está cada escola? No meu Estado, ela está na periferia. Ela está hoje sendo disputada pelos traficantes, que ficam na porta, muitas vezes, invadem a escola pública. Então, é dessa escola que estamos falando, não é do Instituto Federal de Educação, com tempo de dedicação integral, com todas as condições.



É por isso, aliás, que o Senador Cristovam Buarque tem defendido aqui, no Senado Federal, o que ele chama de federalização do ensino no Brasil, para que nós pudéssemos ter as carreiras federalizadas, profissionalmente, os professores, com os salários muito mais próximos dos pagos no Instituto Federal da Educação do que aqueles pagos pelos Governos Estaduais.

Nós temos que responder. Eu até disse à Deputada Professora Dorinha que tenho muita identidade com alguns temas que ela abordou. O ensino noturno é um deles, que continua sendo um desafio. O estudante do ensino noturno decidiu estudar, mesmo contra a sua possibilidade de fazê-lo, porque está trabalhando. Então, que forma especial de abordagem nós temos para esse estudante?

Segundo, a questão do notório saber – eu nem vou repetir o que todos já falaram – eu acho que é desnecessário estar presente nesta PEC.

E, por último – se é possível dizer-se por último –, é o tempo de debate dessa questão. Nós precisamos ouvir os estudantes, mas nós precisamos ouvir também as escolas, também os professores. Precisamos também ter capacidade de abordar a realidade objetiva das escolas nos Estados.

Eu falo sem nenhum preconceito: discutir ensino de língua no Brasil, no ensino médio, como se fosse a grande salvação... Ora, concordo com a Deputada Maria do Rosário: eu desconheço experiência eficiente de ensino de língua na escola pública brasileira, de língua espanhola ou, agora, de língua inglesa. Eu desconheço essa experiência.

(Soa a campainha.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Para concluir.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Vou finalizar.

No meu Estado, nós temos uma grande...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A Senadora Fátima está fazendo escola aqui.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... presença de espanhóis. Nós temos, na cidade de Salvador, especificamente, uma das maiores colônias do Brasil, dos chamados “galegos”. E nem assim a lei consegue fazer com que nós tenhamos um número de professores suficiente para ensinar espanhol dentro das escolas públicas. Imagine para ensinar inglês!

Nos Estados Unidos, a escola é bilíngue, pública ou privada. O menino aprende a ler nas duas línguas, e a segunda língua é o espanhol. O espanhol que nós estamos rejeitando no Brasil, praticamente, ao assumir que nós vamos ter, como opção de língua para universalizar, o inglês, quando não é verdadeiro que é a língua que mais cresce no mundo. Hoje, a língua que mais cresce no mundo, como língua falada, é o espanhol. Daqui a pouco vai ser a língua dos chineses, pois somam um bilhão de pessoas e estão dominando a economia do mundo.

Então, eu creio que nós deveríamos nos concentrar mais em problemas concretos dentro da PEC que não no ensino da língua, em algumas mudanças que pudessem ocorrer e em acabar com essa história de que essa PEC vem para salvar o ensino médio do Brasil, porque não terá condições de realizar isso na complexidade.

E quero apelar para o nosso Senador – e sou testemunha de sua dedicação a isso: não se deixe levar, em nenhum momento, pela ideia de que pode fazer um relatório rápido dessa ação. Não vamos contaminar essa discussão da educação com a discussão política de disputa de poder que temos no Brasil hoje. Se isso, por um momento, se deixar contaminar, está acabada a PEC, porque não adianta nós decidirmos aqui que ela vai existir, se o professor, dentro da sala de aula, não estiver convencido disso e, portanto, não estiver com a sua decisão tomada, de viabilizar esse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Muito obrigado, Senadora.

Vou passar a palavra ao nosso Relator...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – ... porque ele tem que sair. Se V. Exª puder...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não, eu queria só entregar às mãos dele, exatamente pelo fato de ele ser o Relator. É que eu fui incumbida de passar às mãos do Relator uma nota da CNBB (Confederação Nacional dos Bispos do Brasil) sobre a reforma do ensino médio. O Conselho, agora, nos dias 22 e 23 de novembro, acaba de se posicionar, manifestando inquietação face à medida provisória que trata do ensino médio, em tramitação no Congresso.

Diz ainda a nota, aqui:

A MP nº 746 é uma proposta para a superação das reconhecidas fragilidades do ensino médio brasi-



leiro. Sabe-se que o modelo atual não prepara os estudantes para os desafios da contemporaneidade. Assim, são louváveis iniciativas que busquem refletir, debater e aprimorar essa realidade. Contudo, assim como outras propostas recentes, também essa sofre os limites de uma busca apressada [ouviu, Senador Pedro Chaves?] de solução...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora, deixe só o Relator... Ele vai acatar essa carta...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu sei, mas só um momentinho...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – É porque ele vai sair para votar. Não vai poder falar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu também vou, assim como ele. Eu também vou para o plenário. Por favor, só um momentinho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k., Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – É a CNBB, uma das instituições mais importantes, que está fazendo chegar aqui, ao plenário da nossa Comissão. Diz a CNBB:

Questão tão nobre quanto a Educação não pode se limitar à reforma do ensino médio. Antes, requer amplo debate com a sociedade organizada, particularmente com o mundo da educação. É a melhor forma de legitimação para medidas tão fundamentais.

[...]

Toda a vez que um processo dessa grandeza ignora a sociedade civil como interlocutora, ele se desqualifica. É inadequado e abusivo que esse assunto seja tratado através de uma Medida Provisória.

Termina a nota:

Conclamamos a sociedade, particularmente os estudantes e suas famílias, a não se deixar vencer pelo clima de apatia e resignação. É fundamental a participação popular pacífica na busca de soluções, sempre respeitando a pessoa e o patrimônio público. A falta de criticidade com relação a essa questão trará sérias consequências para a vida democrática da sociedade.

Nossa Senhora Aparecida, padroeira do Brasil, interceda por nós.

Brasília, 23 de novembro de 2016.

Dom Murilo S. R. Krieger, SCJ, Arcebispo de São Salvador da Bahia, Presidente em exercício da CNBB;

Dom Guilherme A. Werlang, MSF, Bispo de Ipameri, Comissão Episcopal para o Serviço da Caridade da Justiça e da Paz;

Dom Leonardo Ulrich Steiner, OFM, Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário-Geral da CNBB.

Vou entregar ao Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Já que o Relator teve que sair, nós vamos passar para as considerações finais.

Eu pediria que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu sei. Está em votação nominal.

Eu pediria a V. Ex^{as} que se limitassem ao tempo regimental para que possamos votar também. Nós estamos em processo de votação também lá.



Eu passo a palavra imediatamente, na ordem inversa, à Profª Marta Vanelli para suas considerações finais.

A SRª MARTA VANELLI – Eu vou ser muito breve, Presidente, sobre as duas perguntas que fizeram.

Sobre a questão da PEC 55, nós temos dito que o congelamento de investimento em educação colocado na PEC 55 vai inviabilizar o Plano Nacional de Educação. Nós não temos nenhuma dúvida sobre isso, porque é uma PEC para 20 anos, especialmente as Metas 11 e 12, que falam sobre a ampliação de vagas do ensino técnico, tecnológico e superior, das quais 50% da ampliação do técnico são na escola pública e 40% do superior também têm que ser de vagas públicas. A PEC 55 vai inviabilizar isso. Por isso, vários cursos vão fechar, vários *campi* de universidades e institutos federais vão fechar, neste País, durante esse processo. E, fechando cursos, vão fechar cursos de formação de professores, com certeza absoluta, dentro das universidades.

Sobre a privatização, só lembro aqui que este Governo estabeleceu, numa portaria interna de vários Ministérios, um estudo para inserir a educação brasileira na OMC (Organização Mundial do Comércio). O Brasil, este país continental, até hoje não está com a sua educação, porque entendemos que a educação é um direito público da sociedade.... Agora ele vai inserir isso na Organização Mundial do Comércio. É óbvio que o grande empresariado educacional do mundo inteiro está pressionando e quer pegar a fatia dessa nossa educação.

Quero reafirmar aqui, Presidente, para concluir mesmo, que o fracasso do ensino médio brasileiro não é apenas curricular, não é apenas em função do currículo.

(Soa a campainha.)

A SRª MARTA VANELLI – O fracasso é em função das condições das escolas e da desvalorização dos profissionais da educação. Por isso uma proposta teria que contemplar este tripé: currículo, escolas e os profissionais da educação.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço a participação da Profª Marta e passo imediatamente ao Ricardo Chaves, Consultor da Câmara, para as suas considerações.

O SR. RICARDO CHAVES MARTINS – A questão do Enem tem que ser olhada sob o ponto de vista de que hoje o Enem determina muito do que é feito e de como é organizado o ensino médio. É uma figura um pouco simples, mas na verdade é o rabo abanando o cachorro, como se costuma dizer, e isso tem que ser resolvido, não pode ficar desse jeito.

Quanto aos profissionais de notório saber, essa questão precisa ser tratada com muito cuidado. Mas há uma questão que também precisa ser considerada: quando se fala da formação técnica e profissional, fala-se obviamente da interface com o mercado de trabalho. E os profissionais que estão no mercado de trabalho têm alguma coisa a dizer àqueles que estão em formação para ali ingressar. É claro que a complementação pedagógica é necessária, e outros critérios, mas essa questão não pode deixar de ser pensada. Nós não vamos conseguir adotar no Brasil, mas o que seria do modelo alemão de formação técnica e profissional se a tutoria que é feita pelo setor empresarial não pudesse ser feita pelos empregados da empresa? Na verdade, é uma questão muito importante, mas isso precisa ser feito dentro da nossa tradição, da nossa organização, da nossa regulamentação. E com muito cuidado, porque o fato de ser professor temporário é a forma de contratação, não é requisito para a contratação. Então a possibilidade de se contratar professor temporário não significa que este possa ser professor sem a titulação necessária, como hoje consta da norma. São coisas distintas, são universos distintos. A verdade é que precisamos dar uma solução para isso, porque uma grande parte das redes estaduais já contrata esse tipo de profissional. Como isso pode ser regularizado? Como isso pode ser ordenado em benefício do ato educativo? Não é colocar, caindo de parede, uma pessoa que nunca viu uma escola, mas é preciso reconhecer que esse...

Lembro quando se discutiu aqui a questão dos profissionais do griô não têm formação acadêmica nenhuma; eles têm formação tradicional oral. E estavam sendo impedidos de chegar à escola para apresentar aos alunos a sua tradição, porque eles não têm formação alguma. Isso é concebível? Não é concebível. Então, tem que se dar uma solução a essa questão de uma forma que seja clara.

Com relação à Arte e à Educação Física, o que eu quis deixar claro foi o seguinte: não há nenhum problema se por acaso voltar o texto anterior da LDB. Não altera em nada e me parece que resolve uma grande questão.

A Filosofia e a Sociologia têm uma questão: elas não podem deixar de estar presentes, nem uma nem outra, na formação com certeza, agora, como disciplinas obrigatórias a cada três anos, essa singularidade tem que ser corrigida pelo menos.

Quanto à questão do ano subsequente, a colocação que eu fiz é a seguinte: a medida provisória diz que a segunda opção formativa só poderá ser feita para quem concluiu o ensino médio no ano imediatamente



subsequente ao da conclusão. Estou criticando essa limitação. O aluno conclui o ensino médio, passa um ano no mercado, depois quer fazer uma segunda opção formativa no segundo ano após a sua conclusão? Por que esse direito tem que ser cerceado?

Esta é a questão que eu coloquei. Não me consta que a competência do CNE sobre a BNCC esteja sendo retirada pela medida provisória.

Essas foram as questões que anotei.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Prof. Ricardo.

Imediatamente, passo para o Moaci Alves Carneiro, professor.

O SR. MOACI ALVES CARNEIRO – Muito bem. Eu gostaria de sugerir, se é que me é permitido fazer isso, para aqueles que quiserem ter uma maior capacidade de iluminação sobre o texto da Medida Provisória 746, que analisem o conjunto dos aspectos que formam o tecido do que eu chamo de efeitos colaterais da Medida Provisória 746. É muito importante fazer esse exercício de leitura.

A segunda coisa, confesso que fico extremamente preocupado cada vez em que eu escuto o estabelecimento declarado de uma relação entre ensino médio e Enem, ou de se cuidar, na reforma do ensino médio, de mudar as regras do Enem. Por quê? Vou confessar uma coisa vocês: eu estive, o ano passado, visitando quatro países para estudar educação básica – Alemanha, Áustria, França e Inglaterra. Voltei convencido do seguinte: todas as nossas questões referentes ao ensino médio só serão resolvidas, digo a vocês, quando nós resolvermos as questões da educação infantil.

E é muito fácil a gente compreender isso. Quando você vai aos eixos cognitivos que norteiam a prova do Enem, estão lá definidos assim: dominar linguagens, compreender fenômenos, enfrentar situações-problema, construir argumentação e elaborar respostas. Pois, está comprovado, documentalmente, por meio de uma esteira ilimitada de pesquisas, de estudos, em diferentes países do mundo, em diferentes continentes, que crianças que não frequentam a educação infantil chegam ao sistema formal de educação com agudas deficiências nos campos de habilidades verbais, habilidades matemáticas, habilidades de leitura, habilidades na escrita, com desempenho cognitivo...

(Soa a campainha.)

O SR. MOACI ALVES CARNEIRO – ... comprometido com o desenvolvimento comportamental. Ou seja, se quisermos um ensino médio lastreado por uma plataforma de competências e habilidades compatíveis com o nível de complexidade deste ensino, temos que cuidar da educação infantil.

Uma última coisa que me chamou atenção, a propósito do registro que a minha colega aqui Marta Vanelli fez: publicada a Medida Provisória 746, dois dias depois, as quatro maiores companhias comerciais de educação do Brasil anunciaram que iriam fazer investimentos na área de educação do ensino médio. No dia seguinte, subiu o valor das ações das quatro companhias, porque elas estão farejando o processo de *voucher*, que é um processo internacional.

(Soa a campainha.)

O SR. MOACI ALVES CARNEIRO – Então, precisamos contar com o apoio do Parlamento, com a paciência, a inteligência, a contribuição e o estudo de todos os Parlamentares, como a Professora Dorinha e o Prof. Izalci, para que possamos avançar, evitando esses desconcertos.

Uma última observação para o Conselho Nacional de Educação. O Conselho Nacional de Educação tem um débito enorme com a sociedade brasileira já de alguns anos. O Conselho Nacional de Educação, historicamente, desempenhava o seu exercício com três focos: estudos de matérias objetivas que eram encaminhadas para decisão, produção de pareceres e produção de resoluções. E o Conselho Nacional de Educação deixou de lado uma das funções mais relevantes que ele teve historicamente que era produzir indicações. As indicações representavam um esforço orgânico e institucional do Conselho para se antecipar a problemáticas como esta que nós estamos estudando e sinalizar com coordenadas importantes. Quão bom seria, aproveitando aqui a presença do Secretário Deschamps, se o Conselho pudesse resgatar essa sua atribuição histórica, muito relevante para a sociedade brasileira.

Agradeço o convite, a paciência e a atenção de todos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Para encerrar, o último expositor, o Deputado...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ainda não é Deputado? Não? Não é?!



Com a palavra o nosso Presidente do Conselho Nacional de Educação, Eduardo Deschamps.

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – Obrigado, Deputado Izalci. *(Risos.)*

Fico honrado. A Marta ficou preocupada.

Mas tu votarias em mim, não é, Marta? *(Risos.)*

A Marta é de Santa Catarina, assim como eu.

Primeiro, eu quero agradecer o convite para poder comparecer aqui. Eu tinha recebido o convite para outra audiência, mas não pude comparecer naquele momento – hoje, foi possível vir –, pois estávamos com outra agenda.

Eu quero responder diretamente aos questionamentos do Deputado Thiago sobre a questão do financiamento do programa de fomento do tempo integral. É importante. Eu acho que alguém, em algum momento, colocou – acho que foi o Ricardo – que temos que separar o contexto da medida provisória... há dois temas: um tema é o da reforma do ensino médio, outro tema é o do fomento do tempo integral.

No caso do fomento do tempo integral, é também importante registrar para o Ricardo o que nós, como Secretários Estaduais de Educação – agora, falo da cadeira de Secretário... A necessidade de alteração de legislação é porque os programas que o Ministério da Educação, normalmente, executa com os Estados têm algumas limitações do ponto de vista legal na transferência de recursos. O primeiro deles é que a transferência de recursos para a remuneração de profissionais só se dava por meio de bolsas que eram concedidas através das universidades federais.

Então, no caso da medida provisória agora, você pode utilizar o recurso de fomento para fazer o pagamento também de remuneração de profissionais da educação. É a mesma coisa em relação à alimentação, que é um dos grandes custos do tempo integral. A alimentação estava vinculada ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, àquela legislação, e, portanto, você não tinha como fazer modificação para esse tipo de atendimento. Por isso, a medida provisória traz essa questão no programa de fomento.

Na resposta ao Deputado Thiago com relação a se há uma compreensão por parte dos Secretários sobre ser suficiente ou não o recurso – e acho que respondo um pouco também à Deputada Dorinha –, na verdade, há três itens que preocupam os Secretários Estaduais de Educação. O primeiro deles, obviamente, está, de certa forma, atendido pela medida provisória, que é a complementação de recursos, ou seja, à medida que você amplia carga horária, você tem alguns gastos adicionais na questão de remuneração, investimentos na questão de remuneração, investimentos na questão do custeio.

A preocupação que não impede, mas que não está necessariamente prevista ali, diz respeito à questão de investimento em infraestrutura, porque talvez os recursos não sejam suficientes. De tal monta, é preocupante que, em Santa Catarina, ainda que nós tenhamos – agora vou falar especificamente em Santa Catarina – a possibilidade de chegar até 30 escolas e 14 mil alunos, nós vamos começar com um número menor que esse. Nós vamos começar com 14 escolas, porque nós identificamos primeiro as escolas que tinham condições de infraestrutura para poder fazer esse trabalho, porque, de fato, nós não teríamos condições de investimento inicial, e essa foi uma preocupação que nós tivemos. Agora, nós queremos até 2018, isso é previsto também pelo texto do programa de fomento, ampliar esse número de escolas, e são as ações que vamos fazer.

Então, investimentos é uma preocupação, e eu diria que é uma preocupação de certa forma dos secretários estaduais. E eu não pude ainda fazer essa manifestação ao Ministro, porque eu deixei a Presidência do Consed – espero que o Presidente Fred, agora, tenha feito – é quanto ao prazo, os quatro anos. Os quatro anos, na verdade, para você dar, de fato, uma lógica de certa continuidade para o programa, é um tema que preocupa o secretário estaduais.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – E, exatamente, acho que é uma questão interessante.

Bom, então, quanto à questão do financiamento, queria também fazer outra observação. A Deputada Dorinha falou das questões relativas a financiamento do ensino médio para além da questão do Fundeb. A lei do Fundeb vence em 2012. Então, esta Casa vai ter que certamente discutir isso.

Mas, Ricardo, quando se modificou – e isso foi um tema debatido lá no Consed, a questão do Fundeb para além do ensino médio, integrado à educação profissional, colocando a formação técnica profissional da ênfase cinco, do inciso cinco.... É porque, se fosse dada uma interpretação de que essa formação técnica profissional não seria considerada ensino médio integrado à educação profissional, as redes teriam se matriculado nessa formação; porém, não estariam recebendo o Fundeb. Então, seria mais uma preocupação de ter autorização legal para essa ação do que outra coisa.

Quanto à questão do quarto ano, de fato, é uma questão a ser discutida.

Sobre a formação de professores, a Deputada Dorinha falou da Resolução 2, de 2015, que é aquela



resolução sobre a formação dos professores. Aí há uma preocupação no Conselho Nacional de Educação de casamento dos prazos colocados no PNE, porque, na verdade, davam prazo para a questão de formação de professores, e davam outro prazo para a questão da base. E para nós essas duas coisas têm relação.

Então, se você discutir a base depois da formação de professores, ela ficará mais complexa. Há correntes no CNE que defendem – não estou falando aqui oficialmente; isso é um debate ainda interno lá, que não tem posição final.... Há correntes que defendem aguardar a aplicação da Resolução 2 e eventualmente a sua revisão para após a Base Nacional Comum Curricular, e há outros que defendem já a sua aplicação imediata. Esse é um debate que está correndo dentro do Conselho Nacional de Educação, em relação a esse tópico.

A Deputada Maria do Rosário falou sobre a base e a reforma do ensino médio; também é outra discussão importante. O CNE está preparado para dois grandes debates a partir do ano que vem: o debate...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO DESCHAMPS – ... da eventual normatização do ensino médio, por conta das alterações da LDB que forem feitas agora ou se forem feitas em outro mecanismo. E aí obviamente que nós vamos ter que fazer toda a revisão do marco normativo em relação ao ensino médio, para, pelo menos, verificar o que não é conflitante com a nova legislação. E o segundo é a questão da Base Nacional Comum Curricular, que, em tese, ainda que deva ser um documento para ser sempre olhado de maneira integral e conjunta, deve, segundo o Ministério da Educação, chegar como a de educação infantil e ensino fundamental, primeiro, para vir a do ensino médio na sequência, em julho. Então, não sei, sobre esse tema, tem-se colocado isso.

Então, obviamente, que a reforma do ensino médio e a revisão do marco normativo vão ter relação com a base. Esses são dois assuntos que não poderão andar de maneira dissociada para o processo.

Eu queria fazer só uma observação, como gestor de rede estadual, em relação à questão do notório saber estar ou não na LDB. Primeiro, o notório saber já está na LDB para o ensino superior, não para a educação básica. Portanto, não é novidade na LDB, mas ele não está explícito para a educação básica. O problema que decorre da contratação dos profissionais com notório saber ou aqueles que são contratados temporariamente é que eles são classificados como profissionais sem habilitação, e, ao serem classificados como profissionais sem habilitação, existem diferenças de remuneração. Na medida em que se coloca na legislação a possibilidade de classificar esse profissional a partir de regulamentações do Conselho Estadual ou do Conselho Nacional de Educação, esse profissional com notório saber, como um profissional habilitado a lecionar, passa a existir, obviamente, a condição de fazer a equiparação do ponto de vista de remuneração para esse profissional. Esse é o ponto chave deste tópico, não deixando de registrar que a preocupação colocada por todos aqui em relação à questão do notório saber é absolutamente pertinente. A entrada do notório saber não pode ser a abertura para que haja um festival de contratações sem que a pessoa esteja preparada para atuar.

É por isso que, naquele momento – pelo menos na discussão que foi feita no Consed –, entra para a formação técnica profissional, ou seja, específica, não se estende para as outras áreas em condições muito excepcionais a serem regulamentadas na sequência.

Esses são os tópicos aqui.

Espero ter respondido todos os itens.

Para o Prof. Moacir, dizer que nós implementamos isso no Consed. Se o Consed participou muito fortemente do debate e até tem sido colocado que o debate acabou sendo feito só com o Consed, é porque ele se antecipou. O Consed olhou o que estava sendo debatido dentro deste Parlamento. A Deputada Dorinha participou de várias conversas conosco também, e o Consed começou a discutir qual era a posição que ele tinha. Se é a posição a ser adotada ou não, compete a este Parlamento decidir, mas ele procurou trabalhar com uma antecipação do grande tema e dizer qual é a sua posição.

Nesse sentido, estamos procurando colocar que, no âmbito do Conselho Nacional de Educação, sim, vamos ter dois momentos: vamos ter de implementar ou fortalecer novamente a lógica do Conselho Nacional de Educação se antecipar a esses grandes temas através das indicações, como o senhor colocou. Isso já está na pauta para trabalharmos nos próximos dois anos. Recentemente, eu assumi como Presidente. Ao mesmo tempo, o Conselho Nacional de Educação também tem atos a serem conduzidos no próximo ano e certamente nos próximos dois anos. É uma sequência de regulamentações não só relativas ao ensino médio, base nacional comum curricular e outros itens dispostos também no Conselho Nacional de Educação que vão tomar muito tempo do Conselho Nacional de Educação.

Para finalizar, Deputado Izalci, pedindo desculpas pelo adiantado da hora e pelo tempo, quero reiterar o que coloquei no final: este é um debate que, no nosso entendimento, está começando. Obviamente que a extensão da mudança que será feita na LDB, ou seja, no marco legal, será definida aqui neste Parlamento. Mas muito do que vai acontecer para definir como isso se realizará na escola estará em debate, na sequência, no



Conselho Nacional de Educação, e eu tenho delegação dos meus colegas, dos meus pares para dizer aqui claramente que o espaço de debate no Conselho Nacional de Educação será amplo, para que possamos discutir a parte da operacionalização daquilo que for definido por este Parlamento.

Eu queria concluir dessa maneira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço a presença dos nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 14 horas e 46 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 50 minutos.)



ATA DA 9ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 24 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às quatorze horas e cinquenta e um minutos do dia vinte e quatro de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Lídice da Mata e Pedro Chaves; e dos Deputados Wilson Filho, Celso Jacob, Rogério Marinho, José Rocha e Evandro Roman. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e e convida para compor a Mesa os seguintes participantes: Eduardo Rolim de Oliveira - Presidente e Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Básico Técnico e Tecnológico – PROIFES; Isaac Roitman - Representante da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC; e Maria Helena Guimarães de Castro – Secretária-Executiva do Ministério da Educação – MEC. Às dezesseis horas e seis minutos, o Deputado Rogério Marinho assume a Presidência. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputado José Rocha, Wilson Filho, Senadora Lídice da Mata, Deputado Celso Jacob e Deputado Evandro Roman. Às dezesseis horas e trinta e dois minutos, o Deputado Celso Jacob assume a Presidência. Usa da palavra o deputado Rogério Marinho. O Relator, Senador Pedro Chaves, faz suas considerações. Às dezessete horas e oito minutos, o Deputado Rogério Marinho assume a Presidência. Os convidados usam da palavra para responder os questionamentos e fazer as considerações finais. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezessete horas e dezessete minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI LUCAS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Convido para a Mesa o Sr. Eduardo Rolim de Oliveira, Presidente e Diretor de Assuntos Jurídicos da Federação de Sindicatos de Professores e Professoras de Instituições Federais de Ensino Superior e de Ensino Técnico e Tecnológico – Proifes.

Obrigado, Eduardo.

Convido também o Representante da Sociedade Brasileira para Progresso da Ciência – SBPC, meu mestre Isaac Roitman, da nossa Universidade de Brasília.

Convido também a nossa Secretária de Educação do Ministério da Educação – MEC, Maria Helena Guimarães de Castro.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular. As pessoas que têm interesse em participar podem enviar comentários pelo senado.leg.br/ecidadania ou pelo 0800 61 2211.

Aqueles que nos acompanham neste Plenário também poderão enviar suas perguntas por escrito. Os questionamentos devem ser entregues à Secretaria da Comissão.

O Presidente adotará as seguintes normas. O convidado fará uma exposição por 20 minutos e, em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Já convido imediatamente para fazer uso da palavra o Sr. Eduardo Rolim de Oliveira.

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – Muito boa tarde, Deputado Izalci, Senador Pedro, Secretária Maria Helena e Prof. Isaac.

Em primeiro lugar, eu queria agradecer imensamente o convite da Comissão Mista. A nossa federação



(Proifes) é uma entidade nacional que reúne sindicatos de professores das Universidades Federais, dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e também professores civis de escolas militares.

Há doze anos nós temos história.

Nesse período, temos discutido muito tanto questões relacionadas à ordem corporativa, salários, carreira, quanto questões que dizem respeito à educação como um todo.

O Proifes-Federação é uma das entidades que compõem o Fórum Nacional de Educação. E também participamos de uma série grande de entidades, fóruns e agrupamentos, inclusive em nível internacional, que discutem esses temas relacionados à educação.

Eu vou entregar para cada um dos senhores e senhoras o nosso material a respeito da análise que fizemos da Medida Provisória nº 746, que reforma o ensino médio, criando a política de formação em tempo integral no ensino médio.

A primeira questão que eu gostaria de abordar e que acho bastante importante que a gente discuta seria: é preciso reformar o ensino médio ou não? Na realidade, nós entendemos que há no Brasil uma grande dificuldade para os alunos acenderem até esse nível de ensino. Isto é uma realidade, nós não desconhecemos este fato. Inclusive, a nossa entidade, há alguns anos, publicou um documento chamado Educação Integral de Qualidade, uma necessidade para a política educacional como um todo.

Nesse sentido, já avaliávamos que apenas a metade dos jovens na faixa etária correta está no ensino médio. Essa evasão, na realidade, é devida a uma série de fatores, entre eles, coloca-se aquele que está na justificativa da medida provisória, que é a rigidez de currículos no ensino médio. Porém – isso está no estudo que estamos entregando para cada um dos senhores –, além do estudo da Victor Civita, que está na justificativa da medida provisória, há outros estudos, como um do Unicef que mostra que, na realidade, os jovens do Brasil têm dificuldade de estarem no ensino médio por vários fatores. Este é um fator, mas há outros fatores que talvez sejam muito mais relevantes para justificar a evasão e a dificuldade dos jovens de permanecerem no ensino médio, o que é, evidentemente, um grande problema para o nosso País, na medida em que temos ainda uma população de nível superior muito menor que a de países congêneres, como o nosso país vizinho Argentina, por exemplo.

Dentre os fatores que estão arrolados nesse estudo da Unicef se coloca, por exemplo, a questão da violência. O jovem na idade certa para estar no ensino médio também, em grande medida, principalmente se pertence às camadas mais pobres da população, está fortemente sujeito às questões de violência urbana, questões de tráfico, que nós conhecemos muito bem.

E, evidentemente, também sabemos que há um grande problema, principalmente nas escolas públicas de ensino médio, de infraestrutura que permita que os jovens curse a pleno os estudos do ensino médio. E, aí, dentro daquelas perspectivas que hoje estão colocadas à Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que é uma educação integral, transdisciplinar, que envolva também, além de humanidades, além de ciências, além de português e matemática, questões complementares muito importantes, como educação física, educação artística, sociologia, filosofia e outras. E essa carência de infraestrutura também é um ponto que nós julgamos muito importante.

Então, nesse contexto – e é isso que eu gostaria de discutir com os Parlamentares da Comissão que estão avaliando a medida provisória –, em primeiro lugar, entendemos que, sim, há uma necessidade de discutirmos uma mudança no ensino médio. Inclusive, se olharmos a Estratégia 3.1 do Plano Nacional de Educação, veremos que está claro lá que é necessário que se faça uma discussão nacional a respeito de mudanças no ensino médio, porém, nós entendemos que não há a relevância e a urgência necessárias para que essa mudança se faça por medida provisória.

Então, a primeira conclusão da nossa entidade é a de que não se justifica, nesse caso, ainda que entendamos que é necessário, sim, o debate a respeito do tema –, que se faça isso por medida provisória. Então, um primeiro pleito que temos... E, quando tivermos oportunidade também de nos pronunciarmos diretamente ao Ministério da Educação – ainda que a Secretária Executiva esteja aqui –, manifestaremos o nosso entendimento de que o Governo deveria retirar a medida provisória e fazer esse debate ser mais aprofundado nestas Casas, no Congresso Nacional, através de um projeto de lei que poderia, então, trazer a possibilidade de uma contribuição muito maior da sociedade, até porque muitos temas correlatos a esse estão, ou estavam, há pouco tempo em discussão.

Alguns nesta Casa, como no caso do projeto de lei que tramita na Câmara dos Deputados, discutindo a reforma do ensino médio, além de toda a discussão que se fez, nos últimos anos, a respeito da BNCC, da Base Nacional Comum Curricular, que entendemos se tratar de um processo que ainda não se concluiu e que, necessariamente, deveria ser concluído, ser trabalhado muito mais aprofundadamente, até porque tínhamos, inclusive, críticas à forma como ele estava sendo conduzido na gestão anterior. Ele deveria ser continuado,



antes que passássemos a uma reforma, por medida provisória, do ensino médio.

Há outras questões que julgamos muito relevantes, muito importantes, e a principal delas, eu diria.... Eu sou professor de Química, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Eu diria que uma das questões muito relevantes é essa ideia de permitirmos, já no ensino médio, que haja caminhos formativos diferenciados. Está prevista hoje, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que, nessa etapa escolar, o estudante ainda tenha um ensino que envolva todas as áreas do conhecimento, de forma que possamos pleitear que o cidadão que vá sair do ensino médio possa sair com uma formação global, que envolva todas as áreas do conhecimento, incluindo aí as áreas da cultura, educação artística, educação física, as áreas de humanidades, as áreas científicas, além, evidentemente, das questões mais comuns, como línguas e matemática.

Nós não entendemos que a ausência desse ensino envolvendo todas as áreas do conhecimento seja algo bom para a formação de um cidadão, visto que o ensino médio não é, necessariamente, uma porta de entrada para o ensino superior. Inclusive, no Brasil, nos últimos anos, nem tem sido assim, para a maioria dos casos. Ele é um espaço que grande parte dos jovens brasileiros tem como conclusão da sua etapa de formação escolar. Então, nesse sentido, nós entendemos que empobrece muito a capacidade de compreensão de cidadania desses jovens que vão ser egressos do ensino médio, se nós os colocamos em formações muito específicas, já desde o início de... suas vidas, na realidade, porque imaginamos nós que uma pessoa que sai do ensino médio está recém-começando a sua vida adulta.

Então, nesse sentido, nos colocamos contrários a essa ideia de, já no ensino médio, termos formações diferenciadas, principalmente porque uma das coisas que estão colocadas na medida provisória e que nos causa também preocupação é que, sim, está previsto no projeto a possibilidade de que o jovem possa ter uma segunda formação, um “segundo caminho formativo”, como lá se coloca, porém, isso depende da disponibilidade de vagas. E, nesse sentido, achamos que é um tema cuja discussão deve ser muito mais aprofundada, e nós nos colocamos contrários a essa ideia de uma formação muito especializada desde o início.

Um terceiro aspecto que eu gostaria de colocar, de maneira bastante veemente, é a ideia da criação daquela quinta área de conhecimento, que é a área de preparação para o trabalho.

Nós entendemos que a preparação para o trabalho faz parte, na realidade, das possibilidades que todo cidadão deve ter. Agora, isso, na nossa opinião, não deve se colocar como uma área separada, na qual a formação nas áreas científicas, de humanidades, de linguagens, se coloque separadamente em relação a essa preparação. Digo isso porque a pessoa que precisa de uma preparação profissional, técnica tem que ter também toda a preparação de cidadania, que envolve uma formação completa, que, por sua vez, envolve todos os conteúdos que hoje estão colocados no ensino médio.

Não concordamos com essa ideia de que aqueles que vão ser preparados para o trabalho tenham um caminho formativo diferente dos outros, porque, por exclusão, entenderíamos que esses outros não seriam os preparados para o trabalho, e sim, provavelmente, aqueles que teriam de seguir a sequência do seu caminho de formação, provavelmente em nível superior.

Então, nesse sentido, entendemos que a forma como a ideia foi colocada na medida provisória cria uma dicotomia entre pessoas, que vão receber formações diferentes em termos de aprofundamento nas áreas das ciências, das humanidades. Haverá os que são da preparação para o trabalho além de um outro tipo de pessoa, aquele cidadão que vai ter uma preparação muito mais aprofundada, que vai prepará-lo para o nível superior. Julgamos que esse tipo de separação dos jovens, em nível de ensino médio, na realidade, pode aprofundar ainda mais as diferenças sociais que existem no nosso País. Isso é inaceitável, na nossa opinião.

Aquele jovem, principalmente o jovem de baixa renda, que precisa, sim, de uma preparação para o trabalho, também precisa ter uma formação escolar completa. Então, nesse sentido, não concordamos com esse tipo de separação entre as duas maneiras de se formar cidadãos.

Igualmente, no que tange justamente a essa área de formação, a esse caminho formativo de preparação técnico-profissional, e não “profissional-técnica”, como rotineiramente temos estudado e está escrito na Lei de Diretrizes e Bases, também se abre a possibilidade de que os profissionais que vão atuar nessa quinta área de formação, na realidade, não tenham a formação completa de curso superior para ministrar os cursos, dentro de um conceito que, na nossa opinião, é muito problemático da forma como está colocado, que é o conceito de notório saber, para que os profissionais possam exercer a atividade pedagógica nesse nível formativo.

Não que eu ache que não exista a possibilidade, sim, de reconhecimento do notório saber. Nós achamos que isso é importante, e existem caminhos diferentes daquele da formação acadêmica tradicional. Só para dar um exemplo: quando fizemos um acordo salarial com o Governo Federal, em 2012, um dos pontos que nós criamos, para permitir a ascensão profissional na carreira do ensino básico, técnico e tecnológico, foi o princípio do RSC, do Reconhecimento de Saberes e Competências, que é justamente uma maneira de reconhecer os conhecimentos não necessariamente acadêmicos, como forma de crescimento profissional.



Agora, julgamos que professores, principalmente os que vão atuar com os jovens em idade de formação escolar ainda, no ensino médio, deveriam ter, sim, a formação profissional completa, como, aliás, está prevista na Lei de Diretrizes e Bases, segundo a qual, desde 2007, já deveríamos ter graduação completa para todos os professores.

Quanto tempo me resta, Deputado?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – Cinco minutos.

Bom, por esse conjunto de questões, nós julgamos que o tema mereça uma discussão muito mais aprofundada tanto com o Congresso Nacional quanto com as entidades que envolvem estudantes e profissionais que atuam na área da educação.

Uma discussão de um tema tão complexo como esse por medida provisória sem envolver evidentemente.... Não que nós não estejamos aqui fazendo o debate, mas isso deveria ter sido feito de uma maneira muito mais aprofundada, por exemplo, nas conferências nacionais de educação. Houve duas: a de 2010 e a 2014. E esse tema, na nossa opinião, encaixa-se muito bem para que se faça uma grande discussão na Conferência Nacional de Educação de 2018, que está prevista no Plano Nacional de Educação.

Essa medida provisória, na realidade, atropela, de certa maneira, uma série de discussões e de questões que estavam colocadas no Plano Nacional de Educação e que evidentemente não poderão seguir a partir das mudanças tão profundas que estão sendo colocadas. Nesse sentido, além de fazer a discussão e ela não ter a profundidade que poderia ter, nós temos muita preocupação com outras questões que dizem respeito, por exemplo, à infraestrutura das escolas, porque nos parece que não será possível que as escolas públicas principalmente possam ter a ideia do tempo integral, das 1.400 horas, como está sendo previsto, porque se diz, na medida provisória, até 1400 horas.

Nós temos muita preocupação principalmente com as questões econômicas que vão advir da aprovação iminente por esta Casa da PEC 55, que vai, na realidade, congelar os recursos para a educação. Se observamos o que está escrito na medida provisória, as escolas que aderirem à nova política de tempo integral para o ensino médio têm garantido apenas por quatro anos os recursos, ainda dependentes das disponibilidades orçamentárias. Nesse sentido, nós temos também a preocupação de que acabe aprofundando a diferença entre as escolas públicas e privadas, fazendo com que o acesso dos jovens, principalmente os de baixa renda, ao ensino de qualidade possa ser bastante comprometido com essa diferença de formação que teremos ainda maior com a implementação dessa nova política.

Por tudo isso, o pleito que a nossa federação faz, a análise foi entregue aos senhores por escrito.... Estamos à disposição para continuar esse debate com a Comissão e com os Parlamentares. Nós julgamos que seria necessário, sim, que se retirasse a medida provisória e que se abrisse um amplo processo de discussão via projeto de lei, que culminasse talvez com uma grande discussão na Conferência Nacional de Educação de 2018 e que permitisse, com os jovens estudantes, que hoje aparentemente estão voltando a querer a fazer o debate das questões políticas e sociais que lhes envolvem, e com as entidades de profissionais da educação, ser muito mais aprofundada para resolver essa série de questões muito preocupantes que eu coloquei até agora.

Para iniciar a discussão, fico por aqui e me coloco à disposição para a gente continuar o debate depois. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço o Prof. Eduardo e passo imediatamente a palavra ao Dr. Isaac Roitman.

O SR. ISAAC ROITMAN – Boa tarde a todos e a todas.

Eu queria cumprimentar o Presidente da Mesa, Deputado Izalci Lucas; o Senador Pedro Chaves, não sei se o chamo de Senador ou professor, que é o Relator da matéria; a Profª Maria Helena Guimarães de Castro; o Prof. Eduardo.

Eu estou aqui representando a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que é uma sociedade que foi fundada no final da década de 40 do século passado, que hoje coordena as atividades de cerca de 130 sociedades científicas em todas as áreas do conhecimento.

Antes de entrar na temática que é essa medida provisória do ensino médio, seria interessante a gente relembrar o sistema educacional brasileiro, que, como sistema formal de educação, começaria na primeira infância, com crianças de zero a três anos; depois a educação infantil até os seis anos; depois o ensino fundamental; em seguida, o ensino médio, que é o tema principal da nossa conversa aqui; seguindo, depois do ensino médio, o ensino superior, com as duas principais modalidades, graduação e pós-graduação.

Se a gente analisar a qualidade do sistema educacional brasileiro nos diferentes segmentos, a gente vai ver que o segmento mais razoável, ainda não é o ideal, é o da pós-graduação. O Sistema Nacional de Pós-



Graduação está razoavelmente bem estruturado. Se a gente fizer a viagem de volta para a graduação, para o ensino médio, para o ensino fundamental – eu não vou discutir a educação infantil e a primeira infância, mais tarde eu comento –, a gente vai ver que a qualidade vai diminuindo. A gente precisa.... Na realidade, o objetivo maior de todos é ter uma qualidade aceitável em todo o sistema educacional brasileiro, desde a primeira infância à pós-graduação. Isso é um grande desafio.

Antes eu gostaria de colocar três figuras que ilustram muito bem ou inspiram a nossa discussão nesta audiência. O primeiro é o nível do ensino médio, que já saiu do gráfico, que já perfurou o solo. Há outra frase importante que a gente deve procurar interpretar, que foi feita por Darcy Ribeiro: “A crise da educação no Brasil não é uma crise, é um projeto”. Se for um projeto, nós precisamos todos reverter e termos uma educação de qualidade. O terceiro é de um chargista, em que, pela visão da escola pública, com as dificuldades que existem atualmente na escola pública, há dois alunos dizendo que ainda querem aumentar a carga horária.

Se a gente analisar a educação brasileira como um todo, a gente tem razões para definir que a gente tem uma tragédia. Há o analfabetismo, crianças com vários anos de escolaridade são analfabetas totais e uma boa parte também funcional. Isso é um sintoma de que está errado, a gente precisa reverter isso.

As avaliações nacionais e internacionais são inadequadas no sistema educacional brasileiro. A desvalorização do professor é um fato absolutamente preocupante e sério, porque hoje, se um jovem diz que quer ser professor, os pais ficam preocupados com a sobrevivência dessa classe que devia ser reconhecida socialmente pelo seu papel importante, principalmente o professor do ensino básico.

O nosso conteúdo nas escolas, em todos os níveis, precisa ser revisto. Como Darcy Ribeiro dizia, temos muitos conteúdos inúteis. A pedagogia é completamente ultrapassada, quer dizer, essa pedagogia inventada no Século XIX e exercida no Século XX, com os avanços da aquisição de conhecimento.

Antigamente, o professor era a janela entre o estudante e o conhecimento. Hoje, o estudante tem o conhecimento no bolso da sua calça, porque o desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação permite esse acesso ao conhecimento que nós não tínhamos no passado.

O saneamento escolar é um grande problema. Cerca de 20 mil escolas do ensino básico do Brasil não têm água. Se não têm água, não há sanitário. Evidentemente, esse não é um ambiente de educação.

A evasão escolar é grande e preocupante em todos os níveis. A depredação da escola expressão o não respeito, uma valorização da escola pelos próprios estudantes, a violência que foi citada pelo Eduardo. E nós podíamos falar de outras dimensões que definem essa tragédia que temos que reverter.

A Medida Provisória nº 746 institui uma política de fomento e de implementação de escolas de ensino médio em tempo integral, altera a LDB, regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação e dá outras providências.

Na realidade, eu estou aqui.... Às vezes, é difícil, representando uma instituição, dizer o que nós pensamos e o que a instituição pensa, mas eu procurei analisar documentos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, que tem como foco o estudo da ciência e da educação.

Quero registrar a presença da Secretária Regional da SBPC no Distrito Federal, a Professora Lígia Pavan Baptista e quero dizer que a SBPC sempre esteve engajada em episódios históricos dentro da história brasileira. Era um foco de resistência durante o período militar, teve um papel muito importante na elaboração da Constituinte, teve um papel também importante no movimento de ética na política. Agora a bandeira específica da ciência é pela volta do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, cuja fusão ocorreu recentemente com o Ministério da Comunicação.

Houve três manifestações sobre a Medida Provisória por parte da SBPC, sendo uma feita alguns dias depois. Creio que oito dias depois do lançamento da Medida Provisória, uma carta da SBPC, assinada pela Professora Helena Nader, Presidente da entidade ao Presidente da República, solicitou a revogação.

Foi feita em 3 de outubro de 2016 uma carta aos Presidentes da Câmara Federal e do Senado, solicitando que não aprovassem essa reforma e que iniciassem uma discussão sobre o projeto de lei de reforma do ensino médio que está em andamento no Congresso. E uma carta ao Relator, Senador Pedro Chaves, colocando à disposição a SBPC para os debates e assinalando que deverá haver uma harmonia nessas modificações com a Base Nacional Comum Curricular, que ainda está sendo estudada e será submetida à análise no Conselho Nacional de Educação.

A manifestação da SBPC a esse respeito é contrária à forma como o Governo Federal propõe grandes alterações na estrutura do ensino médio por meio da Medida Provisória. Ela diz que uma medida provisória não é o instrumento adequado para promover o necessário debate nacional, que deve ser amplo e democrático para enfrentar um problema tão complexo, que envolve milhares de instituições públicas e privadas, de organizações da sociedade civil e milhões de profissionais da educação e estudantes.

As polêmicas que temos escutado nessas audiências públicas e através de outros fóruns da imprensa



dizem respeito àquela discussão sobre disciplinas não obrigatórias, como artes, educação física, filosofia, sociologia e história. Um ponto para o qual deve ser chamada a atenção é o tempo integral e a distinção entre tempo integral e educação integral.

O tempo integral, se continuarmos com a velha pedagogia e os conteúdos atuais, vai causar maior sofrimento aos nossos estudantes se eles tiverem que permanecer num local que não é agradável para eles. Pesquisas feitas entre os estudantes mostram que está muito longe de eles pensarem que o ambiente escolar deve ser um local de encantamento.

O que é importante, e talvez seja necessária a permanência maior do estudante no ambiente escolar, é a educação integral, uma educação que prepara o indivíduo para a sua própria vida, para o convívio com os outros, um convívio cidadão, e para a sua profissionalização.

Outro ponto de polêmica é a questão do notório saber, que precisa ser discutido. A ideia de notório saber não é ruim. Por exemplo: na educação de primeira infância e na educação infantil em Cuba, que tem um modelo educacional interessante, profissionais aposentados atuam de maneira informal.

E essa ideia de ter profissionais, principalmente no ensino profissionalizante, deve ser explorada. Não podemos encarar isso sob o aspecto de corporativismo, tirando o mercado do professor, etc.

Um outro ponto importante, preocupante – foi até citado aqui pelo Eduardo – é o repasse de recursos do Ministério da Educação para os Estados e para o Distrito Federal, que está previsto. É importante, principalmente se a gente passar de 800 para 1,4 mil horas, e é um assunto que deve ser discutido, está sendo discutido agora nos debates sobre a PEC 55 no Senado. No entanto, seria interessante fazer umas reflexões sobre a Medida Provisória nº 476. A primeira indagação é entender quais as razões de o ensino médio ser o foco da reforma educacional. Provavelmente, pelos altos índices de reprovação e evasão e pelos resultados negativos nas avaliações por meio do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

A educação brasileira – acho que isso é importante – não dará um grande salto com pequenas transformações. Penso que essas modificações não têm ousadia, ainda, para termos uma grande transformação, embora as propostas feitas tenham sido feitas com boas intenções. Todo o sistema educacional precisa ser novamente construído; eu vou explorar isso um pouquinho mais adiante.

O principal objetivo de uma educação de qualidade é preparar o futuro adulto para exercer um protagonismo virtuoso na sociedade e ter um trabalho que lhe proporcione uma vida digna e feliz para todos. Se a gente imaginar uma metáfora em que o sistema educacional é um prédio, cujo alicerce são as características genéticas desenvolvidas pelo ser humano através da evolução, a gente poderia representar a primeira infância como o primeiro segmento da educação, e, subindo pelo prédio, no topo está a pós-graduação. Ora, nós estamos querendo mexer no ensino médio. Por mais perfeitamente que a gente possa introduzir melhorias no ensino médio, a gente não vai ter um ensino médio bom se os egressos do ensino fundamental não estiverem preparados para uma proposta de ensino médio mais avançada. Não adianta nada o egresso do ensino fundamental ser analfabeto funcional. Isso não vai dar certo. Então, eu acho que uma das coisas boas da medida provisória foi colocar a educação na pauta da discussão de toda a sociedade. Isso foi um ponto bastante importante. Se não houvesse essa medida provisória, a gente não teria essa audiência, não teria esse envolvimento, esse interesse por uma melhoria.

A tese é que a gente deve fazer essa transformação no sistema educacional brasileiro começando na primeira infância. Eu vou passar um pouco, o meu tempo já não está longo. E por que na primeira infância? Segundo os neurocientistas, é de zero a três anos que ocorre a produção dos neurônios, que está representada na parte esquerda do eslaide, e depois a conexão entre esses neurônios, formando o que eles chamam de sinapse.

Isso se faz de maneira intensa no período de zero a três anos, e existem, hoje, protocolos para crianças de zero a três anos, no sentido de estímulo da formação dessas sinapses. Segundo os neurocientistas, se isso não se fizer nessa idade, vai ser feito com muito menos intensidade posteriormente.

As tendências da educação do futuro seriam a valorização do professor – termos um novo professor, não o professor como fonte de conhecimento, mas um mediador da aprendizagem, uma pessoa que pudesse conhecer cada estudante e ver as dificuldades e as potencialidades de cada um; o desaparecimento gradual da aula expositiva – hoje existem várias experiências, eu destaco aqui a Escola da Ponte, em Portugal, onde não existe aula expositiva; a eliminação do conhecimento inútil; o conhecimento para resolução de problemas; a utilização inteligente das tecnologias de informação e comunicação; a valorização do ensino à distância; a educação em rede; o trabalho nas habilidades sociais e emocionais do estudante, do aprendiz, principalmente desenvolvendo seu pensamento crítico; a autonomia acadêmica e administrativa, que é importante; a intensificação da interação com a família e com a sociedade – existem experiências que provam uma qualidade melhor dentro dessa dimensão; a educação continuada, a interdisciplinariedade e a flexibilidade.



Eu aponto aqui, como representante de uma sociedade científica, a SBPC, que é importante – em todos os níveis, não só no ensino médio – a educação científica, o ensino de ciências. Por quê? Porque a educação científica desenvolve habilidades, define conceitos e conhecimentos, estimulando as crianças e jovens a observar, questionar, investigar e entender de maneira lógica os seres vivos, o meio em que vivemos os eventos do dia a dia.

(Soa a campanha.)

O SR. ISAAC ROITMAN – Além disso, estimula a curiosidade, a imaginação e o entendimento do processo de construção do conhecimento.

O meu tempo está se esgotando. Eu peço mais um ou dois minutos ao Sr. Presidente, só para citar, não vou comentar. Saiu uma nota ontem à tarde da Conferência Nacional dos Bispos Brasileiros sobre a PEC 746, e ela coincide – evidentemente, eu preparei essa apresentação muito antes –, as ideias, e eu recomendo, ou a gente pode, no debate, voltar a essas ideias expostas numa nota da CNBB.

Eu terminaria a minha exposição com algumas reflexões que alimentem, que inspirem não só este debate...

(Soa a campanha.)

O SR. ISAAC ROITMAN – ... aqui nesta audiência, mas outros pensamentos para construir um sistema melhor. Uma de Pitágoras, que diz: “Educai as crianças e não será preciso castigar os homens.” Uma de Cora Coralina: “Feliz aquele que transfere o que sabe e aprende o que ensina.” Uma de Nelson Mandela, uma frase, um pensamento: “A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo.”

O nosso querido Paulo Freire, sempre querido Paulo Freire: “Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas, e as pessoas transformam o mundo.” Uma outra frase, do nosso grande mestre Anísio Teixeira: “Educar é crescer, e crescer é viver. Educação é, assim, vida no sentido mais autêntico da palavra.”

(Soa a campanha.)

O SR. ISAAC ROITMAN – E finalmente uma frase de Albert Einstein, sobre a qual acho que nós temos de refletir: “Educação é aquilo que fica depois que você esquece o que a escola ensinou.”

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Prof. Isaac e imediatamente passo a palavra à nossa Secretária Executiva do Ministério da Educação, Maria Helena Guimarães de Castro.

A SRª MARIA HELENA DE CASTRO – Quero cumprimentar o Senador Pedro Chaves, o Deputado Izalci, e cumprimentá-los também pela condução da comissão mista, que tem se esforçado enormemente na organização de várias audiências públicas – são inúmeras as audiências que têm ocorrido, não só no âmbito da comissão especial como também da Comissão de Educação da Câmara.

Quero cumprimentar o Eduardo, que fez uma apresentação sobre a posição do Proifes, que é uma posição importante, uma vez que representa a visão das instituições federais de ensino superior. Quero cumprimentar o nosso caro Prof. Isaac Roitman, que neste ato representa a Profª Drª Helena Nader, Presidente da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), que tem prestado serviços indiscutíveis e preciosos para o desenvolvimento da ciência, pesquisa e inovação no Brasil.

Bem, aqui, ao contrário dos que me antecederam, eu vou fazer uma.... Não é uma apresentação em PowerPoint, mas, na verdade, eu vou destacar os pontos que me parecem mais relevantes na proposta da MP da reforma do ensino médio brasileiro.

O primeiro ponto para o qual eu gostaria de chamar a atenção é que não é verdade que o debate sobre a crise do ensino médio é novo. Todos os que estão nesta mesa, pelo menos, acompanharam os debates da nossa LDB, nos anos 1990. E nos anos 1990, a LDB foi claríssima ao propor a flexibilização e a diversificação do ensino médio. Está escrito na LDB e um bom, digamos assim, estudioso da legislação entende que a nossa LDB já permite um grau elevado de flexibilização que as escolas brasileiras – tanto as públicas como as privadas – não conseguiram implementar. Em grande medida, essa dificuldade de implementação tem a ver com o fato da resistência à mudança. A resistência à mudança é a marca da educação no Brasil e no mundo. Ao contrário da pós-graduação, da pesquisa, da inovação, que está sempre buscando algo novo, a escola não gosta de mudar. Isso está demonstrado por inúmeras pesquisas.

Eu tive a chance de ouvir, na semana passada, o Vice-Ministro de Educação da Polônia, que fez uma grande reforma no ensino médio após os resultados do PISA em 2000, e obtiveram resultados muito bons em pouquíssimo tempo, com uma reforma muito interessante e semelhante ao que nós estamos propondo. E ela não foi inspiração para nós, porque eu nem sequer conhecia a reforma da Polônia.



Lembro que outros países, como a Alemanha, por exemplo, se mobilizou depois do resultado do PISA, o primeiro resultado do PISA em 2000. A sociedade se mobilizou, as universidades se mobilizaram, o Parlamento alemão se mobilizou, com o objetivo de discutir a educação na Alemanha. E a primeira coisa que eles enfrentaram foi um debate sobre o sistema dual e a reforma do ensino médio – isso ao lado da ampliação da pré-escola. Não de zero a três, porque de zero a três, hoje, não é universal em nenhum país do mundo, nem nos mais ricos, nem nos mais pobres nem nos medianos. Inclusive, os países que já tiveram educação de zero a três universal, infelizmente.... Porque, como o Prof. Isaac Roitman destacou, também defendo a educação infantil na primeiríssima infância, de zero a três, mas também entendo que se trata de algo que não pode ser universal, obrigatório, compulsório. Depende de uma série de condições, de circunstâncias, inclusive da educação das famílias. Nesse sentido, parece-me que, para a etapa de zero a três, eu considero que o mais relevante é um programa integrado, que considere saúde, educação, assistência social e um trabalho fortíssimo com as famílias de menos escolaridade e mais baixa renda, para que elas tenham condições de desenvolver todos os neurônios, as sinapses e os estímulos que precisam ser feitos para que essas crianças tenham melhores condições de desenvolvimento emocional, cognitivo, social e comunicativo.

A reforma do ensino médio no Brasil, que tem suas origens num velho debate que começa e é antecedido pela LDB, continuou. Por acaso, eu estava no Ministério da Educação em 1996. Naquela época, era Presidente do Inep, e participei ativamente, com o nosso querido Darcy Ribeiro, com a Profª Eunice Durham, e com alguns outros especialistas na discussão da LDB. Naquela época, o próprio Darcy Ribeiro dizia... Ele estava se tratando de um câncer violento, às vezes saía da quimioterapia para ir ao Ministério da Educação à noite, e à noite ele comentava com a gente: “O ensino médio precisa mudar; se nós não mudarmos a arquitetura do sistema do ensino médio, não há como a educação brasileira melhorar.” Por quê? Porque o Brasil é o único País do mundo que tem o ensino médio único, igual para todos, com um currículo obrigatório de no mínimo 13 disciplinas, podendo chegar a até 18 disciplinas em alguns Estados do País.

Essa é a nossa realidade, e nós temos o mapa completo da situação dos currículos que são absurdamente enciclopédicos, não aprofundam o conhecimento em nenhuma área e, ao contrário de formar cidadãos, eles estão formando um analfabeto funcional não ao final do nono ano, ao final do ensino médio.

Tanto é que todas as universidades brasileiras particulares, e muitas das públicas, já têm no primeiro ano do ensino superior o nivelamento, porque o aluno chega ao ensino superior do País sem saber ler, escrever e ter uma análise, no mínimo, razoável do mundo que o cerca.

Há uma frase recente do Professor Simon Schwartzman, que li recentemente em um texto, que diz que a questão não é saber se o jovem, aos 15 ou 16 anos de idade, já tem maturidade para fazer escolhas. A questão é que, tendo que estudar tudo e treinar para fazer o Enem, os jovens acabam não aprendendo praticamente nada porque não existe currículo de ensino médio no Brasil, existe Enem, e a escola de ensino médio nada mais é do que cursinho preparatório para o Enem. É disso que se trata.

Nós estamos falando de uma questão acerca da qual concordo com os que me antecederam, no sentido de que a educação deve ser entendida como um todo. Começa na educação infantil, passa pelo ensino fundamental, pelo ensino médio e ensino superior. Mas, de todos os níveis de ensino, o ensino médio é o mais desorganizado, seja do ponto de vista da sua arquitetura de funcionamento, seja do ponto de vista da formação de professores – os professores não se preparam para darem aulas no ensino médio –, seja do ponto de vista dos currículos que estão funcionando no ensino médio, seja do ponto de vista da própria gestão do sistema, que não possui sequer professores para todas as disciplinas, como todos nós sabemos.

Se a reforma do ensino médio não fosse tão relevante, não teríamos o debate que estamos tendo nos últimos dois meses. Hoje, faz dois meses que a medida foi divulgada pelo Presidente Temer, isso foi em 23 de setembro deste ano.

Em dois meses, tivemos mais de 16 editoriais – 16 editoriais – entre os maiores jornais brasileiros, entre as maiores revistas brasileiras, várias revistas especializadas em educação, o que demonstra o enorme desconforto da sociedade brasileira com a situação do ensino médio.

Qualquer pessoa que chegue hoje num ponto de táxi, em uma banca de jornal, em uma feira vê as pessoas falando da reforma do ensino médio: por que a reforma, por que vai acontecer, por que é bom ou não? Então, eu acho que isso tem um peso muito grande.

Saiu recentemente uma pesquisa muito interessante do Ibope, que já foi divulgada, demonstrando que 70% das famílias e dos jovens brasileiros apoiam a reforma do ensino médio. Essa pesquisa foi feita em uma amostra nacional. E saiu, há mais ou menos um mês, uma enorme pesquisa do Porvir, coordenada pela Anna Penido, que entrevistou 120 mil jovens, e, desses 120 mil jovens, 80% querem uma mudança no ensino médio urgentemente.

Eles consideram o ensino médio um horror. A única coisa, digamos assim, que os leva a frequentar o



ensino médio é obter o diploma para fazer o Enem, encontrar os amigos e poder se divertir um pouco, uma vez que a maioria dos jovens brasileiros que estão no ensino médio estão em escola pública. E eu quero dizer o seguinte: são 7 milhões de alunos no ensino médio público brasileiro. Oito milhões no total – um milhão em escolas particulares. Sete milhões e um pouquinho estão nas escolas públicas.

Esses 7 milhões estão nas grandes cidades, nas periferias dos centros urbanos. Noventa por cento desses alunos são de classe C inferior, alunos de famílias que têm um nível de escolaridade baixa e que precisam melhorar as suas oportunidades de vida, de formação profissional, de futuro de vida, está certo?

E na hora em que obrigamos todos esses alunos a fazer um ensino médio único para todos, que não os prepara nem para o ensino superior nem para a vida... A maioria deles não tem a oportunidade de cursar o ensino superior. Apenas 1/3 dos jovens brasileiros – aliás, menos de 1/3 –, apenas 18% dos jovens brasileiros que concluem o ensino médio vão para o ensino superior, infelizmente, porque eu gostaria que fosse, no mínimo, 50%. Todos nós gostaríamos. Mas é muito pouco.

E por que eles não vão? Porque os jovens de baixa renda nem sequer se inscrevem para fazer o Enem. Eles se autoexcluem. Esse dado já consta dos relatórios do Enem, do INEP. Quer dizer, há uma autoexclusão do jovem de baixa renda, concludente do ensino médio das grandes periferias urbanas. As cidades com mais de 200 mil concentram quase 70% dos alunos de ensino médio no País. Dez por cento estão em cidades com menos de 10 mil habitantes e 20%, em cidades entre 10 mil e 200 mil habitantes.

Então, estamos falando de um universo de jovens que está desesperado, porque a taxa de desemprego para a população de 15 ou 16 anos até 29 anos, segundo IBGE, no último relatório da semana passada, em 35%. É maior do que a da Espanha, é maior do que a da França.

E a proposta que fizemos de ensino médio é exatamente para dar uma chance, para dar uma chance ao jovem, para tornar o ensino médio mais atraente. Para ele poder fazer escolhas, para ele poder aprofundar os conhecimentos nas áreas acadêmicas de seu interesse, para ele não ser obrigado a cursar várias disciplinas que não representam nada para ele, desconectadas.

Hoje, temos um currículo de ensino médio que ensina Quântica em Física no primeiro ano do ensino médio; Quântica em Química no segundo ano do ensino médio; Quântica em Biologia no terceiro ano do ensino médio.

O que isso significa para o aluno? Temos aqui um grande cientista. Ele pode nos explicar o que isso significa para um aluno ter a possibilidade de ter um currículo absolutamente desconectado, desintegrado, sem nenhum tipo de abordagem interdisciplinar que permita que esse aluno compreenda as conexões entre a Quântica da Física, da Química, da Biologia. E isso tem a ver com a forma desorganizada do currículo do ensino médio brasileiro, que, na verdade, hoje é apenas preparo preparatório para o Enem.

Vamos um pouco e rapidamente aos números. Por que o ensino médio precisa ser reformado?

Primeiro, a taxa bruta da matrícula, ou seja, a proporção de alunos que estão entre o número de pessoas que possuem entre 15 a 17 anos, a taxa bruta está em 82% há cinco anos.

Eu lembro que, em 2007, o então Presidente Lula lançou o Fundeb, com um grande objetivo. Eu era Secretária de Educação na época e estava aqui no Palácio do Planalto no dia do lançamento, e esse foi o discurso do então Presidente Lula: “Estamos agora, finalmente, lançando um projeto de financiamento da educação que vai conseguir abranger a educação como um todo. Não vamos excluir os alunos da educação infantil nem os alunos do ensino médio. E os alunos do ensino médio são a nossa grande prioridade, porque esses alunos estão excluídos porque falta financiamento para ensino médio”.

O que aconteceu de 2007 para cá? Nada. Não melhorou o desempenho dos alunos no Saeb, na Prova Brasil, não melhorou o número de alunos concluintes. Gente, o número de concluintes do ensino médio brasileiro, desde 2005, está estagnado em 1,9 milhão alunos. Não aumenta o número de concluintes. Além de nós termos 2 milhões fora da escola, a maioria sai porque, depois de 2009, com a criação do Enem, que certifica para o ensino médio – e foi um desastre para o Brasil essa certificação para o ensino médio –, os alunos que têm 18 anos ou mais ou que são reprovados uma vez abandonam, fazem o Enem, tiram os 450 pontos, conseguem o diploma de ensino médio sem sequer cursá-lo.

Nesse momento, dos 8,5 milhões de alunos que fizeram agora o Enem, 1 milhão se inscreveram apenas para obter o diploma do ensino médio, está certo? São pessoas que estão fora da escola, que a abandonaram porque a escola é desinteressante, porque foram reprovados, porque não tem vaga ou por outras razões.

O fato é que temos um ensino médio que está quebrado em todos os sentidos. Está quebrado porque não aumenta o número de alunos concluintes; está quebrado porque não prepara os alunos; está quebrado porque o currículo é um desastre; está quebrado porque é uma falácia a ideia de que o ensino médio único é a única maneira de garantir a formação geral do cidadão. *(Palmas.)*

Essa é a grande falácia. A formação geral do cidadão se faz desde o começo da educação infantil até



o ensino médio, e, na nossa proposta, a base curricular nacional fará uma grande diferença para melhorar a educação infantil, os anos iniciais do ensino fundamental, os anos finais do ensino fundamental, oferecendo os conteúdos de tal forma que os alunos tenham o aprendizado das habilidades que vão permitir o desenvolvimento das competências sociais, emocionais, cognitivas e comunicativas para que eles, de fato, se preparem para a vida.

A Base Curricular Nacional Comum, sendo de 4 e 5 anos, até o ensino médio, é uma base única só que, ao contrário do modelo atual, que expulsa o jovem da escola, propõe uma medida que significa que esse aluno terá, além dos conhecimentos gerais...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA HELENA DE CASTRO – ...que garantem a formação geral, a oportunidade de fazer aprofundamento. Poderá fazer uma escolha em um itinerário mais voltado para a Matemática, engenharias, Física e Química, depois da formação geral, que vai garantir a formação do cidadão.

Poderá escolher um currículo de humanidades, Ciências Sociais aplicadas, o aprofundamento, e não a banalização do aprendizado e do conhecimento, que é o que acontece hoje. Ninguém aprende nada, está certo? Todo mundo faz simulado para fazer o Enem.

Outra coisa: vai permitir que o aluno faça uma escolha de itinerário profissionalizante. Para os senhores terem uma ideia, depois de um grande investimento do Governo Federal nas escolas técnicas de ensino médio integrado, a rede técnica federal...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA HELENA DE CASTRO – ...tem apenas 150 mil alunos no Brasil todo, sendo que 90% dos alunos que concluem o ensino médio técnico integrado na rede técnica federal vão para as melhores universidades, as mais competitivas. A mesma coisa acontece no Estado de São Paulo, as escolas de ensino médio integrado ou técnico preparam os alunos para USP, Unicamp, Unesp.

No Cotuca, da Unicamp, todo mundo entra, das classes médias elevadas, com o objetivo de ingressar na Unicamp, de ingressar na USP, de ingressar na Unesp. Não é a de ter uma formação técnica.

Os cursos técnicos concomitantes, voltados para os alunos que frequentam o ensino médio, representam muito pouco. Nós temos aqui números que são muito modestos. Trinta mil alunos na rede técnica federal, 60 mil nas redes técnicas estaduais, 90 mil na rede privada e 89 mil no Sistema S. Ou seja, de 8 milhões de alunos no ensino médio brasileiro, 7 milhões na rede pública federal ou estadual, e temos cursando curso técnico apenas 400 mil alunos no concomitante e 250 mil no técnico integrado.

É pouquíssimo, é ridículo, é o menor percentual do mundo. Na Finlândia, eles representam 50%; na Austrália, 60%; na Alemanha, 49% e por aí vai. Então, nós não estamos falando de nada diferente do que o mundo faz, os países que têm bons sistemas de educação. Portugal já fez essa reforma.

Desculpe-me, a Escola da Ponte é desse tamanho. Eu fui lá visitar. Ela é muito boa, mas...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA HELENA DE CASTRO – Mas ela não tem escala nenhuma. Ela atende um pinga de alunos. O mundo tem milhares de alunos, e o Brasil milhares de pessoas que precisam receber formação, com todo respeito, Professor.

Nós estamos falando de escala, de educação para milhares de alunos. São 50 milhões de alunos na educação brasileira, considerando todos os níveis de ensino. É do tamanho da população da França. Nós precisamos enfrentar o problema e apresentar soluções.

Com a nossa proposta – e aí encerro, Senador –, nós estamos oferecendo a possibilidade de o aluno fazer um percurso técnico, profissionalizante ao lado do acadêmico: formação geral, com a Base Nacional.

Qual é a diferença?

É que a Base Nacional vai representar a metade da carga horária total do ensino médio.

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA HELENA DE CASTRO – Vamos supor que sejam mil horas ou 1,2 mil horas ao curso técnico, de tal forma que o aluno que ingresse num curso técnico concomitante ao médio, ou em parceria com uma escola técnica federal ou em parceria com uma escola técnica estadual ou em parceria com uma escola do Sistema S ou do setor privado, que esse aluno realmente conclua o ensino técnico e o ensino médio e que tenha, ao final, os dois diplomas certificados. A maioria deles já não vai para o ensino superior, mas ninguém



quer impedir esse aluno ou essa aluna de ir para o ensino superior.

Então, nós queremos que ele tenha chance, sim, de ir para o ensino superior e que possa eventualmente ter um emprego, porque 90% dos egressos do ensino técnico, em geral, encontram um lugar no mundo do trabalho, e, ao mesmo tempo, se ele pretender, que possa fazer um curso superior no período noturno.

Com isso, senhores e senhoras, encerro, dizendo que as questões mais debatidas sobre a medida provisória são: quais conhecimentos deverão integrar a base comum para todos; se a base deveria ser anterior. Se a base fosse anterior, a mudança da arquitetura do ensino médio seria impossível. Seria impossível fazer uma base mais concentrada que dialogasse, que permitisse o aprofundamento nas áreas acadêmicas e um aprofundamento numa formação técnica. Isso seria impossível.

Acerca da questão da desigualdade, todos os levantamentos que temos já mostram que será muito maior a equidade, porque nunca a desigualdade foi tão profunda como é agora. O ensino médio brasileiro, além de ruim, está piorando, como demonstram todas as avaliações e indicadores no Brasil. Está piorando. O aprendizado está piorando, a Matemática piorou, o aprendizado de Língua Portuguesa, tudo caiu.

Além disso, nos Municípios muito pequenos, que concentram 10% do total de alunos, teremos que buscar uma solução para que esses alunos possam ter um aprofundamento nas áreas acadêmicas eventualmente, mas é um número muito pequeno, e eu tenho certeza de que será possível encontrar uma solução.

Concluo, dizendo que é preciso agora pensar numa transição para esse novo modelo de tal forma que consigamos enfrentar alguns dos temas que foram colocados pelos palestrantes anteriores. Por exemplo, infraestrutura das escolas. Concordo, é preciso melhorar a infraestrutura das escolas de ensino médio, das escolas de educação básica em geral. Concordo. É muito importante que haja um investimento nessa direção. E lembro também que todos os investimentos que foram iniciados pelo Governo Federal em 2014, pelo governo do ex-Presidente Lula, foram paralisados em janeiro de 2015. É bom lembrar que o Plano Nacional de Educação, aprovado em junho de 2014, em janeiro de 2015, foi paralisado. Pararam todas as obras, obras para as universidades, obras para os hospitais universitários, as obras de creche, as obras de pré-escola, as obras de reforma do ensino médio.

Eu considero que a retomada dessas obras é fundamental. O Ministro colocou como prioridade a retomada das obras em andamento, que foram paralisadas pelo governo anterior e que são importantes para melhorar a infraestrutura das escolas.

Considero fundamental formação de professores, como o Professor Roitman colocou. É essencial. A implantação de tanto da Base Curricular Nacional Comum, como a implantação da reforma, depende essencialmente da formação dos professores, formação inicial, formação continuada, formação em serviço, preparação de bons materiais, uso de tecnologias, plataformas para que os professores, os alunos tenham a oportunidade de fazer, aprender muito mais, trabalhar em colaboração com os demais alunos, que possam desenvolver projetos integradores e tudo mais.

Então, tenho certeza de que, com a aprovação do projeto de reforma do ensino médio, nem todas as escolas poderão oferecer todas as opções, mas todas as escolas terão condições de oferecer itinerários diversificados nas áreas do conhecimento, tal qual estão postos na LDB.

E eu tenho convicção de que essa reforma contribuirá enormemente para melhoria do ensino superior do País, para a melhoria da qualificação e preparação dos nossos jovens e para a diminuição das desigualdades educacionais, que estão assustadoramente aumentando no Brasil nos últimos dois anos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço à professora Maria Helena.

Eu gostaria de convidar o Deputado Rogério Marinho para assumir. O Governador já me ligou aqui três vezes, nós temos uma reunião com o Ministério Público. Lamento não poder ficar até o final, mas quero passar a Presidência.

Porém, antes de passar a palavra aos nossos oradores, os Deputados Parlamentares inscritos: o Deputado Wilson Filho, o José Rocha, que, inclusive, pediu para fala primeiro, e o Deputado Celso Jacob.

Fiquei de dar uma resposta em função da conversa com o Ministro – é bom que a Senadora Lídice da Mata esteja aqui –: o único que confirmou presença na agenda foi o ex-Ministro Aloizio Mercadante. O ex-Ministro Janine nos comunicou que infelizmente não pode comparecer. O Ministro Dyogo Oliveira disse que quem representa o Governo nessa área é o Ministro Mendonça. Por uma questão de agenda, pois já tínhamos programado todo esse nosso cronograma juntamente com o Relator, vamos manter a reunião, que é uma prerrogativa nossa da Presidência, na segunda-feira, às 10 horas, ouvindo, então, o ex-Ministro Aloizio Mercadante e o ex-Ministro Fernando Haddad. E, no período da tarde, às 14h30, vamos ouvir o Ministro Mendonça Filho.

Dia 29, o nosso Relator irá distribuir o relatório, às 10 horas.



O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB - PB) – Presidente, pela ordem.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Pois não, Jorge.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB - PB) – Presidente, temos um cronograma bem apertado, e há um interesse muito grande de que a gente conclua essa medida provisória ainda este ano, para que possa ser votada na Câmara e no Senado. E, como esse cronograma está muito apertado, eu sugeria a V. Ex^a, ao nosso Relator e aos colegas Parlamentares, que o relator pudesse ler o seu relatório no dia 29.

Eu sugeriria ainda que, no dia 30, pudéssemos votar aqui, para haver o tempo necessário para que ele fosse apreciado na Câmara e, depois, no Senado, ainda neste ano.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Na terça-feira, faremos a leitura do relatório e, se necessário, a votação.

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – Sr. Presidente, também pela ordem, quero dizer que, na terça-feira, está prevista a votação dessas dez medidas contra a corrupção. Como esta Comissão sempre tem funcionado nas dependências do Senado, apenas peço para V. Ex^a domar o início da nossa audiência de acordo com o horário da votação na Câmara, já que é um assunto muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Acatarei a sugestão de V. Ex^a.

Deputado Rogério Marinho, por favor.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu tinha pedido a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, quero, primeiro, lamentar que a própria disposição dos Ministros – V. Ex^a, inclusive, cobrou-nos a nossa disponibilidade para estarmos aqui presentes –, a própria disponibilidade dos Ministros, especialmente a do Ministro da Educação, seja pouca para tratar de uma matéria que é considerada essencial pelo Ministério e que ele não possa modificar sua agenda de segunda-feira para quarta-feira, em prejuízo de termos realmente uma agenda na segunda-feira, na minha opinião, numa reunião esvaziada desta Comissão. Inclusive, os ex-Ministros virão aqui na segunda-feira pela manhã, aliás num horário em que, dificilmente, os Deputados e Senadores dos Estados do Nordeste, por exemplo, poderão chegar aqui, já que não temos número de voos tamanho para que possam todos estar aqui às 9h30 participando deste debate. Então, creio que os ex-Ministros, inclusive, estarão profundamente prejudicados na sua possibilidade de interagir com Deputados e com Senadores.

Finalmente, Presidente, quero também, em nome da necessidade de agendarmos de forma organizada a votação, dizer que, no dia 29, está prevista a votação da PEC 55 no Senado e mais essa votação das dez medidas na Câmara. A exemplo do que aconteceu ontem na Câmara e no Senado, creio que vamos estar com uma agenda profundamente carregada e com grande dificuldade de realizar esse tipo de tarefa, que é ouvir um relatório já finalizado pelo relator, a ponto de debatê-lo para avançar no processo de votação.

Quero demonstrar minha inconformidade com esse calendário. Não o contesto, porque V. Ex^{as} têm a autoridade de colocá-lo, mas quero registrar minha opinião em contrário, porque considero que ele não corresponde à possibilidade de uma interação maior, ouvindo pessoas importantes, como dois ex-Ministros e um atual Ministro. Novamente, isso apressará o processo de debate, com prejuízo para a legislação que está se apresentando ao Brasil.

Volto a dizer, eu não acredito numa reforma que não possa ter a adesão dos professores, dos funcionários e dos estudantes dentro das escolas. Impor uma reforma de cima para baixo, com a pressa de sua votação, levará a uma permanência de sua contestação na base.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Registro a ponderação de V. Ex^a.

Deputado Rogério Marinho, por favor, assuma a Presidência. Eu tenho um compromisso, mas, se possível, voltarei ainda hoje. Eu preciso me retirar imediatamente.

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – Sr. Presidente, enquanto o Deputado Rogério Marinho assume, eu gostaria de, como primeiro orador, iniciar minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pois não, Deputado Wilson Filho, por favor!

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – V. Ex^a vai me deixar em pé aqui?

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – Não! Pode assumir. Eu só queria, na transição, já começar a falar como primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Se V. Ex^a, que é mais novo, permitir, vou passar a palavra para o mais experiente, o Deputado José Rocha, pela Liderança.

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – Deputado José, minha fala é muito rápida. Tenho uma consulta médica agora. Prometo que serão menos de dois minutos. Deputado José Rocha, obrigado pela compreensão.

Presidente Rogério Marinho e nobres palestrantes desta tarde, esta é uma audiência importante porque



está presente uma das pessoas que contribuiu para a edição desse texto, que, a meu ver, apesar das posições políticas contrárias de pessoas com assento à mesa, é convergente com o pensamento de cada um de que o sistema atual do ensino médio está desatualizado, está totalmente ultrapassado. Nós todos aqui temos o mesmo objetivo de melhorar o ensino médio para todo mundo, para os estudantes, para os professores, para todos os atores do ensino médio. Acho que isso é convergente, e é convergente, Senadora Lídice, com os estudantes, com os professores, com todos que estão também na base.

Creio eu que 90% desse ensino médio proposto pelo Ministério da Educação são, sim, de convergência. Os 10% de polêmica estão sendo debatidos não apenas nesta Comissão da Medida Provisória, mas, por três anos, foram debatidos na Câmara dos Deputados. Na Câmara dos Deputados, estive como relator do processo, e muitos dos que aqui estão falando da brevidade do debate foram convidados para estarem na Câmara dos Deputados, mas para lá não foram. Não sei se isso se deu porque, lá atrás, não havia a urgência que temos hoje, pelo fato de não ser uma medida provisória, mas, sim, um projeto de lei. Sobre esse projeto de lei que o Sr. Eduardo propôs na sua fala existiu, na Câmara dos Deputados, por três anos, um debate intenso. Fizemos seminários em todos os Estados do Brasil, fizemos dezenas de audiências públicas – creio eu que foram centenas – envolvendo esse debate muito importante. Essa medida provisória ora editada pelo Governo Federal tem na sua base mais de 90% daquele texto inicial do projeto de lei aprovado pela comissão em torno do substitutivo, no momento em que eu era relator, em que o Deputado Reginaldo Lopes, do PT, era Presidente e em que vários outros Parlamentares eram membros.

Então, estamos aqui numa continuidade de debate. Nós estamos aqui, é claro, falando com mais ênfase sobre temas polêmicos. É claro que, num debate como esse, a polêmica se dá quando mais de duas pessoas pensam de forma diferente. Mas pensam de forma diferente com o mesmo objetivo, o de querer melhorar o sistema. Então, no momento em que estamos com o mesmo objetivo, em que estamos vivendo um ensino médio que não ensina nada, que quer fazer com que o estudante decore a cor do capacete do soldado de Roma – isso não vai servir para nada na sua vida –, temos de entender que, neste momento, temos de receber sugestões. Temos de exercer nossa legitimidade nesse processo, mas recebendo sugestões.

Eu vi nas tendências da apresentação do Sr. Isaac que duas tendências são muito importantes nesse novo ensino médio, a flexibilidade e a interdisciplinariedade. Isso está presente na proposta desse novo ensino médio. No momento em que você coloca na mão do aluno a proposta de escolher o seu futuro, isso dá flexibilidade, isso dá união às áreas de conhecimento sem extinguir temas como educação física, artes.

Já houve um debate nesta Comissão da Medida Provisória, e o Senador Pedro Chaves já está colocando no seu relatório que não serão extintos esses temas. Será mudado apenas o tom. E a nomenclatura “disciplina” será trocada por áreas de conhecimento. Isso é modernidade. Isso é, como o Sr. Isaac falou, interdisciplinariedade.

Então, quero dizer aqui que, como Relator revisor, confio no Senador Pedro Chaves como Relator. Não poderei, Senador, estar presente aqui pela manhã, porque sou do Nordeste, e lá não há tantos voos disponíveis. Mas, assim que chegar a Brasília na segunda-feira, vou ligar para V. Ex^a, vou me encontrar com V. Ex^a, para que possamos ler, com a maior autenticidade possível, o relatório na própria terça-feira.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Agradeço ao Deputado Wilson Filho, inclusive quanto à obediência do horário.

Agora, fala o Deputado José Rocha.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Ilustre Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – A Senadora Lídice da Mata pede a palavra pela ordem.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É só um segundo.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Pois não.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Como fui citada pelo Deputado, espero que V. Ex^a me dê um tempo específico para responder a S. Ex^a. O art. 14 do Regimento do Senado Federal me garante o direito de, ao ser citada, poder falar.

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Permita-me falar, Senadora Lídice da Mata, porque vou ter de pegar um voo.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Fique à vontade. V. Ex^a pode ficar à vontade.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Vou pedir para o Deputado José Rocha falar. Em seguida, concederei a palavra a V. Ex^a.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É claro!

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Ilustre Presidente, Deputado Rogério Marinho; Sr. Relator, Senador Pedro Chaves, quero cumprimentar Maria Helena Guimarães de Castro, Isaac Roitman, Eduardo Rolim de Oliveira,



que fizeram aqui excelentes pronunciamentos e exposições a respeito do tema.

Devo dizer que essa reforma chega aqui atrasada, muito atrasada. Há 38 anos, no início do meu primeiro mandato de Deputado Estadual, eu já falava com o então Secretário de Educação do meu Estado, a Bahia, que o ensino médio precisava realmente de uma grande reforma.

Ouvi muito bem a exposição da Sr^a Maria Helena. Falei, no início, com o Presidente Izalci e com o Relator, Senador Pedro Chaves, que essa questão da formação geral não forma nada. Sou do tempo ainda da admissão. À época, fiz o ensino elementar, fiz a admissão para ir ao ginásio. Quem perdia na admissão, ficava parado. Não havia seguimento na sua formação. Realmente, havia um vestibular entre o ensino primário e, como era chamado na época, o ensino ginasial. Hoje, temos o Enem, que é também uma admissão entre o ensino médio e o ensino superior, o 3º grau.

Mas quero dizer, Dr^a Maria Helena, que precisamos, aproveitando este momento da reforma, transformar 100% da formação geral em ensino técnico profissionalizante. Hoje, temos carência de profissionais técnicos em todos os setores das atividades. Chegamos a uma oficina, e quem nos atende não tem curso técnico em mecânica, não tem curso técnico em eletricidade, não tem curso técnico em informática. Todos os cargos, hoje, são de tecnologia avançada.

Hoje, se você manda sua televisão para o conserto, quem o faz não tem curso técnico. Isso aconteceu comigo. Eu tinha uma televisão em meu quarto de frente para o ar-condicionado. Ela pifou, e eu a mandei para a autorizada. Aí me disseram que eu tinha de trocar uma placa, que custava R\$700, e a televisão custava pouco mais de R\$1 mil. Aí, comprei uma televisão nova e a coloquei no meu escritório. Depois de quatro meses, resolvi ligar a televisão, que funcionou. O que era, então? Foi a umidade do ar-condicionado que colou as placas. Quando a umidade desapareceu, ela voltou a funcionar. Não foi má-fé. Não coloco isso como má-fé do técnico da autorizada, mas como total desconhecimento.

Portanto, temos aí inúmeras opções de formação técnica. Um domador de cachorro pode ter formação técnica, um confeitoiro pode ter formação técnica. Então, temos n opções de formação técnica, desafogando sensivelmente a pressão que existe em relação ao 3º grau.

As pessoas, ao concluírem um ensino médio técnico profissionalizante, têm a opção de seguir em frente ou de ir para o mercado de trabalho com sua formação técnica.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ ROCHA (PR - BA) – Assim, agora, temos esta oportunidade, talvez única, de tentar implantar esse ensino técnico profissionalizante, acabando, por vez, com o ensino médio de formação geral, que realmente não forma o indivíduo em nada.

Muito obrigado.

Obrigado, Senadora Lídice da Mata.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Agradeço ao Deputado José Rocha.

Eu pediria licença ao Deputado Celson Jacob, pois a Senadora Lídice da Mata pediu a palavra.

Eu perguntaria, Senadora: V. Ex^a teria um minuto, além dos cinco minutos?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pode ser.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Agrego aqui ao tempo de V. Ex^a. Está certo?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Não tive a oportunidade, por exemplo, de ouvir o Deputado na reunião passada. Ele falou e saiu. Portanto, não tive a possibilidade de interagir com ele. Estranhei que ele me citasse, porque, ao me citar, ele o faz de forma, na verdade, a desqualificar o que eu disse. Ele volta a dizer que houve um processo de debate na Câmara dos Deputados com a sociedade, um processo de debate em diversos Estados, e que a minha fala, portanto, era de quem, em princípio, estava contra, desqualificando a minha intervenção. Não admito isso, Sr. Presidente.

Primeiro, estou no Senado Federal. Não participei nem fui chamada a participar do processo na Câmara dos Deputados. Esse é o primeiro aspecto. Segundo, essa afirmação não é de todo verdadeira, porque, para começar, não sou contra a reforma do ensino médio. Sou a favor de que o ensino médio no Brasil seja reformado. No entanto, já disse e repeti algumas vez aqui – o Relator sabe disso – que sou contra que ela seja enviada via medida provisória. Por quê? Porque não tive a oportunidade que teve o Sr. Deputado de passar três anos debatendo essa questão.

Estou recebendo essa reforma de ensino médio, para deliberar sobre ela em quatro meses, no máximo. Acho que tenho o direito, como Parlamentar, tanto quanto ele, de poder ouvir as mesmas entidades que ele ouviu. Esse foi o primeiro aspecto.

Segundo aspecto: sou contra alguns aspectos dessa reforma do ensino médio. As coisas não são simples, como foram colocadas aqui. Se fossem simples, o ensino médio no Brasil já estaria resolvido, porque não



é possível que, só agora, se juntaram algumas cabeças pensantes, brilhantes – reconheço todas elas –, que defendam essa reforma e que sejam bem-intencionadas – também reconheço. Não imagino que ninguém seja mal-intencionado, mas acho que o nó do ensino médio, no Brasil, se fosse fácil de ser resolvido, já estaria resolvido há muito tempo. Não parto do princípio de que, nas presidências da República, nos ministros de educação, pessoas antes e depois do governo do Presidente Lula, houve má intenção.

No período de Fernando Henrique Cardoso, cometeu-se o equívoco – e não creio tenha sido por má intenção – de se fecharem as escolas técnicas no Brasil: a política de expansão dos centros federais tecnológicos. O Ministro Paulo Renato, que reputo como um homem de bem, cometeu esse equívoco.

A política educacional exige um processo de pensar e de experimentar, exige um processo de convivência e de análise das mudanças no mundo do desenvolvimento, do conhecimento e das experiências. Não me venham dizer que essa reforma vai resolver o problema do ensino médio no Brasil, porque não o resolverá. Ela poderá até ganhar um pouco mais de eficiência.

Nem vou me referir ao que o meu querido amigo e conterrâneo disse aqui. Falar em 100% do ensino médio profissionalizante é um escândalo. Isso é um escândalo!

As diversas experiências existentes no mundo, na relação entre ensino médio técnico e o de formação geral, demonstram que há uma seletividade. Infelizmente, senhores, essa seletividade – e é o desafio que temos a resolver – implicará nas chances e oportunidades daqueles que irão cursar essas duas possibilidades.

O político brasileiro, a classe dominante política no Brasil, os Srs. Deputados, na sua maioria, têm filhos que estudam em escolas particulares. Alguns, estudam em escolas particulares bilíngues. Alguns dos seus filhos estudam e fazem universidade, até mesmo o ensino médio, fora do País. Isso é muito distante do que é a realidade de uma escola pública no meu Estado, no seu Estado, no seu Estado e assim por diante, em que, muitas vezes, os professores têm suas escolas invadidas pelos traficantes de droga. O nível de possibilidade de aprendizado dos nossos meninos filhos da nossa classe média abastada é um; o do povo brasileiro e dos trabalhadores brasileiros é outro.

Não tenho dúvida da necessidade urgente da reforma no ensino médio, uma reforma debatida, chegando-se a uma conclusão de qual tipo de seletividade possamos, gradativamente, vir a fazer dentro da população de estudantes e jovens do Brasil, com a certeza de que não podemos condenar a maioria dos nossos jovens pobres a serem apenas operários, apertadores de botão, enquanto aqueles que possuem condições e oportunidades outras poderão ter um ensino que lhes permita pensar, desejar, ambicionar e chegar a um lugar diferente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Agradeço à Senadora Lídice da Mata.

Passamos a palavra imediatamente para o nosso último orador inscrito, o Deputado Celso Jacob.

O SR. CELSO JACOB (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, pude participar e ouvir atentamente dois oradores. Vou ater-me a esses dois.

Desculpe-me, Sr. Eduardo, mas não participei da sua fala.

A Profª Maria Helena pontuou bem todas as reformas de ensino médio e a urgência. Por quê? A cada tempo que debatemos na Câmara – e a Senadora disse que o Senado não fez isso, mas a Câmara dos Deputados debateu exaustivamente isso –, foram anos perdidos para aquelas pessoas jovens que estavam ingressando no ensino médio. (*Palmas.*)

Foram anos! E esse pessoal não tem mais a chance de voltar atrás.

Se ficarmos lentos, esperando o melhor debate, a melhor oportunidade... Parece-me que essa ação vai ser única. Se isso for feito, Deputado Rogério Marinho, nunca mais ela poderá ser mudada. Se fizermos um relatório desse, se o votarmos e aplicarmos, se sentirmos, daqui a dois ou três anos, que existe algum tipo de problema, não poderemos mudá-lo. Esse vai ser um relatório final até a nossa morte. Será que é assim que acontece com a educação? Não! A educação é evolutiva. Ela pode mudar, e tanto é assim, que ela já foi mudada várias vezes. Já se errou, já se acertou.

Agora, estamos vendo um trabalho consciente, de um Relator flexível, que está ouvindo as pessoas. Não estamos fazendo uma audiência às pressas, chamando só um grupo seletivo de pessoas, debatendo e fechando na correria. Não! O Relator, por exemplo, permitiu que eu fizesse uma audiência pública na minha cidade, na minha região. Lá se falou, também se gritou. E há uma ansiedade do novo, Profª Maria Helena – ainda me estou referindo à sua fala –, muito grande. A princípio, todo mundo era contra. Aí, começou o debate, e todo mundo queria falar. Dissemos que deveria haver uma regra. “Ah, então, não quero participar.” Daqui a pouco, sentiu-se o seguinte: houve um certo acalento, e as pessoas puderam participar, no final, com perguntas, que chegaram até à Comissão. Os anseios foram ouvidos, e o relatório foi feito. Agora, quando, em condições normais, numa cidade do interior, haveria professores organizando isso e fazendo um debate que chegasse ao Relator, numa



comissão mista? Então, houve uma grande flexibilidade. Aqui, ouvimos muita gente e ainda vamos ouvir mais.

Então, não há açodamento. A gente não quer fechar uma torneira, porque tem de ser assim e pronto. Agora, precisamos dar uma resposta à sociedade, porque esse ensino médio é quase unanimidade. A senhora deu o percentual de 80%, mas, se apertamos mesmo, serão 90% ou 95%. Se a senhora perguntar aos 20% que estão meio contra se não acham que está muito errado, eles responderão: “Eu acho, mas tenho medo da mudança.” Aliás, a mudança provoca medo no ser humano: “Vai mudar. Vão me tirar do meu conforto!” O professor está com medo, o professor do ensino médio está com muito medo, mas ele não tem de ter medo disso. Estamos tentando melhorar a situação.

Dizem: “Quero a garantia de que isso não vai dar errado em lugar nenhum.” Não existe essa garantia. Dizem da diversidade, de lugares em que estão faltando escolas, em que está faltando condição. Tudo bem, e o ensino vai ter de ser alterado, e vamos continuar com a luta de chegar com um aporte de recursos, para que se faça uma educação de qualidade. Não dá para consertar a educação a partir de hoje, vivendo o nosso passado, porque já aconteceram coisas terríveis também.

Aí misturam a PEC 241 com a nossa educação. Então, por causa da PEC, não pode haver educação? Gente, eu trabalhei com orçamentos bem flexíveis e bem amplos, e depois cortam tudo.

O Senador... Desculpe, já estou colocando-o como Senador. O Deputado Rogério Marinho...

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Obrigado.

O SR. CELSO JACOB (PMDB - RJ) – Já é uma promoção! Um dia, chega lá!

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Aqui é o céu. Lá é o nosso purgatório.

O SR. CELSO JACOB (PMDB - RJ) – É isso aí. *(Risos.)*

Então, nós debatemos. Quando se deu a crise do Fies, quando se deu...

(Soa a campanha.)

O SR. CELSO JACOB (PMDB - RJ) – ...a crise do Pronatec, ficamos loucos na nossa Comissão. Alunos, universidades, faculdades cobravam de nós uma solução para o Fies.

Então, não vamos dizer que estávamos em um paraíso, que agora estamos em uma situação terrível e que vamos fazer mais maldade com as pessoas. Não, estamos querendo fazer uma coisa séria. Agora, se depois, daqui a dois ou três anos, chegarmos ao consenso de que é preciso fazer outra adaptação, vamos fazê-la com tranquilidade – não sei se seremos nós, mas será alguém, será algum Senador, será algum Deputado, será o próprio Governo, será o próprio Ministro da Educação com sua equipe.

Então, estamos muito preocupados com isso tudo para que não dê certo. Ora, estamos fazendo um trabalho aqui sério, estamos ouvindo muita gente, ouvindo gente contrária e gente a favor. O relatório vai sair, vai ser um relatório consistente. Agora, é possível que, daqui a cinco anos, cheguemos à conclusão de que erramos em alguma coisa, de que temos de corrigir. E vamos ter de corrigir, com certeza.

Agora, é preciso ter clareza de que levantamos os pontos críticos. As perguntas são correntes: “Vai acabar com Artes, com Educação Física e não sei o quê?” Aí entra todo o mundo em pânico. Eu comecei a audiência pública na minha cidade, em Três Rios, e a professora de Artes estava desesperada. Eu terminei a audiência, e ela estava desesperada. Ela fez um adendo, para que eu chegasse aqui e dissesse para não se acabar com Artes. Mas ninguém falou que ia acabar com isso, ninguém falou que não vai haver recurso, não. A MP diz que não pode haver recurso nunca mais para a educação, que vai cortar recurso? Ninguém disse isso em lugar nenhum. Aí as pessoas pegam este mote: “Mas é preciso muito dinheiro.” Não, é preciso aplicar o dinheiro na nossa educação com qualidade, é preciso fiscalizar mais, é preciso ter responsabilidade com os recursos públicos. Então, com isso tudo, vamos chegar a um consenso.

Eu gostei muito, Prof. Isaac, da sua apresentação. O senhor foi muito pautado, muito claro, e o senhor observou bem os pontos que estão divergentes, os pontos que estão causando a angústia nas comunidades. Parabéns pela sua exposição, pelo seu modo de colocar as coisas aqui.

Realmente, há uma discussão sobre o repasse de recursos para o Estado, essa é uma preocupação. Todo mundo que vem aqui fala isso. Sobre o tempo integral há uma discordância, porque existe o turno noturno, existe o EJA e o Ceja. Como é que vai fazer com isso? Então, há dúvidas. E é possível que fechemos um relatório, que implantemos essa reforma e que ainda haja coisas para serem feitas. Com certeza, haverá coisas a serem feitas. Mas não podemos parar e tolher o jovem de ter essa reforma. O ensino médio já está mais do que desgastado. Não dá para o ensino médio ficar do jeito que está.

Então, parabênz todos.

Ressalto o esforço da nossa Comissão de bravamente fazer essa reforma em curto espaço de tempo e com muita dificuldade. Por exemplo, segunda-feira é um dia difícil pela manhã; todo o mundo sabe que é difí-



cil. Vamos fazer um esforço para ver o que podemos fazer, porque é complexo. Mas, ao mesmo tempo, aqui, na Casa, há uma série de coisas acontecendo. Se esperarmos o melhor momento, nós vamos fazer isso aí... Sei lá! E a educação já esperou demais. A Casa, a nossa Casa, a Câmara, sempre falou em educação, mas não a prioriza. Isso não vai a plenário. Há um número grande projetos para ser votados. Tanto é que o ensino médio está, sim, debatido – e muito bem debatido – na Câmara, mas ele não chegou à conclusão, às vias de fato.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Obrigado, Deputado Celso.

Deputado Roman.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Sr. Presidente, senhoras e senhores, serei breve.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Dispõe de cinco minutos.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Talvez, eu nem os utilize.

Eu, como não tive a oportunidade de acompanhar as falas dos senhores, estou dentro do raciocínio de outras audiências. Mas consegui pegar o tom e a fala de cada um, dentro do entendimento do que foi falado. Lamento não ter podido ouvir todos, pois eu estava em uma reunião da nossa Liderança na Câmara; isso não foi possível.

Há alguns pontos que procuro sempre discutir, como professor, dentro da área universitária. Vendo os dados desde que foi instituída a Prova Brasil, percebo que, em relação ao PIB, nós tínhamos praticamente 3,5% do investimento do PIB em educação. Foi necessário um investimento muito maior, principalmente no ensino médio, e o governo anterior – temos de ser justos; acho que nada pode ser negado do que foi feito, de forma prudente, com uma boa intenção – aumentou para quase 6,5% o investimento dentro do ensino médio do que é proporcional à questão do PIB. Porém, os índices não acompanharam essa mesma velocidade. Nas demais séries iniciais e finais, aumentou; nas universidades, também houve aumento. Mas, no ensino médio, houve uma grande queda, e não conseguimos reagir, não houve essa possibilidade.

Então, acho que isso desmonta a teoria de que precisamos de investimento, de que precisamos.... Não! Hoje, é preciso haver uma reorganização dessa estrutura, que é o que está sendo feito agora: uma reorganização do ensino médio. Como? As pessoas capacitadas, as pessoas que realmente entendem isso e que veem outros modelos.... Eu estive recentemente, há menos de 15 dias, na Austrália, onde o ensino é bem próximo, se não similar, do que é aplicado aqui: a escolha, o aluno tem a possibilidade de escolher. É um país com 24 milhões de habitantes. Fizemos questão de visitar – éramos seis Parlamentares, ou melhor, sete Parlamentares – aquela estrutura. Fomos para lá com um cunho voltado para o esporte, mas tivemos o entendimento de que é uma cópia praticamente do que está sendo colocado e de que é muito bem-aceito.

Então, nesta situação, muitas vezes, somos resistentes às mudanças, às inovações. Ficamos na chamada zona de conforto. Isso nos deixa em uma revolta, isso coloca algumas pessoas em uma revolta muito grande. Então, eu diria o seguinte: investimento nós temos; vamos reorganizar. Também não sabemos qual é a fórmula mágica. Agora, temos exemplos, para que possam ser seguidos, em países com grande afinidade dentro do Governo.

Uma das coisas que procuro cobrar sempre e falar é que se discute muito a questão dos professores – e sou professor –, que se discutem vários itens. Então, em um grande corporativismo, discute-se a questão do professor, mas não se discute a questão da educação. Na saúde, não se discute mais a saúde, mas, sim, a questão dos médicos. Agora, acho que chegou o momento de nós discutirmos a questão da educação no ensino médio, e isso está sendo feito. Acertos ou erros vamos ter, mas algo tem de ser feito, porque os índices estão nos mostrando essa grande dificuldade. Quanto ao investimento, quase 6,5% do Produto Interno Bruto estão sendo colocados na educação, e os índices estão caindo. Então, nós temos hoje uma dificuldade muito grande.

Sobre o ensino médio ouvi a fala do Deputado José Rocha. Acho que deve haver equilíbrio ao se colocarem no ensino médio cursos profissionalizantes que venham a preparar para o mercado, mas deve haver...

(Soa a campanha.)

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – ...pessoas que saiam preparadas para pensar, que venham a produzir ciência, tecnologia, inovação, em uma linha em que você venha a se desenvolver em uma graduação, em que se formem mestres, doutores, pós-doutores. Preparar só para o mercado de trabalho eu acho que é menosprezar realmente a ação das futuras gerações. Essas gerações, hoje, estão muito na frente, a tecnologia está pulsando. Então, se ficarmos dando a eles somente o entendimento de prepará-los para o mercado de trabalho.... Eu diria que isso é algo muito grande.

Nessa briga entre o rochedo e o mar, muitas vezes, quem acaba sempre ficando numa situação difícil é o marisco, e o marisco é o aluno. Nós temos de pensar no aluno. Então, quando pensamos no aluno, nós temos de dizer o seguinte: não estamos conseguindo colocar dentro das nossas universidades o que há de melhor.



Aonde podemos chegar com os investimentos que nós temos em relação ao nosso aluno que sai do ensino médio? Por quê? Porque ele recebe algo enlatado, uma receita pronta, e isso segue há anos. Já estamos falando disso há décadas. Há décadas, estamos seguindo o mesmo modelo.

Estou terminando, estou concluindo, Sr. Presidente.

Então, eu diria que, dentro dessa estrutura, é o momento, sim, da reformulação. Eu falo que o Congresso Nacional, envolvendo a Câmara dos Deputados e também o Senado Federal, é o Congresso das protelações. Tudo que é possível ser protelado aqui protela-se. Vai protelando-se, protelando-se. Chegou o momento de encararmos de frente a situação e de resolvermos uma linha que está... Estamos com um tendão de Aquiles inflamado chamado ensino médio, e agora nós temos a possibilidade, sim, seja por medida provisória, seja por qualquer situação, de resolver isso. E o que nós temos hoje é uma medida provisória. Então, nós temos de dar esse avanço.

Muito obrigado, Sr. Presidente. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Agradeço ao Deputado Roman.

Eu pediria ao Deputado Celso Jacob – vou ser o último a falar – que assumisse a Presidência e que ficasse até o final aqui, porque vou usar os cinco minutos. É o nosso decano aqui. É mais velho do que eu algumas vezes. *(Pausa.)*

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores convidados, senhora convidada, Deputado Roman, assessores aqui presentes, primeiro, quero aqui começar elogiando o Relator, porque ele, certamente, está rouco de ouvir, tem uma paciência extraordinária. Já ouviu aqui certamente conceitos, opiniões as mais diversas, testemunhou aqui embates calorosos. Que bom que é assim, porque certamente está amadurecendo o seu juízo de valor em relação ao tema.

Duas coisas me chamam a atenção. Fiz questão de falar, pedindo a paciência dos senhores, que certamente estão exaustos aqui, para dizer que é evidente que o grande gancho da indignação que é vista nas ruas, de forma seletiva, na minha opinião, em relação ao projeto, é a forma como ele está apresentado: uma medida provisória, em vez de uma lei ordinária. Eu falo que é seletiva porque mais de 20 medidas provisórias foram apresentadas apenas no governo anterior em relação ao tema educação.

Eu poderia dizer que, como membro do Parlamento, gostaria de discutir na lei ordinária, na comissão de que inclusive participei. Mas nós não podemos aqui fazer de conta de que não há um acúmulo de conhecimento, de discussão, de análises, de dados que mostram a necessidade de nos debruçarmos sobre o tema.

Entendo que, em um processo político, as paixões vêm à tona talvez com uma intensidade maior, mas tenho dito – e estou há dez anos na Comissão de Educação da Câmara, às vezes pregando, como João Batista, no deserto, a cobras e escorpiões, outras vezes conseguindo o mínimo de consenso – que é necessário menos política partidária na educação, que é necessário menos exacerbações pessoais e um pouco mais de pragmatismo, no sentido de que educação é um projeto de sociedade, de país, de nação, até porque os partidos políticos, nessa alternância democrática, sucedem-se na condução do País. Então, uma hora, é um partido; em outra hora, é outro. Essa é a essência da democracia.

Os dados são muito contundentes, que mostram o fracasso do nosso ensino médio. São muito contundentes e inquestionáveis. Até aqueles que são contra o projeto que aí está asseveram que são favoráveis a uma mudança no ensino médio, talvez não a mudança que está proposta.

Eu mesmo, Sr. Relator, apresentei quatro emendas ao projeto. Eu mesmo tenho dúvidas em relação à questão da Base Nacional Comum Curricular, eu mesmo tenho dúvidas em relação ao resultado da proposta, que ainda veremos qual será, quando ela efetivamente for aplicada, mas não tenho nenhuma dúvida de que nós não podemos continuar na inércia, não podemos continuar da maneira que estamos.

Neste ano mesmo, Drª Maria Helena, nós fizemos, no meu Estado, em meu gabinete, uma pesquisa em relação aos institutos técnicos federais, professora. São, parece-me, 18 no meu Estado. Eram dois há pouco tempo. E vou, inclusive, lançar um livro a respeito do tema, porque terminou ficando um trabalho um tanto vultoso, de 150 a 160 páginas. Visitei a metade deles.

Eu até lamento aqui; toda ausência é atrevida. Quando a reiteração de uma informação se torna verdadeira – este foi o caso aqui da questão de que o governo Fernando Henrique fechou escolas públicas federais...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – ...quando, na verdade, ele publicou uma lei, dizendo que teria de haver uma junção entre a vocação econômica do lugar e a necessidade da instalação de institutos, na época escolas técnicas federais –, interpreta-se de forma diferente, e se repete isso como uma versão absurdamente concreta. *(Palmas.)*

Isto nós vimos quando pesquisamos o que estava acontecendo no meu Estado: vários institutos têm



curso técnicos que não têm muito a ver com a realidade econômica local. Privilegiou-se a quantidade em detrimento da qualidade e da vocação econômica. E olhem o custo que isso significa para o País como um todo.

E mais – a senhora falou com muita propriedade –, quantos desses alunos estão sendo preparados para o mercado de trabalho? Então, transformaram-se escolas técnicas em institutos federais, que, em vez de prepararem aquele aluno para o mercado de trabalho – já é um percentual muito pequeno –, estão preparando-os para as universidades. É um paradoxo, porque o *per capita* desses alunos...

E é uma escola seletiva, não é demanda aberta. Faz-se um concurso público para se ingressar nela, e entram os melhores da escola pública e os melhores da escola privada. Ali está a nata do ensino brasileiro, são estudantes de escol. Esses estudantes, que deveriam teoricamente ajudar no esforço de desenvolvimento da Nação brasileira, estão se preparando para as universidades. Então, há um paradoxo evidente aí. Essa contradição se dá pelo viés político e ideológico do que se chama de pensamento crítico, dessa preparação integral.

Estamos, na verdade, desculpem-me, perdendo tempo, porque nós temos hoje um currículo enciclopédico, absolutamente destoando da realidade brasileira. Faltam 300 mil professores, se não estou enganado, no ensino médio. E nós temos uma dificuldade enorme de preparar esses alunos ou para a universidade ou para o mercado de trabalho ou para coisa nenhuma. Por isso, há um desinteresse no ensino médio, constatado em qualquer pesquisa séria que se faça.

Então, eu não sei se esse é o projeto ideal, mas o que nós não podemos mais é ficar letárgicos e na inércia, sem tomarmos uma atitude.

Espero, Sr. Relator – na verdade, não fiz uma pergunta, fiz apenas algumas considerações e ponderações –, que Deus ilumine o senhor e lhe dê sabedoria e discernimento, para apresentar um relatório à altura do desafio que nós estamos enfrentando, do desafio que o Brasil está enfrentando, porque a sociedade brasileira precisa transpor as dificuldades que existem hoje.

Então, desejo boa sorte ao Relator.

Bem-vindos, senhores e senhoras convidados!

Vamos aguardar, na próxima semana, o excelente relatório, para o bem do nosso País.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. PMDB - RJ) – Muito obrigado. Agradeço a participação do nosso Deputado.

Passo a palavra diretamente ao Senador Pedro Chaves, Relator.

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Maria Helena, nossa querida Secretária Executiva do MEC; demais convidados aqui à mesa; Sr. Presidente; Deputados; convidados, é com muita alegria que faço uso da palavra para fazer alguns esclarecimentos que me parecem extremamente importantes neste momento.

Questiona-se muito – e eu tenho repetido inúmeras vezes – que o instrumento utilizado para a reforma do ensino médio, que foi a medida provisória, foi inadequado. Acho que a medida provisória, neste caso particular, em vez de ser um problema, foi uma solução, uma oportunidade.

Quando assumi a relatoria, discuti muito com o nosso Ministro Mendonça Filho e deixei claro que a metodologia eu ia usar tinha uma formatação um pouco diferente daquela usada em outras medidas provisórias. Eu democratizaria o máximo, para que ela tivesse, na verdade, o perfil de projeto de lei, haja vista que a primeira providência foi elencar, perguntando primeiro realmente para a Comissão, quem deveríamos ouvir.

Acho ainda que audiência pública é a forma melhor, porque temos de ouvir todos os segmentos da comunidade, todos os segmentos da sociedade brasileira, e foi o que ocorreu. Nós tivemos a oportunidade de elencar 53 autoridades de diversos níveis, alunos, professores, coordenadores, diretores, autoridades, Conselho Nacional de Educação, conselhos estaduais, Consed, Undime. Enfim, quem vocês pensarem a gente ouviu. Isso foi muito importante, porque agregou muita coisa ao projeto.

Após isso, tivemos a oportunidade de conversar com o Reginaldo, que era o autor do PL 6.840, para que pudéssemos observar o que estava acontecendo na Câmara, que tinha um projeto semelhante desde 2013. Ele foi muito generoso comigo, mandou o relatório. Eu o comparei com a medida provisória e vi muita similaridade entre o projeto da Câmara e a medida provisória.

Depois desse ponto, pedimos aos Parlamentares que mandassem o máximo de emendas à medida provisória. Eles as mandaram. Nós recebemos 567 emendas. Então, nós analisamos essas emendas, formamos a equipe e analisamos que elas contribuíram muito para o trabalho. Analisei as emendas, verifiquei aquelas que eram semelhantes. A ênfase maior se deu realmente em Educação Física, em Artes, como vocês já sabem, em Filosofia, em Sociologia. Mas todos foram unânimes – vou até dizer que foram unânimes mesmo – no sentido de que havia uma imperiosa necessidade de modificação do ensino médio. Essa discussão já vem há mais de dez anos. Então, já estava totalmente amadurecida.

Depois disso, eu tive a oportunidade de fazer uma audiência pública na minha cidade, Campo Grande, em Mato Grosso do Sul. Para lá foram mais de 500 pessoas, todos educadores. Conversamos, ouvimos, porque



seria injusto não fazer uma audiência na minha terra. Foi muito bom ouvir, porque sou educador. Fui reitor durante 15 anos, trabalhei com educação básica durante 40 anos. Embora eu seja jovem, tive a oportunidade de fazer tudo isso. E foi muito bom isso, porque ouvi os ex-alunos, os professores. Foram realmente coisas verdadeiras que eles colocaram, o que foi muito importante também para nós.

Por outro lado, a TV Senado tem mandado contribuições, porque as palestras aqui são interativas. Eles as mandam mesmo, eles participam mesmo.

Então, vocês observam que democratizamos ao máximo a medida provisória, e isso está permitindo que o relatório seja aquele que, certamente, vai ao encontro da sociedade brasileira.

Eu agradeço muito à Maria Helena pela contribuição que ela oferece. Quando estou em perigo, peço socorro. Na verdade, ela é *expert* nessa área, como a Maria Inês também, que é excelente. Enfim, peço mesmo ajuda. Estamos discutindo. Isso é importante.

Acima de tudo, essa medida provisória não vem de cima para baixo, não; ela vem de baixo para cima, porque todos estão sendo ouvidos. Observem – isto já foi dito aqui e é importante – que a medida provisória suscitou a participação de toda a sociedade brasileira. Todo mundo falou em educação, todos os segmentos.

Quando ela estava na Câmara, havia uma letargia. Perdoem-me dizer, mas a matéria estava parada. Sei que o relatório estava pronto desde 2014 e não ia para o plenário, não era pautado. Quando ele virou medida provisória, a sociedade brasileira inteira começou a discutir, a questionar e a elencar pontos importantes. Todos a estudaram e se dedicaram. Acho que a maioria do pessoal já conhece a medida provisória de ponta a ponta – este é um ponto importante. Isso despertou, na verdade, a educação, isso foi bom para a educação como um todo no País. Consideramos a educação como prioridade máxima absoluta e, principalmente, esse modelo do próprio ensino médio.

Então, vocês fiquem tranquilos. Nós estamos aperfeiçoando ainda mais a medida provisória, que virou um projeto de lei, como falei para vocês. Ele é extremamente participativo e apresenta mudanças importantes, que vieram de contribuições que vocês ofereceram. Foi muito importante a participação da população, dos educadores, porque as contribuições foram importantes e foram agregadas.

O Ministro foi também generoso. Ele e o Presidente da República mandaram a medida provisória, mas me deram plena liberdade de fazer as modificações que eram pertinentes. Eu acho que é isto que é importante: você ter liberdade para trabalhar.

Com isso, acredito que, na segunda, nós ouviremos, na parte da manhã, os ex-Ministros Mercadante, Haddad e Janine. Eles foram convidados, nós insistimos que eles aqui viessem. À tarde, vamos ouvir o nosso querido Ministro Mendonça Filho. Depois, na terça-feira, vou ler o relatório e colocá-lo em votação, porque nós não podemos mais perder tempo, já perdemos tempo demais. Acho que é importante que vocês saibam todo o roteiro que vai acontecer.

Acredito que, na semana que vem, vamos aprovar realmente a medida provisória. Depois, nós a encaminharemos para a Câmara Federal. Espero que a Câmara também dê celeridade. Mas é mais uma oportunidade para os Parlamentares, os Deputados discutirem a medida provisória. Eles têm todo o direito de fazer destaques etc.. Depois, ela, finalmente, vai ao Senado, onde também é feito o mesmo procedimento, a mesma coisa. Vejam quantas pessoas vão ter a oportunidade de discutir a reforma no ensino médio, que está passando pelas Casas Legislativas do Congresso Nacional. Isso é importante para nós.

Eu gostaria que vocês entendessem tudo isso, assimilassem e entendessem que a medida provisória realmente é extremamente democrática. Tenho a convicção de que ela vai ao encontro da sociedade brasileira. É óbvio que, no futuro, poderá ser submetida a mudanças, a alguma alteração. Mas acredito que, em curto e médio prazo, isso é o ideal para o País.

Era isso. Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. PMDB - RJ) – Obrigado, Sr. Relator.

Vamos passar a palavra aos convidados, para fazerem as considerações finais, por cinco minutos.

Com a palavra a Prof^a Maria Helena Guimarães de Castro.

A SR^a MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO – Muito obrigada, Deputado.

Quero cumprimentar o Senador Pedro Chaves. Como Relator, além de ter muita paciência, ele realmente é muito aberto ao diálogo, a ouvir ideias, a entender, a compreender. É admirável o Senador. Eu, que conhecia muito pouco o Senador, estou impressionada.

Eu vou tocar rapidamente em alguns pontos que foram comentados aqui pela Senadora, que já saiu, e por alguns Deputados que já saíram. O primeiro é a questão do debate. Quer dizer, o debate é muito antigo, começa na LDB. Depois disso, nós tivemos um grande seminário nacional, organizado pela Câmara Federal, pela Comissão de Educação. Gastão Vieira, na época, se não me engano, era o Presidente da Comissão de Educação.



Eu participei de alguma audiência pública. Em seguida, nós tivemos, em 2007, o Fundeb. Junto com o Fundeb, houve uma medida do Ministério da Educação, que era importante, que era o Ensino Médio Inovador, que foi lançado logo em seguida. O principal objetivo do Ensino Médio Inovador era mudar o currículo das escolas de ensino médio – eu me lembro muito bem das discussões, dos debates no País todo.

Os debates que antecederam o Plano Nacional de Educação – eu participei de vários – também deram destaque enorme para a questão do currículo, da Base Curricular Nacional e do ensino médio.

Estou falando do que antecedeu o projeto de lei do Deputado Reginaldo, que ontem esteve comigo. Conversamos muito, por mais de uma hora, sobre essa proposta.

Depois disso, em 2010, o Consed criou uma comissão de reforma do ensino médio. Eu lembro que fui contratada como consultora dessa comissão. Havia lá um grupo coordenado pelo Secretário de São Paulo, que depois foi coordenado pelo Secretário do Espírito Santo.

Finalmente, em 2013, veio o projeto do Deputado Reginaldo Lopes. Também fizemos vários debates pelo País afora. No ano passado, ainda participei de um grande debate em Manaus sobre o Projeto de Lei nº 6.840, do Deputado Reginaldo.

Mas é isto: ele estava parado, amortecido. Vamos ser muito verdadeiros e bem claros: se não fosse a medida provisória, não teria havido debate, ele estaria parado de novo. Por quê? Porque o único debate existente no Brasil é o da Lava Jato, o da corrupção e o da PEC da crise fiscal da economia. Não há outro debate. Mesmo o sistema de saúde brasileiro, que passa por crises muito grandes, e outras situações, nada disso se debate. Na hora em que entra em caráter de urgência e relevância, a população desperta, acorda e entende o problema, quer entender, quer colaborar, quer participar. Então, nesse sentido, isso foi muito importante.

O tempo integral não é obrigatório. É que, junto com a proposta de reforma, veio também a proposta das escolas de tempo integral, que é uma coisa relevante. O Estado de Pernambuco é o melhor exemplo de um Estado que implantou as escolas de tempo integral, e houve uma melhoria extraordinária do resultado do ensino médio. O Ministro foi um dos principais responsáveis pela reforma do ensino médio em Pernambuco. Ele, de alguma maneira, quer dar uma contribuição relevante para a educação do País. Ele está convencido...

(Soa a campanha.)

A SRª MARIA HELENA DE CASTRO – ...de que ensino médio é muito importante.

Então, o tempo integral não é obrigatório. Nós, inclusive – eu, em particular –, defendemos, há muitos anos, cinco horas por dia ou mil horas por ano para todos. Acho que o ensino médio do País ganhará muito se conseguir ampliar a jornada para cinco horas. Isso já ocorre em São Paulo, no Distrito Federal, em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo e em Goiás. Esses são os seis Estados brasileiros que já possuem uma jornada de mil horas por ano de ensino médio. Isso amplia a oportunidade de formação.

Quanto ao ensino técnico, devo dizer que é claro que a formação geral é obrigatória para todos, inclusive para aqueles que vão para o ensino técnico. As competências gerais esperadas, seja para o ensino superior, seja para o curso técnico, são as mesmas para todos os jovens. Elas são: pensamento crítico, capacidade de trabalhar em conjunto; habilidade de convivência; resiliência; responsabilidade; respeito ao outro; capacidade de resolver problemas, de pensar criticamente, de entender um texto e interpretá-lo, de buscar uma informação e aplicá-la à realidade. Todas essas competências são para todos, não é apenas para o aluno que está se preparando para o ensino superior ou para o aprofundamento na área acadêmica.

Qual é a novidade? Senador, permita-me mais uma vez explicar. Eu me surpreendo com o fato de que muitos ainda não tenham compreendido. Não existe separação entre formação geral e as escolhas de aprofundamento dos alunos. As pessoas precisam entender isto: não existe essa separação, não existe essa seletividade.

O importante é que todos entendam que a formação geral deve ser assegurada pela Base Nacional Curricular Comum, que começa na pré-escola, na educação infantil, e que vai até o ensino médio. Mas há uma inovação. A inovação é a possibilidade de aprofundamento em áreas acadêmicas de itinerários que, em vez de serem totalmente engolidos por um currículo massacrante, com muita disciplina, academicista, que não dá oportunidade de o aluno aprofundar e entender, compreender melhor o fenômeno que está sendo estudado, possam fazer com que ele possa optar por uma área mais acadêmica ou por uma área técnica. E, ao mesmo tempo, a área técnica não vai impedi-lo de prosseguir no ensino superior.

Ao contrário, uma ideia que está muito presente... eu coordeno a comissão que está preparando a Base Curricular Nacional do MEC. Eu presido um comitê gestor de que participam todos os secretários do MEC, inclusive a Profª Regina de Assis, que está aqui; a Profª Maria Inês; o Rossieli. Enfim, todos os secretários participam.

(Soa a campanha.)



A SRª MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO – Mas não é, de forma alguma, intenção da reforma esta separação, esta dualidade entre formação geral e opção por um curso técnico ou aprofundamento. O aluno que fizer um curso técnico terá a possibilidade, inclusive, se quiser, de também fazer uma opção pelo aprofundamento, se ele dispuser desse tempo na vida dele. Ele poderá ter e terá obrigatoriamente os dois diplomas.

É muito mais, digamos assim, parecido com o que foi feito na Austrália. Não é igual, mas é mais parecido. Por quê? O que existe na Austrália? Na Austrália, há uma base curricular nacional que começa aos 6 anos e que vai até os 15 anos, 16 anos, até o final do 1º ano do ensino médio. A partir daí, os alunos podem fazer as opções. Na Inglaterra também, a Base Curricular Nacional Comum, aquilo que é igual para todos, compulsório para todos, vai até os 15 anos, 16 anos, quando o aluno tem a certificação geral do ensino médio. Depois, ele pode ir por uma carreira mais vocacional, profissionalizante, pode ir para os *A-Levels*, que têm diferentes opções.

Então, não estamos falando de separação – é importante, Senador, reforçar isso – entre formação geral e as escolhas de aprofundamento. Nós estamos falando de um currículo integrado que vai permitir que o aluno desenvolva mais e melhor suas competências e habilidades, seja do ponto de vista acadêmico, seja do ponto de vista profissionalizante.

Por fim, e aí eu encerro, acho que há uma questão que aparece também em todos os lugares, que é a do ensino noturno. O ensino noturno hoje atende 23% dos alunos de ensino médio no Brasil. Ele está caindo a cada ano. No entanto, é verdade que muitos dos alunos que estão no ensino médio noturno são alunos que não trabalham. Já há levantamentos que mostram que a metade dos que estão no ensino médio noturno são alunos que trabalham de dia e estudam à noite. A outra metade está no noturno por falta de vagas. Isso não pode acontecer.

Quer dizer, é fundamental, primeiro, que os sistemas de ensino tenham condições de assegurar acesso diurno para todo jovem que não trabalha, e todo jovem que trabalha, a partir dos 16 anos... Pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, não podem trabalhar antes, e eu defendo isso; eles não devem fazê-lo. Então, esses jovens precisam ter a oportunidade de estudar à noite, se eles precisarem trabalhar de dia. Inclusive, nós sabemos que muitos jovens abandonaram o ensino médio com a crise econômica, nos últimos dois ou três anos, porque foram obrigados a conseguir um bico, alguma coisa, para complementar a renda familiar.

Então, para o ensino noturno, eu defendo duas coisas que não estão na medida provisória, mas que se devem discutir. Primeiro, que seja, cada vez mais, ofertado o ensino médio noturno para o jovem que trabalha de dia. E o jovem que não trabalha precisa ter assegurado o seu direito de acesso ao ensino médio diurno, que funciona melhor. O aluno que estuda de dia aprende mais, tem mais condições não só do ponto de vista físico, mas também do ponto de vista emocional. Ele está mais atento, menos cansado e, enfim, tem melhores condições de aprender.

Então, eu acho que isso a gente tem de garantir e, junto com isso, oferecer para os alunos mais velhos que estão no ensino médio noturno o EJA profissionalizante. Inclusive, no ano que vem, o Ministro vai anunciar um EJA profissionalizante para os alunos do ensino médio noturno, que será feito em parceria tanto com escolas da rede técnica federal, como com escolas do Sistema S. Eu acho que é muito importante isso, para que os jovens e adultos tenham melhores condições de frequentar um curso e de ter uma habilitação que vai melhorar a vida das pessoas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. PMDB - RJ) – Obrigado, Profª Maria Helena.

Agora, com a palavra o Sr. Isaac.

São cinco minutos, mas, com a flexibilidade que temos dado, para ouvirmos bem.

A SRª MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO (*Fora do microfone.*) – Eu peguei os pontos e respondi...

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. PMDB - RJ) – Não, a senhora fez muito bem. Tínhamos de ouvi-la até o final.

O SR. ISAAC ROITMAN – Não foram feitas perguntas específicas, mas eu gostaria de fazer alguns comentários sobre as intervenções.

Primeiro, sobre a intervenção da Profª Maria Helena, realmente não existe no Brasil e também em outros países uma institucionalidade na educação da primeira infância, provavelmente porque os conhecimentos da Neurociência são relativamente recentes. Mas insisto que precisamos começar a organizar isso.

Acho que a Profª Maria Helena apontou bem, temos de começar com duas dimensões. Uma delas é a da saúde. Temos um programa no Rio Grande do Sul, Primeira Infância Melhor (PIM), que atinge a criança em casa.

A SRª MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO (*Fora do microfone.*) – Está sendo lançado agora na-



cionalmente.

O SR. ISAAC ROITMAN – Está sendo lançado nacionalmente.

A PIM nos dá a dimensão da saúde. Mas temos de entrar também com o processo cognitivo, temos de aproveitar isso aí.

Também na intervenção da Profª Maria Helena, falamos da Escola da Ponte. Realmente, a Escola da Ponte é um protótipo, como temos outros protótipos no mundo e no Brasil também, como o Projeto Gente, na favela da Rocinha. Há essas comunidades de aprendizagem.

E há experiências em outros países. A Finlândia está tentando eliminar gradativamente as disciplinas e tem um ensino transversal. A experiência da Austrália o Deputado mencionou. Eu acho que é um plágio legítimo pegar boas experiências.

E temos de aprender a fazer escala. É um grande desafio.

Eu gostaria também de falar sobre a intervenção do Deputado Celso Jacob, a respeito da lentidão de a gente implantar essas modificações. Eu lembro aqui o documento dos pioneiros em educação, da Educação Nova, em 1932. Foram 26 intelectuais – Cecília Meireles, Fernando Azevedo, Anísio Teixeira e outros – que fizeram um manifesto da Educação Nova. Se a gente ler aquele manifesto – está acessível na internet –, parece que ele foi escrito na semana passada. O documento não só faz diagnóstico, como aponta soluções. Quer dizer, se tivéssemos ouvido esses pioneiros da educação, estaríamos numa situação completamente diferente, acho que na frente da Coreia, da Finlândia, da Austrália.

A SRª MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO (*Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. ISAAC ROITMAN – Eu acho que essa medida provisória, como eu falei, tem um ponto altamente positivo, que foi repetido aqui, de pôr a educação na pauta. Eu gostaria que, daqui a 50 anos, um estudante defendesse uma tese de doutorado e começasse a rever o que aconteceu em 2016 no Brasil. Ele diria assim: “Puxa, uma medida provisória foi a alavanca não só para modificar o ensino médio, mas também para tornar realidade aqueles conselhos e aquelas ideias do Manifesto de 1932.” Eu acho que a nossa geração – educador, político, gestor etc. – tem de estar envolvida nisso.

O Deputado Rogério Marinho, aqui presente, falou que nós não podemos partidizar a educação. Isso é importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ISAAC ROITMAN – Eu acho que não é assunto de partido, nem de ideologia, nem de direita, nem de esquerda. Aliás, os seres humanos deveriam ser classificados entre egoístas e altruístas. Aos poucos, deveríamos acabar com os egoístas, para que eles vissem o coletivo. Deveríamos transformar a grande maioria da espécie humana – não só de brasileiros, mas da espécie humana – em altruístas.

Eu queria dizer também da metáfora do rochedo contra o mar, de que os mariscos é que sofrem essa protelação. Nós precisamos agir. Nós sabemos que temos modelos. O diagnóstico é universal, de que não está bom e de que precisamos mudar.

Quero parabenizá-los pelas audiências desta Comissão Mista, permitindo-nos antever uma realidade completamente diferente, em que cada brasileiro tenha a oportunidade de se armar durante a sua educação para ser uma pessoa importante para o País e para alcançar a própria felicidade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Celso Jacob. PMDB - RJ) – Agradeço as palavras do nosso convidado, Sr. Isaac Roitman.

Passo, em seguida, a palavra para o Sr. Eduardo Rolim, também por cinco minutos, com a liberalidade de praxe.

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu queria fazer também algumas considerações finais, mesmo porque, como já foi dito, não houve perguntas específicas. Quero dizer para o Relator que nós entregamos, então, nossa contribuição. Espero que ele ainda possa aproveitá-la e tirar daí alguma coisa importante.

Várias questões que foram colocadas são importantes. Eu queria começar por essa fala do Deputado Rogério Marinho, quando ele diz que não deve haver partidização na escola. Eu posso lhe dizer que temos concordância com isso. O problema é que não podemos imaginar que retirar a partidização, a ideologia da escola, seja em si algo que vá necessariamente resolver os problemas. Precisamos ter uma escola crítica. Ela não pode ser tutelada por partidos, não pode ser tutelada por ideologias – isso é verdade –, porque ela tem de ser plural e respeitar a pluralidade da sociedade. Agora, não se pode abafar com isso a visão crítica da sociedade.

Por isso, nesse sentido, vou deixar bem claro que temos absoluta discordância no Proifes quanto a esses



projetos que têm aparecido, da dita Escola sem Partido. Nós entendemos que a escola tenha de ter todos os partidos, todas as visões, todas as ideologias, e não abafar a discussão.

Outra questão que acho importante é que foi dito pela Secretária e por vários outros Parlamentares que se posicionaram que o nosso ensino médio hoje não ensina nada, porque ele tem uma visão conteudista, fechada, academicista. Inclusive, vou usar o seu exemplo, Secretária, sobre a questão da química quântica e da física quântica. Quero dizer que não necessariamente vamos resolver o problema diminuindo a quantidade de tempo na Base Curricular Comum, criando as formações e os itinerários formativos diferenciados, visto que, se continuarmos com a mesma visão, nada vai mudar. Simplesmente, nós teremos menos tempo fazendo isso e, talvez, itinerários formativos que repitam isso dentro de áreas próprias específicas. Então, não resolveremos o problema assim.

Foi dito aqui da fórmula mágica, que não existe. Ela não existe. Precisaríamos, realmente, para resolver esta questão do ensino médio que não é capaz de formar por conta desses problemas, mudar a visão pedagógica, a visão de conteúdo que se ensina.

Eu já disse que sou professor de Química, e uma das coisas que nós discutimos há muito tempo, nos nossos encontros profissionais, é que é verdade que não precisamos ensinar química quântica no ensino médio. Não há nenhum sentido em fazer isso. Precisamos ensinar a química do cotidiano, a química que forma a pessoa para ela compreender as questões do mundo, mas isso não necessariamente leva à conclusão de que precisamos diminuir a formação geral em troca de uma formação mais específica, porque isso também, em si, não vai resolver o problema necessariamente.

A valorização dos professores é um tema que tem de ser colocado muito em questão aqui. Foi dito – e eu acho que todo Parlamentar, que a Casa concorda com isso – que precisamos valorizar os professores, mas nós precisamos fazer isso na prática. No meu Estado, o Rio Grande do Sul, os professores estão recebendo salários parcelados em quatro vezes; no Rio de Janeiro, idem. Assim, essa é uma questão que não é menor, porque não é fácil ser professor hoje – a Profª Maria Helena é professora, assim como eu –, numa situação em que as pessoas nem têm condição de ter o salário no mês para poderem pensar sua vida e, a partir daí, pensar como elas vão fazer para se especializar, estudar e fazer as coisas de um modo melhor.

Então, se não formos capazes de discutir essa reforma fundamental, como a sociedade brasileira vai financiar a educação, para que o Plano Nacional de Educação vire prática, vire realidade, e não apenas um papel que está lá colocado para, daqui a dez anos, nós o olharmos novo.... Sem que efetivamente coloquemos ali...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – ...os recursos necessários para a valorização profissional, sem isso nós não vamos resolver nem o ensino médio nem o ensino fundamental principalmente nas redes públicas.

Para concluir, eu queria dizer que a gente tem de tomar certo cuidado quando fazemos comparações do Brasil com outros países. Elas têm de ser feitas, e ninguém que não seja capaz de olhar o mundo lá fora vai poder ter condições de enxergar a sua realidade da melhor maneira. Eu também vivi fora do Brasil, fiz meu doutorado na Europa e conheço também outras realidades. Mas a gente não pode transpassar para cá, transferir para cá experiências de países que têm realidades que são muito diferentes, principalmente no que se refere à infraestrutura das escolas. Aí a comparação com a Austrália, com a Finlândia e com países desse nível tem de ser tomada também nisso.

Tratar simplesmente a questão da forma, do conteúdo, da maneira como se ensina no ensino médio, sem resolver o problema de que as escolas hoje estão imersas num mundo de violência, como eu já disse...

(Soa a campainha.)

O SR. EDUARDO ROLIM DE OLIVEIRA – ...estão imersas num mundo onde elas não têm ginásios, não têm salas de laboratório, não têm computadores, também não vai resolver o problema.

Então, a gente precisa levar em conta essas questões também. Eu faria disso a minha conclusão final, para dizer que, sim, eu acho que a medida provisória não é o método mais adequado. Quando abrimos mão de fazer com que o processo legislativo seja capaz de dar conta dos problemas, acho que nós todos temos de discutir o que está errado também com o processo legislativo. Convido os Parlamentares a fazerem esta reflexão: por que um projeto de lei ordinária não funciona para fazer as questões avançarem neste País?

Muito obrigado.

O Proifes está à disposição para continuar este debate. Ele não vai acabar agora. Só acho que não dá para pensarmos que, daqui a cinco anos, vamos fazer tudo de novo. A educação não pode ser pensada daqui a cinco anos, se muda – e, depois, são mais cinco anos, mais cinco anos –, porque isso não vai dar continuidade.



Uma geração inteira, talvez, perca um espaço importante de sua formação, e isso é irrecuperável no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rogério Marinho. PSDB - RN) – Agradeço ao nosso convidado Eduardo Rolim.

A condição de Presidente me dá o direito aqui a um minuto antes.

Há uma comissão na Câmara que discute justamente a instalação do projeto Escola Sem Partido. Temos uma divergência a respeito. Foi convidada uma série de pessoas. Vou até convidar o senhor para participar lá. A gente vai discutir esse tema no foro adequado.

Eu, particularmente, acho que, desde a formação dos professores alfabetizadores, há a hegemonia de um único pensamento na educação, o que tem atrapalhado muito a educação brasileira. Mas esse é outro tema que a gente vai discutir oportunamente. Vou, inclusive, pegar o nome de V. S^a, para convidá-lo a participar do debate lá.

Prof^a Maria Helena, em especial, e Prof. Isaac, há uma tese muito famosa dos antropólogos ligados à esquerda, a do relativismo cultural. E também há a tese de Nelson Rodrigues chamada “complexo de vira-lata”. Elas são antagônicas. Então, não temos de ter nenhum receio de buscar experiências em outros países do mundo, porque nós não somos nem devemos ser o que se chama de jabuticaba. É bom a gente copiar o que dá certo. E é bom a gente entender nossas limitações.

Então, dito isso, eu agradeço a presença dos nossos convidados.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião, antes convocando a próxima reunião para o dia 28/11, às 10h da manhã, neste mesmo plenário.

Está encerrada a sessão.

Agradeço a todos.

(Iniciada às 14 horas e 51 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 18 minutos.)



ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às dez horas e vinte e quatro minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, Pedro Chaves e Ana Amélia; e dos Deputados Maria do Rosário, Thiago Peixoto, Professora Dorinha Seabra Rezende e Josi Nunes. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a ausência dos convidados para Audiência Pública. A Presidência passa a palavra ao Relator, Senador Pedro Chaves, para suas considerações. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Deputada Maria do Rosário, Senadora Ana Amélia, Deputado Thiago Peixoto, Senadora Fátima Bezerra e Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende. A Presidência comunica a presença dos Estudantes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às onze horas e dezoito minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI LUCAS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 10ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Comunico que o Sr. Fernando Haddad, Prefeito de São Paulo e ex-Ministro da Educação, e o Sr. Renato Janine Ribeiro, ex-Ministro da Educação, enviaram justificativas de ausência.

No dia 22 de novembro, o Sr. Renato Janine mandou para a Comissão o seguinte *e-mail*: “Prezados, até o momento não recebi nada de vocês referente à resposta que enviei no dia 14.”

Ele mandou:

Prezada Coordenação,

Lamento, mas, no dia 28, já tenho um compromisso que me impede de participar do encontro.

A discussão é muito importante. Por isso mesmo, tinha alterado o compromisso para poder ir no dia marcado, mas o compromisso do dia 28 não tenho mais como transferir.

Atenciosamente,

Renato Janine Ribeiro,

Ex-Ministro da Educação e Prof. Titular de Ética e Filosofia Política da Universidade de São Paulo.

Da mesma forma, relativamente ao convite feito ao Sr. Fernando Haddad, recebemos o seguinte:

Agradecemos a gentileza do convite em referência, ao tempo em que informamos que, em razão de



agenda oficial do cargo, não será possível a presença do Sr. Prefeito nessa oportunidade.

Com os nossos cumprimentos,

Cerimonial do Gabinete do Prefeito

Edifício Matarazzo, São Paulo.

O Sr. Aloizio Mercadante, ex-Ministro da Educação, confirmou presença, mas até o momento não chegou.

No dia 18 de novembro, recebemos do Sr. Aloizio Mercadante: “Informo a V. Exª que a audiência pública agendada para o dia 29 de novembro de 2016, às 14h30...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ah, o primeiro:

Caro Deputado Federal Izalci Lucas,

Agradeço o convite para participar de audiência pública para debater a Medida Provisória nº 746.

Não poderei comparecer porque considero inaceitável essa tentativa de modificação da LDB por medida provisória. Isso nunca ocorreu em 20 anos da LDB.

Caso essa proposta legislativa venha a ser transformada em projeto de lei, teria interesse em participar.

Se essa Comissão tiver interesse em conhecer nossas iniciativas de reforma do ensino médio, como a Base Nacional Comum Curricular e as alterações legais que já estavam em andamento, sugiro a participação do Dr. Manuel Palácios, que era o Secretário Nacional de Educação Básica em nossa região.

Muito obrigado pelo convite honroso.

Isso foi no dia 18.

No dia 22, ele mandou outro:

Caro Deputado Izalci Lucas,

Estou confirmando minha participação.

Expressarei pessoalmente toda a minha profunda divergência com essa proposta de alterar a LDB por medida provisória, além de outras divergências de mérito. Será também a oportunidade para apresentar o caminho alternativo que estávamos construindo. Dessa forma, expressarei melhor meu respeito pelo Parlamento e pelos demais ministros que confirmaram a sua presença.

Atenciosamente,

Aloizio Mercadante.



No dia 22 de novembro, ele confirmou a participação dele na audiência, mas ainda não chegou.

Então, em função da ausência dos convidados.... Nós, evidentemente, agora de manhã não faremos a audiência pública, mas lembro que, à tarde, às 14h30min, está confirmada a audiência pública com o Ministro Mendonça Filho.

Antes de encerrar, indago se algum Parlamentar quer fazer alguma observação.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Maria do Rosário.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente, eu me dirijo a V. Exª e ao Relator com um veemente protesto que quero que seja registrado em ata.

Na semana passada, a Senadora Fátima Bezerra, a Deputada Dorinha, a Senadora Lídice da Mata e eu fizemos a observação a V. Exª de que a segunda-feira pela manhã não era o momento mais adequado, tendo em vista os trâmites e a atuação legislativa, para uma audiência tão importante quanto essa. Lamentavelmente, V. Exª optou pelo caminho do não diálogo. V. Exª não acatou a sugestão que fizemos, de remarcar.

Eu mesma fiz contato com o ex-Ministro Fernando Haddad, atual Prefeito de São Paulo, e o responsável pela organização de sua agenda disse que desde o início havia informado a dificuldade de ser na segunda-feira pela manhã, dados os seus compromissos.

Não encaminhada a solicitação feita no Plenário, colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, a Presidência da Mesa também não tomou a atitude devida de nos avisar. Talvez fosse adequado avisar na sexta-feira que não havia a confirmação de dois dos convidados.

Prezado Deputado Izalci, talvez V. Exª não consiga compreender que a atuação parlamentar fora da vida de Brasília também é extremamente relevante. Não por acaso o Parlamento brasileiro se organiza a partir de dispositivos federativos que nos mantêm muitas vezes nos Estados, em atividades que não são secundárias na vivência parlamentar.

V. Exª disse que, se priorizássemos esse debate, estaríamos aqui. Pois bem, ainda que tenha, assim como a Senadora Fátima, levantado as dificuldades não apenas da nossa presença, mas dos próprios convidados, nós aqui estamos, pela prioridade. Mas quero deixar registrado – não sei se os colegas concordam ou não – que a atividade no Estado não deixa de ser prioritária. Sobretudo eu me inscrevi para isso, porque depois, saindo deste ambiente, Senadora Ana Amélia, podemos até discordar em muitas coisas, mas, indo para o Rio Grande do Sul, eu percebi que essa observação, em alguma medida, havia sido feita num tom – talvez V. Exª não tivesse a intenção – preconceituoso.

Certamente eu priorizo estar aqui quando é necessário, mas quando estou no meu Estado eu estou a trabalho, assim como os colegas que não estão aqui. Não é porque não priorizem, mas porque estão a trabalho. E, se V. Exª tivesse, como Presidente, realizado as suas atribuições e avisado na sexta-feira que os convidados não haviam confirmado, pelo menos que dois convidados não haviam confirmado, eu poderia ter mantido as minhas agendas de trabalho. É atribuição da presidência organizar os trabalhos.

Então eu lhe faço, de forma fraterna... Como V. Exª é daqui do Distrito Federal e tem o benefício de não precisar se deslocar a cada semana ao seu Estado para estar em contato com aqueles que representa mais diretamente, talvez não perceba o que é, para cada um dos Parlamentares, homens e mulheres, chegar à capital dos seus Estados e se dirigir para o interior com trabalhos relevantes. Eu fiz questão de hoje estar aqui para o debate, não sabia que não estariam. Mas faço questão também de lhe dizer isto: o que não se faz aqui, e se faz no Estado, é igualmente relevante para o que aqui se realiza. Por isso vim, como prioridade, mas deixei outras prioridades. E lamento não ter sido avisada na sexta-feira de que não havia a confirmação. Não fosse isso, eu cumpriria aquilo que considerava no momento a prioridade no meu Estado.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Pela ordem, Presidente. Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Ana.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Presidente Izalci Lucas, caro Relator, Senador Pedro Chaves, com todo respeito à Deputada Maria do Rosário, quero dizer o seguinte.

Eu presido uma comissão temática do Senado Federal, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Não é possível – seria até uma desconsideração a um presidente que tenha marcado uma audiência pública de qualquer natureza e que o tenha feito considerando que havia a confirmação de um convidado, de um ex-Ministro importante – esperar que se avise aos demais Parlamentares sobre a presença de apenas um convidado. A agenda tem de ser executada, até para dizer que a Comissão recebeu uma desfeita – vamos até considerar assim – ou mesmo justificativas razoáveis dos demais convidados – justificativas razoáveis, faço



questão de dizer – para não estarem presentes à Comissão.

Havia a confirmação da presença do ex-Ministro Aloizio Mercadante, ex-Senador da República – ex-Senador da República! Ele entendeu, numa segunda mensagem, que ele, como ex-Senador, estaria cometendo uma, digamos, desatenção – para dizer o mínimo – com a Casa que ele muito bem representou. Confirmou sua vinda depois de ter dito que não viria, e até deu explicações – que divergia da tese; porque o Ministério tinha outro plano; porque ele não concorda com medida provisória, prefere um projeto de lei.

Com todo respeito a todas as posições do Ministro, eu quero, como presidente de uma comissão, dizer que não é possível a presidência, mesmo de uma comissão mista para analisar uma medida provisória, que tem a rigor a mesma natureza de uma comissão temática da Casa, seja aqui ou da Câmara Federal...

E penso que agendas são feitas para serem cumpridas. Nós temos que fazer escolhas. Eu estou aqui com uma série de agendas que conflitam com outras questões que eu tenho, algumas até muito honrosas, como receber um título de uma instituição importante, o Ministério Público, mas eu tenho que fazer escolhas, e elas são dramáticas sempre. E eu imagino a dificuldade de um presidente. Segunda, ou terça, ou quarta, ou quinta, nós temos que trabalhar, simplesmente isso, e temos que fazer escolhas.

Então, é muito difícil também para mim deixar de fazer coisas no meu Estado, o Rio Grande do Sul, o mesmo Estado da Deputada Maria do Rosário, e estar aqui também hoje. Vim ontem, domingo, para comparecer a esta reunião.

Então, eu penso que essas questões não podem ser levadas além daquilo que elas realmente são, do ponto de vista protocolar, do ponto de vista regimental e do ponto de vista das nossas escolhas. Não podemos imaginar que a agenda possa ser sempre feita conforme o nosso interesse. Fazer aqui ou fazer em Porto Alegre? O valor é o mesmo, o valor da responsabilidade é o mesmo, mas não podemos nos colocar.... Não temos a capacidade da bilocação, então temos que fazer escolhas, e é por isso que eu estou aqui presente, esperando o depoimento do ex-Ministro Aloizio Mercadante.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Antes de passar para o próximo inscrito, o Deputado Thiago Peixoto, eu quero fazer dois esclarecimentos.

Primeiro, desde o início eu disse aqui que o ex-Ministro Janine não viria, e isso foi comunicado não só em uma, mas em duas oportunidades. E disse também – nós não fechamos questão na última reunião, na quarta – que não havia ainda a confirmação dos Ministros, principalmente do Ministro Mendonça. E fizemos, na quinta, audiência pública. Na quinta-feira comuniquei, então, que o Ministro Mendonça Filho não poderia vir, já tinha uma agenda marcada e não poderia transferir para terça, tendo em vista que o ex-Ministro Janine já tinha anunciado – e eu comuniquei diversas vezes – que não viria. Então, eu comuniquei, na quinta mesmo, que haveria esta audiência hoje, tendo em vista a questão das agendas dos Ministros.

E havia já a confirmação do Ministro Mercadante, como a Senadora Ana Amélia muito bem colocou. Então, viemos para esta... O próprio Relator também...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ontem, também. E não é por ser de Brasília que eu fiz isso na segunda. Desde o início nós dissemos que, se fosse necessário, nós faríamos reunião de segunda-feira a sexta-feira.

O próximo inscrito é o Deputado Thiago Peixoto.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Presidente, eu tenho repetido aqui, em todas as audiências, que eu entendo que essa mudança, essa reforma é a principal reforma que o País pode fazer, dentre todas as outras. E fico surpreso diante do fato de três ex-Ministros não entenderem a importância disso e não virem aqui participar desta discussão.

Eu fui Secretário de Educação em Goiás, nos períodos em que eram Ministros o Ministro Mercadante e o Ministro Haddad. Testemunhei, diversas vezes, eles defenderem mudanças no ensino médio de forma ágil, de forma rápida. E, quando se propõe fazer isso, eles não comparecem nem para discutir. Eu acho que isso demonstra um desprezo muito grande pelo Parlamento, pelo Congresso, em especial o Ministro Mercadante, que confirmou sua presença, mas não chegou até agora. Pela carta do Ministro Mercadante, que o senhor leu, ele critica o fato de essas mudanças acontecerem por medida provisória. Fico surpreso também, porque ele, quando Ministro, defendeu programas importantes e enviou para esta Casa alterações e criações de programas importantes via medida provisória, como, por exemplo, o Plano Nacional de Alfabetização.

É só para registrar, então, que, como ex-Ministros, como homens públicos, eles deveriam estar aqui discutindo aquilo que é a principal reforma no nosso País, que é a reforma do ensino médio, uma reforma educacional.

Obrigado, Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, esta Comissão tem 52 membros, entre titulares e suplentes. Quantos somos aqui hoje?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Temos cinco Parlamentares presentes. Eu queria só colocar o seguinte, Sr. Presidente...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Com a Mesa, claro, perfeito. É bem representativa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não muito diferente das outras.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – É, eu sei, mas está bem representativo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Na verdade, o que eu quero fazer aqui, Sr. Presidente, primeiro, é repelir qualquer insinuação com relação aos ex-Ministros. Desculpem-me, mas isso é um desrespeito. Foram muitos os apelos que nós fizemos aqui para que essas audiências não acontecessem em segundas-feiras, não só com os ex-Ministros, mas com a presença também do Ministro.

Não, a Mesa fez isso de propósito, o Presidente fez isso de propósito. Desculpe-me, mas eu tenho que dizer a V. Exª: o senhor fez isso de propósito, com marcações, com desmarcações, sem conversar com os autores da proposta de trazer aqui os ex-Ministros. Deputado Izalci, com todo respeito, foram muitos os apelos que fizemos a V. Exª!

Não quero desconsiderar a presença dos demais convidados que passaram por esta Comissão, mas, seguramente, a audiência pública com a presença dos ex-Ministros e do atual Ministro seria uma das audiências públicas mais importantes. Afinal de contas, tratava-se da presença daqueles que estiveram até recentemente à frente da pasta e do Ministro que agora a dirige. Por isso mesmo, nós fizemos o apelo para que essa audiência não fosse realizada na segunda-feira, esvaziada, um dia em que tanto a Câmara quanto o Senado não têm atividades deliberativas.

E não venham aqui com essa demagogia de dizer que é obrigação de todo e qualquer Parlamentar estar aqui. Não venham com essa demagogia! Na verdade, do que se tratava era...

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – A senhora poderia ter mais respeito com seus colegas, Senadora Fátima Bezerra. Eu estou aqui trabalhando. Não faço demagogia e não aceito...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu estou com a palavra.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Não aceito ser chamada de demagoga. Não aceito!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu não concedi aparte a V. Exª.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – A senhora desrespeita e tem que ouvir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Eu não concedi aparte a V. Exª

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Não precisa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Por favor.

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – A Casa é democrática.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Por favor, a senhora me respeite. Eu estou com a palavra.

Volto a repetir: é demagogia sim, é demagogia sim. Neste caso específico, é demagogia, dizer que antes de mais nada é obrigação de todo e qualquer Parlamentar estar aqui. É demagogia por quê? Volto aqui a colocar a importância desse debate, considerando a presença dos ex-Ministros e do atual Ministro. Por isso mesmo, esse debate, conforme havíamos apelado, deveria se dar, Senador Pedro Chaves, em uma data mais adequada, como nós colocamos, na terça ou até na quarta-feira, para que pudesse ter uma audiência maior – repito –, pela relevância que tem esse debate.

Por isso, eu volto a colocar: lamento que a Mesa, que a Presidência desta Comissão tenha desconsiderado todos os apelos que foram feitos. Inclusive, não foram feitos só por mim e pela Deputada Maria do Rosário: a Senadora Lídice da Mata e outros Parlamentares ponderaram também que o debate poderia acontecer na terça-feira ou na quarta-feira.

Enfim, Sr. Presidente, infelizmente, essa postura do senhor faz parte da lógica de um governo que resolve tratar de um assunto dessa envergadura via medida provisória. É aquilo que já tem recebido nossa crítica: tratar via medida provisória. Nós consideramos que não é o instrumento adequado não só do ponto de vista do método, exatamente pelo caráter impositivo que ela tem – o que está acontecendo aqui hoje é um exemplo disso –, mas também pelo caráter restritivo: dois meses prorrogáveis por mais dois meses.



Nós estamos assistindo aqui, simplesmente, neste exato momento, a um governo que não tem nenhum apreço pelo diálogo, um governo que não se preocupa, de maneira alguma, em construir consensos. Se este Governo tivesse um mínimo de sensatez e de sensibilidade para, em vez de aumentar os dissensos, construir os consensos, não estaria acontecendo isso hoje; não estaria acontecendo, por exemplo, o que está sendo anunciado: querem apresentar um relatório amanhã e já votá-lo na quarta-feira, até o dia 13 de dezembro. Por que essa pressa? Eles têm medo de quê? O Governo tem medo do debate? A medida provisória, legalmente, se estende até o dia 23 de março. Estamos vendo o País inteiro, os estudantes mobilizados, por quê? Porque eles se consideram excluídos desse debate. E não me venham dizer que ouvir os estudantes é trazê-los aqui uma única vez a uma audiência pública, quando a UNE e a Ubes é que tiveram... O que é isso? Este não é um tema qualquer de maneira nenhuma, não é uma ação, não é um programa! Isso é uma reforma, uma etapa importantíssima da vida de milhões e milhões de estudantes e, a nosso ver, não se justificaria jamais, repito, tratar isso via medida provisória – mas não porque a medida provisória não seja um instrumento legal da Constituição.

Mais uma vez quero aqui dizer que não me venham mais com esta narrativa: “Ah, o governo anterior fez várias medidas provisórias na educação.” Fez, mas não fez nenhuma que tivesse a relevância de uma reforma via medida provisória. “Ah, mas a Presidenta Dilma, na campanha, veiculou um vídeo em que ela dizia da importância da reforma do ensino médio e tratava, inclusive, da questão da mudança curricular.” Sim, mas, em nenhum momento, a Presidenta Dilma mandou ao Congresso Nacional uma proposta para tratar da reforma do ensino médio via medida provisória – sem contar que nós nem sempre concordamos exatamente com tudo o que o governo defendia. Mas o mais relevante aqui é dizer que, em nenhum momento, ela mandou esse tema da reforma do ensino médio para cá via medida provisória; pelo contrário, o que tivemos naquele período foi um debate democrático em torno de uma das agendas mais importantes para a educação brasileira, que era o Plano Nacional da Educação, que já trata, inclusive, do chamado ensino médio.

Na verdade, o que está acontecendo aqui hoje só se explica por conta da ruptura democrática que este País tem vivenciado.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – V. Exª me permite um aparte?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Concedo.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu vou pedir no formato de aparte...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Só para explicar a V. Exª que não existe aparte. Pelo Regimento, V. Exª pode se inscrever novamente. Não há nenhum problema.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – V. Exª vai me conceder a palavra novamente?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Com o maior prazer do mundo.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Como a Mesa, muitas vezes, tem...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª sabe do apreço que tenho por V. Exª, pelo conteúdo que V. Exª tem...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Se V. Exª se compromete, está bem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não há nenhuma dificuldade para reinscrever V. Exª. Eu só gostaria de obedecer a ordem para que outros Parlamentares também tivessem oportunidade.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Não há problema. Eu aguardo. Achei que V. Exª não fosse me passar a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Próximo...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – O senhor me devolva a palavra para eu concluir, Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Então, conclua, por favor, porque temos outros inscritos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pois não, com certeza.

Quero só reforçar a nossa indignação. Lamento, volto a dizer, que tenha faltado sensibilidade à Mesa, não por não atender o meu pedido ou o da Deputada Maria do Rosário, mas por não ter atendido a ponderação feita naquele dia pela maioria dos Parlamentares que aqui estavam e ter transferido esse debate para terça-feira.

Quem ganharia com isso? Ganharia o Congresso Nacional, porque o debate seria realizado nas condições adequadas, com uma boa participação etc.

No mais, infelizmente, Sr. Presidente, o que está acontecendo aqui, repito, é fruto de todo esse momento de ruptura democrática, do afastamento de um mandato presidencial nas circunstâncias em que se deu, sem existência de comprovação de crime de responsabilidade. Enfim, isso é fruto, infelizmente, de um governo sem voto, de um Ministro que teve voto para ser Parlamentar, como ele é, mas que não teve voto para estar à frente da pasta da educação. É isso que explica.



(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, é verdade. É isso que explica sim, é isso que explica sim. É isso que explica tamanho desrespeito. É isso que explica tamanho insulto. É isso que explica querer enfiar, goela abaixo, não um programa, mas uma reforma do ensino médio, tão questionável, não só pelo fato de ter chegado aqui via medida provisória, mas tão questionável também do ponto de vista do seu conteúdo, até porque o Brasil inteiro sabe: o problema do ensino médio não é currículo, o problema do ensino médio, vamos combinar, é estrutural. Antes fosse currículo, mas não é. O problema é estrutural: desde o ambiente físico das escolas à valorização do professor, à questão da democracia nas escolas etc. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – As considerações de V. Exª serão anotadas na ata, mas quero também manifestar aqui minha indignação pelo fato de um Ministro confirmar presença e...
Ligou agora? Está vindo? Alguma coisa? Ou definitivamente não vem?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Então, Professora Dorinha, por favor, V. Exª.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Bom dia a todos.

Eu queria, na verdade, Presidente, fazer uma observação sobre os termos operacionais.

Eu fui uma das que ponderei que, se fosse possível... O Relator também colocou que, se fosse necessário, possível, faria a mudança para terça-feira, quando poderíamos ter maior público – ainda que isso nunca tenha garantido muita coisa aqui nesta Casa. O relatório do PL do ensino médio foi votado numa sala em que estavam o Presidente Reginaldo, o Relator Wilson Filho e eu. Ninguém apareceu na Casa nem para votar o relatório de um projeto tão importante.

Não estou fazendo de conta. Estou participando desse trabalho do ensino médio, fui secretária quase dez anos, sei da situação. Esse projeto está longe de ser só currículo, quem o lê sabe disso, é uma proposta que mexe em estrutura. Eu particularmente até deixaria a parte de currículo, que vai ser muito mais detalhada e organizada no Conselho Nacional, através da Base Nacional. O que aqui se procura é dar desenhos possíveis para a estrutura de escola.

Eu queria também colocar que sinto muito, mas é uma falta de respeito sim. Se eu confirmo, até num aniversário de boneca, que eu vou, eu tenho que ir ou desmarcar. Eu penso dessa forma. E essa audiência está longe de ser aniversário de boneca, é um compromisso extremamente importante, principalmente pela história que tem.

Quero lembrar que o PL da reforma do ensino médio nasceu... E o Ministro Mercadante teve oportunidade de, inclusive, levar a voto, poderia ter sido votado. A Senadora repete que foi o PNE que atrapalhou. Não é verdade. O PNE foi homologado pela...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não atrapalhou não, Deputada.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – No sentido de prazo. A senhora falou já duas vezes. Eu gostaria agora também.... Não estou dando aparte, gostaria de terminar.

Em julho, a Presidente Dilma homologou o PNE, que finalizou em dezembro, quando foi votada a reforma do ensino médio. Ou seja, seis meses depois estava pronto. E ficou um ano inteiro pronto para ser votado no plenário da Câmara, com o desenho de todo mundo que podia contribuir. Eu não consigo entender por que medida provisória vindo de um lado pode e, de outro, não pode.

Eu, particularmente, já disse várias vezes que preferia ter votado o PL em que trabalhei, óbvio, porque tive de maneira muito clara.... Eu, o Deputado Reginaldo, o Deputado Wilson Filho... O Sr. Presidente também participou da Comissão. Depois, nós seguimos, com várias e várias reuniões com o Consed e outros representantes, para finalizar um texto. Obviamente, eu preferia que esse meu trabalho tivesse chegado ao final em 2015 ainda, até porque eu me incomodo muito com a proposta da medida provisória de aguardar dois anos depois de aprovada a Base. Acho que há algumas situações de urgência e temos condição de ganhar tempo, porque são três anos do ensino médio. Quanto mais adiamos, pior fica em relação à questão da organização do ensino médio.

Eu queria, em termos operacionais, saber se, do ponto de vista.... Eu desmonto essa questão de medida provisória. Não há medida provisória do bem ou do mal. Há medidas provisórias que podem ter efeito para o bem ou para o mal. Não acho que vivamos o maniqueísmo do bem e do mal não.

Este caso da medida provisória do ensino médio guarda semelhança, as pessoas gostando ou não, em mais de 90%, com o texto que foi finalizado na Câmara. Tive oportunidade, Sr. Relator, de dizer ao Ministro da Educação, na semana passada, o que vem sendo conversado, dizer das contribuições que temos recebido de pessoas extremamente interessadas em aprimorar o projeto. Muitos mais não estiveram durante o PL porque a participação foi reduzida – não por falta de chamamento, foram vários convites para várias entidades. Mas



entendo que pode ser aprimorado bastante.

Eu brinquei, na semana passada, com...

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ...o Presidente Deschamps. Todo mundo fala que nós precisamos de mais tempo para melhorar isso ou aquilo. Entendo que toda legislação estará sempre aberta ao aprimoramento e à melhoria. Eu não pretendo morrer agora, continuo. Acho que todos os Parlamentares estão envolvidos. Nós vamos continuar trabalhando com o tema.

Entendo que existe, sim, condição de finalizar. Não estou dizendo que deve ser votado esta semana, não tenho essa prerrogativa como Relatora ou Presidente. Estou aqui, e estive em todas as audiências, para acompanhar. E acredito que é muito importante, após conhecer o relatório do nosso Relator, debater, ouvir as entidades e as representações, e levar esse texto a voto na Câmara e no próprio Senado, onde ainda podem, inclusive, ser feitas alterações, supressões – todos nós conhecemos o processo.

Não existe dia mais ou menos importante, existe mais ou menos importância que nós damos aos temas. E o ensino médio é muito importante, sim. Por isso fiz questão de participar, independentemente de outras participações. Eu tenho que fazer a minha parte e estar aqui presente para o debate.

Gostaria de saber se vamos esperar o Ministro Mercadante. Gostaria de saber se ele deu algum tipo de informação, satisfação. Precisamos cuidar do nosso trabalho.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Ele já deu a informação. O Presidente aqui já colocou...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, ele já comunicou a V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – Ele deu informação de que viria...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, ele já comunicou a V. Exª que não virá, assim como o ex-Ministro Fernando Haddad e o ex-Ministro Janine.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Acho que V. Exª não estava aqui, mas vou repetir. Ele mandou um e-mail no dia 18 e, depois, mandou outro no dia 22: “Caro Deputado Izalci Lucas, estou confirmando minha participação.”

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Hoje é dia 28, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Isso é do dia 22, o último.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – O último é do dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Estou lendo isso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – “Estou confirmando a minha participação.”

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, estou só colocando que ele está lendo o do dia 22. Ele confirmou que não virá ao debate hoje.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Onde? Não recebi nenhuma informação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Em face de todas essas circunstâncias que já foram aqui mencionadas.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não recebi nenhuma comunicação.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) –

Estou confirmando a minha participação. Dessa forma, expressarei pessoalmente minha profunda divergência com essa proposta de alterar a LDB por medida provisória, além de outras divergências de mérito. Será também uma oportunidade para apresentar o caminho alternativo que estávamos construindo. Dessa forma, expressarei melhor meu respeito pelo Parlamento e pelos demais Ministros que confirmaram sua presença.

Atenciosamente, Aloizio Mercadante.

Esse foi o último comunicado que recebi.

Na abertura: “O Sr. Aloizio Mercadante, ex-Ministro da Educação, confirmou presença, mas até o mo-



mento não chegou.”

Foi o que eu li até agora.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – O senhor leu o do dia 22.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Sim.

Eu vou passar a palavra para a Deputada Maria do Rosário e, depois, para o Relator. Antes, porém, quero aqui fazer um esclarecimento.

Nós aprovamos nesta Comissão todos os requerimentos, inclusive esse do Ministro, que foi requerimento oral. Foram aprovados 30 requerimentos: 53 instituições, pessoas que foram aprovadas para fazerem o debate. Isso aconteceu em todas as audiências. Fizemos isso na terça, na quarta, na quinta e completamos.... Vamos completar agora à tarde, às 14h30min, com a presença do Ministro Mendonça Filho, que já tinha confirmado, e continua confirmado, às 14h30min.

Encerrado esse prazo, o Relator apresentará o seu relatório amanhã. Agora, quem vai votar.... Não é nem o Relator nem o Presidente. Se os Parlamentares se sentirem à vontade para votar, nós votaremos; se não, quem vai decidir é o Plenário. Esse é o funcionamento da Casa.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Ou seja, a Presidência, então, insiste em votar essa medida provisória agora?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A Presidência insiste para que, o mais rápido possível, se distribua o relatório para que as pessoas possam lê-lo e, se ainda tiverem alguma colaboração, que as apresentem. Agora, a votação.... Quem vai decidir é o Plenário, não sou eu.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não, mas nós havíamos já apresentado à Presidência e ao Relator – os próprios secretários estaduais de educação estão respaldando esse apelo – o apelo para deixarmos a votação do relatório para depois do recesso. Uma coisa é o Senador Pedro Chaves apresentar o relatório dele, mas que deixemos a votação para após o recesso...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – ... com a disposição de quem tem compromisso realmente com a causa da educação. Portanto, trata-se de deixar a votação da medida provisória para depois do recesso, com o intuito, Senador Pedro Chaves, de avançarmos na perspectiva de construir consensos. Esse apelo tem sido feito, mas, evidentemente, isso depende, e muito, de uma posição tanto da Presidência como do Relator.

Repito: deixar a votação do relatório, tanto na Comissão como, obviamente, no Plenário, para depois do recesso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Como nós, tanto eu como o Relator, somos democráticos, não seremos nós que vamos decidir; quem vai decidir é o Plenário. Se aqui tomarem a decisão de jogar isso para frente.... Não somos nós que vamos decidir isso.

Concedo a palavra à Deputada Maria do Rosário e, em seguida, ao nosso Relator.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Obrigada.

Presidente e Relator, quero dividir este meu pronunciamento – não quero que seja longo – em duas etapas. Na primeira, peço licença para ler a nota da CNBB sobre a reforma do ensino médio – MP 746.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Foi lido aqui, talvez V. Exª não estivesse na hora, mas a Senadora Fátima Bezerra leu a nota.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Mas faço questão, Sr. Presidente, usando meu tempo de inscrição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Então V. Exª tem o tempo regimental.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Obrigada.

Nota da CNBB sobre a reforma do ensino médio, MP 746/2016.

“A fim de que os estudantes tenham esperança!”

(Papa Francisco, 14 de março de 2015)

O Conselho Episcopal Pastoral (CONSEP), da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil CNBB, reunido em Brasília-DF, nos dias 22 e 23...



Peço a V. Exª que desconte do meu tempo as interrupções, meu microfone fica sendo desligado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF. *Fora do microfone.*) – O tempo de V. Exª está correndo.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Obrigada, só não desligue meu microfone, por favor, para que eu possa ler a nota da CNBB.

Continuando,

...manifesta inquietação face a Medida Provisória 746/16 que trata da reforma do Ensino Médio, em tramitação no Congresso Nacional.

Segundo o poder executivo, a MP 746/16 é uma proposta para a superação das reconhecidas fragilidades do Ensino Médio brasileiro. Sabe-se que o modelo atual não prepara os estudantes para os desafios da contemporaneidade. Assim, são louváveis iniciativas que busquem refletir, debater e aprimorar essa realidade.

Contudo, assim como outras propostas recentes, também essa sofre os limites de uma busca apresada de solução. Questão tão nobre quanto a Educação não pode se limitar à reforma do Ensino Médio. Antes, requer amplo debate com a sociedade organizada, particularmente com o mundo da educação. É a melhor forma de legitimação para medidas tão fundamentais.

Toda a vez que um processo dessa grandeza ignora a sociedade civil como interlocutora, ele se desqualifica. É inadequado e abusivo que esse assunto seja tratado através de uma Medida Provisória.

A educação deve formar integralmente o ser humano. O foco das escolas não pode estar apenas em um saber tecnológico e instrumental. Há que se contemplar igualmente as dimensões ética, estética, religiosa, política e social. A escola é um dos ambientes educativos no qual se cresce e se aprende a viver. Ela não amplia apenas a dimensão intelectual, mas todas as dimensões do ser humano, na busca do sentido da vida. Afinal, que tipo de homem e de mulher essa Medida Provisória vislumbra?

Em um contexto de crise ética como o atual, é um contrassenso propor uma medida que intenta preparar para o mercado e não para a cidadania. Dizer que disciplinas como filosofia, sociologia, educação física, artes e música são opcionais na formação do ser humano é apostar em um modelo formativo tecnicista que favorece a lógica do mercado e não o desenvolvimento integral da pessoa e da sociedade.

Quando a sociedade não é ouvida ela se faz ouvir. No caso da MP 746/16, os estudantes reclamaram seu protagonismo. Os professores, já penalizados por baixos salários, também foram ignorados. Estes são sinais claros da surdez social das instâncias competentes.

Conclamamos a sociedade, particularmente os estudantes e suas famílias, a não se deixar vencer pelo clima de apatia e resignação. É fundamental a participação popular pacífica na busca de soluções, sempre respeitando a pessoa e o patrimônio público.

A falta de criticidade com relação a essa questão trará sérias consequências para a vida democrática da sociedade.

Nossa Senhora Aparecida, Padroeira do Brasil, interceda por nós.

Brasília, 23 de novembro de 2016.

Assinam: o Arcebispo de São Salvador, Bahia, Presidente da CNBB, Dom Murilo Krieger; o Bispo de Ipa-meri, da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz, Dom Guilherme Werlang; e Dom Leonardo Ulrich Steiner, Bispo Auxiliar de Brasília, Secretário-Geral da CNBB.



Senhores e senhoras, em que pese este plenário ter ficado vazio no momento em que li a nota – agradeço a presença da Deputada Dorinha aqui conosco –, refiro que estamos recebendo apelos de diferentes lugares e sublinho o que foi dito aqui pela mesma Deputada Dorinha, que volto a elogiar como educadora: nós estamos tratando de uma medida provisória cujos efeitos dependerão da definição da Base Nacional Curricular Comum, apenas dois anos após a definição da Base, que ainda se encontra em debate.

Então, por que V. Ex^{as} querem atropelar os prazos e colocar em votação essa medida amanhã? Por que V. Ex^{as} não quiseram que os Ministros viessem? Por quê? Eu mesma fiz contato para convidá-los quando fiz o requerimento, que, aliás, entreguei por escrito, de convite ao ex-Ministro Haddad, com quem fiz contato novamente. Ele disse que teria dificuldades na segunda-feira. Já havia dito a esta Comissão. Por que, se dois haviam dito que tinham dificuldades, isso não foi remarcado? Para cumprir um prazo que V. Ex^{as} se colocaram? Mas esse não é o prazo do Brasil. Esse é o prazo que V. Ex^{as} se colocaram. O prazo legal é março, e o prazo do Brasil é o do debate com a sociedade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Então, faço o meu mais veemente protesto diante dessa manobra que aqui...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço as colocações de V. Ex^a.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves, Relator.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, depois eu gostaria de pedir a palavra novamente a V. Ex^a.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Senadora Fátima Bezerra, eu vou lhe conceder cinco minutos. Está bom? *(Risos.)*

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Senador Pedro Chaves, Deputado Izalci, é apenas para colocar que o Ministro Mercadante falou comigo agora, Deputada Maria do Rosário, prestando os seguintes esclarecimentos: a assessora Carolina falou com o Thiago, aqui da Comissão, na sexta-feira, dizendo que, segundo o que foi informado ao Ministro Mercadante, ou seja, que não seria um debate com o Ministro, mas uma audiência pública separada – pela manhã com os ex-Ministros e, pela tarde, como está previsto, uma audiência com o Ministro da Educação –, então, ainda na sexta-feira, a Carolina já informava à assessoria desta Comissão que o Ministro não viria.

(Intervenção fora do microfone.)

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Não viria para participar, porque ele, o Ministro Mercadante, queria estar aqui presente no debate com o Ministro da Educação, que foi o que nós havíamos idealizado desde o início. Não seriam audiências separadas; seria um debate mesmo, entre o Ministro atual e os ex-Ministros.

Era, portanto, apenas para fazer esse esclarecimento e reforçar aquilo que eu já disse: lamento profundamente o que está acontecendo aqui hoje, porque se deveu a um encaminhamento equivocado da Presidência.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Isso não se justificava de maneira alguma, repito, porque era uma audiência de grande importância, com a presença dos ex-Ministros e com a presença do Ministro da Educação. Primeiro, vocês mudaram a metodologia, uma sinalização clara de quem não quer debate. Se quisessem debate, era para estar aqui o Ministro atual com o ex-Ministro – a primeira coisa é isso –, o que seria muito bom. Isso seria muito bom, mas muito bom mesmo! Quem teria a ganhar seria esta Comissão, quem teria a ganhar seria o Brasil, que poderia acompanhar essa discussão, esse debate de alto nível. Primeiro, não quiseram o debate quando usaram uma metodologia para transformar o que seria um debate em uma mera audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Vou concluir. Tenho direito a cinco minutos, mas tudo bem!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Certo! Está correto.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Segundo, resolveram manter a realização desta audiência numa segunda-feira, mesmo com todos os apelos que foram feitos.

Então, é lamentável isso. Isso é lamentável! Lamento isso profundamente, porque esse é um ato de desrespeito com os estudantes, com os professores. Esse é um desrespeito com o Brasil, porque não estamos aqui tratando de um tema qualquer, de forma alguma.

Quero, por fim, registrar a presença aqui dos professores e dos estudantes do Colégio Pedro II, do Rio de Janeiro.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Sejam bem-vindos à Casa.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Quero parabenizar o Pedro II. (*Palmas.*)

Ao parabenizar o Pedro II, quero parabenizar os institutos federais de educação profissional, as escolas de aplicação de todo o País, pelo compromisso, pela lição que vocês têm dado, neste exato momento, de luta em defesa da educação. Estão lutando bravamente contra a PEC 55 e contra essa medida provisória que trata da reforma do ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado. Farei o registro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Quero registrar também a presença da Andes e das demais entidades.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k.

Sejam bem-vindos todos aqui!

Antes de passar a palavra ao Relator, em respeito à Profª Dorinha, aqui presente, só quero dizer que obtive a informação de que uma ex-assessora do Ministro Mercadante passou um WhatsApp para um servidor da Casa, da Comissão, dizendo que o Ministro, possivelmente, não viria. Mas isso não é nada oficial. O que temos recebido aqui como oficial é um *e-mail* ou um telefonema para um membro da Comissão. Como eu li aqui os requerimentos... O que chegou aqui foi um WhatsApp de uma ex-assessora, e até não sei se ela tem legitimidade para cancelar ou marcar alguma reunião. Infelizmente, foi o que recebi.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Ela a tem. O nome dela é Carolina.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Sim! Veio pelo WhatsApp.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Ela mandou o recado do ex-Ministro Aloizio Mercadante. Ela falou em nome do Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k. Era só para registrar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Quero só registrar para V. Exª que ela, inclusive, é da Casa, é dos quadros de carreira do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Aqui do Senado?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – E responde ainda pelo Ministro?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Ela é do Senado, trabalhou com o Ministro. Portanto, nada mais oportuno, natural. Ela foi assessora do Ministro, e o Ministro pediu que ela verificasse isso. Uma vez que estava confirmado que não teríamos o debate e, sim, uma audiência pública, num dia de segunda-feira, o Ministro pediu que ela avisasse a Presidência, a Mesa Diretora, de que ele não viria. Esse diálogo se deu na sexta-feira pela manhã, na sexta-feira agora.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k. Está registrado.

Com a palavra o nosso Relator, Senador Pedro Chaves.

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Sr. Presidente, Srª Senadora Fátima Bezerra, Srªs e Srs. Deputados, convidados, nosso bom-dia.

É com muito prazer que uso a palavra.

Primeiramente, peço escusas. Uso estes óculos escuros não é para me esconder de vocês. É que estou com uma lesão na vista esquerda e não posso com a luminosidade. Estou com fotofobia e isso realmente me incomoda bastante.

Por outro lado, quero dizer a vocês, mais uma vez, que busquei, como Relator da medida provisória, democratizar ao máximo, haja vista – já tenho repetido isso inúmeras vezes, estou concluindo meu relatório – que aproveitei, das 567 emendas de Parlamentares, Deputados e Senadores, mais de 90 emendas, parcial ou totalmente. Então, incorporei partes bastante importantes.

Nós também aproveitamos as audiências, fizemos mais de 50 audiências. Recebi diversos documentos, inclusive, da CNBB, da associação católica das escolas. Tenho muitos documentos. E nós não deixamos de levar em conta nenhum deles, todos igualmente importantes.

Além dessas audiências, já falei mais de uma vez que o próprio relatório da Câmara Federal foi importante para nós. E a TV Senado também contribuiu de forma efetiva através de opiniões da população em geral, que foram encaminhadas ao Relator. Conto também com uma equipe de assessores que têm colaborado comigo.

Então, procuramos, dentro das nossas limitações, democratizar bastante esse documento. É bom que os professores, os acadêmicos e alunos saibam que realmente houve uma forma de ouvir a sociedade em geral. Não foi um documento frio que saiu do Executivo e foi imposto para o Legislativo. Foi extremamente democrática a forma de conduzir a medida provisória, diferentemente das anteriores. Geralmente, o Parlamentar pegava a medida provisória e relatava para a Câmara, depois para o Senado e ia para aprovação, para a sanção



do Presidente da República. Então, isso é muito importante. Ouvi aqui dezenas de pessoas, foi tudo extremamente importante.

É óbvio que, talvez, o documento que vamos apresentar a vocês amanhã mereça emendas. E nós vamos acolher, não há nenhuma dificuldade. Agora, a decisão soberana é sempre do Plenário. Esse é um dado importante.

Vamos ouvir com atenção, hoje à tarde, o nosso Ministro da Educação, às 14h30min. Amanhã, às 10h, pretendo realmente ler o relatório. É óbvio que ainda não está pronto. Tenho de ouvir o Ministro, ouvir as ponderações que vocês certamente farão ao Ministro. Então, tudo é levado em conta. Eu tenho o maior carinho com isso, porque acho que é até um desrespeito não ouvir vocês, não participar de audiências públicas, porque a gente está fazendo, realmente, a reforma do ensino médio justamente para o aluno, para os professores e para a sociedade brasileira em geral. Não é, praticamente, para os Parlamentares; é para vocês. O que for aperfeiçoado, o que melhorar a qualidade da medida provisória será positivo para todos nós.

Então, mais uma vez quero agradecer a paciência. Levo em conta tudo o que vocês colocam, acho que é oportuno. Mas estou dizendo que o instrumento da medida provisória foi transformado em um verdadeiro PL, porque todos foram ouvidos. Foi utilizado o relatório da Câmara Federal, foi ouvido também... Está há três anos lá. Quer dizer, o que nós pudemos fazer foi ouvir, incorporar ao texto e torná-la, realmente, bem democrática.

Vocês vão notar que nem todas as críticas que estão sendo feitas aqui são pertinentes. Eu fiz as modificações que eram necessárias na medida provisória. A medida provisória foge bastante daquela medida original que foi encaminhada para nós. Muitas coisas que foram ponderadas, questionadas pelos Parlamentares, pela população em geral, pelas audiências públicas e pelo relatório da Câmara foram incorporadas ao documento.

Então, mais uma vez, agradeço a todos vocês, de maneira muito especial ao Presidente, que tem sido muito paciente, e aos Parlamentares.

Obrigado.

O SR. IZALCI LUCAS (PSDB - DF) – Agradeço a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 24 minutos, a reunião é encerrada às 11 horas e 18 minutos.)



ATA DA 11ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 28 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às quinze horas e três minutos do dia vinte e oito de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número seis da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Fátima Bezerra, José Medeiros, Elmano Ferrer, Pedro Chaves e Ana Amélia; e dos Deputados Celso Jacob, Maria do Rosário, Thiago Peixoto, Professora Dorinha Seabra Rezende e Josi Nunes. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Mauro Pereira. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e convida para compor a Mesa o Ministro de Estado da Educação, José Mendonça Filho. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Fátima Bezerra, Deputada Maria do Rosário, Deputada Josi Nunes, Deputado Thiago Peixoto, Senador José Medeiros, Deputado Mauro Pereira e Professora Dorinha Seabra Rezende. A Presidência passa a palavra ao Relator, Senador Pedro Chaves, para suas considerações. O convidado usa da palavra para responder aos questionamentos e fazer as considerações finais. Os Requerimentos nºs 33, 35, 36 e 37 ficam prejudicados, nos termos da art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às dezesseis horas e quarenta e oito minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado IZALCI LUCAS
Presidente

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 11ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública para debater a matéria.

Já está aqui à mesa o nosso colega, Ministro de Estado da Educação, José Mendonça Filho.

Esta audiência pública será realizada em caráter interativo, com a possibilidade de participação popular.

As pessoas que tenham interesse em participar podem enviar perguntas pelo *site* senado.leg.br/ecidadania ou pelo telefone 0800612211.

A Presidência adotará as seguintes normas: o Sr. Ministro fará a sua exposição por vinte minutos; em seguida, abriremos a fase de interpelação pelos Srs. Parlamentares inscritos. A palavra aos Srs. Parlamentares será concedida na ordem de inscrição.

Agradecendo a presença, passo imediatamente a palavra ao nosso Ministro da Educação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pela ordem, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, primeiro, quero lamentar que nós estejamos começando já com um atraso de quase 40 minutos e, sobretudo, a participação nesta audiência: dos 52 Parlamentares que integram a Comissão, entre titulares e suplentes, nós temos aqui, com V. Exª e o Senador Pedro Chaves, 7 ou 8 Parlamentares.

Cumprimento o Ministro Mendonça. Saúdo os demais convidados e convidadas e a equipe do MEC que acompanha o Sr. Ministro.

Mas Sr. Presidente, eu queria muito rapidamente aqui colocar que, conforme já tem sido tema de debate, a Medida Provisória trata de dois assuntos: a mudança do ensino médio, na parte relativa à estrutura e ao currículo; e a política de fomento à implantação da escola de tempo integral.

Nós temos dito que essa segunda parte, em relação à política de fomento, Sr. Ministro, até achamos que ela é passível de uma medida provisória. Essa é uma meta do Plano Nacional de Educação, embora a proposição que a Medida Provisória apresenta seja muito tímida e insuficiente diante do próprio PNE, porque o PNE propões nós chegarmos a 50% em dez anos, com 25% de matrículas ofertadas no ensino médio nas escolas



em tempo integral. A MP...

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Presidente, nós vamos inverter? Vamos fazer as perguntas antes?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não, eu estou com a palavra. Eu gostaria...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu estou esperando V. Exª fazer a questão de ordem. Eu não ouvi ainda.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu vou fazer a questão de ordem. Eu queria só que descontasse o meu tempo, entendeu?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª conclua, por favor, para nós ouvirmos o Ministro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não, eu estou com o tempo que eu tenho direito, o tempo regimental, ouviu, Dorinha?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª falou que era questão de ordem. Estou aguardando o artigo inclusive.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não, é uma questão de ordem. Eu quero inclusive que V. Exª desconte, porque já está passando o tempo ali.

Mas como eu ia dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – É um prazer sempre ouvir V. Exª. V. Exª sabe disso. Eu tenho o maior prazer nisso.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Pois é. Eu quero inclusive que a Mesa, por favor, desconte o meu tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua a questão de ordem, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Peço que a Mesa desconte o tempo.

Mas como eu ia dizendo, a política de fomento é até passível de medida provisória, repito, embora o que está sendo proposto seja extremamente tímido e insuficiente, porque o MEC propõe uma política de quatro anos, provisória, de acordo inclusive com a disponibilização orçamentária. Em tempos de PEC 55 inclusive isso é uma temeridade. Na verdade, essa política de fomento que o MEC apresenta vai contemplar apenas 3,8% do universo dos estudantes hoje no ensino médio, de mais de 8 milhões.

Mas o que eu quero aqui, mais uma vez, ressaltar é a mudança no que diz respeito à questão do currículo e da estrutura. É nesse sentido, Sr. Ministro, que nós temos aqui insistido que esse tema, que trata realmente de mudança no currículo e na estrutura, não deveria ser objeto de medida provisória. Esse eu acho que é o grande equívoco que o Governo está cometendo. Por quê? Porque nós não estamos tratando de um tema qualquer. Na verdade, nós não estamos tratando aqui de ações, de programas específicos que foram objeto de medidas provisórias, não só dos governos Lula e Dilma, do governo Fernando Henrique, etc. Não, nós estamos tratando de um tema fundante, que são diretrizes e bases da educação nacional.

Ou seja, o tema de diretrizes e bases da educação nacional nunca chegou a esta Casa via medida provisória, e nem deveria ser. Isso sempre foi objeto de um bom, longo, amplo e intenso debate. Desde 1934, 1946, passando por 1961, 1971, até 1993, 1996. Repito, é um tema fundante, é um tema que diz respeito aos fundamentos do ponto de vista sociológico, do ponto de vista da aprendizagem. É um tema que diz respeito às diretrizes, às bases, do ponto de vista da formação da sociedade que nós defendemos.

Depois, Ministro, temos colocado aqui que é um equívoco achar que o problema do ensino médio é currículo. Não é. V. Exª sabe disso. Antes fosse. O problema do ensino médio é estrutural.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – São as escolas por este País afora, as escolas estaduais totalmente desequipadas, desestruturadas, sem os ambientes educacionais adequados, seja de laboratórios, de bibliotecas, de espaços adequados para atividades de educação física e esporte.

É a política de valorização do professor, que precisa ser perseguida e em que precisamos avançar, mas a Medida Provisória não avança nesse sentido. Muito pelo contrário, traz a figura do notório saber, mesmo que seja para as disciplinas chamadas técnicas.

Ou seja, o problema estrutural da questão do magistério exige que nós possamos cada vez mais, repito, avançar na política de formação inicial e continuada, pagar o piso atual, implementar o piso do Plano Nacional de Educação, avançar no que diz respeito à formação, já que 42% dos nossos professores ainda não têm a formação adequada para as áreas em que lecionam. Sem contar a questão da gestão dentro dessas escolas, que precisa e muito ser redimensionada, para que a escola seja mais aberta, etc.

Então, a nosso ver, repito, o problema é estrutural, e não de currículo. Inclusive quando a Medida Provisória se arvora em fazer mudanças equivocadas no currículo, ao propor tirar a obrigatoriedade de Educação



Física, Artes, Sociologia e Filosofia. Assim como outros dispositivos que estão na MP e que, ao nosso ver, são equivocados, o que nos levou, Ministro, ao longo desse período, a propor que a Medida Provisória fosse retirada e que o debate fosse feito via projeto de lei. Isso não aconteceu.

De forma que quero dizer neste momento, Deputado Izalci, que eu lamento profundamente, repito, que uma das audiências mais esperadas, um dos debates mais esperados, que seria exatamente a de hoje, se dê num plenário esvaziado como este. E não foi por falta de apelo. Não apenas eu, como a Deputada Rosário, a Deputada Dorinha e os integrantes desta Comissão ponderaram com a Presidência desta Comissão, Ministro, para que esta audiência de debate não fosse hoje, fosse amanhã. E mais, nós não propusemos – eu fui autora do requerimento, a Deputada Rosário também, e outros – aqui uma audiência apenas, nós propusemos uma audiência/debate. Seria muito bom para a educação nós termos aqui uma audiência/debate, o senhor debatendo com o Ex-Ministro Fernando Haddad, etc. Foi isso. A proposição foi feita, não cabe a V. Exª... V. Exª não é responsável por isso. A proposição que nós fizemos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Vou concluir.

A proposição que nós fizemos foi à Presidência desta Comissão. E mais, fizemos um apelo, Ministro, para que não fosse exatamente num dia de segunda-feira. V. Exª, com a experiência parlamentar que tem, em que pese a obrigação de estarmos aqui, como inclusive nós estamos, sabe que segunda-feira é um dia, até porque não há sessão deliberativa, em que a maioria dos Parlamentares fica em seus Estados. De forma que nós apelamos muito para a sensibilidade da Presidência desta Comissão para que não fosse hoje, repito, porque, sem diminuir a importância dos debates anteriores, o debate de hoje é um dos mais importantes. E o Presidente não nos ouviu.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima, conclua, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Vou concluir, vou concluir, vou concluir.

O Presidente não nos ouviu. Enfim, parece que o debate não é o mais importante. Aliás, é o que explica inclusive isso vir via medida provisória.

De forma, Ministro, que quero aqui deixar um apelo para V. Exª: a decisão cabe ao Congresso, mas V. Exª, como Ministro da Educação... Quero mais uma vez aqui reiterar, primeiro, que o relatório do Senador Pedro Chaves não seja votado agora, nem no âmbito desta Comissão nem do Plenário, que ele fique para após o recesso, até porque o prazo regimental vai até março, para que possamos ter tempo, com a responsabilidade que temos, de tentar diminuir os dissensos e construir consensos, pensando exatamente naquilo que é mais importante para a educação da nossa juventude.

No mais, Sr. Presidente, quero pedir licença aos convidados, cumprimentar mais uma vez o Ministro, para me ausentar da audiência. Não vou ficar porque...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não, eu não vou ficar...

A palavra está comigo, por favor. Eu não vou ficar porque não foi isso o que propusemos. Nós propusemos uma audiência/debate. Portanto, o Ministro fique à vontade para conversar com os seus.

Muito obrigada.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Senadora, eu faço um apelo a V. Exª. A senhora clama tanto por debate, então, fique para debater. A senhora é a maior especialista em educação do Senado e vai se ausentar... (Palmas.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Ministro...

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Eu acho que é importante a participação da senhora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Ministro, não se trata disso. A questão não é debater com V. Exª. A questão é que, volto a dizer, a nossa proposição aqui foi muito clara: era uma audiência de debate, com a presença de V. Exª e dos ex-ministros, que aqui não vieram alegando que, por não ser um debate, portanto, eles declinariam, não viriam para a audiência. Então, considerando que há um prejuízo, sem dúvida nenhuma, para o debate, que não há, estamos aqui apenas com a presença de V. Exª, quando queríamos a presença dos ex-ministros também para que pudéssemos...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Permita-me, Ministro, um aparte apenas para dizer, Senadora Fátima, que, se nós abrírmos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Maria do Rosário, como já disse a V. Exª, eu tenho de respeitar todos os Parlamentares. Então, V. Exª sabe que não tem aparte, V. Exª sabe que anunciei, e a Senadora Fátima também...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Brigas, inscrições e bate-bocas que não são necessários. V. Exª não está presidindo adequadamente as reuniões, V. Exª não respeita os autores dos requerimentos. Eu quero



dizer que fui autora...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu gostaria que V. Ex^a, quando eu...

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu fui autora do requerimento que convidou o Ministro a estar presente na Comissão de Educação, tenho tremendo respeito pelo colega Mendonça Filho como Parlamentar. Eu apenas queria dizer, alertar, que o *site* do Senado Federal está anunciando a presença de todos no debate. V. Ex^a não teve nem o cuidado de resolver o *site*, quanto mais de avisar os seus colegas da mudança do plano de trabalho. Então, em nome disso, Ministro, peço desculpas, não é com o senhor, é com a condução deste trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Vou dar uma resposta a V. Ex^a.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Permita-me uma abordagem, com a presença das duas Parlamentares, a quem respeito bastante. Fui convidado para participar de um debate sobre o novo ensino médio na Comissão de Educação da Câmara, cuja autora foi V. Ex^a, dentre outros, participei desse debate de forma muito democrática, plural; fui convidado também para participar de um debate na Comissão Mista que ora realizamos no âmbito do Congresso Nacional; fui convidado para participar de uma sessão chamada Comissão Geral, no plenário da Câmara, por iniciativa do Partido dos Trabalhadores, na semana passada. Estranhamente, depois de aceitarmos a proposição, ela foi desmarcada pelo próprio Partido dos Trabalhadores. Seria uma sessão no plenário da Câmara dos Deputados, realizada especificamente para debater o ensino médio. E, chegando hoje aqui, surpreendo-me com a tese de que não há disposição para o debate. Então, há uma contradição, permita-me dizer.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não há contradição. V. Ex^a inclusive deveria cobrar a presença da sua base.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Eu não cobro a presença de ninguém.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não vamos aqui distorcer, Ministro. Nós propusemos aqui um debate, realmente.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Eu estou querendo debater com V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – A presença de V. Ex^a com os ex-ministros.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Eu tenho um enorme prazer em debater com V. Ex^a.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – V. Ex^a traz uma claqué do MEC para aprovar, mas não convida os Parlamentares. Nós somos respeitosos com V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou dar uma resposta a V. Ex^a.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Nós fomos respeitosos com V. Ex^a. Ministro, eu fui respeitosa com V. Ex^a.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – A Mesa Diretora distorceu.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – E V. Ex^a não está sendo.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Por que não?

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Porque o que estamos alertando não é em direção... V. Ex^a nem precisava, como Ministro, participar desta parte do diálogo, isso não lhe diz respeito.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Por que não? Eu estou fazendo um apelo a V. Ex^a para participar do debate.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Essa é uma pergunta que fizemos ao Presidente.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Eu estou fazendo um apelo a V. Ex^a para que participe do debate.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Isso é uma pergunta que fizemos ao Presidente. V. Ex^a tem de sair um pouco do Parlamento para poder ser Ministro. Ora V. Ex^a é Parlamentar, ora é Ministro. V. Ex^a tem de escolher. V. Ex^a é bom Parlamentar, mas não está sendo bom Ministro da Educação. Com licença, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Na avaliação de V. Ex^a.

(Manifestação da plateia.)

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Parabéns à claqué do MEC, obrigada aos CCs do Ministério da Educação, que vieram prestigiar o Ministro, enquanto os estudantes procuram nas ruas ser ouvidos e não são. Com licença.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Maria do Rosário e Senadora Fátima Bezerra...

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Os estudantes estão excluídos do debate. Ministro, quero mais uma vez colocar para V. Ex^a: nós estamos aqui reiterando a nossa crítica...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Respeite o Ministro, por favor. Sente-se e fale.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu estou no Parlamento, eu falo do jeito que eu quiser.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não, na hora que a senhora quiser não. Nós temos Regi-



mento. V. Exª não teria o direito de falar agora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – V. Exª quer cassar a minha palavra?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu não dei a palavra a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu estou aqui eleita pelo voto do povo do Rio Grande do Norte.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não dei a palavra a V. Exª. Aqui tem Regimento...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – V. Exª respeite os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Aqui tem Parlamentares que precisam ser ouvidos também.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu sei, quero apenas colocar mais uma vez, Deputado Izalci, com todo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª não pode falar na hora que quiser aqui.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Com todo respeito, V. Exª é um dos grandes responsáveis pelo que está acontecendo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª fez aqui o discurso errado, esse discurso que V. Exª fez era para ter sido feito de manhã.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Ele, propositalmente, Ministro, trouxe esta audiência para uma segunda-feira. Nós alertamos, mas ele manteve a audiência na segunda-feira. Nós alertamos....

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou dar a resposta se V. Exª me permitir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Mas o senhor resolveu manter. Resolveu manter, numa prova incontestável...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou falar com V. Exª, vou dar a resposta a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... Deputado Izalci, de que não interessa o debate com a sociedade, com os estudantes, com os professores...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k. Agradeço a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Como aqui não se trata de um debate, nós vamos nos retirar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu lamento muito, porque V. Exª, a cada fala, acrescenta muito ao nosso conhecimento. Mas quero aqui, para esclarecer os demais Deputados, primeiro,...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Já basta de golpe!

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Como está sendo transmitido pela internet e pela TV Câmara, quero esclarecer que a Presidência, a pedido do Relator, apresentou, no primeiro dia da audiência, um plano de trabalho. Esse plano de trabalho foi aprovado. O Relator sugeriu, e nós aprovamos aqui – não é o Presidente nem o Relator que define – todos os requerimentos. Inclusive o de convocação do Ministro Aloizio Mercadante foi feito de forma oral. Nós aprovamos assim mesmo. Todos foram aprovados. Ouvimos aqui de segunda a segunda. Se olharem, por exemplo, na quinta-feira, a última audiência de quinta-feira, em que estava presente inclusive a Secretária Executiva do MEC, a participação não foi diferente da de hoje. Aliás, em várias audiências isso não tem ocorrido. Talvez porque os Deputados e Senadores já tenham conhecimento suficiente para isso. O que queremos, inclusive, é adiantar a discussão nesta Comissão, tendo em vista o baixo quórum, e colocar isso num debate no plenário, onde há 513 Deputados.

Com relação à questão do Ministro, hoje de manhã, não foi avisado oficialmente. Como eu disse aqui, muitos não estavam. Eu tenho aqui o e-mail do ex-Ministro Janine, que, lá atrás, já disse que não compareceria, o Ministro Haddad disse que tinha problema de agenda e o Ministro Aloizio Mercadante, num primeiro momento, mandou dizer que não poderia comparecer, mas, em seguida, em respeito ao Parlamento, disse que viria, até para se posicionar no sentido de que achava correto isso aí. E confirmou presença. Ficamos aguardando até quase meio-dia, mas ele não veio.

A Senadora Fátima disse que uma ex-funcionária do Ministério, assessora do Ministério, que é servidora da Casa, encaminhou um WhatsApp para um funcionário comentando que o Ministro não viria. Ora, eu não posso aqui cancelar uma audiência com um ex-ministro que confirmou presença através de uma ex-assessora, por WhatsApp. Isso só pode ser brincadeira!

Portanto, eu teria e tenho o maior respeito em ouvir o contraponto, mas é inadmissível que uma Senadora, que uma Deputada, que sempre falou quando quis, porque eu sempre fui flexível com relação ao Regimento... O Relator acatou não apenas 90 emendas no relatório como anunciou hoje aqui, mas também várias sugestões das audiências aqui realizadas.

Então, nunca na história deste País, em medida provisória, houve tanto debate. Nunca! Não era assim nos governos anteriores, esse debate nas Comissões. Muito pelo contrário, era sumário.



Então, quero agradecer muito ao Ministro, que está aqui hoje e que esteve na Comissão de Educação. Eu também fiquei estarelecido, porque já havia convidado a Profª Maria Helena para estar na Comissão Geral, no plenário da Câmara, e fui surpreendido. O próprio Partido dos Trabalhadores cancelou a Comissão Geral no plenário da Câmara.

Portanto, iremos continuar esta audiência. O Ministro vai apresentar, na sua fala, a posição do Ministério. E quem decide se vai votar ou não vai votar não é o Ministro, como foi colocado aqui. Quem decide é a maioria da Comissão. E nós vamos levar essa questão amanhã. Eu espero que o Relator consiga, após a fala do Ministro, hoje à noite, de madrugada, concluir o relatório. Devemos terminar de madrugada e disponibilizá-lo amanhã, para que todos possam ter acesso e sugerir – se houver mais alguma mudança, teremos ainda essa disposição. Mas quem vai decidir isso será o Plenário desta Comissão.

Portanto, passo a palavra ao Ministro, pedindo desculpas públicas pelo comportamento de alguns Parlamentares.

Com a palavra, Ministro.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Primeiro, quero aqui mais uma vez agradecer ao Parlamento, Senado e Câmara, e à Comissão Especial encarregada de analisar a MP do ensino médio, a oportunidade de estar presente à minha Casa, o Congresso Nacional, para debater tema tão relevante. Reitero a minha posição, expressa há pouco à Senadora Fátima Bezerra e à Deputada Maria do Rosário, de que, francamente, foi com o propósito de colaborar com a discussão. O cidadão pode ter qualquer divergência com relação à minha posição política, de políticas públicas à frente do Ministério da Educação, mas jamais alguém pode considerar que eu não tenha disposição para debater temas relevantes ao País, especialmente na área de educação, que tenho a missão de liderar, como Ministro da Educação.

Então, agradeço ao Deputado Izalci Lucas, cumprimento o Senador Pedro Chaves e todos os membros da Comissão Mista e trago aqui algumas contribuições que julgo importantes, como Ministro de Estado da Educação, para este debate sobre o novo ensino médio.

Nós temos na tela parte do Plano Nacional de Educação, que fala especificamente sobre o ensino médio. O Plano Nacional de Educação, na Meta 3.1, fixa:

Institucionalizar programa nacional de renovação do ensino médio, a fim de incentivar práticas pedagógicas com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e prática, por meio de currículos escolares que organizem, de maneira flexível e diversificada, conteúdos obrigatórios e eletivos articulados.

Ou seja, a previsão legal para que nós pudéssemos avançar com relação à flexibilização do currículo do ensino médio foi definida a partir de 2014, tendo como base uma discussão de quase vinte anos, até aqui. Em 1998, do final da década de 90 em diante, nós tivemos os primeiros grandes debates com relação a mudanças no ensino médio, em 2003 e 2007, com o Fundeb, que, mudando o Fundef, incorporou o ensino médio como base de financiamento necessária a mudanças justamente na educação básica, focando fortemente a educação de nível médio, que vive, infelizmente, um flagelo.

Isso tem ocorrido na sequência histórica dos debates, que remeto há quase vinte anos. E o projeto de lei que tramita na Câmara levou, entre a Comissão que elaborou o projeto de lei e a apresentação desse projeto de lei até aqui, quase cinco anos, a discussão sobre o ensino médio. E evidentemente, nós, como Ministro da Educação, junto com a nossa equipe, a Profª Maria Helena, o Secretário Rossieli e vários membros da equipe, temos discutido nacionalmente em vários fóruns, universidades, entidades não governamentais, o tema do ensino médio, tanto em ambientes públicos, de escolas públicas, entidades públicas, IFs, por exemplo, como também em ambientes privados, levando-se em consideração que isso impacta diretamente o ensino médio em todo o País.

A evolução da matrícula no ensino médio brasileiro, de 2008 a 2015, basicamente mantendo-se inalterada, em torno de 8 milhões de matrículas, o que para mim demonstra claramente um quadro de estagnação na incorporação e na inclusão de jovens no acesso ao ensino médio.

O mesmo ocorre com relação aos concluintes do ensino médio, ano a ano, de 2008 a 2014: abaixo de 2 milhões de concluintes, o que também consagra uma base estagnada de jovens, em que, infelizmente, poucos têm acesso ao ensino médio, ainda muito pouco inclusivo, pode-se dizer.

Uma comparação da população com educação superior por faixa etária, o que naturalmente reflete também deficiências no ensino médio, que é a fase final da educação básica e porta de entrada para o ensino superior. E mostra claramente também um quadro bastante incômodo para o Brasil, comparativamente a ou-



tros países, tanto na faixa etária entre 25 e 34 anos como na faixa etária entre 55 e 64 anos.

Então, o Brasil realmente em uma posição distante de países latino-americanos, como Chile e Colômbia. Ainda mais distante de países europeus, como Alemanha, Portugal e Reino Unido. E ainda em uma distância quilométrica frente a um dos *cases* mais importantes da educação do mundo, que a é Coreia do Sul.

A proporção de matrículas do ensino médio em programas vocacionais, ou seja, educação técnica profissionalizante. Mais uma vez, o Brasil em uma posição bastante desvantajosa e crítica, pode-se dizer. A média dos países europeus supera o quadro de 40%, ou seja, jovens cursando o ensino médio concomitantemente com a educação técnica profissionalizante. E isso tem que mudar porque significa, em termos objetivos, que um jovem que tem o não acesso à educação técnica profissionalizante tem menor renda, menor inserção no mercado de trabalho, mais exclusão social em todos os sentidos. Nós temos aí apenas 8,4% de jovens cursando médio com cursos e programas vocacionais, o que é muito pouco frente aos demais países na tela, o que mostra um caminho a percorrer muito importante.

Relevância e urgência são os dois requisitos para a apresentação de uma MP. Nós temos aí a base da justificativa com relação às mudanças colocadas via medida provisória. O nosso Ideb do ensino médio está estagnado desde 2011. O desempenho em Português e Matemática é menor hoje do que em 1997, o que, para mim, é uma tragédia.

Nós temos 1,7 milhão de jovens entre 15 e 24 anos que nem estudam e nem trabalham; 82% dos jovens entre 18 e 24 anos, que estariam em idade universitária, estão fora do ensino superior. A população jovem do Brasil entrará em declínio a partir de 2022.

Temos indicadores vários de avaliação negativos, e isso tem produzido mais desigualdade e estimulado, pode-se dizer, fortemente a evasão escolar no ensino médio brasileiro, e sabendo que o ensino médio virou preparação para o Enem. Para iniciar a mudança, é preciso começar a mudar hoje. Por isso a relevância, por isso a urgência da mudança, utilizando-se do instrumento da medida provisória, que, aliás, foi fartamente utilizado por governos anteriores, como foi destacado inclusive em outros debates pela Profª e Deputada Dorinha, quando mostra claramente que os governos petistas, por exemplo, adotaram a MP para o PNAIC (Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa), para instituir o Prouni (Programa Universidade para Todos), para mudar vários itens de programas como o Fies.

E isso nunca foi contestado pela oposição de então. Muito pelo contrário. Havendo requisitos como relevância e urgência, não há por que deixar de fazê-lo através de uma proposição como uma medida provisória, que para mim é o instrumento adequado, tendo em vista justamente esses dois requisitos, que estão bem fundamentados a partir da argumentação aí na tela.

Alguns modelos de ensino médio no mundo: Austrália, Coreia do Sul, Finlândia, França, Portugal e Inglaterra. Todos com trilhas acadêmicas e vocacionais. Todos com a base comum de apenas um ano. O Brasil tem uma base comum, na atualidade, de três anos e uma trilha única, em que o jovem é obrigado a seguir do primeiro ano do ensino médio até o terceiro ano do ensino médio, o que mostra claramente que o Brasil está na contramão do mundo, da Europa, dos Estados Unidos da América, do Canadá, de países asiáticos. Enfim, nós somos uma verdadeira jabuticaba que infelicitiza e compromete o futuro dos jovens brasileiros.

Mudar isso é algo que sintoniza justamente com o desejo dos jovens, das famílias. Não faz sentido para mim um jovem que vai cursar um curso de Pedagogia ou de Direito ter a mesma ênfase em disciplinas como Física do que aquele que vai cursar Engenharia ou algo na área de exatas em um curso superior. Há de se mudar isso, para que ele possa ter mais flexibilidade, definir a sua trajetória, definir as suas ênfases e, se for o caso, até fazer escolhas com relação à educação técnica profissionalizante, que já gera maior empregabilidade e, ao mesmo tempo, maior inserção social e renda para esses próprios jovens.

O protagonismo do jovem. O jovem tendo o foco no seu próprio projeto de vida; autonomia para o aluno escolher a área de seu maior interesse para aprofundamento, como já argumentei, de estudos ou uma área de ensino técnico; e a formação técnica profissional na carga horária do ensino médio.

O novo ensino médio preconiza a modernização da arquitetura do sistema atual, com um currículo mais flexível e mais conectado com as aspirações dos jovens do novo século, do século XXI, e com o objetivo de tornar a escola de ensino médio mais atraente e mais articulada com o mundo em que vivemos.

É muito comum nós verificarmos e constataremos alguns jovens dizerem, de forma muito franca e aberta: “Esse ensino médio não dialoga comigo, ele é divorciado dos meus sonhos, dos meus projetos de vida”. E isso, na verdade, provoca evasão, provoca desestímulo, provoca o fato de que muitos jovens largam o ensino médio porque imaginam que esse ensino médio, no formato atual, nada agrega para o próprio jovem com relação à sua própria vida. Então, temos que mudar isso.

O novo ensino médio e o currículo. A Base Nacional Comum Curricular estabelecerá as competências, os objetivos de aprendizagem e os conhecimentos necessários para a formação geral do aluno. E a flexibiliza-



ção do currículo será composta por diferentes ênfases nas áreas de conhecimento ou de atuação profissional, como, por exemplo: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e formação técnica profissional.

Cada Estado, no novo ensino médio, organizará o seu currículo considerando a Base Nacional Comum Curricular. Língua Portuguesa e Matemática serão obrigatórias ao longo dos três anos do ensino médio. E a reforma torna o Inglês obrigatório desde o sexto ano do fundamental e no ensino médio, não necessariamente nos três anos, mas o Inglês é indiscutivelmente uma disciplina muito importante para a formação do jovem e para que ele possa ter uma inserção cada vez mais forte no mercado trabalho, uma vida promissora, seja no ensino superior ou mesmo em um curso técnico.

As escolas poderão oferecer cursos na vertente acadêmica, cursos na vertente técnico-profissional ou ambos.

E as normas. Escolas públicas: Secretarias Estaduais de Educação e Conselhos Estaduais de Educação definirão essas normas junto com escolas privadas, que estarão submetidas, naturalmente, às definições e aos encaminhamentos determinados pelos Conselhos Estaduais de Educação.

A formação de professores dar-se-á da mesma forma como a legislação atual prevê. O professor poderá fazer complementação pedagógica para dar aula de outra disciplina dentro da sua área de conhecimento. E nós também estabelecemos na proposição a valorização do professor nas áreas do conhecimento, permitindo a dedicação do professor a uma só escola. Especialmente nos modelos de educação em tempo integral, que, como destacou há pouco a Senadora Fátima Bezerra, é algo relevante. Ela nos falou sobre, talvez, a timidez na sua visão da implantação do modelo de escola em tempo integral, mas eu destaco que o que nós preconizamos é dobrar a oferta de vagas em escola em tempo integral em apenas dois anos. O que já é uma ousadia muito grande sairmos de 380 mil matrículas para mais de 900 mil matrículas no curto espaço de tempo.

A contratação de profissionais com o notório saber para ministrar aulas exclusivamente em disciplinas dos cursos técnicos e profissionalizantes. Foi difundida muito a ideia de que isso se estenderia para o ensino médio como um todo, para a educação como um todo, e há de se ressaltar que é exclusivamente para cursos técnicos profissionalizantes.

As escolas poderão organizar o ensino em módulos ou créditos, para que os estudantes tenham naturalmente cada acúmulo de crédito incorporado ao seu próprio currículo. E o prazo para início da vigência da presente lei é o ano seguinte à aprovação da Base Nacional Comum Curricular do Ensino Médio, assegurando pelo menos 360 dias de prazo.

Então, teremos um prazo de adaptação bastante razoável, o que mostra claramente que essa medida respeita um cronograma de implantação bastante razoável, incorporando ao debate as Secretarias Estaduais de Educação, os Conselhos Estaduais de Educação, a academia, professores e estudantes, todos que possam cooperar em um debate que interessa, sobretudo, aos estudantes.

E, para concluir, eu quero inclusive expor os números que aprovam a proposta de reforma do ensino médio a partir de uma pesquisa nacional do Ibope, com a coleta de 1,2 mil questionários no Brasil, ou seja, cientificamente comprovado, e que demonstra claramente a aprovação de 72% em favor do novo ensino médio. Essa pesquisa, a meu ver, vem ao encontro dos jovens, que se colocam muitas vezes questionando o fato de que o modelo atual de ensino médio brasileiro é um modelo que,...

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – ... infelizmente, está de costas para o jovem brasileiro.

Existe aí um flagelo tremendo, uma situação absolutamente crítica, em que milhares de jovens brasileiros se sentem excluídos da nossa educação, com os dados que nós apresentamos. E o que nós queremos construir neste amplo debate é justamente um processo que resgate esses jovens, que os coloque no espaço educacional, que os retire do ambiente de violência que infelizmente hoje toma conta das principais cidades do Brasil.

Esse, a meu ver, é um caminho que vai ao encontro justamente desse desejo e que coloca o Brasil no mesmo patamar de arquitetura legal daquilo que é praticado nos principais países do mundo.

(Soa a campanha.)

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Então, agradecendo muito a oportunidade ao Deputado Izalci e aos Deputados presentes, especialmente ao Relator da matéria, o Senador Pedro Chaves, eu quero me colocar à disposição para o debate daqueles que estão presentes nesta audiência pública.

Muito obrigado.

(Manifestação da plateia.)



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Quero...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Sr. Presidente, aí não dá.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Quero pedir a todos...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria que o senhor pedisse à Segurança para retirá-los porque não dá para fazer debate desse jeito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Quero pedir a todos que se manifestem apenas com o cartaz, para que possamos fazer um bom debate.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Eu pediria que os retirassem. Não dá para fazer debate desse jeito aqui não. Desse jeito não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senador, eu vou fazer mais um apelo para que se manifestem apenas com o cartaz.

Eu sou do DF, e já disse aqui algumas vezes que poderia colocar aqui 50, 500, 1.000 pessoas para fazer isso e não faço, porque esta é uma Casa que merece respeito. O debate está dando oportunidade para todos, e inclusive lamento muito, quero registrar aqui e quero pedir desculpas ao Ministro pela forma como foi conduzido aqui pela Senadora.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Presidente, eu só digo isso porque, há poucos dias, se eu não me levantasse rápido, eu teria sido agredido. E eu não vou fazer um debate tendo que olhar para traz, como se estivesse no ensino fundamental, com risco de ser agredido aqui.

Então, a preocupação é com a segurança dos Parlamentares. É legítimo as pessoas virem aqui, mas dentro do razoável, dentro do respeito, porque não dá para entrar na casa alheia e ficar fazendo esse tipo de coisa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou pedir à Segurança que, se houver alguma manifestação fora do que nós combinamos...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Se começar eu vou exigir que tire.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou pedir à Segurança que retire, se alguém se manifestar fora do que estamos combinando, mas gostaria que todos permanecessem se manifestando apenas com cartazes.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Aqui é a Casa do povo, e não de arruaceiros.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – E, conforme estabelecido, eu quero aqui passar a palavra aos inscritos.

A primeira Parlamentar inscrita é a Deputada Josi.

A SRª JOSI NUNES (PMDB - TO) – Sr. Presidente, quero cumprimentar o Presidente, o Senador Pedro Chaves, Relator, e o Ministro. É um prazer tê-lo aqui.

Nós tivemos um debate deste na Comissão de Educação, que foi muito importante. Mas é lamentável chegarmos a debates sobre matérias tão importantes como esta, e não é só agora que isso tem acontecido, num cenário de tanta intolerância como temos visto. É lamentável.

Primeiro, porque não estamos em um governo ilegítimo, de forma alguma. Esse é o discurso que vem sendo utilizado aqui ao longo de todos os debates na Câmara, em todos os lugares. Alegam essa questão para não participarem do debate, para não contribuírem com o desenvolvimento do Brasil. É essa infelizmente a oposição que estamos tendo nesta Casa. Isso é lamentável.

Mas quero aqui, voltando ao tema, Ministro, dizer que é fundamental essa questão do ensino médio. Eu não sou da área da educação, eu sou psicóloga, mas fui Deputada Estadual e sempre me interessei muito pela área de educação.

E nós temos visto, isto é real, o fato de que não é atraente, de forma alguma, o processo do ensino médio atual. Quantos jovens estão fora do ensino médio? Quantos fazem o ensino médio e se propõem a fazer o ensino superior? Então, tem que mudar isso mesmo, tem que haver uma integração entre a teoria e a prática. O ensino médio, que faz parte do ensino básico, fundamental, precisa ter uma transição para essa questão profissional e técnica. Isso é fundamental.

A discussão de por que é por medida provisória, isso é algo que tem que ser eliminado. Eu não fiz parte das discussões aqui, mas tenho visto Parlamentares que trabalharam no projeto de lei sobre esta matéria, e isso tem sido discutido há muito tempo. Esta matéria está na Casa desde 2013, se não me engano. A Professora Dorinha, que é uma Parlamentar também do meu Estado, Tocantins, participou de todas as discussões. Então, o argumento de que não houve debate, de que não houve discussões, não é verdadeiro. O que o Presidente e o Ministro estão fazendo, e que é oportuno, é exatamente trazer o tema e colocá-lo na prática, porque discussões e debates nós já tivemos vários.

Agora, isso significa que o que vai ser colocado na prática vai ser algo acabado? Não, vão continuar as discussões e ele vai ser aprimorado ao longo do tempo.



Mas quero aqui, Ministro, fazer algumas perguntas.

Nós vimos o desempenho dos nossos jovens no Ideb com relação a Português e Matemática. Não é necessário nós fazermos, paralelamente, um trabalho com relação ao ensino infantil e ao ensino fundamental? Já vi uma entrevista que vai colocar essa questão.

Infelizmente, nossas crianças estão chegando aos 8 ou 9 anos sem serem alfabetizadas. Infelizmente, essa é a verdade. E essas dificuldades eles levam para frente. Chegam no ensino médio com esse desempenho que nós estamos vendo. Então, eu vejo como fundamental essa questão da reformulação do ensino infantil e do ensino fundamental.

Outra questão: como vai ser implementada essa reforma do ensino médio na prática? Há um tempo estabelecido para que o Brasil possa fazer essa mudança em todas as escolas? Por exemplo, no ano que vem, nós vamos começar. Parece que as Secretarias de Educação estão fazendo um termo de adesão, não é isso? Parece que é isso, eu ouvi alguma coisa nesse sentido. São quantas escolas, no mínimo e no máximo? Como é que vai ser feito o processo de construção desse novo pensar e dessa nova prática do ensino médio, na prática mesmo? Como é que vai ser feito todo esse processo?

(Soa a campanha.)

A SRª JOSI NUNES (PMDB - TO) – Nós vimos que se falou aqui sobre a questão da formação dos professores, que é fundamental. Nós vamos ter que ter toda uma preparação desse professor para que ele possa se inserir nesse processo.

E a questão do financiamento. Como vai ficar isso nos Estados? Como é que os Estados vão poder financiar? Como vai ser essa parceria em âmbito federal e estadual?

E uma outra questão que os professores têm me perguntado diz respeito às áreas de conhecimento, que não precisará haver todas as áreas na mesma escola. Como vai ficar isso? As escolas terão que ter todas as áreas ou elas selecionarão, terão um foco maior em algumas áreas? Como vão ficar essas áreas do conhecimento nas escolas para que o aluno possa fazer a sua opção e aprender?

(Soa a campanha.)

A SRª JOSI NUNES (PMDB - TO) – São esses os questionamentos. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Antes de passar para o próximo inscrito, que é o Deputado Thiago Peixoto, eu quero apenas registrar a presença da Srª Maria Helena Guimarães de Castro, que é a nossa Secretária Executiva do Ministério da Educação; da Srª Maria Inês Fini, que é Presidente do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); e do Sr. Rossieli Soares da Silva, Secretário da Educação Básica do Ministério da Educação.

Passo imediatamente ao Deputado Thiago Peixoto.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Sr. Presidente, Relator, primeiro, parabéns pela condução de todas essas audiências.

Eu queria aqui, inicialmente, lamentar a retirada, a ausência da Senadora Fátima Bezerra e da Deputada Maria do Rosário, que fugiram deste debate. Elas que tanto defendem, que prezam, que falam que é importante o debate numa Casa democrática, quando têm essa oportunidade, simplesmente se retiram. Não é tão surpreendente assim, Presidente, porque os três ex-Ministros da ex-Presidente Dilma, que também estavam convidados para vir aqui hoje, não compareceram a este debate, em especial o ex-ministro Mercadante, que chegou a confirmar a presença e não veio.

Isso demonstra não só uma desconsideração com o Congresso Nacional, mas em especial uma desconsideração com a educação. Vocês defendem tanto a educação, por que não estão aqui num momento importante como este para trazer sugestões e para debater?

Eu queria, ao mesmo tempo, parabenizar o Ministro Mendonça Filho.

Ministro, eu tive a oportunidade de ser Secretário em Goiás e, nesse período em que fui Secretário, eu acompanhei de perto o trabalho do ex-Ministro Mercadante e do ex-Ministro Fernando Haddad. E acontecia o seguinte, Ministro: de dois em dois anos, quando saía o resultado do Ideb, e normalmente eram resultados ruins, eles propunham imediatamente mudanças urgentes no ensino médio. Só uma semana. O assunto diminuía e a mudança do ensino médio nunca chegava.

E eu queria parabenizar o senhor por ter uma postura diferente, não só de falar de mudança, mas de propor a mudança, e uma mudança que, no meu ponto de vista, é extremamente positiva.

Nós temos um sistema educacional, em especial um ensino médio, que não atende ninguém. Como o senhor disse, não atende nossos alunos, não atende e não deixa satisfeitos os nossos professores, ou seja, é



uma insatisfação geral. Eu acho que só isso demonstra a necessidade de mudança.

Outro ponto importante, como o senhor também disse aqui, são os resultados, que são deprimentes, são muito ruins, enfim, que pedem uma mudança muito rápida e muito urgente. Como a mudança é urgente, por que não ser por medida provisória? Quantas mudanças, como a Dorinha falou diversas vezes e o Ministro lembrou aqui, na nossa educação não foram feitas por medida provisória no governo da Presidente Dilma? Por que é só mudar o governo e as posições mudam completamente com relação ao mérito das coisas? Ou seja, este debate, em especial da medida provisória, não é um debate real, não é um debate verdadeiro.

Eu queria também concordar com V. Exª e com a proposta em três aspectos em especial. Primeiro, com relação à escola em tempo integral. E tenho como referência o seu Estado, Pernambuco, que, se não me engano, quando V. Exª era Vice-Governador e depois Governador, implementou um projeto pioneiro, com a participação de Marcos Magalhães: a implementação de escolas em tempo integral em Pernambuco. Esse mesmo modelo, Ministro, nós implementamos também em algumas escolas em Goiás. E é muito bom ver esse modelo hoje poder ser difundido em todo o País.

Concordo também com o protagonismo que a reforma dá aos jovens, aos estudantes. Outro dia perguntaram aqui: se um jovem de 16 anos pode votar, por que também não pode definir o seu futuro educacional? Claro que pode. E a reforma do ensino médio propõe exatamente isso.

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – E também, Ministro, quero defender aqui o notório saber, que é algo que era defendido por muitos e que V. Exª teve a coragem de mandar como proposta.

Só para terminar, Presidente, quero fazer aqui algumas perguntas que me preocupam, Ministro.

Primeiro, quero fazer uma referência especial. Um terço dos nossos jovens e alunos do ensino médio estão no turno noturno. Eu entendo que a nossa proposta de reforma, de mudança, deve dar uma atenção maior a isso. Isso não está claro na Medida Provisória, e é importante o Ministro falar sobre isso.

É importante também, Ministro – e eu o parabeno por isto –, o aumento de horas no ensino médio. Mas nós não podemos ter uma discussão somente em quantidade, em número de horas. É muito importante incorporarmos também o quesito de qualidade nesse aspecto,...

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – ... de como garantir a ampliação das horas-aulas, mas com muita qualidade, o que falta hoje.

Ministro, para terminar, eu queria fazer uma pergunta especial com relação ao financiamento desse modelo.

A Resolução nº 4 do FNDE prevê repasses para despesas de custeio e capital, via PDDE, que não podem ser utilizados para pessoal. E eu acho que esse é um problema. Já que nós vamos ter um grande aumento de horas-aulas, nós vamos ter que ter mais professores dando aulas, e isso vai causar um aumento significativo na folha dos Estados em especial. Como lidar com esse financiamento, Ministro?

Nós não podemos fazer como uma medida que foi muito importante e que esta Casa adotou há alguns anos, que foi a aprovação do Piso Nacional dos Professores. O Congresso aprovou uma lei importante, mas não gerou capacidade de financiamento para que isso acontecesse nos Estados, que hoje vivem problemas muito sérios nesse sentido.

Então, o financiamento é uma preocupação muito grande e eu queria saber como o Ministro vai lidar com isso, como o Governo vai cuidar dessa questão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O Senador José Medeiros é o próximo inscrito.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Sr. Presidente, Deputado Izalci Luca; Sr. Relator, Senador Pedro Chaves; Ministro Mendonça Filho, todos os presentes, todos Deputados.

Sr. Presidente, em primeiro lugar, eu tenho visto no Senado, cada vez mais, as pessoas pedirem debate.

Eu sou a favor, eu gosto de ouvir e de falar até ficar rouco. Eu não tenho dificuldade de ouvir, de ouvir debates, de ouvir argumentos, sejam eles de que sorte for. Agora, eu tenho um problema. Eu trabalhei muito tempo na roça. Você quer ver deixar um cavalo doido é dar um tapa na cabeça dele. É grito comigo. Eu não consigo conceber que nesta época de evolução que o ser humano está, você tente ganhar as coisas no grito. O senhor pode ter todos os seus argumentos e eu ter os meus, que podem ser frontalmente um ao outro, mas eu não tenho o direito de gritar com V. Exª, eu não tenho o direito de querer impor as minhas vontades.

Eu estou vendo minorias querendo impor vontades aos brasileiros.

Na minha cidade, a cidade de Rondonópolis – e aproveito para fazer uma homenagem aos alunos –, um



bando de arruaceiros, esse é o termo, tentou invadir a Universidade Federal de Mato Grosso, lá no *campus* de Rondonópolis, para fazer parar as aulas na marra. Os alunos se contrapuseram e não deixaram isso acontecer.

Então, Ministro, eu queria aqui trazer essa notícia. A maioria dos alunos brasileiros quer estudar. (*Palmas.*)

A maioria dos alunos brasileiros quer uma educação de verdade. E a maioria do povo brasileiro quer apoiar esta Medida Provisória, porque não é crível, não é possível que um país rico como o nosso, totalmente capaz de produzir conhecimento, fique todos os anos na rabeira.

Nós fazemos parte do BRICS (China, Índia, África do Sul, Brasil, Rússia). E o que que acontece? Nós estamos lá longe. A Índia está vendendo conhecimento para o mundo inteiro. Boa parte do imposto de renda dos norte-americanos é feito na Índia. *Call centers*... E eles produzindo. Boa parte dos programadores da Apple e da Microsoft está na Índia.

E nós estamos produzindo o que aqui? Um bando de alunos se junta, boa parte insuflada por alguns alunos chamados estudantes – eu digo estudante profissional, pois o sujeito está com 40 anos e continua lá, no ensino médio –, em nome da UNE, da Ubes e não sei o quê, e vai para lá e tenta fechar as escolas. Por quê? Boa parte nem leu essa reforma. Você chega lá nas escolas, eles não querem conversar. Querem gritar, querem agredir. E está escrito lá: “Fora Temer!”.

O que está em jogo aqui não é reforma do ensino. Eles querem deixar do jeito que está, porque o ensino para eles faz pouca diferença. Eles gostam de ficar viajando. Compram um saco de pão e vão para os *campi* fazer congresso e pronto. E fica nessa coisa. Ficam sete, oito anos numa mesma série, e são contra toda proposta de mudança.

Lógico que numa linha do raciocínio desses partidos que os financiam, porque toda medida importante que o Brasil tentou implantar, Senador Pedro Chaves, esse povo foi contra. Foi contra a eleição do Tancredo Neves, foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, foi contra o teto de inflação, foi contra a Lei de Responsabilidade Fiscal, contra o Plano Real, e agora contra...

Como é que pode? Com relação a esta medida – eu até soltei o áudio aqui –, na campanha de 2014, a Presidente Dilma dizia: “Eu não tenho nada contra Filosofia nem contra Sociologia, mas é impossível que um aluno tenha que ter 12, 13 matérias”. Ela dizia isso, e não vi um gritar contra. E mais. Ela disse: “Olha, nós precisamos ter um currículo básico”. Boa parte do que eles diziam esta reforma contemplou, mas agora não presta.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Dizem que é um liberal, um neoliberal que está impondo esse currículo, para acabar com o povo e que não sei quê.

Onde nós vamos parar gastando essa fortuna? Porque nós gastamos uma fortuna com educação, e o resultado é ruim, o resultado é um desastre.

Então, eu queria homenagear, primeiro, o Presidente, por estar conduzindo a Comissão, e o Relator Pedro Chaves.

Ministro, eu sei que não é fácil enfrentar um debate como este, mas eu o parabeno por não fugir dele, por vir de peito aberto discutir. Porque os que mais batem lata aqui e no plenário, dizendo que isto está sendo colocado de afogadilho, quando chega a hora de debater, fazem o quê? Fogem. Está aqui o Ministro. Se fosse de boa-fé, se quisessem realmente sugerir, na hora de sugerir, estariam aqui. O Ministro está aqui. Então, não querem debate. Querem fazer o que o pessoal fez hoje: pedir *impeachment*. Eles fizeram 50 pedidos de *impeachment* contra os Presidentes anteriores.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – O pessoal foi agora pedir o *impeachment* do Presidente Temer. Mas quando era contra a Dilma: “Ah, é golpe!”.

Então, esse pessoal é assim, em coerência, zero. Defende direitos individuais, mas hoje estão aí, fazendo homenagem para Fidel, que matou mais gente do que tudo.

Então, eu queria agradecer o tempo e dizer que não vejo outra saída que não seja buscarmos a reforma do ensino.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo a palavra ao Deputado Mauro Pereira, que pediu para falar.

Vou deixar a Dorinha por último, para encerrar, viu, Dorinha? Eu quero fechar com chave de ouro com V. Ex^a.

O SR. MAURO PEREIRA (PMDB - RS) – Cumprimento o Sr. Presidente, Deputado Izalci Lucas; o nosso



Senador Pedro Chaves, que é Relator desta importante medida provisória; o meu amigo, Ministro Mendonça Filho; todos os membros desta Comissão. Nós temos que parabenizar o Ministro e esta Comissão. Realmente, a que estamos assistindo no Brasil nos últimos anos? Além do não apoio ao ensino, especialmente no segundo grau, um agravante, que na minha opinião é o que tem de pior.

Hoje nós temos centenas, podemos até dizer milhares, de ensinamentos supletivos, em que, na verdade, o aluno não estuda, não faz o dever de casa na idade em que precisaria fazer, e, depois, ele simplesmente faz a inscrição num supletivo desse, paga as mensalidades em dia, e em um ano pega o diploma do segundo grau.

Há casos, Ministro, em que o aluno não vai nem uma vez por semana na escola. E depois dá no que dá: eles têm que fazer um vestibular em que precisam ter conhecimento e não vão a lugar nenhum. Isso é o que está acontecendo, o que aconteceu nos últimos anos.

O que é que nós criamos? Nós criamos um faz de conta: faz de conta que nós estamos ensinando, faz de conta que os professores estão na sala de aula educando, faz de conta que os alunos participam e faz de conta e faz de conta. E aí nós chegamos nesses números desprezíveis que nós temos hoje, especialmente no ensino do segundo grau.

Eu quero parabenizar V. Ex^a. Seria cômodo se o Ministro e sua equipe... É lógico que o Ministro não faz nada sozinho, há uma equipe de servidores que trabalha com o Ministro e que com certeza não concorda com o que está acontecendo, porque quem é educador de verdade realmente quer a mudança. Esse é um trabalho que está sendo feito a diversas mãos, eu tenho certeza de que não é só da cabeça do Ministro, não é só da cabeça dos membros desta Comissão. Eu não tenho dúvida nenhuma de que as pessoas de bem, as pessoas que querem o melhor para o nosso País têm que seguir em frente, têm que votar aqui. Precisamos aprovar.

Eu não tenho dúvida nenhuma de que na Câmara, na hora em que entrar em votação, serão cerca de 360 votos favoráveis – favoráveis –, porque há pessoas, os partidos políticos, especialmente os que estão na oposição.... Na hora em que saíram daqui, a Deputada e a Senadora me encontraram no corredor. Elas estavam dando risadas. A impressão que eu tive é que havia acontecido alguma coisa muito feliz na vida delas. É, elas vieram aqui, bagunçaram, armaram o maior barraco e saíram daqui felizes. Essa é a oposição que nós temos hoje. *(Palmas.)*

Então, Ministro, eu vou dizer uma coisa com toda sinceridade: é um orgulho ter esse povo contra. No momento em que esses petistas, essa turma está contra, é sinal de que estamos no caminho certo.

Então, que Deus os ilumine. Que eles continuem contra. É um orgulho eles serem contra, porque são incompetentes e governaram com a pior qualidade. Não existe um lugar em que eles acertaram. Não existe. Se alguém disser: “Não, Mauro, espera aí, porque eles acertaram lá no Ministério tal”, mentira. Vai ter que me provar, porque eles pediram para serem ruins e entraram na fila umas dez vezes.

Então, Ministro, parabéns!

E parabéns aos membros desta Comissão pelo excelente trabalho. E vamos à frente, porque estamos no caminho certo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Antes de passar a palavra para a Professora Dorinha, eu quero também registrar aqui a presença da Sr^a Ivana de Siqueira, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, do Ministério da Educação (Secadi-MEC); da Sr^a Eunice de Oliveira Ferreira Santos, Diretora de Gestão e Planejamento do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep); e do Sr. Henrique Sartori de Almeida Prado, Secretário Executivo do Conselho Nacional de Educação.

Obrigado pela presença.

Com a palavra, então, a nossa Deputada Dorinha.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, Sr. Relator, caro Ministro, nosso colega, grande líder, gostaria de cumprimentar todos.

Eu gostaria de começar assim: acho que, por uma questão de justiça, independentemente de toda a situação, não é a primeira vez que a Senadora faz um teatro, usa a palavra além do tempo, mas hoje ela foi além da conta, porque não houve nenhum requerimento de audiência/debate. Isso não existe. Eu pelo menos desconheço isso regimentalmente.

Segundo, nós apresentamos uma série de nomes e entidades e o Relator organizou as Mesas de acordo com a sua visão, com a disponibilidade. Não existe audiência que eu propus. Eu propus vários nomes, assim como elas também propuseram vários nomes. Então, não é verdade que eram autoras e foi desmontada a audiência delas.

Além disso, não existe a figura do confronto. Isso não foi colocado. Poderia até ter sido discutido no dia da apresentação do plano de trabalho. Então, isso inexistiu.

Toda preocupação, como estão dizendo, com o debate não é verdade também, porque eu participei,



sendo oposição, em 2012. Eu estava lá na Comissão Especial do Ensino Médio, em 2013 e 2014, quando o texto foi finalizado. O texto ficou pronto para ser votado em dezembro de 2014, seis meses depois do PNE. Então, não é verdade que foi o PNE, que a sua importância não permitiu que fosse votado o PL que estava pronto para votação. Isso não é verdade.

Eu, em uma das audiências, perguntei, quando as pessoas diziam que queriam debater: “Onde vocês estavam?”. Porque nós estamos discutindo o ensino médio há muito tempo, a urgência, a relevância, os números, a situação.

Elas provocam. E inclusive, Ministro, uma das coisas é que eu penso que dois anos depois da aprovação da Base é tarde. Eu acho que temos que pensar numa forma em que os Estados que quiserem antecipar possam fazê-lo. É a vida de pessoas que precisam e que vão perder muito tempo. E se o sistema quiser fazer isso, por que não fazer? Por que não aproveitar essa mobilidade? Porque nós vamos depender de toda a reorganização do processo de formação de professores, do material didático.

Só quem nunca pisou num sistema é que fica dizendo que não tem urgência, que não tem pressa, porque tem pressa sim, tem urgência sim. Isso não quer dizer que não vá ser feito de maneira responsável. Não quer dizer que não vá ser revisto quantas vezes forem necessárias. Isso é normal. Qualquer política pública pode ser aprimorada, pode ser modificada. Isso não quer dizer também que vamos esperar dez anos para ter um texto perfeito.

Então, acho que temos que ter essa urgência. Isso vai depender de uma provocação. Logicamente, alguns Secretários expuseram a preocupação deles com o Enem, a preocupação deles com uma série de programas do próprio Ministério, que talvez pudessem ser direcionados para ajudar os Estados que quiserem ganhar escala na implantação através do PAR, através do ProEMI e de outros financiamentos do Ministério, uma vez que eu entendo que passa a ter uma centralidade de política pública para esse desenho.

Muita gente diz assim: “Agora todo mundo vai ter que ter escola de tempo integral? E se eu não quiser? E as pequenas cidades?”.

É preciso pensar, Ministro, como é que nós vamos lidar com as pequenas cidades. São quase três mil cidades que são pequenas e que têm uma única escola de ensino médio. Os alunos dessas pequenas cidades precisam ter também o seu direito assegurado, com a possibilidade de diferentes caminhos e trajetos. Como é possível fazer isso?

Tivemos aqui uma experiência muito interessante de um IF, se não me engano, do Paraná, de Jacarezinho, que faz um trabalho muito interessante, um cardápio de disciplinas, que no ano anterior os alunos escolhem para alunos, quem sabe, de cidades que só tenham uma escola de ensino médio, com um currículo flexível, tentando responder à demanda local.

Eu acho que é possível pensar nisso, no caso específico do noturno. O Relator já está preocupado em relação a reduzir as desigualdades no caso do noturno, à questão das pequenas cidades e a um incentivo aos Estados que querem fazer o seu esforço próprio.

Entendo que o Ministério precisa avançar nessa parte de financiamento, mas o Estado também, que quisesse fazer esse esforço próprio, que seja de alguma forma incentivado e premiado nesse esforço específico.

Quero também contrapor. Algumas vezes, dizem que a Medida Provisória só está mexendo em currículo. Quem fala isso não entende de educação. A Medida Provisória, antes de mexer em currículo, trabalha num trajeto, numa estrutura, num arcabouço, porque a parte de currículo e disciplina a Base vai fazer isso, junto com o Conselho, ouvindo, como nós já estamos, acho que na terceira versão, que vai sair. Então, não tem nada a ver só com currículo. Logicamente que a Base vai definir isso junto com os diferentes trajetos.

Mas eu queria fazer essa provocação sobre a responsabilidade do Ministério em termos de política pública, de formação de professores, porque não é fácil lidar com isso, pelo espaço da autonomia universitária, mas é preciso fazer a provocação.

A questão do material, do livro didático, há uma escolha prevista do ensino médio e que também, depois de escolhido, vai ficar três anos à disposição das nossas escolas para esse uso. Por isso eu falo da questão da urgência.

E a possibilidade de uma organização desse ponto de vista de financiamento, para evitar esses vários programas, porque eu sei que o Ministério, V. Ex^a chegou e herdou e algumas pessoas querem cobrar. O senhor está há sete meses no Ministério. Quem esteve por 13 anos teve muito tempo para fazer muita coisa e, de repente, está dizendo que não é só currículo.

(Soa a campainha.)

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Mas há um conjunto de medidas e de centralidade em termos de política pública.



Eu acho que o modelo com que todos nós sonhamos é o modelo que foi adotado em Pernambuco, um modelo disponível para os Institutos Federais, mas a realidade que nós temos nos nossos Estados demanda ainda um grande esforço que não é somente do Ministério da Educação, mas que pudéssemos ter essa confluência de políticas públicas de formação, de preparação de material didático e de incentivo a boas experiências que possam... Logicamente, nós não vamos ter um ensino médio, tem a questão do campo, que precisa ser enxergada, tem a questão indígena, que precisa ser enxergada, e do noturno e das pequenas cidades, porque eu acho que esses são os desafios de política pública que o Ministério vai enfrentar para garantir esse texto que está sendo construído aqui, por muitas mãos.

Quero lembrar também, para finalizar, que todo mundo que diz que tínhamos que ter ouvido outras vozes dos alunos, não se preocupou em apresentar esses pedidos de vozes. Quem apresentou o requerimento para serem ouvidos UNE e Ubes fui eu.

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Eu apresentei, para que eles fossem ouvidos e que pudessem.... Inclusive, pedimos aqui, Relator, que eles enviassem documentos e sugestões para que o PL, na verdade, agora, medida provisória, tivesse o melhor desenho possível para que o ensino médio tenha um espaço que responda.

Acho que essa carta, para finalizar, da CNBB, precisa ser respondida. Há um monte de equívocos, para não dizer mentiras, e uma delas é justamente dizer, acho que a falta... *(Palmas.)*

Na verdade, ela inteira tem uma série de incompreensões. Eu acho que precisa ser respondida por nós e pelo Ministério da Educação.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Dorinha.

Antes de passar para o Ministro, eu vou perguntar o que V. Exª perguntou outro dia: onde estava a CNBB? Nesse período todo, eu nunca vi a CNBB falando nada sobre ensino médio, até porque nunca sugeri nada e realmente tem muita coisa equivocada aí.

Mas, antes de passar ao Ministro, vou passar a palavra ao Relator, para que ele possa também fazer algumas considerações.

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Sr. Presidente, Ex^{mo} Ministro de Educação, Mendonça Filho, Srs. Deputados, convidados, professores, o meu boa-tarde.

Eu gostaria de cumprimentar também a Maria Helena, Secretária Executiva do MEC; Maria Inês Fini, Presidente do Inep; Rossieli, Secretário de Educação Básica e demais autoridades que estão aqui presentes.

Eu gostaria inicialmente de dizer que, nessas condições especiais que estamos vivemos hoje e já há algum tempo, não há coisa melhor do que a edição da medida provisória relativa à reforma do Ensino Médio.

Depois de todo esse imbróglio, desde quando foi falado aqui, desde 1998, tem-se falado na reforma do Ensino médio. Depois, todo ano, repete-se a mesma coisa. Eu fui conselheiro do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso do Sul durante bastante tempo. Na época, discutia-se muito sobre educação e falava-se do ensino médio. Depois, foi montada aqui uma equipe, mandado um projeto do Reginaldo, aqui na Câmara Federal, desde 2012 e 2013, e nada de resolver sobre o ensino médio. Ficou parado lá, dormitando, durante seguramente dois anos. E realmente tinha que ter alguém com a coragem, com a determinação, com a vontade inquebrantável do nosso Ministro para, via medida provisória, mostrar ao Presidente da República que era fundamental e indispensável que houvesse realmente uma ação efetiva para a reforma do ensino médio.

Então, eu considero a medida provisória não um ato de autoridade. Eu considero uma vantagem, porque eu falei já muitas vezes que a medida provisória tem começo, meio e fim. Então, nós teremos, no dia 23 de março, concluída a medida provisória, realmente finalizada a reforma do ensino médio. Eu tenho essa convicção.

Afora tudo isso, há um grande equívoco e uma repetição continuada da Senadora e da Deputada em relação à democratização da Medida Provisória. Eu nunca vi tanta generosidade do Ministro da Educação e também do próprio Presidente da República em permitir tantas audiências públicas, tanta democratização num documento em que eu consultei, seguramente, mais de 50 pessoas, autoridades, representantes, alunos, professores, diretores, presidentes de entidades, tanto civis, privadas, como públicas. Enfim, houve uma ampla consulta. Depois disso, peguei o relatório integral da Câmara Federal, acoplei, anexei à Medida Provisória.

Ouvi na TV Senado todos os depoimentos, analisei mais de 566 emendas. Foram aproveitadas mais de 90, algumas parcialmente e outras por inteiro na Medida Provisória. Isso significa o quê? Que é um documento totalmente democratizado em todos os sentidos. Quer dizer, ninguém pode reclamar dizendo que não houve diálogo.

Eu vejo a cantilena da oposição, sempre dizendo as mesmas coisas, quer seja neste plenarinho como no



plenário, como na Câmara. Em todos os lugares a que eu vou, são as mesmas palavras. E, na verdade, nota-se que é uma cantilena já orquestrada e, pior, que está alienando a nossa juventude em relação a uma consciência política real e em que se pode realmente fazer uma crítica objetiva.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de dizer a vocês que estou muito tranquilo. Como Relator, estou convencido de que foi o melhor instrumento utilizado. É importante que seja realmente através de medida provisória.

Revisamos o texto, vamos concluir ainda hoje à tarde e à noite, e vamos apresentar, com muito prazer, amanhã.

Posso dizer para vocês, como educador, fui reitor durante 15 anos, trabalhei em educação básica por 40 anos, que estou convencido de que a reforma é um imperativo mesmo para mudar o ensino médio deste País.

Afora tudo isso, ainda fui nas embaixadas. Fui na Embaixada da Finlândia, da Inglaterra, da Suécia, para discutir a reforma do ensino médio. O nosso está totalmente defasado, está equivocado. É essencial que nós realmente aprovemos esta medida provisória, já que, da forma que ela está constituída hoje, na verdade, dá esse formato que a oposição espera.

Muitas críticas feitas aqui são extremamente injustas, não por culpa talvez do grupo que saiu, mas porque eles não sabem das mudanças que a Medida Provisória sofreu. Quer dizer, foram aperfeiçoados aqueles pontos que nós agregamos à Medida Provisória, porque muitas sugestões e orientações – resultado das próprias audiências – foram incorporadas.

Então, estamos tranquilos e esperamos, amanhã, com muita alegria, submeter a todos vocês a leitura do relatório final.

Obrigado. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo a palavra, então, ao Sr. Ministro, para que faça as suas considerações.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Primeiro, eu quero aqui responder as colocações da Deputada Josi Nunes, do PMDB, de Tocantins, sobre o debate existente em torno da reforma do ensino médio, remetendo a 2013.

A Deputada Professora Dorinha lembrou que houve a criação de uma comissão especial na Câmara para discutir o novo ensino médio, que foi a base que permitiu a apresentação do projeto em 2013.

A rigor, o debate na Câmara se dá anterior a 2013, 2012 e 2011.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Na verdade, a comissão especial foi instalada em 2012.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Em 2012.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – O ano todo trabalhou, fechou no texto chamado Ensino Médio Integral. Em 2013 e 2014 começou o debate já em cima do PL.

O SR. JOSÉ MENDONÇA FILHO – Perfeito. Então, você está falando de um debate praticamente completando cinco anos dentro do Parlamento, só em torno do projeto que tramita na Casa. Um debate bastante longo.

Se nós remetermos a outros momentos históricos mais relevantes, vamos para 1998, 2003, 2007, com a introdução do Fundeb. Então, um debate bastante longo, intenso, e quem não debateu foi porque não quis debater, porque há muita gente que prega o debate, mas na hora do debate corre. Essa é a verdade.

Então, eu quero aqui incorporar as suas contribuições e dizer da importância desse tema.

A Deputada Josi falou também sobre a educação infantil e fundamental. Concordo plenamente, é uma agenda que nós pretendemos discutir e apresentar propostas tão logo novos prefeitos tomem posse, que são aqueles que farão as políticas públicas para a área da educação infantil e fundamental.

A alfabetização de qualidade, como enfatizou a Deputada Josi, é algo que se alinha com o meu pensamento, até porque a qualidade da alfabetização no Brasil é mais uma tragédia. Apenas 11% das crianças no terceiro fundamental têm desempenho nível IV em alfabetização, alcançam a plenitude da alfabetização nos quatro níveis de avaliação. Para mim, isso caracteriza um quadro realmente devastador para as crianças e jovens do Brasil, porque afetar todo o itinerário educacional daquela criança, entrando pelo final do fundamental, nível médio e acesso à universidade, se é que chegará lá, porque essas são as crianças que serão excluídas ou expulsas da educação no meio do caminho.

V. Exª fala sobre como será a implementação. A implementação se dará de forma gradual. É lógico que tenho que aguardar o texto do Relator, mas dando prazo para a Base Nacional Comum Curricular até meados



do próximo ano, é o nosso projeto. E, depois da base implementada, um tempo para que cada sistema estadual de educação se adapte ao novo ensino médio.

Eu compartilho integralmente e quero incorporar a sugestão da Professora Dorinha. Não sei se o Senador Pedro Chaves tem esse sentimento, mas se tiver, ele é muito bem-vindo, de que o Estado que quiser avançar e antecipar a implementação, a partir da arquitetura definida, que possa fazê-lo. Não vejo por que nós impedirmos uma maior celeridade em sistemas estaduais que tenham já disposição de avançar, porque o tempo perdido em educação é um tempo que não volta mais. O sacrificado não somos nós. São os jovens, que perdem boa parte do seu futuro, em termos educacionais, e da sua própria vida e de seu projeto de vida.

O financiamento como será? Eu quero levar em consideração que o Governo Federal terá como preocupação central a descentralização e um espírito muito mais federalista do que o que ocorreu nesses 13 anos de governo do Partido dos Trabalhadores, valorizando Estados e Municípios.

Lembro programas básicos, como, por exemplo, o programa da merenda escolar, que desde 2009 não tem reajuste. Isso significa você impor a Estados e Municípios uma maior aplicação nesse item da educação, e isso é realmente transferência indireta de recursos do Município e do Estado para a União, porque, ao final, quem arca com a responsabilidade são os Estados e Municípios. Então, nós vamos tentar apoiar o máximo possível. Já temos alocados na nossa programação para 2017 e 2018 R\$1,5 bilhão para implantação de educação em tempo integral. Isso é possível, desde que as redes se organizem e se reorganizem.

Eu lembro também que, nos últimos seis anos, de 2010 a 2016, nós ampliamos o investimento em educação básica em R\$10 bilhões. Em 6 anos, de 2010 a 2016. E em educação superior, R\$30 bilhões. Ou seja, ampliou-se o investimento em educação superior três vezes mais do que em educação básica. Não tenho nada contra o ensino superior, muito pelo contrário, vamos continuar valorizando e prestigiando, particularmente as universidades federais, mas temos que ter a consciência de que educação básica é algo básico para uma boa educação.

E as áreas de conhecimento são aquelas que nós expusemos há pouco. V. Exª sabe que isso não é uma coisa estática. Todas as redes, todos os sistemas estaduais e todas as escolas têm que disponibilizar, por exemplo, educação técnica profissionalizante. Há de se ter um modelo mais flexível que enfatize justamente as vocações de cada escola, de cada sistema estadual, de cada Município, gerando uma condição de aplicabilidade de um modelo mais flexível em cada unidade da Federação, dentro das suas próprias prioridades.

Deputado Thiago Peixoto, eu agradeço muito sua colaboração e sua experiência como ex-Secretário de Educação, seus cumprimentos com relação ao que nós estamos tentando fazer à frente do Ministério da Educação, um desafio muito importante, e, por isso, a gente precisa do apoio do Parlamento e da sociedade, que deve apoiar essas mudanças todas que estamos defendendo dentro das suas convicções ou respeitando as suas convicções.

V. Exª enfatizou também a questão dos resultados, deprimentes.

O Brasil celebra a mediocridade. Essa é a verdade. A gente acompanhou uma evolução razoável do ponto de vista de universalização, mas os números relativos à área educacional do Brasil, para mim, não podem tornar nenhum cidadão feliz ou satisfeito com eles. Muito pelo contrário. Se nós analisarmos qualquer indicador com relação a PISA, a *ranking* de competitividade, a gente vai se deparar com uma situação vexatória. O Brasil é uma vergonha do ponto de vista educacional em qualquer parâmetro. Oitava economia do mundo, sexagésima quarta posição em *rankings* e mais *rankings* internacionais. Para mim, é uma missão que não envolve só os setores públicos, Estados, Municípios e o Governo Federal. Há de se ter uma mobilização social, da sociedade como um todo, para que a gente tire o Brasil dessa situação bastante difícil.

O Deputado Thiago falou sobre a experiência em escola em tempo integral.

Eu me orgulho muito, Deputado, de ter colaborado, atuado e liderado o processo de implantação do modelo de escola em tempo integral em Pernambuco. E nós não contamos, ao longo dessa história toda, com um centavo do Governo Federal. Tudo foi feito com recursos azuis e brancos, pernambucanos, e, consequentemente, é viável. Se um Estado da Federação e da região mais pobre do Brasil pode e pôde implantar um modelo de sucesso como esse, por que os demais não podem? Mede-se sucesso não é por adjetivo, não é por palavra de ordem. Infelizmente, parte da esquerda brasileira se acostumou a medir sucesso adjetivando e colocando que o seu modelo é o melhor. Eu quero comprovar com resultados, com avaliação, e, com avaliação, o que nós podemos apresentar ao Brasil é que nossa posição era a vigésima primeira, vigésima segunda no *ranking* do Ideb nacional do ensino médio, e, em pouco mais de 12 ou 13 anos, com vários governos – e eu não quero aqui fazer autopromoção da nossa gestão, da minha ou da do ex-Senador da República Jarbas Vasconcelos, muito pelo contrário, até porque adversários levaram adiante esse projeto, como, por exemplo, o ex-Governador, já falecido, Eduardo Campos –, Pernambuco saiu da vigésima primeira ou vigésima segunda posição e hoje ocupa a primeira posição no Ideb nacional, ao lado de São Paulo. Se nós isolarmos a educação



pública, é a primeira posição isolada.

Então, quem demonstrou isso num espaço tão curto de tempo pode, de forma muito objetiva, demonstrar ao Brasil que é viável a aplicação de modelos de sucesso – não quero dizer que esse é um modelo único – em qualquer Estado da Federação.

V. Exª falou sobre o protagonismo dos jovens, e eu acredito nele. Eu acho que o jovem tem autonomia para definir o seu trajeto, a sua trajetória, o seu futuro, definir suas prioridades. É um momento de inquietude, é um momento de rebeldia, mas é um momento também de afirmação. Numa sociedade da informação, do conhecimento, onde se difunde por meios cada vez mais tecnologicamente avançados, é lógico que um jovem pode participar muito mais presentemente da definição do seu itinerário formativo, e eu vou inteiramente alinhado com o seu raciocínio.

Um terço para os jovens no estudo noturno. Quer dizer, V. Exª levanta a discussão sobre o ensino noturno e como compatibilizar a reforma a essa situação.

Primeiro, eu disse, na audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, que considero um absurdo que o Brasil conviva com a educação noturna. É uma realidade. A gente vai ter que se deparar com essa realidade. Mas isso é fruto, primeiro, do fato de que, durante os anos do ensino fundamental, em que há acúmulo e defasagem entre idade e série por parte de vários alunos, entrando pelo ensino médio, vários alunos terminam o ensino médio com 19, 20 anos, diferentemente de alunos da classe média, que terminam, normalmente, no tempo previsto, até os 17 anos. Então, esse quadro faz com que, pela demanda da própria casa, pelas necessidades familiares, o pai imponha que ele tenha que trabalhar e estudar ao mesmo tempo.

Então, nós levaremos em consideração essa questão e essa realidade, triste, a meu ver, que temos que lutar para mudar, para fazer com que se reduza gradualmente a oferta de educação noturna para os estudantes do Brasil, porque isso, na verdade, é um contrassenso. Os jovens, nessa idade, deveriam estar concluindo o ensino médio no tempo devido, nas horas que são ofertadas para qualquer outro jovem, e não se deveria impor que ele tenha que trabalhar para ajudar a sustentar a si próprio e sua família.

Garantir a ampliação do ensino médio com qualidade é o que nós desejamos e que V. Exª afirmou. Eu concordo inteiramente, até porque os números mostram claramente que nós estamos na contramão em termos de qualidade, e queremos enfatizar a qualidade.

E financiamento da educação, especialmente no novo médio.

Bom, aí há duas discussões. No que diz respeito ao ensino médio integral, nós já aportamos recursos e alocamos para o exercício de 2017, e, para 2018, estaremos também consignando no Orçamento da União recursos para a implantação da educação integral para o ensino médio, e queremos considerar outras formas de apoio à implantação do ensino médio no novo modelo. Ele não será tão caro como se possa dizer, embora, nessa lógica de valorização da educação básica em relação à educação superior, eu creia que teremos folgas para poder ampliar investimentos.

Nós estamos realocando prioridades dentro do Ministério da Educação, tirando da área-meio e colocando na área-fim, e, evidentemente, com qualquer centavo a mais que se coloque na educação básica, vai-se estar trabalhando para melhorar a qualidade da educação no nosso País.

Agradeço as palavras do Senador José Medeiros, que apoia a reforma do ensino médio e a defende de forma muito enfática, e também quero manifestar meu agradecimento pelas palavras do Deputado Mauro Pereira, que traz também uma reflexão muito positiva com relação à reforma e à necessidade de mudanças no ensino médio brasileiro.

Por fim, alguns comentários sobre aquilo com que colaborou a Deputada Professora Dorinha, que destacou o fato de que este debate é antigo dentro do Parlamento, desde 2012. Ela é engajada nos temas relacionados à educação, conhece muito bem o tema, mostrou isso de forma muito clara, e tem sido absolutamente fundamental sua colaboração para que possamos ter sucesso no Ministério da Educação. Como disse a Deputada, e eu compartilho de seu pensamento, qualquer política pública pode ser aprimorada, melhorada.

Este é um debate histórico. Muita gente falava, propunha e defendia depois da divulgação dos IDEBs do ensino médio fracassados, mas depois se esquecia. Quando vem alguém com coragem e com posição e postura política para colocar a coisa para funcionar, aí vêm as críticas.

Eu aceito as críticas democraticamente, mas nós vamos levar adiante a reforma do ensino médio porque ela interessa aos jovens do Brasil. (*Palmas.*)

A Deputada Dorinha ainda fala sobre as pequenas cidades e pergunta o que fazer. É uma boa indagação. E a lógica das mudanças não implica, necessariamente, numa padronização. Ela permite que tenhamos níveis de implantação e de incorporação de forma gradual, levando em consideração as peculiaridades, as particularidades, especialmente de pequenas cidades, que têm, muitas vezes, apenas uma escola do nível médio, o que é uma preocupação que deve estar presente para que a gente não crie *gaps* e distâncias muito



grandes com relação ao padrão de desempenho.

E ela lembrou muito bem esse exemplo do IF de Jacarezinho, no Paraná, que, segundo a Deputada, é um exemplo e que eu gostaria de conhecer. Eu acho que o sistema educacional brasileiro precisa permitir a criatividade, a boa competição, que outros Jacarezinhos possam aparecer. Quando você tem um exemplo positivo na vida, aquilo vira parâmetro de comparação para você pensar: “Eu quero ter uma escola igual a de Jacarezinho”, “Eu quero ter uma educação igual a um sucesso determinado em qualquer Estado da Federação”. Isso é algo virtuoso, positivo que a gente tem que cultivar, e eu quero valorizar isso.

Incentivo aos Estados que querem fazer um ensino médio implantado com seu esforço próprio e mais rápido. Eu faço o apelo ao Senador para levar em consideração as palavras da Deputada.

E material de livro didático adaptado a essa nova realidade, que eu realmente acho que é muito importante.

Aí, para finalizar, alguns comentários finais com relação ao que abordou o Senador Pedro Chaves. Quero mais uma vez destacar o seu excelente trabalho, uma pessoa ponderada, colaborativa e sensível, democrática. Ouviu críticas, muitas vezes, pesadas e reagiu com bom humor e disposição para a diálogo. É uma pessoa que, realmente, não conhecia de perto, e de que passei a ser um admirador.

V. Exª demonstra claramente capacidade para estar no Parlamento, que é a Casa do diálogo, do debate. Com a sua condução como Relator, V. Exª ampliou as oportunidades, para que todos pudessem colaborar.

Lamento apenas que alguns poucos, que pregam tanto o debate, na hora do mesmo, correm dele. Para mim, isso é algo negativo. Aqui fica uma palavra de absoluto respeito, porque quem me conhece sabe que fui forjado na luta dos debates dentro e fora do Parlamento, no Executivo, onde quer que esteja. Tendo as minhas convicções, estou sempre aberto a ser convencido.

Porém, formulando as minhas ideias, sou um apaixonado na defesa pelas mesmas, porque elas têm propósitos e objetivos nobres. Não estou aqui querendo fazer algo para o meu interesse pessoal, mas sim para atendimento do Brasil, para aquilo em que acredito.

Acho que a educação brasileira merece muito mais. Triplicamos o orçamento do Ministério da Educação, ainda permanecendo com indicadores medíocres, decepcionantes e tristes.

E quero ajudar, com a mobilização da sociedade, com a nossa equipe trabalhando, a mudar esta realidade. Quem quer a manutenção do *status quo* e acha que o Brasil pode ficar comemorando a mediocridade, que fique na sua toada, porque vamos à frente, buscando a formação de maiorias, a adesão da sociedade, esclarecendo as mentiras difundidas em todo o País, mentiras propagadas.

Ainda hoje, anunciei que ganhamos, na Justiça, o direito de resposta – quero até aproveitar a oportunidade – contra um *site* do PSOL, de um filiado do PSOL do Piauí, que propagou mentiras a meu respeito, dizendo que eu teria pronunciado palavras de desprezo aos professores do Brasil, mas esse método da mentira, que é um método nazista de pessoas radicais que propagam e difundem a mentira, para tentar transformá-la em realidade, tem vida curta.

A verdade, às vezes, tarda, mas chega. Então, à medida que o debate chega aos estudantes, os interessados verdadeiros, os verdadeiros estudantes do Brasil, que querem se emancipar pela educação, ele contamina o Brasil como um todo, num princípio de liberdade, de respeito, de pluralidade, de um debate aberto, livre e soberano.

Não tenho a palavra única nem tenho a verdade única, mas cultivo sempre o valor de dizer o que penso e não de utilizar a palavra para esconder o pensamento ou expressar algo a partir das minhas conveniências do momento, porque tantos que falaram em defesa do ensino médio, há poucos meses, mudaram de posição.

Isso não pode ocorrer. Acho que mudança de convicção por mudança de convicção, por convencimento, é natural, mas por capricho, passa a ser uma coisa menor.

Então, muito obrigado ao Deputado Izalci, pela competente condução, e eu me coloco à disposição do Parlamento.

O tempo de julgamento, de avaliação, de votação na Comissão Especial, no plenário da Câmara e do Senado, será determinado pela Mesa da Comissão Especial e pelas Mesas da Câmara e do Senado.

Eu estarei aqui, apto a esclarecer sempre aquilo que for necessário e debater, com altivez, com coragem e com determinação, porque o nosso interesse é o interesse dos estudantes, dos jovens e das crianças do Brasil, desprezadas por uma educação medíocre – eu volto a insistir –, infelizmente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Tendo a Comissão realizado dez audiências públicas, nos termos do acordo firmado na reunião de trabalho do dia 25 de outubro, eu informo que os Requerimentos nºs 33, 35, 36 e 37 ficam prejudicados, nos termos do art. 242 do Regimento Interno do Senado Federal.

Eu quero aqui, primeiro, pedir desculpa ao Ministro, pela forma como se deu aqui o início da reunião.



Acho até que o discurso que foi feito aqui deveria ter sido feito de manhã. Acho que trocaram o discurso, porque quem ficou 14 anos no governo não fomos nós.

Mas eu quero aqui agradecer muito a presença do Ministro, que agiu diferentemente de outros, que confirmaram presença e não compareceram.

Então, Ministro, agradeço a V. Ex^a, a toda a equipe do Ministério da Educação. Quero, assim, reforçar também a minha admiração, o meu respeito, o meu carinho pelo nosso Relator, muito competente, o qual coloca, acima das questões partidárias, acima dessas discussões, a educação, que é o que todos nós queremos.

Então, agradeço mais uma vez a presença de todos.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 03 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 48 minutos.)



ATA DA 12ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 746, DE 2016, PUBLICADA EM 23 DE SETEMBRO DE 2016, QUE “INSTITUI A POLÍTICA DE FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DE ESCOLAS DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL, ALTERA A LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996, QUE ESTABELECE AS DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL, E A LEI Nº 11.494 DE 20 DE JUNHO 2007, QUE REGULAMENTA O FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NOS DIAS 29 E 30 DE NOVEMBRO DE 2016.

Às dez horas e vinte e dois minutos do dia vinte e nove de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número dois da Ala Senador Nilo Coelho, sob a Presidência do Senhor Deputado Izalci Lucas, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 746, de 2016, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Simone Tebet, Valdir Raupp, Ricardo Ferraço, Ronaldo Caiado, Fátima Bezerra, Telmário Mota, Cristovam Buarque, Lídice da Mata, Otto Alencar, José Medeiros, Elmano Férrer, Pedro Chaves, Kátia Abreu, Antonio Anastasia, José Agripino, Ângela Portela, Ana Amélia, Gladson Cameli e Eduardo Amorim; e os Deputados Renzo Braz, Wilson Filho, Celso Jacob, Lelo Coimbra, Reginaldo Lopes, Maria do Rosário, Soraya Santos, Thiago Peixoto, Danilo Cabral, Professora Dorinha Seabra Rezende, Toninho Wandscheer, Josi Nunes, Leonardo Quintão, Luizianne Lins, Rogério Marinho, Aelton Freitas, Evandro Roman e Átila Lira. Registra-se a presença de parlamentar não membro da Comissão, o Deputado Evandro Gussi. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e solicita um minuto de silêncio em respeito às vítimas do acidente com a aeronave que transportava a delegação do time de futebol Chapecoense. Em seguida, passa a palavra ao Relator da matéria para que proceda à leitura do Relatório. Fazem uso da palavra os parlamentares Senadora Fátima Bezerra e Deputado Leonardo Quintão. A Presidência concede vista coletiva da matéria. A reunião é suspensa às onze horas e vinte minutos e a reabertura é agendada para o dia trinta de novembro às dez horas. No dia trinta de novembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número dois da Ala Nilo Coelho, às dez horas e trinta e um minutos a Reunião é reaberta. A Presidência declara iniciada a discussão e passa a palavra aos inscritos. Usam da palavra: Deputado Danilo Cabral, Deputado Wilson Filho, Deputado Leonardo Quintão, Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende, Senadora Ana Amélia, Senador Valdir Raupp, Senador Romero Jucá, Senadora Fátima Bezerra, Deputado Evandro Gussi, Deputado Átila Lira, Deputada Maria do Rosário, Deputado Thiago Peixoto, Deputado Evandro Roman, Senador Cristovam Buarque, Senadora Lídice da Mata, Deputada Soraya Santos, Deputado Reginaldo Lopes, Deputada Luizianne Lins, Deputado Rogério Marinho e Deputada Josi Nunes. Registra-se a presença dos Senhores Josimar Ribeiro Alves e Rogério Camarinho Tavares, Vereadores da Câmara Municipal de Três Rios/RJ. Às treze horas, a Presidência declara encerrada a discussão e iniciada a votação da matéria. Pedem a palavra para encaminhar a votação: Senadora Fátima Bezerra, Senadora Lídice da Mata, Senador Romero Jucá, Senador José Medeiros, Deputado Rogério Marinho e Deputado Wilson Filho. A Presidência inicia a votação do Relatório do Senador Pedro Chaves, nos termos da Complementação de Voto apresentada pelo Relator. Realizada a votação nominal, de ofício, são computados dezesseis votos a favor e cinco contrários. O Relatório é aprovado e passa a constituir Parecer da Comissão, o qual conclui pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 746, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas, integral ou parcialmente, as Emendas nos 2, 5, 6, 8, 9, 11, 13, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 36, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 66, 68, 74, 75, 78, 79, 81, 90, 91, 93, 99, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 119, 122, 123, 126, 133, 135, 146, 152, 153, 154, 155, 166, 174, 182, 189, 191, 194, 197, 204, 211, 214, 216, 220, 222, 226, 227, 229, 230, 256, 259, 266, 276, 279, 283, 287, 288, 289, 295, 296, 299, 300, 307, 314, 315, 316, 318, 321, 324, 325, 332, 333, 338, 339, 348, 350, 351, 352, 356, 359, 363, 369, 377, 381, 382, 383, 413, 418, 424, 431, 434, 441, 442, 445, 447, 449, 450, 451, 465, 466, 472, 484, 488, 494, 495, 496, 497, 504, 505, 511, 514, 516, 530, 533, 536, 537, 539, 544, 548, 550, 552, 556, 558, 559, 560 e 563, com os devidos ajustes redacionais, rejeitadas as demais, na forma do projeto de lei de conversão apresentado. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião e das reuniões anteriores, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às treze horas e vinte e seis minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Izalci Lucas, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.



Deputado IZALCI LUCAS

Presidente



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, eu gostaria de solicitar aos Srs. e às Sras Parlamentares um minuto de silêncio em respeito às vítimas do acidente ocorrido, nesta madrugada, com a aeronave que transportava a delegação do time de futebol Chapecoense. *(Pausa.)*

(Faz-se um minuto de silêncio.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo a palavra ao Relator, Senador Pedro Chaves, para que proceda à leitura do relatório.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pela ordem, Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (Bloco/PT - RN) – Sr. Presidente, eu quero, com base no art. 132 do Regimento Interno do Senado, pedir vista do relatório, mais uma vez, renovando o apelo da oposição no que diz respeito à questão do calendário, ou seja, à luz de todos os argumentos que aqui a gente já apresentou, da relevância do tema, da complexidade do tema, em se tratando de uma reforma acerca de diretrizes e bases da educação nacional, considerando que os principais interessados, que são os estudantes, não tiveram o acesso necessário e suficiente ao debate, até porque eles foram convidados aqui apenas uma única vez no calendário das audiências que foram realizadas, então, considerando tudo isso, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, a gente insistia que, em vez de medida provisória, o debate se desse via projeto de lei. Não sendo assim, nós voltamos a deixar aqui o apelo para que seja concluída a votação da MP após o recesso, uma vez que, regimentalmente inclusive, a vigência dessa MP vai até o início de março.

Eram essas as considerações que nós gostaríamos de fazer, renovando aqui, repito, o apelo da oposição e falando em nome dos estudantes brasileiros e dos professores.

Mas, desde já, queremos deixar consignado aqui o nosso pedido de vista, Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Bem, o art. 132.... Evidentemente que outros Parlamentares também pedirão vista, porque o relatório ainda será lido, mas eu já vou conceder vista coletiva, de acordo com o art. 132, §1º, do Regimento Interno. Então, fica concedida vista coletiva da matéria. Mas, antes, o próprio art. 132 diz o seguinte: “Lido o relatório.” Portanto, vou passar primeiro ao Relator, para que ele possa fazer a leitura do relatório, e depois a gente concede vista coletiva para todos.

Com a palavra o Senador Pedro Chaves.



O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, convidados, primeiramente, quero pedir desculpas por estar usando óculos escuros, porque eu estou com uma lesão na vista, eu tenho problema de fotofobia. Então, eu vou ter que ficar de óculos lamentavelmente.

É com muito prazer que eu participo aqui da leitura do relatório final, considerando que é um problema sério de urgência e relevância.

Da Comissão Mista, sobre a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, e dá outras providências.

Relatório.

Em exame, nesta Comissão Mista, a Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016, que institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e a Lei nº 11.494 de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), e dá outras providências.

O art. 1º da medida provisória altera, de forma significativa, a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), para promover mudanças no ensino médio, etapa final da educação básica. As alterações serão listadas a seguir.

No art. 1º, por meio da inserção de parágrafo único no art. 24 da LDB, a MPV define que a carga horária mínima anual, que hoje é de 800 horas, distribuídas por um tempo mínimo de 200 dias de efetivo trabalho escolar, excluído o tempo reservado aos exames finais, quando houver, deverá ser progressivamente ampliada, no ensino médio, para 1.400 horas. Para tanto, deverão ser observadas as normas do respectivo sistema de ensino e do Plano Nacional de Educação.

O art. 1º também modifica o art. 26 da LDB. O §1º desse artigo, nos termos da MPV, inova ao prever que a grade curricular das etapas da educação básica estará definida no art. 31, para a educação infantil, no art. 32, para o ensino fundamental, e no art. 36, para o ensino médio.

Os §2º e 3º do art. 26 determinam, respectivamente, que arte e educação física só serão obrigatórias na educação infantil e no ensino fundamental, desobrigando o currículo de ensino médio de abranger esses componentes curriculares.

O §5º desse mesmo art. 26 passa a obrigar a oferta da língua inglesa a partir do sexto ano do ensino fundamental. Anteriormente, havia a possibilidade de escolha, por parte da comunidade escolar, da língua estrangeira moderna a ser ministrada.

O §7º prevê que caberá à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) dispor sobre os temas transversais a serem incluídos nos currículos da educação básica. Assim, não mais serão incluídos aos conteúdos obrigatórios, de forma transversal, os princípios da proteção e defesa civil e a educação ambiental.

Segundo o §10 acrescentado ao mesmo art. 26 da Lei nº 9.394, de 1996, a inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na BNCC dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação, ouvidos o Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed) e a União Nacional de Dirigentes Municipais de Educação (Undime).

O art. 1º da Medida Provisória nº 746, de 2016, também altera o art. 36 da Lei nº 9.394, de 1996. Assim, o *caput* passa a prever que o currículo do ensino médio será composto pela BNCC e por itinerários formativos específicos a serem definidos pelos sistemas de ensino, com ênfase nas seguintes áreas do conhecimento: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação profissional.

Dessa forma, não mais tem validade o antigo texto do inciso IV, que previa filosofia e sociologia como disciplinas obrigatórias do ensino médio (revogou-se tacitamente, portanto, a Lei nº 11.684, de 2 de junho de 2008), que previa essas disciplinas. O §1º determina que os currículos podem contemplar mais de uma das áreas do conhecimento previstas no *caput*.

O novo §3º do art. 36 da LDB estabelece que cada sistema de ensino deverá estabelecer os critérios para a organização das áreas e das respectivas competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC.

O §5º, por sua vez, prevê que os currículos do ensino médio devem considerar a formação integral do aluno. Além disso, o trabalho deve ser voltado para a construção de projetos de vida e para a formação nos aspectos cognitivos e socioemocionais.

Segundo o §6º também acrescentado ao art. 36 da LDB, o limite fixado para a carga horária destinada à BNCC é de 1.200 horas. Também neste caso, a definição é prerrogativa dos sistemas de ensino.



O §7º confere ainda aos sistemas de ensino a definição da parte diversificada do currículo, respeitadas a integração à BNCC e a articulação com o contexto histórico, econômico, social, ambiental e cultural.

O §8º do art. 36 da LDB obriga o estudo da língua inglesa e permite a oferta de outras línguas estrangeiras, com preferência para a língua espanhola.

O §9º, por sua vez, estabelece a obrigatoriedade, nos três anos do ensino médio, de língua portuguesa e matemática.

Segundo o §10, caso haja disponibilidade de vagas na rede de ensino, os alunos poderão cursar, no ano seguinte ao da sua conclusão do ensino médio, um segundo itinerário formativo.

O §11 prevê que a oferta de educação técnica e profissional, mediante decisão dos sistemas de ensino, incluirá a experiência prática de trabalho no setor produtivo ou em ambientes de simulação, por meio de parcerias ou, quando aplicável, da legislação sobre aprendizagem profissional. Também será considerada, quando a formação for estruturada e organizada em etapas com terminalidade, a concessão de certificados intermediários de qualificação para o trabalho.

O §12 estabelece que as formações experimentais que não constem do Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos deverão ser reconhecidas pelo respectivo Conselho Estadual de Educação, no prazo de três anos, e inseridas nesse Catálogo, no prazo de cinco anos contados da data de oferta inicial de formação.

O §13 estabelece que o diploma emitido pelas instituições terá validade nacional e habilitará o concluinte ao prosseguimento dos estudos. O §14, por sua vez, determina que os padrões de desempenho de referência esperados para o ensino médio nas avaliações nacionais de educação serão estabelecidos pela União, em colaboração com os Estados e o Distrito Federal, considerada a BNCC.

O §15 admite a organização, no ensino médio, de sistema de módulos e de créditos ou disciplinas, com terminalidade específica. O §16, por sua vez, determina que conteúdos cursados no ensino médio poderão ser convalidados no ensino superior, após normatização do CNE e homologação pelo Ministro da Educação.

O §17 estabelece que os sistemas de ensino poderão reconhecer, mediante regulamentação própria, conhecimentos, saberes, habilidades e competências, mediante diferentes formas de comprovação, tais como: demonstração prática; experiência de trabalho supervisionado ou outra experiência adquirida fora do ambiente escolar; atividades de educação técnica oferecidas em outras instituições de ensino; cursos oferecidos por centros ou programas ocupacionais; estudos realizados em instituições de ensino nacionais ou estrangeiras; e educação a distância ou educação presencial mediada por tecnologias.

O art. 1º da MPV modifica também o art. 44 da LDB, que passa a vigorar acrescido de §3º, para prever que os processos seletivos para ingresso na graduação deverão considerar, em caráter exclusivo, as competências, habilidades e expectativas de aprendizagem definidas na BNCC, observadas as diferentes áreas do conhecimento previstas nos incisos I a IV do *caput* do art. 36.

O art. 61 também foi modificado pelo art. 1º da MPV, por meio do acréscimo de inciso IV, que inclui no rol dos profissionais da educação escolar básica aqueles com notório saber nas suas áreas de formação, para atender à formação técnica e profissional. O art. 62 da LDB, por sua vez, foi acrescido de §8º, a fim de determinar que os cursos de formação de docentes terão por referência a BNCC.

O art. 2º da MPV nº 746, de 2016, modifica o art. 10 da Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que trata do Fundeb, para acrescentar, no rol das etapas, modalidades e dos estabelecimentos de ensino cujos coeficientes para cálculo de repasses do Fundo são diferenciados, a formação técnica e profissional (inciso XIV) e a segunda opção formativa de ensino médio (inciso XV).

Os arts. 3º e 4º tratam de prazos. O art. 3º determina que a adequação dos currículos dos cursos de formação docente deverá ser realizada no prazo de dois anos, contados a partir de 22 de setembro de 2016. O art. 4º, por sua vez, prevê que as modificações nos arts. 26 e 36 da LDB deverão ser implementadas no segundo ano letivo subsequente à data de publicação da BNCC. Entretanto, nos termos do parágrafo único, caso haja antecedência de 180 dias entre a publicação da Base e o início do ano letivo, o prazo de implementação será reduzido para o primeiro ano letivo subsequente.

O art. 5º institui, no âmbito do Ministério da Educação (MEC), a Política de Fomento à Implementação de Ensino Médio em Tempo Integral, para prever o repasse de recursos para os Estados e o Distrito Federal pelo prazo máximo de quatro anos, por escola, a partir do início de sua implementação.

O art. 6º determina que os Estados e o Distrito Federal que cumprirem os critérios de elegibilidade estabelecidos na MPV farão jus a transferências de recursos da União, a fim de prestar apoio financeiro para o atendimento de escolas de ensino médio em tempo integral, cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, que atendam às condições previstas em ato do Ministro da Educação e que tenham projeto político-pedagógico que obedeça às diretrizes da nova redação dada ao art. 36 da LDB.

O §1º condiciona a transferência de recursos ao atendimento cumulativo dessas condições. Além disso,



prevê que ela será feita com base no número de matrículas cadastradas no Censo. O §2º do art. 6º, por sua vez, estabelece que as transferências de recursos serão realizadas anualmente, a partir de valor único por aluno, respeitada a disponibilidade orçamentária definida em ato do Ministro da Educação.

O §3º esclarece que esses recursos poderão ser aplicados em escolas participantes da Política de Fomento, para cobrir despesas com merenda escolar e com manutenção e desenvolvimento do ensino, nos termos dos incisos I, II, III, VI e VIII do *caput* do art. 70 da LDB, a saber: remuneração e aperfeiçoamento do pessoal docente e dos demais profissionais da educação; aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino; uso e manutenção de bens e serviços vinculados ao ensino; concessão de bolsas de estudo a alunos de escolas públicas e privadas; e aquisição de material didático-escolar e manutenção de programas de transporte escolar.

Segundo o §4º, na hipótese de haver saldo em conta de Estados ou do Distrito Federal de recursos repassados anteriormente, esse valor será descontado daquele a ser repassado no exercício subsequente. Entretanto, o §5º estabelece que deverão ser desconsiderados, para efeito desse desconto, os recursos referentes ao apoio financeiro suplementar transferidos nos últimos doze meses.

O art. 7º da MPV determina que a transferência dos recursos do MEC ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para a Política de Fomento independe de celebração de termo específico.

O art. 8º determina que ato do Ministro de Estado da Educação disporá sobre o acompanhamento da implementação do apoio suplementar previsto.

Em relação à transferência desses recursos pelo FNDE aos Estados e ao Distrito Federal, o art. 9º dispensa a exigência de convênio, acordo, contrato ou instrumento congêneres e determina o depósito em conta corrente específica.

Em parágrafo único nesse mesmo artigo, dá-se ao Conselho Deliberativo do FNDE a atribuição de dispor sobre condições, critérios operacionais de distribuição, repasse, execução e prestação de contas simplificadas do apoio financeiro.

Nos termos do art. 10, os Estados e o Distrito Federal devem fornecer, sempre que solicitados, documentação relativa à execução dos recursos da Política de Fomento ao Tribunal de Contas da União, ao FNDE, aos órgãos de controle interno do Poder Executivo federal e aos conselhos de acompanhamento e controle social.

O art. 11 estabelece que esse acompanhamento e controle social serão exercidos no âmbito dos conselhos de cada Estado e do Distrito Federal. Esses conselhos deverão analisar a prestação de contas dos recursos, formular parecer conclusivo e o encaminhar ao FNDE.

O art. 12 determina que os recursos financeiros supracitados correrão à conta dos orçamentos do FNDE e do MEC, observados os limites de movimentação, empenho e de pagamento da programação orçamentária e financeira anual.

O art. 13 da MPV revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005, que “dispõe sobre o ensino da língua espanhola”.

O art. 14 traz a cláusula de vigência da MPV, que deverá ser imediata.

Segundo a Exposição de Motivos, as altas taxas de evasão e os resultados aquém do esperado no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) são “reflexo de um modelo prejudicial que não favorece a aprendizagem e induz os estudantes a não desenvolverem suas habilidades e competências, pois são forçados a cursar, no mínimo, treze disciplinas obrigatórias que não são alinhadas ao mundo do trabalho”.

Assim, em consonância com as recomendações do Banco Mundial e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), um novo modelo de ensino médio oferecerá, além das opções de aprofundamento nas áreas do conhecimento, cursos de qualificação, estágio e ensino técnico profissional.

Foram apresentadas 568 emendas à medida provisória. Posteriormente, as de nºs 508 e 509 foram retiradas pelo autor, Deputado Izalci.

Os seguintes requerimentos de audiência pública foram protocolados: nºs 1 a 12, do Deputado Thiago Peixoto; nºs 13 e 14, da Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende; nºs 15 a 21, da Deputada Maria do Rosário; nºs 22, 23, 25, 26, da Senadora Fátima Bezerra; nº 24, do Deputado Alex Canziani; nº 27, da Deputada Luizianne Lins; nº 28, da Deputada Maria do Rosário e da Senadora Fátima Bezerra; nº 29, do Senador Ricardo Ferraço; nº 30, da Senadora Ana Amélia; nº 31, do Deputado Wilson Filho; nºs 32 e 34, do Deputado Átila Lira; nº 33, do Deputado Evandro Roman; nºs 35 e 36, do Deputado Lelo Coimbra; nº 37, pelo Deputado Odorico Monteiro e pela Deputada Erika Kokay.

Para atender a esses requerimentos, foram realizadas nove audiências públicas e convidados 53 profissionais e estudantes das mais variadas correntes ideológicas e dos mais diversos setores da sociedade civil. Além disso também ocorreram audiências públicas sobre o tema no Rio de Janeiro, no Rio Grande do Norte e em Mato Grosso do Sul.



Vamos à análise da matéria.

Compete a esta Comissão Mista, nos termos do art. 62, §9º, da Constituição Federal (CF), emitir parecer sobre a presente MPV. Conforme a Resolução nº 1, de 2002-CN, o parecer abordará os aspectos constitucionais, incluindo a relevância e a urgência, a adequação orçamentária e o mérito da matéria.

Primeiramente, é preciso registrar que nos sentimos honrados por receber a incumbência da relatoria, que vem ao encontro da nossa história pessoal no campo da educação e de nosso compromisso com o desenvolvimento do País, que exige substanciais mudanças no campo educacional. Essas mudanças, por sua vez, são ainda mais relevantes e urgentes no ensino médio, última etapa da educação básica.

Os dados a respeito do ensino médio impressionam. Quando se considera que a educação básica obrigatória e gratuita deve se estender dos quatro aos dezessete anos (art. 208, inciso I, CF) e que, nos termos do art. 6º da Emenda Constitucional (EC) nº 59, de 11 de novembro de 2009, a universalização para esse público deveria ser implementada progressivamente até 2016, a situação é ainda mais preocupante, pois no Brasil há aproximadamente 1,7 milhão de jovens de 15 a 17 anos que deveriam estar cursando o ensino médio, mas não estão matriculados. Segundo o Observatório do PNE, atualmente apenas 61,4% dos jovens dessa idade cursam essa etapa da educação básica.

Além desse significativo contingente de jovens fora da escola, há de se considerar que aqueles que se matriculam também encontram uma situação difícil: os escores do ensino médio no Ideb estão estagnados desde 2011. Em português e matemática, a situação é ainda mais preocupante, pois o desempenho nas duas áreas do conhecimento é menor hoje do que em 1997. Faltam infraestrutura, professores e conexão com a vida real. Como resultado, dos cerca de 8 milhões que se matriculam, apenas cerca de 1,9 milhão conclui esse nível de ensino. Além disso, lembremos que 82% dos jovens na idade entre 18 e 24 anos estão fora do ensino superior. Nesse sentido, acreditamos que a MPV nº 746,

Nesse sentido, acreditamos que a MPV nº 746, de 2016, atende aos requisitos de urgência e relevância, exigíveis para a edição de medidas provisórias, nos termos do art. 62 da CF. Não se pode ignorar que, neste exato momento, há jovens dentro de salas de aula precarizadas, ouvindo aulas maçantes e enciclopédicas, sem perspectiva para o futuro. Há ainda muitos outros que nem mesmo matriculados estão, pois precisam trabalhar. Há um terceiro grupo para o qual os horizontes são ainda mais nebulosos, pois não trabalham nem estudam, constituindo a chamada “geração nem-nem”. Em suma, a mudança no ensino médio precisa começar o mais rápido possível, pois é a partir dela que esboçaremos novos padrões para a plena realização dos potenciais de nossa juventude, fenômeno essencial para o desenvolvimento sustentável do País. A utilização de medida provisória como instrumento legislativo, dentro desse contexto, não se configura como inadequada.

Em adição, ressaltamos que os outros requisitos de constitucionalidade da matéria também estão atendidos, pois a norma não trata de assunto vedado a medida provisória, conforme o art. 62, §1º da CF. Além disso, cumpre a diretriz prevista no inciso IX do art. 24 da Carta Magna, que preceitua a competência da União para legislar sobre educação.

Ainda em relação a aspectos formais, observamos que a MPV não viola princípios jurídicos e atende aos requisitos regimentais e aos de técnica legislativa preconizados pela Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre elaboração, redação, alteração e consolidação das leis.

Quanto à adequação financeira e orçamentária, a Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle (Conorf) desta Casa, por meio da Nota Técnica nº 45, de 2016, assinalou que “é possível inferir que os recursos destinados ao repasse para apoio financeiro suplementar anunciado pelo Governo Federal estejam parcialmente previstos no projeto de lei orçamentária para 2017”. Além disso, o documento menciona o seguinte: ainda que não haja, nem no texto da MPV nem na Exposição de Motivos que a acompanha, informações a respeito dos custos de implementação da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral, não há problemas em relação à compatibilidade com o Plano Plurianual do período de 2016 a 2019 (Lei nº 13.249, de 13 de janeiro 2016), pois iniciativas que visam a aprimorar o ensino médio e a educação integral já estão previstas naquele Plano.

De modo geral, em termos de mérito, acolhemos o conteúdo da MPV, que reproduz, em grande parte, o brilhante trabalho realizado pela Comissão Especial destinada a promover Estudos e Proposições para a Reformulação do Ensino Médio (CEENSI), consubstanciado no Projeto de Lei (PL) nº 6.840, de 2013. No estudo das emendas e na escuta durante as audiências públicas e reuniões de trabalho, no entanto, percebemos diversas chances de melhoria, que detalhamos a seguir e que integrarão o projeto de lei de conversão que propomos.

A título de organização, apresentaremos considerações sobre os principais aspectos acerca das duas bases em que se assenta a MPV nº 746, de 2016: a proposta de uma nova estrutura para o ensino médio e a instituição da Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral.

A nova estrutura para o ensino médio tem como fundamentos, nos termos da MPV, a valorização do



protagonismo juvenil e a flexibilidade curricular. Parte-se do princípio de que o estudante é capaz de fazer escolhas, de forma autônoma e dinâmica, a partir de seu projeto de vida e de seus horizontes. A ideia, que julgamos bastante apropriada, é oferecer uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a ser compartilhada por todos os alunos do País, mas também ofertar itinerários formativos que possam atender à multiplicidade de interesses e expectativas dos brasileiros matriculados no ensino médio.

Assim, substitui-se o cardápio único, composto por 13 disciplinas engessadas, por uma BNCC enxuta e dinâmica, a ser estabelecida pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), e por cinco itinerários formativos. Pensamos que, ao adotar a possibilidade dessas trilhas de aprendizagem no ensino médio, sem abrir mão de uma dimensão comum, contribuir-se-á significativamente para que as escolas se oxigenem e se articulem ao universo de saberes necessários para o exercício da cidadania e a preparação para o mundo do trabalho.

Para tornar o texto legal mais claro a respeito dessa conjunção entre uma base comum e itinerários diferenciados, mantivemos as considerações sobre cada uma dessas perspectivas em dois artigos diferentes da LDB: no art. 35-A, acrescentado à LDB, tratamos da BNCC. No art. 36, organizamos as considerações relativas aos itinerários formativos.

Além disso, optamos por ajustar o rol das áreas do conhecimento e dos itinerários formativos, que passam a ser os seguintes: linguagens e suas tecnologias; ciência da natureza e suas tecnologias; ciências humanas e sociais aplicadas; matemática e suas tecnologias; e formação técnica e profissional. Pensamos que assim se ganha em clareza normativa e se ampliam as possibilidades de escolha.

Ainda dentro dessa perspectiva, acrescentamos a previsão da possibilidade de que os sistemas de ensino componham um itinerário formativo integrado, composto por módulos, constituídos a partir do aproveitamento de aspectos dos outros itinerários.

Julgamos importante ainda fazer menção à necessidade de garantir às comunidades indígenas também a utilização das respectivas línguas maternas, conforme preceito constitucional, bem como de que os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação sejam organizados de tal forma que, ao fim do ensino médio, o educando domine os princípios científicos e tecnológicos e conheça as formas contemporâneas de linguagem.

Ainda a respeito dos currículos, e sensível ao grande número de emendas acerca do tema apresentadas pelos nobres pares, optamos por retomar a obrigatoriedade do ensino da educação física e da arte como componentes curriculares do ensino médio. Essa opção se justifica porque acreditamos que a formação integral do ser humano exige o atendimento de várias dimensões, dentre as quais a corporeidade, o movimento e a fruição não podem ser desconsiderados.

Além de valorizar o protagonismo e a flexibilidade, outro aspecto meritório da MPV é a ampliação progressiva da carga horária mínima para 1.400 horas anuais. Essa previsão se articula, a meu ver, à Meta 6 do PNE, que prevê o oferecimento de educação em tempo integral em, no mínimo, 50% das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% dos alunos da educação básica. Afinal, se é verdade que a correlação entre educação em tempo integral e melhoria de qualidade não é consensual, pois há outros fatores intervenientes, não se pode negar que horas a mais na escola, utilizadas de forma criativa e dinâmica, podem contribuir, sim, para a multiplicação das oportunidades educacionais. A esse respeito, importa considerar que tivemos o cuidado de indicar que seja garantida a oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando, conforme previsto no inciso VI do art. 4º da LDB.

Reconhecendo, entretanto, as dificuldades financeiras para a ampliação de carga horária, achamos por bem assinalar na MPV uma meta intermediária, determinando que, no prazo máximo de 5 anos, todas as escolas de ensino médio do País tenham carga horária anual de pelo menos 1.000 horas, perfazendo o total de 3.000 horas para a oferta nos três anos do ensino médio. Assim, a gradação prevista se efetivará e será possível estender para todo o País, no máximo em cinco anos, a carga horária diária de cinco horas. A título de sugestão, cumpre ainda observar que, durante as tratativas que ocorrerão neste Parlamento acerca do redimensionamento do Fundeb, é importante que se levem em consideração essas mudanças na oferta das diferentes etapas da educação básica, o que não impede, evidentemente, que providências já venham sendo tomadas, pois, conforme dissemos, a juventude brasileira tem pressa.

Ainda em relação à carga horária, partimos do princípio de que é preciso considerar as especificidades do ensino noturno e, por isso, incluímos novo parágrafo ao art. 24, para prever que devem ser consideradas, no tratamento dado ao ensino noturno regular e à educação de jovens e adultos, o disposto no inciso VI do art. 4º. Lembramos que, no arranjo curricular que adotamos no PLV, será possível que o processo se concretize por meio da aprendizagem por projetos, a partir de temas transversais, dentre os quais citamos alimentação, mobilidade urbana, diversidade, acesso à cultura, ao esporte e ao lazer.

Essa aprendizagem, por sua vez, poderá acontecer em grupos de três a quatro alunos, tanto em sala de



aula quanto em outros espaços de interação presencial e virtual. Assim, o processo não se limitará às quatro paredes das salas de aula, mas aproveitará os trabalhos em grupo e se concretizará por meio da concessão de créditos, a partir da avaliação realizada pelos professores. Em suma, conforme exemplificamos, a flexibilidade é a marca da proposta e pode trazer muitos ganhos, sobretudo para os alunos trabalhadores, que terão reconhecida a carga horária dos aprendizados realizados em diferentes espaços e tempos.

Ressaltamos que do total de 60% da carga horária do ensino médio deverão ser destinados à BNCC, a fim de garantir a unidade e a sincronia entre as escolas brasileiras. Optamos pelo percentual porque acreditamos que expressa um equilíbrio desejável que superará o valor de 1.200 horas previsto originalmente, que é insuficiente para propiciar que todos os estudantes acessem conteúdos relevantes para essa etapa da educação básica.

Em adição, vale observar que se devem estabelecer duas etapas para os prazos de implementação desse modelo. Assim, no primeiro ano letivo subsequente à publicação da BNCC, os sistemas de ensino devem apresentar cronograma de implementação, deixando para o segundo ano letivo o início dos trabalhos. Dessa forma, serão evitados os contratempos típicos da falta de planejamento.

Uma outra chave para a compreensão e para a plena efetivação da proposta se refere ao tratamento dado à questão dos profissionais da educação. Achamos adequada, por exemplo, a inclusão dos profissionais com notório saber na lista dos que podem atuar na formação técnica e profissional, pois é inegável que tais profissionais podem trazer contribuições significativas para o ambiente escolar, na medida em que trazem o referencial prático e dominam as competências referidas para a atuação no mundo do trabalho. Sob nosso ponto de vista, importa superar, neste País, a falsa dicotomia entre o saber e o fazer, a dissociação infrutífera entre academia e mundo do trabalho.

Há que se considerar ainda o grande déficit de professores devidamente preparados no País. Segundo o Censo Escolar de 2015, a maior lacuna está em física: do total de 27.886 professores que lecionam a matéria, 19.161 atuam sem formação adequada, que a legislação exige. Trata-se de um número significativo, que costuma impactar a qualidade do ensino oferecido. Nesse sentido, aperfeiçoamos o texto, acrescentando novo inciso ao art. 61, para possibilitar que os profissionais graduados, detentores de complementação pedagógica, possam também atuar no magistério. Tal medida, ao mesmo tempo em que exige uma formação pedagógica mínima, desafoga o sistema e incrementa, no espaço escolar, as possibilidades de atuação e de atendimento às necessidades dos alunos.

Ainda acerca da docência, aproveitamos a oportunidade para retirar do art. 62 da LDB a exigência de que apenas em universidades e institutos superiores de educação se faça a formação de docentes em nível superior para atuar na educação básica. Essa providência é importante, porque há no País faculdades isoladas, devidamente credenciadas pelo MEC, não atreladas a institutos ou universidades, que realizam essa formação, sem prejuízo dos estudantes. Trata-se de adequar a norma à realidade, propiciando o aproveitamento das boas experiências e a dinamização dos processos iniciais de formação docente.

Sugerimos ainda novo artigo, para prever a possibilidade do regime em que o professor leccione num mesmo estabelecimento por mais de um turno, desde que não ultrapasse a jornada de trabalho semanal legalmente constituída. Assim, contribuiríamos para incrementar os padrões de qualidade do trabalho, pois, ao prever a possibilidade da dedicação exclusiva do docente a uma escola, criam-se as condições para que ele se envolva mais com a realidade dessa escola e, a partir desse envolvimento, elabore e aplique estratégias adequadas para incrementar o processo de ensino e aprendizagem. Acrescentamos também artigo para normatizar os convênios realizados entre o MEC e as entidades representativas do setor de radiodifusão.

Outro aspecto nevrálgico para o sucesso das ações a serem empreendidas se relaciona à questão do financiamento. Estamos cientes de que, para implementar grande parte das mudanças propostas pela MPV, será necessário prover recursos suficientes. Nesse sentido, uma preocupação que surge, quando se consideram as necessidades criadas, por exemplo, em relação à ampliação da jornada, é a da alimentação escolar: mais horas na escola significam necessariamente uma ou mais refeições. Dessa forma, e por considerarmos que uma boa alimentação impacta os padrões de aprendizagem e que os recursos de apenas R\$0,30, recebidos por aluno/dia – e isso vem desde 2009, até hoje não houve reajuste –, no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), são insuficientes para dar conta dessa necessidade, alteramos os arts. 71 e 72 da LDB, a fim de estabelecer que as despesas com alimentação escolar passem a ser consideradas despesas com manutenção de desenvolvimento do ensino.

Ainda em função das questões de financiamento, acatamos a inclusão prevista na MPV do itinerário formativo de formação técnica e profissional como item a ser levado em conta, no âmbito da distribuição proporcional de recursos dos fundos criados pela Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007, que instituiu o Fundeb.

Entretanto, achamos que utilizar os recursos do Fundeb para financiar a segunda opção formativa de



ensino médio, a ser realizada pelo aluno que já concluiu essa etapa da educação básica, traz mais custos que benefícios para o financiamento da educação no Brasil. Afinal, os recursos devem ser direcionados, de forma prioritária, para o grande contingente de estudantes que sai do ensino fundamental e nem mesmo se matricula no ensino médio. Nada impede, evidentemente, que os sistemas de ensino ofereçam outras oportunidades formativas para os que já concluíram o ensino médio, mas, em termos de financiamento, acreditamos que é fundamental dar preferência àqueles que ainda não o fizeram.

Feitas essas considerações acerca do primeiro pilar da MPV nº 746, de 2016, cumpre-nos analisar o segundo deles, que é o da instituição da Política de Fomento à Implementação de Ensino Médio em Tempo Integral.

Pensamos que a Política pode, nos termos em que foi estruturada, servir como robusto indutor da implementação das escolas de ensino médio em tempo integral, ao prover, por um prazo determinado, recursos para que os outros entes federados possam empreender programas, projetos e ações que ampliem e qualifiquem a jornada escolar. Sugerimos apenas que esse prazo se estenda de 4 para 10 anos, a partir da implementação na respectiva escola.

Propomos essa ampliação de prazo, em sintonia com muitas das emendas apresentadas, porque acreditamos que o ciclo de resultados de uma escola exige que as políticas não fiquem adstritas a um ou outro governo – na verdade, isso é política de Estado. Assim, apenas 4 anos podem ser insuficientes para que Estados e o Distrito Federal realizem o circuito necessário para que a Política não se constitua como um adereço nas redes de ensino, a ser eliminado quando secarem as fontes federais de recursos, mas se fortaleça e passe a integrar as práticas daquela rede de ensino.

Sob o ponto de vista da boa gestão dos recursos, sugerimos ainda outra melhoria, relacionada à necessidade de que haja formalização de um termo de compromisso, no qual deverão estar identificadas e delimitadas as ações a serem financiadas, as metas a serem alcançadas, o cronograma de execução físico-financeira e a previsão de início e fim de cada uma das ações e da conclusão das etapas ou fases programadas. Esse termo de compromisso servirá, assim, tanto como documentação que justifica a transferência de recursos quanto como oportunidade para planejamento qualificado por parte dos sistemas de ensino.

Também julgamos importante que a destinação dos recursos seja orientada para escolas que atendam educandos matriculados originários do quinto de renda familiar *per capita* mais baixo na respectiva unidade da Federação. Defendemos que, assim, será garantido que os mais necessitados sejam atendidos, em caráter prioritário, o que contribuirá para minorar as enormes dificuldades que existem hoje nas condições de acesso e permanência dos estudantes mais pobres nas escolas.

Ainda nesse sentido, cumpre ressaltar que acrescentamos, em diversos dispositivos relacionados à Política, a adjetivação “públicas” às escolas mencionadas, pois é fundamental que os recursos sejam destinados a escolas mantidas pelo Poder Público. Sem essa adjetivação, seriam abertas portas para que também as escolas privadas pleiteassem tais recursos.

As emendas apresentadas, à exceção das que abordam matéria estranha à MPV, não apresentam vícios de inconstitucionalidade, injuridicidade, antirregimentalidade ou má técnica legislativa que obstem sua apreciação. Dessa forma, optamos pela apresentação do quadro em anexo, em que fizemos a descrição e esboçamos uma análise que, em conjunto com as considerações que fizemos os acerca das nossas opções para a construção do projeto de lei de conversão, trata do mérito das emendas apresentadas.

Voto.

Ante o exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da Medida Provisória nº 746, de 2016, e, no mérito, pela sua aprovação, acatadas, integral ou parcialmente, as Emendas nºs 2, 5, 6, 8, 9, 11, 13, 17, 18, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 33, 34, 36, 50, 52, 53, 54, 55, 61, 66, 68, 74, 75, 78, 79, 81, 90, 91, 93, 99, 103, 104, 105, 110, 111, 112, 119, 122, 123, 126, 133, 135, 146, 152, 153, 154, 155, 166, 174, 182, 189, 191, 194, 197, 204, 211, 214, 216, 220, 222, 226, 227, 229, 230, 256, 259, 266, 276, 279, 283, 287, 288, 289, 295, 296, 299, 300, 307, 314, 315, 316, 318, 321, 324, 325, 332, 333, 338, 339, 348, 350, 351, 352, 356, 359, 363, 369, 377, 381, 382, 383, 413, 418, 424, 431, 434, 441, 442, 445, 447, 449, 450, 451, 465, 466, 472, 484, 488, 494, 495, 497, 504, 505, 511, 514, 516, 530, 533, 536, 537, 539, 544, 548, 550, 552, 556, 558, 559 e 560, com os devidos ajustes redacionais, rejeitadas as demais, na forma do seguinte projeto de lei de conversão – segue o projeto de lei.

Esse é o voto.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

Acho que precisamos ler o projeto de conversão...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Já foi distribuído.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (Bloco/PMDB - MG) – ... que foi distribuído para que a gente possa dar



tempo aos Parlamentares de tecer seus comentários.

Sr. Relator, parabéns pelo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço ao Relator.

Para quem chegou posteriormente, quero aqui dizer que, no início da reunião, a Senadora Fátima Bezerra pediu vista e eu concedi vista coletiva, com base no art. 132, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal do Senado Federal.

Quero lembrar que agora nós vamos suspender a reunião para amanhã, 30 de novembro, às 10 horas, quando faremos a discussão. Aqueles que quiserem fazer a discussão hoje podem até se inscrever, mas amanhã não poderão fazê-lo. Haverá apenas uma inscrição para o debate. Então, estou alertando. Como foi distribuído o relatório, acho que é mais conveniente deixar para amanhã.

O SR. CELSO JACOB (Bloco/PMDB - RJ) – Vamos deixar para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Está suspensa, então, a presente reunião.

Fica marcada a reabertura para dia 30 de novembro, às 10 horas.

Está suspensa a reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos e suspensa às 11 horas e 20 minutos do dia 29/11/2016, a reunião é reaberta às 10 horas e 31 minutos do dia 30/11/2016.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Declaro reaberta a 12ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 746, de 2016.

A Presidência comunica que no dia 29 de novembro o Senador Pedro Chaves procedeu à leitura do seu relatório, ocasião em que foi concedida vista coletiva da matéria, suspendendo-se em seguida a reunião.

Passo a palavra...

Entraremos na discussão e vamos obedecer à lista de inscrição.

O primeiro inscrito é o Deputado Reginaldo Lopes. *(Pausa.)*

Ausente do plenário.

Senador Medeiros. *(Pausa.)*

Ausente do plenário.

Deputado Danilo Cabral. V. Exª tem até cinco minutos.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Deputado Izalci e Senador Pedro Chaves, na verdade, eu ia até pedir para falar um pouco depois, porque, em função do dia intenso que nós tivemos ontem, eu deixei minha assessoria encarregada de fazer uma análise do relatório apresentado por V. Exª e praticamente só agora estamos tendo a oportunidade... Ontem de madrugada eu ainda indaguei o nosso Presidente da Comissão, Deputado Izalci, se a reunião seria mantida, em função de toda a agenda intensa que nós tivemos ontem.

Vou pedir, inclusive, para, caso necessário, ter oportunidade de depois retornar, porque eu estava, neste momento, justamente dando uma analisada no relatório da minha assessoria. Mas preliminarmente, Relator, eu já queria destacar alguns pontos – como eu disse, sem prejuízo de retornar para tratar de outros pontos depois, Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu quero pedir a V. Exª, se for o caso, para a gente passar para o próximo orador, senão nós vamos abrir um precedente. Só tem direito a uma colocação...

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Eu prefiro passar para o próximo orador.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou passar para outro, na ordem.

Senador Cristovam. *(Pausa.)*

Deputado Átila Lira. *(Pausa.)*

Deputado Wilson Filho. V. Exª tem até cinco minutos.

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – Sr. Presidente, Izalci; Relator, Senador Pedro Chaves, esse é um tema polêmico. A polêmica vem quando duas ou mais pessoas pensam, têm opiniões diferentes, mas com o mesmo objetivo, que é fazer o ensino médio avançar.

Nós temos hoje um sistema ultrapassado, desatualizado, desinteressante, engessado, ineficiente e que não condiz com o sistema e com o século XXI. Nós temos um currículo único, igual para todos, com 13 a 18 disciplinas – ou seja, ensina quase tudo sobre quase tudo. Infelizmente, os resultados que são medidos aqui no Brasil, de Português, de Matemática, são os piores possíveis. A evasão é enorme. Nós temos hoje cerca de 8 milhões de estudantes no ensino médio. Há alguns anos esse já é o número de estudantes no ensino médio, e há alguns anos, também, o número de formados, de concluintes, é de 1,9 milhão, portanto, uma evasão enor-



me, um índice de reprovação enorme.

Nós estivemos, como relator do novo ensino médio brasileiro, lá na Câmara dos Deputados, num debate de quase três anos. A medida provisória foi encampada pelo Governo Federal e, entre tantas polêmicas, detém em suas convergências boa parte do projeto que lá eu havia relatado. Tenho o prazer de aqui ser Relator revisor, apesar de que, com essa correria, eu não tenha tido tanto tempo para administrar esse relatório ao lado de V. Ex^a. Mas acho que, a partir da edição da medida provisória até o dia de hoje, conseguimos avançar muito. É claro que, durante esta audiência, durante esta nossa reunião final, de aprovação ou não de relatório, teremos novas sugestões e V. Ex^a, como Relator principal, irá avaliar se vale a pena acatar ou não.

Mas em coisas como a questão do tema das Artes, da Educação Física, V. Ex^a resolveu o problema; V. Ex^a acatou as sugestões da maioria dos Parlamentares desta Comissão. Artes é obrigatório, continua sendo parte do ensino médio; Educação Física, da mesma forma.

Nós também tivemos um debate muito extenso sobre a capacidade do Brasil de implementar uma educação integral, de 1,4 mil horas. Então, V. Ex^a já permitiu que, neste primeiro momento, em vez de somar 600 horas por ano, apenas 200 sejam somadas, num total de 1.000 horas – 6 horas por dia, perfeitamente compreensível e aplicável para a realidade atual, apesar de V. Ex^a colocar ainda 5 anos de prazo para essa nova carga horária.

A questão que ainda será polêmica aqui, tenho certeza disso, é o notório saber. Temos hoje uma deficiência em número de professores para várias disciplinas, em termos de quantidade, Presidente, e o notório saber permite, exclusivamente para ênfase em foco técnico e profissionalizante, que pessoas que tenham reconhecido saber possam ministrar aulas correspondentes a alguns temas. Isso, com certeza, passará pelo crivo...

(Soa a campanha.)

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – ... dos conselhos estaduais, das secretarias estaduais. Então, eu acho que será um bom debate, mas acho que conseguiremos prosseguir.

Eu achei, Sr. Relator, um texto que ainda poderia avançar em relação ao ensino noturno, mas acho que hoje debateremos isso. A Base Curricular passar de 50 para 60 horas é importante para o Brasil inteiro poder estudar, pelo menos, a base, em conjunto, de forma igualitária, e, a partir daí, os outros 40% dão a ênfase que o estudante vai colher. Eu acho que este é o grande avanço desse novo ensino médio: colocar nas mãos do próprio jovem, porque hoje 15 anos, 14 anos são uma idade em que as pessoas, em que os jovens têm uma cabeça diferente, totalmente mais moderna, mais avançada e preparada. Estará na mão deles o direito de escolher os seus respectivos futuros, então isso é importante.

Também acho, Sr. Presidente e Sr. Relator, que poderíamos avaliar melhor essa questão de colocar a alimentação e a merenda escolar dentro dos recursos aplicáveis à educação, como está no seu relatório. Creio eu, conversando com a Deputada Dorinha...

(Soa a campanha.)

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – ... que existiria um debate acerca de uma inconstitucionalidade em relação a isso, mas, com certeza, iremos discutir aqui.

Creio eu, Sr. Presidente, que V. Ex^a me dará um tempo no final, como Relator revisor, mas essas seriam as minhas considerações iniciais.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Próxima inscrita, Deputada Josi Nunes. *(Pausa.)*

Ausente do plenário.

Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Sr. Presidente, muito obrigado.

Eu quero parabenizar V. Ex^a. Ontem tivemos sessão na Câmara até praticamente 5h da manhã e V. Ex^a já está aqui desde as 9h compondo quórum, presente, porque essa medida provisória é de extrema importância para o Brasil.

Nosso Senador Pedro Chaves, quero parabenizar V. Ex^a pelo debate, pelas audiências públicas que tivemos aqui, trazendo a oportunidade de todos os colegas da Comissão, do Senado e da Câmara trazerem as suas contribuições.

Ontem V. Ex^a, com bastante maestria, leu o relatório, no qual trouxe inovações. V. Ex^a voltou com a educação de Artes e Educação Física, e eu vejo que foi acertado. Atendeu várias emendas de colegas que estão aqui.

Certamente aqui, na Comissão, é o primeiro passo. Teremos oportunidade de melhorar, de contribuir com o relatório de V. Ex^a tanto na Câmara, quanto no Senado. Então, eu digo aqui que me sinto honrado de



fazer parte desta Comissão e parabeno V. Ex^a.

Vou ser breve para que possamos avançar ainda hoje na votação do relatório.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado Leonardo.

Próximo inscrito, Senador Romero Jucá. (*Pausa.*)

Ausente do plenário.

Professora Dorinha, próxima inscrita.

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – Bom dia a todos.

Eu gostaria de, inicialmente, reforçar a posição tanto de V. Ex^a, Deputado Izalci, quanto de nosso Relator, a vontade de avançar com relação ao debate, com a possibilidade de aprimoramento em relação à medida provisória. Entendo que, inclusive em relação ao texto que trabalhamos em 2012, 2013, até o final de 2014, que foi finalizado e, depois de finalizado na Comissão, o Deputado Reginaldo e o Deputado Wilson Filho tiveram a abertura também de ouvir contribuições do Consed e de outras entidades, entendo que o Relator procurou, além disso, aqui, nas audiências – eu sempre digo –, ouvir, escutar algumas coisas.

Eu gostaria de destacar também algumas preocupações – algumas são esclarecimentos e, quanto a outras, eu tenho certeza de que temos como avançar em relação à compreensão do texto.

V. Ex^a, de maneira acertada, sinaliza a possibilidade de um ensino médio de mil horas. Dá um prazo para isso – eu entendo que cinco anos após a publicação da lei, no mínimo. Logicamente, quanto aos sistemas que quiserem avançar para as 1,4 mil horas, o Ministro esteve aqui e verbalizou que isso vai ficar a cargo, logicamente dentro da autonomia, de cada um dos Estados construir essa estrutura e essa possibilidade, uma vez que é importante lembrar que os Estados têm as suas autonomias junto aos seus sistemas. A Base Nacional vai garantir uma unidade, mas cada Estado, cada escola pode, inclusive, ter desenhos diferenciados, e V. Ex^a mostra essa preocupação em seu texto.

Na verdade, sei que se pudéssemos começar língua inglesa, língua estrangeira dentro do ensino fundamental o quanto antes, seria melhor, mas V. Ex^a traz para o 5º ano. Eu me preocupo, em virtude do desenho que o ensino fundamental toma no caso dos Municípios. Poderia ensinar a contratação de mais um professor, complicando a distribuição de carga horária. Era uma ponderação para que talvez voltássemos para a perspectiva da medida provisória, que coloca a partir do 6º ano, nossa antiga 5ª série.

Uma outra situação que também me chama a atenção: eu acho que V. Ex^a, de maneira acertada, resguarda a Base Nacional Comum com 60%, não superior, uma forma de estimular os sistemas a organizarem os 40%, a sua proposta, toda a parte de sua estrutura. Entendo que é importante. Logicamente eles vão precisar, mas terão tempo para isso. O tempo aqui, na proposta, estimula a organização dos sistemas.

Quando V. Ex^a apresenta a inclusão de novos componentes curriculares, eu queria chamar a atenção. Hoje, na Câmara, tramitam em torno de 800 projetos de lei com inclusão de disciplinas. Isso é impossível. Por mais importantes que determinados temas sejam, não pode, a cada ano, surgir uma disciplina diferente. Não há currículo que dê conta; não há escola que consiga se organizar.

A proposta trabalha na linha do que está no Plano Nacional de Educação. O Conselho Nacional coordena o trabalho e o Ministério da Educação o homologa.

V. Ex^a inclui, concede, a Undime. Tira os nomes, mas inclui a possibilidade dessas entidades e de outras tantas, como conselhos municipais e estaduais. Eu gostaria de ponderar...

(Soa a campanha.)

A SR^a PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ... que nós pudéssemos ficar até o ponto que a legislação já consagra, que é o Conselho Nacional de Educação e a homologação.

Tenho preocupação em relação à questão de conceituação do notório saber e chamo a atenção para a licenciatura plena – é só para reforçar o nome. Sei que V. Ex^a jamais pensou em retirar da formação de professores o *status* de graduação e de licenciatura plena.

Quanto à alimentação escolar, permita-me dizer que, embora nós reconheçamos o custo enorme da alimentação escolar em escolas de tempo integral – parte desse recurso vem do Governo Federal, e outra parte é colocada por Estados e Municípios –, não tem amparo constitucional a natureza do recurso, do fundo. A alimentação, na minha opinião, não poderia ficar aqui. Ela deveria ser retirada e permanecer como está hoje, dentro dos arts. 70 e 71.

No mais, eu me coloco à disposição para qualquer tipo de esclarecimento.

Gostaria de parabenizar V. Ex^a pela abertura e por ter ouvido tanto e por ter tentado redesenhar.

Chamo a atenção para o fato de V. Ex^a também mostrar a possibilidade de organização diferenciada, com módulos, créditos. Isso vai permitir, inclusive, reorganizar o ensino noturno, possibilitando, na minha vi-



são, que alunos possam fazer o curso de ensino médio numa determinada escola estadual e, eventualmente, frequentar disciplinas em uma outra que tenha uma ênfase diferenciada, ou num instituto federal também. E, mais do que isso...

(Soa a campanha.)

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – ... há flexibilidade para que o sistema organize um conjunto de disciplinas que possam ser ofertadas para a complementação da carga horária do aluno do noturno. Embora nós queiramos que acabe, no Brasil, a distorção entre idade e série, ela é uma realidade e precisa ser enxergada.

Parabéns a V. Exª e a todos que estiveram aqui, em audiências públicas, visando à contribuição com esse texto.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Presidente, Relator Pedro Chaves, demais companheiros da Comissão, primeiramente, eu queria registrar aqui o esforço que foi feito pelo Relator no sentido de aperfeiçoar a medida provisória que chegou a esta Casa. Apesar do curto espaço de tempo que nós tivemos nesta Comissão e do processo de escuta que foi feito, reconhecendo, mais uma vez, que a medida provisória tolheu esse debate, eu acho que o Relator fez um esforço no sentido de aprimorar o projeto.

Aqui eu reconheço que há alguns avanços de forma e também de conteúdo. Já foram colocadas aqui pelos que me antecederam algumas questões, notadamente a incorporação, por exemplo, como já foi dito aqui, das disciplinas de Artes e Educação Física. Eu acho que isso, reconhecidamente, foi um avanço, em que pese ainda ficar a nossa preocupação, colocada por diversos companheiros desta Comissão, da não obrigatoriedade também das disciplinas de Filosofia e Sociologia. Nós já tivemos a oportunidade de nos manifestar aqui e inclusive de apresentar também emendas nesse sentido, para que preservássemos esses conteúdos dentro daquilo que é o objetivo da educação, que é formar a cidadania. Nós entendemos que esses conteúdos são fundamentais para que possamos construir a cidadania dos jovens das escolas públicas.

Mas, ultrapassada essa questão, eu volto a um tema, Relator, e aí tomo por base as suas palavras, aquilo que V. Exª colocou no seu texto, inclusive, na p. 15, que é a questão do financiamento de toda essa política. O §2º do seu relatório, na p. 15, diz: “Outro aspecto nevrálgico para o sucesso das ações a serem empreendidas se relaciona à questão do financiamento. Estamos cientes de que, para implementar grande parte das mudanças propostas pela MPV, será necessário prover recursos suficientes.” Essa é uma fala...

(Soa a campanha.)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Relator, eu peço que preserve a nossa palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pediria a compreensão de todos, para a gente ouvir aqui os Deputados e Senadores.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Essa questão do financiamento, nós temos falado dela de forma intensa aqui em todas as oportunidades. E, aí, eu retorno ao que V. Exª colocou. V. Exª aponta aqui o problema, mas, ao mesmo tempo, não aponta a solução.

Essa questão, por exemplo, que foi colocada, da alimentação escolar, é um ponto chave na implantação das escolas em tempo integral, afinal nós passaremos agora a ter três refeições por dia numa escola em tempo integral. Numa política de alimentação escolar que já é defasada – o *per capita* do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) é de R\$0,30 e desde 2009 não é atualizado –, a proposta é que isso seja incorporado ao Fundeb. Com todos esses questionamentos que há com relação à própria constitucionalidade, na prática, mesmo admitindo a sua constitucionalidade, nós estaremos cobrindo um santo e descobrindo outro, porque os recursos do Fundeb são finitos. Não temos dinheiro novo aqui neste recurso do Fundeb.

Nós somos indagados, inclusive, em alguns debates de que participamos com representantes da educação fundamental, dos Municípios, enfim, do acesso à creche; estavam preocupados com esta possibilidade de a política ser financiada com recursos do Fundeb. Na prática, V. Exª está colocando a questão da alimentação escolar, mesmo diante da pretensa inconstitucionalidade, dentro dos recursos do Fundeb.

Igualmente, na mesma p. 15, quando trata da segunda opção formativa do ensino médio, que é uma alternativa que está posta na MP, não está apontado quem vai financiar essa segunda opção formativa. Parece, salvo engano – eu quero esse esclarecimento –, que caberá aos Estados financiar essa segunda opção formativa. Não há aqui uma previsão de recurso novo também para que a gente possa dar a oportunidade legítima, como está previsto na MP, para aqueles que fizeram um caminho depois retornarem ao ensino médio e fazerem outro caminho.



Então, essas questões do financiamento continuam me preocupando muito. Houve um avanço, reconhecidamente, na extensão do apoio do Governo Federal aos Estados, na medida em que estava limitado a quatro anos. V. Ex^a, no seu relatório, colocou dez anos. Acho que isso é muito importante, como já dissemos aqui em outras oportunidades.

(Soa a campanha.)

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Essa política, para que ela tenha estabilidade e eficácia, é importante que tenha o financiamento perene. Eu digo isso pela experiência que tivemos lá em Pernambuco. Pernambuco, esta Comissão sabe, é o Estado que tem a maior rede de escolas em tempo integral do Brasil – 43% dos alunos das escolas de ensino médio do Estado de Pernambuco já estudam em escola em tempo integral. Isso foi praticado num horizonte de oito anos, mas exigiu aporte de recursos de forma mais especial por parte do Governo do Estado também, para que a gente pudesse tirar o ensino médio de Pernambuco da 21^a posição e fazer chegar ao 1º lugar, no último Ideb, que foi divulgado, nesse ano de 2015.

Então, eu insisto que ainda faltam, de forma plena, os mecanismos de financiamento, não está claro aqui ainda quem vai financiar, para que a gente não repita esse velho vício do nosso pacto federativo de distribuir atribuição sem dar fonte de financiamento. Semana passada, 27 Governadores dos Estados da Federação estiveram aqui em Brasília para uma reunião com o Presidente Temer, de pires na mão, pedindo recursos para poder garantir pagamento de décimo-terceiro salário. Então, isso é fruto também de um processo histórico que não foi deste Governo, nem do governo anterior, mas um processo histórico que esta Casa ajudou a fazer também, distribuindo atribuições aos Estados e Municípios, sem distribuir as fontes de financiamento.

Então, eu insisto nessa crítica aqui. Ainda não está completa a possibilidade de a gente financiar essa política que está sendo proposta pela MP 746.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Bem, como já ouvimos quatro Deputados, vamos passar agora, também pela Liderança, se quiser complementar o tempo, para a Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – Obrigada.

Presidente, Deputado Izalci Lucas; caro Relator, Senador Pedro Chaves; caros colegas Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, eu fico muito apreensiva quando vejo que quase 2 milhões de jovens, entre 15 e 17 anos, no nosso País estão fora do ensino médio – quase 2 milhões de jovens! E isso não é responsabilidade apenas dos pais, mas também é nossa responsabilidade, e é grave.

Lembro também que, em matérias essenciais para o aprendizado e o conhecimento, Português e Matemática, os nossos índices de aprendizado são os mesmos em relação a desempenho e aprendizado de 1997. Isso é uma coisa grave.

Fala-se que foi feito muito investimento em educação nos últimos anos, e isso, de fato, é verdade. Mas eu pergunto: qual foi o resultado desses investimentos? Houve uma evolução qualitativa em relação aos resultados do Enem? É muito complicado responder a essas questões.

(Soa a campanha.)

A SR^a ANA AMÉLIA (PP - RS) – Então, nós não podemos empurrar mais isso com a barriga. Aliás, louve-se a iniciativa do ex-Ministro Aloizio Mercadante, que havia tomado a dianteira de fazer uma proposta que eu diria que é muito parecida com essa – muito parecida com essa; quase igual, quase igual, Senador Pedro Chaves! E eu não entendo por que tanta laúza em relação a um tema emergencial, porque imaginar que quase 2 milhões de jovens nessa idade estejam fora do ensino médio – do ensino médio!

Hoje a construção civil já está exigindo que um operário tenha no mínimo o índice de ensinamento de ensino médio. E nós queremos manter essa juventude marginalizada do acesso ao ensino médio – e nem falo do ensino superior, já que 85% estão fora do acesso ao ensino superior. O Fies foi cortado, e todos os acessos foram cortados, os recursos, em 2015.

Então, nós não podemos tergiversar ou criar óbices à aprovação de uma matéria que na minha opinião...

Eu fiz o curso de normalista, meu caro Relator, fiz magistério. Eu consegui fazer isso porque, à época, era ensino médio. Graças a isso tive uma ideia do que era a missão de ser professor. E trabalhei algumas vezes como professora. Eu penso que nós não podemos mais... E era, na época, de quatro anos o ensino médio – quatro anos! –, mas eu já estava profissionalizada, porque, quando terminasse, já poderia lecionar, porque estava habilitada para isso, mesmo que fosse ensino médio – eram os níveis da época em que eu estava na escola, no ensino médio, e interna, graças a uma bolsa de estudos do Leonel Brizola, que era governador à época. Então, eu só pude estudar por isso, dependia de bolsa de estudos, porque sou filha de uma família grande, era a mais velha de uma família pobre.

Então, eu imagino hoje, no século XXI, quase 2 milhões de brasileiros estão fora do ensino médio, um



curso que é exigido para balconista, para a construção civil, porque é necessário que saiba ler e interpretar instruções de funcionamento de uma máquina ou de um aparelho, ou, na área rural, de uma máquina, um equipamento necessário para a área rural.

A relatoria do Senador Pedro Chaves é a relatoria do possível. Se nós só fizessemos leis perfeitas, não precisaríamos passar por várias comissões...

(Soa a campainha.)

A SRª ANA AMÉLIA (PP - RS) – ... bastaria aqui ler o relatório, levar para o plenário e aprovar. Nós não temos essa capacidade, e é bom que seja assim, porque a democracia pressupõe que tenham que passar por outras comissões, aperfeiçoando as matérias sempre.

E, se na aplicação da matéria, na aplicação da regulamentação dessa medida provisória, algumas dificuldades forem aparecendo, como diz o poeta: “El camino se hace al andar.” Então, vamos fazer esses aperfeiçoamentos na hora de aplicar a matéria, e não ficar agora perdendo tempo, porque 2017 já está batendo à nossa porta.

Parabéns, Senador Pedro Chaves, pelo esforço que o senhor fez para acomodar tantas matérias polêmicas, complexas, como muito do que foi referido aqui!

Parabéns ao Deputado Izalci Lucas pela condução dos trabalhos!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Muito obrigado, Senadora Ana Amélia.

O próximo Senador é o Senador Valdir Raupp.

O SR. VALDIR RAUPP (PMDB - RO) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srªs e Srs. Senadores, há uma tendência muito forte de as pessoas rejeitarem o novo, rejeitarem as mudanças, os avanços, a exemplo da PEC do teto dos gastos. O mundo inteiro cobra austeridade, limites de gastos das contas públicas, equilíbrio das contas públicas. Não foi nada mais do que o que Senado Federal aprovou em primeiro turno ontem – e a Câmara dos Deputados já havia aprovado em primeiro e segundo turno –, o limite do teto dos gastos, mas muita gente resistiu. Ontem mesmo, houve um campo de batalha, um campo de guerra em frente ao Congresso Nacional, um verdadeiro vandalismo contra uma PEC, e muitos daqueles que estavam ali não sabiam nem o que estava sendo discutido e votado.

Da mesma forma, é a reforma do ensino médio. Os países que se desenvolveram, no mundo, nos últimos 30 anos, por exemplo, a Coreia do Sul... Eu fui lá quando Governador e levei meu Secretário de Educação para discutir a educação na Coreia do Sul, país que deu um salto de desenvolvimento através de reformas concretas, reformas muito firmes, principalmente na área do ensino médio, profissionalizando os jovens. Aqueles que não conseguem ingressar na universidade já saem do ensino médio com uma profissão, porque fizeram reformas. A Coreia do Sul fez reformas, a China fez reformas profundas e também está tendo o seu desenvolvimento.

Agora, o Brasil resiste ao novo, o Brasil resiste às reformas. Nós não temos que ter medo de fazer reformas em todas as áreas, muito menos na educação. O Senador Cristovam Buarque, um educador reconhecido nacional e internacionalmente fala que nós precisamos fazer as reformas, que essa reforma é boa e que vai trazer mudanças positivas. A Secretária de Educação do meu Estado, professora e educadora Fátima Gavioli, já me disse que está fazendo uma ótima educação, que está alcançando índices de desenvolvimento muito bons no Ideb, no meu Estado de Rondônia, e disse também que a reforma é boa.

Eu sou formado em Administração de Empresas e aprendi, na universidade, que nós não devemos ter medo do novo, não devemos ter medo de avanços, não devemos ter medo das reformas. Se precisar reformar lá na frente outra vez, vamos reformar, mas não devemos tolher, não devemos ter medo agora de fazer essas reformas positivas para que os nossos jovens possam sair do ensino médio com uma profissão. Muitos deles não vão conseguir ingressar na universidade, mas, se eles tiverem a certeza de que vão sair do ensino médio com uma profissão, isso será um atrativo a mais para esses 2 milhões a que a Senadora Ana Amélia acabou de se referir, que estão fora dos bancos escolares, porque não têm uma perspectiva. O nosso ensino precisa ser reformado.

Encerro aqui a minha fala, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, dizendo, mais uma vez, que não devemos ter medo das mudanças. Repito: se o Senador Cristovam Buarque está dizendo que essa reforma é boa para o ensino do nosso País, nós vamos duvidar disso? Mas sempre há aqueles que vão discordar e que não vão querer os avanços no ensino nem em área nenhuma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo imediatamente a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, antes de falar, eu quero aqui fazer o registro e até pactuar uma questão com a direção da Mesa.



Estava inscrita, parece-me, antes de mim, pelo menos ela me disse, a Senadora Fátima Bezerra. Segundo ela, seria a vez de ela falar. Eu não sei se está se contando três Senadores para poder encerrar a discussão. Se for isso, eu cederia a palavra para a Senadora Fátima Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu já garanti a ela a fala. V. Exª pode...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Se está garantida a fala da Senadora Fátima Bezerra, eu vou me manifestar rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Aqui é uma comissão democrática, ouviremos a todos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Eu gostaria de dizer, primeiro...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Senador Romero Jucá, permita-me, rapidamente. Falamos com o Presidente da Comissão, e não só a minha fala, mas a dos demais Parlamentares que estão inscritos está assegurada. É só.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Obrigado, Senadora Fátima.

Sr. Presidente, primeiro, quero dizer da importância desse tema e da coragem do Governo Michel Temer de pautar, através do instrumento da medida provisória, um assunto que precisa ter a celeridade necessária para que o País possa se reposicionar. Nós estamos reposicionando o País na questão fiscal, estamos reposicionando o País na questão das agências reguladoras, com diversos critérios de modificação da atuação da forma de governar, mas não há nenhuma mudança tão necessária para o futuro quanto o reposicionamento e o encaminhamento da questão da educação para transformar o Brasil da forma que nós queremos. Então, o Governo teve a ousadia de colocar, numa medida provisória, que tem data limite para ser votada, um assunto que já devia estar resolvido, talvez, há décadas.

Outros países fizeram isso com coragem. Aqui foi falado da Coreia do Sul, dos países asiáticos, que redefiniram, em curto espaço de tempo, o seu processo educacional e passaram a ocupar um lugar de destaque e de exemplo, a ponto de o Presidente Barack Obama, num determinado momento, dizer que a educação americana estava muito ruim e que tinha que se espelhar na Coreia do Sul, como forma de esforço para formar o jovem do futuro.

Primeiro, quero registrar a coragem do Governo, apesar de isso ter sido encarado por alguns de forma negativa. Eu considero isso uma forma positiva de ousadia para avançar. Depois, quero registrar a escolha do Senador Pedro Chaves, um homem bem formado, consciencioso, equilibrado, discreto, que se aprofunda nas questões e conseguiu construir um texto analisando centenas...

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – ... de emendas e construir uma base que eu considero boa para que, a partir daí, discuta-se, no plenário, a questão efetiva com todos os Parlamentares, lembrando que aqui é uma comissão representativa e que a discussão de fundo vai ocorrer efetivamente pela manifestação do Plenário. É assim que é a democracia.

Quero registrar a importância do relatório do Senador Pedro Chaves e dizer que nós concordamos aqui com diversos dispositivos que procuram criar uma realidade. Qual é a realidade? Mudar a atratividade, as condições, o funcionamento e a questão da mensagem da educação para os jovens.

(Soa a campanha.)

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – A escola hoje é uma escola chata, a escola hoje é uma escola que perde tempo, a escola hoje é uma escola que não atrai, que joga o menino na rua. Nós temos um alto índice de evasão e não vamos melhorar a educação com o modelo tradicional, atrasado e não vencedor que nós temos hoje.

Então, eu quero aqui hipotecar o meu apoio ao relatório do Senador Pedro Chaves e dizer que, se existem detalhes a serem aperfeiçoados, na política isso sempre ocorrerá. Nós nunca teremos o projeto perfeito, até porque a sociedade é imperfeita, o Congresso é imperfeito e as realidades vão se moldando, mas nós temos um grande começo de discussão construído aqui pelo debate. Às vezes, há posições divergentes; às vezes, há posições convergentes, mas entendo aqui, inclusive, as manifestações daqueles que não concordam, como também a manifestação a favor do Brasil e daqueles que querem, com uma outra visão, também o bem para a educação.

Então, dessa coletânea, dessa miscelânea, dessa mistura de entendimentos, visões, posições ideológicas, acho que sai um relatório equilibrado, sob a Presidência do Deputado Izalci, e nós teremos a condição de evoluir no plenário e entregar ao País um sistema educacional muito melhor do que aquele que temos hoje.



Obrigado, Sr. Presidente.

O voto é “sim”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo a palavra à Senadora Fátima Bezerra, lembrando que nós temos o tempo regimental de cinco minutos e que vou adicionar para V. Ex^a mais cinco minutos, pela Liderança. Então, V. Ex^a tem dez minutos para fazer, inclusive, a leitura do voto.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar a V. Ex^a a garantia de um tempo maior, conforme reza o nosso Regimento. Assim diz o art. 13º do Regimento Comum: “Apresentado o parecer, qualquer membro da Comissão Mista poderá discuti-lo pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos, uma única vez”, depois de apresentado o relatório. Esse é o Regimento Comum do nosso Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu faço questão de ler o artigo que V. Ex^a citou, mas na íntegra: “Apresentado o parecer, qualquer membro da Comissão Mista poderá discuti-lo pelo prazo máximo de 15 (quinze) minutos”...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Sr. Presidente, para contestar também.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – ... “uma única vez, permitido ao Relator usar da palavra, em último lugar...”. Então, no máximo, 15 minutos.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – No máximo, quinze. Perfeito. Ou seja, porque...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Sr. Presidente, para contestar...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu anunciei, na abertura dos trabalhos, que daria cinco minutos, e coloco para V. Ex^a mais cinco, pelo tempo de Liderança.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Até porque V. Ex^a está...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – A medida provisória está com urgência, Sr. Presidente.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... adicionando o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Já somei. Já está somado. V. Ex^a tem dez minutos.

A SR^a FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – O.k.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, Senadoras, Srs. Deputados, Deputadas, nós, coerentes com a posição que assumimos desde quando o Governo editou a Medida Provisória nº 746, vamos apresentar aqui um voto em separado, portanto, pela rejeição do relatório do eminente Senador Pedro Chaves. Esse voto em separado está assinado por mim, pela Deputada Maria do Rosário, pelo Deputado Reginaldo, enfim, assinado por mim e pela Deputada Maria do Rosário.

Sr. Presidente, eu queria, inicialmente, aqui colocar que não há o que se discutir com relação à necessidade de mudanças no ensino médio, mudanças como forma de enfrentar o abandono escolar e construir uma educação que dialogue com a realidade dos adolescentes e jovens – isso é consenso –, professores, estudantes, pesquisadores, entidades representativas dos estudantes em geral. Entretanto, superar as dificuldades do ensino médio passa por torná-lo mais atrativo e passa também pela construção de condições socioeconômicas que permitam que jovens de qualquer origem social possam ter oportunidades iguais de acesso, permanência e conclusão dessa etapa da educação básica. Essa formulação encontra seu exato oposto nos dispositivos previstos pela Medida Provisória nº 746, de 2016, que apresenta problemas estruturantes que vão desde sua origem até suas concepções e propostas.

Partimos, portanto, Sr. Presidente, do pressuposto de que profundas mudanças no sistema educacional não podem ser realizadas de maneira impositiva. Afirmamos veementemente que a realização de uma reforma dessa envergadura, por meio de medida provisória, é antidemocrático, e ainda mais grave por ser fruto de um Governo que usurpou a Presidência da República e desrespeitou a soberania popular. Quem ignora as urnas não tem qualquer constrangimento para ignorar os estudantes, o movimento sindical de professores e técnicos em educação, o acúmulo das entidades acadêmicas, e até mesmo o Plano Nacional de Educação (PNE), este sim, construído a muitas mãos.

Voltamos aqui, mais uma vez, a colocar a nossa crítica com relação ao método de um tema dessa envergadura ter sido apresentado ao Congresso Nacional via medida provisória, exatamente pelo fato de nós não estarmos tratando aqui de uma ação, de um programa.... Não se trata disso. Não é o Programa Brasil Carinhoso, não é o Plano Nacional de Alfabetização, não. É uma reforma. Reforma sobre o quê? Diretrizes e bases da educação nacional, Deputada Maria do Rosário. Portanto, é um tema fundante, um tema estruturante para definir os fundamentos pedagógicos, sociológicos, da formação de milhares de jovens, por este País afora.

Tanto é verdade que se deve ter uma preocupação, ao tratar de um tema desses, porque, na história da educação brasileira, nós não encontramos, em nenhum momento, que foram feitas mudanças na LDB via instrumentos como esse, uma medida provisória, não só pelo caráter impositivo que ela tem – força de lei –, mas também pelo caráter restritivo: são apenas quatro meses.

A história registra que as reformas, no campo educacional, levam tempo sim. Têm que levar tempo, para



construir consensos, exatamente pelo caráter importante que elas têm. Repito: nós estamos tratando aqui de conceitos, de atitudes, de valores que vão influenciar as gerações presentes e futuras.

Durante uma década realizamos um debate, envolvendo toda a representação da sociedade brasileira, que permitiu que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) definisse o ensino médio como “educação básica”. É exatamente este elemento estruturante que está sendo comprometido com a proposta de itinerários formativos e com a alteração da carga horária mínima estabelecida pelo Projeto de Lei de Conversão apresentado a esta Comissão. Ambos rompem com a possibilidade de formação comum a todos e todas.

Considerando que em parcela expressiva das escolas privadas a oferta de disciplinas e a carga horária já são mais amplas do que as obrigatórias, e não deixarão de ser em função da reforma do ensino médio, o impacto real será junto aos estudantes da escola pública, imensa maioria, que terá uma redução de 40% na formação básica comum, segundo o relatório do Senador Pedro Chaves.

Atualmente o ensino médio regular tem duração mínima de três anos, com carga horária mínima total de 2.400 horas, tendo como referência uma carga horária anual de 800 horas, distribuídas em pelo menos 200 dias de efetivo trabalho escolar. O Projeto de Lei de Conversão estabelece durante cinco anos uma carga horária mínima anual de 800 horas no ensino médio, seguida de 1.000 horas posteriormente. Contudo, aqui vem a gravidade, estabelece que a Base Comum se limitará a 60% do currículo, contribuindo assim para a ampliação das disparidades regionais, da desigualdade entre ensino público e privado, e aprofundando a dificuldade de acesso ao ensino superior para os estudantes da rede pública de ensino. Consideramos a diversificação curricular positiva, desde que se trate de ir além da carga horária mínima hoje prevista em lei, jamais reduzindo-a como se propõe, primeiro para 480 e depois para 600 horas.

A obrigatoriedade de oferta de apenas dois dos cinco itinerários formativos previstos na MP impede que os estudantes possam eleger seu itinerário, ficando à mercê da disponibilidade das redes de ensino, ou fazendo com que estes sejam obrigados a se deslocar para outro Município. Vale registrar que hoje mais da metade dos Municípios brasileiros possuem apenas uma escola de ensino médio, e que as dificuldades de deslocamento para o ambiente escolar encontradas hoje, todos nós sabemos, são bastante dramáticas.

Ao estabelecer que apenas uma parte do ensino médio será comum a todos e que após esse período se dará a separação dos alunos por opções formativas ou ênfases, que inclusive serão oferecidos de maneira facultativa pelos sistemas de ensino, sonegar o conhecimento para a ampla maioria dos estudantes, tal como ocorria no passado. A esse filme já assistimos e a gente sabe muito bem no que foi que deu. Refiro-me à reforma de 1971.

No que tange ao itinerário da formação técnico-profissional, é preciso destacar que as escolas brasileiras não possuem condições estruturais, materiais, nem corpo docente para colocar em prática as medidas previstas. Retirar recursos da educação pública, que já são escassos, para fazer parcerias com o setor privado não é a solução; flexibilizar as exigências para a prática da docência, muito menos.

O uso dos recursos do Fundeb para parcerias com o setor privado dificultará ainda mais o cumprimento das metas do PNE de ampliação do acesso e atendimento ao disposto constitucional da obrigatoriedade dos quatro aos dezessete anos...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, gostaria só de saber quanto tempo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Este sinal é de um minuto. Pode continuar a leitura...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu tenho o meu tempo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu já coloquei os dez minutos. Vou dar mais um minuto para V. Exª concluir.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu pedi o tempo de 15 minutos, Sr. Presidente. De acordo com o Regimento...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O Regimento diz: “no máximo”. Eu decidi que são cinco minutos mais cinco de Liderança...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não. Sr. Presidente, por favor...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O tempo de V. Exª está acabando.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Sr. Presidente, a medida provisória...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – ... está com urgência, Sr. Presidente. Então, não são quinze minutos. São cinco minutos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, isso é um absurdo. Sr. Presidente, vamos respeitar o debate. Está se cassando a palavra...



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu já fui presidido por V. Exª muitas vezes...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu estou fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Com a palavra V. Exª. O tempo está correndo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu estou aqui, inclusive, na condição de Líder, Sr. Presidente.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Nós estamos tratando de um tema extremamente relevante. O que é isso, gente? Pelo amor de Deus!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Vou adicionar mais um minuto para V. Exª fazer a conclusão do voto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Além de ignorar, Sr. Presidente, toda a luta dos estudantes, dos professores, cassar a palavra aqui! Além do exercício.... Porque eu estou aqui, na condição de Senadora, eu estou falando aqui como Líder. Não estou perdendo tempo, não. Gostaria que o senhor recompusesse o meu tempo.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu dei um minuto para V. Exª ler a conclusão do voto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Não, eu não vou fazer a conclusão.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, pela ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não é pela ordem, é questão de ordem, cite o artigo. Nós não vamos fazer pela ordem.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Então, o senhor me desculpe, mas eu não estava informada de que não poderia falar pela ordem nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – No início da abertura dos trabalhos, eu disse exatamente como se procederia durante esta reunião: nós iríamos aplicar o Regimento.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A praxe no Senado Federal é que, lido um relatório, se há um voto em separado, ele deve ser totalmente lido. Não é uma inscrição comum. Ontem, eu, em duas comissões, apresentei voto em separado e tive toda a oportunidade de ler o voto em separado.

Eu não posso concordar com um encaminhamento que não permite a clarividência do voto. Se é um relatório com um voto apostado, há um outro relatório que se contrapõe a ele e tem que ser lido completo, para que os que estão aqui possam dirimir as suas dúvidas e votar, a não ser que as pessoas já tenham predeterminado os seus posicionamentos. E aí quero, inclusive, impedir até a discussão.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Em respeito a V. Exª, eu vou responder.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu estou respondendo, só um minutinho, Deputada.

Em respeito a V. Exª, o voto em separado é lido no tempo do inscrito. Muitas vezes, nem é lido quando há votação do voto principal. Portanto, eu vou dar mais um minuto para a Senadora Fátima concluir o voto em separado.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Volto a dizer, não é a praxe adotada no Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu não sou Senador.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas esta é uma comissão mista.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Fátima Bezerra, um minuto.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, eu lamento aqui profundamente. Isso aqui está virando uma farsa. Que pressa têm vocês de enfiar goela abaixo uma proposta de reformulação do ensino médio que não virá, de maneira nenhuma, na direção de responder ao cenário de dificuldades pelo qual passa o ensino Médio? Até porque o caminho seria...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Se V. Exª tivesse lido, já teria terminado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Até porque o caminho, Sr. Presidente,...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Chamar todo mundo de farsante agora aqui? Não pode falar...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... seria a reestruturação...

Eu vou ler.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O que é isso, Senadora? Não sou farsante.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... e expansão das escolas de ensino médio, capaz de dotar as escolas públicas dos instrumentos necessários à implementação do ensino em tempo integral,...

(Soa a campanha.)



A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... acompanhada de uma política de valorização do magistério público e da educação básica, em consonância com a Meta 17 do Plano Nacional de Educação.

Nós consideramos ainda, Sr. Presidente, fundamental para o País uma política de ampliação da carga horária de educação básica e não apenas do ensino médio. Porém, a ampliação da carga horária deve ser acompanhada de um projeto político pedagógico que permita o aprofundamento dos estudos que hoje são realizados em menor tempo com a diversificação das experiências curriculares, das temáticas, abordagens e o enriquecimento científico e cultural do espaço-tempo escolar, ou seja, ampliação da carga horária fundamental no conceito de educação integral, conforme o previsto.

Portanto, Sr. Presidente, quero aqui mais uma vez colocar que a medida provisória original e o projeto de lei de conversão representam – no nosso entendimento, com todo respeito ao Senador Pedro Chaves – uma contrarreforma do ensino médio, porque fragmentam a visão sistêmica da educação nacional e aprofundam o *apartheid* já existente entre a educação dos filhos da elite e a educação dos filhos da classe trabalhadora.

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Trata-se de uma parcela da fatura que o Governo ilegítimo e sua base de sustentação no Congresso Nacional estão tentando pagar aos patrocinadores do golpe de Estado.

Concluo dizendo, Sr. Presidente, que votamos pela rejeição, porque infelizmente a proposta apresentada não vem na direção de melhorar o ensino médio. Ela até ampliou a carga horária, mas ao mesmo tempo reduz a parte destinada ao conhecimento comum. Vai empobrecer o currículo. Ou seja, essa reforma está fadada ao fracasso, como já aconteceu em 1971, porque...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Ela não vai cumprir exatamente o seu papel, que seria garantir aos jovens uma sólida formação, do ponto de vista do conteúdo geral, ao mesmo tempo em que também garante uma formação consistente.

Por isso, Sr. Presidente, para terminar, quero dizer aqui que nós continuaremos marchando com muita convicção ao lado dos milhares de estudantes que ocuparam suas escolas, institutos federais e universidades.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Marchando, depredando o MEC, e virando carros.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Por favor, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado. Conclua, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Peça a esse cidadão...

Vou concluir, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Já pedi.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Esse cidadão é um Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Peça a esse cidadão, por favor, que fale no tempo dele.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora, V. Exª conclua.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Ela ultrapassou o tempo, Senador.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Nós exigimos respeito à luta dos estudantes e dos professores.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Então respeite esta Casa, quando você chamou todo mundo de farsante, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Deputado Izalci, por favor.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Farsante é a senhora! Farsante é a senhora!

(Tumulto no recinto.)

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Por favor, por favor. Deputado Izalci, eu quero garantia da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Peço aos Deputados e Senadores um minutinho.

Senadora, V. Exª conclua rápido, senão sou obrigado a cassar a palavra de V. Exª. Conclua, por favor.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Eu não vou dar holofote a um Parlamentar que tem assumido posições fascistas aqui no Congresso Nacional.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Fascista é a senhora! Fascista é a senhora!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Então, Deputado Izalci, para concluir, quero aqui dizer que nosso voto em separado é pela rejeição, ao mesmo tempo em que quero repetir: continuaremos marchando com



convicção ao lado dos milhares de estudantes que ocuparam suas escolas, institutos federais e universidades, ao lado dos professores e demais trabalhadores em educação, ao lado das diversas categorias em greve, ao lado de todos aqueles que, na alvorada da juventude, foram obrigados a enfrentar a repressão e a violência policial.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – É por tudo que expusemos que dizemos “não” à contrarreforma do ensino médio e que vamos seguir lutando contra esse golpe continuado que já anunciou os próximos capítulos da retirada de direitos da população mais pobre: a reforma da previdência e a reforma trabalhista.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço a V. Exª.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Nosso voto é “não”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Passo, pela Liderança do PV, a Evandro Gussi.

V. Exª tem até cinco minutos.

Em seguida, a Professora Dorinha, que também pediu tempo de Liderança.

O SR. EVANDRO GUSSI (PV - SP) – Sr. Presidente, pretendo nem usar todo esse tempo, se conseguir, ser o mais conciso possível.

Quero agradecer a deferência de V. Exª e o memorável trabalho do Senador Pedro Chaves, que ouviu a tantos e dialogou com tantos outros, o que mostra a importância desse projeto.

Primeiro, essa medida provisória traz, sim, avanços importantes para a reestruturação do ensino médio no Brasil, fruto de um trabalho de um homem sério, que é o Ministro Mendonça Filho, que nós conhecemos e sabemos o compromisso que tem com o Brasil e com a educação.

A minha intenção aqui é simplesmente, Senador Pedro Chaves e demais Parlamentares presentes, colocar um ponto de reflexão para que este trabalho possa alcançar ainda mais o êxito que aqui ele pretende.

Nós temos uma confusão técnica na própria medida, como vem, e no relatório entre base curricular e currículo. A base curricular não é um assunto novo no Brasil. Nós já temos inúmeras versões, distintas versões de bases curriculares, todas elas enxutas, pequenas, destinando-se àquilo a que realmente se presta uma base curricular, que é fixar pontos norteadores para a elaboração dos futuros currículos. Por isso, é um equívoco, quando se incorpora à base curricular os currículos propriamente ditos, quando se desce às minúcias do processo educacional. Por quê? O Brasil tem uma característica das mais fundamentais: é um país que consegue, ao mesmo tempo, reunir a característica da unidade nacional. Ninguém se sente menos brasileiro no Rio Grande do Sul, no Norte, no Nordeste do País; todos se sentem brasileiros. E esta é uma grande marca do nosso País: a construção, que não foi feita hoje, de uma grande e profunda unidade nacional.

Por outro lado, o Brasil também conseguiu construir o respeito às particularidades regionais, o respeito às vocações idiossincráticas de cada um dos pontos do Território Nacional. Quando nós confundimos base curricular com currículo, prejudicamos essa pluralidade tão positiva que o Brasil tem. Por quê? Há regiões que vão necessitar de um tipo de educação muito distinto da outra e, ao fixarmos e de alguma maneira permitirmos o engessamento desses currículos, nós impediremos o desabrochar positivo – e há provas do quanto é positivo – na elaboração dos currículos, que, repito, devem sim seguir uma base nacional curricular comum, mas deve respeitar isso.

E termino dizendo o seguinte: esse equívoco, que é recheado de boas intenções – e quero aqui deixar isso claro –, como toda medida, agrava a nossa crise federativa, porque compromete ainda mais a capacidade de autonomia de Estados, de Municípios e compromete a autonomia, no fundo, dos processos educacionais, porque determinadas regiões, por exemplo, mais agrícolas poderiam e deveriam se dedicar a currículos que privilegiassem esses pontos; regiões mais industriais, deveriam assim agir; regiões com traços históricos, turísticos e culturais, para esse lado caminhar. Óbvio, todas, sim, regidas por um quadro mínimo...

(Soa a campanha.)

O SR. EVANDRO GUSSI (PV - SP) – ... de matérias essenciais, como é o caso da Língua Portuguesa, da Matemática e assim por diante.

Então, Senador, nós apresentamos emendas à medida provisória. V. Exª, com grande generosidade, acolheu uma delas, mas outras que têm exclusivamente o desejo de aprimorar e contribuir com o brilhante trabalho que V. Exª já realizou, as medidas 451 a 456, têm esse escopo de permitir a Base Nacional Curricular Comum, que é importantíssima, garantir também que as particularidades sejam expressas nos currículos.

Obrigado, Sr. Presidente, pelo tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Tenho aqui um requerimento do Deputado Leonardo Quintão, pedindo, nos termos do §1º do art. 39 do Regimento Comum, o encerramento da discussão, mas queria ponderar que temos aqui oito Deputados inscritos e gostaria...



A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Quero me inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A gente encerra as inscrições.

Vamos deixar que todos que estão...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Por favor. Presidente, estou me inscrevendo, Senadora Lídice da Mata.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, vamos encerrar as inscrições. Acho que todos já falaram.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Acho que todos aqui participaram. Faço um apelo a V. Exª.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Vamos dar oportunidade para que todos os Parlamentares possam falar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – É para votar?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Não, quero fazer uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Questão de ordem. Artigo? É pela ordem ou questão de ordem?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Posso fazer a minha questão?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Se for questão de ordem, sim!

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Então vou pedir o Regimento aqui. Por favor, assessoria.

A minha questão é que eu gostaria realmente que, de boa-fé, o senhor justificasse como é que se encerra a inscrição, com que base regimental. Porque se um Parlamentar chegar aqui e quiser falar, ele tem o direito de se inscrever. Então, se alguém chegar aqui, alguém que não estava presente, poderá se inscrever. Não creio que seja adequado encerrar inscrições e fechar a palavra para quem porventura passou a noite inteira em votações na Câmara dos Deputados e chega um pouco mais tarde, porque já assumiu outros compromissos. Então, quero que V. Exª mesmo me responda qual é a base regimental que esse Presidente usa para encerrar as inscrições e dizer que o Parlamentar que chegar agora ali, se algum chegar, não poderá falar. Porque são autoritarismos que vejo aqui. Estou inscrita, não estou falando em meu nome, mas, se um colega chegar, será impedido de falar? Então, não é possível.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Posso responder à questão de ordem?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Por favor! Por favor!

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente, o Regimento é para todos.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, Deputado Izalci, eu queria fazer um apelo.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – O senhor é Presidente de uma Comissão de Educação. Tenha bom senso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A Deputada fez uma questão de ordem, vou responder à questão de ordem. Peço a V. Exª que me ouça. Sou escravo do Regimento. Vou citar aqui: “§1º”... Vou responder.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Responda para mim, por favor, art. 39.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Art. 39, §1º.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Exatamente.

Art. 39. A discussão se encerrará após falar com o último orador inscrito. Se, após o término do tempo da sessão, ainda houver inscrições a atender, será convocada outra, ao fim da qual estará automaticamente encerrada.

§1º A discussão poderá ser encerrada a requerimento escrito de Líder ou de 10 (dez) membros de cada Casa, após falarem, no mínimo, 4 (quatro) Senadores [...]

O que eu pergunto é: como V. Exª vai fechar a lista de inscrição? Eu sei que, com dez oradores, podemos ter a maioria aqui, aprovando o fim da discussão. O que não aceito, porque não é regimental, é encerrar a inscrição de quem puder chegar e ter o direito de se inscrever.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A diferença, Deputada...

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – A diferença é total. V. Exª quer cassar a palavra de quem chegue.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – V. Exª é um ditador ou um Presidente de comissão? Isso é uma Casa regimental.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Sou escravo do Regimento.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Há Constituição. Se não tem educação, tem a Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª não vai ganhar no grito.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Ah, não sei, porque lá na rua estou sendo mais ouvida que V. Exª...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Muito mais.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ... que aqui está dando golpe em cima de golpe.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Todas vezes que V. Exª fala, eu ouço. Gostaria de pedir a V.

Exª a resposta.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – A senhora acabou de me pedir calma agora, Deputada.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Deputado Izalci, Sr. Presidente.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Acabou de me pedir calma.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Só vou responder à questão de ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou responder à questão de ordem.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Depois estou solicitando uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Srs. Deputados e Senadores, foi feita aqui uma questão de ordem. O que eu estava fazendo era exatamente para que todos pudessem falar, porque, caso eu atendesse o requerimento do Líder Leonardo Quintão, encerraríamos a discussão. Quero ampliar o debate. É o contrário do que V. Exª está colocando. V. Exª precisa ouvir um pouco mais. V. Exª precisa ouvir, não só falar.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Se V. Exª está concordando comigo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Estou respondendo. V. Exª permite?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Claro! V. Exª tem a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Olha o que vou ler, §1º do artigo que V. Exª citou: §1º A discussão poderá ser encerrada a requerimento – está aqui o requerimento, e coloquei isso – “do Líder.” Então, para evitar que haja o encerramento, quero discutir mais e quero garantir que quem fez a inscrição possa falar. É isso que estou fazendo, mas, se V. Exª não quer, a gente bota o requerimento em votação.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Não, então deixa eu explicar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Nós não queremos só isso. Explique, Deputada. Não é só isso.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Só um minutinho, Fátima.

Deixa eu lhe falar uma coisa: o que eu quero, Deputado Quintão, é que V. Exªs não abram a jurisprudência aqui; que, por conta de um requerimento que está à mesa, que não foi votado, que é regimental, em dez inscitos, se peça a possibilidade de encerramento; que V. Exªs, depois de ganhar isso, fechem a inscrição de quem chegar. Eu ouvi V. Exª dizer: “Então, vamos encerrar as inscrições.” Não pode, Deputado Izalci! Não pode, Deputado Quintão!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Então vamos encerrar. Vamos botar o requerimento em votação. Fazer o quê?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Se o Parlamentar chegar, ele terá direito.

O que V. Exªs deverão fazer é apresentar o requerimento nos dez para mostrar ao Brasil que não querem debater, mas, se alguém chegar, tem o direito, seja integrante da Comissão ou não seja. Eu também conheço um pouco desse Regimento.

Ora, senhores, o senhor dizer daí que iria encerrar as inscrições é um desrespeito. Não comigo, que estou aqui, mas com todos nós. Não podemos permitir essas coisas. O senhor me desculpe, inclusive, ter me exaltado, mas é que vejo tantas coisas erradas, Deputado Izalci, tantas coisas erradas!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª concluiu sem me ouvir.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Estou aqui desde domingo para fazer debates com V. Exª e não vejo os debates, então fico muito triste com isso, que V. Exª tentasse agora passar aqui ao encerramento de inscrição, porque acho que nem foi isso que o Líder pediu. Não foi isso que o Líder pediu.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Maria do Rosário, V. Exª fala, mas tem que ouvir também. O que disse a V. Exª foi exatamente o contrário: quero o debate. Estou propondo ao autor do requerimento, que fez aqui um requerimento de encerramento de discussão, o que estou propondo a ele... Deputado Leonardo Quintão, pediria a V. Exª que, em vez de encerrarmos agora a discussão, pudéssemos ouvir pelo menos aqueles que estão inscitos, senão vamos encerrar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Questão de ordem, Sr. Presidente. Questão de ordem, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k., então vamos fazer a votação.



A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, questão de ordem, por favor.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Senadora Fátima, acho que vou contribuir com a fala de V. Exª. A senhora me permite falar antes da senhora?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Pois não, pode, vou ouvi-lo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Estamos num debate em que todos têm razão, então, acho que é mais do que democrático o debate em todas as Comissões. Este Parlamento, esta Casa, tanto o Senado quanto a Câmara, é a Casa do debate. Vamos prosseguir nas pessoas que se inscreveram. Acabando as inscrições, podemos votar o requerimento e votar o projeto ainda hoje. Podemos fazer assim, Deputada?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Deputado Leonardo, mas, se alguém chegar, poderá se inscrever.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Se alguém chegar poderá, claro! Antes da votação. Acho que é justo.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Antes da votação.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Claro!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – É garantir a ordem de inscrição.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Claro.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Se alguém chegar e quiser fazer uso da palavra, que lhe seja assegurado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora e Deputado, eu não tenho nenhum problema com isso. Agora, se há um requerimento, eu tenho que anunciar o requerimento.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Mas ele acaba de concordar agora. Então, vamos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O requerimento está sobre a mesa.

Eu vou passar a palavra ao Deputado Átila, e, depois, continuaremos com as outras inscrições. Deputado Átila, V. Exª dispõe de cinco minutos.

O SR. ÁTILA LINS (PSD - AM) – Primeiro, bom dia para todos.

Quero cumprimentar todos os presentes, os nossos caríssimos companheiros Senadores e Deputados, o Sr. Presidente e o nosso grande Relator.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ÁTILA LINS (PSD - AM) – Silêncio, porque senão eu não falo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF. *Fazendo soar a campainha.*) – Eu pediria a todos que fizessem silêncio, para que o nosso Deputado pudesse colocar suas considerações.

O SR. ÁTILA LINS (PSD - AM) – Já brigaram tanto, já se exaltaram demais. Ficamos votando até mais tarde aquelas medidas que o Ministério Público impôs à Câmara dos Deputados e vai agora impor ao Senado.

Mas esse relatório avançou no sentido de incorporar as ideias das audiências e as emendas aqui apresentadas pelos Parlamentares e pelas instituições interessadas: alunos, professores e universidades.

Essa reforma, meus caríssimos Senadores, é importante porque o sistema curricular hoje, a formatação do ensino médio, é tão ruim que qualquer alteração pode contribuir para melhorar a estrutura do ensino médio, a formação curricular e a dimensão do tempo integral.

Portanto, esse projeto precisa ser aprovado pela importância que vai significar para uma mudança no ensino médio brasileiro. O ensino médio sempre – viu, Senadora Fátima Bezerra? – foi tratado de forma secundária. Nunca foi preferencial do ponto de vista de política de governo.

O MEC sempre tratou do quê? De ensino superior e de ensino fundamental. O ensino médio, pode-se ver historicamente, não faz 20 anos que passou a ser prioridade no País.

Portanto, o relatório, meu caro Senador Pedro Chaves e Deputado Izalci, tem muita importância para nós completarmos com algumas sugestões que vamos acompanhar na Câmara e no Senado ainda. Por exemplo, a questão da língua espanhola. A língua espanhola é importante por conta da posição estratégica do Brasil na América do Sul. Nós temos que olhar isso, como o inglês foi olhado pela linguagem mundial. O Brasil, que tem uma liderança de bloco, tem que sinalizar, como os outros países da América do Sul estão procurando também alterar o seu currículo e introduzir a Língua Portuguesa no seu currículo. Então a questão da língua espanhola tem que ser olhada nessa outra visão do Brasil como líder da América do Sul.

A questão do financiamento. O financiamento, como foi colocado aqui pelo Deputado Danilo Cabral, de Pernambuco, que fala de cátedra, justamente porque é de um Estado que tem, Dorinha, 43% de ensino em tempo integral, ensino caríssimo, difícil, portanto, para o financiamento, não adianta boas ideias se não tem dinheiro, Deputado Izalci. Não tendo dinheiro, não tendo financiamento, uma boa ideia pode fracassar.

Portanto, esse projeto terá o seu aperfeiçoamento ainda na Câmara e no Senado.



Agora, eu acho a Senadora Fátima Bezerra uma grande interessada na área da educação, uma pessoa dedicada, porém, muito cruel quando se trata de nos adjetivar. Farsante é muito pesado! Fascista está fora de moda, certo? Então, tem que ter um pouco de respeito parlamentar. Não dá certo uma coisa como essa. Eu sou incapaz de adjetivá-la, mesmo pensando de forma totalmente diferente de como ela pensa. Mas nós temos um ponto em comum, que é melhorar a educação brasileira. E quem foi Secretário de Educação sabe o quanto é importante essa reforma.

É claro, Senador Pedro Chaves, que nós temos 5 mil Municípios, 4 mil Municípios pobres. E uma reforma como essa vai exigir muito mais recursos, porque os Municípios pequenos não têm alternativa para diversificar sobretudo o itinerário formativo.

Então nós estamos aqui para aprovar esse projeto, aplaudir o Ministro por essa iniciativa. E eu chamo os companheiros da oposição. Esse projeto seria apresentado por qualquer Ministro que ocupasse agora a área da educação. O Ministro Cid Gomes, quando assumiu, sinalizou com relação à questão do itinerário formativo. Esse era um debate comum dentro do Ministério da Educação.

Portanto, o que ocorreu agora é a questão da transição. O pessoal ainda não se conformou com esse Governo moderno que assumiu agora o País, que é o grande Presidente Temer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O próximo inscrito é a Deputada Maria do Rosário.

Indago a V. Ex^a: vai falar também em tempo de liderança da Câmara? V. Ex^a então tem até dez minutos.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores e senhoras, em primeiro lugar, nós todos partimos de um debate em que a Câmara dos Deputados debruçou-se ao longo de longo período e que a sociedade brasileira, através de uma série de fóruns, tem buscado construir. Todos sabemos que a educação brasileira exige dedicação. Todos sabemos que a educação brasileira exige dedicação, construção e busca de soluções.

O voto em separado que assino em conjunto com Senadora Fátima Bezerra está orientado por grande parte do debate que foi realizado pelo Deputado Reginaldo Lopes e por vários Parlamentares aqui ao longo da discussão que a Câmara dos Deputados produziu sobre a questão do ensino médio, mas está orientado sobretudo por conversar com professores e professoras, especialistas em educação.

A minha formação, de graduação e pós-graduação, é na área educacional e é uma área de estudo a qual modestamente tenho me dedicado sobretudo a debater. Senhores e senhoras, eu não vejo uma questão essencial nesta medida: a dimensão pedagógica está completamente ausente. Não há um diálogo e um debate sobre a questão pedagógica e ela está se agravando negativamente com o projeto que foi apresentado via medida provisória. Como pedagoga, como Mestre em Educação, eu quero sublinhar o tema da educação, a dimensão pedagógica, porque não há aprendizagem sem pedagogia, não há aprendizagem sem investimento nos educadores. E o que eu vejo, em primeiro lugar, pelo viés da medida provisória, é a obstrução de um debate que necessariamente – e eu me inspiro em Paulo Freire para dizer isso – precisaria ser realizado com os educadores brasileiros, com o meio educacional brasileiro, e não de uma forma rápida. Nós estamos aqui antecipando em dois meses o prazo desta Comissão, que que seria para março, mas nós deveríamos aqui abrir um processo de diálogo com a sociedade brasileira para ganhar os educadores, um processo pedagógico em si, de mudança dos princípios educacionais.

Debato este tema porque vejo que, ao contrário de enfrentar o tema do notório saber, que foi tão criticado aqui e que, na medida provisória original, estava sublinhado como algo, de fato, para que o Relator tantas vezes nos chamou a atenção, a educação profissional, agora, o notório saber está sendo estabelecido como uma política para todo o ensino médio. O professor de uma área não necessariamente terá graduação naquela área. Então como nós teremos qualidade?

Vejam os senhores e senhoras que, ao longo dos últimos anos, observando que 42% dos educadores brasileiros estão em distorção entre aquilo que ministram como aulas, as disciplinas de que são professores e professoras e a sua graduação, o Governo federal abriu 100 mil vagas. Essas vagas irão fechar? São faculdades isoladas, institutos federais, universidades, o Prouni, o Fies – que, aliás, ao longo desses anos, saltou de 50 mil contratos em 2003 para 1,6 milhão de contratos em 2014, e passou a ser um programa robusto e sobretudo voltado às licenciaturas – e as licenciaturas que estarão em crise a partir da aprovação dessa matéria, as pedagogias, a formação de professores, no geral, para ensino médio.

Destaco criticamente também o tema relacionado à carga horária. Se inicialmente havia intenção do Relator de sairmos para uma carga horária mais ampla, o que vemos agora, e sublinhamos isso também no voto em separado, é que ficaremos possivelmente com uma carga horária mais reduzida, porque temos hoje 800 horas/aula praticamente de disciplinas gerais. Agora, se votarmos essa matéria, nós teremos 1.000 horas em cinco anos para alcançar. Poderemos, portanto, até cinco anos, ficar simplesmente nas 800 e teremos 60%



dessa carga horária destinada à Base Nacional Comum Curricular e os outros 40% para itinerários formativos.

Então, há uma redução de conteúdos, de disciplina, há uma redução de capacidade curricular e de aprendizagem que ninguém que tem seus filhos na educação privada aceita que a escola faça. Por que estamos impondo isso aos filhos dos trabalhadores e trabalhadoras, à juventude brasileira que frequenta as escolas públicas? Se um pai ou mãe que tem um filho numa escola privada não aceita que agora ele vá ter 60% de conteúdos e disciplinas, por que nós estamos impondo para os filhos das pessoas mais humildes, que muitas vezes não têm a possibilidade, diante das Secretarias de Educação, diante de um conjunto de autoridades, inclusive diante de nós mesmos aqui, na pressa com que estamos votando essa matéria, de dizer o que pensam? Nós estamos mudando a educação dos filhos dos outros. Porque a dos nossos filhos, senhores e senhoras, nós estamos preservando, a formação para elites, a formação para serem dirigentes deste País. Eu não aceito isso. Eu não posso aceitar.

Por isso, também me rebelo contra as mudanças no Fundeb. Porque aqui os Estados e Municípios também não estão sendo consultados. Senhores e senhoras, nós estamos tirando a merenda escolar, que é um dinheiro em separado, e colocando a merenda escolar como recurso do Fundeb a partir deste momento. Então, a merenda escolar não vai mais ser recebida em separado pelo Estado ou pelo Município? Agora é recurso do Fundeb? Para dividir do quinhão, que está ficando pequeno com a PEC 55, com a redução de 20 anos e o congelamento? Pensem nos Municípios. Pensem nos Estados. Não é possível isso que está acontecendo.

Assim como o Programa Nacional do Livro Didático e políticas como laboratórios e melhorias, tudo agora, Senadora Lídice, é tudo dentro do Fundeb. Não haverá recurso extra. Mas o Fundeb será congelado por 20 anos, e os Municípios não estão aqui opinando.

E a pedagogia, e o projeto pedagógico, que é o cerne de uma política educacional, não está sendo debatida. Nós temos inglês. Ou V. Ex^{as} não sabem que os alunos têm inglês? V. Ex^{as} sabem. O problema é que o ensino de inglês não é bom. Então, o que é preciso fazer é uma reforma pedagógica. E, cá para nós, tirar o espanhol, como disse o Deputado Átila Lira, em um país continental, não é reconhecer a diversidade deste País.

Sobre os itinerários formativos, eu escutei com muita atenção os painelistas, e eu tenho certeza que o Relator também. Eu tenho grande apreço e respeito pelo Relator, acho que o Relator se dedicou realmente. Eu não tenho concordância com a forma como está, mas isso não significa que aqui tenha qualquer diferença de caráter pessoal às concepções que o senhor traz nessa medida. No entanto, eu reclamo aqui que os itinerários formativos estão sendo apresentados como um simulacro. Porque grande parte dos Municípios brasileiros são tão pequenos que têm apenas uma escola de ensino médio. Então, ainda que sejam cinco itinerários formativos, que escolha fará o estudante? A ele será imposto aquilo que a escola tiver.

Ou então, como nós faremos essa parceria com o setor privado, que não deve ser condenada *a priori*, mas que tem que ser analisada, se nós vamos também utilizar recursos públicos para essa parceria?

Ora, os nossos amigos, a quem respeitamos muito pela competência do Sistema S, já têm vultosos recursos do próprio Sistema S, que devem ser mantidos, porque são recursos adicionais, complementares à educação brasileira. No entanto, aqui me parece que nós estamos tirando mais uma vez do Fundeb, nós estamos colocando tudo para dentro do Fundeb. Pobre educação básica! Pobre educação infantil! Crianças que não têm creche! Pobre PNE, que está sendo desvirtuado, acabado! Entre o PNE e essa votação aqui, eu fico com o PNE, com o Plano Nacional de Educação, que é um plano de Estado. Nós não podemos...

(*Soa a campanha.*)

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ... fazer reformas pontuais, estruturadas, de acordo, na educação, com interesses de ocasião do Governo.

Vejam, senhores e senhoras, o Governo vai apresentar, já anuncia, uma reforma trabalhista. O Governo anuncia uma reforma previdenciária. Será que o Governo vai anunciar essas reformas, Senadora Lídice, por medida provisória? Eu creio que seria um absurdo. Espero que não. Agora, por que apresenta uma reforma educacional por medida provisória? Por considerar a educação menos importante? Por considerar que esse tema já está resolvido para si, deixando de fora, como disse o presidente do Conselho Nacional de Educação, o CNE?

Por último, por que nós estamos votando essa medida absurda ao mesmo tempo que o Conselho Nacional de Educação não tem ainda a Base Nacional Comum Curricular? Senadores, Deputados, Senadoras e Deputadas, não é razoável estarmos votando essa medida sem a Base Nacional Comum Curricular. É um desrespeito ao sistema educacional brasileiro, é um desrespeito ao Conselho Nacional de Educação...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – É um desrespeito à educação brasileira. Muito obrigada.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Próximo inscrito, Deputado Thiago Peixoto.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – Presidente, eu, primeiro, queria parabenizá-lo pela condução dos trabalhos durante todos esses dias aqui, parabenizar o Relator, Senador Pedro Chaves, também, pelo belo relatório e reforçar algo, Presidente, que eu tenho dito aqui quase todos os dias: de todas as reformas que o nosso País propõe viver, não tem reforma mais importante do que essa. Essa, de fato, é uma mudança significativa e positiva na nossa educação.

E queria aproveitar para parabenizar o Presidente Temer, o Ministro Mendonça por terem coragem de promover essa mudança. Eu fui Secretário, em Goiás, de Educação, convivi e trabalhei com Ministros do Governo passado – com o Ministro Haddad, com o Ministro Mercadante –, e ouvi, de forma reiterada, falar em mudança... A cada Ideb que saía, propunham mudanças no ensino médio. Falavam em mudanças, mas não efetivavam essas mudanças. Sabe por que, Presidente? Falar de mudança é bonito, é fácil. Agora, mudar é difícil.

E eu parabenizo esse momento, em que nós temos coragem de mudar o nosso ensino médio, que todos nós aqui concordamos, independente de posições, que está falido, que está fracassado. Isto não é uma opinião. Todos os dados de todos os indicadores mostram isso.

Queria parabenizar e destacar algumas alterações feitas pelo Relator, muito positivas. Primeiro, Relator, a sensibilidade que o senhor teve em voltar em seu relatório a obrigatoriedade de Artes e de Educação Física.

Outro ponto importante: a carga horária do ensino médio, diária, não do integral, que vai passar de quatro horas diárias para cinco horas, parece pouco, mas cada hora a mais significa mais educação para cada aluno brasileiro. E é com cada minuto, cada hora a mais que nós vamos promover essas mudanças.

Quero destacar aqui também, Presidente, o tratamento diferenciado que foi dado ao noturno. Eu tinha uma preocupação muito grande com relação a como o noturno ia ser tratado, e o senhor cuidou de corrigir isso em seu relatório.

Importante também dizer que, no projeto inicial, nós tínhamos 30%, só, do tempo do ensino médio dedicado à Base Nacional Curricular. E, com a alteração que o senhor propôs, passa-se a 60%. Entendo também que isso é altamente positivo.

Quero reforçar também a garantia de financiamento por dez anos. O projeto inicial garantia financiamento por quatro anos, e agora nós temos uma garantia mínima de dez anos, e isso era algo que me preocupava muito: como nós íamos financiar essas mudanças. Perguntei aqui para muitos secretários, para alguns secretários que estiveram presentes aqui, se eles estavam confortáveis com a questão do financiamento e eles falaram que sim. Mas o senhor teve o cuidado de ampliar de quatro para dez anos.

Presidente, agora, destaco um ponto que eu acho que deveria ser revisto. Um dos principais ingredientes dessa reforma é colocar o jovem como protagonista. É dar a ele a opção de escolher o seu destino educacional. E o projeto, da forma que está apresentado hoje...

(Soa a campanha.)

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – ... não garante isso, Relator. Nós temos, no Brasil, 5.570 Municípios, 3.585 deles possui uma escola só. E é muito importante garantir que essas escolas ofereçam mais de uma trajetória para esse aluno.

Eu tinha apresentado, apresentei, dois destaques para garantir isso. Mas queria aqui, Presidente, pedir a retirada desses destaques. Por um motivo: eu conversei agora aqui com o Secretário de Educação Básica do MEC, o Secretário Rossieli, e ele me mostrou aqui no texto que isso está garantido. Eu vou voltar a conversar com ele para ter a certeza disso e, caso não esteja garantido, eu apresentarei uma emenda em plenário.

Mas eu acho que nós temos que votar isso com urgência, com pressa, que é a pressa que o aluno tem. A cada minuto que essa mudança não acontece, o aluno perde tempo para poder ter acesso à educação de melhor qualidade.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

Próximo inscrito, Deputado Evandro Roman.

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Sr. Presidente, Sr. Relator, senhores membros, eu vou na mesma linha do Deputado Thiago Peixoto em relação a elogiar o trabalho que foi feito mediante toda a elaboração desta medida provisória. Senador Pedro Chaves, quero agradecer-lhe, realmente, pela sensibilidade do entendimento de a Educação Física...

(Soa a campanha.)

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – ... ter sido incluída, principalmente nas Emendas 110 e 111, juntamente com esse trabalho que foi discutido, e eu diria que, com essa ação, o senhor está fazendo retornar para



dentro do ensino médio principalmente o gosto pela prática da atividade física. Desta forma, Senador, nós vamos poder ter, com o tempo, sem dúvida, menos pessoas doentes, com doenças crônico-degenerativas, que é o diabetes, o mau colesterol, a hipertensão.

Teremos ações – o senhor pode ter certeza – que vão ecoar nos cofres públicos com o benefício da saúde, porque acredito que muitos dos Deputados que estão aqui, assim como eu, tiveram a oportunidade de criar gosto pela prática da atividade física nas aulas de educação física. Agora, sentem o prazer de, numa manhã ou no final de uma tarde, calçar um tênis, vestir uma bermuda e uma camiseta e sair para a prática dessa atividade.

Então, ao incluir a Educação Física como componente curricular da educação básica, eu parabeno V. Ex^a e todos.

Gostaria também de fazer um elogio. Todas as vezes que nós procuramos o Ministro Mendonça, ele nos recebeu com um diálogo muito bom. Quero elogiar, ainda, o trabalho que foi feito pelo sistema Confef-Cref (Conselho Federal de Educação Física e Conselhos Regionais de Educação Física).

Eu tenho certeza de que nós não podemos ter medo, em hipótese alguma, de mudar – se for por uma medida provisória, se for por um projeto de lei. Eu costumo sempre dizer que o Judiciário, da forma como faz, acaba muitas vezes legislando, porque nós ficamos nesse empurra-empurra e com uma grande dificuldade. Nós só sabemos que não poderíamos ficar onde estávamos. E, por não podermos ficar onde estávamos, nós estamos tendo coragem de mudar. A coragem veio pela ousadia, pela vontade realmente de fazer por intermédio de uma medida provisória. Então, eu elogio o Governo nesse aspecto. Temos que mudar e estamos mudando. Não sabemos se estamos 100% certos, porque o futuro nos espera. Agora, sabemos que nós não podemos estar onde estamos.

Presidente Izalci, eu lhe diria que nós buscamos sempre certezas no mundo, e a única certeza que temos nós refutamos, que é a morte. Imagina se nós tivéssemos a certeza de tudo o que nós buscamos. Quão traumático isso seria para nós!

Então, é muito bom trabalharmos com responsabilidade, com comprometimento, mas não devemos ficar sempre buscando a certeza, porque isso, sem dúvida, nos faria um ser humano cada vez pior, e não melhor.

Eu gostaria só de fazer aqui, no tempo que eu tenho, uma solicitação para o Estado do Paraná. Hoje, há duas aulas de Educação Física no ensino médio. Pediria que pudesse haver três aulas no Paraná, Estado que eu defendo aqui. Por quê? O Paraná, hoje, é o segundo Estado mais bem organizado economicamente do País, só perdendo para São Paulo, pela ousadia de nosso Governador, que, no momento certo, precisou agir e tomar medidas muitas vezes amargas, criando um belo desenvolvimento.

Dessa forma, eu quero agradecer e dizer da satisfação dos quase 500 mil profissionais da área de Educação Física, que fazem parte do sistema Confef-Cref e estão aguardando esse retorno. Mas quem ganha é a população – não é um corporativismo. É a população que ganha com o grande retorno de uma disciplina que é primordial dentro da educação básica.

(Soa a campainha.)

O SR. EVANDRO ROMAN (PSD - PR) – Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Sr. Relator.

Parabéns a todos!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Vou passar a palavra aos Senadores.

O primeiro inscrito é o Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PPS - DF) – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, Srs. Senadores, eu vou logo dizendo, como venho falando nos últimos tempos, desde que essa medida provisória apareceu, que vou votar a favor. E vou votar a favor, primeiro, porque eu faço parte dos que estão cansados da paralisia com que a gente vem tratando a educação no Brasil.

Não é possível que continuemos sem fazer gestos transformadores, que mudem.

Senador Pedro, o senhor pegou a medida provisória e deu um salto, inclusive, para melhor.

Eu vou votar pelo cansaço com a paralisia.

Eu vou votar também por respeito às crianças e aos alunos, respeito, por exemplo, às crianças que hoje não têm aula de Matemática, apesar de a cidade estar rodeada de engenheiros aposentados querendo dar aula. Através do notório saber, nós vamos poder aproveitar isso.

A Embrapa, todos os anos, coloca na praça aposentados, doutores em Biologia, que não têm alternativa para dar aula às crianças. Milhões de crianças estão sem aula de Física, Química, Biologia, e há profissionais à disposição, querendo participar.



Voto por respeito às crianças, por dar autonomia para que elas escolham as disciplinas, sem ficarem amarradas a uma grade ditatorial do ponto de vista intelectual.

Está na hora de as crianças fazerem seu próprio currículo, o máximo possível, desde que definamos o que é absolutamente necessário. Isso está na linha de todos os educadores e educacionistas no Brasil. Darcy Ribeiro gostaria de ver a possibilidade de alunos escolherem disciplinas que querem fazer.

Em relação à volta de algumas que a gente deixou, eu às vezes fico pensando: Educação Física é fundamental, mas não dentro da sala de aula; não com aula, e, sim, com prática. A própria Filosofia é fundamental, mas não na teoria, para quem não quer ser. Eu só comecei a gostar de Filosofia já adulto. Agora, para entender Filosofia, eu precisava saber Português. Sociologia: eu acho que deveria ter, mas também deveria ter Economia; também deveria ter Direito – Direito é fundamental –; também deveria ter Primeiros Socorros – todo aluno deveria aprender Primeiros Socorros. Assim, com essas disciplinas, se faria toda a grade. Então, é preciso dar liberdade.

Eu acho fundamental a possibilidade de aumentarmos, de fato, o horário integral, ainda mais de quatro para cinco horas, mesmo no horário normal.

Hoje, horário integral não é só para a criança ficar mais tempo na escola, mas é para a criança ficar menos tempo na rua. Horário integral não era tão necessário quando as famílias estavam agregadas. Os alunos saíam da escola, iam para casa e, na rua, brincavam com os colegas. Hoje, a rua é um lugar de atração para coisas negativas, nocivas, é deseducadora. Colocar a criança mais tempo na escola é necessário não só para que ela tenha mais tempo na escola, mas também para que ela tenha menos tempo na rua.

Então, eu creio que, em respeito às crianças, em respeito ao meu cansaço, voto com pressa, mas com a consciência, Deputado Izalci, de que está muito longe de se fazer o ideal. Para mim, o ideal é substituir todo o sistema educacional que nós temos aí por um outro diferente.

(Soa a campanha.)

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PPS - DF) – Esse outro seria um novo sistema federal, por cidades, ao longo de 20, 30 anos. Mas, enquanto não estamos fazendo isso, eu creio que essa medida vai trazer, pelo menos, um alívio para os alunos e um melhor funcionamento.

E, finalmente, eu voto satisfeito com o fato de ser por medida provisória, porque eu estou cansado de esperar projetos de lei por 20 anos, 30 anos, com a gente atendendo aos debates teóricos, atendendo a corporações, atendendo a pessoas pacientes em relação à educação. A minha impaciência me obriga a votar sabendo que vai ser um passo, e não um salto. Continuamos discutindo o salto, mas, até lá, vamos dar esse passo. Vou votar satisfeito, embora não plenamente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Senador.

Estou chamando três Deputados e três Senadores, para concluirmos.

Só está a Senadora Lídice da Mata.

V. Exª dispõe de cinco minutos.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Muito obrigada, Presidente.

Eu quero, primeiro, Presidente, usar um minuto do meu tempo para contestar o encaminhamento dado por V. Exª no que diz respeito ao tempo do voto em separado.

O nosso Regimento, no art. 132, é muito claro quando diz que, “lido o relatório, desde que a maioria se manifeste de acordo com o relator, passará ele a constituir parecer”. E o §6º estabelece:

Art. 132.....

.....

§6º Os membros da comissão que não concordarem com o relatório poderão:

I – dar voto em separado;

Ao mesmo tempo, o Regimento do Congresso é claro ao determinar que, nos casos em que o nosso Regimento for omissivo quanto ao funcionamento das duas Casas, vale o Regimento do Senado ou, se esse for também omissivo, o Regimento da Câmara.

Pois bem, nem o Regimento do Senado nem o da Câmara estabelecem tempo determinado, mas deixam claro que, pelo princípio da publicidade, o voto do Relator e o voto em separado têm o mesmo peso. É preciso dar conhecimento a todos. E mais: a prática nas duas Casas – na Câmara também, Sr. Deputado; per-



doe-me –, nos trabalhos das comissões na Câmara, é a de que o voto em separado é lido integralmente.

Eu não vou voltar a essa discussão, mas quero registrar, portanto, com base no Regimento da Casa, que V. Ex^a não se baseou naquilo que está escrito, mas, sim, num posicionamento de arbítrio próprio, como Presidente, que nós poderemos discutir depois se foi correto ou não.

Segundo, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Isso não é uma questão de ordem? A senhora quer que eu responda à questão de ordem?

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Não. Não quero, não.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O.k.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu apenas estou usando uma parte do meu tempo para expor a minha posição, com base no Regimento da Casa.

Segundo, Presidente, eu admiro muito os colegas Deputados e Senadores que trabalham na área de educação. O Deputado Átila, por exemplo, é um amigo de muitos anos, que eu respeito muito.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN. *Fora do microfone.*) – Velho já.

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Tão velho quanto eu, Rogério; tão velho quanto eu.

V. Ex^a realmente colocou questões importantes, como a necessidade que todos nós temos de fazer a reforma do ensino médio. Essa não é uma necessidade ou uma compreensão do monopólio da Base do Governo. Eu entendo isso como um reclamo dos professores, dos alunos, dos pedagogos, daqueles que lutam por uma educação de qualidade no Brasil. No entanto, eu gostaria de discordar de aspectos que considero importantes no relatório de V. Ex^a.

O primeiro diz respeito ao financiamento. Não está esclarecido que financiamento haverá para que nós possamos viabilizar essa proposta de ensino médio que está aqui. E, sem financiamento, não vejo mais do que uma letra morta na proposta que estamos apresentando aqui. E vai mais. Quando, no art. 8º, inciso VIII, o senhor inclui “aquisição de material didático escolar, manutenção de programas de transporte escolar”, quando fala do Fundeb, e acrescenta “programas suplementares de alimentação”, ou seja, o Fundeb, além de pagar o que está pagando hoje, ainda pagará a merenda escolar. Isso é gravíssimo porque não se fala num posicionamento claro sobre como vamos financiar esse programa, esse novo projeto educacional, e se acrescentam responsabilidades financeiras ou de gastos, de despesas, ao Fundeb.

(*Soa a campanha.*)

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Aqui, na última audiência pública de que participei, foi quase unanimidade a ideia de que era preciso ou retirar “notório saber” do texto ou se regulamentar o que se quer dizer com “notório saber”. Isso não foi atendido pelo Relator, que não só manteve o “notório saber” como estabelece uma nova formatação quando define a educação a distância com convênios com entidades que sejam notoriamente reconhecidas, sem se caracterizar, também, o que é notoriamente reconhecido.

Por fim, a ideia de que nós tenhamos a liberdade de não oferecer três itinerários alternativos, pelo menos, em cada escola, que V. Ex^a deixa no seu relatório, portanto, abrindo a possibilidade real de que uma escola só ofereça um único itinerário alternativo, acaba com a discussão ou com a utopia de que os estudantes estariam escolhendo o seu itinerário de carreira, de vocação. Não há possibilidade para esse estudante fazer, justamente, essa escolha.

Por tudo isso, Sr. Presidente, penso que a reforma do ensino médio é importante, mas não qualquer reforma. Infelizmente, a nossa impaciência não pode nos levar a errar mais com milhares de jovens e adolescentes deste País.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço a V. Ex^a.

Deputada Soraya Santos, V. Ex^a tem até cinco minutos.

A SR^a SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, queria começar a minha fala, primeiro, parabenizando V. Ex^a pela condução dos trabalhos e parabenizando, como já fiz logo no primeiro dia, o Senador Pedro Chaves, pela forma, pela qualidade do relatório que é fruto, Senador Pedro Chaves, do que V. Ex^a já demonstrava quando abriu o grupo do WhatsApp – e já registrei isso na minha primeira fala –, acolhendo e se colocando à disposição de tantas emendas. Quero valorizar que esta Comissão acolheu todos os nomes para os debates, trabalhou de forma democrática e deu, Senador Pedro Chaves, a celeridade que o caso requer.

Quero, também, lembrar a minha fala do primeiro dia, parabenizando o Ministro Mendonça pela coragem e pela vontade de fazer uma mudança no ensino médio, tão carente neste País.

Essa medida provisória nos obrigou, em 120 dias, a darmos uma solução para o caos no ensino médio que existe neste País. Mas quero ater-me, Senador Pedro Chaves, a alguns pontos.



Vou pedir, Sr. Presidente, que restabeleça o som e o meu tempo. Estamos numa Comissão de Educação e o exemplo dos participantes deveria refletir isso.

Quero, Senador Pedro Chaves, destacar alguns pontos do relatório de V. Exª e, ao mesmo tempo que teço comentários, vou fazendo a análise do voto em separado, justamente mostrando que é o contrário do que nós pensamos.

Como ponto principal, quero falar para V. Exª da importância que foi dada ao ensino noturno, da inclusão das atividades *on-line*. Aqui no voto em separado é feita uma crítica da educação a distância e presencial mediada por tecnologia. Ao contrário, esse é um ponto altíssimo do relatório de V. Exª, que parablenizo. Nos melhores países, hoje, na área educacional, no mínimo em 10% das matérias é obrigatório o ensino a distância, para ensinar aos alunos a lidarem com essa ferramenta.

Quero parabenizar V. Exª, também, quando acolheu o “notório saber”. Meu Deus, se eu quiser entender de mecânica vou para a internet e vou virar um especialista em mecânica. Hoje, os jovens estão mostrando para a gente que estão se utilizando dessas ferramentas e atropelando esse ensino que está chato, que está caduco e que precisa se modernizar. Quero parabenizar o Senador Cristovam Buarque pela fala. É liberdade de escolha sim. Nós precisávamos ter um aumento da carga, principalmente na base curricular, e dar liberdade de escolha, porque é dessa forma que nós também temos de promover a educação neste País.

Quero parabenizá-lo, Senador Pedro Chaves, quando se fala do ensino integral e dar um depoimento. Eu sou fruto da primeira Escola Parque de Brasília. Sou moradora do Rio de Janeiro. Já naquela época se discutia o ensino integral. Quero chamar a atenção para como a educação é lenta e como foi importante essa medida provisória. Na época de Juscelino Kubitschek já se discutia ensino integral. E hoje, o Senador Cristovam cita como exemplo o problema que as famílias enfrentam de ter os filhos na rua. Naquela época, Senador Cristovam, nós não tínhamos a violência, não tínhamos o problema das mulheres trabalhando, mas nós falávamos em qualidade de educação. E quando falávamos em qualidade de educação, falávamos de ensino integral. É por isso que eu comungo das palavras de V. Exª dizendo que eu também tenho pressa. É por isso que parablenizo a coragem do Ministro Mendonça Filho.

(Soa a campanha.)

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Quem tem um prazo estabelecido, como ele estabeleceu na medida provisória, já está dando uma demonstração de que não pode esperar mais com um ensino da forma como está no País. Quem ama educação para de politizar e procura pegar todo esse conteúdo e dizer que ainda está longe de ser o ideal, mas está muito melhor do que nós temos hoje. Se cada um tem uma experiência, ao invés de politizar essa discussão, pega o seu conteúdo e agrega, porque V. Exª também acolheu.

Quero fazer uma reflexão em cima, também, da fala do Senador...

Presidente, gostaria de acrescentar o meu tempo de Liderança do PMDB, por favor.

(Soa a campanha.)

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Eu queria acrescentar que comungo com V. Exª na questão da Filosofia. Nós temos de falar é Português e, dentro do Português, nós temos de discutir qualquer outro conteúdo.

Veja, Senador Cristovam, nós falamos de construtivismo hoje, no Brasil; há 15 anos se fala em construtivismo, que é um método de 1826. O construtivismo nada mais é do que reunir todas essas matérias da melhor forma e construir esses conceitos.

A Filosofia pode muito bem-estar integrada à área de Português e de qualquer outra matéria. Não precisa ser uma matéria separada. Treze matérias para o ensino médio, é um absurdo impor isso ao aluno.

Quero parabenizar V. Exª. Muito embora entenda que Artes e Educação Física poderiam ser matérias separadas, nesse momento são muito importantes. O Brasil enfrenta questões como, por exemplo, a obesidade. São necessárias mudanças de hábito. Sob esse aspecto de mudanças de hábito, muito bem fez V. Exª ao restabelecer a matéria da Educação Física, porque é necessária como mudança de hábito.

Então, quero falar pelo PMDB e parabenizar V. Exª por acolher essas matérias, pelo debate transparente, e parabenizá-lo por agregar esses valores tecnológicos ao ensino, por valorizar, sim, o “notório saber”. Inclusive, por estender para aquela pessoa que tem “notório saber” não ficar restrita à área técnica, mas poder fazer ajustes educacionais e estender às outras classes.

Portanto, Senador Pedro Chaves, queria aqui, mais uma vez, parabenizá-lo por todos esses pontos que já citei e pela condução do trabalho, tanto do Deputado Izalci quanto pelo trabalho de V. Exª.

O meu voto é “sim”, e “sim” com pressa.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço a V. Exª.



O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Deputado Izalci.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Pois não.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Vou pedir a V. Exª para votar o meu requerimento de encerramento de discussão.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Presidente, estou inscrito. Se for o caso, quero falar e ter o tempo de Liderança.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Quero pedir a V. Exª, Deputado Leonardo...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Eu não sabia que V. Exª estava inscrito.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – É porque só temos o Deputado Reginaldo, que foi o primeiro inscrito...

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Deputado, pode falar.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – ... e dois pela Liderança: a Dorinha e o....

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – Pensei que V. Exª já tinha encerrado a sua fala aqui.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Então, pediria a V. Exª compreensão.

A SRª JOSI NUNES (PMDB - TO) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Então, vou passar para o Deputado Reginaldo. Só tem inscrito aqui o Deputado Reginaldo, a Deputada Luizianne...

A SRª JOSI NUNES (PMDB - TO) – Josi.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – ... Deputada Josi e mais dois pela Liderança, que são o Deputado Rogério Marinho e a Deputada Dorinha.

Deputado Reginaldo, V. Exª tem até cinco minutos.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Presidente, nunca escondi a dificuldade da nossa participação nesta Comissão pelo instrumento utilizado da medida provisória, até em respeito aos Deputados e Deputadas que trabalharam conosco na Comissão Especial, mas participei ativamente do debate – e estou aqui participando – na intenção, de fato, de o discurso estar extremamente conectado com a prática.

Vou fazer uma referência à medida provisória e ao projeto de conversão de lei. Aí existem algumas incoerências. Quero aqui pontuar as incoerências porque quero acreditar, pois estou aqui independente da minha posição política hoje, que, de fato, nós queremos melhorar a educação, todos, mesmo tendo posições diferentes na conjuntura política atual.

E a partir daí, Relator, não é verdade que nós estamos com pressa. Por que não? Porque cinco anos para implementar a obrigatoriedade de mil horas é muito tempo, não há necessidade. Nós conversamos, eu acho que em dois anos será possível implementar mil horas no ensino médio.

Então, mesmo os Deputados e os Senadores falando que têm pressa, que querem votar a respeito, mas o texto não é coerente com a pressa na votação.

Segundo, eu também acho que nós não podemos ter um texto em que a gente fala que a carga horária da Base Nacional Curricular não poderá ser superior a 60%. Isso dá uma falsa impressão de que de fato nós estamos ampliando a carga horária. Por que uma falsa impressão?

Deputada Dorinha, como nós temos cinco anos para implementar mil horas, eu não sei como nós vamos conseguir fazer uma base nacional em 480 horas. Então, o melhor texto, na minha opinião, é que não poderá ser inferior a 1.800 horas, porque aí, de fato, nós estaremos fazendo uma ampliação, estaremos protegendo a formação de conhecimentos gerais, a formação propedêutica e humanística.

O texto melhor é que não poderá ser inferior a 1.800 horas, e não necessariamente como está no texto, no projeto de conversão: a medida inferior não poderá ser superior a 60 horas. Fica este apelo para que a gente possa alterar o texto.

Eu também acho que não dá mais para a gente criar obrigações para os Estados. Nós somos.... Na verdade, nós perdemos a característica de uma República Federativa. Nós somos hoje um amontoado de Estados dependentes da União.

Então, na política de financiamento, para quem realmente quer mudar o ensino médio, precisa-se de colocar dois artigos simples, e não precisa detalhar tanto a política de fomento. Eu acho um absurdo a política de fomento ser feita escola por escola. A política deve ser feita com o Estado, na relação autônoma dos entes federados. Senão, nós vamos transformar o MEC em um tribunal de contas da União, na burocracia, para não fazer, e amanhã perseguir escolas e diretores, porque tudo hoje é corrupção.

Então, é lógico que essa política de fomento deve ser feita pelos Estados, com os Estados. E é simples o que nós estamos propondo, que eu defendo. Se nós queremos aumentar 25% da carga horária, Átila, para mil horas, vamos fazer um repasse complementar ao Fundeb de 25%. Isso custa apenas R\$5 bilhões, porque são 7



milhões de alunos vezes três alunos *per capita* – 20 bilhões. Isso custa 5 bilhões!

Se esse governo quer reformar o ensino médio...

(*Soa a campanha.*)

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – ...ele tem que colocar recurso. E nós estamos falando de em R\$5 bilhões para um ministério de R\$140 bilhões. É uma vergonha não ter esse artigo!

Segundo, nós também temos que respeitar o que nós já votamos nesta Casa. Nós votamos o Plano Nacional de Educação. Do jeito que está o texto de fomento, eu fico com o Plano Nacional de Educação, e sou obrigado a rejeitar a medida provisória. Por quê? Porque nós não temos coragem de trazer para esse texto que nós vamos cumprir o PNE em 2024. Nem é para esse governo provisório, porque ele termina em 2018.

Em 2024, o Plano Nacional propõe 25% de escola integral. Então, os Deputados que estão acreditando que vai ter escola em tempo integral estão sendo enganados, porque aqui propõe 500 mil alunos. A reforma vai ser para menos, e não para todos.

Eu sou daqueles que acham que o ensino médio hoje não é para todos, ele é para poucos. Mas fazer uma reforma no ensino médio que continua para poucos ou para menos ainda é um absurdo!

Eu faço um apelo ao Relator: trazer para o texto de fomento as metas do PNE em 2024. A sociedade tem que dar conta de pagar a conta. Em 2024...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Se fosse implementar 25% hoje, isso custaria apenas 6 bilhões, o que não é muito dinheiro. Nós estamos falando em 10 bilhões para fazer 25%. Mas eu não vou entrar nesse mérito.

Eu acho que, se a gente realmente quer fazer mil horas, para além do discurso, nós temos que garantir 25% de verba complementar para o Fundeb a todos os Estados brasileiros.

E aí, sim, eu acho que a gente avança. Caso contrário, eu vou ter que votar pela rejeição, porque na verdade nós estamos fazendo aqui apenas um fato político, usando um instrumento autoritário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Porque lá na Câmara dos Deputados existe um PL para votar democraticamente com a sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputado Reginaldo.

Passo imediatamente à Deputada Luizianne Lins.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Não tem pela ordem. Se for por ordem, artigo.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Artigo?

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Apresentarei, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada... V. Exª me desculpe, mas...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – É o art. 131, Sr. Presidente. Eu estou pedindo o encerramento da reunião, porque abriu...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Não começou a Ordem do Dia ainda, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – O plenário.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Luizianne Lins.

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, Deputado Izalci Lucas; Sr. Relator, Senador Pedro Chaves, independente das divergências aqui, que são muitas, eu gostaria, de qualquer maneira, de parabenizar o trabalho. Eu sei que sempre é exaustivo, complicado e complexo mexer nessas questões de fundo, principalmente no que diz respeito à educação. São conceitos muito amplos e que, ao mesmo tempo, mexem com a estrutura da sociedade, seja em curto, médio ou longo prazo.

Mas eu gostaria de anunciar, tendo um acordo aqui com a Senadora Fátima Bezerra e a Deputada Maria do Rosário Nunes – apesar de suplente nesta Comissão, não sou titular –, que eu devo assinar um voto em separado com as companheiras, que também têm uma avaliação bastante crítica sobre a medida provisória.

A despeito do trabalho realizado por V. Exªs, Deputado Izalci e Senador Pedro Chaves.... Inclusive eu tive acesso ontem ao relatório e tive, das minhas 25 emendas apresentadas, sete acatadas. Eu acho que ajuda – como também muitas outras emendas, então tenho que parabenizar também essa leitura cuidadosa que foi feita –, mas não resolve o problema. Por quê?

Eu acho que o grande desafio do Brasil, principalmente nos tempos de hoje, é a universalização do ensino médio, que já é um compromisso do Estado brasileiro desde a Emenda Constitucional 59, de 2009, que determinou a obrigatoriedade escolar dos 15 aos 17 anos.



O que a gente teve, na época do plano decenal de educação para todos, foi a proposta de universalização do ensino fundamental. Isso foi perseguido, e hoje o Brasil teve avanços significativos em relação a essa faixa etária.

No entanto, em vez de a gente discutir aqui uma antirreforma – eu queria chamar assim – do ensino médio, através dessa medida provisória, eu acho que estas Casas deveriam se debruçar sobre como nós vamos universalizar com qualidade, a partir do ensino integral, o ensino médio.

Porque o que nós estamos vendo – e eu vou fazer só pequenas considerações, já que o voto em separado tem todo o arrazoado... Mas é importante que se diga – e não é à toa que nós tivemos quase 300 escolas ocupadas em todo o Brasil – que a medida provisória não vem de forma isolada, ela vem no bojo de uma série de mudanças profundas e estruturais, como a PEC 55, que atualmente está nesta Casa, no Senado Federal, e que a Medida Provisória 746 retoma algo que se considera superado ou se considerava superado nos meios especializados da educação, que é a dicotomia entre o ensino profissional, de um lado, e uma formação geral humanística, de outro.

Eu sei que muita gente fez emendas – muitos companheiros aqui, muitos Deputados e Senadores – de forma específica a Artes e Educação Física. Mas eu acho muito mais grave a gente tirar Sociologia, Filosofia. Acho que isso daí deveria permanecer como conquistas dos estudantes e do povo brasileiro, e não como uma perspectiva de retrocesso e de retirada.

Essa dicotomia entre o ensino profissional, de um lado, e uma formação geral humanística, de outro, vai fazer simplesmente uma coisa: que os filhos da classe trabalhadora, dos mais pobres deste País, deixem de ter a possibilidade de um conhecimento crítico, de acesso a uma ideia da história da humanidade, da compreensão dos processos sociais, a partir da Filosofia e da Sociologia, e eles vão apenas se ater ao ensino profissionalizante, como se a gente estivesse apenas na construção de mão de obra barata para os filhos dos pobres.

Os filhos dos ricos continuam extremamente contemplados, porque nenhuma escola privada, que tem um mínimo de senso crítico, vai permitir que essas disciplinas saiam da sua grade curricular. Portanto, a fragmentação nessa medida provisória...

(Soa a campanha.)

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... para finalizar, atinge seu ápice não no texto, porque o texto é bem sutil, mas na porta aberta para que os sistemas estaduais implementem apenas uma das cinco áreas específicas: Linguagens, Matemática, Ciências Humanas e Naturais, Ensino Técnico Profissional.

Ou seja, nós estamos voltando aos tempos do desprezo pela educação ampla, humanista e universalizante. Voltamos ao modelo do ensino médio como fábrica de mão de obra barata para o mercado de baixa remuneração.

E para, infelizmente...

(Soa a campanha.)

A SRª LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... essa nova forma, essa nova burocracia, o ensino noturno e o segmento voltado para educação de jovens e adultos parece não existir e não são citados na medida provisória. Portanto, o que vai acontecer é que setores verão seus recursos desaparecer.

Por fim, o Plano Nacional de Educação, que foi amplamente discutido pela sociedade e aprovado por este mesmo Congresso Nacional, terá sido elaborado em vão, porque todas as vias para sua implementação estarão fechadas, suas metas se tornarão impossíveis de serem alcançadas.

Portanto, nós vamos votar em separado, Sr. Presidente, Sr. Relator, e esperamos que esta Casa possa fazer jus ao que hoje milhares de jovens que ocupam as escolas esperam de nós.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra a Deputada Professora Dorinha, pela Liderança do.... Abriu mão.

Pela Liderança, o Deputado Rogério Marinho, do PSDB.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Eu peço que acrescentem os cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – V. Exª está inscrito e mais a Liderança.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – O.k.

Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, Deputados e Deputadas, eu me inscrevi para falar para fazer algumas considerações que acho importantes. Primeiro, para me solidarizar com o Ministro Mendonça Filho e com o MEC, que ontem teve as suas dependências invadidas e depredadas por facínoras e por milícias travestidas de estudantes, que ingressaram naquele local. Muitos estavam mascarados, porque não têm coragem de mostrar o rosto, o que demonstra a sua má intenção.

Inclusive se tem notícia de que foi esfaqueado um policial nessa manifestação,...



(*Soa a campanha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – ... veículos foram virados, incêndios foram tocados na cidade. Essa é a indignação, segundo eles, contra a MP do ensino médio e a PEC 55, que está no Senado da República.

A princípio, eu quero colocar que essa é uma demonstração de falta de civilidade, de fascismo, de falta de educação política e de desprezo ao Estado de direito. São pessoas que precisam sentir a lei, que é para ser para todos. O Estado precisa colocar lei...

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – ... nessa situação e impedir que a maioria continue sendo jungida por uma minoria de facínoras, bandidos e meliantes.

Uma outra questão que é importante, até pegando um gancho. Nós estamos assistindo uma orquestração política de movimentos sociais e partidos políticos que invadiram escolas públicas, universidades, em detrimento da maioria dos alunos, impedindo o direito sagrado de estudar, que está na Constituição brasileira, agredindo direitos e, de uma forma intolerante, irracional, agressiva, deixando que pessoas que pensam diferente não possam se manifestar. Essa é a reação dita democrática que está acontecendo de uma minoria nas ruas.

Aliás, as pesquisas de opinião, Sr. Presidente, mostram sobejamente que o povo brasileiro escolheu a necessidade de termos mudança na educação brasileira. Essa minoria, que é contra o Brasil, tem depredado, incendiado e aterrorizado as escolas.

Uma outra questão que é importante colocar é que não dá para entender o que está sendo defendido, porque é uma indignação seletiva. O governo passado editou mais de 20 medidas provisórias só no campo da educação, e eu não vi essa indignação nas ruas. A MP, medida provisória, está contida na Constituição brasileira. Então, não é, de nenhuma forma, uma ação antidemocrática.

Quero aqui registrar o meu apoio, o meu aplauso, o meu abraço ao Deputado Reginaldo, que, durante mais de quatro, cinco anos, colocou um projeto de lei nesta Casa, que tramitou em comissão especial, fez um enorme trabalho, mas o governo de que ele fazia parte não teve sensibilidade de colocar para votar o projeto, porque estava muito satisfeito com a inércia da educação brasileira, que finalmente está pautada.

A educação brasileira – nunca é demais colocar – não consegue formar os nossos professores alfabetizadores de maneira adequada, porque a doutrinação está presente nas universidades, de forma hegemônica. O teste ANA de alfabetização de 2015, ainda no governo do PT, mostra que 56% das crianças brasileiras no terceiro ano do ensino fundamental são analfabetas ou analfabetas funcionais. Nós deveríamos estar nas ruas por isso, por essa catástrofe que é a falta de qualidade da educação, que está querendo ser perpetuada por aqueles que defendem o atraso, o imobilismo.

Aí poderia se dizer: então 44% são alfabetizados? Não, Sr. Presidente, apenas 11%. De cada 100 crianças que entram hoje no Brasil no primeiro ano do ensino fundamental, apenas 17 conseguem chegar no ensino universitário sem distorção idade-série. Essa é a catástrofe que o Brasil enfrenta!

Nós somos um País que tem apenas 11% dos seus estudantes no ensino técnico no Brasil, 11%, contra 30% no Reino Unido; 38% em Portugal; 44% na França; 69% na Finlândia.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – É contra essa distorção que temos que nos resignar. O ensino médio brasileiro é uma catástrofe que não pode continuar. O Governo agiu bem em tomar uma posição de fazer uma medida provisória, porque não há nada mais urgente do que mudar a educação brasileira.

Em 13 anos de Pátria Educadora, todo o discurso que vimos aqui não foi colocado em prática, foi mera retórica. O que existe é a defesa da corporação. A corporação é defendida com unhas e dentes, porque hoje a corporação é, na verdade, instrumento político de um partido, mas não estão preocupados com a qualidade da educação nem com os alunos.

Eu gostaria de fazer algumas considerações aqui sobre o que aconteceu e foi colocado aqui como parâmetro nas reformas que foram feitas ainda em 1967, 1968 e 1971, reformas importantes e essenciais para o País. Nós não podemos encarar o Brasil como se ele tivesse começado no dia 1º de janeiro de 2003. É mentira! O Brasil tem história e tem um acúmulo de experiências que devem ser colocadas à luz da história e da verdade.

Em 1967/68, por ocasião daquela reforma, acabou no Brasil o exame de admissão no Brasil para o ensino ginásial. Quem tem cabelos brancos aqui deve estar lembrado que quando se terminava o primário se fazia o exame de admissão, ensino ginásial. Quem conseguia passar, era exceção à regra, ia para uma escola pública



de qualidade, e quem não conseguia passar e o pai tinha dinheiro, colocava numa escola privada chamada PP, pagou/passou. O governo naquela época tomou uma decisão importante para o Brasil: a universalização do ensino. Isso foi conseguido.

Aliás, há um dado importante de um dos maiores filósofos e educadores da educação brasileira, discípulo de Paulo Freire, da esquerda, que é o Dermeval Saviani, que diz o seguinte: essas reformas que foram feitas naquela época propiciaram...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – ... um aumento de 70% no ensino primário, 332% no ginásio, 391% no colegial, 744% no ensino superior. Foi alcançada, foi colocada em prática a perspectiva da universalização do ensino. É verdade, com essa universalização – e nós estamos há quase 40 anos daquela época – nós perdemos a perspectiva da qualidade, e essa é a catástrofe da educação brasileira.

O ensino médio, senhores, nunca é demais lembrar, há dez anos era melhor do que é hoje. Aí estão os índices do MEC em relação a Matemática, por exemplo. Nós involuímos, nós perdemos qualidade no ensino.

Em relação a Português, por exemplo, nós temos uma dificuldade: aumentamos apenas 1%. Ora, essa é a catástrofe da educação brasileira! Estamos escutando aqui Deputados e Senadores dizerem...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – ... Sr. Relator, que estão indignados porque estão tirando Sociologia e Filosofia da obrigatoriedade da grade. Não vejo essa indignação em relação a Biologia, a Química, a Matemática, a Física – a Matemática já é obrigatória. Então, por que essa preocupação? Porque lá está a doutrinação, porque lá está a prática de um único partido querendo comandar o Brasil através das universidades, das escolas públicas. Temos que defender a pluralidade.

Quero dizer, Srs. Deputados, Srs. Senadores, população do Brasil que nos ouve agora. Esse é um passo importante. Há defeitos nessa lei, na medida provisória. Por exemplo, o Deputado Reginaldo fala da questão do financiamento. Ele tem razão. Já pedi para ele, Sr. Presidente, que ele destaque isso em plenário. Eu não teria dificuldade de votar favoravelmente. Nós temos que sair da retórica e ir para a prática. Não adianta boas intenções se não tivermos condições de realizá-las. É necessário financiamento para que possamos, por exemplo, aumentar a carga horária, para que possamos, por exemplo, apoiar os Estados e Municípios para que a reforma saia do papel e seja uma realidade.

Eu, por exemplo, Sr. Presidente, Sr. Relator, tenho dificuldade em relação à questão da BNCC – o Ministro sabe disso.

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Acho que os 60% são importantes, mas em algumas disciplinas, porque terminamos entrando na questão de Estados e Municípios, da autonomia do Pacto Federativo. É verdade, não é a reforma ideal, mas é uma reforma urgente, necessária, que precisa ser feita para sairmos da inércia que nos encontramos.

A educação passou 13 anos em cima de *slogans*, em cima de propaganda, em cima de falácias, que preconizaram sempre a perspectiva da quantidade em detrimento da qualidade. Temos que quebrar esse pacto nocivo e esse círculo vicioso, que só privilegia corporação e, infelizmente, mata o sonho e a esperança dos cidadãos brasileiros que precisam de educação de qualidade.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Antes de passar para o Relator, a Deputada Josi estava inscrita.

A SRª JOSI NUNES (PMDB - TO) – Sr. Presidente, bem rapidinho. Vou ser bem objetiva.

Quero parabenizar V. Exª, o Relator pelo trabalho realizado nesta Comissão, parabenizar o Governo Temer e o Ministro pela coragem de trazer uma matéria de tamanha importância por uma medida provisória, sim, porque esse...

(Soa a campanha.)

A SRª JOSI NUNES (PMDB - TO) – ... instrumento tem um início, tem um meio e tem um fim.

É necessário fazer a reforma, não somente do ensino médio, mas em todos os níveis da educação. Nós estamos vendo que os resultados da educação no Brasil, apesar de alguns avanços, não foram suficientes. Então, é preciso reforma não somente no ensino médio, mas no ensino fundamental, no ensino infantil.

Esperamos que o Ministro, que o Governo Temer também tenha coragem, como fez agora, de fazer essas reformas nesses outros níveis. Então, a realidade é urgente, claro que qualquer mudança gera resistência,



algumas legítimas, outras nem tanto, mas é um processo em construção, e nós temos experiências importantes que podem contribuir com esse processo.

Nós vimos aqui a experiência de Jacarezinho, nós vimos todos os avanços em Pernambuco, experiências que podem contribuir com essa reforma do ensino médio. Tenho uma preocupação, que é com relação a financiamento. Isso sim, porque os Estados não podem ter mais obrigações, porque não têm os recursos financeiros.

Sou suplente, mas se for preciso o nosso voto, o nosso voto é favorável ao relatório do Senador Pedro Chaves.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Agradeço, Deputada Josi.

Passo a palavra ao Relator, Senador Pedro Chaves, para suas considerações. De antemão, digo que, após a fala, nós vamos encerrar a discussão. Vou, já de ofício, determinar a votação nominal.

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, convidados, nosso bom-dia.

Inicialmente, quero agradecer muito a todos os Senadores, Deputados, que participaram ativamente da discussão, apresentaram o seu ponto de vista, questionaram o relatório, posicionaram-se negativamente. Eu, quando fiz o relatório, estava bastante consciente e ouvi realmente todos os segmentos e todas as colaborações e contribuições.

Isso, para mim, foi muito bom, muito enriquecedor.

Fui procurado, depois de entregar o relatório ontem, pela tarde, por alguns Deputados e Senadores que sugeriram algumas mudanças, que até coincidem com o que foi colocado aqui. Então, eu gostaria de ler o meu complemento de voto, que não altera nada em termos do relatório, mas apenas uma semântica, porque vocês vão notar que havia ficado meio omissa.

Aqui, no art. 1º:

Art. 24.

.....

§ 1º A carga horária mínima anual de que trata o inciso I do *caput* deverá ser ampliada de forma progressiva, no ensino médio, para mil e quatrocentas horas, devendo os sistemas de ensino oferecer, no prazo máximo de cinco anos, pelo menos mil horas anuais de carga horária, a partir da publicação desta lei.

Porque ficou omissa, parecia que isso seria a partir da Base Nacional. Então, já sabe que é a partir da lei.

E gostaria de justificar por que cinco anos. Quer dizer, já pode iniciar. Quem tem condições de oferecer mil horas, já pode começar no próximo ano. Cinco anos é prazo máximo.

É que, na verdade, o Consed pediu. A maioria dos secretários de Estado de educação pediram que houvesse um tempo para que eles se adequassem, para que tivessem condições e fôlego para realmente cumprir a nossa orientação, e o que dizia no nosso parecer e no nosso relatório é que o prazo seria máximo, cinco anos.

O outro detalhe, no art. 2.º, nós temos aqui:

Art. 26

.....

§ 7º A integralização curricular poderá incluir, a critério dos sistemas de ensino, projetos e pesquisas, envolvendo os temas transversais de que trata o *caput*.

Também não muda significativamente.

Um outro detalhe importante, no currículo do ensino fundamental, eu pus que, no 5º ano, seria ofertada a Língua Inglesa. Estou mudando para o 6º ano, conforme medida provisória. Porque 5º ano...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PEDRO CHAVES (Bloco/PSC - MS) – É, exatamente como estava na medida provisória, porque 5º ano significa aquela série que seria a 4ª série, como estava anteriormente, o que ensejava realmente um problema sério, porque professor multidisciplinar era muito difícil.

Um outro detalhe:



§ 10. A inclusão de novos componentes curriculares de caráter obrigatório na Base Nacional Comum Curricular dependerá de aprovação do Conselho Nacional de Educação e de homologação pelo Ministro de Estado da Educação.

Não há necessidade de “ouvidos os gestores e os órgãos normativos do sistema de ensino”. Então, eliminei isso. Encerra, realmente, esse § 10, no Ministro de Estado da Educação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Está tirando o Conselho, então?

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Não, eu estou pondo o Conselho Nacional de Educação e homologação do Ministro. É como acontece hoje em todas as homologações.

A próxima:

§ 3º A critério dos sistemas de ensino, poderá ser composto itinerário formativo integrado, que se traduz na composição de componentes curriculares da BNCC e dos itinerários formativos, considerando os incisos I a V do *caput*.

Esse é para aquelas cidades que têm apenas uma escola de ensino médio. Então, nós estamos permitindo que haja uma nova composição de acordo com os anseios dos alunos e da escola. É muito mais fácil, inclusive, a comunicação.

Então, nós estamos permitindo que haja uma composição de acordo com a vocação da região e a vontade dos alunos.

E nós temos ainda:

IV – profissionais com notório saber reconhecido pelos respectivos sistemas de ensino, para ministrar conteúdos de áreas afins à sua formação ou experiência profissional atestados por titulação específica ou prática de ensino em unidades educacionais da rede pública ou privada ou das corporações privadas em que tenha atuado, exclusivamente para atender ao inciso V do *caput* do art. 36.

Então, esse dado é importante, porque a gente está reforçando mais que o notório saber é consagrado mesmo, não é qualquer uma pessoa que pode ser considerada de notório saber. Ela tem que, na verdade, já atuado ativamente em alguma corporação, além de essa corporação poder credenciá-la e dizer da sua competência técnica.

Outra coisa importante, que foi depoimento de seguramente 40% dos nossos Deputados e Senadores, nós estamos tirando do texto a aquisição de material didático escolar, manutenção de programas de transporte escolar e de programa de suplementação de alimentação do Fundeb.

Então, está eliminado, vocês tinham razão. Isso, na verdade, não se justifica.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Relator.

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Um outro dado aqui.

O SR. CELSO JACOB (PMDB - RJ) – Tirou e foi para onde isso?

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Nós tiramos isso e certamente o órgão próprio vai, na verdade, ser responsável por isso, foi eliminado do Fundeb isso aqui.

Outro problema:

Art. 12. Os sistemas de ensino deverão estabelecer cronograma de implementação das alterações na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, conforme os arts. 2º, 3º e 4º desta Lei, no primeiro ano letivo subsequente à data de publicação da Base Nacional Comum Curricular, e iniciar o processo de implementação, conforme o referido cronograma, a partir do segundo ano letivo [...].

Eu estou acrescentando o termo “letivo”. Não alterei praticamente nada no artigo, só coloquei a referência de que é letivo.

Nós temos aqui um último:

Art. 14. São obrigatórias as transferências de recursos da União aos Estados e ao Distrito Federal,



desde que cumpridos os critérios de elegibilidade estabelecidos nesta Lei e no regulamento, com a finalidade de prestar apoio financeiro para o atendimento em escolas públicas de ensino médio em tempo integral cadastradas no Censo Escolar da Educação Básica, e que [agora que vem a mudança]:

I – tenham iniciado a oferta de atendimento em tempo integral a partir da vigência desta Lei dentre os critérios de elegibilidade no âmbito da Política de Fomento, deverá ser dada prioridade às regiões com menores índices de desenvolvimento humano e com resultados mais baixos nos processos nacionais de avaliação do ensino médio;

Quer dizer, as regiões mais vulneráveis são aquelas que terão prioridade na dedicação exclusiva, ou seja, no tempo integral.

Então, era isso.

O SR. ÁTILA LIRA (PSB - PI) – Presidente, eu queria lembrar aqui, quero fazer uma lembrança ao Relator. O relatório trata da questão da Língua Espanhola como opção, e o texto do projeto de conversão não fala nisso.

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Eu acolho, então, essa...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Como anunciei...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Artigo?

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – Sr. Presidente, só uma questão de texto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Vou passar para o Revisor, um minuto para o Revisor.

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – É rapidamente. No art...

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – E, depois, Sr. Presidente, eu pediria a palavra inicialmente para um esclarecimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Revisor, um minuto.

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – V. Exª, Senador, colocou em dois momentos, no art. 36, §3º, e no art. 61, inciso IV, que faria referência a seis ênfases, e, na verdade, são cinco ênfases.

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – São cinco ênfases. É.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Correção material.

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – Então, está dizendo aqui do 1 ao 6, e é do 1 ao 5, nos dois momentos.

O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS) – Eu também farei essa correção.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Em votação, Sr. Presidente.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente, eu peço a palavra...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... como Líder...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Em votação, Sr. Presidente.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Vamos votar.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Para encaminhar, agora.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Em votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou anunciar a primeira votação.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – E acrescido da votação que seja nominal.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Já deferiu.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Meu tempo como Líder, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Sem mais quem queira discutir, está encerrada a discussão. Passamos à votação, que eu já disse que será nominal, e, pelo, Regimento, farei o encaminhamento.

V. Exª tem cinco minutos para encaminhar, de acordo com o Regimento.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, vamos votar enquanto os partidos fazem encaminhamento para otimizar o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – É só encaminhamento.

Senadora Fátima Bezerra para encaminhamento.

Estritamente cinco minutos.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR. *Fora do microfone.*) – Manda por WhatsApp o encaminhamento.



A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente – peça também, Deputada Maria do Rosário – eu quero aqui, mais uma vez reforçar...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... a nossa posição contrária à Medida Provisória nº 746, ao projeto de lei de conversão, através do relatório apresentado pelo eminente Senador Pedro Chaves.

E volto a dizer que somos contrários porque essa proposta não responde, de maneira nenhuma, ao cenário de dificuldades pelo qual passa o ensino médio, todos nós sabemos disso. Pelo contrário, essa proposta vai é agravar cada vez mais, porque ela vai aumentar as desigualdades sociais, ela vai aumentar as desigualdades regionais, na hora em que aumenta uma carga horária, mas, ao mesmo tempo, reduz essa carga horária naquilo que é destinado à parte do conhecimento geral, à parte da base comum.

É importante aqui deixar claro que o relatório do Senador Pedro Chaves empobrece o currículo dos estudantes brasileiros, porque simplesmente diminuiu fortemente a parte destinada ao conhecimento geral.

E aí o que nós vamos ter? Nós vamos voltar àquele tempo de uma escola para rico e outra escola para pobre. Porque, como já foi dito aqui, alguém tem dúvida, as...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... escolas privadas vão abrir mão de oferecer a formação integral, da Matemática, do Português, que são obrigatórios, passando pela Química, pela Física, pela Sociologia, pela Filosofia, etc.? Alguém tem dúvida de que a escola privada vai abrir mão disso? Não vai. Agora, a escola pública, com essa medida provisória, nós estamos decretando que ela só tem obrigação de oferecer Matemática e Português. E o Inglês, inclusive despriorizaram a questão do Espanhol.

Então, isso é um absurdo, isso é um retrocesso, Sr. Presidente. Na verdade, essa escola, repito, nem vai assegurar uma formação sólida, consistente ao estudante, do ponto de vista do conhecimento geral, e muito menos assegurar aos estudantes brasileiros uma especialização consistente, uma preparação profissional consistente.

Na verdade, o que esta MP propõe é simplesmente preparar um exército de mão de obra para profissões mal remuneradas, para as subocupações. É por isso que os estudantes brasileiros estão bravamente lutando.

Acrescento ainda, Sr. Presidente, o retrocesso no campo da formação. Tantos anos de luta para avançar numa política de formação do Magistério brasileiro, com carreira, com salários, com políticas de formação. E o que a MP faz? A MP cria o notório saber.

A MP permitirá agora que alguém vá para uma sala de aula sem passar por concurso, que alguém vá para uma sala de aula sem ter a preparação pedagógica. Isso é um absurdo, na contramão de tudo que nós lutamos, inclusive daquilo que está no Plano Nacional de Educação, a Meta 17, a Meta 18. É um retrocesso brutal!

Por fim, Sr. Presidente, quero aqui dizer que é mentira, é falacioso dizer que os estudantes vão ter direito a escolher. Escolher o quê, quando a maioria das escolas não tem condições estruturais de oferecer os cinco ou seis itinerários formativos? Tanto é que a própria MP diz que a escola será obrigada a oferecer um ou outro.

E concluo, Sr. Presidente, dizendo que o Brasil inteiro sabe que o problema do ensino médio não é currículo, antes fosse. O problema do ensino médio é estrutural. O que o Brasil precisa é de escolas equipadas, ambientes com laboratórios, ambientes com bibliotecas, ambientes educacionais que possam, inclusive, desenvolver a educação em tempo integral. O que as escolas do ensino médio precisam é de professor respeitado...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Conclua, Senadora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... professor bem valorizado. O que as escolas...

(Soa a campanha.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Vou concluir, Sr. Presidente.

O que as escolas precisam é de uma nova gestão. Por isso, Sr. Presidente, que eu...

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Em votação, Sr. Presidente.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Votação, Sr. Presidente!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Porque essa medida provisória é um engodo!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá. PMDB - RR) – Em votação!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Ela é um engodo. E ela significa...

(Intervenções fora do microfone.)



(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Vai concluir... Já concluiu.
Em votação...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Votação nominal.

(Soa a campainha.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Em votação. Lista de votação nominal.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O PT, Partido de V. Exª já encaminhou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Calma. Calma. Calma. Peço a V. Exª que fique calma. Tem médico aqui?

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Eu vou fazer uma questão de ordem com base no art. 49.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Art. 49. Encerrada a discussão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Calma. Eu estou respondendo já.

Passar-se-á imediatamente à votação.

Com a palavra a Deputada Maria do Rosário. O tempo de V. Exª está correndo. Cinco minutos.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Primeiro que o art. 131...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Cinco minutos a V. Exª.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Primeiro que o art. 131 assegura que quem faz questão de ordem é o seu autor, não o Presidente. Segundo, que o art. 49 determina...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O tempo de V. Exª está correndo.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – Determina o seguinte.... Não tem problema, Sr. Presidente, eu sei usar bem o meu tempo.

O art. 49 determina o seguinte:

Art. 49. Encerrada a discussão, passar-se-á, imediatamente, à votação da matéria, podendo encaminhá-la 4 (quatro) Senadores e 4 (quatro) Deputados, de preferência de partidos diferentes, pelo prazo de 5 (cinco) minutos cada um.

§ 1º Votar-se-á, em primeiro lugar, o projeto, ressalvados os destaques dele requeridos e as emendas.

§ 2º As emendas serão votadas em grupos [...]

Enfim, aqui está determinado que o senhor tem que abrir inscrição pelo menos para quatro Senadores e quatro Deputados. Como o Deputado Reginaldo Lopes se dirigiu à Mesa pedindo a inscrição, eu considero mais um absurdo dessa sua condução.

Deputado Izalci, eu não tenho nada contra V. Exª, mas V. Exª tem a responsabilidade de presidir um Colegiado plural. Quando sentamos em uma cadeira de Presidente de uma comissão nós temos que ter a atenção de tratar com igualdade a todos os colegas e cumprirmos o Regimento.

O Deputado Reginaldo se dirige à Mesa dizendo que quer se inscrever e o Deputado Izalci diz “em votação”? Não! V. Exª... Ele foi ali. Eu vi. V. Exª tem a responsabilidade de inscrevê-lo.

Eu pergunto à Senadora Lídice: ela vai se inscrever ou não? Eu pergunto ao Senador Cristovam: poderá se inscrever ou não? Ao Deputado Átila Lira...



Temos que ter tranquilidade. V. Ex^{as} são maioria. A maioria deve, muitas vezes, ter a compreensão de que ela não pode, num regime democrático, atropelar procedimentos sob pena de viciar os resultados.

Tenho certeza que já tenho uma lista de críticas bastante significativas para fazer aos trabalhos desta Comissão, apesar, volto a dizer, da elegância do Sr. Relator na condução dos seus trabalhos. Então, eu não preciso somar a isso que foi cerceado o direito de encaminhamento dos partidos. Os partidos, portanto, com base no art. 49, têm plena condição de apresentarem suas razões.

E veja, Deputado Izalci, nós somos vistos não apenas por nós mesmos aqui. Os nossos procedimentos ficam para a posteridade registrados. O voto em separado que apresentei, em conjunto com a Senadora Fátima, me alegra imensamente, foi subscrito aqui, durante este debate, por pessoas altamente qualificadas, como o Deputado Reginaldo, que dispensa apresentação do seu envolvimento com o tema, a Senadora Lídice da Mata, a Deputada Luizianne Lins, e está aberto para conhecimento da sociedade.

Lamentavelmente, na abertura dos trabalhos, nós já tivemos uma visão por parte do Presidente, que não nos permitiu um tempo diferenciado, como destacou a Senadora Lídice, para debatermos e também apresentarmos o voto em separado.

O Parlamento não tem seus ritos regimentalmente estruturados por qualquer motivo ou por qualquer capricho, ele tem porque a democracia tem ritos. Os ritos são essenciais para a democracia. Do contrário, acaba acontecendo o que aconteceu há poucos meses: uma Presidenta que acabou sendo no Senado Federal absolvida, porque não foi encontrado qualquer crime, mas ela foi retirada. E agora o Presidente da República que tem crimes apresentados...

(Soa a campanha.)

A SR^a MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – ... por um ex-Ministro, como o Ministro Calero, e certamente nós teremos novos procedimentos.

Portanto, eu ocupo este tempo de encaminhamento com base nesta questão de ordem para dizer que os ritos, os ritos não são secundários. Nenhuma democracia, e a ciência política estuda isso, sobrevive sem ritos estruturados e sem uma certa dose de paciência, diálogo e elegância também entre os colegas.

V. Ex^a, portanto, que é meu colega e por quem tenho apreço, por favor, inscreva o Deputado Reginaldo Lopes, porque é um direito dele e cumpra o Regimento, porque este Regimento não é uma perfumaria qualquer ao sabor do Presidente de uma comissão. A Presidência da Comissão, como a Presidência da Casa, exige que ele seja a lei das nossas relações aqui.

Por isso, com base no art. 131 e com base no art. 49, peço que V. Ex^a inscreva os que quiserem falar para o encaminhamento.

A SR^a SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Sr. Presidente, só a título de esclarecimento...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Eu vou...

A SR^a SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – Eu gostaria de pedir a V. Ex^a que pudesse, então, citar os partidos e quem quisesse fazer o encaminhamento...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – O Regimento diz que pode ser feito por quatro... Preferencialmente de cada partido. Eu vou, primeiro, atender os outros partidos, já que o Senado e a Câmara já se posicionaram pelo PT, mas quero lembrar a V. Ex^a que hoje foi que eu descobri que havia uma forma de interromper o tempo. Durante as 12 audiências, não usamos nenhum critério e ficamos aqui falando meia hora, 20 minutos.... Então, fui muito democrático. E quero dizer que o estou fazendo é preservar para que todos tenham o mesmo direito. Não podemos deixar apenas um, dois ou três falarem o tempo todo, sem deixar que todos.... Aqui está inscrita ainda a Senadora Lídice da Mata, que eu peço.... Alguém.... Então, alguém inscreveu...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Para encaminhar sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Então, Senadora Lídice da Mata. Depois, o Deputado...

A SR^a LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Até para recuperar, Sr. Presidente, uma questão que nós estamos levantando desde o início: a necessidade do debate para aprimorar o texto.

O Relator acabou de dar uma comprovação disso quando modificou o texto do substitutivo que nos foi apresentado no início da reunião, e não posso deixar de registrar que ele modificou o texto para tentar incorporar algumas críticas aqui recebidas, inclusive a crítica do que dizia respeito à incorporação no Fundeb dos gastos da merenda escolar por serem inconstitucionais. Também se abriu a outras modificações.

Creio, portanto, que isso é uma comprovação da necessidade da compreensão de que, quanto mais a gente discute, mais a gente pode aprimorar aquilo que vai apresentar para a Nação como um projeto de reforma do ensino médio.

Eu, no entanto, quero retomar a minha crítica a este projeto. Quero retomar no sentido de dizer que não está respondida a questão de como nós vamos financiar sem o acréscimo, como foi aqui sugerido pelo De-



putado Reginaldo, de receitas para que os Estados possam viabilizar qualquer mudança. Quero aqui também reiterar a minha crítica a que seja feito via medida provisória. Não se pode confundir a urgência de tomada de medidas com a pouca discussão ou mesmo com a atitude de não permitir que novos segmentos possam se incorporar a um debate maior.

Depois, Sr. Presidente, quero registrar só, pelo meu respeito ao meu querido amigo da Comissão de Educação, Rogério, para dizer que, ao fazer a crítica à Sociologia, é porque no meu tempo de escola, Rogério, claro que sou mais velha do que você, o príncipe da Sociologia era Fernando Henrique Cardoso. Portanto, não posso achar que você esteja, com isso, querendo dizer que a Sociologia deve ser condenada hoje como uma coisa do PT ou de partidos de esquerda. Aliás, eu estudei muito na minha escola, embora não seja socióloga, exatamente os escritos do sociólogo Fernando Henrique Cardoso e a sua análise sobre o Brasil, muito, sempre, influenciada por um modelo que não era o meu, que era a sua queda pela internacionalização do capital no Brasil.

Mas, voltando, portanto, Sr. Presidente, à ideia desta PEC, eu creio que esta PEC não será... aliás, esta medida provisória não será a redenção do ensino médio brasileiro.

Eu não concordo que nós possamos fazer qualquer tipo de mudança porque qualquer tipo é válido. Não, nós precisamos acertar nas mudanças. Acho que algumas coisas foram importantes de serem colocadas, no entanto, da forma que está e sem termos clareza de como financiar, nós não vamos oferecer uma alternativa real ao ensino médio em nosso País, infelizmente. Porque eu gostaria, como todos os Senadores e Deputados que estão aqui, que isso fosse uma realidade.

Muito obrigada.

Não à medida provisória.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ainda inscrito o Senador Medeiros. *(Pausa.)*

Senador Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – Sr. Presidente, o encaminhamento é favorável. “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senador Medeiros.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF. *Fazendo soar a campainha.*) – No microfone, para ficar registrado.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Rogério Marinho.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Rapidamente. Primeiro, para dizer que V. Exª tem uma paciência de Confúcio, de Buda. V. Exª é impressionante. Eu quero elogiar aqui a paciência de V. Exª, a democracia, o trato, a gentileza, a fineza.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – V. Exª deu aula a todos nós, apesar de algumas alterações que ocorreram aqui, nas audiências. Então, quero elogiar V. Exª e o Relator.

E quero dizer, rapidamente, Senadora, que Fernando Henrique Cardoso é de esquerda. O que a senhora aprendeu na Sociologia deve ter sido o estudo de Althusser, Marcuse, Foucault, Adorno, e não deve ter lido Scruton, não deve ter lido Burke, porque, infelizmente, a universidade brasileira é vesga, caolha, e só oferece para os nossos professores Paulo Freire, Emilia Ferreiro. Aí, o professor que é formado lá sai com a visão...

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Anísio Teixeira.

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Anísio Teixeira é mais universal.

Mas sai com a visão, infelizmente, estreita do que é a educação brasileira e do que é a sociedade. Falta pluralidade. A gente precisa melhorar essa situação. As pessoas têm que ter o direito de enxergar os dois lados.

E Fernando Henrique Cardoso é do meu Partido e eu tenho críticas a ele porque ele é de esquerda e eu sou liberal.

Voto favorável.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Favorável.

Como vota o Deputado Leonardo...

O SR. ROGÉRIO MARINHO (PSDB - RN) – Liberal na economia, ouviu? Somente na economia.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Leonardo Quintão.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – V. Exª está conduzindo muito bem, Sr. Presidente. Parabéns pela atenção.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

O SR. LEONARDO QUINTÃO (PMDB - MG) – O nosso encaminhamento é “sim”.



O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Wilson Filho.

O SR. WILSON FILHO (Bloco/PTB - PB) – Sr. Presidente, vamos orientar a favor do texto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – A votação nominal se dará sobre o relatório do Senador Pedro Chaves, nos termos da complementação do voto feita, com as observações dos Deputados Wilson Filho e Átila Lira, no texto que será consolidado pelo Sr. Relator.

Votação nominal pelos Senadores.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Sr. Presidente! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ (PMDB - RR) – “Sim”.

A SRª SORAYA SANTOS (Bloco/PMDB - RJ) – Deputada Soraya Santos...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Além do que foi dito aqui pelo Deputado Reginaldo.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – O senhor não me possibilitou a palavra para eu manifestar voto.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Simone Tebet.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Simone Tebet. Desculpe-me, Senadora.

A SRª SIMONE TEBET (PMDB - MS) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Obrigado.

Deputado Valdir Raupp. Aliás, Governador e Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Vota “sim”.

Senador Ricardo Ferraço.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Ô Ricardo! Cadê você?

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senador Ronaldo Caiado. *(Pausa.)*

Suplente, o Senador Antonio Anastasia.

O SR. ANTONIO ANASTASIA (PSDB - MG. *Fora do microfone.*) – Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senador José Agripino. *(Pausa.)*

Ausente.

Senadora Fátima Bezerra.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Sr. Presidente...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – É “sim” ou “não”!

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Ou “abstenção”.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – Ontem, tiraram a educação da Constituição brasileira.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – É “sim” ou “não”, Sr. Presidente!

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – E essa MP, hoje, vem na direção de aprofundar as desigualdades...

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – Fátima vai falar meia hora.

A SRª FÁTIMA BEZERRA (PT - RN) – ... de negar o direito a milhões de jovens por este Brasil afora. Por isso é que meu voto, o nosso voto é “não” ao relatório do Senador Pedro Chaves. “Não”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senador Telmário. *(Pausa.)*

Senador Telmário, ausente.

Senadora Angela Portela, ausente.

Senador Lindbergh Farias, ausente.

Senador Cristovam Buarque.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (PPS - DF) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Lídice da Mata.

A SRª LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Já disse antes: “não”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senador Otto Alencar. *(Pausa.)*

Senador José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (PSD - MT) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senadora Ana Amélia. *(Pausa.)*

Senador Gladson Cameli. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Elmano Férrer. *(Pausa.)*

Ausente.

Senador Pedro Chaves.



O SR. PEDRO CHAVES (PSC - MS. *Fora do microfone.*) – Voto conhecido.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Relator.

Senador Eduardo Amorim.

O SR. EDUARDO AMORIM (PSC - SE) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Senador Ricardo Ferraço. (*Pausa.*)

Vamos agora aos Deputados.

Deputado Renzo Braz. (*Pausa.*)

Deputado Wilson Filho.

Deputado Renzo, ausente.

O SR. WILSON FILHO (PTB - PB) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Arnaldo Faria de Sá, ausente.

Deputado Eduardo Bolsonaro, ausente.

Deputado Celso Jacob.

O SR. CELSO JACOB (PMDB - RJ) – “Sim”. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Lelo Coimbra.

O SR. LELO COIMBRA (PMDB - ES. *Fora do microfone.*) – “Sim”. Com o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Reginaldo Lopes.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Só uma pergunta: quando o Relator diz que acatou a ideia de retirar 60% e colocar 1.800 horas como mínimo...

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Isso, foi o que ele acatou.

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Eu, estava inscrito para falar, e não sei o porquê.... Acabou que passou despercebido. Mas eu vou falar rapidinho.

No método, eu vou votar “não”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Mas a votação não precisa...

O SR. REGINALDO LOPES (PT - MG) – Sim, não conta, mas é político: “não”. E no conteúdo, eu acho inaceitável, porque nós não vamos consolidar sem financiamento. Então, eu vou apresentar destaques no plenário da Câmara e vou votar aqui: o meu encaminhamento é “não”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Maria do Rosário.

A SRª MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS) – “Não”, pela qualidade da educação brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Soraya Santos.

A SRª SORAYA SANTOS (PMDB - RJ) – “Sim”, pela necessidade urgente de melhoria no ensino médio.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Thiago Peixoto.

O SR. THIAGO PEIXOTO (PSD - GO) – “Sim”, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado Danilo Cabral.

O SR. DANILO CABRAL (PSB - PE) – Eu acompanho a posição do Deputado Reginaldo no voto “não”, mas também com a intenção de que a gente faça essa discussão no plenário em relação ao destaque para o financiamento. Eu entendo que isso é questão fundamental para que essa MP dê resultado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputada Professora Dorinha.

A SRª PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (DEM - TO) – “Sim”.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Deputado César Halum. (*Pausa.*)

Ausente.

Deputado Roberto Sales. (*Pausa.*)

Ausente.

Deputado Toninho.

O SR. TONINHO WANDSCHEER (PROS - PR) – “Sim”. Com o Relator.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Resultado no Senado Federal... aliás, da Comissão: 16 votos de Senadores e Deputados, contra 5 votos.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. PSDB - DF) – Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão. (*Palmas.*)

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação das atas da presente reunião e das reuniões anteriores.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)



Aprovadas.

As atas serão encaminhadas à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 10 horas e 22 minutos e suspensa às 11 horas e 20 minutos do dia 29/11/2016, a reunião é reaberta às 10 horas e 31 minutos e encerrada às 13 horas e 25 minutos do dia 30/11/2016.)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 751, DE 2016, PUBLICADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2016, QUE “CRIA O CARTÃO REFORMA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às quinze horas e dezesseis minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado Leonardo Quintão, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 751, de 2016, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Flexa Ribeiro, Cristovam Buarque, Ana Amélia, Wellington Fagundes e Eduardo Amorim; e dos Deputados Lucas Vergílio, Roberto Balestra, Pedro Fernandes, Carlos Marun, Jones Martins, Zé Geraldo, Bilac Pinto, José Rocha, João Fernando Coutinho e Márcio Marinho. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Deputado Roberto Balestra e do Senador Benedito de Lira para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Deputado Roberto Balestra, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa a Senadora Ana Amélia como Relatora e o Deputado Lucas Vergílio como Relator-Revisor. Fazem uso da palavra os seguintes Parlamentares: Senadora Ana Amélia e Deputado Jones Martins. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e vinte e cinco minutos, lavrando eu, Clarissa Kiwa Scarton Hayashi, Secretária da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Deputado Leonardo Quintão, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado LEONARDO QUINTÃO

Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (Leonardo Quintão. Bloco/PMDB - MG) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 751, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados, e a Relatoria, sob a responsabilidade do Senado Federal.

Comunico que há acordo de Lideranças para a eleição da Mesa.

Informo que foram indicados, pelas Lideranças, para Presidente, o Deputado Roberto Balestra, que já está presente, e, para Vice-Presidente, o Senador Benedito de Lira.

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação. *(Pausa.)*

Sim?

Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleitos, por aclamação: Presidente, Sr. Deputado Roberto Balestra, e Vice-Presidente, Sr. Senador Benedito de Lira.

Passo a Presidência da Comissão para o Sr. Roberto Balestra, nosso Deputado querido.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. Bloco/PP - GO) – Minha saudação a todos os Senadores, Senadoras, Deputados e Deputadas. Como já havia sido decidido em acordo de Lideranças, nós fazemos a designação da Relatora, Senadora Ana Amélia, e, como Relator revisor, o Deputado Lucas Vergílio, que parece que não está presente.

Então, vamos trabalhar.

Diferentemente da instalação anterior, a palavra está no Plenário.

O SR. WALDEMIR MOKA (PMDB - MS) – Eu quero só fazer uma saudação ao Deputado Presidente, meu querido amigo, ex-Presidente da Comissão de Agricultura, Roberto Balestra. Acho que a indicação da relatoria não poderia ficar melhor do que nas mãos dessa extraordinária mulher, que representa o Rio Grande do Sul e o Senado Federal, a Senadora Ana Amélia.

Como membro da Comissão, desejo que a gente possa fazer um bom trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. Bloco/PP - GO) – Muito obrigado. Mais alguém?

O SR. SERGIO SOUZA (Bloco/PMDB - PR) – Meu caro Deputado Balestra, parabéns pela Presidência.

Senadora Ana Amélia, nossa conterrânea do Sul, não tenho nenhuma dúvida de que está em boas mãos essa medida provisória, que vai ajudar a incentivar a retomada da economia no Brasil. Não é diferente o traba-



Iho que vamos fazer na relatoria da Medida Provisória nº 572, que trata da renovação das concessões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. Bloco/PP - GO) – A senhora quer falar, Senadora?

A SRª ANA AMÉLIA (Bloco/PP - RS) – Sr. Presidente, caro Deputado Roberto Balestra, representante do Estado de Goiás, do meu partido, eu queria agradecer muito as referências estimulantes do Senador Waldemir Moka – que é suspeito, porque é meu amigo. Estamos na mesma trincheira da defesa do setor agropecuário brasileiro, e a minha admiração aumenta ainda mais com essa referência.

Eu queria agradecer ao nosso colega Senador, o Deputado Sergio Souza, também pelas referências.

Mas eu queria, sobretudo, me dirigir aos membros desta Comissão Mista, Deputados e Senadores, para pedir-lhes um envolvimento com essa matéria. Nenhum resultado é suficientemente positivo quando não há a contribuição de todos; então, será valiosa a do Deputado Julio Lopes; do nosso colega gaúcho, representante do Rio Grande do Sul, do Município de Gravataí, na Grande Porto Alegre; dos Deputados e Senadores que integram esta Comissão Mista; do Presidente; do Relator revisor; do Vice-Presidente, Benedito de Lira.

Vamos trabalhar juntos para o bem do Brasil. Nós estamos num momento de muita crise, e essa crise só será resolvida com o trabalho e o comprometimento de todos.

Muito obrigada pela confiança de todos, especialmente do Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. Bloco/PP - GO) – Mais alguém?

O SR. JONES MARTINS (Bloco/PMDB - RS) – Eu quero só registrar minha satisfação, Senadora Ana Amélia, de poder, como conterrâneo e admirador que sou do seu trabalho, da sua trajetória profissional, ser colega nessas mesas de trabalho que vamos desenvolver aqui.

Sucesso a todos nós!

Que Deus nos proteja, e conte comigo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Roberto Balestra. Bloco/PP - GO) – Antes de encerrar, Senadora, eu acho que estamos tendo uma grande oportunidade. Tivemos o privilégio de ter este programa implantado, pela primeira vez, no Estado de Goiás e já no primeiro mandato do Governador Marconi Perillo.

É uma experiência exitosa, é um trabalho que realmente dignifica as famílias, que permite não só às famílias, mas também a todo o comércio local, às empresas e às indústrias participar do programa.

Quando o Presidente Michel Temer se dispôs a assumir esse programa também – nós estivemos, inclusive, lá no dia de lançamento –, eu fiquei muito feliz, porque vi que há uma possibilidade de o Brasil inteiro participar de um programa que tem resultados positivos.

Sei também o quanto vamos poder ajudar – quando digo nós, é principalmente a senhora, pela experiência política, pela experiência como administradora e por sua credibilidade.

Vamos trazer muitas pessoas para participar de audiências. Apesar de ser um programa muito conhecido, o Brasil todo é diferente só do Estado de Goiás. Então, vamos ter que abrir bastante.

Sei da sua disposição, do quanto a senhora é capaz.

Então, fico muito feliz por estar ao seu lado, pela primeira vez, num trabalho a quatro mãos.

Teremos os colegas Deputados e Senadores que também vão participar.

A expectativa da população é muito grande. Eu acho que, além da responsabilidade, é um dever cívico dar resposta e ajudar.

Agradeço pela oportunidade de estar ao seu lado. Agradeço pela oportunidade da indicação do nosso Partido para a Presidência da Comissão e agradeço aos colegas que vão participar conosco e nos ajudar.

Quero convidar os demais para participar também, porque é do interesse de todos. Ser um programa para famílias carentes torna o projeto mais interessante ainda, porque vamos tratar para a parte maior da população.

Então, eu acho que temos que ter muita dedicação.

Eu agradeço. Agradeço a todos pela participação.

Antes de encerrarmos os trabalhos, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigado.

(Iniciada às 15 horas e 16 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 25 minutos.)



ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA DESTINADA A EXAMINAR E EMITIR PARECER SOBRE A MEDIDA PROVISÓRIA Nº 752, DE 2016, PUBLICADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2016, QUE “DISPÕE SOBRE DIRETRIZES GERAIS PARA A PRORROGAÇÃO E A RELICITAÇÃO DOS CONTRATOS DE PARCERIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 55ª LEGISLATURA, REALIZADA NO SENADO FEDERAL, NO DIA 13 DE DEZEMBRO DE 2016.

Às quinze horas e dez minutos do dia treze de dezembro de dois mil e dezesseis, no Plenário número três da Ala Senador Alexandre Costa, sob a Presidência Eventual do Senhor Deputado José Rocha, reúne-se a Comissão Mista da Medida Provisória nº 752, de 2016, com a presença dos Senadores Romero Jucá, Waldemir Moka, Ataídes Oliveira, Ronaldo Caiado, Wellington Fagundes, Cristovam Buarque, Roberto Muniz e Eduardo Amorim; e dos Deputados Julio Lopes, Pedro Fernandes, Sergio Souza, Mauro Pereira, Domingos Sávio, José Rocha, Jaime Martins e Márcio Marinho. Justifica ausência o Deputado Hugo Leal. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a Presidência declara aberta a presente Reunião e comunica a existência de acordo das lideranças das duas Casas pelo qual são indicados os nomes do Senador Ataídes Oliveira e do Deputado Domingos Sávio para assumir, respectivamente, a Presidência e Vice-Presidência da Comissão. Submetidos os nomes indicados ao Plenário, são aprovados por aclamação. Assume a direção dos trabalhos o Senador Ataídes Oliveira, Presidente Eleito da Comissão, que, ato contínuo, designa o Deputado Sergio Souza como Relator e o Senador Wilder Moraes como Relator-Revisor. Faz uso da palavra o Deputado Jaime Martins. A Presidência submete ao Plenário a aprovação da ata da presente reunião, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a Reunião às quinze horas e catorze minutos, lavrando eu, Marcos Machado Melo, Secretário da Comissão, a presente Ata, que será assinada pelo Senhor Presidente Eventual, Deputado José Rocha, e publicada no Diário do Congresso Nacional, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Deputado JOSÉ ROCHA
Presidente Eventual

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PR - BA) – Srs. Parlamentares, vamos proceder à instalação da Comissão Especial da Medida Provisória 752, e, posteriormente, será instalada a 751. Sendo o Parlamentar mais experiente desta Casa nesta Comissão, sou convocado para presidir esta instalação, o que faço com muito gosto.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão Mista destinada a examinar e a emitir parecer sobre a Medida Provisória nº 752, de 2016.

Informo que, de acordo com a Resolução nº 1, de 2002, do Congresso Nacional, que estabelece o rodízio na direção das comissões destinadas a apreciar medidas provisórias, a Presidência desta Comissão ficará sob a responsabilidade do Senado Federal e a relatoria, sob a responsabilidade da Câmara dos Deputados.

Como houve um acordo, comunico que as Lideranças, em acordo para a eleição da Mesa, indicaram, para Presidente, o Senador Ataídes Oliveira e, para Vice-Presidente, o Deputado Domingos Sávio (PSDB/MG).

Consulto o Plenário se podemos fazer a eleição da Mesa por aclamação.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (José Rocha. PR - BA) – Os Srs. Parlamentares que concordam com as indicações permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Declaro eleitos por aclamação os senhores: Presidente, Senador Ataídes Oliveira; e Vice-Presidente, Deputado Domingos Sávio.

Passo a Presidência da Comissão ao Sr. Senador Ataídes Oliveira, que convoco para assumir. *(Pausa.)*

O SR. JAIME MARTINS (PSD - MG) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Pela ordem.

O SR. JAIME MARTINS (PSD - MG) – É o Deputado Jaime Martins.

Eu queria um esclarecimento sobre a MP 752, que eu acho que é o que nós estamos instalando agora. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – A 752.

O SR. JAIME MARTINS (PSD - MG) – Parece que, pela sequência que estava acertada, caberia ao PSD a Vice-Presidência desta Comissão. Eu queria me certificar disso.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – O Líder do Governo no Congresso, o Senador Romero Jucá, esteve aqui há poucos minutos, e, através de um acordo, ficou decidido que eu assumiria a Pre-



sidência, a Vice-Presidência ficaria com o Deputado Domingos Sávio, e a Relatoria, com o amigo, ex-Senador, Deputado Sergio Souza.

O SR. JAIME MARTINS (PSD - MG) – Na verdade, o PSD não participou desse acordo. O PSD é um Partido da Base que vem fazendo a sua parte e, portanto, teria que ser levado em consideração.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Eu não tenho dúvida disso, não tenho. Agora, o Líder do Governo esteve aqui conosco. Eu não sei se V. Ex^a estava aqui, no momento, quando ficou decidido esse acordo.

O SR. JAIME MARTINS (PSD - MG) – Esse acordo não tem a concordância do PSD. Eu quero deixar aqui o meu protesto. E nós vamos atuar aqui no sentido de nos opormos a isso que está ocorrendo. O PSD precisa ser respeitado.

O SR. PRESIDENTE (Ataídes Oliveira. Bloco/PSDB - TO) – Farei o registro.

Designo como Relator da Medida Provisória nº 752 o Deputado Federal Sergio Souza – por favor, dirija-se à mesa – e como Relator revisor o Senador Wilder Moraes, que não se encontra aqui no momento.

Convido também o Deputado Domingos Sávio, para fazer parte da Mesa. *(Pausa.)*

Instalada, então, a aludida Comissão, antes de encerrarmos o trabalho, proponho a aprovação da ata da presente reunião.

Os Srs. Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A ata será encaminhada à publicação.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 15 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 15 minutos.)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

